

## **Organizadores**

Delarim Martins Gomes  
Maria das Graças Martins da Silva

# Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária:

perspectivas múltiplas II

## **Organizadores**

Delarim Martins Gomes  
Maria das Graças Martins da Silva

# Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária: perspectivas múltiplas II

CUIABÁ-MT  
KCM Editora  
2015

© 2015. Delarim Martins Gomes e Maria das Graças Martins da Silva.

**A originalidade dos artigos e as opiniões emitidas são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
A KCM Editora não se responsabiliza pelos textos e opiniões emitidas pelos autores.**

MARCAS REGISTRADAS:

A KCM editora resguardou as titularidades das marcas registradas e de suas respectivas proprietárias ao fornecer informações sobre nomes de empresas, produtos e serviços citados nesta publicação.

G633e

Gomes, Delarim Martins (org.).

Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária:  
perspectivas múltiplas II./ Organizado por Delarim Martins  
Gomes e Maria das Graças Martins da Silva. Cuiabá-MT:  
KCM Editora, 2015.

522p.; 20 x 26,5 cm.

ISBN 978-85-7769-208-8

1.Educação de Jovens e Adultos. 2.Economia Solidária.  
3.EJA. I.Silva, Maria das Graças Martins da (org.).  
II.Título.

CDU 37

**APOIO:**

Secretaria de Educação Continuada,  
Alfabetização, Diversidade e Inclusão - MEC/  
SECADI

Coordenação Geral de Educação de Jovens e  
Adultos - MEC/SECADI/CGEJA

Secretaria de Estado de Educação de  
Mato Grosso - SEDUC

Secretaria Municipal de Educação de  
Cuiabá - SME

Comitê de Formação Inicial e Continuada  
de Profissionais do Magistério da Educação  
Básica - COMFOR/UFMT

Instituto de Educação - IE/UFMT

**Produção editorial**

KCM Editora

**Editor**

Rommel Kunze

**Designer Gráfico**

Marcelo Barreto

**Assistente de produção**

Letícia Dias

**Revisão**

Marinaldo Custódio

**Realização Editorial**

KCM Editora

Tel.: (65) 3624-3223

Site: [www.kcmeditora.com.br](http://www.kcmeditora.com.br)

E-mail: [kcmeditora@terra.com.br](mailto:kcmeditora@terra.com.br)

## ■ APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária – EJA EcoSol resulta de uma parceria bem sucedida entre o Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso e a Secretaria de Educação do Município de Cuiabá. O Comitê de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica, da Universidade Federal de Mato Grosso (COMFOR/UFMT) foi o mediador da sinergia entre esses diversos órgãos para possibilitar a oferta do curso.

Trata-se de um projeto financiado pelo Ministério da Educação, por iniciativa da Coordenação Geral de Educação de Jovens e Adultos/CGEJA e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação/SECADI.

O curso, oferecido em nível de pós-graduação Lato sensu sob a temática de educação de jovens e adultos e economia solidária; é uma iniciativa pioneira no estado de Mato Grosso, tendo se apresentando com a proposta de estimular o conhecimento das formas coletivas de organização desenvolvidas por populações rurais e urbanas para o enfrentamento das crises do mundo do trabalho.

A ideia fundante era, a partir do contexto nacional da economia solidária, valorizar ou fazer aflorar iniciativas econômico-solidárias, no entorno de nucleação do trabalho docente dos cursistas.

Portanto, a partir da interface entre essas duas áreas de conhecimentos e práticas, o referido curso pretendia se constituir em momento privilegiado de formação continuada de professores das escolas públicas de educação básica, envolvidos com a educação de jovens e adultos, possibilitando-lhes momentos efetivos de reflexão; conhecimento da realidade da economia solidária no município em que atuam; e que se convertam em atores da integração de seus alunos às iniciativas locais de economia solidária.

A par dessas intencionalidades, o curso se desenvolveu e, finalmente concluído, possibilita a socialização de um dos principais produtos gerados por essa experiência de formação continuada: o trabalho de conclusão do curso, configurado na produção de artigos, cujos temas se direcionam à formação desenvolvida.

Desse modo, tornamos público um conjunto de 63 artigos, fruto das pesquisas e reflexões dos estudantes/cursistas/professores de EJA atuantes em economia solidária. Os artigos formam duas coletâneas, publicadas na forma de e-book. Uma coletânea reúne artigos dos docentes vinculados à Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso; a outra, de docentes da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá. Dada a significativa quantidade de textos e sua diversidade, procuramos aglutiná-los em eixos temáticos, assim representados:

- Reflexões sobre o curso EJA EcoSol e atuação docente na EJA;
- Relações EJA e EcoSol: implicações e complementaridades;
- Diversidade de sujeitos na EJA: docentes e alunos;
- Educar, na EJA, com respeito a minorias;
- Educar, na EJA, com atenção ao idoso e suas necessidades;
- Evasão na EJA: uma questão de difícil superação;
- Possíveis e diferentes estratégias de inclusão da EcoSol na EJA (clube de trocas, reaproveitamento de material reciclável, peculiaridades da EJA no campo).

Assim, tem-se um panorama das pesquisas concluídas no âmbito do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, as quais evidenciam a riqueza temática propiciada pela integração dos campos de conhecimento “educação de jovens e adultos e economia solidária”. As coletâneas expressam, pois, as múltiplas vivências e os “achados” da realidade em tela, oportunizando vislumbrar a complexidade e os desafios que lhe são peculiares. É este rico painel que os títulos das coletâneas intencionam sintetizar: **Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária: perspectivas múltiplas I e II.**

Cuiabá, novembro de 2015

Delarim Martins Gomes

Maria das Graças Martins da Silva

## 1

|   |           |
|---|-----------|
| <b>ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: NOVAS POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM _____</b>                      | <b>16</b> |
| 1 INTRODUÇÃO _____  | 17        |
| 2 ARTICULAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA _____  | 19        |
| 3 PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E PESQUISA SOCIAL COMO FORMAÇÃO PARA EDUCADORES _____                     | 25        |
| 4 A PRÁTICA DE PESQUISA COMO INSTRUMENTO REFLEXIVO DA AÇÃO PEDAGÓGICA DE EDUCADORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS _____ | 30        |
| 4.1 O que os educandos estão buscando na Educação de Jovens e Adultos? _____  | 33        |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____  | 35        |
| 6 REFERÊNCIAS _____   | 38        |

## 2

|   |           |
|---|-----------|
| <b>A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DIANTE DAS PERSPECTIVAS PROGRESSISTAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POSSÍVEL? _</b> | <b>39</b> |
| 1 INTRODUÇÃO _____  | 40        |
| 2 EJA: DIREITO ASSEGURADO _____   | 41        |
| 3 OS SUJEITOS DA EJA NOS EDUCANDOS ENTREVISTADOS: _____   | 44        |
| 4 DESAFIOS A PERCORRER _____  | 46        |
| 5 A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EJA: PARCERIA POSSÍVEL _____                             | 50        |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____  | 57        |
| 7 REFERÊNCIAS _____   | 58        |

## 3

|  |           |
|--|-----------|
| <b>AS RELAÇÕES ENTRE OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS _</b> | <b>61</b> |
| 1 INTRODUÇÃO _____   | 62        |
| 2 PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA _____   | 65        |
| 3 PRINCÍPIOS DA ECOSOL _____   | 71        |
| 4 O PAPEL DO PROFESSOR NO DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA _____                              | 74        |
| 5 MOTIVAÇÃO OU DESMOTIVAÇÃO PARA PERMANECER ESTUDANDO _____  | 77        |
| 6 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES _____  | 79        |
| 7 REFERÊNCIAS _____  | 80        |

## 4

### **ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNDO DO TRABALHO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS \_\_\_\_\_ 81**

|   |    |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO _____  | 82 |
| 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MUNDO DO TRABALHO _____                            | 83 |
| 3 EJA: A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS _____ | 88 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____  | 93 |
| 5 REFERÊNCIAS _____   | 94 |

## 5

### **ARTESANATO SUSTENTÁVEL: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO REFERENCIAL PEDAGÓGICO E CURRICULAR NAS AULAS DE ARTE NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS \_\_\_\_\_ 96**

|  |     |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO _____   | 97  |
| 2 BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS NO BRASIL (EJA) _____ | 99  |
| 3 CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS APLICAÇÕES _____                           | 102 |
| 4 PRÁTICA DA ARTE NA EJA NA EMEB PROFESSOR RANULPHO PAES DE BARROS _____           | 105 |
| 4.1 Minha prática na EMEB Professor Ranulpho Paes de Barros _____                  | 106 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____   | 112 |
| 6 REFERÊNCIAS _____  | 113 |

## 6

### **A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROPOSTA DE CURRÍCULO NA EJA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ \_\_\_\_\_ 115**

|  |     |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO _____   | 116 |
| 2 A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENQUANTO MODALIDADE ENSINO _____ | 117 |
| 3 A ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA _____                                      | 122 |
| 4 EJA, ECOSOL: MUDANÇAS NO CURRÍCULO _____                                       | 124 |
| 4.1 Os Princípios da Educação de Jovens e Adultos _____                          | 124 |
| 4.2 Princípios da ECOSOL _____   | 125 |
| 5 AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DA ECOSOL NO CURRÍCULO DA EJA _____              | 127 |
| 6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUSTENTABILIDADE _____                               | 130 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____   | 131 |
| 8 REFERÊNCIAS _____  | 134 |

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| <b>7</b> | <b>ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM DOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)</b> _____ | <b>136</b> |
|          | 1 INTRODUÇÃO _____   | 137        |
|          | 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA _____   | 138        |
|          | 3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS _____   | 139        |
|          | 4 SUJEITOS DA EJA _____  | 140        |
|          | 5 O ENSINO/APRENDIZAGEM DA EJA _____   | 141        |
|          | 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____   | 143        |
|          | 7 REFERÊNCIAS _____  | 143        |

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| <b>8</b> | <b>EJA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMINHANDO JUNTAS</b> _____             | <b>145</b> |
|          | 1 INTRODUÇÃO _____  | 146        |
|          | 2 A EJA NO BRASIL _____   | 146        |
|          | 3 A IMPORTÂNCIA DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS _____ | 149        |
|          | 4 CAPACITAÇÃO DOS EDUCADORES DA EJA _____                             | 154        |
|          | 5 ECONOMIA SOLIDÁRIA _____  | 157        |
|          | 6 EJA E ECONOMIA SOLIDÁRIA _____                                      | 159        |
|          | 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____  | 161        |
|          | 8 REFERÊNCIAS _____   | 162        |

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| <b>9</b> | <b>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A FORMAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO: QUAIS AS IMPLICAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS VIDAS DOS EDUCANDOS</b> _____ | <b>164</b> |
|          | 1 INTRODUÇÃO _____  | 165        |
|          | 2 REFENCIAL TEÓRICO _____   | 166        |
|          | 2.1 Educação de Jovens e Adultos _____  | 166        |
|          | 2.2 A formação para o mundo do trabalho _____   | 169        |
|          | 3 METODOLOGIA _____   | 173        |
|          | 4 ANÁLISE DOS DADOS _____   | 174        |
|          | 5 CONSIDERAÇÕES _____   | 176        |
|          | 6 REFERÊNCIAS _____   | 177        |



|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| <b>10</b> | <b>A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA PESSOA IDOSA E O PAPEL DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS</b>             | <b>179</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO  | 180        |
|           | 2 O CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS CCI UM ESPAÇO SOCIAL PARA O IDOSO                                  | 181        |
|           | 3 PANORAMA DO IDOSO NO BRASIL   | 184        |
|           | 4 UM CURRÍCULO VOLTADO PARA A SOLIDARIEDADE   | 186        |
|           | 5 AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DE VIDA DOS ALUNOS IDOSOS DO CCI E OS SEUS REFLEXOS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO | 188        |
|           | 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS  | 189        |
|           | 7 REFERÊNCIAS   | 190        |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| <b>11</b> | <b>A ECONOMIA SOLIDÁRIA (ECOSOL) COMO ALTERNATIVA AOS ALUNOS IDOSOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)</b> | <b>191</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO  | 192        |
|           | 2 O IDOSO NA EJA  | 193        |
|           | 2.1 Idosos na EJA – avanços e retrocessos   | 195        |
|           | 3 OS PROFESSORES DA EJA E A RELAÇÃO COM OS IDOSOS   | 196        |
|           | 4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA  | 197        |
|           | 4.1 ECOSOL e inserção do idoso da EJA   | 199        |
|           | 5 CONCLUSÃO   | 201        |
|           | 6 REFERÊNCIAS   | 201        |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| <b>12</b> | <b>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CUIABÁ/MT</b> | <b>203</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO   | 204        |
|           | 2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA EJA  | 206        |
|           | 3 A EXPERIÊNCIA DA EJA FRENTE AO DESAFIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA                           | 210        |
|           | 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS   | 214        |
|           | 5 REFERÊNCIAS  | 215        |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| <b>13</b> | <b>EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS DE ALUNOS DA EJA</b> | <b>217</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO  | 218        |
|           | 2 A ANDRAGOGIA PARA A INCLUSÃO SOCIAL               | 219        |
|           | 3 O PERFIL DO EDUCANDO DE EJA E SUAS EXPECTATIVAS   | 222        |
|           | 4 CONCLUSÃO   | 228        |
|           | 5 REFERÊNCIAS                                       | 229        |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| <b>14</b> | <b>PROJETO DE INTERVENÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO AÇÕES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b>     | <b>230</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO   | 231        |
|           | 2 BREVE HISTORICO SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR   | 234        |
|           | 3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM DIREITO A SER GARANTIDO   | 237        |
|           | 4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA POSSIBILIDADE DE MUDANÇA   | 240        |
|           | 5 PROJETO DE INTERVENÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS AIDÊE PEREIRA DO NASCIMENTO | 244        |
|           | 6 AÇÕES PEDAGÓGICAS DO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA  | 249        |
|           | 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS   | 251        |
|           | 8 REFERÊNCIAS  | 252        |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| <b>15</b> | <b>O FAZER ANDRAGÓGICO EM SALA DE AULA: ALFABETIZAÇÃO DE IDOSOS</b> | <b>254</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO  | 255        |
|           | 2 O CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS                               | 256        |
|           | 3 HISTÓRICO DA UNIDADE  | 257        |
|           | 3.1 Estrutura física da unidade                                     | 258        |
|           | 4 SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS E IDOSOS                          | 259        |
|           | 5 PERFIL DA PESQUISADORA E EDUCADORA                                | 263        |
|           | 6 O QUE SIGNIFICA ENSINAR E APRENDER COM PARAESTA TURMA?            | 263        |
|           | 7 RELATO DE EXPERIÊNCIA   | 265        |
|           | 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS  | 270        |
|           | 9 REFERÊNCIAS   | 271        |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| <b>16</b> | <b>ECONOMIA SOLIDARIA COMO METODOLOGIA NA EJA/LIBRAS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS</b> | <b>274</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO   | 275        |
|           | 2 ECONOMIA SOLIDARIA, UMA NOVA FORMA DE FAZER ECONOMIA   | 277        |
|           | 3 O ALUNO DO EJA COM NECESSIDADES EDUCATIVAS, EM ESPECIAL OS SURDOS, NO CONTEXTO ATUAL           | 280        |
|           | 4 A ECONOMIA SOLIDARIA COMO METODOLOGIA NA EJA PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS           | 282        |
|           | 5 COOPERAÇÃO EM SALA DE AULA   | 282        |
|           | 6 SOLIDARIEDADE EM SALA DE AULA  | 283        |
|           | 7 REGISTROS DO TRABALHO COM ECONOMIA SOLIDÁRIA   | 284        |
|           | 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS   | 286        |
|           | 9 AGRADECIMENTOS   | 287        |
|           | 10 REFERÊNCIAS   | 287        |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| <b>17</b> | <b>REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E EMANCIPAÇÃO DA MULHER A PARTIR DAS NARRATIVAS DE ALUNAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE CUIABÁ, SOBRE SEUS HISTÓRICOS DE VIDA E CONCEPÇÕES DE ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE</b> | <b>289</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO   | 290        |
|           | 2 PERFIL ÉTNICO-RACIAL DAS ALUNAS DA EJA DE CUIABÁ NA CONTEMPORANEIDADE  | 291        |
|           | 3 EJA E AS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS EM SALA DE AULA   | 293        |
|           | 4 CONCEPÇÃO DE ESCOLA DAS ALUNAS DA EJA, NA CONTEMPORANEIDADE  | 295        |
|           | 5 RETORNO À VIDA ESCOLAR: O PERCURSO SOCIAL E DE VIDA DAS ALUNAS PESQUISADAS   | 297        |
|           | 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS   | 299        |
|           | 7 REFERÊNCIAS  | 300        |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| <b>18</b> | <b>ORIENTAÇÃO SEXUAL NA EJA: CONHECIMENTO E SENSIBILIDADE PARA ATUAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA VOLTADA ÀS QUESTÕES DE GÊNERO, EMANCIPAÇÃO FEMININA E RELAÇÕES HOMOAFETIVAS</b> | <b>302</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO:  | 303        |
|           | 2 A SEXUALIDADE E SEUS DESAFIOS NA EJA   | 304        |
|           | 3 QUEM SÃO OS SUJEITOS E O QUE OS LEVOU A ESTUDAR NA EJA?  | 310        |
|           | 3.1 O educador e sua postura diante da orientação sexual: conhecimento e sensibilidade   | 312        |
|           | 3.2 As manifestações da sexualidade na escola  | 314        |
|           | 4 CORPO – MATRIZ DA SEXUALIDADE  | 315        |
|           | 4.1 Relação de gênero  | 316        |
|           | 4.2 Prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS   | 321        |
|           | 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS   | 323        |
|           | 6 REFERÊNCIAS  | 324        |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| <b>19</b> | <b>DESAFIOS E DIFICULDADES ENFRENTADOS PELOS ALUNOS DA EJA NA ESCOLA MUNICIPAL RURAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA EMREB – NOVA ESPERANÇA, CUIABÁ – MT</b> | <b>325</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO  | 326        |
|           | 2 BREVE HISTÓRICO DE POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL   | 327        |
|           | 3 A ESCOLA EMREB – NOVA ESPERANÇA, EM CUIABÁ - MT   | 331        |
|           | 4 DESAFIOS E DIFICULDADES DOS ALUNOS DE EJA   | 332        |
|           | 5 PERFIL DOS ALUNOS   | 333        |
|           | 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS  | 336        |
|           | 7 REFERÊNCIAS   | 336        |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| <b>20</b> | <b>A TRANSFORMAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO PROFESSOR POR MEIO DA VIVÊNCIA NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EJA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> | <b>338</b> |
|           | 1 APRESENTAÇÃO   | 339        |
|           | 2 PROBLEMATIZAÇÃO  | 340        |
|           | 3 JUSTIFICATIVA  | 342        |
|           | 4 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL   | 346        |
|           | 5 METODOLOGIA  | 349        |
|           | 6 RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA  | 350        |
|           | 7 ANÁLISE DAS RESPOSTAS  | 353        |
|           | 8 CONSIDERAÇÕES  | 358        |
|           | 9 REFERÊNCIAS  | 359        |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| <b>21</b> | <b>COMO A ECONOMIA SOLIDÁRIA PODE INFLUENCIAR E TRANSFORMAR A VIDA DO ESTUDANTE DA EJA?</b>                  | <b>360</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO   | 361        |
|           | 2 METODOLOGIA DE TRABALHO A SER DESENVOLVIDA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS EM UMA PERSPECTIVA TRANSFORMADORA | 362        |
|           | 3 CONTEXTO HISTÓRICO   | 364        |
|           | 4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL   | 368        |
|           | 5 DE QUE FORMA A ECONOMIA SOLIDÁRIA PODE INFLUENCIAR E TRANSFORMAR A VIDA DOS ALUNOS DA EJA.                 | 370        |
|           | 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS   | 371        |
|           | 7 REFERÊNCIAS  | 374        |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| <b>22</b> | <b>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CAMINHO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>      | <b>375</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO  | 376        |
|           | 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA  | 377        |
|           | 2.1 A Economia Solidária no Brasil  | 379        |
|           | 2.2 A Economia Solidária em Mato Grosso                                     | 381        |
|           | 3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL                                  | 383        |
|           | 3.1 A Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária                   | 387        |
|           | 4 A EXPERIENCIA EM ECOSOL COM TURMAS DE EJA NA EMEB RANULPHO PAES DE BARROS | 389        |
|           | 4.1 Economia Solidária na EJA: caminhos em construção                       | 391        |
|           | 5 CONCLUSÃO   | 395        |
|           | 6 REFERÊNCIAS   | 396        |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| <b>23</b> | <b>LIXO E INCLUSÃO SOCIAL: UMA SAÍDA SOLIDÁRIA PARA VALORIZAR A COLETA SELETIVA _____</b>                | <b>398</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO _____   | 399        |
|           | 2 ESTUDO DE CASO: SITUAÇÃO SOCIAL DOS CATADORES NO BRASIL _____  | 400        |
|           | 2.1 Demografia _____   | 400        |
|           | 2.2 Trabalho e renda _____   | 401        |
|           | 2.3 Educação _____   | 402        |
|           | 3 ESTUDO DE UM CASO: AUTOGESTÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO NA COOREPAM _____                         | 403        |
|           | 3.1 Autogestão, cooperativismo e educação na COOREPAM _____  | 408        |
|           | 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____   | 411        |
|           | 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____   | 412        |
| <br>      |  |            |
| <b>24</b> | <b>ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIA DE UMA AULA DE CAMPO _____</b>  | <b>414</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO _____   | 415        |
|           | 2 O CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA _____   | 415        |
|           | 2.1 A Economia Solidária e suas dimensões _____  | 419        |
|           | 3 A AULA DE CAMPO _____  | 427        |
|           | 4 CONCLUSÃO _____  | 432        |
|           | 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____   | 432        |
| <br>      |  |            |
| <b>25</b> | <b>VIVÊNCIAS DE PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: APROVEITAMENTO E REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS _____</b> | <b>434</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO _____   | 435        |
|           | 2 REVISÃO DE LITERATURA _____  | 435        |
|           | 2.1 Sustentabilidade _____   | 435        |
|           | 2.2 Economia solidária _____   | 436        |
|           | 2.3 Autogestão _____   | 437        |
|           | 3 ASPECTOS GERAIS _____  | 438        |
|           | 4 APROVEITAMENTO E REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS _____   | 439        |
|           | 5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNDO DO TRABALHO _____  | 442        |
|           | 6 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS _____   | 444        |
|           | 7 ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL _____  | 445        |
|           | 8 A UTILIZAÇÃO INTEGRAL DO ALIMENTO _____  | 446        |
|           | 9 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E O EQUILÍBRIO _____  | 446        |
|           | 10 UTILIZAÇÃO INTEGRAL DOS ALIMENTOS _____   | 447        |
|           | 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____  | 447        |
|           | 12 REFERÊNCIAS _____   | 448        |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| <b>26</b> | <b>EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EMEB<br/>ANTÔNIA TITA MACIEL DE CAMPOS</b>         | <b>455</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO  | 456        |
|           | 2 METODOLOGIA   | 456        |
|           | 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA<br>MUNICIPAL ANTÔNIA TITA MACIEL DE CAMPOS | 457        |
|           | 4 CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EMEB<br>ANTÔNIA TITA MACIEL DE CAMPOS.    | 457        |
|           | 5 IMPLANTAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EJA  | 464        |
|           | 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS  | 465        |
|           | 7 REFERÊNCIAS   | 466        |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| <b>27</b> | <b>AS CAUSAS DA EVASÃO NA EJA E A REDUÇÃO DA EVASÃO<br/>ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDARIA: POSSIBILIDADES</b> | <b>467</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO  | 468        |
|           | 2 CONHECENDO AS CAUSAS DA EVASÃO NA EJA   | 469        |
|           | 3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS   | 476        |
|           | 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS  | 480        |
|           | 5 REFERÊNCIAS   | 481        |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| <b>28</b> | <b>EVASÃO ESCOLAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: CENTRO DE<br/>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJA) PROFESSORA<br/>ALMIRA AMORIM E SILVA</b> | <b>483</b> |
|           | 1 INTRODUÇÃO   | 484        |
|           | 2 CARACTERIZAÇÃO DA EJA  | 488        |
|           | 2.1 Processo Histórico e Legislação  | 488        |
|           | 3 CARACTERIZAÇÃO DOS CEJAS   | 491        |
|           | 4 O CONTEXTO DA PESQUISA   | 492        |
|           | 4.1 Questionários para os alunos que frequentam as aulas.  | 492        |
|           | 4.2 Entrevistas com alunos que abandonaram os estudos.   | 495        |
|           | 5 CONCLUSÃO  | 496        |
|           | 6 REFERÊNCIAS  | 497        |
|           | APÊNDICE A – Questionários aplicados aos alunos que frequentam a escola.   | 500        |
|           | APÊNDICE B – Entrevista por telefone   | 504        |

### **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): EVASÃO NO PROGRAMA PROJOVEM URBANO E OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (EcoSol) COMO ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO 505**

|                                   |     |
|-----------------------------------|-----|
| 1 INTRODUÇÃO                      | 506 |
| 2 O PROJOVEM URBANO               | 507 |
| 2.1 Breve histórico do PJU        | 507 |
| 2.2 Princípios e objetivos do PJU | 508 |
| 2.3 Relação educador/educando     | 510 |
| 3 METODOLOGIA                     | 511 |
| 4 A PESQUISA                      | 512 |
| 4.1 Coleta de dados               | 513 |
| 4.2 Análise dos dados coletados   | 514 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS            | 520 |
| 6 REFERENCIAS                     | 522 |

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: NOVAS POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM

FELICIANA CUNHA FIGUEIREDO<sup>1</sup>

MARCOS MACEDO FERNANDES CARON<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar a pesquisa de campo sobre como o curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária/UFMT, que foi ministrado numa perspectiva de autogestão, autonomia, compartilhamento e solidariedade como forma de desvelamento da realidade e busca de alternativas para superação do trabalho alienado, desenvolveu instrumentos teórico-práticos para articular saberes e ações da Educação de Jovens e Adultos com a Economia Solidária, com vistas a engendrar novas relações entre educação e trabalho, para uma sociedade justa, igualitária e solidária. Para isso, utilizei a pesquisa de campo de cunho qualitativo, realizando a coleta de dados em documentos, nos apontamentos das assessorias pedagógicas, na análise dos projetos de intervenção e na pesquisa social realizada com estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Na primeira seção apresento um breve relato sobre o curso e seu objetivo, na segunda seção a articulação entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Economia Solidária (ECOSOL). Na terceira seção, o desenvolvimento de projetos de intervenção em Economia Solidária realizados nas escolas públicas de Cuiabá e a pesquisa social como formação continuada dos educadores; na quarta seção, a prática de pesquisa como instrumento reflexivo da ação pedagógica dos educadores das escolas públicas de educação básica de Cuiabá e por último as considerações finais so-

1 Feliciano Cunha Figueiredo, Pedagoga graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso (1993). Área de atuação: Educação (Gestora, Coordenadora e Assessora Pedagógica). Professora efetiva da Rede pública. Atualmente desempenha suas funções como líder de Equipe em Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo na Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá, onde gerencia os Programas: Brasil Alfabetizado e Projovem Urbano. Atua como, formadora do Projovem Urbano e do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. Conselheira no Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa - COMDIPI. E-mail: [feli.c.figueiredo@gmail.com](mailto:feli.c.figueiredo@gmail.com).

2 Marcos Macedo Fernandes Caron, orientador. Doutor e Mestre em Educação pela UnB (2010/1996), licenciado em Geografia pela UnB (1984). Professor do Instituto de Educação/UFMT desde 2002, onde leciona as disciplinas: Metodologia do Ensino de Geografia; Organização e Fundamentos do Ensino Básico. Participa também da equipe de orientação e coordenação do Estágio Supervisionado Prática de Ensino; - Professor colaborador no mestrado do IE, Pesquisador do: Grupo dos Movimentos Sociais em Educação; (GPMSE - IE - UFMT) - Áreas de interesse e atuação; Dinâmica dos Movimentos Sociais; Educação Popular; Educação Socialista; Políticas Públicas em Educação; Estado e Educação; Espaço Sócio-geográfico e Educação; Prática e Ensino da Geografia.



bre o processo formativo com os pontos relevantes deste processo, que vem dando subsídios à nova organização da práxis cotidiana, trazendo novas possibilidades de aprendizagem de forma significativa para os educadores/cursistas e para os educandos/sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.

**Palavras-Chave:** Economia Solidária. Educação de Jovens e Adultos. Aprendizagens.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca apresentar uma pesquisa de campo sobre como o curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária desenvolveu instrumentos teórico-práticos para articular saberes e ações da Educação de Jovens e Adultos com a Economia Solidária, com vistas a engendrar novas relações entre educação e trabalho, para uma sociedade justa, igualitária e solidária, através da formação continuada dos educadores das escolas de educação básica de Cuiabá. Para isso utilizo a pesquisa de campo de cunho qualitativo, realizando a coleta de dados em documentos, nos apontamentos das assessorias pedagógicas, na análise e avaliação dos projetos de intervenção e na pesquisa social realizada com estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Apresento nesta primeira seção um breve relato sobre o curso e seu objetivo, na segunda seção as articulações entre a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária, na terceira seção, o desenvolvimento de projetos de intervenção e pesquisa social como formação continuada dos educadores, como quarta seção, a prática de pesquisa como instrumento reflexivo da ação pedagógica dos educadores das escolas públicas de educação básica de Cuiabá e por último, as considerações finais sobre o processo formativo com os pontos relevantes deste processo, que vem dando subsídios à nova organização da práxis cotidiana, trazendo novas possibilidades de aprendizagem de forma significativa para os educadores/cursistas e para os educandos/sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.

O curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária vem de uma longa e árdua discussão, desde 2010, sobre os rumos da Educação de Jovens e Adultos no estado de Mato Grosso, promovido pelos parceiros: Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso e Secretaria Municipal de Educação, Ministério do Trabalho e

Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, em atendimento às discussões em âmbito nacional sobre a Política Nacional de Economia Solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável, democrática, incluyente e socialmente justa; que deve perseguir os objetivos de propiciar a formação para autogestão, tendo em vista que esta forma de relação se diferencia fundamentalmente das relações que se estabelecem no sistema capitalista. Para avançar na superação dos desafios e na realização de seu objetivo, a Política Pública de Economia Solidária se organiza tendo como o primeiro eixo: a educação, a formação, assistência técnica e qualificação (Art. 5º § XIII e Art. 6º §I – Projeto de Lei em Economia Solidária/2010, em trâmite)

A proposta do curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária foi elaborada pelos parceiros e encaminhada para a aprovação do Ministério da Educação. Após um longo período de trâmite e reformulações junto ao Ministério da Educação, o projeto foi aprovado em 2013, para ser executado a partir de agosto desse ano. Porém, ainda faltava a liberação financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ FNDE para que o mesmo fosse colocado em prática. Esta autorização só ocorreu a partir de 09 de novembro de 2013 com aula inaugural e participação de representantes do MEC/SECADI e Ministério do Trabalho e Emprego/ Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES.

O Curso de Especialização ofertado em nível de pós-graduação *Lato Sensu* é uma iniciativa pioneira no Estado de Mato Grosso. Sua especificidade é a proposição de conhecimento das formas coletivas de organização desenvolvidas por populações rurais e urbanas para o enfrentamento das crises do mundo do trabalho. A partir da interface entre as áreas de conhecimentos e práticas, tem o propósito de se constituir como momento privilegiado de formação continuada de docentes das Redes Públicas de educação básica de Mato Grosso, possibilitando momentos de reflexão, conhecimento da realidade da Economia Solidária no município em que atuam e se convertam em atores da integração de seus educandos às iniciativas de Economia Solidária.

Ao se pensar o curso de especialização, buscou-se como premissa, a EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA nas dimensões:

**SOCIAL** que implica em aprender com a experiência dos outros sujeitos, de saber conviver com as diferenças, de contribuir para melhorar a sociedade, enfim, de educarmo-nos para vivermos em grupo com respeito à diversidade.

**PESSOAL** que nos coloca como um ser que se constrói ao longo da vida, na busca do desenvolvimento da nossa potencialidade, no desafio maravilhoso de crescer, de evoluir mais em todas as áreas, de tornarmo-nos pessoas mais livres, de aprender a conviver com as dificuldades, de aprender a conviver com as pessoas, com os animais, com o planeta e com o universo.

**PROFISSIONAL** que se faz na oportunidade de desenvolvimento constante em relação ao trabalho e na lógica de uma qualificação profissional social.

A educação pensada com base no conceito ao “longo da vida” exige do educador um esforço para que este aprenda a relacionar as expectativas e contradições trazidas pelos educandos, na construção de uma identidade coerente, que integre as três dimensões do ser: social, pessoal e profissional. Cabe-nos considerar também que os educadores, devido ao longo tempo de exclusão social em que vivem, à desvalorização de sua identidade profissional e ao capitalismo vivenciado, tornam-se nesse percurso alheios às mudanças sociais que afetam as populações em situação de pobreza extrema, influem na falta de motivação e nas dificuldades que tanto jovens quanto adultos enfrentam para se inserir ou reinserir em processos de escolarização.

## ■ 2 ARTICULAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos, no cenário brasileiro, nasce da união e compromisso estabelecido entre a alfabetização e a educação popular. A educação popular, entendida como uma educação para o povo, um processo amplo de formação da classe trabalhadora (sujeitos da EJA), começa no Brasil na década de 40. Os programas de alfabetização se pautavam pelo “mínimo necessário” para o estabelecimento de melhores condições materiais de vida nas comunidades mais pobres.

Setores da igreja católica, da Universidade e organizações de estudantes participaram destas iniciativas de formação e foram responsáveis por alterar a

lógica do “mínimo necessário” para uma Educação Popular com letra maiúscula, ou seja, uma concepção pedagógica politicamente assumida, que propõe desvelar as relações sociais de opressão ao longo do processo de aprendizagem. (BRANDÃO, 2002, p. 12).

Uma das características da educação popular como conhecemos hoje, é que ela rompe os espaços formais da educação e busca a aproximação entre saberes de diferentes lugares da sociedade e da cultura. A escola é entendida como um entre muitos outros lócus onde as pessoas se formam pelo processo de conscientização crítica do conhecimento. A Educação de Jovens e Adultos por ser uma modalidade do Ensino Fundamental, parte da premissa de que todos têm direito à educação e busca na educação popular, e na teoria freireana, sua base epistemológica. Desta forma, um dos principais eixos para a prática pedagógica é o tema do trabalho como princípio educativo.

Sendo o trabalho um princípio educativo, é uma prática social relacionada às formas pelas quais o homem produz e reproduz a própria existência na história. O curso de especialização procura desvelar o modo de produção capitalista, para a libertação das pessoas concretamente em suas vidas desumanizadas pela opressão e dominação social, busca conscientizar os sujeitos (educadores) de que sua formação não se constitui apenas da teoria, mas principalmente da dialogicidade, da práxis transformadora, do seu papel social, seu comprometimento e envolvimento com o outro. Lembra que a educação não é e não pode ser neutra, ela é um ato político, não nega a luta e as contradições da sociedade formada em classes sociais; desta forma, apresenta a Economia Solidária com seus princípios de: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber e cultura local, valorização da aprendizagem e formação permanente, justiça social, cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as futuras gerações, como possibilidades para transformação social.

Deste modo, no primeiro módulo do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos/Economia Solidária, foram apresentados conceitos e concepções sobre quem são os sujeitos da EJA; no segundo e terceiro módulos, a articulação da Economia Solidária com o Mundo do Trabalho, como um ato pedagógico intrínseco à Educação de Jovens e Adultos; sendo assim, no quarto módulo EJA e Mundo do Trabalho I, a docente apresentou como objetivos da

disciplina: o trabalho como princípio educativo, produção de trabalho e renda em organizações sociais de Economia Solidária, estudos de ocupações e transformações do meio ambiente, diferentes concepções de sistema de produção, educação e geração de trabalho e renda na perspectiva do desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo, com enfoque territorial e relações de trabalho no campo e na cidade.

Como uma das propostas é refletir sobre a realidade e buscar alternativas para superação dessa realidade, a organização do trabalho partiu de nosso cotidiano em sala de aula, com a mobilização para a organização de grupos de trabalho com os princípios da economia solidária.

A mobilização parte da vontade e motivação de transformar a realidade, portanto, cada educador (a) tem que estar comprometido com esta transformação, identificando o perfil daqueles (as) que estão/estarão envolvidos (as) durante o processo. Mobilizar perpassa por uma ampla parceria com organizações, movimentos sociais e órgãos públicos, que favorece a articulação de quem faz a Economia Solidária (BRASIL:2012, p.82).

É da tradição da pedagogia progressista brasileira, a incorporação da teoria à prática da autogestão no trabalho e da autogestão das lutas à necessidade de uma educação sistemática para além do capital, umbilicalmente ligada à superação do trabalho alienado. Desta forma,

[...] é preciso saber trabalhar coletivamente, viver coletivamente, construir coletivamente, é preciso saber lutar pelos ideais da classe trabalhadora, lutar tenazmente, sem tréguas; é preciso saber organizar a luta, organizar a vida coletiva, e para isso é preciso aprender, não de imediato, mas desde a mais tenra idade o caminho do trabalho independente, a construção do coletivo independente, pelo caminho do desenvolvimento de hábitos e habilidades de organização. Nisto constitui o fundamento da tarefa da autogestão. (SHULGIN apud FREITAS, 2009, p. 30)

Considerando que o trabalho coletivo, precisa essencialmente de diálogo, do conhecimento dos saberes do outro e do respeito às identidades, culturas e diversidades, a organização dos tempos formativos para os educadores teve parte de estudo presencial coletivo e parte na docência. Este processo gerou a ação/reflexão, desta forma, um processo de ensino/aprendizagem enraizado na realidade: uma educação contextualizada. O

percurso é o caminho a seguir no processo educativo, sendo assim compreendemos um percurso formativo onde todos se comprometem, mobilizam e decidem de forma coletiva o que se quer com a formação; esse percurso aconteceu por grupos de trabalho para a autogestão do processo educativo do módulo Educação de Jovens e Adultos e Mundo do Trabalho I, recebendo as seguintes nomenclaturas: organização, animação, memória, cuidados e avaliação.

O grupo da organização orientou na organização do tempo, dos combinados sobre o funcionamento das aulas, acompanhamento e reorganização do percurso das atividades posteriores, das infrequência dos colegas e sobre as dificuldades, procurando auxiliá-los, bem como informar sobre os encontros e os locais de realização. O grupo da animação propôs momentos de descontração, integração, reflexão, sensibilização entre os integrantes do grupo de cursistas quando se sentiam cansados e fatigados.

O grupo dos cuidados ficou com a responsabilidade de cuidar do ambiente físico, verificando os equipamentos, limpeza do ambiente e organização do lanche compartilhado. O grupo da avaliação propôs instrumentos e momentos avaliativos e de reflexões sobre as aprendizagens efetivadas durante o processo, que contemplaram os conteúdos e o percurso formativo. Este modelo de organização fez com que os educadores colocassem em prática esses princípios, e isto uniu o grupo.

Ao longo do curso de especialização como educadores da modalidade Educação de Jovens e Adultos temos construído coletivamente conhecimentos de como organizar nosso trabalho pedagógico: no planejamento e nas atividades; temos vivenciado novas metodologias e novos procedimentos que podem ser utilizados em nossa atuação docente, realizado reflexões sobre nossa práxis para que possamos voltar os olhos para o trabalho educativo como práxis emancipatória e o trabalho como princípio educativo. Nos relatos dos grupos ao final do curso, concluímos que vivenciar o processo de autogestão é muito complexo, devendo ter a participação e comprometimento de todos, e que esses processos podem ser exitosos com o desprendimento, diálogo e a solidariedade.

Ainda neste módulo EJA e Mundo do Trabalho I, a docente fez uma proposta que foi muito bem aceita pelo grupo de cursistas para a realização de

uma feira solidária ao final do módulo, bem como que cada cursista realizasse um projeto de intervenção sobre a Economia Solidária em sua unidade de ensino. Desta forma, os docentes que não estavam em sala de aula, como é o meu caso, mas atuam como assessores pedagógicos<sup>3</sup> ficaram com a missão de acompanhar os projetos de intervenção desde seu planejamento até sua aplicação. Dez escolas da rede municipal e duas da rede estadual foram contempladas com os projetos. Aqui apresento apenas alguns relatos da execução dos projetos.

Para o acompanhamento dos projetos de intervenção pedagógica em Economia Solidária, alguns cursistas solicitaram orientações da equipe Educação de Jovens e Adultos/Ed. Do Campo da secretaria municipal de Educação e um documento de apresentação para as escolas envolvidas. A Equipe EJA/Campo/SME reuniu-se para definir como poderia acontecer esse acompanhamento, considerando que alguns educadores não têm prática em assessoria pedagógica. Elaboramos um roteiro para o acompanhamento desde a escrita do projeto: o que deveria constar, sua fundamentação teórica, o que poderia ser observado nos projetos, a mobilização e sensibilização das equipes gestoras das unidades de ensino e sua aplicabilidade junto aos educandos da Educação de Jovens e Adultos na rede municipal. Este roteiro foi encaminhado aos educadores/cursistas por E-mail. Através da Diretoria de Ensino/SME, foi encaminhado o Ofício 028/2014 para as 14 escolas que ofertam Educação de Jovens e Adultos, solicitando dos gestores o apoio, acompanhamento e condições para que o projeto fosse colocado em prática.

Contrariando a ideia de existência de uma “idade adequada” para o aprendizado, a concepção de Educação de Jovens e Adultos subjacente a esta proposta de intervenção pedagógica parte da convicção “de que alunos pobres são capazes de aprender e de que eles requerem atenção especial e práticas inovadoras de aprendizagem” (MORENO; GOULART, 2005, p. 85). A colocação em prática desta perspectiva de aprendizagem está relacionada à elaboração de um currículo, de conteúdos, de métodos e de materiais didáticos que reconheçam o jovem e o adulto como sujeitos centrais da prática educativa: “**trata-se de**

---

3 Assessores Pedagógicos são professores que estão à disposição da Secretaria Municipal de Educação/SEDE, Diretoria de Ensino/Coordenadoria de Organização Curricular com o objetivo de prestar assessoria pedagógica e de gestão às unidades de ensino, repassando informações, auxiliando no desenvolvimento de ações para cumprimento das ações e metas do Projeto Político Pedagógico, da equipe gestora e do Plano Municipal de Educação.

***uma educação com jovens e adultos e não mais uma educação para jovens e adultos***” (IRELAND, 2005, p. 93, grifo nosso).

Como educadora, acredito que a docência precisa contribuir com este objetivo, provocando reflexões junto aos trabalhadores sobre o seu trabalho, sobre mudanças e saberes originados a partir dele, bem como sobre as transformações necessárias na sociedade. O desafio que temos está em participar de maneira ativa dessa transformação e não somente realizar mobilizações ou atividades formativas. O trabalho de intervenção nas unidades de ensino teve a intenção de divulgar as experiências em Economia Solidária, conscientizar os educandos de seu papel social, desmistificar o “mercado de trabalho”, apresentar possibilidades de frentes de empregabilidade e renda, organização dos processos formais/legais do trabalho informal e principalmente que o aprendizado de um grupo seja compartilhado com outros grupos, e deste, para outros ainda, e que nesta partilha de conhecimentos e práticas, sempre seja colocado algo a “mais”, o novo conhecimento produzido por um novo coletivo.

Deste ponto de vista, o processo educativo exige que o educador se coloque desde o ponto de vista das comunidades reais e veja o que conseguem produzir e articular a cada momento. Sendo assim, cada educador/cursista marcou a reunião com a equipe gestora da escola para mobilizar a participação. Os cursistas/assessores participaram desse momento, no qual foi apresentado o projeto de intervenção em Economia solidária. Na grande maioria das escolas o projeto foi muito bem recebido, diretores e coordenadores participaram ativamente do processo, auxiliando ou sugerindo ações. Em algumas escolas os gestores não se envolveram, ou pouco se envolveram, principalmente quando o professor que fez a proposição do projeto não fazia parte do atendimento da modalidade. Avaliando os projetos e sua aplicação ficou constatado que alguns ficaram muito extensos, com seminários, palestras, oficinas e feiras, com ações até para o final do semestre, outros ficaram bem definidos, mas na aplicação os educandos solicitaram que fossem ampliados ou realizados com maior prazo.



### ■ 3 PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E PESQUISA SOCIAL COMO FORMAÇÃO PARA EDUCADORES

Quando falamos em formação de educadores da Educação de Jovens e Adultos é preciso considerar as questões relacionadas às lutas sociais, pois estas influenciam a fisionomia das lutas pedagógicas. Os princípios da educação popular precisam dialogar com a educação formal, pois este diálogo é libertador ao trazer a relação dinâmica dos grupos populares com a realidade social em que estão inseridos.

A formação de educadores como projeto de emancipação social se dá a partir da ação: a educação popular é um processo de luta e de formação permanente e contribui para uma ação dialógica problematizadora, fortalecendo a prática pedagógica cotidiana dos educadores, através da reflexão sistemática da ação educativa e das discussões com o grupo de educadores.

A ação educativa proposta no Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária/UFMT não separou a teoria da prática e atribuiu aos sujeitos envolvidos importância significativa, redescobrimo o prazer de fazer junto, valorizando a capacidade criadora do ser humano, priorizando o diálogo horizontal entre os envolvidos, incorporando a afetividade e a sensibilidade como elementos da formação. A Educação pensada assim defende a dimensão humana em todas as suas possibilidades, e ao resgatar esses valores e práticas calcados numa solidariedade consciente, espelhamos nos princípios da Economia Solidária, trazendo para a discussão nos grupos a temática de que um outro mundo é possível. Desta forma, a proposta de realizar um projeto de intervenção em Economia Solidária, para turmas de Educação de Jovens e Adultos, foi realizar esse processo cíclico do desenvolvimento da teoria na prática da sala de aula. Sendo assim apresentamos alguns relatos sobre o processo realizado.

Houve unidade de ensino como a Escola do Campo EMREB<sup>4</sup> Udeney Gonçalves da Amorim, onde as assessoras não conseguiram chegar para a realização do projeto uma vez que, na comunidade, alguns chacareiros colocaram fogo nos pastos e este chegou a queimar a ponte impossibilitando a chegada das mesmas e dos alunos na unidade escolar. Desta forma o projeto foi desen-

---

4 EMREB – Escola Municipal Rural de Ensino Básico – a sigla não mudou, mas as escolas são atualmente definidas como Escolas do Campo, em seu sentido mais amplo, considerando as diversidades e especificidades, conforme as Diretrizes da SME – Saberes da Terra.

volvido em outra data, mas no relato da prof.<sup>a</sup> Cursista houve envolvimento dos alunos e não da equipe gestora. Já na escola do Campo EMREB Nossa Senhora Penha de França o acompanhamento e a realização da feira foi um sucesso, tendo em vista que a unidade de ensino tem por prática a realização da Feira Cultural e a valorização das diversidades da comunidade. Todos os educadores cursistas participaram com suas turmas, realizando o projeto de intervenção com o sabão solidário, desde a modalidade Educação de Jovens e Adultos, passando também pelas outras turmas do Ensino Fundamental, culminando na confecção do produto, sua distribuição entre os educandos e a venda simbólica na feira cultural. Percebe-se neste movimento, a mobilização para a prática da democracia, valorização do saber e da cultura local, bem como o cuidado com o meio ambiente e a preocupação com as futuras gerações.

O projeto de intervenção em Economia Solidária realizado no Centro Estadual de Atendimento e Apoio ao Deficiente Auditivo (CEAADA) Prof.<sup>a</sup> Arlete P. Migueletti foi enviado para a equipe, que realizou algumas considerações. Como o prazo estava muito curto, o professor cursista colocou em prática o projeto, sem o acompanhamento do grupo. Devido à especificidade do atendimento que ele realiza, não tem uma turma específica; são encontros que acontecem onde as pessoas com deficiência auditiva de diversas faixas etárias se encontram para aprenderem a linguagem de sinais. Sua proposta foi a realização de diálogos e um teatro com os temas: Feira de Frutas e Comprar Barato. O objetivo foi valorizar os conhecimentos construídos, tomando como conceitos primordiais a solidariedade e o cooperativismo. Ele relata que houve muita interação entre os participantes e que ficaram mais atentos para serem mais solidários com os colegas.

Na EMEB<sup>5</sup> Jesus Criança, o relato da equipe de assessores informa que participaram da reunião com a equipe gestora, em uma quinta feira e que assim que chegaram à unidade além de serem bem recebidas, os gestores já conheciam o projeto e já estavam se organizando na elaboração e na mobilização com os educandos. A equipe de assessores acreditou que não haveria tempo hábil para a realização do evento, que chegaria à escola na terça-feira e não teria nada pronto. A surpresa foi de que quando chegaram à escola tudo estava organizado. Nos relatos dos educadores/cursistas, a participação da equipe gestora foi

---

5 EMEB – Escola Municipal de Ensino Básico.

fundamental para o cumprimento das atividades e também que todos os educandos se engajaram na participação e confecção do sabão solidário, pois muitos já conheciam os processos, mas de outras formas. Sendo assim, ao estudar a composição química, os componentes e suas reações, houve muitos questionamentos e novas aprendizagens. A cooperação de todos e a participação efetiva coaduna com os conceitos de solidariedade.

Na EMEB Maximiano Arcanjo da Cruz, houve envolvimento de todos os profissionais da unidade; a proposta foi analisar a prática da Cooperativa Mista de Pequenos Produtores de Bom Sucesso - Várzea Grande, MT, enquanto organização social e o trabalho cooperativo realizado por eles na produção de derivados da cana-de-açúcar, baseando-se nos estudos de contextualização, com o tema Cana-de-açúcar. Foi realizada visita na comunidade e na associação onde são produzidos os derivados da cana. Percebeu-se que a participação ativa de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar tem se transformado num ambiente de investigação dos processos físicos, químicos, relatos de experiência, experiência prévias e vivenciadas no contexto escolar, pois os educandos da Educação de Jovens e Adultos, período noturno, não medem esforços para se reunir, dialogar, planejar ações que com certeza trarão benefícios para todos os envolvidos no âmbito educacional. No acompanhamento deste projeto, ficaram claros os princípios da cooperação, solidariedade, cuidado com o outro, aprendizagem significativa e o despertar de muitas curiosidades.

Na EMEB Antonia Tita Maciel de Campos, as assessoras realizaram reunião com a coordenadora pedagógica e professoras/cursistas, porém o projeto já havia sido encaminhado por e-mail para sugestões e houve algumas alterações. O projeto recebeu apoio de todas as professoras do período noturno, equipe gestora e servidores. O desenvolvimento das atividades começou com mini palestras sobre Economia Solidária e, em forma de oficinas durante a semana, foi realizada a confecção de "Silkscreen" em camisetas e guardanapos, bicos em crochê, confecção de cestos com barbante e cola imitando cipós, aulas com pesquisas no laboratório de informática sobre os produtos e sua composição, culminando na feira de troca. Nesta unidade, a cooperação, solidariedade e união, fizeram a diferença, uma vez que os educandos se sentiram coparticipantes das ações, evitando com isso as infrequências.

O método de abordagem e de relacionamento determina profundamente o conteúdo do trabalho de construção e desenvolvimento da Economia Solidária. O primeiro momento dos projetos de intervenção em Economia Solidária foi apresentar essa nova possibilidade de organização social e autogestão das suas lutas, que revela para os (as) trabalhadores (as) a necessidade indissociável de autogestão da produção e da vida social. Por isso “a pedagogia das lutas dos (as) trabalhadores (as) contém sempre uma dimensão organizativa, unificando os (as) trabalhadores (as) para a superação da exploração e do próprio assalariamento” (TRAGTENBERG, apud NOVAES, 2011, p. 29).

Na autogestão, os (as) trabalhadores (as) passam a questionar o abismo dos salários e a necessidade de sua superação – aquilo que Marx chamou de “abolição do sistema salarial”, a necessidade de unificar as lutas sociais, superar a divisão entre os que mandam e executam, a necessidade de rodízios para evitar a burocratização, a necessidade de controle da totalidade da produção e da distribuição através do planejamento democrático dessa produção, além de uma produção voltada para a satisfação das necessidades humanas (NOVAES, 2011, p. 29).

Na EMEB Marechal C. Rondon, as assessoras realizaram as intervenções no projeto Economia Solidária, escrito, via telefone e e-mail. Participaram da reunião com a equipe gestora e a docente do período noturno que atua na Educação de Jovens e Adultos, a proposta da professora cursista N. S. foi aceita pela coordenadora e professora, que acreditavam que a professora cursista N. S é quem daria as aulas conforme o planejamento apresentado. Desta forma, ficou acordado que a docente da sala aplicaria o planejamento e a professora cursista N. S que trabalha na unidade com turmas do Ensino fundamental, faria a oficina de Sabão solidário. Foi realizada a mobilização, a compra dos ingredientes e no dia marcado, foi realizada a oficina, que devido à falta de recipiente de plástico para o preparo do sabão, foi colocado em recipiente de alumínio, para que se embalasse em outra data. Na data marcada para realizar a embalagem foi detectado que devido à quantidade de soda utilizada, houve corrosão do fundo do recipiente, vazando assim a metade do sabão líquido. Mesmo assim, nessa quantidade foi embalada e disponibilizada aos educandos. Um novo aprendizado, para a turma, para a professora e o primeiro contato em uma nova parceria.

Outro ponto relevante deste processo formativo aconteceu com a realização da pesquisa social, após debates e discussões sobre processo histórico, conceitos e concepções da educação, foi proposta pelo professor Dr. Caron, a pesquisa social, a ser aplicada pelos educadores/cursistas em forma de questionário com os educandos da rede pública de Cuiabá, para conhecer quem são nossos “sujeitos” da Educação de Jovens e Adultos e comparar com os estudos realizados. Os educadores que trazem em seus discursos, elementos do senso comum, sobre quem são os sujeitos atendidos na Educação de Jovens e Adultos, os motivos que os levaram a não conclusão dos estudos e principalmente sobre o que pensam sobre a educação, constataram na prática, quando realizaram a pesquisa, quem são, e o que realmente estão pensando essas pessoas.

Nesse contexto, a Economia Solidária envolvida com a modalidade EJA contribui para a construção de uma cultura do direito à educação ao longo da vida difundindo informações, desmontando preconceitos, mobilizando e ajudando a dar visibilidade à demanda social da Educação de Jovens e Adultos, pois coloca no cerne da discussão educativa a vida adulta, o trabalho e os educandos da Educação de Jovens e adultos, passando a considerá-los como sujeitos plenos de cultura e conhecimento, com diferentes percursos e projetos formativos. Desta forma, a educação não está à margem do processo de exclusão social, ela está relacionada aos impasses vivenciados na cultura, política e economia pelos quais infelizmente passa nosso país.

Entender a educação nesse processo exige uma organização curricular mais flexível e inovadora, colocando em diálogo saberes diversos: popular e erudito, dotada de estratégias formativas numa perspectiva intersetorial, articulando-a às políticas de desenvolvimento local, de trabalho/empregabilidade e renda, participação, assistência social, saúde, cultura, meio ambiente, como nos apontam os escritos do educador Paulo Freire.

A educação ao longo da vida deve ser entendida como um conjunto de processos de aprendizagem que possibilite aos adultos o desenvolvimento de suas capacidades, o enriquecimento de seus conhecimentos e a melhoria de suas competências técnicas ou profissionais, pois “Estar no mundo implica necessariamente estar com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2002, p. 20).

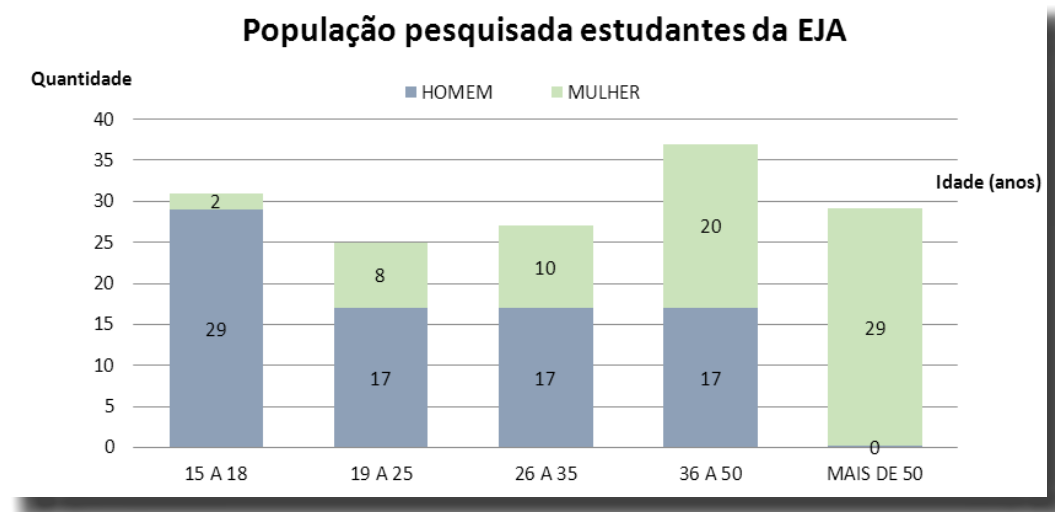
Este princípio perpassou todos os módulos do curso de especialização. Enquanto educadores vivenciamos um processo de reconstrução de nossas

identidades, baseada no comprometimento, no diálogo, nas experiências vivenciadas por um e por todos, nos processos de identificação de classe operária, na busca de novos conhecimentos necessários à nossa prática profissional para atender aos educandos que historicamente foram excluídos dos processos educativos.

#### ■ 4 A PRÁTICA DE PESQUISA COMO INSTRUMENTO REFLEXIVO DA AÇÃO PEDAGÓGICA DE EDUCADORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No módulo Educação de Jovens e Adultos na Diversidade Social Contemporânea, sob a orientação do Prof. Dr. Caron, foi realizada uma pesquisa social sobre os educandos da Educação de Jovens e Adultos no município de Cuiabá. Esta pesquisa abrangeu 165 educandos, sendo 96 homens e 69 mulheres, o que forneceu subsídios para identificar quem são e como pensam a educação essas pessoas:

**Gráfico 1** – População pesquisada: estudantes da Educação de Jovens e Adultos/Cuiabá



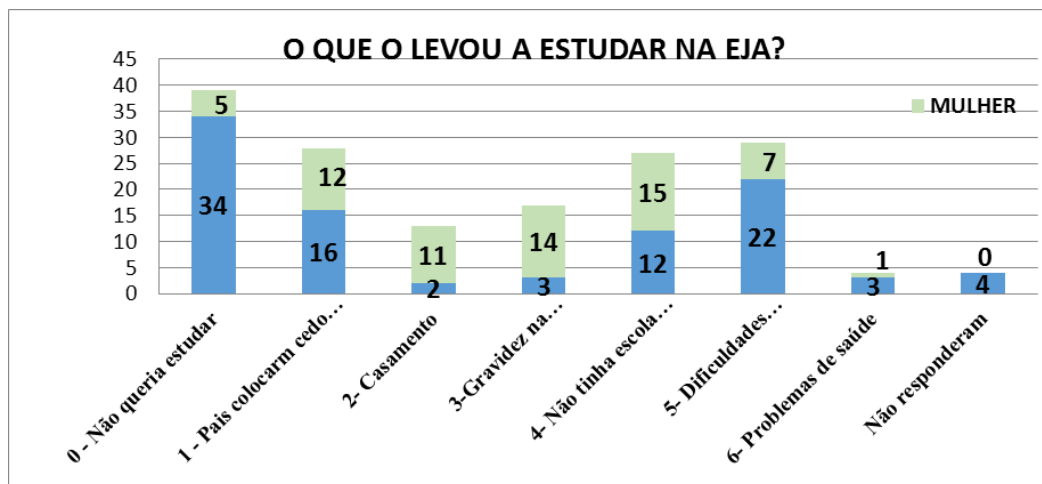
Fonte: Pesquisa social realizada pelos Educadores do Curso de Especialização Educação de Jovens e Adultos/Economia Solidária /UFMT/2014.

Entre o público masculino, a faixa etária compreende 46 educandos jovens (de 15 a 25 anos) e 34 adultos, na faixa etária que compreende de 26 a 50 anos, sem a presença de idosos. Esse quadro reflete que os jovens abandonam o ensino fundamental pela necessidade de trabalho ou de satisfação de suas

necessidades de consumo, porém, cada vez mais, procuram pela Educação de Jovens e Adultos, devido à possibilidade de qualificação para o trabalho; já os adultos, que estão em minoria, retomam os estudos pela necessidade de elevar o grau de instrução, em geral uma imposição do trabalho/empresa.

Quanto ao público feminino, apresentou-se em menor número na faixa etária jovem com apenas 10 jovens (de 15 a 25 anos), 30 mulheres adultas e 29 mulheres com mais de 50 anos. Temos a considerar que as mulheres, em sua grande maioria, quando questionadas sobre motivos que as levaram a estudar na Educação de Jovens e Adultos, 44 educandas responderam como motivo: o casamento, a gravidez precoce e as dificuldades financeiras. Isso nos leva a crer que apesar dos avanços na sociedade patriarcal “machista”, a mulher ainda tem neste modelo social em transformação (em pleno século XXI), “a manutenção do lar”, ou seja, os cuidados com os filhos, com os afazeres domésticos, cuidados com a família e que só retomam os estudos após separação, divórcio, viuvez, filhos criados, por “vontade ou a necessidade” de tomar um novo rumo em sua vida, de retornar ao trabalho ou auxiliar os filhos ou netos nos estudos.

**Gráfico 2** – O que o(a) levou a estudar na Educação de Jovens e Adultos



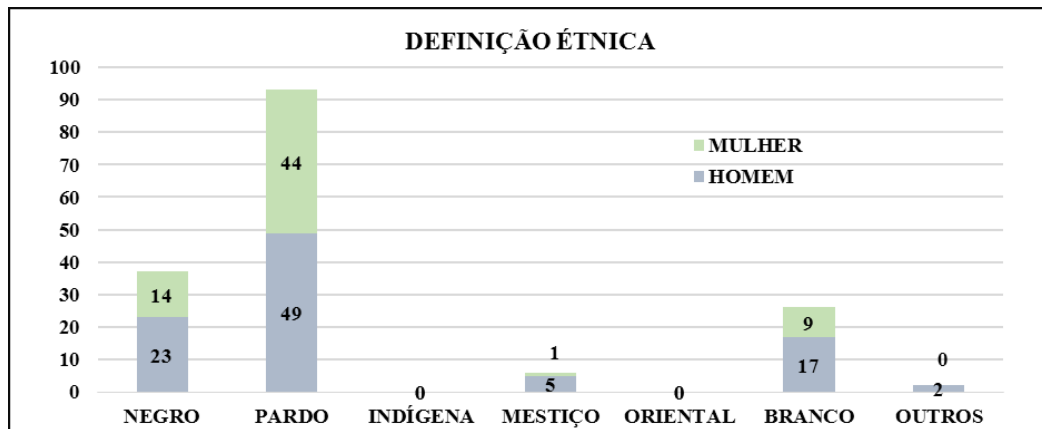
Fonte: Pesquisa social realizada pelos Educadores do Curso de Especialização Educação de Jovens e Adultos/Economia Solidária/UFMT/2014.

Para os homens, os motivos que levaram a estudar na Educação de Jovens e Adultos diferem em relação ao alunado feminino; 34 responderam: por que não quiseram estudar (na infância/adolescência), 16 porque os pais colocaram para trabalhar desde cedo e 22 deixaram de estudar por dificuldades financeiras.

ras. Se agruparmos esses itens, temos o total de 72 educandos e fica evidenciado que eles não se percebem nesse processo de exclusão escolar e social, colocando a culpa sobre si mesmos pelo atraso na escolaridade.

Outra pergunta que define quem são os nossos educandos refere-se à definição Étnica. O Brasil é considerado um país de diversidade étnica, sua população é composta da miscigenação de vários povos que juntos formaram uma nova identidade cultural. Etnia é um grupo de indivíduos que possuem afinidades de origem, história, idioma religião e cultura, independente do país em que se encontrem, por isso para falar deste público, a pesquisa nos aponta que a aceitação de definição étnica, mudou muito em relação ao que se acreditava em décadas.

**Gráfico 3** – Como você se define etnicamente



Fonte: Pesquisa realizada pelos Educadores do Curso de Especialização Educação de Jovens e Adultos/Economia Solidária/UFMT/2014.

A pesquisa nos apresenta que 23 homens se declararam negros, 49 pardos e apenas 17 se declararam brancos. Entre o público feminino, 14 mulheres se declararam negras e 49 pardas, e apenas 9 assumiram ser brancas. Com isso podemos perceber que devido às diversas campanhas contra o preconceito e ações afirmativas, a aceitação da etnia negra está sendo modificada, porém, apenas 5 homens e 1 mulher se declararam “mestiços”; temos a considerar que o nosso estado de Mato Grosso é um núcleo étnico formado pela miscigenação entre negros, índios e brancos; desta forma, muitos dos educandos que se declararam pardos, apesar do fenótipo de mestiço, não se consideram com tal.

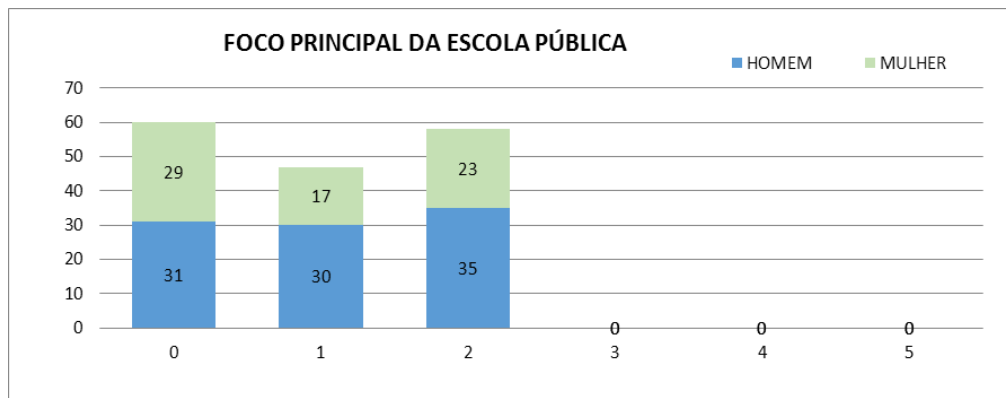


#### **4.1 O que os educandos estão buscando na Educação de Jovens e Adultos?**

A pesquisa social realizada trouxe como 3ª pergunta: Para você, o foco principal de uma escola pública deve ser: transmitir o conhecimento científico das matérias (disciplinas) para os alunos, a direção se esforçar em manter a ordem e a disciplina, os professores aprovarem somente os que realmente estudam e preparar bem o aluno para o mercado de trabalho. Pode-se afirmar que na resposta de 31 homens e 29 mulheres está explícita a visão da escola tradicional, ou a escola de vidro como já dizia Ruth Rocha, onde todos têm que se enquadrar. Afinal, na grande maioria, os educandos já tiveram algum tipo de contato com a escola em tempos de outrora e possuem como referencial apenas a escola tradicional como modelo que “funciona” devido às experiências vivenciadas, mas ainda não conseguem enxergar o processo de exclusão vivenciado nesse modelo.

1 - Transmitir o conhecimento científico das matérias (disciplinas), a direção se esforçar em manter a ordem e a disciplina, aprovar os que frequentam as aulas e se esforçam (mesmo com notas baixas) e preparar bem o aluno para o mercado de trabalho. Neste item 30 homens e 17 mulheres apresentam sua visão sobre o modelo de escola, um tanto quanto “moderada” pois já vislumbram um processo educativo mais flexível com vistas à transição para um novo modelo que realmente atenda aos seus interesses.

2 - Um espaço de socialização e debate dos saberes científicos, com foco nas discussões sobre a cidadania, a organização sindical e política dos trabalhadores, as questões ambientais, o convívio social, familiar e afetivo. Neste item as respostas correspondem a 35 homens e 23 mulheres, este grupo pode ser considerado progressista, pois apresentam consciência da necessidade de que os conhecimentos a serem adquiridos tenham uso social e prático, que devem envolver debates sobre temas diversos e atuais, para amadurecimento de novas ideias e ideais. Apresenta também a visão da formação do indivíduo no sentido integral, mais amplo, mais universal.

**Gráfico 4 – Foco principal da escola pública**

Fonte: Pesquisa realizada pelos Educadores do Curso de Especialização Educação de Jovens e Adultos/Economia Solidária/UFMT/2014.

A pesquisa indagou, na 4ª pergunta: qual das alternativas você acha mais adequada para a forma de trabalho da escola e dos professores: 34 homens e 14 mulheres responderam que a escola tem que “cobrar” do aluno o estudo e o comportamento disciplinar rígido. Escola que não cobra e tudo é “festa” acaba fazendo com que o aluno também relaxe nos estudos. Pode-se dizer que este grupo é conservador quanto às questões sobre a educação.

Já 23 mulheres e 19 homens responderam que a escola tem que “cobrar” do aluno o estudo e o comportamento disciplinar, mas não precisa ser tão rígida nem abolir festas legais promovidas de vez em quando pelos alunos, pela comunidade ou mesmo pela direção. Este grupo se apresenta como moderado, pois ainda possui resquícios do conservadorismo, mas está em processo de mudança de pensamento.

Porém, 32 mulheres e 36 homens responderam que os professores têm que ensinar os alunos a terem autonomia tanto nos estudos como no comportamento, isto é ensiná-los a compreender os conteúdos das matérias e relacioná-los com a vida real e cotidiana dos alunos, de modo que os alunos possam refletir por eles mesmos e sejam capazes de buscar a autodisciplina e o conhecimento político para transformar a sociedade (grifo nosso). Este grupo se apresenta como progressista, com um pensamento voltado para as questões sociais, autonomia e preocupação com sua formação, buscando no processo educativo, um uso social para a sua vida.

Desta forma, está caracterizado o modo como os educandos adultos, estão esperando que aconteça sua aprendizagem: com autonomia, com valorização dos saberes construídos, com a troca de experiências. Esta pesquisa traz para a reflexão, a especificidade da Educação de Jovens e Adultos. E esta reflexão traz à tona o tema trabalho para o currículo da Educação de Jovens e Adultos. Paulo Freire afirma “Quem ensina, aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” – tratar de trabalho no currículo de Educação de Jovens e Adultos é considerar também que educador e educando são trabalhadores e estão imersos no mundo do trabalho, sendo assim ambos têm muito a compartilhar.

Nesta via, o tema trabalho é imprescindível na formação do cidadão trabalhador, os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos; educar é construir a identidade libertária do trabalhador, pois o ato de transformação que nos distingue, de fato, dos demais animais, não é outro, senão o trabalho. Neste sentido, é fundamental estabelecer uma relação participativa, criadora, ativa, criativa e coletiva dos cidadãos para a consolidação desta nova proposta curricular na Educação de Jovens e Adultos – o diálogo com a Economia Solidária. Desta forma, os projetos de intervenção e a pesquisa social desenvolvidos desde sua elaboração primaram por estes objetivos, que foram estudados, debatidos e colocados em evidência no curso de especialização em Economia Solidária.

É conhecida a frase de Marx que diz: “os filósofos interpretaram o mundo, é preciso transformá-lo”. Assim, mais que possuir uma teoria pedagógica libertária, é necessária uma prática pedagógica transformadora, ou seja, é necessário o exercício da práxis. No contexto do trabalho associado, temos percebido que o exercício da práxis está presente de forma bastante acentuada nos projetos de extensão universitária como este curso de especialização: Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária.

## ■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da Economia Solidária no Brasil deve-se a diversos fatores, dentre os quais vale destacar a resistência dos trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e desocupação rural, resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista. Tal resistência se manifesta primeiramente como luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular

tais como a atuação de camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes, etc., normalmente de caráter individual ou familiar.

Com a articulação de diversos atores, essa resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à reprodução da vida, mas que vão, além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo indiscriminado. Desta forma, a Economia Solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico. É necessário ligá-la a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral.

Sendo assim, o curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos/ Economia Solidária tratou nos módulos, dos conceitos, das concepções e pesquisas sobre sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, Pesquisas em ECO-SOL, empreendimentos em Economia Solidária, Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Contemporaneidade, Educação de Jovens e Adultos e Mundo do Trabalho I e II, práticas e pesquisas em Economia Solidária, apresentando articuladamente os princípios da Economia Solidária, cumprido desta forma, seu papel de desvelar a realidade e, principalmente, como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social, apresentando uma nova forma de organização social que passa pela autogestão, pela solidariedade e autonomia, promovendo o diálogo entre as aprendizagens escolares e a vida, não restringindo a formação dos educadores apenas aos conhecimentos instrumentais necessários à participação dos sujeitos no mundo do trabalho e nas práticas culturais da sociedade urbana letrada, mas reafirmando a ação transformadora da educação apontada por Paulo Freire.

O projeto de intervenção Economia Solidária e a pesquisa social mexeram com as estruturas dos atores sociais, fazendo-nos refletir sobre a realidade, mobilizando novos saberes, articulados com saberes há muito tempo adormecidos, partilhando experiências e construindo novos conhecimentos. Sabemos que no espaço educativo, muitos são os desafios a serem enfrentados, muitos são de nossa governabilidade, outros não, porém devemos buscar a escuta como principal metodologia de ensino, conscientizar todos os profissionais da unidade de ensino sobre a importância do bom relacionamento interpessoal para garantir melhor desempenho dos educandos, compreender as necessidades dos estu-

dantes no processo de construção do seu conhecimento, mediar os conflitos, auxiliar nas dificuldades apresentadas e aproveitar as habilidades adquiridas pelos estudantes ao longo da vida, e principalmente avaliar e autoavaliar-se, re- vendo o uso da metodologia utilizada, buscando novas alternativas e percursos diferentes, trabalhar com projetos interdisciplinares com temas atuais, buscar a aplicação de um currículo vivo, buscando temas que venham ao encontro das necessidades do conhecimento dos estudantes, para que os conteúdos ensina- dos/aprendidos tenha um significado e uso social

Percebi, na forma de trabalho realizada neste curso de especialização, essa possibilidade de articular a realidade local com os saberes acadêmicos, dando, aos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, um conhecimento articulado en- tre prática docente e a teoria, fazendo com que os conteúdos a serem ensinados tenham significado na vida e significância de seu uso para a vida, com vistas à transformação social.

Nesta experiência, começamos com o conhecimento das formas coleti- vas de organização desenvolvida por populações urbanas e rurais para o en- frentamento da crise do mundo do trabalho. Passamos pelo desenvolvimento dos projetos de intervenção, até chegarmos à realização da pesquisa social com educandos da Educação de Jovens Adultos que, mediante análise aprofundada dos dados coletados, permitiu-nos reconhecer os sujeitos que buscam nossas unidades de ensino, desmistificando antigos conceitos e preconceitos arraiga- dos. As reflexões sobre a Economia Solidária têm me levado a criar novas possi- bilidades de atuação na vida profissional, unindo teoria/prática e pesquisa, vol- tando a atenção para o sujeito em sua universalidade e humanidade.

Trazer a Economia Solidária como tema de discussões reflexivas aos edu- cadores e educandos da Educação de Jovens e Adultos vem reafirmar que a escola e a própria Universidade podem e devem transcender a experiência ime- diata, promovendo a reflexão crítica dos contextos mais amplos, auxiliando os sujeitos a reconstruírem a consciência social e de si e a reformularem projetos pessoais e coletivos de futuro, cumprindo desta forma as três dimensões: social, pessoal e profissional do educador/cursista e dos educandos.

O desafio pedagógico é uma constante, pois trata-se de uma formação continuada pelo diálogo, como prática de liberdade, que visa ir para além do capital. É uma formação forjada em longos anos de luta dos oprimidos, engen-

drada pela solidariedade, pela cooperação, pela autogestão, valorizando a potencialidade de cada integrante do grupo. Requer participação e envolvimento, exercício da democracia, saber ouvir/ser ouvido, viver/conviver entre diferentes, buscar conjuntamente as soluções para os problemas, construção do coletivo e muita vontade de testar novos rumos.

## ■ 6 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. SENAES. **Pedagogia e Autogestão**. In: NOVAES, H. T.; CASTRO, Mariana P. (Orgs.). *Percurso formativo: socialização de experiência do CFES/CO*. Brasília: Caritas Brasileira, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, L. C. **A Luta por uma Pedagogia do Meio**: revisitando o Conceito. In: PISTRAK, M. M. *A Escola-Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

IRELAND, Timothy D.; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Vera Esther da Costa. **Os desafios da Educação de Jovens e Adultos**: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada. In: KRUPPA, Sonia. (Org.). *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: INEP, 2005.

MORENO, Carlos Eduardo; GOULART, Orosinda Taranto. **Acesso e qualidade do ensino fundamental**: direito de todos? In: KRUPPA, Sonia (Org.). *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: INEP, 2005.

NOVAES, H.T. **A Autogestão como magnífica**: notas sobre a educação no trabalho associado. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T. (Orgs.). *Educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru: Canal6/Praxis, 2011.

# A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DIANTE DAS PERSPECTIVAS PROGRESSISTAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POSSÍVEL?

CASIA REGINA GAMA DE ALMEIDA<sup>1</sup>

MARCOS MACEDO FERNANDES CARON<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar o perfil dos “sujeitos de direitos”<sup>3</sup> no universo da complexidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os quais foram objetos de uma pesquisa com abordagem empírico-qualitativa, realizada na disciplina “Educação de Jovens e Adultos na diversidade social contemporânea”, ministrada pelo professor Doutor Marcos Caron, no curso de Especialização EJA e ECOSOL, ofertada pelo Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (IE/UFMT), em parceria com o MEC/SECA-DI, FNDE e Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária. Entre vários pontos, a pesquisa circundou a faixa etária dos educandos, a distribuição por sexo, o perfil sócio econômico (profissão, tipo de empregabilidade e atuação profissional), naturalidade, definição étnica (questões de gênero), as experiências em movimentos sociais e as opiniões envolvendo as realidades sociais atuais. Vislumbramos, neste artigo, favorecer ao leitor uma reflexão acerca da EJA como direito do jovem e do adulto que não tiveram acesso à educação na infância e adolescência, bem como retratar o perfil dos “sujeitos de direitos” que buscam a EJA e quais os desafios percorridos quando retornam às salas de aula. Por fim, visamos debater acerca da Economia Solidária (ECOSOL) como proposta pedagógica para a EJA, como possibilidade de contribuir para um trabalho positivo nesta modalidade de ensino. Através dos resultados obtidos na pesquisa e dos estudos em bibliografias, verificou-se que os sujei-

1 Pedagoga graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso em 2005, professora efetiva da Rede Municipal de Educação de Cuiabá desde 2000. E-mail: casia.gama@hotmail.com.

2 Marcos Macedo Fernandes Caron (Orientador). Doutor e Mestre em Educação pela UnB (2010/1996), licenciado em Geografia pela UnB (1984). Professor do Instituto de Educação/UFMT desde 2002, onde leciona as disciplinas: Metodologia do Ensino de Geografia; Organização e Fundamentos do Ensino Básico. Participa também da equipe de orientação e coordenação do Estágio Supervisionado Prática de Ensino; - Professor colaborador no mestrado do IE, Pesquisador do: Grupo dos Movimentos Sociais em Educação; (GPMSE - IE - UFMT) - Áreas de interesse e atuação; Dinâmica dos Movimentos Sociais; Educação Popular; Educação Socialista; Políticas Públicas em Educação; Estado e Educação; Espaço Sócio-geográfico e Educação; Prática e Ensino da Geografia.

3 Termo utilizado pelo Professor Doutor Miguel Arroyo, 2009, em Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.

tos da EJA voltam a estudar porque necessitam de uma inserção na sociedade, que o excluem em virtude de não acompanharem as atualizações ocorridas ao longo do tempo, por falta de formação tecnológica e conhecimentos formais e técnicos.

**Palavras chaves:** Educação de Jovens e Adultos. Perfil dos sujeitos. Economia Solidária.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

O tema do artigo está relacionado às reflexões que debatemos a partir de alguns resultados obtidos na pesquisa, realizada na disciplina “Educação de Jovens e Adultos na diversidade social contemporânea”, do curso de Especialização EJA e ECOSOL, em consonância com os conhecimentos da perspectiva da Economia Solidária, bem como da prática pedagógica da pesquisadora, vivenciada nos últimos três anos como educadora dessa modalidade de ensino.

Este artigo é permeado pela pesquisa bibliográfica, pelas experiências pedagógicas, como também pela pesquisa campo, que teve uma abordagem empírico-qualitativa, onde a coleta de dados se efetivou pela aplicação de questionário. Essa pesquisa incluiu todos os educadores cursistas da Especialização EJA e ECOSOL, turma (2013-2015). Envolveu aproximadamente 165 educandos, no ano de 2014, os quais estavam matriculados em escolas públicas que ofertavam a EJA, localizadas no município de Cuiabá. O processo inicial aconteceu a partir da escolha de grupos dos gêneros feminino e masculino a serem pesquisados. O questionário aplicado foi sugestão de um dos educadores do curso, Prof. Dr. Marcos Caron, após debate e troca de experiências com os educadores cursistas, os quais se responsabilizaram pela aplicação e contribuíram com a tabulação dos resultados obtidos. As tabelas e os gráficos foi construção do educador já citado, o qual demonstrou ser um motivador da turma para que essa pesquisa fosse exitosa.

Para a elaboração deste artigo foram utilizados os resultados de cinco gráficos e de duas tabelas, fruto de sete questões aplicadas de um total de vinte e sete, presentes nos blocos I e IV do questionário. Nosso objetivo foi analisar o perfil dos sujeitos da EJA no município de Cuiabá no universo dos alunos dos próprios cursistas, bem como compreender os reais motivos que os trouxeram



de volta à escola, como também favorecer reflexões a cerca de uma prática pedagógica pautada na ECOSOL, como possibilidade de atender efetivamente os anseios dos sujeitos que buscam a EJA na fase jovem e adulta.

O primeiro momento do presente artigo busca apresentar parte da legislação que fundamenta a EJA, bem como debater sobre a não completa efetivação desse direito, ao abordar a taxa de analfabetismo no Brasil e em especial no município de Cuiabá, pois para debater acerca da parceria possível entre EJA e ECOSOL, acreditamos ser necessário reconhecer essa modalidade de ensino enquanto direito assegurado.

O segundo momento visa representar os sujeitos da EJA no município de Cuiabá, a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo, bem como refletir acerca dos desafios que os “sujeitos de direitos” enfrentam quando retornam à escola, após período de interrupção dos estudos.

O terceiro momento é dedicado, de forma breve, aos conhecimentos auferidos sobre a ECOSOL, como também às reflexões com ênfase pedagógica nesta outra economia. Por fim, as ideias mencionadas nas considerações finais têm como finalidade as conclusões obtidas no conjunto deste trabalho.

## ■ 2 EJA: DIREITO ASSEGURADO

Recentemente acompanhamos na mídia a taxa de analfabetismo no Brasil, em 2013. Segundo dados do IBGE, Cerca de 8% da população com 15 ou mais anos (pouco mais de 13 milhões) não sabe nem ler e escrever. Isso nos remete a acreditar que o Brasil necessita avançar muito na Educação de jovens, adultos e idosos e que esses sujeitos estão sendo excluídos dos seus direitos, de exercer a cidadania plena e de conviver em uma sociedade justa, igualitária e solidária.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 37, § 1º e 2º nos traz o seguinte:

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996).

Nota-se que, teoricamente, a legislação assegura condições para que jovens e adultos recebam atendimento educacional, e que as instituições de ensino estejam preparadas para oferecer uma formação condizente com a especificidade e o interesse desses educandos, bem como acessíveis ao seu tempo. Entretanto, compreendemos que seja necessário um maior fortalecimento e envolvimento dos sistemas, das instituições de ensino, dos gestores e dos educadores para que de fato essa formação ocorra com qualidade.

Outro ponto que ressaltamos é em relação à necessidade de maiores incentivos e ações integradas do Governo e dos entes federados com vistas à atração desse público para as salas de aula, já que a demanda é alta. Segundo dados do IBGE (2010), a taxa de analfabetismo em Cuiabá, no final da última década atingiu cerca de 4,3% da população com 15 anos ou mais de idade.

Os dados parecem irrisórios, quando analisados os números em porcentagem, entretanto, causam preocupação. Mais de dezoito mil (18.000) pessoas com 15 anos ou mais de idade não alfabetizadas, alheias à parte do exercício da cidadania, necessitando frequentar as turmas de 1º segmento (anos iniciais) a fim de apropriarem-se do básico de leitura, escrita e dos conhecimentos lógico-matemáticos.

Vale salientar que esses dados não levam em conta os educandos que necessitam dar continuidade nos estudos a partir do segundo segmento (anos finais do Ensino Fundamental), o que refletirá no aumento considerável da necessidade de oferta e ações que favoreçam a permanência desse público nas salas de aula.

Enquanto nação democrática, as oportunidades de avanço educacional devem ser estendidas e implementadas em proporções maiores que ultrapassem a criação de leis, para que se efetive com estratégias, com ações concretas e regulares, com currículos e projetos que contemple a realidade da EJA e propicie não só o acesso, mas também a permanência desses sujeitos até a conclusão de sua formação básica, a ponto de exercerem os direitos e deveres fundamentais da vida cidadã.

Neste sentido, Gadotti afirma que,

A educação, independentemente da idade, é um direito social e humano. Muitos jovens e adultos de hoje viram esse direito negado na chamada “idade própria” e negar uma nova oportunidade a eles é negar lhes, pela segunda vez, o direito à educação. O analfabetismo de jovens e adultos é uma deformação social inaceitável, produzida pela desigualdade econômica, social e cultural. (2013, p. 19)

A sociedade vem mudando ao longo do tempo os avanços tecnológicos aliados ao mundo do trabalho. Desse modo, vêm exigindo que os “sujeitos de direitos” tenham conhecimentos básicos do mundo, da leitura, da escrita, das operações matemáticas, das relações interpessoais, ética e tantos outros, fundamentais para a inserção nessa nova realidade. Assim, o papel da educação e principalmente das políticas para a EJA tornam-se cada vez mais primordiais nesse processo, em virtude da função que a compete.

O reconhecimento da juventude e da vida adulta como um tempo específico de direito à educação está, ainda, muito distante de ser legitimado na sociedade e no Estado, inclusive nos atores mais comprometidos com EJA. (ARROYO, 2009, p. 28).

Conquanto, mesmo necessitando avançar, faz-se importante ressaltar que nos últimos anos vivenciamos uma atenção maior dos governos, tanto na esfera federal como estadual e municipal, em relação à implementação de políticas direcionadas para essa modalidade de ensino, bem como para a erradicação do analfabetismo, a partir de programas e campanhas, como: Brasil alfabetizado e Projovem Urbano.

Entretanto, acreditamos que para haver um avanço maior seja importante que as campanhas ocorram com certa regularidade e maior abrangência, com um olhar voltado à necessidade e a importância da formação educacional para a vida social. Que haja maior atenção à projetos que objetivem à construção e reconstrução de novos olhares sobre o direito à educação também na fase jovem e adulta, dessa forma, possibilitando o estabelecimento de novas parcerias com os setores públicos e privados, a fim de visar à erradicação do analfabetis-

mo e a pouca formação entre a população que vive à mercê da exclusão e das mazelas sociais.

Vale salientar também que alguns fatores: como a burocratização e algumas normatizações institucionais têm parcela de contribuição no engessamento da efetividade dessa educação e da erradicação do analfabetismo. Neste sentido, compreendemos que o fechamento de turmas na EJA, quando estas não formam determinado número de educandos, em torno de 15 a 20 por sala seja um exemplo desta constatação.

E assim, surge um dos motivos da evasão e/ou desistência em retomar os estudos, que no passado foram interrompidos. Isso se configura com o desânimo de alguns alunos em dar continuidade aos estudos em outras escolas, que localizam distantes de suas residências, necessitando usar o transporte coletivo, tarefa não tão fácil em virtude da violência e dos atrasos dos ônibus, somado ao cansaço diário de trabalho, já que de acordo com a nossa pesquisa 76% dos educandos entrevistados são trabalhadores<sup>4</sup> e, desses, mais da metade (56%) exercem atividades profissionais ligadas a serviços nos quais se exige esforços físicos consideráveis e, por vezes, extremamente desgastantes, visto serem profissões que não exigem uma formação escolar básica.

### ■ 3 OS SUJEITOS DA EJA NOS EDUCANDOS ENTREVISTADOS:

Acreditamos que para o debate sobre a Economia Solidária como proposta pedagógica para a EJA, enquanto possibilidade de ensino, seja necessário conhecer quem são os “sujeitos de direito” da EJA, o que buscam e que desafios enfrentam quando retornam à escola na fase jovem, adulta e/ou idosa.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa já citada, alguns pontos nos chamaram atenção. Como, por exemplo, a faixa etária e a distribuição por gênero dos 165 educandos (as) da EJA no município de Cuiabá. A pesquisa, do ponto de vista quantitativo, por amostragem, realizou-se com sujeitos da EJA de maioria de sexo masculino, como podemos observar na tabela abaixo.

---

4 Ver em tabela 2.

**Tabela 1** - Gênero e faixa etária dos alunos da EJA pesquisados.

| I - IDADE (ANOS)              | HOMEM | MULHER | TOTAL |
|-------------------------------|-------|--------|-------|
| <b>15 A 18</b>                | 29    | 2      | 31    |
| <b>19 A 25</b>                | 17    | 8      | 25    |
| <b>26 A 35</b>                | 17    | 14     | 31    |
| <b>36 A 50</b>                | 17    | 20     | 37    |
| <b>MAIS DE 50</b>             | 16    | 25     | 41    |
| <b>TOTAL DE ENTREVISTADOS</b> | 96    | 69     | 165   |

Visualizamos que, nesta pesquisa, a prevalência de alunos de sexo masculino é de aproximadamente 58%. E desses, a maior parte é composta por educandos abaixo dos 35 anos, na maioria justificável em virtude da necessidade de inserção ao mundo do trabalho, já que estão no início desse processo e dos sonhos de ter uma profissão mais valorizada.

Como a pesquisa abarcou a maior parte de educandos masculinos, verificamos que, desses, os que mais estão presentes nas salas da EJA são os mais jovens. Dessa forma, compreendemos que o processo de sensibilização do idoso, acima de 60 anos para retornar às salas de aula seja mais complexo, em virtude da forma como encaram a vida, do grau de machismo arraigado, das expectativas para o futuro e dos sonhos que ainda pretendem realizar.

Compreendemos que os dados acerca da prevalência de mulheres acima dos 35 anos nas salas da EJA seja em parte, resquícios do machismo, presente na sociedade brasileira até o século passado, como também fruto da dedicação maternal, do casamento, dos cuidados com a casa e com a família, bem como das exigências de formação para a inserção/reinserção no mundo do trabalho.

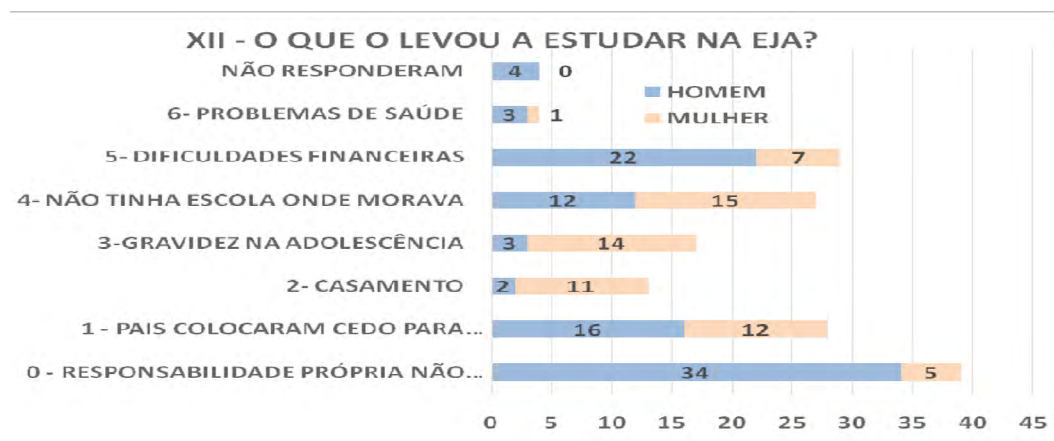
Ao analisar a tabela 1, relacionamos com uma matéria publicada no site da revista Nova Escola, que tem por título: “Por que jovens de 15 a 17 anos estão na EJA”. De autoria de Elisângela Fernandes. A matéria faz referência a dados extraídos dos Censos Escolares de 2004 e 2010 e afirma que aproximadamente 20% das matrículas em turmas da EJA são preenchidas por educandos de 15 a 17 anos. E indaga: “Por que esses adolescentes estão frequentando a modalidade, em vez de estar na Educação Básica regular?”

A matéria apresenta as causas dessa realidade, que são: “desmotivação, reprovação, evasão, decisão do gestor, vulnerabilidade, distância da escola no campo, trabalho e gravidez precoce”. Vale salientar que os três últimos motivos que a matéria elenca fazem parte dos itens respondidos pelos sujeitos da nossa

pesquisa, como veremos no gráfico 1, onde o resultado envolvendo as três opções de votos equivalem a 44%.

É possível que a causa “desmotivação” se reflita, ainda que indiretamente, na quantidade de autoidentificação do item 0 - “Responsabilidade própria – não queria estudar”, exposto no gráfico 1, o qual obteve a maior representatividade dos votos, quando analisados individualmente. Corresponde a um valor expressivo, aproximadamente 25%. E isso – desmotivação – poderá estar atrelada à falta de atratividade da sala de aula, não inserção no espaço escolar, problemas de relacionamento com colegas e professores, desinteresse nos conteúdos trabalhados e problemas de indisciplina.

**Gráfico 1** – Causas da interrupção dos estudos regulares dos alunos pesquisados.



Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas da Especialização EJA e ECOSOL, sob orientação do Professor Marcos Caron (IE/UFMT), na disciplina “EJA diversidade social Contemporânea”.

Enquanto os educandos masculinos são mais jovens, entre 15 a 35 anos, as educandas mulheres se enquadram numa faixa etária mais avançada, ou seja, acima dos 36 anos de idade.

## ■ 4 DESAFIOS A PERCORRER

Deparamos com muitos “sujeitos de direitos” fora das salas de aula, seja por não terem reiniciado os estudos ou por terem evadido, o que torna preocupante, já que as exigências de formação e estudo para o mundo do trabalho encontram-se cada vez mais presentes em virtude das transformações sociais e tecnológicas.

Conquanto quando retornam às salas de aula, os educandos da EJA se deparam com alguns desafios, que muitas vezes exigem certa determinação e conscientização da importância dos estudos para a vida.

Neste sentido, um dos desafios é conciliar o estudo com o trabalho e com a vida familiar. Muitos dos sujeitos da EJA que tem características próprias, geralmente provenientes das camadas sociais de menor poder aquisitivo evadem das salas de aulas por problemas econômicos, familiares e sociais enfrentados no cotidiano de suas vidas, muitas vezes necessitando trabalhar o dia todo, ao passo de desanimar em frequentar a escola, em virtude do cansaço de um dia inteiro de trabalho e da inflexibilidade de tempo necessário para o estudo.

Assim, essas demonstrações são representadas na pesquisa realizada com os educandos da EJA, conforme a tabela 2.

**Tabela 2** – Área de atuação e serviço profissional dos alunos da EJA pesquisados.

| IX - ÁREA DE ATUAÇÃO | HOMEM | MULHER | TOTAL |
|----------------------|-------|--------|-------|
| RURAL                | 2     | 1      | 3     |
| INDÚSTRIA            | 15    | 0      | 15    |
| COMÉRCIO             | 15    | 9      | 24    |
| SERVIÇO              | 36    | 30     | 66    |
| SERVIÇO PÚBLICO      | 0     | 0      | 0     |
| ESTUDANTE            | 20    | 8      | 28    |
| APOSENTADO           | 6     | 0      | 6     |
| DESEMPREGADO         | 1     | 0      | 1     |
| DO LAR               | 0     | 8      | 8     |
| TOTAL                | 95    | 56     | 151   |

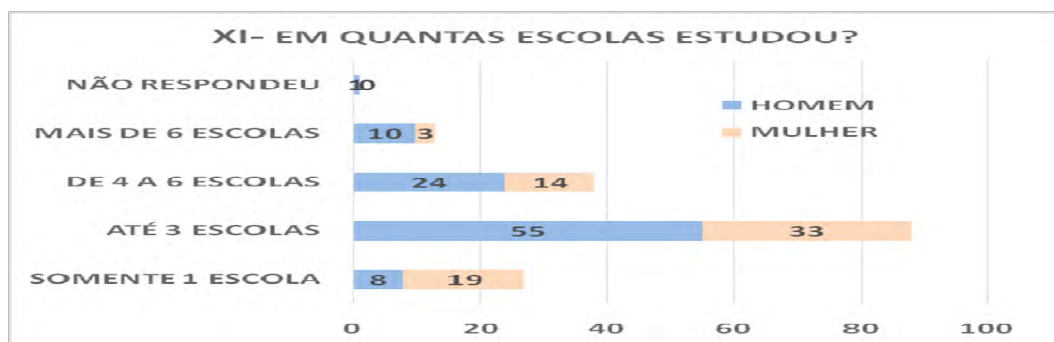
Constatamos que a maioria dos entrevistados são trabalhadores, quando analisamos o conjunto da área de atuação, com exceção de “estudante” e “aposentado”, somam 116 respostas, ou seja 76%. O trabalho executado está frequentemente ligado a fadiga, cansaço e desestímulo, que causa, muitas vezes, o abandono das salas de aula.

Outras situações desafiadoras acontecem, geralmente, com as mães, que necessitam conciliar os estudos com a maternidade. Constatamos na pesquisa realizada, que um dos motivos que favorecem a ida de alunas, que já são mães para a EJA é a gravidez na adolescência<sup>5</sup>, ou seja, a problemática de gravidez na adolescência e a disposição de tempo para os cuidados com a criança nos primeiros anos, ocasionam a evasão no ensino regular, quando ainda adolescente e mais tarde, após alguns anos na EJA.

5 Informação extraída do gráfico 1 – “O que levou a estudar na EJA”.

Outro desafio observado está relacionado à elevação da autoestima, em virtude do estresse da vida cotidiana e, principalmente, dos fracassos anteriores. Mesmo esta opção não ter sido objeto de nossa pesquisa, é possível averiguar, através do gráfico 2 que dos educandos que responderam à pergunta “Em quantas escolas estudou?” Uma parte considerável, cerca de 30%, marcaram os itens relacionados a mais de quatro escolas. Assim, é possível analisar que a trajetória escolar desses educandos deu-se de forma fragmentada, mesmo considerando que a pesquisa envolveu educandos também da última fase, do ensino fundamental. E considerando que do total de entrevistados, 57 frequentam as turmas do 1º segmento, ou seja, equivalente ao período do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

**Gráfico 2** – Número de escolas publicadas frequentadas pelos alunos pesquisados na sua vida escolar, contando com a atual.



Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas da Especialização EJA e ECOSOL, sob orientação do Professor Marcos Caron (IE/UFMT), na disciplina “EJA diversidade social Contemporânea”.

O despreparo do professor da EJA também é um ponto desfavorável na luta contra o analfabetismo e o abandono das salas de aula. Assim, o docente deve estar em formação constante para inovar e acompanhar o processo de transformação pelo qual a sociedade e os sujeitos caminham.

[...] é recorrente, ainda na atualidade, a ausência de políticas específicas para a formação, inicial e em serviço, do professor que atuará com esse tipo de população. A falta de atenção a essas especificidades tem levado muitos profissionais à mera transposição, para os jovens e adultos, das atividades que desempenham no ensino regular com crianças e adolescentes. (SOARES, 2003, p.131).



Neste sentido, percebemos que a formação do docente que atua na EJA deva ter um respaldo maior, em virtude de ser um público diferenciado, o que exige do docente uma atuação com vistas a abranger todas as diversidades presentes, às quais, inúmeras vezes, partilham do mesmo espaço de aprendizagem.

Algumas vezes o desestímulo pela escola está relacionado à atuação dos professores, que não tem demonstrado o perfil para atuar na EJA, com uma visão infantilizada, como enfatiza Soares (2003, p. 131), “[...] no lugar de potencializar as capacidades dos jovens e adultos, muitas vezes tratados com infantilização.”

O docente da EJA deve ter uma postura diferenciada do trabalho pedagógico que realizaria com crianças. Dessa forma, as aulas devem ser focadas em metodologias atrativas, coerentes com o contexto dos sujeitos, priorizando os relatos, as histórias de vida e a troca de experiências, pois diferentemente das crianças, os adultos e idosos tem muito conhecimento prático de vida. necessita ter um olhar acolhedor, estimulador, motivador, propiciando um ambiente nos quais os conhecimentos e aprendizagens tenham significados, onde os sujeitos sintam capazes de aprender e ensinar de forma prazerosa e vejam a escola como aliada na busca de sua completa cidadania.

O diálogo fecundo entre os atores do processo educacional e principalmente com os educandos também é um desafio. Neste sentido, o ambiente de aprendizagem deve visar a dialogicidade entre professor e sujeitos, tão fundamental para a confiança em si próprio de que é possível conquistar a dignidade e inserir-se na sociedade através principalmente do ato da leitura e da escrita. Deve-se buscar o desenvolvimento de um trabalho sensibilizador e reflexivo, no sentido de mudar a visão estereotipada sobre a condição cognitiva dos sujeitos da EJA, “de que os educandos adultos e idosos já não podem mais aprender, ou que sua oportunidade de aprender já passou”, como se o aprendizado para esses “sujeitos de direitos” não pudesse acontecer de um modo qualificado e que a aprendizagem ocorresse em tempo determinado.

Os sistemas de ensino, conjuntamente com todos os atores da EJA, necessitam desenvolver e repensar, com regularidade, diretrizes e demais ações que visem assessorar as unidades de ensino, a fim de que estas estejam preparadas para atender as especificidades desse público.

Em entrevista à revista *Gestão Escolar*, Haddad (2013) lembra-nos que a EJA não pode ser vista como uma mera adaptação do ensino regular, mas com respeito às suas particularidades, ou seja,

O gestor precisa ter abertura para ouvir o aluno que chega à escola, à noite e conhecer os desejos, as necessidades e as demandas dele em relação à aprendizagem. Com isso é que ele vai construir, com a equipe, o projeto político-pedagógico, pensando não só no currículo, mas também no espaço e na flexibilidade dos horários (s. d).

É importante também, que as instituições de ensino e seus gestores possam garantir a regularidade desse ensino, propiciando um ambiente que favoreça o planejamento integrado e o apoio para que ocorram aulas diferenciadas, intervindo quando necessário nas ações e nos processos pedagógicos, a fim de que haja comprometimento e responsabilidade de todos os docentes e demais educadores da escola, pois para ser de qualidade e atrativa é primordial que a escola seja vista como um ambiente sério, que possa ser o diferencial na vida escolar dos sujeitos.

Em meio à exposição desses desafios vivenciados pelos sujeitos da EJA, propomos, a seguir, tecer considerações a cerca de um trabalho pedagógico voltado às ações envolvendo os princípios da ECOSOL, com o escopo de visar uma maior qualidade na modalidade EJA, condizente com os anseios dos “sujeitos de direitos”.

## **■ 5 A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EJA: PARCERIA POSSIVEL**

No decorrer do curso de especialização EJA e ECOSOL pudemos visualizar o significado de Economia Solidária, bem como a positividade dos princípios que alicerçam essa nova forma de economia, capaz de favorecer uma convivência mais justa e igualitária para todos.

A economia solidária é uma forma diferente, alternativa de se organizar, seja para conviver, seja para produzir, trocar, vender, comprar, partilhar e consumir produtos, serviços e ideias e, se pauta como “[...] estratégia de enfrentamento aos processos de exclusão social [...]” (PASTANA, 2011, p. 17). Uma vez que, quando o capitalismo se insere enquanto sistema de uma nação, as relações e os processos contribuem para as desigualdades e injustiças sociais, exploração e descarte humano, enriquecimento de alguns e pobreza da maioria, pois os

que têm recursos financeiros se tornam os proprietários de bens e necessitam da mão de obra de outros para a realização dos serviços, onde as remunerações, algumas vezes, estão abaixo do que é justo, pois o objetivo é maximizar o lucro do empregador.

A Economia Solidária é estruturada por princípios, que a torna como uma possibilidade real de ser praticada em sociedades que visem à dignidade, a qualidade de vida e a igualdade de condições e oportunidades.

De acordo com a cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Economia Solidária: outra economia acontece (2007) há dez princípios que fundamentam a Economia Solidária, que são: “Autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente.”<sup>6</sup>.

A Centralidade do ser humano e a valorização da diversidade são pontos que fazem muita diferença na vida das pessoas, pois o ser humano está acima de tudo, ao contrário da forma como é tratado no sistema capitalista, que o importante é o lucro, o que gera a exclusão, caso o padrão não seja atendido. Na Economia Solidária se busca a integração de todos, todos são fundamentais mesmo com suas limitações e características próprias. Há a elevação da autoestima e a valorização da identidade de cada um.

A emancipação é um dos princípios que visa à libertação dos sujeitos, à tomada de consciência de si próprio, de sua condição social, identificando-se enquanto sujeito histórico, consciente de seus direitos e deveres e transformador da realidade desigual e alienante vivenciada.

Neste sentido, compreendemos que esses três princípios têm relação com o gráfico 3 – “Definição étnica” também objeto da pesquisa realizada, na qual verificamos que os educandos, na maior parte, mais de 56% se auto identificaram como “pardo”, aproximadamente 22% como “negros”, e em torno de 15% auto definiram-se como “brancos”. Somente cerca de 4% disseram serem “mestiço”. Nas opções: “indígenas” e “orientais” não houve auto identificação.

Esse retrato nos leva a inferir a necessidade de um trabalho educacional mais abrangente, no sentido de visar à conscientização para a autoafirmação

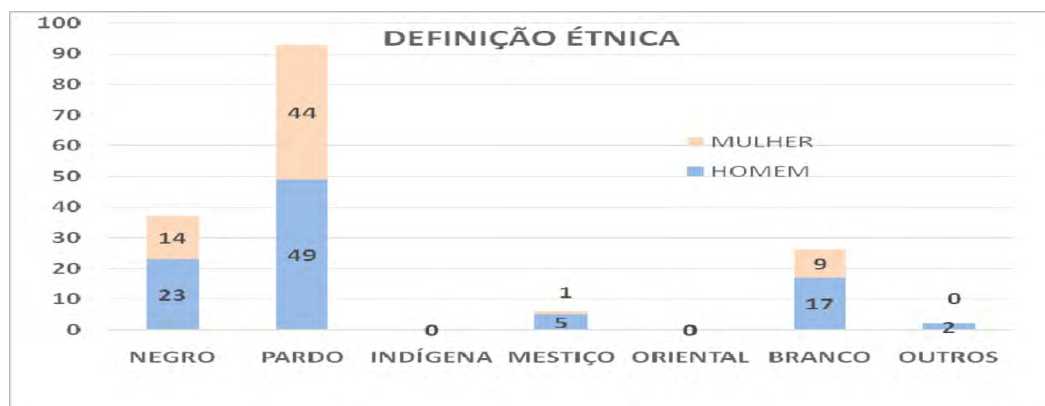
---

6 BRASIL, MTE 2007.

e valorização da identidade indígena dos educandos da EJA, uma vez que somente seis entrevistados se autodefiniram enquanto “mestiço” e nenhum deles como “indígena”. Essa informação, a nosso ver merece respaldo quando levamos em conta dois fatores que se complementam:

- a) a formação populacional de Mato Grosso ser resultado da miscigenação étnica entre negros, indígenas e brancos, desde a fundação de Cuiabá, em 1719. Neste sentido, Piaia, (2003, p. 124) indica que: “No primeiro recenseamento do Brasil, realizado em 1872, Mato Grosso tinha uma população de 60.417 habitantes. Destes, 14,10% foram agrupados como caboclos/índios”.
- b) de acordo com a nossa pesquisa, 98 dos entrevistados, cerca de 60%, responderam que são naturais do estado de Mato Grosso. Isso nos possibilita acreditar que uma parcela de alunos maior que o resultado da pesquisa é descendente de grupos étnicos indígenas. Isso se reflete também quando observamos os traços físicos presentes nos semblantes de nossos educandos.

**Gráfico 3** – Autodefinição étnica dos alunos da EJA pesquisados.



Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas da Especialização EJA e ECOSOL, sob orientação do Professor Marcos Caron (IE/UFMT), na disciplina “EJA diversidade social Contemporânea”.

Ao visualizarmos o gráfico 3, percebemos, por outro lado, que nos dias atuais já há uma aceitação maior dos educandos quanto à sua origem identitária “afrodescendente”, uma vez que a autodeclaração em “pardo” e “negro” foi bastante expressiva (NASCIMENTO, 2003, p. 115).

É bem possível que os dados de autodeterminação como “afrodescendentes” esteja associado à “uma recuperação da identidade racial”( IBGE, 2010)

do brasileiro, haja vista que nos últimos anos, foram frequentes as campanhas nacionais pela igualdade racial das pessoas negras e se verificou a implantação de políticas de “ação afirmativa”, explicitado como “[...] estratégia de diminuição das desigualdades raciais.” (SILVA, 2003, p. 21). a nível nacional, estadual e municipal, como também a lei de cotas para o ensino superior e o trabalho pedagógico realizado nas escolas a partir da implantação da Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira.”

Ao considerarmos as opções de “negro” e de “pardo” concluímos que foi a autoidentificação da maioria dos entrevistados, ou seja, 79%. Pensamos que isso seja positivo e indica que o país vem caminhando na luta contra o preconceito racial, pois quando ocorre a autoafirmação como “afrodescendente”, cremos que seja um indício de preparação e fortalecimento dos sujeitos para as lutas sociais, entre elas: a luta contra o racismo, a promoção da justiça social, a igualdade de condições e oportunidades de todos, a uma forma de economia, que não seja tão excludente e que valorize as pessoas e suas diferenças.

Considerando que os “sujeitos de direitos” da EJA estejam no caminho do processo de valorização da própria identidade, acreditamos que o trabalho pedagógico nesta modalidade com o olhar nos princípios da Economia Solidária atenderá a finalidade dos educandos (desenvolver-se de forma plena, conscientizar-se de seu papel enquanto cidadão e estar preparado para o mundo do trabalho), contribuirá para a emancipação destes, com atenção a um olhar diferenciado, o qual vai contra a perpetuação de uma cultura de dominação e exploração, com visão da figura de “perdedor” e “ganhador”<sup>7</sup>. (SINGER, 2002, p. 7-8). Buscará também fortalecê-los para a construção e/ou resgate da predisposição de luta à cerca de uma vida mais justa, democrática e autossustentável.

A ECOSOL visa o cuidado com o meio ambiente, desenvolver nos sujeitos ideias, atitudes e práticas favoráveis à sustentabilidade do planeta, utilizando os recursos naturais e transformados com consciência, da melhor forma possível, com equilíbrio entre o que precisamos e o que oferecemos em troca, mantendo uma relação harmoniosa com a natureza e com o ecossistema. Essas atitudes ocorrem a partir do momento em que evitamos o desperdício, o consumismo,

---

7 Ganhador, no sentido de conseguir se sobressair no atual sistema econômico, conquistar a vitória no desafio a que se pretendeu. E o perdedor se configura na imagem daquele e/ou daqueles que tentaram, mas não conseguiram alcançar o objetivo pretendido.

a utilização de agrotóxicos nas produções, o desmatamento, etc. e priorizamos ações renováveis, limpas e responsáveis, como: a utilização de tecnologias e defensivos naturais no controle de pragas das produções e a política dos 7R's (repensar, recusar, reduzir, reparar, reutilizar, reciclar e reintegrar) que causam o menor impacto possível no planeta.

Dessa forma, compreendemos que esse princípio tenha correspondência com os resultados da pesquisa observados no gráfico 4, que trata da 13ª questão do questionário aplicado, na qual foi proposta a seguinte discussão:

*“Imagine-se numa situação em que você passasse a ganhar um salário muito bom e por muitos anos, de forma a realizar praticamente todos os seus sonhos. Neste caso, você teria como prioridade:*

**Alternativa 0** – *“Frequentaria mais Shoppings Centers, viajaria para lugares chiques fora do Brasil, compraria roupas caras e bacanas, joias, eletrodomésticos de qualidade e automóveis de luxo. Enfim, passaria a pertencer à elite da sociedade”;*

**Alternativa 1** – *“Compraria roupas caras e bacanas e eletros-domésticos de qualidade, mas também compraria uma grande e bela casa num bairro chique e grã-fino e cuidaria mais da saúde”;*

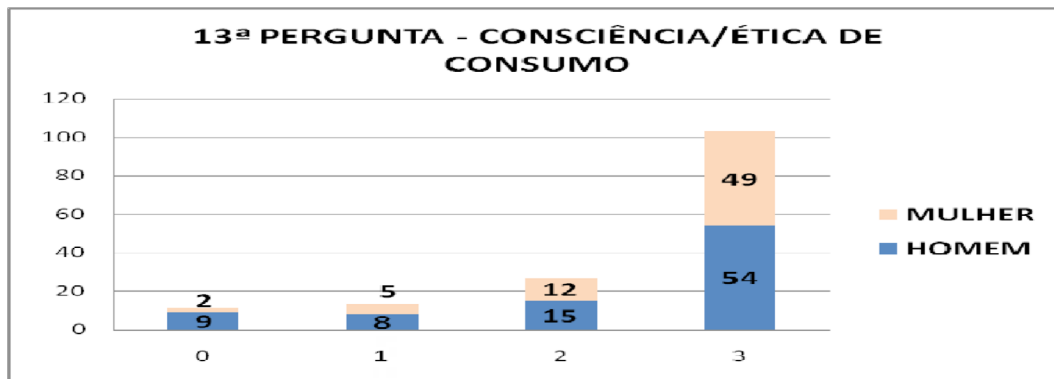
**Alternativa 2** – *“Frequentaria ambientes sofisticados (como restaurantes caros de boa comida, joalherias, clubes de golfe), mas também cuidaria da minha saúde, ajudaria mais a minha família (bem como os melhores amigos) e investiria nos meus estudos”;*

**Alternativa 3** – *“Cuidaria da minha saúde, investiria nos meus estudos, ajudaria minha família e os melhores amigos, investiria mais em cultura - frequentando mais museus e galerias de arte - e viajaria para conhecer reservas ecológicas ambientais no Brasil”;*

Os dados apresentados revelam uma “perspectiva e cultura de solidariedade” comum ao conjunto das classes populares, ou seja, contrária ao consumo fácil e imediatista, dado que as duas primeiras opções (alternativas “0” e “1”) foram assinaladas por apenas 7 e 8 % dos entrevistados, respectivamente. Posição intermediária, como a alternativa 2, obtiveram aproximadamente 18% dos registros. Já a alternativa 3, que abrange a essência da solidariedade popular (ajudar a família, ajudar o próximo e construir um ambiente de proteção social

duradouro de bem estar social), foi a que teve maior identificação por parte dos entrevistados, correspondendo à 66% das respostas.

**Gráfico 4** – Avaliação da “perspectiva ética de consumo” dos alunos da EJA em caso de melhoria repentina e substancial de renda.



Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas da Especialização EJA e ECOSOL, sob orientação do Professor Marcos Caron (IE/UFMT), na disciplina “EJA diversidade social Contemporânea”.

Assim ao analisarmos os dados do gráfico acima, percebemos que a maioria dos entrevistados possui um olhar voltado para alguns dos princípios da ECOSOL. Quando se preocupam com a saúde, acreditamos que almejam o bem viver e as práticas saudáveis de alimentação e de produção. Quando assinalam no sentido de ajudar a família e os amigos, percebemos valores de solidariedade e cooperação junto às pessoas que tem vínculos. Quando pretendem investir nos estudos, entendemos uma preocupação com a necessidade de formação, em virtude da falta que ela faz na vida dos sujeitos e da importância que ela tem enquanto ferramenta na luta por igualdade de condições, de trabalho e por melhor inserção profissional. Ao visualizarem investimentos em cultura, compreendemos como realização de sonhos, que são impossíveis de serem concretizados em virtude das baixas remunerações, que muitas vezes, corresponde a um salário mínimo. Ao pretenderem conhecer reservas ecológicas ambientais, acreditamos que se preocupam com a preservação do meio ambiente.

Ao observarmos que a maioria dos entrevistados não investiria em gastos desnecessários e supérfluos, tais como: shoppings, joias, vestimentas caras e restaurantes sofisticados, acreditamos que há certa conscientização acerca do bom uso dos recursos financeiros, bem como das práticas contrárias ao consumismo. Assim, essa visão, somada ao perfil “trabalhador” (debatido no segundo momento deste artigo) e em processo de valorização da própria identidade, in-

dica, a nosso ver, que os educandos da EJA têm potencial para participarem de um trabalho pedagógico voltado aos princípios da ECOSOL.

Diante disso, ressaltamos que os conceitos e princípios da ECOSOL estudados, nos levaram a desmistificar a economia capitalista e nos fortalecer como educadores/formadores/pesquisadores, buscando na luta de classes a mobilização necessária para o enfrentamento das crises do atual mercado de trabalho.

Desta forma, à luz dos princípios da ECOSOL visamos uma proposta pedagógica para a EJA a partir de:

- a) planejamentos e efetivação de momentos de debates, com trocas de experiências e sugestões de soluções acerca dos problemas vivenciados, como: causas da poluição no planeta, desmatamento, alimentação produzida com o uso dos agrotóxicos, situações envolvendo a exclusão social, uso indevido de dinheiro público, injustiças e descumprimentos de leis, desperdício e práticas que oprimem e alienam os que não têm vez e voz, etc.;
- b) valorização da cultura do educando a partir de um olhar que reconheçam os educandos como pessoas dotadas de saberes, capazes de ensinar e compartilhar com os demais;
- c) aulas práticas, envolvendo momentos de reflexão e conscientização de direitos e deveres, do valor de cada um e da força dos grupos populares;
- d) projetos escolares que visem à articulação entre a formação, a realidade de vida dos educandos e os anseios (motivos de retorno à escola), já exposto no decorrer desta produção, a fim de direcionar uma caminhada consciente e política;
- e) momentos de construção coletiva de conhecimento, a partir da realização de trabalhos em grupo, debates e trocas de experiências, com o objetivo de desenvolver o espírito solidário, a cooperação e a autogestão;
- f) a produção de ações pedagógicas, objetivando a reflexão e o empoderamento dos educandos, bem como desenvolvendo posturas condizentes com possibilidades mais justas e solidárias nas relações de trabalho;



- g) o uso de gêneros textuais (poemas, história de vida, bibliografias, história em quadrinhos, teatro, quadrinhas, etc.) leituras, vídeos, interpretações de textos que remetem à cultura popular e aos princípios da Economia Solidária;
- h) momentos que busquem debater o funcionamento e a organização de associações e cooperativas, com vistas ao acompanhamento e fortalecimento de ações nos empreendimentos que possivelmente se formem;
- i) oficinas com ênfase no mundo do trabalho, na moeda solidária e em clube de trocas;
- j) utilização de uma metodologia baseada em projetos educativos, permeada na mediação de culturas, de conflitos, possibilitando a ação-reflexão-ação.

Novos olhares e práticas devem ser inseridos nos currículos e nos projetos políticos das escolas, os quais além de priorizarem o trabalho pedagógico voltado aos princípios da ECOSOL possam assegurar estratégias que vão ao encontro das vivências e produções de práticas, necessitando, dessa forma, uma formação regular aos educadores e gestores, a fim de que essas práticas ocorram de fato e com qualidade.

## ■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos quatro momentos deste artigo propusemos debater posições compreendidas nas bibliografias estudadas, em consonância com a nossa prática pedagógica e com os resultados obtidos nos gráficos e tabelas apresentados no decorrer desta produção.

Refletimos sobre a EJA como direito assegurado, compreendendo pontos que necessitam de maior empenho dos atores do processo educacional, a fim de que as ações positivas para a EJA sejam realidade de fato.

Considerando essas posições, entendemos que os “sujeitos de direitos” buscam a EJA porque necessitam exercitar seus direitos e deveres, e consequentemente tornar efetivada a própria cidadania, visto que a sociedade brasileira, ainda acredita no poder de transformação e ascensão social via educação.

Quando pensamos no tema “Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária: parceira possível”, vislumbramos apresentar uma proposta pedagógica para a EJA alinhada com os princípios da ECOSOL, no sentido de atender às necessidades e os anseios dos educandos que vêm a EJA como uma ferramenta possível de exercer a cidadania, o desenvolvimento pessoal e a inserção no processo produtivo. Assim, entendemos que a escola deve possibilitar a formação de cidadãos plenos, críticos, políticos, conscientes, preparados para a luta a favor da igualdade social, com liberdade e em condições de construir novas formas de organização e relações de trabalho, onde a justiça, a solidariedade, a cooperação, a valorização humana e o crescimento coletivo operem e sejam primordiais.

Abordamos nossa compreensão acerca do significado de Economia Solidária e da contribuição desta na prática educacional como possibilidade de uma formação emancipadora, que vai além da educação para o trabalho, “[...] mas de fazer dele uma aprendizagem estimuladora dos resultados materiais de produção e de fazê-lo como grupo, com dimensões sociais que encerra de trabalho cooperativo e solidário.” (GADOTTI, 1993, p. 101).

E dessa forma, com o apoio dos resultados obtidos nos gráficos: “Definição étnica” e “Consciência/ética de consumo” pudemos verificar que os educandos – “sujeitos de direitos” estão em processo de “transformação de pensamento” ou em um processo de transição de uma ideia para outras, pois demonstram visões que, de certa forma, se relacionam com alguns princípios da ECOSOL, como: o cuidado com o meio ambiente, valorização da aprendizagem e emancipação.

Por fim, no desenvolvermos dessa prática pedagógica, visamos uma formação para o crescimento individual e coletivo, criando um sentimento de pertença, de grupo, tanto das educandas de idade madura, que procuram adentrar ao mundo do trabalho nessa fase da vida, como também dos jovens educandos (as), em busca das primeiras experiências trabalhistas.

## ■ 7 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 19-50.

BRASIL. Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – **Economia Solidária**:

**outra economia acontece**. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pessoas com 15 anos ou mais de idade não alfabetizadas no estado de Mato Grosso** – Censo 2010. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/Documents/Pol%C3%ADticas%20Educativas/Superintend%C3%A2ncia%20de%20Diversidades/Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Jovens%20e%20Adultos/Escolas%20de%20Eja/Programa%20Brasil%20Alfabetizado/Dados/Dado%20Analfabetismo%20MT%20-%20por%20Munic%C3%ADpio.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: 30 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 30 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010, n. 27.

FERNANDES, Elisângela, et al. Por que jovens de 15 a 17 anos estão na EJA. **Nova Escola**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/jovens-15-17-anos-estao-eja-639052.shtml>>. Acesso em: 30 set. 2014.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Jovens e Adultos como Direito Humano**. Eja em Debate, Florianópolis, Ano 2, n. 2, p. 12 – 29, Jul. 2013.

\_\_\_\_\_. GUTIÉRREZ, Francisco. **Economia comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

HADDAD, Sérgio. Os governos desistiram dos jovens e adultos. **Revista Gestão Escolar**, edição 027, ago/set. 2013. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/politicas-publicas/sergio-haddad-governos-desistiram-jovens-adultos-762851.shtml?page=1>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

PASTANA, Grace Irene Imbiriba. **Economia Solidária**: educação & autonomia. Rio de Janeiro: Tecnoarte, 2011.

PIAIA, Ivane Inêz. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, Cidinha. (Org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003.

SOARES, Leôncio. A formação do educador de jovens e adultos. In: \_\_\_\_\_. **Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

# AS RELAÇÕES ENTRE OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

CILMARA CONCEIÇÃO COELHO<sup>1</sup>

ANTÔNIO MARCOS PASSOS DE MATTOS<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Este artigo contempla uma pesquisa na área de Educação Física e Economia Solidária (EcoSol), objetivando a aproximação entre ambas a fim de contribuir para aulas prazerosas com incentivos aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Verificando o elevado nível de abandono da EJA, devido às condições estabelecidas em suas práticas, este estudo se desenvolveu no âmbito de algumas escolas públicas da rede municipal de Cuiabá. Em escolas que têm a oferta da EJA. Teve como metodologia além de uma revisão bibliográfica em relação aos temas abordados, a observação de aulas e entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram a organização dos dados para avaliação e a conclusão da pesquisa. Oportunizando ainda meios para a implantação da EcoSol nas escolas da rede municipal de ensino para a EJA.

**Palavras-chave:** Educação Física. Economia Solidária. Organização sustentável. Educação de Jovens e Adultos.

---

1 Cilmara Conceição Coelho, Licenciatura Plena em Educação Física na Escola Superior de Educação Física de Avaré/SP, Professora da Rede Municipal de Educação do Município de Cuiabá/MT. E-mail: cilccoelho@gmail.com.

2 Antônio Marcos Passos de Mattos, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduado em Educação Física e Técnico em Desporto (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Pelotas - RS, Escola Superior de Educação Física – ESEF. Professor da Rede Estadual de Mato Grosso e do município de Cuiabá, pesquisador da UFMT, Educador voluntário do Centro formação em Economia Solidária. E-mail: ampmattos@gmail.com.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo realizar uma análise dos dados encontrados sobre a evasão dos alunos da EJA, para a construção de uma proposta metodológica que possibilite aos jovens e adultos uma educação de qualidade, na perspectiva de que eles não abandonem os seus estudos. Trata de favorecer a compreensão da necessidade da disciplina de Educação Física na EJA e a sua inserção no Projeto Político Pedagógico<sup>3</sup> (PPP) da escola. São observações cuidadosas acerca da existência de uma prática pedagógica mais próxima dos intentos educacionais, que visem, principalmente, o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

O artigo foi desenvolvido a partir das aulas do curso de Especialização em EJA e Economia Solidária, motivado pelo fato de que a autora, ao conhecer um pouco mais a Economia Solidária, em particular, os seus princípios, notou a existência de uma proximidade muito grande entre estes princípios e os objetivos da Educação Física escolar. Considerando, especialmente, esta disciplina na matriz curricular da EJA, haja vista se tratar de um público essencialmente de trabalhadores ou de pessoas que buscam a escola, para se qualificarem e assim poder se inserir no mercado, ou melhor, no mundo do trabalho. Em que pese este mesmo trabalho, na dimensão capitalista de mercado, paradoxalmente trazê-lo e afastá-lo da sala de aula.

O artigo foi realizado por meio das observações às aulas de professores de Educação Física efetivos e contratados da rede municipal de ensino e de pesquisa não estruturada, realizada em quatro escolas municipais de Cuiabá, uma de cada regional, com quatro professores de Educação Física e 12 alunos da Educação de Jovens e Adultos, com idades que variou entre 15 e 72 anos de idade, de ambos os sexos.

Compreendendo as necessidades de uma educação de qualidade e as dificuldades enfrentadas pelo professor em qualquer área de ensino, partimos do pressuposto de que seja possível fazer com que os alunos permaneçam em sala de aula e, sobretudo, que aprendam. Todavia, entendemos que seja necessário maior investimento, colaboração da equipe gestora e pedagógica responsável pela escola, em todos os âmbitos, isto é, nas esferas municipal, estadual e federal, no que se refere ao ambiente e às condições de trabalho.

---

3 É comum no Movimento de Economia Solidária utilizarmos PPPP, para explicitar que o Projeto Político Pedagógico real, é participativo.

Sabemos que a comunidade escolar pode influenciar o fazer pedagógico da escola e esta comunidade, se estiver bem estabelecida, será uma ótima aliada na formação de alunos, de forma que sejam independentes, autônomos, livres de opressão, sociáveis e capazes de vivenciarem e protagonizarem experiências democráticas, com força em suas palavras e poder em sua ação.

O fracasso escolar tem sido acontecimento recorrente na educação de uma forma geral e a EJA não está alheia a essa realidade. Preocupa a todos, professores, equipe gestora, alunos, pais e Secretarias. Ele se dá com a participação de todos, cada segmento tem sua parcela de responsabilidade e envolve vários aspectos como, por exemplo, a motivação do estudante para estar na escola, bem como do professor e o seu desempenho em sala de aula e todo suporte oferecido para o bom desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos nas unidades escolares. A priori o que pode parecer caminho fácil de trilhar, não o é. Torna-se difícil à medida que deixamos a desejar em relação às nossas práticas, ao nosso compromisso e em muitos casos inclusive o profissionalismo.

Definimos aqui as intenções e, ao mesmo tempo, preocupações com a realização deste estudo, entre elas a de formar cidadãos com a significativa contribuição do ensino e da prática da Educação Física. Identificar práticas que possam auxiliar e intervir no contexto existente, de forma a favorecer a participação dos estudantes nas aulas. Essas definições surgem a partir da observação das atividades desenvolvidas em salas de aula da EJA, em escolas públicas do município de Cuiabá.

A proposta de educação para estudantes, em geral, e principalmente aos da EJA, não pode ser resumida apenas a um período de tempo que o estudante passa em sala de aula, algumas noites, por anos ou alguns anos para sua formação. Seria desconsiderar e/ou negar toda uma história/existência. Seria negar um dos eixos orientadores da própria Modalidade, ou seja, o de que a educação acontece ao longo de toda a vida das pessoas, estejam elas na escola ou não.

Contudo, nem sempre o estudante se dá conta de que isso o acompanhará por toda sua vida, pois as suas decisões serão tomadas com base em tudo que aprendeu na vida, inclusive em uma sala de aula. Esse aluno deverá ansiar por terminar seus estudos e se preparar para atuar na sociedade em que vive. Fazer uso de seus direitos e exercer plenamente sua cidadania. Conforme documento preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFIN-

TEA), uma vez que a sua inserção no mundo do trabalho, em uma sociedade do conhecimento, está estreitamente relacionada com a sua escolaridade. De acordo com o documento em pauta os

Tempos e espaços na organização da EJA são fundamentais para possibilitar que aprendizados escolares se façam. Para além dos instituídos, cabe instituir tempos e espaços outros, de forma a atender a diversidade de modos pelos quais jovens e adultos podem estar na escola, sem acelerar/aligeirar processos de aprendizagem dos educandos, mas ampliando e socializando saberes. São as necessidades da vida, desejos a realizar, metas a cumprir que ditam as disposições desses sujeitos e, por isso, a importância de organizar e assegurar tempos e espaços flexíveis, em todos os segmentos, garantindo o direito à educação e aprendizagens ao longo da vida. (BRASIL, 2009).

Considerando o que está posto neste documento, mais precisamente, quando ele propõe, que cabe instituir outra forma de atender este público, também exponho, neste trabalho, a necessidade de discorrer sobre uma classificação feita pelos alunos, estabelecendo certo grau de importância entre as disciplinas, como se obedecesse uma determinada tabela. Como que o produto de um senso comum, se reproduz, ainda que inconscientemente, a ideia que a educação deve priorizar a formação em linguagem, leitura e escrita, acreditando ser desnecessária a prática da disciplina de Educação Física, bem como, o de que certos temas não sejam objetos de discussão da educação e/ou da escola.

A Economia Solidária, segundo Gadotti (2009) pode ser entendida para além de um modo de produção. Para este autor, ela representa um modo de vida, pois que essa economia se baseia na cooperação. Seus fundamentos podem especificar a sua importância para o desenvolvimento humano, sua historicidade e o conflito com o capitalismo.

Afirmamos que a integração dos alunos e professores aliados ao sistema educacional, em qualquer esfera pública é primordial para a efetividade do sistema de ensino e da aprendizagem, de modo a garantir que o que se “estuda” na escola seja significativo para o estudante, a fim de que o mesmo possa realizar com sucesso a construção do seu conhecimento e que este conhecimento construído seja capaz de impactar a sua vida. Com esta relação ou pertinência,



tanto a Economia Solidária quanto o ensino e a prática da Educação Física podem contribuir para a permanência do aluno na EJA.

## ■ 2 PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA

As atividades de Educação Física realizadas com os alunos da EJA, durante as aulas no período noturno, não podem ser encaradas apenas como uma realização motora, pois esta disciplina também realiza atividades e mesmo que aparentemente apenas físicas, exigem ação intelectual. Quando tratadas apenas como ações físicas, sem harmonia com o cognitivo, cria-se um problema, legando à Educação Física a segundo plano. Atribuindo a aprendizagem dos alunos apenas e tão somente à disciplina de Língua Portuguesa e às áreas de humanas e exatas.

Entretanto, não podemos esquecer que a prática da Educação Física utiliza os sentidos. A disciplina de Educação Física precisa ser aceita como parte integrante e permanente no cotidiano de qualquer aluno e mesmo de qualquer pessoa. Seja ela criança, adolescente, jovem ou adulto. As ações físicas permitem que haja um bom funcionamento das articulações do corpo e saúde emocional das pessoas, conforme destacam Allsen et al. (2001) citando alguns desses benefícios, tais como:

o aumento da resistência aeróbia no desempenho de tarefas específicas; melhora da capacidade funcional do sistema circulatório e respiratório; melhora da força e flexibilidade dos músculos e articulações; reduz os riscos de lesões na região lombar; desenvolve a força do sistema esquelético; controla o peso e reduz a gordura corporal; exerce ação positiva sobre os órgãos internos; retarda o processo fisiológico de envelhecimento; desenvolve as capacidades físicas; diminui o gasto energético e conseqüentemente a fadiga para tarefas específicas; alivia o estresse e a tensão; estimula a atividade mental e; reduz o risco de doenças crônicas não transmissíveis.

Segundo Fernández (1991), a nossa aprendizagem passa pelos sentidos, portanto, com os sentidos mais “apurados”, maior a possibilidade de se aprender. Somos um todo e aprendemos por inteiro. É preciso fazer com que os alu-

nos entendam isso e fazê-los ter gosto por atividades físicas. Esses movimentos podem ser realizados em atividades interdisciplinares, ações culturais, coreografias, jogos, entre tantas outras. Afora isso, a Educação Física para os estudantes jovens e adultos precisa extrapolar as questões motoras e cognitivas e trabalhar, também, na perspectiva do bem-estar ou se preferir, do bem viver, proposto pela Economia Solidária.

Nesta lógica, desenvolver atividades coletivas e/ou cooperativas, por exemplo, em uma partida, a ideia de que o adversário não é inimigo, pois sem ele não há jogo. Uma equipe é “vencedora” quando todos se destacam, colaboram, produzem, há necessidade de cuidar uns dos outros. Que os índices que devem ser superados, não sejam mensurados com relação aos outros, mas a si mesmo. Em determinado jogo ou atividade nem sempre o que chega à frente ou vence é quem mais avançou ou que mais produziu e/ou construiu conhecimentos (DARIDO, 2012).

Durante o desenvolvimento das atividades físicas nas aulas, o professor observa a dinâmica dos alunos e vivencia a aquisição realizada, por eles, nessas atividades esportivas. É com a prática que eles irão desenvolver a aprendizagem e construir conhecimentos. Um grande equívoco ocorre quando os alunos que não conseguem realizar determinadas atividades são afastados para que outros as façam. Seja por descaso de um ou omissão de outro.

Segundo Betti (1992) é preciso que todos sejam incluídos nas práticas, independentemente se as atividades forem, predominantemente, motoras ou não ou se atividades mais afetivas, sociais, mas sempre cognitivas. A atividade deve possibilitar experiência prática de vida, de transformação, de superação de si e da realidade ao entorno, assim como das relações estabelecidas. Em um jogo, o “vencer de”, pode ser pensado em relação ao que o sujeito conseguiu melhorar em relação a si mesmo ou dificuldades que foi capaz de superar.

Para que o aluno consiga ter melhor desempenho cognitivo, precisa exercitar o corpo físico, e conforme a realização de atividades físicas o corpo e a mente de qualquer pessoa irão se conectar fazendo com que eles estejam sempre dispostos e prontos para atividades de ensino e aprendizagem. Sejam elas de raciocínio lógico ou de leitura. Ao realizar as atividades físicas com prazer, o aluno e o professor se integram e cooperam entre si, propiciando a ambos, conhecer e construir um estilo de vida saudável e social, também.

No exercício desta oferta educacional, aparecem oportunidades primordiais para a ocorrência da aprendizagem inerentes à função cognitiva, da aproximação pessoal motriz dos educandos, não se distanciando do que se pretende, que os estudantes aprendam na Educação Física, bem como da Modalidade. Conforme texto do MEC a seguir, o qual destaca a história e o saber dos estudantes jovens e adultos, pois

[...] o tema “educação de pessoas jovens e adultas” não nos remete apenas a uma questão de especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade cultural. Para ela, refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem envolve transitar pelo menos por três campos que contribuem para a definição de seu lugar social: • a condição de “não-crianças”; • a condição de excluídos da escola; • a condição de membros de determinados grupos culturais. Podemos arrolar algumas características dessa etapa da vida que distinguiriam, de maneira geral, o adulto da criança e do adolescente. O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de um modo diferente daquele da criança e do adolescente. Traz consigo uma história mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as outras pessoas. Com relação à inserção em situações de aprendizagem, essas peculiaridades da etapa de vida em que se encontra o adulto fazem com que ele traga consigo diferentes habilidades e dificuldades (em comparação à criança) e, provavelmente, maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem (BRASIL, 2010).

Assim, o educador físico atento buscará organizar sua prática pedagógica a partir, quem sabe, dessa história mais longa e complexa. A partir do que o estudante sabe, planejar a sua prática pedagógica de forma a criar possibilidades de ampliar os seus conhecimentos. As apresentações em sala de aula ou em espaço para a realização da Educação Física podem significar um momento para o desfrute ou desenvolvimento corporal, mas, também, um momento para as considerações sobre os limites e força do corpo físico, para as relações com as pessoas ao seu redor.

Assim como a sociedade é dinâmica, a cultura também está em movimento, ou seja, se encontra nessa mesma dinâmica. Isso influencia a saúde do cidadão, pois desde que nascemos nos movimentamos e à medida que crescemos desenvolvemos nossas coordenações motoras, o equilíbrio para ficar em pé, para correr, para andar de bicicleta, pular, brincar, jogar, entre muitas outras ações físicas nos são proporcionadas ou que somos impulsionados a realizar. Então, não se pode aceitar alegações como “a de que estou velho demais para exercícios físicos”.

Em uma apresentação cultural as pessoas expressam sentimentos e emoções, o que já é uma ação física, portanto, essas são atividades que podem contribuir para as aulas de Educação Física.

Quando um ser interage com o ambiente onde vive, ele está construindo (com) o mundo. Assim sendo, uma escola precisa formar um ambiente favorável às práticas esportivas, para o físico e para o social. Constituindo-se um estímulo aos alunos para superar seus limites, como podemos observar nas afirmações de Freire (2006, p. 83), em relação às práticas esportivas coletivas e sociais, tomando o futsal como exemplo: “[...] um esporte coletivo necessita que o aluno seja avaliado em situação de jogo, pois, é nesta condição que percebemos o quanto ele consegue socializar suas habilidades colocando-as a serviço da atuação coletiva de toda equipe”.

Entretanto, é mais cômodo para um professor quando uma turma está ou é comportada, pois ele terá menos trabalho; essa falsa harmonia é mais fácil de tratar do que o desafio. Esse profissional deixa de conquistar conhecimento e formar um ser independente, quando corre dos desafios. Lidar com alunos adultos pode ser mais fácil ou mais complicado, isso depende apenas do professor.

Podemos verificar que as atividades desenvolvidas por um professor de Educação Física podem promover uma atividade prazerosa ou enfadonha. Elas podem fazer com que os alunos se apaixonem pelas aulas ou desistam das atividades escolares. Esse profissional deve saber sempre a dosagem certa para agradar seus alunos, aproximando-os de si e não criando uma linha divisória, como se fosse campo de batalha, produzindo inimigos contra si. As aulas de Educação Física podem contribuir para o bom desempenho dos alunos em outras disciplinas; são muito boas e importantes à expressão dos alunos.

Em pesquisa realizada na rede pública de Santa Maria/RS, Paim e Benorino (2008) apresentam as opiniões de professores que fizeram parte de uma pesquisa sobre a importância da Educação Física escolar:

É uma disciplina que leva o aluno ao conhecimento do seu próprio corpo, das suas possibilidades e limitações. A Educação Física escolar desperta o vigor físico, a capacidade psicomotora e influencia numa vida sadia às crianças (Professor A/I). [...] Todos nós sabemos da importância de fazer uma atividade física e de se manter ativo. Em minha opinião é a disciplina mais importante desenvolvida na escola, porque trabalha o aluno como um todo (Professor J/II). (PAIM e BENORINO, 2008).

Afirmamos que essa atitude não se refere apenas às crianças, mas a todos os alunos em qualquer idade, pois a condição motora na vida depende de cada um individualmente.

Até aqui, vimos muitas formas de se trabalhar a Educação Física com os alunos da EJA, mas o questionamento é como fazer com que eles tenham interesse pela disciplina? O que fazer para que não desistam de estudar? Há um limite e tipo de atividades físicas para a realização com alunos da EJA?

Por muitos anos a educação deixou de lado a disciplina de Educação Física para os alunos que estudavam no período noturno, sob a alegação de que estudavam à noite, porque precisavam trabalhar durante o dia e esta atividade laboral por si só já seria suficientemente fatigante. Ao contrário do imaginário, este seria mais um motivo, para justificar sua inserção no currículo. Não à toa que as grandes empresas na atualidade promovem sessões de ginástica como fator de aumento da produtividade. Pensamento análogo deve ser considerado pela escola em relação à prática de Educação Física, à medida que pode e contribui para a aprendizagem dos estudantes. Entretanto, hoje há escolas que praticam a Educação Física no período de aula, noturno mesmo, e a ampliação dos conteúdos desta disciplina tem sido significativa todos os anos. Ela não está mais ligada somente à prática esportiva e à ginástica, também são consideradas atividades físicas os recortes, colagem, encaixes de jogos e brincadeiras.

Os valores (pessoais) precisam estar embutidos nessas atividades físicas e na Educação Física escolar. Abrir espaço para que os alunos também socializem

as práticas de atividades físicas que são dos seus desejos, com a participação deles, será mais proveitosa às ações. Todos os movimentos do professor podem virar referências para seus alunos, desde a sua postura no exercício da função, até uma palavra dita no âmbito escolar. Segundo os conselhos de Freire (1989) “são os desafios que incitam a criança a pensar e planejar”, resultado, que por sua vez, se estende também aos adultos.

Segundo Piaget (1988), cabe ao professor conhecer melhor o indivíduo que aprende, somente assim será possível adequar a prática pedagógica aos processos cognitivos, motores e afetivo-sociais do aluno. Dessa forma, sabermos como evitar a evasão dos alunos, à medida em que pudermos identificar as causas dessa tomada de decisão por parte dos alunos.

Existem diversas atividades corporais que podem ser trabalhadas pelos alunos da EJA, tais como: a dança e a ginástica, entre outras, dentre as atividades da Educação Física escolar. Os alunos poderão realizar a ponte entre diversas disciplinas, pois estarão envolvidas nas atividades físicas, educativas e pedagógicas. Parte dos materiais podem ser confeccionados por eles próprios, ao realizar esse trabalho eles também estarão praticando atividades físicas, o que pode ser muito atrativo para os alunos porque, em muitos casos, para muitos alunos a aula de Educação Física causa apenas cansaço. Boa parte, não tem sido atrativa. Todas as atividades a serem desenvolvidas por qualquer aluno precisam causar-lhe prazer. Nesta mesma lógica, a Educação Física precisa trazer algum motivo para que o aluno a pratique.

Apesar das aulas de Educação Física serem importantes e necessárias, há quem defenda a ideia de que o importante é só a leitura e a escrita. Contudo a Educação Física está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O físico das pessoas vai se alterando com o tempo, entretanto esse não pode ser o motivo para dispensar as atividades físicas da disciplina. Ao contrário, tem sido recorrente para adultos, a prescrição de atividades físicas, tanto para o tratamento quanto para a prevenção da saúde. Há um discurso equivocado, especialmente, por parte dos gestores, de que o adulto por ser um trabalhador já realiza muita atividade física em seu afazer profissional, caso contrário não teríamos, como existe hoje, inúmeras lesões ocasionadas por esforços repetitivos (LER), por exemplo. Por este motivo, entre outros, é que estamos chamando a atenção para a importância da Economia Solidária

no currículo da EJA, seja porque nossos alunos são trabalhadores e ela promove geração de emprego e renda, mas, em especial, porque ela visa promover outras relações entre as pessoas e delas com o ambiente. Enfim, porque está ancorada em princípios semelhantes aos objetivos da educação para nossos alunos, em particular, aos da Educação Física.

### ■ 3 PRINCÍPIOS DA ECOSOL

Adotaremos, neste artigo, a definição de EcoSol<sup>4</sup>, como uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário que se fundamenta na organização coletiva de trabalhadores, cujo maior interesse é o de melhorar a qualidade de vida por meio do trabalho de forma associado, cooperado ou até mesmo de grupos informais. Tem como um dos principais objetivos, combater as desigualdades produzidas pelo sistema em curso, isto é, o capitalismo, através da construção de outro modo de produzir, consumir e de pensar as relações entre as pessoas e destas com a natureza, nesta lógica

[...] a Economia Solidária, mais do que um modo de produção, é um modo de vida. O espírito da Economia Solidária é cooperar, viver melhor juntos. Ela nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Todos pensam juntos. Todos decidem juntos. Os ganhos não são só materiais. São também não materiais. O espírito da Economia Solidária é empoderar as pessoas pela dissolução do poder nelas, em todos e todas. Por isso, a educação é essencial para o avanço da Economia Solidária. Empoderar não é “ter mais” poder individual, mas reinventar o poder, conquistar mais autonomia, “ser mais”, como dizia Paulo Freire (GADOTTI, 2009, p. 42).

Como já destacamos, a EcoSol tem por natureza econômica a geração de emprego e renda, possibilita a inclusão social dos praticantes. É uma forma de produção que se opõe ao modelo atual, pautada no trabalho coletivo. Ao observarmos os ensinamentos de Paulo Freire, percebemos que ele já utilizava em sua forma de educar, essa cooperação e inclusão social. Da mesma forma,

---

4 Definição utilizada pela Cáritas Brasileira, entidade que inclusive denomina esta prática de Economia Popular Solidária (EPS). Disponível em: <<http://caritas.org.br/projetos/programas-caritas/economia-popular-solidaria>>. Acessado em: 22 mai.2015.

como uma corrente, seus elos unem-se é a ação da EcoSol, cujo objetivo é o de fortalecer os cidadãos. O empregado já não é só um empregado. Ele também é o patrão.

Essa forma econômica possibilita a autonomia e a independência do homem e da mulher na busca do seu processo de liberdade, não apenas econômico, bem como do poder manipulador capitalista. E, mais ainda, ela envolve pessoas de uma sociedade que possuem culturas e hábitos diferentes, porque a prática da EcoSol preza por construir uma sociedade mais justa e autossustentável.

É bom frisar que a EcoSol não pretende assumir o lugar do Estado. Ela ressalta a importância da participação dos sujeitos na sociedade e aponta para outra possibilidade econômica, bem como de valores e de relação entre as pessoas e destas com o mundo, com a natureza.

A civilização na qual vivemos tem se apropriado da ciência e determina quais são as mudanças que devem ser realizadas na cultura. Promove, muitas vezes, ações que são nocivas à própria sociedade e que acabam por se inserir no contexto educacional. A EcoSol incluiu conhecimentos a respeito do ser humano, que possibilitam a promoção de valores distintos dos valores apregoados pelo capitalismo, ao invés disso, apresenta características que desconstruem os pensamentos e a concepção hegemônica. Tudo que envolve o ser humano, nesta concepção da economia solidária, precisa ser comum a todos eles. É especialmente neste aspecto na EJA que Economia Solidária e Educação Física muito se conectam. O ensino e a prática da Educação Física na EJA têm objetivos muito semelhantes aos princípios da Economia Solidária.

Quando os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) se reportam à formação do ser integral, do cidadão e outros mais, muito vezes entendidos como jargões ou clichês, eles estão se dirigindo, mesmo sem o conhecimento disso, aos princípios da Economia Solidária. Todo PPP, em que pese possa não utilizar diretamente os mesmos termos buscam, ou perseguem estes valores, como:

1. Autogestão: Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa.
2. Democracia: A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, de-



mocratizando-as, pois, o trabalho não fica mais subordinado ao capital. 3. Cooperação em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto. 4. Centralidade do ser humano. As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir satisfação plena das necessidades de todos e de todas. 5. Valorização da diversidade. Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual. 6. Emancipação. A economia solidária emancipa, liberta. 7. Valorização do saber local, da cultura do saber local e da tecnologia popular. 8. Valorização da aprendizagem e da formação permanentes. 9. Justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem viver das coletividades e da justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana. 10. Cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocupar com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função com a qualidade de vida, da felicidade, das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico estimula a criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma, afirmam a locação local articulada com a perspectiva mais ampla, nacional ou internacional.<sup>5</sup>

Na prática a oferta que se pretende à EJA e os objetivos do ensino da Educação Física para esta modalidade, busca promover a iniciativa, a liberdade de se poder fazer as escolhas de forma democrática, práticas coletivas e coope-

---

5 Princípios da EcoSol: [http://www.ilaboredf.org.br/economia\\_solidaria/index.php?ilaboredf=principios&ecosol=s](http://www.ilaboredf.org.br/economia_solidaria/index.php?ilaboredf=principios&ecosol=s).

rativas, tem como centro da ação a pessoa, ou seja, a vida, o respeito as diferenças, alteridade, a emancipação, o respeito ao saber das pessoas do local e a valorização e o desenvolvimento deste espaço, relações justas, valorização das relações entre as pessoas e o cuidado com espaço em que vivemos, como forma de garantir a sustentabilidade do ponto de vista da sobrevivência do planeta e, por consequência a nossa.

#### ■ 4 O PAPEL DO PROFESSOR NO DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

É possível conceber a EcoSol como uma forma de produção com o objetivo de substituir as formas empregatícias do capitalismo, pois, se não todos, a maioria dos alunos precisa ter uma fonte de renda para se manter, devido suas necessidades primárias. O capitalismo não consegue fazer com que todos os alunos tenham essa fonte, ofertando-lhes oportunidades de emprego e de renda. Oportunamente, surge e, se introduz assim, a ECOSOL como alternativa capaz de contribuir para a redução destas exclusões, começando pela econômica, até alcançar a social e a política.

A EJA pode ser ambiente para a criação de uma organização baseada na Economia Solidária, em que o professor participa e incentiva os alunos a pensar nessa outra forma de aquisição de “recursos”<sup>6</sup>. Mostrar, por exemplo, que o capitalismo não é o único sistema econômico existente desde o começo da civilização, considerando que é uma construção social, este pode ser substituído (BEZ; CARNEIRO, 2006). Diversas cooperativas<sup>7</sup> são estabelecidas e estão se dando bem. A Economia Solidária tem a mesma concepção, todos os participantes recebem os lucros e cada um é dono; com esse pensamento nenhum dos participantes irá querer falir sua própria empresa.

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna.

6 Foi discutido durante o curso que o professor de sala da aula não tem a obrigação de ser ele o organizador destes grupos coletivos de trabalho, seja cooperativa ou outro qualquer, mas se constitui obrigação ética e profissional fomentar e apontar modos de produção alternativos ao capitalismo

7 Nem todas as Cooperativas e Associações existentes são de EcoSol, à medida que muitas delas não estão apropriadas em seus princípios.

Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela. (PAUL SINGER, 2005).

Está explícito que nenhum aluno que participe dessa economia é superior ao outro e que todos contribuem por igual. Todos são patrões e todos são empregados. A relação existente da educação com o trabalho é organizada no mesmo caminho como poderemos observar nos escritos de Gadotti (2001).

O desenvolvimento não é tão somente um fenômeno econômico, e sim um aspecto da criação contínua do homem em todas as suas dimensões, desde o crescimento econômico até a concepção dos sentidos dos valores e metas da vida. Suposto esse modelo e os perfis do novo homem e da nova sociedade, poderemos afirmar que, pelo trabalho produtivo e pela práxis a que esse trabalho dá lugar, os homens, criativamente, darão forma à sua própria história. Essa educação socialmente produtiva supõe fazer da Educação o elemento integrador e aglutinador de todo o processo que garanta a esses homens e a esses grupos produtivos chegar à condição de atores reais e conscientes dos processos sociais.

Em uma organização coletiva e autogestionária os alunos terão tempo para seus estudos, pois têm autonomia para organizar o seu tempo de trabalho de forma a poder conciliar este com o de estudos. Do mesmo modo, terão recursos para sua sustentabilidade.

O desempenho pedagógico da EJA demonstra a influência da cooperação dos mecanismos que permitem o conhecimento; a relação como o outro favorece a aquisição de conhecimento, para a reconstrução do ser social. Na EcoSol é semelhante, um vai crescer com o crescimento do outro e vice-versa, pode-se até dizer que evoluem juntos. Não serão duas forças individuais, na qual um vai querendo tomar a frente do outro, o desenvolvimento da equipe dependerá do desempenho do conjunto.

É lamentável o que ocorre com a sociedade contemporânea. A pressa, a ganância pela obtenção de recursos, o desejo de ser melhor que o outro, é o que se tornou essa sociedade, isto é, a pura competição. Na busca por status, muitas vezes é preciso aniquilar o outro para se tê-lo. Praticamente, não há proximidade dos seres ditos humanos. Mas, os princípios da EcoSol visam o oposto. Para que haja cooperação é preciso haver proximidade, tanto do semelhante quanto da natureza.

Na EJA as sequências didáticas são planejadas para que os educandos reconheçam os valores físicos e afetivos, para a construção de uma sociedade melhor. Ensina-se a prática da solidariedade na prática dela, de maneira harmônica e justa. É nítida a importância da prática de cooperação para a construção do conhecimento na EJA e a cooperação é um dos princípios da EcoSol. Seres solidários estão atuando tanto na EJA quanto na EcoSol, ainda que de forma mais tímida do que o esperado<sup>8</sup>.

Ao ser convidado para representar o Brasil na 63ª sessão da Assembleia Geral da ONU, Leonardo Boff, em palestra sobre a importância da preservação do meio ambiente, portanto, do planeta Terra, mesmo em meio à crise econômica mundial, destacava que essa crise pode ser prejudicial para o mundo capitalista, entretanto para o planeta seria muito pior se não formarmos uma aliança mundial para cuidar da Terra onde moramos e vivemos. Boff (2009) dizia:

Senhoras e Senhores, representantes dos povos da Terra. Desejo começar recordando a séria advertência feita pela Carta da Terra ainda no ano 2000: “Estamos num momento crítico da história da Terra, no qual a humanidade deve escolher o seu futuro... A nossa escolha é essa: ou formamos uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros ou então arriscamos a nossa própria destruição e a da diversidade da vida” (Preâmbulo). Se a atual crise econômico-financeira é preocupante, a crise da não-sustentabilidade da Terra, revelada no dia 23 de setembro de 2008, se apresenta ameaçadora. Os cientistas que estudam a pegada ecológica da Terra chegaram a usar a expressão *The Earth Overshoot Day*, quer dizer, o Dia da Ultrapassagem da

---

8 Cláudio Nascimento, educador popular, em palestra realizada no SEMIEDU, em 2013, conceitua a Economia Solidária como uma experimentação social. Segundo este educador, trata-se de uma educação gota a gota. Um pensamento análogo pode ser encontrado em um provérbio africano que diz que “pessoas pequenas, fazendo coisas pequenas, em lugares pequenos é que poderão transformar a sociedade”.

Terra. Exatamente, neste dia 23 de setembro, foi constatado que a Terra ultrapassou em 30% sua capacidade de reposição dos recursos que necessitamos para viver. Agora precisamos mais de uma Terra para podermos atender as demandas dos seres humanos e aqueles da comunidade de vida. Mas até quando? Cumpre garantir previamente a sustentabilidade da Terra, se quisermos fazer face aos problemas mundiais que nos afligem como a crise social mundial, a alimentar, a energética e a climática. Agora não dispomos de uma Arca de Noé que pode salvar alguns e deixa perecer a todos os demais. Ou nos salvamos todos ou pereceremos todos (ONU, 2009.)

Nessa visão podemos afirmar que os propósitos que norteiam a prática da Educação Física na EJA, de fato se assemelha ao conceito da ECOSOL, em particular, aos seus princípios. Uma vez que a indagação de uma formação corporal adequada para sobrevivência do ser humano, depende de uma condição sustentável do planeta. Dessa forma é notável a contribuição que a ECOSOL fornece para a concepção do conhecimento do cidadão.

## ■ 5 MOTIVAÇÃO OU DESMOTIVAÇÃO PARA PERMANECER ESTUDANDO

Ao questionarmos alguns alunos, foi possível perceber que o abandono da escola se dá, na maioria das vezes, pela necessidade de subsistência. A maioria dos alunos jovens admitiu gostar de praticar Educação Física, mas entre os mais idosos há uma certa resistência. A compreensão que eles possuem sobre a ECOSOL é mínima. Isto fica claro quando respondem que já ouviram falar, mas não arriscam nenhum palpite acerca deste conceito.

Esses alunos voltaram a estudar há pouco tempo, entre alguns meses a dois anos. Quando se pergunta qual foi o motivo que os fez afastarem-se dos estudos na idade considerada “certa”, eles colocam diversos motivos como, por exemplo, gestação, desemprego, desinteresse, mudança de residência e a necessidade de ajudar a família financeiramente, entre outros. E o que os trouxe de volta aos estudos, também são as mais diversas causas, entre elas; a melhoria de vida, motivação de parentes e amigos, porque quer saber mais. Todos gostam da prática de Educação Física, participando ativamente as aulas ministradas, preferindo as aulas que tenham movimentos e atividades com ação entre os jovens e os mais

idosos gostam mais de atividades que os mantenham sentados, com poucos movimentos, pois afirmam que já estão cansados demais para ficar se agitando.

Quando falamos sobre a Economia Solidária, nota-se que eles não têm conhecimento algum. Apresentados os princípios da mesma a eles, afirmam que ela contribuiria muito com a sua formação, pois essa forma de prática social pode contribuir com todos, porque conforme a resposta de um deles nela **“um ajuda o outro”**. Perguntando se eles consideram importante a disciplina de Educação Física no currículo escolar, todos responderam que sim. E, indagados se as atividades possibilitadas pelo professor alcançam os princípios da Economia Solidária, a resposta é “acredita que sim”, no caso dos que já ouviram sobre o assunto. Ao contrário, quem não conhece o assunto, afirma que não.

Na entrevista feita com os professores de Educação Física, encontramos efetivos e contratados, não há um perfil específico, pois uns já têm anos de carreira e outros estão iniciando agora. Nunca participaram de alguma formação específica na área para a Educação de Jovens e Adultos.

Perguntando a eles o que pensam da Educação Física, obtivemos diversas repostas como: oportunidade de repensar a qualidade de vida; melhoria da flexibilidade da maioria; essencial, de extrema importância, ajuda aos alunos a se socializarem, manter contato pessoal e a que faz o acolhimento, pois conforme o que um dos professores informou é o que mais os alunos da EJA necessitam. Quais são os seus objetivos nas aulas de Educação Física e as respostas foram as mais variadas, tais como: mudança de atitude; melhoria de vida; o principal é a diversão, a busca da felicidade, pois eles chegam aqui com muitos problemas, então precisamos fazer, pelo menos nesse momento, que se esqueçam do que os incomoda.

Na pergunta se considera importante a disciplina de Educação Física no currículo da EJA, todos responderam que sim, mais quando perguntado se conhece ou já ouviu falar em EcoSol, todos disseram que já ouviram falar e apresentando a eles os princípios da EcoSol, todos mostraram concepção aberta para estar ensinando aos seus alunos sobre a mesma e que ela contribuiria e muito na formação dos seus estudantes e, possivelmente, ajudaria na redução da evasão escolar, pois ela tem mais formas de atrativo para que os alunos queiram permanecer na escola. E com isso planejarão suas aulas na inclusão desse tema nos conteúdos a serem trabalhados, falando da importância da prática de Educação Física, para uma saúde melhor e planejando em conjunto com os demais professores.

## ■ 6 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As considerações aqui descritas de forma alguma podem ser tidas como conclusivas. Ao contrário, pretende-se que possam servir de ponto de partida a outros estudos análogos. A partir das entrevistas e das observações realizadas podemos dizer que existe a necessidade de se incentivar os alunos para a prática, na disciplina de Educação Física. Finalizamos este artigo, dizendo que a prática e as experiências vividas pelos alunos, podem facilitar para que se identifique uma educação melhor, portanto de mais qualidade, capaz de fazer sentido na vida dos estudantes e, ao mesmo tempo, promover não só a elevação da escolaridade, mas, também, contribuir para sua formação profissional, ou ainda, que ao trabalhar nesta perspectiva, os objetivos de uma, ancoradas nos princípios da outra, podem estar apontando para outras possibilidades de promover e prover a existência.

Em relação aos profissionais da área identificou-se a possibilidade de que ao tomarem e aprofundarem o conhecimento desta outra forma de produção que é a Economia Solidária, promovam, tanto quanto possível, a aproximação entre os objetivos da prática da Educação Física na EJA, aos princípios daquela, considerando as semelhanças existentes.

Ao apresentar e se trabalhar com o conhecimento de forma mais abrangente e menos fragmentada, pode-se oportunizar aos alunos da EJA possibilidades de desenvolvimento profissional e social, tanto em suas atividades profissionais quanto na escola. Favorecer a vivência de valores como, por exemplo, a autogestão, a própria democracia, a cooperação, a solidariedade e outros tantos que, na nossa sociedade carente de experiências democráticas sempre foram negaram, em particular aos nossos estudantes da EJA, é educar a valores antagônicos aos promovidos pelas práticas capitalistas.

Com a junção da EcoSol à EJA, acreditamos que é possível promover ações alternativas e significativas para que os alunos que não conseguiram concluir os estudos no tempo considerado o mais adequado, tenham mais incentivos aos estudos e não abandonem as escolas e principalmente a disciplina de Educação Física. Com isso, esses jovens poderão permanecer firmes em seus objetivos e prosseguir na busca por uma vida melhor, contribuindo para a melhoria da sociedade em que eles se encontram inseridos. Concluímos aqui, momentaneamente, dizendo, a partir das pesquisas e das entrevistas realizadas, o quanto é

importante a participação dos profissionais de Educação Física e dos alunos nas atividades para a sua formação.

## ■ 7 REFERÊNCIAS

ALLSEN, P. E.; HARRISON, J. M.; VANCE, B. **Exercício e qualidade de vida: uma abordagem personalizada**. Barueri: Editora, 2001.

**BENORINO, Maria Cristina Chimelo; LENCINA, Sabrina. Importância da Educação Física escolar, na visão de professores da rede pública de Santa Maria. Pesquisa de mestrado, 2008.**

BETTI, M. Ensino de primeiro e segundo graus: educação física para quê? **Revista Brasileira de Ciências do Esportes**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 282-287, jan. 1992.

\_\_\_\_\_. Mídias: aliadas ou inimigas da educação física escolar. **Revista Motriz**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 125-129, jul/dez. 2001.

BEZ, Carlos e CARNEIRO, Gisele. CEFURIA Caderno 5 da série. **Economia popular solidária: que mundo estamos construindo?** Curitiba, 2006.

BOFF, Leonardo. Representante do Brasil e da Iniciativa. **Carta da terra**. Edifício das Nações Unidas em Manhattan, 22 de abril de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Esplanada dos Ministérios. Brasília, DF. 2009.

CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://caritas.org.br/projetos/programas-caritas/economia-popular-solidaria>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

DARIDO, Suraya. **Educação física e os temas transversais**. São Paulo: Papyrus, 2012.

FERNÁNDEZ, Alicia. **Inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FREIRE, João Batista. **Pedagogia do futebol**. Campinas: Autores Associados, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.



# 4

## ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNDO DO TRABALHO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

IONE PIRES ARRUDA<sup>1</sup>

---

**Resumo:** O artigo tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre as possíveis aproximações entre dois eixos investigativos, as práticas educacionais de jovens e adultos e a economia solidária. O trabalho busca compreender o papel da educação igualitária que objetiva o empoderamento dos educandos para se tornarem gestores dos seus empreendimentos cooperativos. A inserção do tema Economia Solidária sendo a problematização no contexto da Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa conclui que, além do desejo de ascensão social, a procura pela continuidade dos estudos pode estar relacionada à busca pela autonomia e pelo aumento da autoestima dos sujeitos. A Economia Solidária pode ser pensada como um modo de produção idealizado para superar o capitalismo. É um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Educação. Trabalho.

---

<sup>1</sup> Professora da rede municipal de ensino de Cuiabá, MT. E-mail: ionefisica2011@hotmail.com.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Metodologicamente, utilizamos a pesquisa bibliográfica para cumprir esse objetivo onde o referencial teórico adotado como norte de interpretação merece atenção pela possibilidade de construir e valorizar práticas pedagógicas capazes de conceber o trabalho como princípio educativo, de modo que seja possível o resgate da dignidade do sujeito e a Educação de Jovens e Adultos como possibilidade de conexão entre os dois eixos.

Conseqüentemente, a inclusão da educação de jovens e adultos pode estar, ao mesmo tempo, contribuindo para uma inclusão social e a valorização do trabalhador, criando, assim, possibilidades de construir as relações sociais pautadas no respeito, igualdade, solidariedade e democratização. Bases concretas que são fundamentadas no sentido de desenvolver um projeto popular educacional, pautado em práticas pedagógicas da educação de jovens e adultos, numa sociedade diferente, cujas aulas se consolidarão a partir do conhecimento e da conscientização, mostrando outras possibilidades de uma economia dinâmica, diversificada, voltada para o ato de conhecer, trabalhar e implantar uma educação com uma perspectiva de reconhecer novos paradigmas de ensino e aprendizagem.

Na medida em que os jovens adultos adentram a escola, na perspectiva da modalidade em EJA, a educação surge como uma luz no final de um túnel. Eles percebem no estudo uma possibilidade de mudança de vida, de construção efetiva de sua forma de ser e estar no mundo porque devolve o direito e a vontade de lutar por seus objetivos. Sua autoestima aumenta, levando-os a encarar a vida com outra perspectiva. Com a educação recebida, visualizam melhor as oportunidades para uma melhora em sua qualidade de vida. Assim sendo, quando a escola dá condições para que os alunos se desenvolvam em todos os aspectos eles conseguem encarar a vida com outro olhar, se tornam sujeitos críticos, participativos, se transformam em sujeitos conscientes do seu papel social.

Na referida modalidade da educação de jovens e adultos, a educação deve ter um caráter problematizador, em que as situações de exploração de conhecimentos possam partir das realidades concretas dos educandos, para uma leitura crítica de suas próprias vivências e assim conseguir pensar em formas de superação e mudanças nos conflitos sociais em que estejam inseridos.

Nessa via, humanizar o ser humano é buscar uma igualdade social através de uma concepção educacional diferenciada que possa, através dos meios educacionais, dar suporte à sua inclusão, intermediando esse contexto, desmistificando os saberes associando às novas práticas pedagógicas, a fim de levar nossos alunos a indagar, descobrir o novo e fazer um paralelo entre os saberes vivenciados no seu cotidiano.

A prática da Economia Solidária, no âmbito do capitalismo, nada tem de natural. Em si, a Economia Solidária exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição. No entanto, as pessoas que passam do capitalismo à Economia Solidária foram educadas pela vida a reservar a solidariedade ao relacionamento com familiares, amigos, companheiros de lutas, isto é, com pessoas às quais estão ligadas por laços de afetividade e confiança. Já no plano econômico, cada um está condicionado a afirmar seus interesses individuais, vistos como antagônicos aos dos outros. Prevalece a lógica do mercado, em que todos competem com todos, cada um visando vender caro e comprar barato, para maximizar seu ganho. O individualismo impõe-se, em grande medida porque leva os participantes a comportamentos ‘racionais’ nos mercados.

Competir significa agir para impor perdas aos ‘outros’ e para evitar que os “outros” façam isso conosco. A inspiração aqui vem da Origem das Espécies, de Darwin, segundo a qual só sobrevivem os mais aptos. Como diz o nome – Economia Solidária – o que essa propõe é “a prática da solidariedade no campo econômico”. Como ela visa a uma sociedade de iguais, a Economia Solidária opõe-se à ideia de que o jogo econômico é inevitavelmente de soma zero. Em vez disso, ela sustenta que a cooperação entre os participantes torna possível que todos ganhem. Esse pressuposto tem comprovação empírica. Quando várias pessoas dividem uma tarefa entre elas, de modo que cada uma se encarregue de uma parte diferente do trabalho, via de regra, produz-se mais com menos esforço do que se cada um produzisse isoladamente, realizando o trabalho por inteiro.

## ■ 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MUNDO DO TRABALHO

Vivemos em uma sociedade capitalista, pautada nos princípios de acumulação e exploração do trabalhador. Isso se acentua mais ainda com a perspectiva

neoliberal, que complementa e assegura a manutenção do capitalismo. Com o neoliberalismo, o mercado tem a livre iniciativa e o Estado tem o mínimo de intervenção possível no andamento da economia e conseqüentemente no social.

O capitalismo, nesse contexto, tem originado uma grande produção de desemprego; são muitos sujeitos fora do mercado formal e do trabalho assalariado, que não conseguem vender a sua força de trabalho.

Esse fato é decorrente de um sistema de produção capitalista que se configura pela busca incessante do lucro, em uma sociedade que se define pelo poder do dinheiro.

Segundo Singer:

A concentração do capital tem como contrapartida a formação de uma classe cada vez mais numerosa de perdedores, qual seja de pessoas que não têm meio próprio de produção e que se sustentam vendendo sua capacidade de trabalho aos capitalistas (ou ao estado). Os capitalistas dependem dos trabalhadores assalariados para que seus capitais produtivos sejam acionados e assim valorizados, assim como os assalariados dependem dos capitalistas (e do Estado) para ser empregados e poder ganhar o sustento próprio e de seus dependentes. (SINGER, 2005, p. 14).

No capitalismo, se não se é dono dos meios de produção, é necessário vender a sua força de trabalho para conseguir sobreviver. Justamente esta é a característica deste sistema: a concentração dos meios de produção em poucas mãos, a livre competição e o esforço dos trabalhadores, para um mesmo fim, o de potencializar os lucros dos donos das empresas (SINGER, 2005). Alia-se a esta situação a questão do desemprego estrutural e a geração de trabalho e renda como alternativa de superação do capitalismo.

Para Singer:

A economia solidária apresenta-se como alternativa capaz de superar o capitalismo e retornar à questão do trabalho como prática inerente do ser humano e não como tarefa alienante. (SINGER, 2005, p. 16).

A economia solidária é uma alternativa a essa estruturação e à divisão social oriunda do capital. O que fundamenta a economia solidária é a solidariedade e a preocupação com o social, envolvendo todos e, principalmente os marginalizados.

Numa concepção de economia que se sustenta pelo uso e satisfação das necessidades humanas e não pela acumulação, ela traz estratégias de uso, compra, venda, e principalmente a troca do que é preciso para a vida. O mais importante é o compromisso com a coletividade e a ausência de sentimentos de vantagens e favorecimentos pessoais.

Conforme afirma Cornelian, “na ótica cotidiana dos trabalhadores, a economia solidária não é uma ideologia, mas uma saída possível uma esperança de desafogo.” (2014, p. 14).

Assim, entende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizado sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção a economia solidária possui as seguintes características: cooperação, autogestão, dimensão econômica, solidariedade (BRASIL. MTE).

A Economia Solidária é um conjunto que engloba diversas perspectivas que se aproximam em uma intenção comum: a alternativa de desenvolvimento sustentável.

Conforme Tiriba:

Muitas denominações são utilizadas para representar diferentes experiências econômicas populares, como: “Economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, associativa, informal, subterrânea, invisível, submersa...”, mas todas refletindo iniciativas de base comunitária, popular. (1998, p. 189).

São iniciativas que se traduzem como atividades e programas de geração de trabalho e renda e como possibilidade de superar a exclusão econômica e social. Para Tiriba (1998), a questão da criação coletiva e individual de estratégias para se organizar contra as injustiças sociais não é um fato novo. Mas o que realmente é novo é o texto generalizado de perda da centralidade do trabalho assalariado nas relações entre o capital e trabalho.

A Economia Solidária, nesse contexto, não só é uma possibilidade de gerar emprego e renda, como também representa uma oportunidade de desenvolvimento de uma prática pedagógica formadora de uma sociedade mais justa e solidária. Ela atua como uma alternativa para inserir no meio atual um contexto econômico visando ações democráticas e coletivas, uma pluralidade de atividades econômicas que deve ser vivenciada numa prática pedagógica para fazer da economia solidária uma ponte para significação dos sujeitos da educação de jovens e adultos.

Definidas como meio de produção capaz de superar o capitalismo, são propostas de organizações sociais apresentadas sob a forma de cooperativas, associações, grupos de produção, centros comunitários, que provêm de alguns princípios que orientam o desenvolvimento de seu trabalho.

A base teórica mais importante é a compreensão de que os trabalhadores têm prioridades sobre os lucros e, a partir desta lógica, de que as relações coletivas e sociais são pautadas pelo respeito, coletividade, solidariedade e democracia.

Todos devem colaborar uns com os outros, pois: “O bom desempenho e o bem-estar de cada um influem no resultado dos objetivos e na renda de todos” (CAMP, 2006, p. 9). Não há discriminação por sexo, raça, religião e, nesta forma de produção, todos os que dela participam têm igual poder de decisão sobre os rumos do trabalho.

Há uma propriedade coletiva dos meios sociais de produção. Desse modo, os lucros que são reconhecidos como ‘sobras’ destinam-se a todos sendo esse fator a negação da “[...] possibilidade de haver uma classe que viva apenas de rendimentos de seu capital, sem tomar parte do trabalho” (SINGER, 2005, p. 14).

Uma marca significativa da Economia Solidária é a cooperação, que indica que todos os trabalhadores são responsáveis por tudo na empresa, participando tanto das sobras quanto dos prejuízos. Os trabalhadores envolvidos nesta concepção da economia solidária têm a mesma importância e, mesmo executando tarefas diferentes dentro do empreendimento solidário, conhecem os seus processos funcionais e trabalham em torno de um mesmo objetivo comum e em busca dos mesmos resultados. Como não há patrão e nem empregados, diz-se que se desenvolve a autogestão, pois todos os envolvidos com a Economia Solidária possuem os mesmos direitos e “[...] todos são donos dos equipamentos e das ferramentas que utilizam em seu trabalho” (CAMP, 2006, p. 10).

A cooperação tem um caráter educativo porque busca a clareza dos fatos para que possa superar os problemas, tomando como partida a resolução dos mesmos. Nesta nova forma de organização, relacionando com a economia solidária, faz um elo como o processo educativo, ou seja, uma ação social com práticas diferenciadas e várias opções de organização.

Para Andrioli:

O Cooperativismo origina-se a partir de uma necessidade comum entre as pessoas na tentativa de superação conjunta de problemas relacionados à economia. (ANDRIOLI, 2001, p. 32).

Andrioli esclarece que:

Na disputa de forças na sociedade, a cooperativa representa os interesses de seus associados. Entretanto, quando os interesses dos associados extrapolam a satisfação de necessidade imediata e preconizam uma amplitude cada vez maior de reivindicações no sentido de romper com a lógica da desigualdade e da concentração da riqueza produzida, a cooperativa pode transformar-se numa força política aliada a uma classe social (ANDRIOLI, 2001, p. 32).

“O cooperativismo e a educação são decorrentes da prática social, da cultura humana, de necessidades humanas [...] por isso, o cooperativismo pode oferecer elementos importantes para a educação, se considerarmos a cooperação como a base da sociabilidade” (ANDRIOLI, 2001, p. 36).

Na dialogicidade, a educação pode contribuir muito neste processo educacional, surgindo a possibilidade de aliar os conhecimentos do mundo do trabalho e da vida. Conseqüentemente, uma educação compreendida com uma forma mais humana, democrática, e com práticas de caráter emancipatório para questões que norteiam a sociedade. Essa nova educação prima pela aquisição de novos conhecimentos, autonomia, e pela formação dos trabalhadores no tocante à geração de renda para, com isso, minimizar os problemas gerados pelo atual sistema econômico em questão.

### ■ 3 EJA: A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A partir da Lei de Diretrizes n.º 9.394/96 a Educação de Jovens e Adultos se regulariza e supera o antigo ensino supletivo de proposição de um currículo escolar aligeirado e homogêneo, configurando-se sob a ótica de um projeto educacional mais amplo (MOLL, 2004) e inovador porque passa a se constituir como modalidade específica de Educação Básica que atende aqueles que não tiveram acesso à escola, por ser negada a experiência educacional na idade apropriada, pelos mais diversos motivos.

Historicamente, as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade certa passaram a serem indivíduos que ficam à margem da sociedade e de qualquer forma excluídos do ambiente escolar e social em virtude da falta da escolarização.

Na educação de jovens e adultos as práticas pedagógicas desenvolvidas nessa modalidade de ensino, em sua maioria, também sofrem modificação e passam a poder envolver ainda mais a experiência do educando como ponto de partida para o desenvolvimento do ensino formalizado.

Como comenta Freire:

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Percebe-se que os conteúdos trabalhados com a população atendida na Educação de Jovens e Adultos precisam ter relação com seu cotidiano, pois o processo educativo desenvolve-se entre sujeitos com diferentes trajetórias, histórias e experiências de vida. (FREIRE, 2006, p. 15).

Para Freire:

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização. (FREIRE, 2006, p. 16).



Partindo dessa concepção, muitas escolas de jovens e adultos intensificam um planejamento educacional voltado às experiências vivenciadas pelos alunos, concretizando em uma educação humanizada no coletivo.

Nessa modalidade de ensino, a educação deve ter um caráter problematizador, em que as situações de exploração e estudo partem da realidade concreta dos educandos em uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeita os tempos de aprendizagem de cada aluno.

Estas ações sinalizam um avanço no que diz respeito ao reconhecimento da educação como meio de transformação pessoal e social e de entender o educando como alguém que está em constantes transformações e assim conseguir pensar em formas de superação e mudanças nos conflitos sociais em que está inserido. Sobressai-se nestas experiências pedagógicas a importância do resgate das memórias e trajetórias dos alunos, pois como afirmam Di Pierro, e coautores (2000, p. 1): “A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito”. Ter um espaço que valoriza a caminhada do indivíduo significa muito o processo de aprendizagem, além de possibilitar ao aluno compreender-se como sujeito de sua própria história.

A educação de jovens e adultos reitera essa necessidade a partir dos conhecimentos prévios que os alunos trazem das suas vivências, pois eles possuem uma gama de conhecimentos, uma experiência que não pode ser renegada pela escola, mas a partir dela, discutida.

Como comenta Moll:

[...] a educação popular [...] ganha corpo num debate que dessacraliza os saberes ditos acadêmicos, buscando ressignificá-los à luz dos saberes da vida cotidiana. Saberes de homens e mulheres que, à margem dos saberes formais, organizam e vivem a vida ensinando os seus filhos e netos, enfrentando as adversidades, produzindo culturas e afirmando identidades carregadas de tradição e criação (MOLL, 2004, p. 6).

Expõe-se, assim, um novo significado às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, de acordo com um interesse maior em aprender os chamados conhecimentos formais.

A Educação de Jovens e Adultos surge como uma luz no túnel porque devolve a esses educandos o direito e a vontade de lutar por seus objetivos. Ela traz em sua lógica de organização a concepção de construção de sujeitos sociais, autônomos, independentes, ativos socialmente, críticos, capazes de participar de discussões por meio do diálogo.

Comenta Silva:

A educação enquanto instrumento de formação do ser humano, requer percebê-lo como sujeito histórico, capaz de criar e recriar, de desenvolver-se em suas várias dimensões, de intervir e transformar a realidade, considerando o contexto sócio-histórico-social no qual se insere. (SILVA, 2014, p. 8).

As metodologias adotadas nas práticas pedagógicas devem estar de acordo com vivência e capacidade de compreensão dos alunos, propiciando atividades inovadoras que possam chamar as suas atenções e que atenda os seus interesses. O tempo é algo extremamente importante, então o professor deve aproveitar cada minuto de aula com a construção efetiva de conhecimento.

Conforme Freire:

O educador problematizador refaz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscitividade dos educandos. Estes em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigativo crítico, também. (FREIRE, 1987, p. 69).

A Educação de Jovens e Adultos é uma educação que extrapola os vários mecanismos dos processos educacionais, pois partindo das experiências trazidas pelos educandos estabelece a aproximação entre os eixos centrais em questão: as práticas educacionais da educação de jovens e adultos e a economia solidária.

O cenário do desemprego estrutural, como observado, tem excluído muitos sujeitos da economia capitalista mundial. Ao mesmo tempo em que isso acontece, essa situação tem levado os setores populares a resistir e a desenvolver formas alternativas de geração de trabalho e renda para garantir, a estes sujeitos desempregados, sustentabilidade e sobrevivência. Por meio da Educação

de Jovens e Adultos, os setores populares têm constituído iniciativas econômicas como resposta a este cenário.

A crise do desemprego nos leva, portanto, a refletir sobre a existência de outros mundos do trabalho que não somente o assalariado, além de outros processos de produção que não somente o modo capitalista.

A economia solidária, tendo inserido o trabalho cooperativo, vincula-se à noção do coletivo, da solidariedade, da autogestão, porque, teoricamente, é gerida com a participação igualitária de todos os membros, que detêm o mesmo poder decisório e igualdade na apropriação dos resultados do trabalho.

Como observado, essa economia pode revelar-se em uma ação contrarcorrente, contraditória às relações sociais evidenciadas na sociedade, como oposição à cooperação subordinada, e está de acordo com as bases pedagógicas construídas a partir de uma educação popular e emancipatória.

Sendo assim, uma educação que valoriza a palavra do educando e os seus saberes de vida e do trabalho como fundamentais no processo de formação integral e trabalha com o espírito de solidariedade e cooperação contribui para o que Tiriba (2004, p. 26) ressaltou: a possibilidade de se superar o vínculo da formação do trabalhador somente para o mercado globalizado, assalariado, excludente e altamente competitivo. E mais, são práticas que “[...] expressam um fazer pedagógico comprometido com a crítica à concepção utilitarista da educação como fator de produção” (TIRIBA; PICANÇO, 2004, p. 27).

Isso contribui também para romper com a lógica de que nascemos para vender a nossa força de trabalho assalariada, como se está fosse a única forma de trabalho existente.

Ao reduzir a categoria Trabalho a Trabalho Assalariado, ao reduzir o conjunto de trabalhadores à condição de ‘empregados’ e ‘desempregados’, os economistas circunscrevem a produção social da vida às regras das relações capitalistas de produção, sugerindo que o trabalho é, necessariamente, uma mercadoria que deve ser posta a venda no mercado (TIRIBA, 2004, p. 80).

Uma Educação de Jovens e Adultos progressista, que valorize o ser humano em sua pluralidade, nos seus saberes de vida e preocupação com o coletivo

do qual este educando faz parte aponta para um trabalho configurado sob a ótica da emancipação, da compreensão da educação como ato permanente, dialógico, e da valorização do sujeito como ser social.

Logo, esta educação voltada para a formação integral do sujeito, que valoriza a palavra dos educandos e o trabalho solidário, aponta para a perspectiva de dialogar, com a hipótese de que “[...] todo o ato educativo tem uma intencionalidade política que vai além do aprendizado de aspectos pontuais e tem como horizonte uma opção política por um protótipo de ser humano” (ARROYO, 1999, p. 29).

Quando se pensa nestas ações progressistas que embasam o desenvolvimento educacional na Educação de Jovens e Adultos percebe-se que muitas delas se guiam por aquilo que Oliveira (2003) descreve como fundamental: a escola como espaço, por excelência, da aprendizagem da cidadania e não somente do que está legitimado como saber pela classe dominante.

A cidadania auxiliando na constituição da cidadania, do trabalho coletivo, da transformação da realidade, da conscientização, demonstra o direcionamento ideológico e político desta forma de ensino. Portanto, a aproximação entre os eixos investigativos: Educação de Jovens e Adultos e uma alternativa de geração de geração de trabalho e renda refletem-se como possível e capaz de construir novas bases para a educação.

Essa aproximação é um novo caminho para permear novas transformações. A Educação de Jovens e Adultos cria possibilidade de se formar uma relação entre a educação e o trabalho, fundamentando uma economia e as relações sociais como trajeto possível para a construção do conhecimento e a superação do trabalho como mercadoria precarizada.

Para chegar-se à ideia de uma prática pedagógica, faz-se necessária a compreensão de que não há uma prática sem teoria, nem teoria sem prática, ou sem conhecimentos. É nesse sentido que há uma teoria pedagógica, uma prática pedagógica que é resultante não só do acúmulo de experiências como, também, do campo perceptivo das relações que o professor vai ministrando e das ações de estudo de pesquisa que vai se realizando.

À proporção que se vão construindo as práticas pedagógicas, novos conhecimentos, novas experiências vão se incorporando e transformando

o trabalho docente. Assim, o trabalho docente é mediado pelas práticas pedagógicas que se constroem e se reconstróem com novos conhecimentos e novas experiências.

Conforme Brito:

O pensamento do professor constrói-se, pois, com base em suas experienciais individuais e nas trocas e interações com seus pares. "É nesse sentido que os saberes docentes se incorporam à prática pedagógica proporcionando ao professor mais clareza e mais segurança para demandar, não só o ensino, mas também suas trajetórias de desenvolvimentos educacionais. (BRITO, 2006, p. 51).

Essa construção da identidade do professor vai além dos muros da escola, das abordagens técnicas e metodológicas das práticas educativas. Ser professor e ser pessoa exige saberes muito mais amplos que estão além do saber ensinar.

A pedagogia da Economia Solidária requer a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, como o fazem os jogos cooperativos. Importa aqui menos o aprendizado do comportamento adequado do que o sentimento que surge da prática solidária. Tanto dando como recebendo ajuda, o que o sujeito experimenta é a afeição pelo outro e este sentimento para muitos é muito bom. Tanto em competir como em cooperar, o sujeito sente-se feliz. Só que no primeiro caso, essa felicidade só é completa se ele vence e demonstra sua superioridade sobre os demais. No último, a felicidade é gozada toda vez que se coopera, independentemente do resultado.

## ■ 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para contemplar o ensino de jovens e adultos deve objetivar o retorno das pessoas ao processo de ensino e aprendizagem para inserir os mesmos na sociedade e no mercado de trabalho, retirando-as da margem da sociedade para que sejam agentes participantes do atual contexto social e educacional. Dessa forma, a EJA deve versar por práticas pedagógicas que além de vivenciar os elementos curriculares em relação às disciplinas, deve aproximar essa educação a questões econômicas, a exemplo da Economia Solidária e do trabalho cooperativo.

Entende-se que a prática pedagógica requer mudanças de atitude do professor, frente às formas tradicionais de transmissão de conhecimentos, para que a economia solidária se expanda cada vez mais, criando novas alternativas de projetos e planejamentos, desenvolvimentos curriculares, ressignificando a prática em sala de aula, de forma a atender os desafios da aprendizagem. Para tanto, se faz necessária articulação e mudanças no contexto escolar de modo a incorporar resultados que impliquem na formação de saberes e nas relações que definem o ideário pedagógico, político e social na qual a escola esteja inserida.

Com isso, propiciar uma educação pautada no cooperativismo e na organização social para o trabalho e que, por sua vez, prime pela socialização dos indivíduos e por vivências coletivas, experimentando, assim, o desenvolvimento intelectual e econômico, nos quais os educandos sejam capazes de perceber, nos princípios da EJA, elementos transformadores. Nessa perspectiva, a Economia solidária e o trabalho cooperativo, aliado às questões pedagógicas dessa modalidade de ensino tornam o aprender mais positivo e ladeado por um novo horizonte para jovens e adultos, no qual se associe educação ao pensamento econômico cooperativo, dinamizando e deixando mais atrativo o atual contexto educacional da Educação de Jovens e Adultos.

## ■ 5 REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Trabalho coletivo e educação**: um estudo das práticas cooperativas do Programa de Cooperativismo na Região da Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Unijuí/RS: UNIJUÍ, 2001. p. 25-60.

ARROYO, Miguel Gonzalez. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita. (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p. 13-41.

**BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: Senado Federal, 2004.

BRITO, A. E. Formar professores: discutindo o trabalho e os saberes docentes. In: MENDES SOBRINHO, J. A. de C.; CARVALHO, M. A. de. (Org.). **Formação de professores e práticas docentes: olhares contemporâneos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.51.

CORNELIAN, Anderson Ricardo; **A concepção de economia solidária em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas**. Disponível em: <[http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/anderson\\_ricardo\\_cornelian.pdf](http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/anderson_ricardo_cornelian.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2014.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/php?script=sci\\_arte\\_xt&pid=S0101-326200100030000&lng=pt&nrm=isso&tlng=pt](http://www.scielo.br/php?script=sci_arte_xt&pid=S0101-326200100030000&lng=pt&nrm=isso&tlng=pt)>. Acesso em: 27 dez. 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Educação de adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006. p. 15-17.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização de Adultos: desafios à razão e ao encantamento. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 6-17.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; Democracia Social, cidadania ativa e emancipação na sociedade multicultural. In: **Currículo praticado: entre a regulação e a emancipação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP, 2005. p. 13-20.

TIRIBA, Lia. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes; 1998. p. 189-217.

PICANÇO, Iracy. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma "outra economia". In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. (Orgs.). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2004.p. 19- 32.

# ARTESANATO SUSTENTÁVEL: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO REFERENCIAL PEDAGÓGICO E CURRICULAR NAS AULAS DE ARTE NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

MARIA ELIN DE OLIVEIRA SILVA<sup>1</sup>

MARCOS MACEDO FERNANDES CARON<sup>2</sup>

**Resumo:** A preocupação pela alfabetização de jovens e adultos e a diminuição do analfabetismo no Brasil existe desde a década de 1930, quando então passaram a ser enfatizadas, principalmente após a influência das ideias de Paulo Freire no início dos anos 60 do século passado, campanhas de alfabetização de caráter governamental. O golpe militar de 64 impôs o ciclo de governos autoritários e, interrompeu o processo no sentido de conscientização política do educando, mas não das campanhas governamentais de alfabetização, representadas neste período pela criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o qual, a despeito da forte propaganda oficial na época, não logrou êxito nos seus intuitos. O fracasso do MOBRAL confirmou a tese, de que o processo de alfabetização de adultos não se baseia no letramento, mas sim na formação integral do educando, com vistas à sua cidadania e emancipação política. Com a volta da democracia, esta perspectiva foi reforçada com a garantia do ensino para jovens e adultos, assegurada pela Constituição Federal de 1988. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), garantida naquela Lei, tem um papel desafiador diante de seus educandos. Este artigo objetiva, principalmente socializar experiências oriundas da prática nas aulas de arte somadas à Economia Solidária (EcoSol), como forma de desenvolvimento pessoal e social.

**Palavras-chave:** Arte. Educação. Sustentabilidade. EcoSol. EJA.

1 Professora da rede municipal de ensino de Cuiabá, MT. E-mail: maria.elinsilva@gmail.com.

2 Marcos Macedo Fernandes Caron, (Orientador). Doutor e Mestre em Educação pela UnB (2010/1996), licenciado em Geografia pela UnB (1984). Professor do Instituto de Educação/UFMT desde 2002, onde leciona as disciplinas: Metodologia do Ensino de Geografia; Organização e Fundamentos do Ensino Básico. Participa também da equipe de orientação e coordenação do Estágio Supervisionado Prática de Ensino; - Professor colaborador no mestrado do IE, Pesquisador do: Grupo dos Movimentos Sociais em Educação; (GPMSE - IE - UFMT) - Áreas de interesse e atuação; Dinâmica dos Movimentos Sociais; Educação Popular; Educação Socialista; Políticas Públicas em Educação; Estado e Educação; Espaço Sócio-geográfico e Educação; Prática e Ensino da Geografia.



## ■ 1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema Artesanato Sustentável: A economia solidária como referencial pedagógico e curricular nas aulas de arte na modalidade da educação de jovens e adultos, se deu principalmente pela vivência como educadora na EMEB Prof. Ranulpho Paes de Barros, onde a prática da inserção da arte como complemento nesta modalidade torna-, a cada dia, necessária para garantir o pleno aprendizado dos alunos da EJA.

A educação para a especificidade desses alunos passou por momentos de implantação, descontinuidade e, há poucos anos, vem implementando formas e métodos adequados e, ainda que distantes do ideal constitucional, com maior compromisso com a formação integral dos educandos.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, prevê que a EJA destinada àqueles que não tiveram acesso (ou não deram continuidade) aos estudos no Ensino Fundamental e Médio e deve ser oferecidas em sistemas gratuitos de ensino, com oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características, interesses, condições de vida e de trabalho individual de cada cidadão.

A busca pela permanência do educando na escola é desafio pessoal na questão do aprendizado como forma de independência social e financeira, contribuindo para a proposta da EJA onde os educandos são levados a experimentar e conhecer diversos instrumentos e conhecimentos artísticos, podendo assim utilizá-los em sua vida pessoal e trazendo para o contexto da educação. O papel da escola é preparar o educando da EJA para se tornar cidadão ativo, participante na família, no trabalho e na vida cultural e política, levando-o a ler e escrever para melhor conhecer o mundo, trazendo suas necessidades e aspirações pessoais para a realidade social na qual está inserido.

Esses educandos já trazem algum conhecimento e habilidades adquiridas na prática e vivências pessoais e conquistadas ao longo da vida também algumas experiências manuais de trabalhos muito importantes para a implementação da arte como forma de contribuir com a educação e uma possível economia popular, embasada na autogestão do trabalho e, contribuindo assim, para uma economia solidária e a conseqüente geração de emprego, trabalho e renda.

Os educandos comprometidos com este paradigma da educação estão em busca de um modelo de produção educacional adequado, que nas palavras de Arroyo assume o seguinte significado:

A herança legada pelas experiências de educação de jovens e adultos inspiradas no momento de educação popular não é apenas digna de ser lembrada e incorporada, quando pensamos em políticas e projetos de EJA, mas continua tão atual quanto nas origens de sua história, nas décadas de 50 e 60, porque a condição social e humana dos jovens e adultos que inspiram essas experiências e concepções também continua atual[...] em tempos de exclusão, miséria, desemprego, luta pela terra, pelo teto, pelo trabalho, pela vida. Tão atuais que não perderam sua radicalidade, porque a vivida pelos jovens e adultos populares continua radicalmente excludente (2001, p.11).

Diante dessa necessidade, a economia solidária tem se apresentado como referência pedagógica na reformulação curricular da modalidade EJA. Apresenta como descrição principal a união de forças no âmbito profissional e intelectual para um mesmo fim, visando a aquisição do conhecimento, a valorização da vida em todos os sentidos aqui aplicados, com sustentabilidade, responsabilidade, compromisso social, econômico e ambiental como um todo. Os tipos mais comuns nesta economia são as associações, cooperativas, empresas de autogestão e grupos informais.

Essa proposta educacional, cujo pressuposto principal é a inserção do artesanato sustentável nas aulas de arte (tendo a EcoSol como referencial pedagógico e curricular) propicia o desenvolvimento de habilidades, atitudes, comportamentos, ideias e aquisição de conhecimentos e valores dos educandos num ambiente prazeroso. Neste, condutas e atitudes humanas, cuidado com o meio ambiente, deveres e direitos, liberdade e responsabilidade, e tudo o que se refere à economia popular e autogestão do trabalho, estão sendo criticadas e criativamente questionadas e analisadas em sala de aula.

Considerando o peso das afirmações aqui apresentadas e para melhor esclarecê-las, o trabalho de pesquisa será dividido em três partes.

## ■ 2 BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS NO BRASIL (EJA)

A EJA é uma espécie de ensino extremamente complexa devido ao envolvimento de dimensões que ultrapassam a questão educacional. Até anos atrás, essa educação resumia-se à alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e a escrever. O educador que se propõe a trabalhar com adultos deve refletir criticamente sobre sua prática, tendo também uma visão ampla sobre a sala de aula, sobre a escola em que vai trabalhar. Tem que ampliar suas reflexões sobre o ensinar, pensando sobre sua prática como um todo. Ele precisa resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, tendo conhecimento de que há uma espécie de saber desses alunos que é o saber cotidiano, abrangendo as práticas sociais, o trabalho, a realidade para enfrentar os conflitos gerais e o desenvolvimento da cidadania.

Esses educandos, quando inseridos no contexto educacional, trazem suas vivências e experiências e algum conhecimento adquirido empiricamente ao longo de sua vida. Estes devem ser respeitados, assim contribuindo para o desafio de educar de uma forma mais interativa e incentivando o interesse, minimizando conflitos e evitando a evasão por parte dos mesmos, acreditamos que as aulas de arte podem contribuir com o aprendizado e a permanência na escola.

Nesse sentido, Gadotti e Romão compreendem o objetivo e a prática educativa na EJA,

A EJA não deve ser uma reposição da escolaridade perdida, como normalmente se configuram os cursos acelerados nos moldes do que tem sido o ensino supletivo". Deve, sim, construir uma identidade própria, sem concessões a qualidade de ensino e propiciando uma terminalidade e acesso a certificados equivalentes ao ensino. (2001, p.121.)

Sendo assim, a escola deixa de ser apenas um espaço para aprendizado, se abrindo para uma questão muito mais abrangente, onde há a necessidade de instruir não apenas para o conhecimento letrado, mas para o convívio em uma sociedade em rede, participando das alterações dos movimentos sociais, incentivando a participação nestes movimentos sociais e culturais integrados a uma sociedade economicamente solidária.

Vale a pena lembrar Freire, que, mais do que um educador, foi um grande pensador da pedagogia libertária, problematizadora e popular. Aposta na educação significativa, que dê oportunidade ao homem de despertar criticamente para a consciência do mundo como também para a consciência de si mesmo e do outro. É enfático quando afirma que, “Ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (1996, p. 22).

Importa assinalar que, a partir da década de 30 a educação de adultos começou a ganhar o seu lugar na história do Brasil devido às grandes transformações na sociedade brasileira, passando por várias etapas, tentando conquistar o seu lugar e ganhar o devido reconhecimento na educação básica brasileira. Em 1945, com o fim da ditadura de Vargas, o país começou a viver uma grande ebulição política, e certamente isso fez com que a sociedade passasse por grandes crises. Foi um momento em que surgiram muitas críticas aos adultos analfabetos, fazendo com que muitas dessas pessoas desanimassem, e parassem de acreditar na possibilidade de existir um ensino de qualidade.

Acreditava-se que um adulto analfabeto geraria pobreza e marginalização, onde este adulto perde o direito ao voto, considerado assim, incapaz politicamente. Com isso, no final da década de 50, Paulo Freire estava empenhado a mudar este quadro, com uma proposta inovadora onde este perfil de educando participaria ativamente para adquirir o conhecimento letrado, no entanto foi exilado no período do golpe militar e, seu projeto foi extinto, sendo criado um novo modelo de educação para jovens e adultos. Surge o MOBREAL, porém seu objetivo era apenas a alfabetização funcional de pessoas de 15 a 30 anos.

Em 1974, foi implantado o Centro de Estudos Supletivos (CES), que dava oportunidade a uma certificação rápida, mas superficial, com um ensino tecnicista e autoinstrucional. A década de 1980 foi marcada pelo desenvolvimento de projetos e pesquisas na área da alfabetização de adultos, mas sem grandes resultados.

Devemos ressaltar que, em 1988, a Constituição Federal passou a garantir o Ensino Fundamental gratuito e obrigatório para todos. Com o fim do MOBREAL, em 1985, surgiram outros programas de alfabetização, como por exemplo, a Fundação Educar, que estava vinculada especificamente ao Ministério da Educação. O seu papel era de supervisionar e acompanhar junto às instituições

e secretarias, o investimento dos recursos transferidos para a execução de seus programas. No entanto, em 1990, com o Governo Collor, a Fundação Educar foi extinta sem ser criado nenhum outro projeto em seu lugar. A partir daí então, começou a ausência do governo federal nos projetos de alfabetização. Os municípios passam a assumir a função da educação de jovens e adultos. Em paralelo, foram feitas muitas experiências desenvolvidas nas universidades, nos movimentos sociais e organizações não governamentais em relação à educação.

Esses projetos e planos visavam o avanço da educação e a erradicação do analfabetismo no Brasil, no entanto, o nível de organização desses planos é surpreendentemente atabalhado. Criavam-se projetos e mais projetos e sem ter, muitas vezes, o tempo necessário para serem desenvolvidos e surtirem efeito. Eram desmantelados ou trocados por outros projetos. Mas temos que destacar também, com ênfase, que o movimento de políticas públicas propostas pelos governos, no decorrer dos anos, aconteceram por causa de muita pressão tanto internacional, com os órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização das Nações Unidas (ONU), quanto nacional com os movimentos populares. Não são poucos os movimentos, campanhas, projetos, programas que surgiram a partir de um esforço de algum movimento de base, que além de ensinar os códigos de linguagem procuravam dar um significado à existência do educando na vida social, política e econômica por meio da aquisição do conhecimento. O grande desafio de todos eles estava na questão do estímulo ao educando e a valorização e diferenciação na aplicação do ensino.

A importância da EJA passou a ser reconhecida em vários países devido às conferências organizadas pela UNESCO nos anos de 1990. A partir de então, surge no Brasil uma mobilização nacional no sentido de diagnosticar metas e ações de EJA. A LDB garante igualdade de acesso e permanência na escola e ensino de qualidade, além da valorização da experiência extraescolar. Garantia ainda Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso a ele na idade própria. O antigo ensino supletivo passou a se chamar EJA e ganhou um sentido mais amplo: preparar e inserir ou reinserir o aluno no mercado de trabalho. Criado como Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), onde suas especificidades podem ser observadas a seguir:

Em 2006 foi instituído o Programa do PROEJA que tem como base legal o Decreto nº. 5.840/06 e os atos normativos que o fundamentam: Lei nº. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996; Decreto nº. 5.154, de 23 de Julho de 2004; os Pareceres CNE/CEB nº. 16/99, nº. 11/200 e nº. 39/2004 e as Resoluções CNE/CEB nº. 04/99 e nº. 01/2000. Também a SETEC/MEC, com o fim de estimular as ações de implementação do PROEJA, constituiu um grupo de trabalho que elaborou um documento denominado Documento Base MEC/2006, contendo as Propostas Gerais para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso de Especialização voltado para a formação de profissionais do ensino público. Segundo esse Documento Base (Brasil, MEC, 2006), o PROEJA revela a decisão governamental de atingir jovens e adultos pela oferta Integrada de Educação Profissional Técnica de Nível Médio com Ensino Médio. O PROEJA é o modo pelo qual os alunos, com trajetórias escolares interrompidas ou descontinuadas, possam concluir o Ensino Médio, nas formas integradas, concomitante ou subsequente com o Ensino Profissional. (CASSEB, 2009, p. 11286)

No contexto educacional atual podemos observar, com base histórica da EJA, que algumas propostas foram criadas em vão, outras vieram a contribuir para o avanço geral e a diminuição e possível erradicação do analfabetismo no Brasil, contudo este trabalho merece envolvimento maciço de governantes, escola, educador e educando, para melhor desempenho e efetivação educacional.

### ■ 3 CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS APLICAÇÕES

A EcoSol, em seu mais puro conceito, é a organização de atividades econômicas, onde duas ou mais pessoas se unem para um único propósito de um empreendimento independente, onde seus membros são iguais hierarquicamente. Somam-se forças e experiências para um negócio onde a gestão é mútua. Aqui sua principal forma de organização se dá com base na valorização do ser humano e não somente no capital, sendo seus princípios: autogestão, solidariedade, cooperativismo, democracia, respeito a natureza, comércio e consumo justos. Surgiu, com mais ênfase, na Primeira Revolução Industrial, onde uma grande porção da mão de obra foi substituída por máquinas. Apesar de o termo Economia Solidária ter surgido no Brasil, ela já existia na prática ao redor do mundo.

Devido à existência da desigualdade social a visão de economia solidária tomou amplitude, quando operários buscam outra maneira de trabalhar diferente do sistema capitalista.

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 1997, p. 138).

Nesse momento, surge também, o apoio de proprietários de indústrias mais esclarecidos e empenhados em contribuir com melhorias aos empregados desfavorecidos, onde propunham leis para protegê-los. Em relação a essa prática criada por Robert Owen, proprietário de indústria têxtil no século XIX. “Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas.” (SINGER, 2002, p. 24).

Com essas atitudes tomadas, observou-se que a produtividade só aumentava e, conseqüentemente, os lucros também, fazendo que com Owen ficasse conhecido e admirado por muitos que não entendiam como ele dispunha de investimento para os empregados e ao mesmo tempo isso lhe rendia lucros altos. Ficou conhecido como visionário nas questões econômicas, propondo um plano governamental, onde seriam investidos fundos para compra de terras que seriam distribuídas aos pobres com a garantia de que produzissem para seu sustento e comércio das sobras, gerando emprego e renda, acabando com o ócio e, mais tarde, deixando de existir o subsídio para este trabalhador rural. Mais tarde esse mesmo governo se nega a continuar com o mesmo plano, considerando que este plano visava, mais claramente, a extinção de empresa lucrativa capitalista. Neste momento Owen perde seus admiradores poderosos industrialmente, com isso, parte para os Estados Unidos e cria uma Aldeia Cooperativa, isso por volta de 1825. A partir daí, começaram sucessivas cópias da ideia de cooperativismo de Owen.

A EcoSol está diretamente ligada a autogestão, ou seja, na EcoSol não existe patrão nem empregado. Todos os integrantes do negócio (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos, onde muda o paradigma de competição para colaboração e cooperação da inteligência e conhecimento partilhado, aqui, há incentivo do consumo de produtos locais, saudáveis e que não haja agressão ao meio ambiente. Sendo um movimento social, onde a luta é pela mudança, organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e pró ativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica.

Sintetizando o que até aqui foi exposto, destaco novamente o pensamento de Singer:

Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.” (2002, p. 35, grifos do autor).

No Brasil a EcoSol tem início no século XX, trazido pelos europeus. Porém, de uma forma diferenciada, onde essas cooperativas não eram autogeridas, mas sim, dirigidas por assalariados, sendo depois, desconsideradas como economia solidária e perdendo suas forças por aqui. Por volta da década de 90, onde houve uma grande desestrutura econômica, ela volta com mais força e desta vez, como uma economia autogerida. Neste momento, os trabalhadores assumiram empresas falidas ou a falir, tornando-as cooperativistas. O caso mais conhecido foi da calçadista Makerli da cidade de Franca, Estado de São Paulo, que se tornou Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) atualmente, filiadas a centenas de outras cooperativas.

Atualmente, a EcoSol tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de



EcoSol) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas e ligas e unidas aos empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional.

A EcoSol, também, vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio de governos municipais e estaduais. O número de programas tem aumentado, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização, dentre outros. Fruto do intercâmbio dessas iniciativas, existe hoje um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária.

#### ■ 4 PRÁTICA DA ARTE NA EJA NA EMEB PROFESSOR RANULPHO PAES DE BARROS

Como é de acordo comum entre os especialistas e educadores voltados à modalidade da EJA, há uma grande necessidade em explorar outras ferramentas para contribuir com a aplicação da educação para educandos jovens e adultos. Os alunos da EJA não são “*crianças grandes*”, portanto, não podem ser tratados assim em sala de aula. Essas pessoas ingressam com experiências de vida já bastante recheadas de saberes que ainda que não formais, mas que devem ser levados em conta. Sem mencionar que, usando material próprio para educação de crianças, pode-se não despertar o interesse desses educandos. Com isso, faz-se necessário escolher outras formas para atrair a atenção dos mesmos, como exemplo, textos e músicas, que tenham a ver com o mundo desses educandos e despertem a curiosidade deles e, principalmente, a aplicação da arte manual, onde além de conseguir atrair sua atenção, contribui para a finalidade da EJA com a instrução literária e possivelmente, poderá contribuir para uma economia sustentável e solidária.

Ao defender o artesanato sustentável nas aulas de arte, tendo a economia solidária como diretrizes curriculares na EJA procuram promover este educando para a coletividade, para o bem comum da sociedade na distribuição de seus recursos naturais e de suas riquezas e, também, levando-os a uma visão mais avançada sobre a preservação ambiental. Com base nesta concepção pedagógica, a aula de arte utiliza metodologias que efetivam esse conhecimento através da produção de artesanato, utilizando materiais recicláveis como garrafa pet,

vidros e diversas outras embalagens, com o propósito de motivar a sensibilidade deste educando, a cultura da sustentabilidade e, ao mesmo tempo, servindo como fonte de renda baseada na economia solidária.

Com este pressuposto, o objetivo desejado, que é levar o educando a perceber a escola como um ambiente de possibilidades e acesso a outras modalidades de ensino básico, assim como outras instituições que ofereçam oportunidades de desenvolver seu conhecimento e sua cultura. Devo salientar ainda que estes educandos devem participar ativamente como cidadão autônomo da política e da sua cultura, valorizando a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social, reconhecendo a arte como parte de sua cultura, exercitando a autonomia pessoal, com responsabilidade e aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais, levando o educando a superar os desafios na implementação da consciência responsável pelo meio ambiente, utilizando materiais recicláveis como forma de complemento de sua renda.

Essa metodologia já está sendo aplicada com os educandos da EJA na EMEB Professor Ranulpho Paes de Barros, no Bairro Santa Isabel, em Cuiabá/MT com grandes resultados.

#### **4.1 Minha prática na EMEB Professor Ranulpho Paes de Barros**

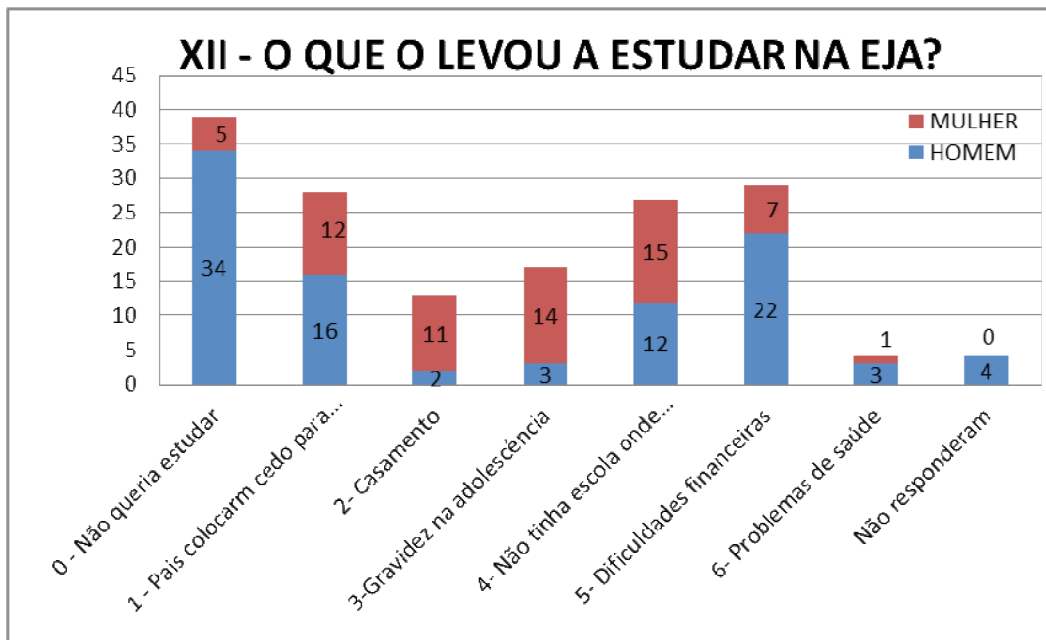
Esta prática pedagógica em Artes com a EJA nesta unidade escolar vem sendo desenvolvida por mim desde ano de 2009.

No meu trabalho com a EJA, procuro ressaltar a autoestima dos alunos, pois em geral são aqueles que retornaram à escola depois de um período em suas vidas de muita complexidade, como por exemplo, no caso das mulheres, casamento, gravidez na adolescência e até mesmo por não haver escola próxima à residência.

Na pesquisa por nós realizada ao longo da disciplina “EJA na Diversidade Social Contemporânea”, ministrada e orientada pelo Professor Doutor Marcos Caron, observei estas questões evidenciadas no EJA, tal como as razões diferenciadas entre homens e mulheres nas causas da interrupção dos estudos.

Como nos mostra o gráfico, a gravidez na adolescência e o casamento são fatores que interromperam a permanência de muitas das alunas mulheres na escola. Só depois dos filhos criados e muitas vezes depois de ajudar criar os netos é que estas mulheres retornam ao convívio escolar.

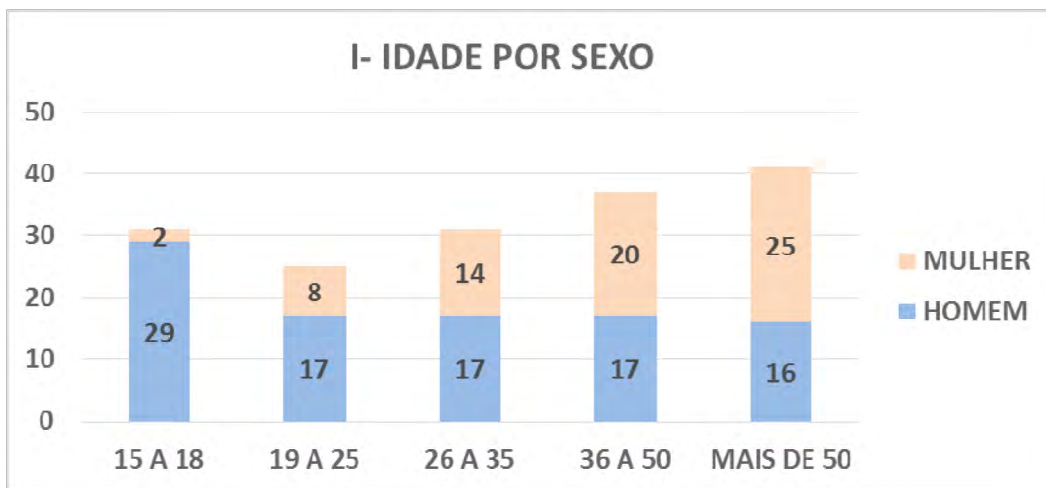
**Gráfico 1** – Causas que levaram os alunos pesquisados a interromperem seus estudos regulares e posteriormente matricularem-se na EJA:



Fonte: elaboração da autora.

No universo pesquisado, especialmente na faixa etária acima de 50 anos, as mulheres foram majoritárias, pois, a elas recai a maior responsabilidade no aspecto social, ou seja, criação de filhos, afazeres domésticos, entre outros.

**Gráfico 2** – Perfil de idade do universo pesquisado.



Fonte: elaboração da autora.

Ao longo destes anos venho desenvolvendo nas aulas de Arte o reaproveitamento de materiais outrora descartados no lixo, como vidros, potes de plás-

tico para sorvete, caixas de sapatos, garrafas pet, espuma para bojo de sutiã e papelão, dentre outros.

**Foto 1** – Catarina Pereira Leite, de 69 anos, e Maria Gilvaneide Nunes de Almeida, de 42 anos, alunas da EMEB Professor Ranulpho Paes de Barros, 3ª fase A, preparando garrafas de vidro com prime. Em seguida pintura usada com tinta de parede de sobra da construção civil. (Abril de 2015)



Fonte: elaboração da autora.

Nas aulas procuro criar condições para que os alunos possam agregar conhecimentos e desenvolver atividades que permitam auferir renda e proporcionar melhorias em sua qualidade de vida, além de resgatar sua autoestima, aprendendo "*a fazer fazendo*", além de enfatizar "*como fazer*" e o "*para que fazer*" valorizando assim a produção artesanal. Acredito que o objetivo da escola é ministrar uma formação pessoal e social e fazer com que o aluno incorpore não apenas conhecimentos curriculares oficiais, mas também incorporem "*saberes e fazeres*", "*valores e princípios*", entre outras competências.

**Foto 2** – Keliane Santos Fantin Silva, 26 anos, e Silvia Costa Silva, 40 anos, alunas da EMEB Professor Ranulpho Paes de Barros, confeccionando frasqueira de utilidade com pote de sorvete. (Agosto de 2013).



Fonte: acervo da autora.

**Foto 3** – Clarice Nunes da Silva, 38 anos; Geraldo Assis Rocha, 74 anos; Irani Ferreira Batista, 58 anos; Isabel Dalvani Alves de Oliveira, 73 anos, e Rosimery de Fátima de Aquino, 38 anos, alunas da EMEB Professor Ranulpho Paes de Barros, decorando caixas de sapato. (Maio de 2013)



Fonte: acervo da autora.



**Foto 4** – Alunos da 1ª fase da EMEB Professor Ranulpho Paes de Barros fazendo capa para cadernos orientados por mim (professora Maria Elin). Abril de 2015



Fonte: acervo da autora.

**Foto 5** – Cadernos decorados pelos alunos da EMEB Professor Ranulpho Paes de Barros. (Fevereiro de 2015)



Fonte: acervo da autora.

Vê-se, portanto, como na modalidade da EJA o processo de aprendizagem precisa valorizar os trabalhos dos alunos ressaltando o esforço individual e coletivo. Pois com a autoestima elevada os indivíduos sentem-se valorizados e descobrem sua importância no mundo e, conseqüentemente, estarão predispostos a novos conhecimentos. Pois, como diz um velho ditado “em todo artista que trabalha com as mãos, existe um artesão”.

A arte e a cultura são instrumentos poderosos na construção de valores, identidades e perspectivas de futuro. Esses instrumentos deixaram de ser vistos como meras atividades complementares ou como simples “ocupação de tempo livre”, para serem considerados fundamentais em processo de transformação e inserção social.

As aulas de Artes justificam-se pela diversidade e a importância da produção artesanal. Acreditamos que elas contribuem para estimular a permanência dos alunos na escola e permitem que desenvolvam habilidades e aptidões.

A educação permanente se desenvolve através de uma prática fundamentada nos princípios da participação e da horizontalidade, incentivando a criatividade do adulto para atingir a autorrealização. Baseado nesta afirmação registro aqui a fala de duas alunas referente às aulas de arte:

As aulas foram muito boas; gostei porque foi diferente e veio aperfeiçoar meu trabalho, já faço alguma coisa manual. Até ensino para vizinhos e amigos o que aprendo e vendo mais barato para ter sempre meus clientes até em Mato Grosso do Sul, Dourados, onde tenho parentes que compram de mim. (Hilda Caetano Pereira da Silva, 67anos, aluna da EMEB Ranulpho Professor Paes de Barros, 4ª fase A)

Observa-se semelhança compreensão do projeto nas palavras da aluna Irani Batista:

As aulas de Arte me ajudou na coordenação motora já que sou costureira e precisava melhorar muito minha mão na hora de fazer os moldes, para traçar os moldes. Também as outras matérias me ajuda muito.” (Irani Ferreira Batista, 58 anos, aluna da EMEB Professor Ranulpho Paes de Barros, 4ª fase B)

E como forma de consolidar, ampliar conhecimentos e enriquecer as experiências sociais e culturais dos alunos, foi proporcionado, no dia 10 de setembro de 2014, um DAY USE no Hotel Mato Grosso, Águas Quentes.

Durante o passeio, foi notória a satisfação e admiração dos alunos pelo ambiente onde estávamos. Tivemos um dia de descontração e lazer em que professores e alunos puderam socializar suas experiências.

Vale a pena ressaltar a experiência vivenciada pelo aluno Avelino José de Oliveira de 59 anos de idade, pois há 15 anos trabalhou no complexo turístico como pedreiro. Depois de terminado o seu trabalho, não voltou mais ao local, e disse que não via possibilidades de usufruir das belezas daquele lugar, já que é autônomo e o que ganha não o possibilita ter momentos de lazer ao nível do que o hotel oferece.

Em sua fala o aluno diz: [...] *“pego regime de empreitada, a gente tem toda semana o dinheiro no bolso mais tem outra necessidade”*.

**Foto 6** – “DAY USE” de alunos e professores da EMEB Ranulpho Paes de Barros – Hotel Mato Grosso Águas Quentes, em 10/09/2014



Fonte: acervo da autora.

## ■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos após o curso e a produção deste artigo que a escola deve garantir aos alunos o acesso às diferentes formas de linguagens, valorizando sua expressão sócio – cultural por meio das aulas de Artes, enfatizando o artesanato sustentável como possibilidade de geração de trabalho e renda na EJA, através de feiras e noite cultural para exposição e comercialização dos produtos dos alunos. Sendo assim, os educandos estarão predispostos a novos desafios, o que contribuirá para o interesse e envolvimento deles no projeto ensino aprendizagem.

É oportuno salientar que não basta apenas conhecer as práticas sustentáveis; elas devem ser inseridas no cotidiano e disseminadas na forma de consu-



mo consciente, tal como: descarte de materiais em locais apropriados, separação de lixo orgânico e reciclável. Em todo o mundo há produção de toneladas de lixo todos os dias. Este é um problema muito sério para o planeta. Qualquer atitude, mesmo que pequena, que venha a contribuir para a diminuição deste travamento ambiental, será de grande valia. Neste ponto o trabalho da arte sustentável com foco educacional e, conseqüentemente, gerando uma economia sustentável e gerando trabalho, renda, educação e equilíbrio ambiental, só vem a somar forças para a diminuição deste problema. É preciso ressaltar também que, para melhor desenvolver o trabalho artístico em sala de aula, faz-se necessário um ambiente próprio e equipado, o que não acontece se as escolas fossem melhores equipadas e com todos os recursos e materiais necessários. Com certeza, os projetos elaborados pelos professores seriam melhores desenvolvidos.

## ■ 6 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**. Nº 11, RAAAB, abril, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 20 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB 1/2000, de 05 de julho de 2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos,

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 1996.

CASSEB, Rita Francisca Gome Bezerra. **O PROEJA na Visão dos Professores da Educação Profissional do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)**. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp130738.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

CUIABÁ. Prefeitura. SME – Secretaria Municipal de Educação. Educação de Jovens e Adultos – EJA: Política Educacional e Diretrizes/Cuiabá. Prefeitura. SME – Secretaria Municipal de Educação – Cuiabá, MT: Central de Texto, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de jovens e adultos: teorias, práticas e propostas**. São Paulo: Cortez, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária: Geração de Renda e Alternativa ao Neoliberalismo. In: **Proposta – Revista Trimestral de Debates**. São Paulo: Fase, 1997.

# 6

## A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROPOSTA DE CURRÍCULO NA EJA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ

MARLENE ALVES DE MELO<sup>1</sup>

ROSE CLÉIA RAMOS DA SILVA<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo compreender as alternativas da Economia Solidária - ECOSOL na Educação de Jovens e Adultos – EJA, na Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá (SME). O Currículo educativo representa a composição dos conhecimentos e valores que caracterizam um processo social; dessa forma, acreditamos que a implementação dos princípios da ECOSOL no currículo da EJA podem contribuir para a retomada da educação de cidadãos que não tiveram oportunidade ao longo da vida, buscando uma formação contínua em conhecimentos da vida e para a vida, promovendo a dialogicidade e o trabalho como princípio educativo, para superação das contradições impostas pela sociedade, com vistas ao empreendimento solidário, buscando novas perspectivas de empregabilidade e renda. O ensino dos princípios da ECOSOL na modalidade EJA pode contribuir significativamente para a melhoria dos processos de evasão, de qualidade e principalmente da função equalizadora dos sujeitos desta modalidade, desmistificando o mundo do trabalho. Apresenta possibilidades de estudo e entendimento para que o educando participante da EJA permaneça em sala de aula, estudando com o objetivo de se tornar um cidadão autônomo na sociedade em que vive. Pretende-se com esta pesquisa oferecer instrumentos para a conscientização dos educandos da EJA, para que se tornem partícipes na sociedade e se reconheçam capazes de contribuir intelectualmente onde atuam, seja socialmente, seja economicamente.

**Palavras-chave:** EJA. Currículo. Economia Solidária.

1 Marlene Alves de Melo, Graduada em Educação Física (1987) pela Universidade Federal de Mato Grosso. Especialização em: Gestão Pública (2008). marlenezanelato@gmail.com.

2 Rose Cléia Ramos da Silva - Doutora e Mestre em Educação (2011/2012). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEPGFEB), atuando como docente e pesquisadora no Instituto de Educação e em Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, com ênfase em: gestão e financiamento da educação básica, conselhos de políticas públicas e conselhos de educação e escolares, controle social, e ainda, temas de abordagem mais ampla, como as relações de democratização entre o Estado e a Sociedade Civil.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como principal objetivo conhecer as ações da Equipe de Educação de Jovens e Adultos da SME, acerca do trabalho com a ECOSOL, em relação aos Projetos que ainda serão implementados nas Unidades Escolares. Considerando a EJA-ECOSOL, na qualidade de aluna do curso de especialização acerca dessa temática, o referido artigo foca como problematização: como a EJA e a ECOSOL poderá vir a favorecer os sujeitos que estão matriculados nesta modalidade, no sentido de validação da proposta curricular?

A preocupação deste estudo nasce de um trabalho que vem sendo realizado junto à Coordenadoria de Currículo/equipe da EJA, desde final de 2013, a qual pretende acolher os educandos assegurando-lhes possibilidades de permanência na escola e conclusão dos estudos, considerando que os princípios e as atividades da economia solidária podem contribuir com novas práticas e atividades que lhes tragam renda, de forma que isso seja um forte incentivo aos estudos.

Fica claro que a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição. Se apenas um indivíduo adotar comportamento cooperativo em uma sociedade em que predomina a competição, ele será esmagado economicamente e vice-versa: se apenas um se comportar competitivamente onde predomina a Economia Solidária, ele será visto como egoísta e desleal pelos demais, que o excluirão do seu meio. (SINGER, 2005, p. 15).

A EJA é uma modalidade de ensino ofertada para jovens e adultos que não concluíram os estudos em idade regular. As razões pelas quais os jovens abandonam a escola apresentam-se de forma diversas, muitas vezes justas porque são questões financeiras que mais afetam a vida desses jovens, entretanto o que propomos é a interlocução da EJA com a participação da ECOSOL. Esta última é conhecida por sua maneira diferente na produção e comercialização dos produtos necessários para a manutenção e sustentabilidade da vida e com

uma característica própria, não explora os outros, não tem interesse em tirar vantagens e também não causa danos ao meio ambiente.

Todas as pessoas que atuam na ECOSOL devem ter uma postura de desenvolvimento comunitário e solidário, no qual de forma cooperativa todos foquem nas ações conjuntas de toda a comunidade e não somente no seu benefício individual. A Cooperação é a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária.

A Economia solidária envolve diversos tipos de organizações coletivas: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um extenso conjunto de atividades individuais e familiares, pois as conhecendo e utilizando delas para sua sustentabilidade, os educandos talvez não abandonem as salas de aula e ainda tenham oportunidades profissionais.

A metodologia deste estudo pautou-se por revisão bibliográfica sobre a EJA e a ECOSOL e realização de entrevista com a líder da EJA-Campo da coordenação de currículo da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá, com abordagem qualitativa. O diálogo teórico sustenta-se com autores que discutem a importância da economia solidária nos dias atuais: Damatta (1986); Gaiger (2000), Mothé (2004); Singer (2005) e Castels (1998).

A estrutura do artigo apresenta-se por meio de cinco tópicos, quais sejam: 1. A organização da Educação de Jovens e adultos enquanto modalidade de ensino; 2. A organização da economia solidária; 3. EJA, ECOSOL e as mudanças no currículo; 4. As possibilidades de articulação da ECOSOL no currículo da EJA; 5. A economia solidária como sustentabilidade e as considerações finais.

## ■ 2 A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENQUANTO MODALIDADE ENSINO

A história da EJA não é uma ação recente do governo federal, podemos verificar, na história, que desde o ano de 1879, há uma proposta de alfabetização de adultos, para as pessoas do sexo masculino livres, imigrantes ou escravos

libertos, o advogado e político Educador Carlos Leôncio da Silva Carvalho apresentou o Decreto nº. 7.247 de 19/04/1879 com essa contextualização:

Os meninos que atingirem a idade de 14 anos, antes de haverem concluído o estudo das disciplinas mencionadas no princípio deste artigo, são obrigados a continuá-lo, sob as penas estabelecidas, nas paróquias onde houver escolas gratuitas para adultos. (BRASIL, 1879).

Havia um rigor na lei para que os educandos terminassem os estudos em um prazo determinado e era praticamente imposto a eles essa condição, a não conclusão dos estudos os privava, ou seja, os impedia de chegar à uma posição de reconhecimento na sociedade em que viviam em comparação aos que conseguiam concluir seus estudos e regalias e os obrigavam as sanções como: pagamento de taxas ou multas.

Sobre os educandos que não concluíam seus estudos, uma de suas privações está contida no artigo 70 da primeira Constituição Republicana proclamada de 1891, a qual se refere, da seguinte forma:

Art.70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.

§ 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para as dos Estados:

1º Os mendigos

2º Os analfabetos;

3º As praças de pré, exceptuando os alumnos das escolas militares de ensino superior;

4º Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual.

§ 2º. São inelegíveis os cidadãos não alistáveis. (BRASIL, 1891).

Desde os tempos colonialistas existe a alfabetização de adultos, iniciado pelos Jesuítas que introduziram os ensinamentos da leitura e escrita aos colonizados, cujo objetivo era domesticar a população, principalmente a indígena.

Porém esse ensino ficou perdido com a expulsão dos Jesuítas das terras brasileiras. Quando a corte imperial se mudou para o Brasil, deu-se novamente o início aos projetos educacionais à população, entretanto a consolidação da educação pública no país só ocorre no ano de 1932, com a publicação do documento “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Tal Manifesto se tornou a bandeira política que deu base de organização e financiamento da educação da sociedade brasileira e que permanece até o tempo presente. Esse documento proporcionou a implantação do primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), no qual aparece a declaração do dever do Estado em ofertar a educação aos adultos.

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Na década de 1940, ampliaram-se as políticas pedagógicas para a educação de jovens e adultos, surgiram então o ensino supletivo e os programas de alfabetização para a massa, que se destaca entre outras iniciativas educacionais para essa faixa etária.

Conforme é mencionado em nossa Constituição Federal/1988 (CF) a educação é uma obrigação do poder público e direito de todo cidadão, ao Estado cabe o dever de ofertar a EJA para todos aqueles que por algum motivo não conseguiram concluir seus estudos e nesta etapa da vida pretendem dar continuidade às suas aprendizagens, propiciando assim um estreitamento nas desigualdades sociais.

Por ser um serviço público, por ser direito de todos e dever do Estado, é obrigação deste interferir no campo das desigualdades e, com maior razão no caso brasileiro, no terreno das hierarquias sociais, através de políticas públicas. O acesso a este serviço público é uma via de chegada a patamares de igualdade que possibilitam maior igualdade no espaço social (BRASIL, 2000).

As pessoas que não conseguem seu espaço no “mercado de trabalho”<sup>3</sup> se veem distantes da realização de seus sonhos. O que o sistema capitalista exige hoje, por meio das demandas advindas das transformações técnico-científicas, tem sido um nível de formação escolar condizente com os avanços tecnológicos. Uma formação capaz de dar aos sujeitos o conhecimento elementar para as principais funções de operacionalização das indústrias que a cada dia apresentam demandas mais complexas e avançadas no plano das tecnologias, neste sentido definido como “mundo do trabalho”<sup>4</sup>. Sendo assim, a escola vem sendo altamente requisitada a dar conta de uma formação que seja vinculada às necessidades do sistema produtivo. Os problemas que decorrem dessa concepção e prática de atendimento ao sistema capitalista são que a escola se coloca como mera formadora das exigências do mercado e não desenvolve uma educação emancipadora, tais questões revelam-se como contradição do projeto societário vigente que tem a escola como reprodutora das relações capitalistas.

A EJA é modalidade de ensino que possibilita a conclusão dos estudos às pessoas que por algum motivo, não conseguiram concluir sua escolaridade; devido às causas externas, tais causas que lhes impediram de estudar ou que, por algum problema, não conseguiram desenvolver seus pensamentos e conhecimentos cognitivos durante os estudos, ficando retidos por alguns anos em uma mesma série ou ciclo/ano.

O número de analfabetos no Brasil conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda se revela alto. Isso porque o IBGE considera uma pessoa alfabetizada aquela que sabe ler e escrever um bilhete simples. Conforme esse Instituto o percentual de analfabetos vem diminuindo desde a pesquisa no ano de 1970, que era 33,60%, 1980 em torno de 25,50%, 1991 já tinha chegado a 20,10%. No ano de 2000, o índice atingiu apenas 13,60% e em 2012 esse percentual caiu para 8,54%.

---

3 Mercado de Trabalho: numa visão classicista e marxiana, classifica-se o trabalho como um produto, pelo qual os trabalhadores atuam como vendedores e os empregadores como compradores. Os salários e valores são considerados e o mercado de trabalho é o espaço onde ocorre toda essa comercialização.

4 Mundo do Trabalho: O mundo do trabalho é definido pelo ambiente onde se desenvolvem as forças produtivas, no qual as pessoas podem se descobrir profissionalmente e atuar na dimensão mais adequada às suas qualidades e aptidões. Pensando nisso, e tendo em vista o caráter crítico, reflexivo e social do trabalho como princípio educativo para a EJA que se pretende desenvolver a articulação entre EJA e ECOSOL de forma dialógica.



Essas taxas aqui apresentadas revelam como é tratado o analfabetismo no Brasil, e em comparação com o mapa social do país, veremos que o grau de analfabetismo é alavancado pelos mapas da fome e do desemprego ou subemprego. O que nos leva a problematizar a necessidade que os educandos possuem e os porquês da desistência de estudar.

A precarização do emprego e o aumento do desemprego são, sem dúvida, a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público. Trabalhadores que 'estão envelhecendo' (mas frequentemente têm cinquenta anos ou menos) e que não têm mais lugar no processo produtivo, mas que também não o têm alhures; jovens à procura de um primeiro emprego e que vagam de estágio em estágio e de um pequeno serviço a um outro; desempregados de há muito tempo que passam, até a exaustão e sem grande sucesso, por requalificações ou motivações: tudo se passa como se nosso tipo de sociedade redescobrisse, com surpresa, a presença em seu seio de um perfil de populações que se acreditava desaparecido, 'inúteis para o mundo', que nele estão sem verdadeiramente lhe pertencer. Essa inutilidade social desqualifica-os também no plano cívico e político. Diferentemente dos grupos subordinados da sociedade industrial, explorados, mas indispensáveis, não podem influir no curso das coisas. [...] podem ser objeto de atenções e suscitar inquietação, porque criam problema. Porém, o problema é o próprio fato de sua existência. Dificilmente podem ser considerados pelo que são, pois, sua qualificação é negativa – inutilidade, não-forças sociais – e em geral são conscientes disso. Quando falta a base sobre a qual havia sido edificada a sua identidade social, é difícil falar em seu próprio nome, mesmo para dizer não. A luta supõe a existência de um coletivo e de um projeto para o futuro. (CASTELS, 1998. p. 529-530).

Segundo o IBGE, o analfabetismo no Brasil tem diminuído, porém continua aumentando o número de pessoas que não conseguem usufruir das práticas sociais por não conseguirem uma boa leitura e escrita, pois a preocupação com a sua manutenção são maiores do que adquirir conhecimento educacional.

### ■ 3 A ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Desde a idade antiga até a pós-moderna, o capitalismo influencia a educação. Marx e Engels esmiuçaram-no profundamente para tornar conhecido de todos, o seu desenvolvimento desde os primórdios da sociedade. Recordemos um pouco do comércio dos primeiros povos. Eles se serviam do que a natureza tinha à sua disposição. Quando o ser humano consegue dominar a natureza, ele passa a influenciar nela, conseqüentemente ele se torna um trabalhador que produz seu próprio sustento e essa é uma forma de economia solidária.

Entretanto, as classes eram configuradas pelo poder aquisitivo, os que possuíam mais propriedades (terras) se tornavam superiores aos demais. O capitalismo inicia sua dominação e acaba com a primeira forma de Economia Solidária, ou seja, obriga o cidadão a vender sua força de trabalho, sob a égide de liberdade, e cria ideias de que com a força de trabalho podem mudar sua situação social, podem vender seu trabalho e comprar ou consumir o que o dinheiro pode comprar. Hoje, não é diferente, pois a qualidade de vida é influenciada pelo capitalismo que exige do trabalhador cada vez mais de seu tempo e força, conseqüentemente, esse cidadão abandona a escola por acreditar que o trabalho é mais importante para a produção e continuidade de sua vida. Porém, com o passar dos anos, as tecnologias vão se ampliando e tomando conta do mercado de trabalho. Só ao longo da vida esse trabalhador, já cansado, percebe que não construiu os sonhos que almejava e que seu empregador exige novos conhecimentos e/ou habilidades para executar o trabalho, com o uso das máquinas; então, este trabalhador decide retornar aos bancos escolares para concluir seus estudos.

A maioria desses cidadãos, nesse momento da vida, possui família e os estudos não são prioridade. Quando chegam do trabalho, cansados, pensam, muitas vezes, antes de se dirigirem à escola e, na maioria delas, o melhor é o aconchego dos seus lares. Por esses e outros motivos é que ainda existem altos índices de evasão na modalidade EJA, das escolas públicas da rede municipal de educação de Cuiabá.

Existe uma relação intrínseca entre os princípios da EJA e da ECOSOL. A EJA tem como princípios: o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, definida como educação ao longo da vida e o trabalho como princípio educativo, segundo os

marcos legais da Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos; já a ECOSOL traz como princípios: a autogestão, de forma coletiva e participativa, a democracia enquanto força de transformação das relações econômicas, cooperação ativa, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação como forma de libertação, valorização dos saberes, valorização das aprendizagens, justiça social para todos, e o cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as futuras gerações.

Desta forma, EJA e ECOSOL visam as mesmas metas, empoderar os cidadãos com o conhecimento da realidade, buscar a autonomia de decidir por si e propiciar o poder da palavra para transformação da realidade. Habilitá-los de conhecimentos educacionais, econômicos, profissionais e democráticos, pois a sociedade necessita de cidadãos que saibam decidir, sobretudo politicamente. Para Mothé (2004) a importância da Economia Solidária está em apontar um processo de transformação amplo e de larga duração:

[...] o sentimento que a Economia Solidária no Brasil me trouxe é o de construção de uma obra que resistirá à História e que nos faz pensar em construtores de catedrais, que tinham a convicção de que estavam construindo algo que duraria séculos.... Após ter visto estas práticas, sinto que o desenvolvimento durável é por excelência o desenvolvimento do capital cultural e social dos cidadãos e que a autogestão tem um papel de primeiro plano no quadro do desenvolvimento durável.

Enfim, Mothé (2004) lança uma hipótese:

[...] a democracia direta e representativa é o conteúdo da autogestão. Pode ser considerada como parte dos instrumentos pedagógicos com os quais certas instituições municipais e universitárias contribuem para o desenvolvimento do capital cultural das populações mais carentes. A Educação Popular, relacionada à democracia participativa, reforça a cidadania de seus atores e, assim, mostra toda sua potencialidade e importância.

A economia solidária é uma forma de organização que visa a produção de bens materiais em comum, no qual as arrecadações são divididas entre os

participantes do grupo no qual se encontram inseridos, com o objetivo de valorização da pessoa (do ser humano) e não do dinheiro/lucro como ocorre na economia capitalista. As perspectivas comunitárias, do grupo, a administração política, a ambiental e das classes, estão inseridas nesse processo. A economia solidária não é apenas a concepção de proporcionar vagas de trabalho ou aquisição de poder financeiro, ela surge em um ambiente público e se estabelece com a visão construtiva de meio social correto e fundamental para a sustentabilidade.

## ■ 4 EJA, ECOSOL: MUDANÇAS NO CURRÍCULO

### 4.1 Os Princípios da Educação de Jovens e Adultos

A EJA na política educacional nacional vem, hoje, consolidada com as políticas que possibilitam o resgate dos compromissos da cidadania da sociedade brasileira e contribui para que haja igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social:

A Constituição Federal do Brasil/1988 incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). Retomado pelo Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos e Idosos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

Estas considerações adquirem substância não só por representarem uma dialética entre dívida social, abertura e promessa, mas também por se tratarem de postulados gerais transformados em direito do cidadão e dever do Estado até mesmo no âmbito constitucional. Sendo assim, o Artigo 208-CF alterado pela Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009, os Incisos I e VII passam a vigorar com as seguintes alterações: I – “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de

idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação. Esclarecemos que, a Educação de Jovens e Adultos está baseada no que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394/96, no Parecer CNE/CEB Nº11/2000, na Resolução CNE/CEB Nº01/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos Compromissos e acordos internacionais. Esse público vem sendo atendido no âmbito da Educação Básica por meio da Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, a qual tem priorizado um processo amplo democrático e participativo na construção de uma política pública de estado para a educação de jovens e adultos. Ressaltamos que, essas ações têm fortalecido e estreitado a parceria entre Estados e Governo Federal na busca pela ampliação e melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos. (Brasil, 2001)

É a colocação desses sujeitos de direitos que alijados do importante processo de escolarização na idade adequada passam a ter possibilidades de serem incluídos na educação escolar com novas perspectivas, adquirindo assim um novo modelo educacional com qualidade, instruindo-os para que se tornem sujeitos de seus próprios atos e decidam de maneira democrática o futuro de sua sociedade, adquirindo assim o respeito e o conhecimento para construção de suas vidas.

#### **4.2 Princípios da ECOSOL**

No início dos anos 1990, a expressão ECOSOL se difundiu pela expansão da forma econômica e solidária de cooperação. Ela se fortaleceu, cada vez mais, e se tornou a economia da vida, porque o importante não eram apenas os seres humanos, mas também a preservação do meio ambiente, a manutenção do lar. Todo sistema econômico envolve bens materiais, profissão, valores e serviços, entretanto a ECOSOL é diferente, sua natureza não é uma relação entre patrão e

empregado ou superior e subalterno, os trabalhadores são coautores das ações desenvolvidas pela associação ou sociedade e as decisões são realizadas por todos em comum acordo, conforme afirma Gaiger (2000):

A economia solidária reúne as seguintes características: os empreendimentos solidários buscam combinar a eficiência e a viabilidade com as práticas dos princípios cooperativos e democráticos, procuram a autonomia de gestão com responsabilidade e envolvimento social e a obtenção de resultados econômicos com benefícios na educação, qualificação profissional e cultura. Ou seja, busca a reprodução ampliada da vida e não somente a acumulação de capital (GAIGER, 2000, p. 6).

Essa forma administrativa e econômica acontece em qualquer ambiente da sociedade, em qualquer lugar do país, uma comparação possível é com uma associação de moradores de bairro, todos os benefícios são para todos. Na ECO-SOL toda forma de trabalho tem seu valor nivelado com os demais, pois aquele que estudou mais não irá ter mais poder do que aquele que estudou menos.

Os princípios da ECOSOL estão entrelaçados com os da EJA, pois apresenta aos cidadãos uma forma de estarem introduzidos na sociedade em que vivem e a conhecendo, tendo força para decidir sobre ela, eis seus princípios:

|                        |   |
|------------------------|---|
| <b>1. Autogestão</b>   | Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa.  |
| <b>2. Democracia</b>   | A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois, o trabalho não fica mais subordinado ao capital.  |
| <b>3. Cooperação</b>   | Em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com a "guerra sem tréguas" em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto. |
| <b>4. Centralidade</b> | Do ser humano. As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir satisfação plena das necessidades de todos e de todas.   |
| <b>5. Valorização</b>  | Da diversidade. Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual.   |

|                          |  |
|--------------------------|--|
| <b>6. Emancipação</b>    | A economia solidaria emancipa, liberta.  |
| <b>7. Valorização</b>    | Do saber local, da cultura do saber local e da tecnologia popular.   |
| <b>8. Valorização</b>    | Da aprendizagem e da formação permanentes.   |
| <b>9. Justiça social</b> | Na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem viver das coletividades e da justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana.  |
| <b>10. Cuidado</b>       | Com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocupar com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função com a qualidade de vida, da felicidade, das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável socialmente justo e economicamente dinâmico estimula a criação entre os elos dos que produzem os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma afirmam a produção local articulada com a perspectiva mais ampla, nacional ou internacional. |

Fonte: [www.ilaboredf.org.br/](http://www.ilaboredf.org.br/)

A ECOSOL afirma que esses cidadãos são autogestores, não estarão sujeitos ou subordinados a patrões; são livres democraticamente; não estão em disputa com o outro, pois cooperam; o rendimento financeiro é apenas um detalhe porque o que importa são as pessoas; a valorização da pessoa sem preconceito pela cor, ou orientação sexual; independência, libertação do capitalismo opressor; justiça social, eliminação das desigualdades e ampliação dos valores da solidariedade humana; e por fim, a preservação da vida, do meio ambiente responsável pelo futuro de outras gerações.

## ■ 5 AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DA ECOSOL NO CURRÍCULO DA EJA

Ao observar o currículo da EJA, consideramos ser um instrumento importante e reafirmamos que a oferta curricular subsidiará o profissional da educação (educador) em seu conhecimento para o atendimento da demanda de jo-

vens e adultos. Essa proposta precisa ser executada na íntegra para que surjam os efeitos esperados e o empenho do poder público em suas diferentes esferas devem ser realizados de maneira profícua como está citado no texto da proposta curricular do Ministério da Educação – MEC (2014) para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos: “com o espírito democrático e pluralista que convém ao desenvolvimento curricular no campo da educação de jovens e adultos”:

O currículo é o lugar onde esses princípios gerais devem ser explicitados e sintetizados em objetivos que orientem a ação educativa. Nos fundamentos desta proposta, delineia-se uma visão bastante geral da situação social que vivemos hoje, das necessidades educativas dos jovens e adultos pouco escolarizados, do papel da escola e do educador. A elaboração de currículos baseada nessas indicações, inevitavelmente genéricas, exigirá dos educadores o esforço de complementá-las com análises de seus contextos específicos, a partir dos quais poderão formular de modo mais preciso os objetivos de seus programas. (BRASIL, 2014).

No currículo da EJA há ações educativas com finalidades específicas que são a formação de cidadãos democráticos e transformação da sociedade, como forma de forjar uma sociedade desejada. Em entrevista realizada com a líder de equipe da EJA, na Secretaria Municipal de Educação (SME), que é pedagoga desde 1993 e desde 2000 trabalha na rede municipal de ensino, fizemos alguns questionamentos sobre: a) há participação de educadores em formação continuada com o tema “Economia Solidária”?, b) como isso contribui para a melhoria do conhecimento dos profissionais da educação?, c) como a escola pode programar no currículo da EJA, a Economia Solidária como disciplina para a melhoria da educação para os jovens e adultos?

A Prof. F.C.F (Cuiabá 13 de março de 2015), afirma que na rede municipal houve um projeto entre os anos de 2000 a 2012 denominado Universidade Popular Comunitária – UPC, que tinha uma forma diferenciada de atendimento aos educandos, com alguns princípios da economia solidária implementados no próprio currículo, porém devido a mudanças na gestão do município esse projeto teve descontinuidade até sua finalização em 2012. Enquanto formação continuada para educadores, já existe um processo formativo que come-



çou com as discussões sobre a implantação de um curso de especialização em EJA desde o ano de 2009/10, a partir de um convênio que foi celebrado só em 2013, entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidades e Inclusão/MEC, Instituto de Educação da UFMT, a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT e Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá. O curso foi denominado: Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, onde está sendo aprimorado o processo de conhecimento das concepções e princípios da Economia Solidária, sua forma de atuação e as possibilidades para a transformação social. Desta forma, estudos, interessantes e pesquisas recentes são apresentados, debatidos e compreendidos, criando condições para a reflexão da práxis educativa, em nível de teoria e prática, articuladamente de uma forma que os docentes possam ter novas perspectivas de trabalho com a EJA e a economia solidária.

A articulação entre a EJA e a ECOSOL, se desenvolve na SME, através da proposta de reformulação da matriz curricular de referência para a educação de jovens e adultos, com a perspectiva de incluir a Economia Solidária na discussão dessa reformulação, como disciplina pois como temática transversal ela já está contemplada. Verificou-se que há possibilidade de implementação da Economia Solidária nas salas de aula da EJA, com a colaboração das equipes gestoras, da SME e dos educadores, pois só com a colaboração desses sujeitos será possível fazer melhorias.

É possível afirmar que a Economia Solidária articulada à EJA seja produtiva e significativa aos educandos, pois existem exemplos de projetos em anos anteriores que deram certo. Convém salientar que contaram com a participação das equipes gestoras, dos assessores pedagógicos da SME e educadores das unidades que ofertam as modalidades EJA. Dessa forma, a Economia Solidária, se tornaria um referencial para as mudanças sociais e de conhecimento e transformação das pessoas. Paulo Freire no seu discurso de despedida do cargo de secretário municipal de Educação de São Paulo (1991):

Meu gosto de ler e escrever se dirige a uma certa utopia que envolve uma certa causa, um certo tipo de gente nossa. É um gosto que tem que ver com a criação de uma sociedade menos perversa, menos discriminatória, menos racista, menos machista que esta. Uma sociedade mais aberta, que sirva aos interesses das sempre

desprotegidas e minimizadas classes populares e não apenas aos interesses dos ricos, dos afortunados, dos chamados “bem-nascidos”. (FREIRE, 1991. p. 2)

É possível vislumbrar um processo educativo mais consistente, partindo da premissa que o curso de especialização está formando educadores que se comprometem com o desenvolvimento de um novo modelo de sociedade, que podem engendrar nos espaços educativos, além da leitura e da escrita, uma formação forjada no desvelamento das bases do capitalismo, “o poder”, e reconstrução da identidade de cada um e do coletivo para uma nova visão de empregabilidade e renda que podem gerar novos processos sociais. Conforme o conceito antropológico referido por DaMatta,

as afinidades sociais existentes no Brasil, estão ou são estabelecidas pela abundância de aspectos distintos e próprios, para ele, o que ocorre em nosso país, emprega-se muito no pensamento de que o “domínio é de conjunção íntima da pessoa com os cargos que irá efetivamente possuir”, isso tem um significado muito próprio do poder centralizador”, das políticas públicas e da postura governamental. Essa é uma das características da dificuldade de implantação da economia solidária na EJA, porque esse “poder” quer manter o controle sobre todos. (DaMATTA, 1986, p. 23).

## ■ 6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUSTENTABILIDADE

O objetivo principal da implantação dos conceitos da ECOSOL na EJA é buscar a permanência de educandos nas escolas que ofertam essa modalidade de ensino, efetivando sua conclusão, novas possibilidades de atuação no mundo em que vive e no mundo do trabalho. A ECOSOL poderá proporcionar aos educandos novos conhecimentos, novos valores, novas práticas de uso do seu potencial, inovações e reaproveitamento de recursos que podem gerar renda para seu sustento enquanto desenvolve seu conhecimento cognitivo e social. Os princípios da autogestão, do associativismo, cooperativismo e a busca pelo trabalho coletivo, através da solidariedade, podem contribuir para a superação de um estado de miséria. Diferente do capitalismo que visa a mais valia, o ganho, os lucros exorbitantes e acumulação de capital e dos meios de produção

para uma minoria, ela é direcionada para a interdependência especificamente para as afinidades sociais.

A economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. (BRASIL, 2009)

Acontecendo a implantação da economia solidária no currículo da EJA, os educandos poderão tomar posse de conhecimentos que agregam valores para uso social, através de uma educação de qualidade e conhecimentos. Uma formação profissional que possa lhes proporcionar possibilidades de participar da produção de manutenção da vida.

## ■ 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos é pertinente e oportuno, considerando a necessidade que o Brasil ainda tem em resolver as defasagens de aprendizagens e o analfabetismo que ainda persiste em nossa sociedade. A maioria dos educandos da EJA optaram por, mediante escolhas próprias ou imposições, trabalhar na infância/adolescência, para auxiliar na manutenção da existência de suas famílias ou de sua própria e, até hoje, não pararam de trabalhar, mas chega um momento na vida em que são obrigados organizar um momento para o estudo, por imposição do trabalho/empresa ou para garantir “ascensão” social. Isso revela o quanto a classe trabalhadora tem limites de tempo em relação às exigências do sistema produtivo, ainda mais, quando estamos falando de uma classe que vende a sua força de trabalho para sua sobrevivência.

Este estudo permitiu a constatação de que o trabalho que vem sendo realizado pela Diretoria de Ensino/Coordenadoria de Organização Curricular/EJA/CAMPO/PJU<sup>5</sup> de Cuiabá poderá, de fato, contribuir com a formação cidadã dos

---

5 Na Coordenadoria de Organização Curricular está a Equipe que atende como frente de trabalho a

sujeitos matriculados na EJA, considerando que o currículo proposto está sendo pensado de uma forma mais ampla e global, desde a capacitação dos educadores que atuam nesta modalidade através do programa de revitalização da formação denominado Roda de Conversa, bem como no curso de especialização em EJA/ECOSOL para que estes conheçam os princípios e concepções desse modelo de economia que podem contribuir significativamente com o trabalho interdisciplinar e prático para o benefício dos sujeitos da EJA.

Segundo relato da líder entrevistada, as experiências estão avançando, mas o êxito do trabalho está diretamente relacionado à dedicação dos educadores, gestores e da própria secretaria, uma vez que se trata de um trabalho que requer compromisso social para as questões afetas a esta modalidade. Nas palavras da líder entrevistada, a SME tem buscado, ao máximo, realizar um trabalho efetivo para os sujeitos da EJA, tanto para os educadores, como para os educandos. Porém, não basta o esforço em nível da gestão superior, é preciso que na base, nas práticas pedagógicas cotidianas das unidades escolares o trabalho se revele mais produtivo e comprometido por parte dos sujeitos que o implementam.

É do conhecimento público, que a grande maioria dos educandos que frequentam a EJA, são pessoas adultas ou pessoas com idades mais avançadas que os da educação formal, por isso são obrigados a dividirem o tempo entre os estudos e a produção e manutenção de sua vida. Acreditamos que com a implantação da economia solidária, os sujeitos da EJA poderão conquistar seu espaço no mundo de trabalho, ou melhor, no meio da sociedade capitalista em que vivem, assim conseguirão ter uma vida melhor, um emprego que garanta sua sustentação ou um novo modelo de empregabilidade coletiva. Para além de um olhar sobre a rentabilidade desse trabalho, a economia solidária traz a oportunidade de compartilhamento da produção, o que é fundamentalmente importante para a dimensão da formação numa perspectiva holística. As unidades escolares e seus educadores quando sensíveis a essa dimensão de uma formação holística passam a acreditar num trabalho diferenciado e sobretudo que contribua com autoestima dos sujeitos da EJA.

---

modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Programa Nacional de Inclusão de Jovens/Projovem Urbano e Programa Brasil Alfabetizado e realiza o gerenciamento de projetos como Educação para Melhor Idade e Educando para a Liberdade, ambos referentes ao I segmento, um voltado para o atendimento a idosos e outro aos privados de liberdade tanto masculino como feminino.

Outro aspecto importante que a EJA-ECOSOL tem despertado é a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade e a preocupação com as futuras gerações. Por meio de uma educação preocupada com as questões de proteção ambiental e o consumismo do sistema capitalista, no que reflete o aumento do desmatamento, do uso de agrotóxicos e outras ações que degradam o meio ambiente, criam-se novos conceitos que desmistificam os conceitos arraigados de não preservação.

Desta forma, o currículo possibilita uma consciência crítica aos sujeitos sobre a produção da vida e convivência em sociedade, um olhar preocupado e atencioso em busca de melhor qualidade de vida coletivamente.

Todo cidadão merece uma vida digna, mas, para isso, precisam enfrentar os obstáculos que a sociedade possui. Os educandos da EJA, não estão fora dessa sociedade, eles participam de suas ações de forma ativa ou passiva, desta forma o objetivo do uso das concepções e princípios da ECOSOL no currículo da EJA está diretamente ligado a criar novas possibilidades de compreensão da realidade, empregabilidade e renda para a transformação social. É necessário que os educandos se tornem donos ou protagonistas, que se empoderem do conhecimento da realidade e do mundo em que vivem, que tenham autonomia sobre as suas vidas, sejam cidadão ativos na sociedade e não sobrevivam dependentes e nem subservientes ao capitalismo imposto.

O maior problema da EJA, atualmente, é a evasão escolar e ela ocorre devido a muitos fatores que podem ser internos à Unidade escolar ou externos, sem governabilidade da escola. A evasão escolar possui vários motivos para sua ocorrência que podem ser: má qualidade na educação, educadores despreparados para exercer a função pedagógica, problemas sociais e um poder público que não se responsabiliza pela melhoria do ensino público e outros. Com frequência, temos educandos que realizam suas matrículas no começo do ano letivo e ao se defrontarem com problemas no trabalho ou financeiros, deixam os estudos. Temos visto na rede municipal uma queda na procura por vagas, a oferta e atendimento continuam o mesmo desde anos anteriores, porém apesar de matrícula, a permanência ainda é um grande desafio. Em geral o estudante deixa de frequentar as aulas e engrossa os números da evasão.

Dessa forma, acreditamos que a ECOSOL associada à EJA possa proporcionar oportunidades para que os educandos concluam seus estudos, desen-

volvam projetos de associativismo ou cooperativismo, resultando em um maior provimento de recursos para todos. Por meio desta proposta de trabalho, novas oportunidades surgirão. Será um incentivo para que os educandos desenvolvam a autoestima, a consciência de si e do outro e, principalmente, que se realizem como cidadãos, que sejam vistos pela sociedade e que se tornem efetivamente partícipes de uma nova forma de organização social.

Este estudo permitiu a compreensão de que os trabalhos da EJA-ECOSOL devem ser fortalecidos em nível de política educacional da SME, visto que há excelentes perspectivas de implementação e efetivação de uma educação inclusiva aos sujeitos desta modalidade. Neste sentido, o encaminhamento proposto é que a SME continue com seus processos formativos, amplie e intensifique esta proposta curricular, possibilitando novas aprendizagens e conhecimentos aos educandos/educadores/gestores e servidores, para que todos possam vislumbrar e partilhar dessa melhoria.

## ■ 8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara Legislativa do Brasil. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 art. 2º § 2º. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1879, p. 196, Vol. 1 pt. II.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Câmara da Educação Básica. Resolução nº. 1, de 5 de julho de 2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 12 jun. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Câmara da Educação Básica. Resolução nº. 11/2000, de 9 de junho de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diário Oficial da União, seção 1e, p. 15. 2000. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Câmara da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (EJA). Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento / coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; – São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. 239p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CEB nº1 de 05 de Julho de 2000. Estabelece as

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes\\_p0247-0252\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0247-0252_c.pdf) >. Acesso em: 10 nov. 2014.

CASTELS, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 529-530.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986

DaMATTA, Roberto. **Explorações**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

REIRE, Paulo. Síntese da fala de despedida de P. Freire da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, maio, 1991. Disponível em: <[http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/biografia/biografia\\_correspondencias.html](http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/biografia/biografia_correspondencias.html)>. Acesso em: 30 jul. 2015.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor**. *Istr's fourth international conference*. Dublin, julho de 2000.

MOTHÉ, Daniel. Développement durable, capital culturel, éducation populaire et autogestion. Tradução de Cláudio Araújo Nascimento. Publicado parcialmente no boletim **Acontece Senaes, número especial**. Primeiro Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária. Brasília, agosto, 2004.

SINGER, Paul: **A Economia Solidaria como um ato pedagógico**. INEP/MEC, 2005

# 7

## ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM DOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

SANDRA REGINA DE CARVALHO<sup>1</sup>

**Resumo:** O Presente artigo objetiva discutir como a prática da Economia Solidária (EcoSol) pode contribuir para os processos de ensino/aprendizagem dos sujeitos do Ensino Fundamental, na modalidade EJA. Para tanto, partimos da premissa de que os sujeitos da EJA são sujeitos de direitos, garantidos pela Constituição Federal de 1988. Em consequência, os sujeitos desta modalidade, possuem diferentes culturas e identidades, com trajetórias diversas de vida e processos de exclusão escolar, em geral, convergentes. Sendo assim, os movimentos sociais, têm contribuído significativamente para essa discussão, passando pela qualidade da educação, o atendimento às especificidades destes sujeitos, suas diversidades, através de um currículo vivo, cujo ponto central para a construção significativa dos saberes, passa pelo mundo do trabalho. Sendo o mundo do trabalho, um processo que deve ser visto do ponto de vista do trabalhador e não do capital.

**Palavras-chave:** EcoSol. Sujeitos da EJA. Ensino-Aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Sandra Regina de Carvalho, Graduada em Pedagogia pelo Instituto Varzeagrandense de Educação. Especialista em Letramento e Alfabetização, pela empresa Impacto. Atualmente cursista do curso de Especialização Latu Sensu em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, pelo Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: sandraregis@hotmail.com



## ■ 1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil precisa entrar na pauta das grandes questões nacionais. Nossa Constituição Federal garante que: “A educação é direito de todos, e dever do Estado e da família”. Desta forma, nos últimos anos, temos presenciado uma ampliação das políticas públicas para a universalização da educação fundamental, principalmente quanto às questões da oferta e do atendimento educacional público, com qualidade para a população. Porém, as inúmeras ações que vêm sendo empreendidas no âmbito do Ministério da Educação, visando melhorar a qualidade da educação, não surtirão o efeito desejado sem o engajamento de toda a sociedade brasileira em um projeto maior. Um projeto social que inclua toda a diversidade de sujeitos que formam a sociedade brasileira.

Historicamente a Escola, vem de uma perspectiva idealista, habitualmente hegemônica na análise pedagógica do ensino, foi descrita com a seguinte função social: processo de socialização das gerações jovens. Porém, nas entrelinhas é um processo de inculcação e doutrinação ideológico. Dentro desta interpretação idealista, a escola cumpre a função de impor a ideologia dominante na comunidade social mediante um processo mais ou menos aberto e explícito de transmissão de ideias e comunicação de mensagens, seleção e organização de conteúdos de aprendizagem. Desta forma os educandos assimilando os conteúdos explícitos do currículo e interiorizando as mensagens dos processos de comunicação que se ativam na aula, vão configurando um corpo de ideias, de representações subjetivas, conforme as exigências do status quo, a aceitação da ordem real como inevitável, natural e conveniente.

A escola é uma trama de relações sociais materiais que organizam a experiência cotidiana e pessoal dos educandos, com a mesma força ou mais, que as relações de produção podem organizar as do operário na oficina, ou as do pequeno produtor no mercado. Por que então, olhar o espaço escolar como se nele não houvesse outra coisa para se fixar, se não as ideias que transmitem? (ENGUITA, 1990, p.152)

É sobre esse enfoque que nosso objeto de pesquisa se delinea, pensando na unidade escolar, na qualidade da educação pública, nas relações intrínsecas perpassadas pelos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e

as possibilidades da EcoSol mudar essa cultura tão arraigada de transmissão de conhecimentos.

O conceito de qualidade da escola pública certamente encontra convergência em aspectos como a existência da gestão democrática administrativa e financeiras dos processos pedagógicos, professores qualificados e comprometidos com a aprendizagem dos educandos, o currículo flexível, a adequada infraestrutura com destaque para biblioteca, laboratórios, quadras de esporte, acesso à Internet, e comprometimento dos educandos com a construção de seus saberes. Os pais, as crianças, os educandos jovens e adultos ou idosos almejam uma escola que os acolha, que abra espaço para a participação da comunidade no seu dia-a-dia, que promova boas relações interpessoais. Essas relações sociais inerentes à função da escola, nos leva a aproximação com a economia solidária.

## ■ 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A EcoSol pode ser pensada como um modo de produção ideado para superar o capitalismo, ou conforme diz o nome, é prática da solidariedade no campo econômico, visando uma sociedade de iguais.

Para Singer (2005), a única maneira de aprender a construir a Economia solidária é praticando-a. Porém, seus valores fundamentais precedem sua prática. Não é preciso pertencer a uma cooperativa ou empreendimento solidário para agir solidariamente. Esse tipo de ação é frequente no campo político e no campo das lutas de classe, sobretudo do lado dos subalternos e desprivilegiados.

A EcoSol Tem como princípios básicos: a autogestão, a solidarizarão de capital, a cooperação, o respeito ao ambiente e às diferenças étnicas, culturais, sexuais e de gênero, além da solidariedade nas relações sociais. Quem faz essa economia acontecer? Empreendimentos de EcoSol, Entidades de Assessoria e/ou Fomento e Gestores Públicos, como o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES) que realiza o Mapeamento Nacional de Economia Solidária.

A ligação crescente entre empresas e comunidades autogestionárias, sob a forma de redes de colaboração transparentes, participativas e conscientemente solidárias, alimenta-se da energia que brota da prática de valores como

o respeito à diferença, a complementaridade entre os diferentes, do local até o global, e a construção sempre renovada de novos laços de unanimidade na diversidade. É nessa prática da horizontalidade, da não hierarquia e da partilha do trabalho e do saber, segundo as capacidades de cada um, e dos benefícios, segundo as suas necessidades, que consiste uma “economia matrística”, capaz de fazer parte fundamental da radicalização da democracia. Ela implica a superação das formas tradicionais de democracia, à medida que institui a sociedade como um todo, orientada para a criação e a recriação da vida, como o protagonista do seu próprio desenvolvimento humano e social. Nesse contexto, o Estado irá gradualmente se redefinindo para cumprir o papel de orquestrador da diversidade de sujeitos sociais empoderados para a gestão coletiva das suas comunidades e territórios.

Na EcoSol cada empresa que vive autenticamente a autogestão e a solidariedade entre seus sócios aplica esses mesmos princípios à sua relação com outras empresas solidárias, com o universo de fornecedores e consumidores e com a sociedade como um todo. Está tão atenta à sua própria eficiência empresarial como à eficiência de toda a cadeia produtiva em que está inserida, e à de todo o sistema social a que ela serve.

Existe, portanto, um cuidado com a eficiência de todo o sistema – eficiência sistêmica – para responder às necessidades e aumentar o bem-viver de todos que habitam as casas maiores, que são a sociedade e o planeta. Não deixar nenhum coletivo ou empreendimento isolado, esse é um dos princípios organizativos da EcoSol.

### ■ 3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A EJA é uma modalidade de ensino, parte integrante do Ensino Fundamental ou Médio. Para Singer (2007):

EJA é coisa de países pobres ou empobrecidos. Ela existe porque existem excluídos, porque existem crianças cujo direito à educação foi negado pela própria condição de terem que usar sua infância para trabalhar. Com pouco ou nenhum estudo, jovens e adultos trabalhadores ficaram limitados a ocupações informais ou ao subemprego, ou são os primeiros a serem demitidos quan-

do as empresas querem cortar custos. Até que vem a EJA oferecer alguma formação. (SINGER, 2007).

A referência da EJA, porém, costuma ser o conceito abstrato de “analfabeto”, como aquele que não sabe ler e escrever. Abstrato, porque se toma o analfabeto fora dos seus contextos, como um ser sem história e sem relações. A proposta, sem dúvida bem intencionada, é alfabetizar o analfabeto ou semianalfabeto. O trabalhador é considerado vazio de conhecimentos, a tarefa da EJA é enchê-lo dos conteúdos do saber consagrado.

No dizer de Freire (1997), nessa ótica, o educando é tomado como um pote vazio a ser cheio pelo professor, pelo livro, pelo saber acumulado, para depois pagar juros cumprindo a função prevista para ele na sociedade, concebida como uma grande máquina. A Educação popular é concebida como um processo de grande extensão e profundidade, contribuindo para que as pessoas, pelo processo educativo, voltem a acreditar na possibilidade de mudança e melhoria de suas vidas, pois ao poderem ler o mundo, também se conscientizam de que é possível, ao lê-lo, transformá-lo.

#### ■ 4 SUJEITOS DA EJA

Após a 6ª Conferencia Internacional de Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA), realizada no Brasil, foi colocada a necessidade de pensar a EJA de forma propositiva, mapeando seus desafios e perspectivas para o país.

Isto implica pensar a dinâmica sociocultural e política em que estamos envolvidos, as lutas e conquistas que, sob a reivindicação dos movimentos sociais, nos permitiram avançar produzindo uma nova configuração desse campo (BRASIL, 2007). Há que se reconhecer que essa nova configuração traz para a cena atores antes invisíveis pelas práticas discriminatórias produzidas no âmbito das relações de gênero, étnico-raciais, geracionais, dentre outras.

A diversidade cultural dos sujeitos na EJA que constitui a diversidade da sociedade brasileira, expressa por múltiplas identidades, nos chama também a considerar que esses sujeitos têm sido vitimados pelas desigualdades sociais e educacionais produzidas, demandando do Estado formas apropriadas de inserção dos mesmos no usufruto dos bens culturais a que todos devem ter acesso, dentre eles a educação.

Nesse sentido, ao atentar para as demandas desses grupos sociais, no que se refere ao acesso, permanência e conclusão com qualidade nos processos de escolarização, é possível afirmar que temos avançado, desde as últimas décadas do século XX, no reconhecimento da EJA como direito e como “uma dívida social não reparada para com os sujeitos que constroem a riqueza do país” (BRASIL, 2000, p.5).

Como resultado das lutas sociais talvez tenha no arcabouço legal dos documentos já referidos, a forma mais apropriada de reconhecer os sujeitos da EJA e suas marcas socioculturais. Ressalta-se a importância do olhar sobre esses sujeitos como:

[...] marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (BRASIL, 2007, p. 11).

Se retomarmos no processo de construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, com relação à defesa da educação de jovens e adultos, constata-se que a identidade da EJA, que se buscava construir naquele contexto, caracterizava-se como educação de jovens e adultos trabalhadores. O que ressalta como uma das marcas socioculturais desses sujeitos – trabalhadores e trabalhadoras – que produzem sua existência nas diferentes práticas laborais.

## ■ 5 O ENSINO/APRENDIZAGEM DA EJA

A pedagogia da EcoSol requer a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, como o fazem os jogos cooperativos. Importa aqui menos o aprendizado do comportamento adequado do que o sentimento que surge da prática solidária. Tanto dando, como recebendo ajuda, o que o sujeito experimenta é a afeição pelo outro e este sentimento para muitos é muito

bom. Tanto em competir como em cooperar, o sujeito sente-se feliz. Só que no primeiro caso, essa felicidade só é completa se ele vence e demonstra sua superioridade sobre os demais. No último, a felicidade é gozada toda vez que se coopera, independentemente do resultado.

A Economia Solidária é produzida tanto por convicção intelectual como por afeto pelo próximo, com o qual se coopera. A hipótese aqui é que todos têm inclinação tanto por competir como por cooperar. Qual dessas inclinações acabará por predominar vai depender muito da prática mais frequente, que é induzida pelo arranjo social em que o sujeito nasce, cresce e vive.

O trabalho com estes contextos diversos, as notícias da realidade social vivenciada, pode levar-nos a fazer uma reflexão sobre nossa situação, nosso cotidiano, as histórias de vidas de nossos educandos e as relações que estão imbricadas nesse processo. Como afirma Freire (1997), que podemos levar os educandos a enxergar a relação entre o sistema econômico, político e o social que estamos vivenciando. Tirar a venda, desvelar a realidade e buscar o entendimento da engrenagem social, para consciência de si, de sua participação nesse processo e como procurar transformar essa realidade. A educação passa principalmente pela politização das camadas populares.

Uma das marcas da educação popular é sua autoconsciência como prática político-pedagógica. Educação é um ato político. Numa realidade de interesses conflitantes, a neutralidade implica anuência com aqueles que detêm os instrumentos e meios de exercer o controle. Esse é um processo educativo que busca nas formas de resistência a ordem social burguesa de dominância material e simbólica, a qual trata o mundo do oprimido como difuso, desorganizado e atrasado, a inspiração para as práticas educativas. As práticas da Educação Popular, que nos referimos, questiona os princípios de dominância material e simbólica e seu planejamento está relacionada a busca da construção de condições políticas de libertação da classe trabalhadora.

A dimensão política das práticas educativas populares tem uma intenção social diferente tradicionais. Nesse sentido a dimensão transformadora opera nas práticas educativas sobre experiências concretas. Esta é a dimensão central do rigor interno na Educação Popular.

## ■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação não pode ser vista fora do contexto da situação de desigualdade e concentração de renda no Brasil. Há um abismo no rendimento escolar medido através dos anos de estudo obtido, separando os mais pobres dos mais ricos, os negros e pardos dos brancos e amarelos, a população rural da urbana, as Regiões do país.

A educação libertadora como afirma Freire (1997), deve partir da politização dos sujeitos, e essa politização passa pela educação. Parte da premissa do trabalho como princípio educativo, para uma educação significativa, a EcoSol, com seus processos de autogestão apresenta a vivência desse processo, para isso eis a chave: a EJA tem que casar trabalho e educação ou Mundo do trabalho e processos educativos.

Para isso, precisa ser estruturada como um sistema diferente do sistema escolar tradicional. Tem que ser desenhada para atender as condições de vida e trabalho de pessoas que têm como ocupação principal garantir o suficiente para si e para suas famílias quer como arrimos da família, quer para obter rendimento complementar.

## ■ 7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Economia solidária e Educação de Jovens e Adultos. KRUPPA, Sonia P.(Org.). Brasília: INEP, 2005.

\_\_\_\_\_. MEC/SETEC. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental. Documento Base. Brasília, agosto 2007.

\_\_\_\_\_. MEC. SECAD. Documento Base Nacional preparatório à VICONFINTEA: “Brasil: Educação e aprendizagens de jovens e adultos ao longo da vida”. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br>>. Acesso em: 24 de outubro, 2014.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Aprovado em 10 de maio de 2000.

FERNANDÉZ ENGUIA, M. **La cara oculta de la escuela**. Madrid: Siglo XXI.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KOHL, Marta de Oliveira. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: AQUINO, J. G., (Org.). **Erro e fracasso na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

SINGER, Paul. Economia Solidária como um ato pedagógico. In: **Economia solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005.



LARDIJANIA DINIZ SIQUEIRA<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar a conexão entre a Educação de Jovens e Adultos e a economia solidária, uma ferramenta inovadora para a geração de trabalho e renda de forma justa, digna, sustentável e cooperativa. Metodologicamente, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. O texto explora a história e evolução da EJA, bem como a origem e os princípios da economia solidária, a importância dos educadores no processo de autodesenvolvimento e formação de cidadãos ativos e participantes da sociedade, reformulando práticas escolares e desenvolvendo novos métodos de ensino que possibilitem o desenvolvimento humano, inclusão, justiça e transformação social. O texto conclui que a busca pela melhoria da qualidade do ensino deve ser uma constante na vida dos educadores, principalmente quando se espera formar um aluno cidadão, consciente, crítico, ético, criativo e atuante na sociedade em que vive.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária. Qualidade do ensino.

---

<sup>1</sup> Professora da rede municipal de ensino de Cuiabá. E-mail: lardijania@hotmail.com.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de um levantamento bibliográfico sobre a relação entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Economia Solidária. O texto traz informações sobre o conceito de economia solidária, suas características e consequências na sociedade capitalista, bem como exemplos desenvolvidos, além de ressaltar a importância e função da educação na vida dos alunos que frequentam a escola nesta modalidade de ensino.

Para realização deste trabalho utilizamos os seguintes autores: Paulo Freire que traz discussões voltadas para uma educação emancipatória e Paul Singer, um intelectual que buscou compreender e oferecer subsídios para a concretização da Economia Solidária no Brasil, entre outros.

A EJA tem proporcionado possibilidades para o aprendizado e qualificação para atender a demanda do mercado de trabalho, porém, é preciso que a educação seja próxima da realidade e das experiências pessoais, principalmente porque geralmente são indivíduos que conciliam estudo, trabalho e família. O adulto traz como principal característica suas relações com o trabalho, relações interpessoais e carrega uma bagagem emocional, cultural, experiências de vida, fatos e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as outras pessoas. Essas particularidades do adulto fazem com que ele apresente habilidades, pontos de vista e também dificuldades que influenciam seu processo de aprendizado.

Por sua vez, a economia solidária apresenta uma diversidade de práticas econômicas e sociais, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário e consciente. É um mecanismo de produzir o que é preciso para se sustentar, sem explorar o meio ambiente, cooperando para o fortalecimento e crescimento da comunidade de maneira coletiva.

## ■ 2 A EJA NO BRASIL

Na época da colonização do Brasil havia poucas escolas, as quais atendiam somente a classe média e alta. Eram frequentadas durante a infância, não havia preocupação em alfabetizar jovens e adultos, as classes pobres não

tinham acesso à instrução escolar e quando a recebiam era de forma indireta. De acordo com Ghiraldelli, a educação brasileira teve seu início com o fim dos regimes das capitanias:

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil (1808-1821). (GHIRALDELLI JR, 2008, p. 24).

Os jesuítas passavam seus conhecimentos escolares e científicos, porém, o foco era pregar a fé cristã. Após a proclamação da Independência do Brasil, foi outorgada a primeira constituição brasileira e no artigo 179 dela constava que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”; mesmo a instrução sendo gratuita não favorecia as classes pobres, pois estas não tinham acesso à escola, ou seja, a escola era para todos, porém, inacessível a quase todos, e no decorrer dos séculos houve várias reformas. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

Em 1947, o MEC promoveu a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). A campanha possuía duas estratégias: os planos de ação extensiva (alfabetização de grande parte da população) e os planos de ação em profundidade (capacitação profissional e atuação junto à comunidade). O objetivo não era apenas alfabetizar, mas aprofundar o trabalho educativo. Na década de 60 houve campanhas para alfabetização de adultos promovidas pelas igrejas católicas, porém, com o golpe militar de 1964, todos os movimentos de alfabetização vinculados à cultura popular foram reprimidos.

Segundo Bello (1993), na década de 1980 houve grandes mudanças com o fim dos governos militares. Com a retomada do processo de democratização, em 1985, o MOBRAF (Movimento Brasileiro de Alfabetização) iniciado na década de 1970 foi extinto, sendo substituído pela Fundação Educar.

O contexto da redemocratização possibilitou o crescimento das atividades da EJA. A Constituição de 1988 trouxe importantes avanços, tornando o ensino fundamental obrigatório e gratuito para aqueles que não tiveram acesso na idade apropriada. Nesse período, o governo federal promoveu um apoio maior à educação de jovens e adultos, porém, detectou a falta de material pedagógico adequado e atualizado à realidade do país.

De acordo com Ghiraldelli JR. (2008), em 1990, no início do governo Collor, a Fundação Educar foi extinta devido ao enxugamento da máquina administrativa e a União se afastou das responsabilidades da EJA, transferindo-a para os estados e municípios. A partir de então, o Ministério da Educação consultou os materiais utilizados em todo país e selecionou os que tiveram melhores resultados. Os materiais selecionados foram editados e colocados à disposição dos estados, prefeituras, empresas e entidades não governamentais. A EJA até os anos 1990 era conhecida como supletivo, e tinha como base possibilitar a inclusão no sistema educacional de pessoas que não haviam frequentado a escola no período correto, e que precisavam concluir os estudos para ingressar no mercado de trabalho. Desde então, intensificou-se o debate sobre profissionalização, cidadania, conhecimentos. O cidadão deveria estar preparado para uma nova sociedade, com evoluções tecnológicas e novos conceitos econômicos e políticos.

Em 2002, de acordo com o portal do MEC, foi disponibilizada uma proposta curricular para educação de jovens e adultos, o segundo segmento do ensino fundamental, propondo melhorias no processo de aprendizado. O Ministério da Educação, em parceria com o Conselho Nacional de Educação, elaborou diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos que destacava a importância social dessa modalidade de ensino.

Em janeiro de 2003, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo federal. Para isso, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta era erradicar o analfabetismo durante o mandato de quatro anos do governo Lula, porém não foi cumprida.

Um relatório divulgado em 08/04/2015 pela UNESCO (Organização das Nações Unidas) para a Educação, Ciência e Cultura, referente às metas estabelecidas há 15 anos para o período de 2000 a 2015, mostrou que o Brasil alcan-

çou somente duas das seis metas estabelecidas. Uma das metas que não foi alcançada era garantir acesso igualitário de jovens e adultos à aprendizagem e habilidades para a vida.

A Unesco reconheceu progressos nos programas de educação tecnológica, como o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), mas afirma que é preciso melhorar o índice de jovens matriculados no ensino médio.

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) diz que o país dobrou o número de matrículas em cursos profissionalizantes de 2 milhões para 4 milhões.

Uma nova reunião mundial foi realizada em maio na Coreia do Sul para traçar objetivos para o período de 2015 a 2030.

### ■ 3 A IMPORTÂNCIA DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Freire foi um educador, filósofo e pedagogo, considerado um dos pensadores mais importantes da história da pedagogia mundial. Em 13 de abril de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.612, que declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Ele foi pioneiro no conceito de Educação Popular, destacando-se por um referencial que rompe as barreiras dos aprendizados formais, dando uma nova concepção de transformação das realidades sociais por meio de uma educação libertadora, consolidando o conceito de Educação Popular como um novo paradigma para pensar a educação de Jovens e Adultos.

Em seu livro *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos* (FREIRE, 2000) é mostrada a importância da educação para desafiar o aluno a pensar nos acontecimentos do mundo que o cerca, seu papel na sociedade, conscientizar-se de que suas possibilidades não estão atreladas a circunstâncias da vida, mas sim pelo poder de refletir e tomar decisões.

Mesmo com o passar dos anos, compreendemos que as palavras de Paulo Freire motivam as lutas pela humanização, desalienação e construção de seres pensantes capazes de transformar sua realidade.

No livro *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos* (FREIRE, 2002) explica que a pedagogia da libertação na permanente conduta revolucionária e no compromisso histórico pela mudança, quando as classes exploradas adquirem cada vez mais conhecimento científico, e através desses novos conceitos se começa a transformação nas ações e lutas por melhorias em sua situação existencial. A luta é no sentido de estimular a percepção de que são explorados e ignorados pela estrutura de que fazem parte, onde os opressores os fazem pensar que não há nada a ser feito.

O pensamento de Paulo Freire tem grande influência na atualidade. Freire alerta sobre uma sociedade acomodada, que em sua estrutura social, mesmo nos dias de hoje, coloca o setor popular no papel de incapaz e inferior.

Ele tinha o pensamento de ensinar o aluno a ler o mundo, compreender, se conscientizar para, a partir de aí, tomar ações. Seu método de ensino aproximava os alunos de sua realidade e rotina.

Freire dizia que “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 68).

A convivência e o diálogo são fundamentais na troca de experiências e saberes, pois nem todos absorvem conhecimentos igualmente, cada pessoa possui competências distintas que devem ser valorizadas e compartilhadas, é importante fortalecer as relações entre o educador e o aluno para alcançar bons resultados. A motivação dos educadores é um fator essencial para produzir esses resultados, pois são fonte de inspiração e de forma direta e indireta exercem poder de persuasão. Ele apenas deu início a essa educação e a cada dia pessoas se juntam a suas ideologias a fim de transformar a educação do país e quebrar esse paradigma.

Conforme Beisiegel (1989), o método de alfabetização de Paulo Freire se iniciou no MCP (Movimento de Cultura Popular), em Recife, no final da década de 1950, onde os grupos populares eram consultados pelos educadores sobre diversos assuntos e trocavam informações e sugestões. Esse trabalho levou Freire a propor a mesma metodologia para a alfabetização.

Como os grupos populares haviam elevado o nível discussão, compreendeu-se que era possível conduzir os alunos a uma leitura crítica e contextualizada. Ele consolidou o método de educação, que depois veio a ser chamado de “Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos”.

A teoria proposta por ele era a de que o conhecimento está sempre em processo de renovação, o conhecimento é fruto de uma prática histórica, dinâmica e contraditória das pessoas, que não consiste em verdades absolutas, não sendo possível separar teoria e prática.

Em seu livro *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos* (FREIRE, 2002), descreve as teorias que respaldam a alfabetização libertadora, apresentado que o contexto teórico está a serviço da análise crítica:

Por isto mesmo é que não há práxis autêntica fora da unidade dialética ação-reflexão, prática-teoria. Da mesma forma, não há “contexto teórico” verdadeiro a não ser em unidade dialética com o “contexto concreto”. Neste concreto, onde os fatos se dão, nos encontramos envolvidos pelo real, “molhados” dele, mas não necessariamente percebendo a razão de ser dos mesmos fatos, de forma crítica. No “contexto teórico”, tomando “distância” do concreto, buscamos a razão de ser dos fatos. Em outras palavras, procuramos superar a mera opinião que deles temos e que a tomada de consciência dos mesmos nos proporciona, por um conhecimento cabal, cada vez mais científico em torno deles. No “contexto concreto” somos sujeitos e objetos em relação dialética com o objeto; no “contexto teórico” assumimos o papel de sujeitos conscientes da relação sujeito-objeto que se dá no contexto concreto para voltando a este, melhor atuar como sujeitos em relação ao objeto. (FREIRE, 2002, p. 158).

Em outubro de 1989, Paulo Freire foi escolhido para ser secretário Municipal de Educação de São Paulo. A práxis de Freire no período de 1989 a 1991 desenvolveu uma reforma administrativa, abrindo canais de comunicação com alunos, professores e comunidade escolar para entender suas necessidades e expectativas, para que eles tivessem conhecimento e participassem da tomada de decisões. Nesse período, foram traçadas prioridades para a melhoria do ensino de jovens e adultos como:

- a) abertura de cursos noturnos regulares e supletivos em função da classe trabalhadora;
- b) participação do aluno noturno na gestão escolar, no conselhos administrativos e grêmios estudantis;

- c) mudança na qualidade do ensino voltado para o aluno trabalhador, levando em conta suas particularidades e experiências de vida e trabalho;
- d) formação permanente dos profissionais de ensino, realizando análises críticas, apontando os pontos fortes e fracos do processo, com intuito de rever práticas e aplicar melhorias.

Dessa forma, era possível identificar a realidade do ensino e rever, na prática, formas de acolher o aluno diante de temas como: trabalho, alimentação, transporte, família, comportamento, sexualidade entre outros, ou seja, refletir sobre essas relações entre educação e sociedade.

Freire defendia como prática educativa de qualidade aquela que desafia o aluno a desenvolver uma reflexão crítica no contexto no qual estão inseridos.

No livro *Extensão ou Comunicação* (FREIRE, 1979) ele afirma que a qualidade do conhecimento é desafiar a problematização do mundo real por parte do ser humano.

O que importa fundamentalmente à educação, contudo, como uma autêntica situação gnosiológica, é a problematização do mundo do trabalho, das obras, dos produtos, das ideias, das convicções, das aspirações, dos mitos, da arte, da ciência, enfim, o mundo da cultura e da história, que, resultando das relações homem-mundo, condiciona os próprios homens, seus criadores. Colocar este mundo humano como problema para os homens significa propor-lhes que “admirem”, criticamente [...] os homens tomam conhecimento da forma como estavam conhecendo, e assim reconhecem a necessidade de conhecer melhor. [...] E quanto mais se voltam criticamente para suas experiências passadas e presentes em e com o mundo, que veem melhor agora porque revivem, mais se dão conta de que este não é para os homens um beco sem saída, uma condição intransponível que os esmaga. (FREIRE, 2002, p. 83-84).

A integração entre a sociedade e a escola gerou mudanças, levando a escola a rever sua estrutura criando novos espaços de estudos e debates, o conhecimento adquirido no dia a dia, as relações familiares e sociais se fundiram ao processo educativo do cotidiano escolar.



Na publicação no Diário Oficial de São Paulo, em 1º de fevereiro de 1989, com o título de “Aos que Fazem Educação Conosco em São Paulo”, Freire expressa a qualidade da escola pública almejada em sua gestão:

A qualidade dessa escola deverá ser medida não apenas pela quantidade de conteúdos transmitidos e assimilados, mas igualmente pela solidariedade de classe que tiver construído, pela possibilidade que todos os usuários da escola – incluindo pais e comunidade tiverem de utilizá-la como um espaço para a elaboração de sua cultura. [...] A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de ideias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. (FREIRE, 2001, p. 15-16).

Sua gestão como Secretário de Educação trouxe novas experiências para as escolas, houve uma reformulação na carga horária, implantação de atividades extracurriculares (oficinas, atividades culturais, esportivas, debates, encontros), clubes de leitura, laboratório de ciências entre outras práticas, também foi marcado por um de seus programas educacionais a respeito da formação permanente dos educadores.

Freire escreve em seu livro *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa* (FREIRE, 1997, p. 25) que “ quem ensina, aprende ao ensinar, e quem aprende, ensina ao aprender”, dessa forma ensinar exige do educador o respeito aos saberes dos alunos e enfatiza a importância de abrir um diálogo aproveitando a troca de conhecimentos que podem se tornar parte do estudo.

A filosofia marxista (Karl Marx) teve grande influência sobre as ideias apresentadas por Freire. Tal filosofia foi importante para a elaboração da pedagogia de libertação de Paulo Freire, pois abrangia diversas áreas de estudo: economia, filosofia, religião, sociologia, entre outros. Os pensamentos de Marx observam a realidade histórica identificando as relações de contradição. Assim, considera as relações sociais, a luta de classes, a práxis e a mudança como condições fundamentais para superação das desigualdades provocadas pelo capital.

Apesar da influência de Marx, é possível compreender a fala de Paulo Freire quando diz “eu não me defino marxista”. Sua filosofia tem como base o idealismo e se fundamenta no método fenomenológico, na qual consciência e objeto se definem na correlação entre ambos: a consciência é sempre consciência de alguma coisa e o objeto é sempre objeto para a consciência. Assim, na medida em que conhecemos as diferentes filosofias, verificamos que as palavras possuem conteúdos diferentes.

#### ■ 4 CAPACITAÇÃO DOS EDUCADORES DA EJA

O papel do professor alfabetizador é fundamental no desenvolvimento do ser humano, visto que o processo de construção pessoal e social implica numa ampliação de visão de mundo a partir do momento em que o indivíduo seja capaz de fazer uso da leitura e da escrita.

Nesse momento, um novo mundo surge, e pequenas coisas como pegar um ônibus ou usar um caixa eletrônico sem ajuda de estranhos se tornam possíveis. Percebe-se que não se trata apenas de aprendizado, mas também de interação com o mundo real e experiências de vida.

Os alfabetizadores precisavam entender e refletir sobre o compromisso social e ético e possibilitar ao alfabetizando a apropriação dos saberes vivenciados em sala de aula, como também a consciência da importância da escola para a vida social do aluno. Essa apropriação implica num maior esclarecimento do alfabetizando, maior inserção participação na comunidade, contribuição para a cidadania, aumento da autoestima, melhoria da qualidade de vida, valorização profissional para o mercado de trabalho. A capacitação passou a ser um momento de reconstrução de competências, pois possibilitou aos professores alfabetizadores momentos de reflexão sobre sua participação nesse processo.

A educação de adultos tem uma realidade muito diferente da educação infantil, sendo necessário adequar tais metodologias, desenvolvendo e fortalecendo novas práticas pedagógicas dos profissionais, proporcionando eficácia no processo de ensino. É preciso que esses profissionais estejam abertos, se questionando, revendo conceitos, deixando de lado preconceitos e se propondo a fazer aquilo que Freire chama de leitura de mundo. A propósito, ele dizia que “Só descobrimos o mundo, quando nos descobrimos no mundo”.

Por sua vez, segundo Bannel (2001, p. 122): “Cada sala de aula está inserida em um contexto sociocultural, que é plural, marcado pela diversidade da realidade dos alunos deve nortear a prática do professor”.

Os educadores devem buscar o conhecimento, acompanhar as mudanças tecnológicas, inovar suas práticas, se capacitar para atender as demandas, é necessário que o professor não se restrinja apenas à sala de aula, mas perceba que ele é parte integrante e responsável da escola e da sociedade.

Uma alternativa para transformar o aluno em protagonista que constrói e reconstrói conhecimento e encontra sentido naquilo que está aprendendo é usar as tecnologias de informação e comunicação na educação. Sem dúvida, o grande desafio não será aprender a usar a tecnologia, mas usar a tecnologia para aprender, e assim, para se desenvolver como ser humano e viver uma vida de qualidade.

Para a formação do indivíduo crítico, a escola deve estar em processo contínuo de construção e reorganização do conhecimento, a escola precisa agregar a tecnologia vivenciada no cotidiano e aplicá-la na transmissão do conteúdo, superando o modelo tradicional de ensino.

A tecnologia está cada vez mais atrelada ao nosso cotidiano e muitas atividades dependem de conhecimento tecnológico para serem executadas, é preciso que se torne cada vez mais familiar aos alunos, por isso é importante que a EJA insira esses indivíduos no mundo digital.

As escolas têm disponibilizado aos professores opções de tecnologias para uso em sala de aula como televisores modernos, projetores, aparelhos de Dvd e computadores, que são ótimas ferramentas na apresentação de conteúdos e que enriquecem as aulas proporcionando melhorias no aprendizado, porém muitos professores precisam de treinamento e capacitação para utilizar esses recursos de forma assertiva.

Nas diversas tecnologias empregadas no ensino, destaca-se a Internet, pela quantidade de ferramentas que ela oferece. Outra ferramenta muito empregada é o e-mail, uma importante forma de comunicação tanto para com os alunos, como para troca de informações com outros educadores. Dentre os sites mais visitados, o Youtube se destaca com uma variedade de vídeos; inclusive educativos e tutoriais abordando os mais diversos assuntos.

Existem outras ferramentas também muito utilizadas, como chats, WhatsApp e sites de relacionamento para troca rápida de informações. No uso dos docentes destaca-se o website do Ministério da Educação (MEC), que tem como objetivo informar sobre a educação brasileira em todos os seus níveis e aspectos.

O site de buscas internacional e o popular Google são mais utilizados de forma geral. Há outros, como Domínio Público, com grande volume de armazenamento de mídias pedagógicas, que é também interligado ao site do MEC. Além desses, destacam-se: Revista Nova Escola, exclusivamente voltada para a área da educação, auxiliando o docente com a publicação de matérias online extraídas de sua versão impressa sobre o cotidiano escolar; Escola Brasil, site de uma organização não Governamental, que objetiva contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira utilizando o rádio como instrumento de mobilização social; Mídia Educação, que constitui-se em um espaço para a divulgação de experiências que utilizam a comunicação como ferramenta educacional em todo o Brasil; e o Estante Virtual, um site de venda de livros novos e usados com preços mais acessíveis, postos à venda, tanto por livreiros quanto pelos próprios usuários do site.

Nas escolas de EJA há disponíveis opções de tecnologias a disposição dos professores, tais como televisores modernos, projetores, aparelhos de Dvd e computadores, que são excelentes na apresentação de slides dos conteúdos e que enriquecem as aulas. Porém, a vivência profissional na docência mostra que são poucos os professores que utilizam o laboratório de informática.

Deve partir dos educadores a iniciativa de agregar os benefícios da tecnologia em suas práticas educacionais, ampliando seus horizontes e retransmitindo para seus alunos tudo que pode, para, de alguma forma, acrescentar melhorias no aprendizado, optar por mudanças e trabalhar a informática educacional através de projetos. Segundo Valente (1999, p. 20), "o uso do computador possibilita a ênfase à aprendizagem ao invés do ensino; à construção do conhecimento e não a instrução".

Em suma, é importante refletir sobre a formação de professores que atuam na EJA, repensar políticas e práticas encontrando caminhos para melhorar e propiciar uma educação de qualidade para garantir o acesso a todos, sem distinção. É preciso um processo de formação continuada, que se realiza na articulação entre a exploração da tecnologia computacional, a ação pedagógica com

o uso do computador e as teorias educacionais. O professor deve ter a oportunidade de discutir como se aprende e como se ensina. Deve também ter a chance compreender a própria prática e transformá-la.

## ■ 5 ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conceito de economia solidária surgiu no final do século XX e tem como princípio a solidariedade no sistema produtivo, se refere à organização de produtores, prestadores de serviços, consumidores, poupadores, credores, entre outros, que se relacionam baseados nos princípios democráticos e igualitários da auto-gestão, promovendo a solidariedade e a justiça entre os membros da organização e todos os demais envolvidos no sistema produtivo (SINGER, 2003, p. 166).

Segundo Singer, até o final do século XIX, “as condições de trabalho eram tão ruins e desesperadoras que a única opção era rebelar-se” (SINGER, 2003, p. 121).

Os operários viviam no pior dos mundos: os salários não eram equivalentes ao mínimo necessário à subsistência; a jornada era definida arbitrariamente pelo empregador; as condições de higiene e segurança eram precárias; mulheres e crianças eram empregadas largamente, recebendo salários ainda menores, sem a mínima garantia de emprego ou contra acidentes (CARDOSO, 2010, p. 70). Nessa época, surgiram os movimentos reivindicatórios que buscavam substituir a figura do empregador no mercado. Sindicalistas e cooperativistas se uniam em vistas à construção de um novo modo do trabalho.

A principal e primeira referência cooperativa que se possui foi concebida e praticada por Robert Owen (1771-1859). Este sempre testou seus ideais sociais com diversas iniciativas, como por exemplo, a indústria têxtil de New Lamark, a colônia cooperativa de New Harmony, o Labor Exchange (Bolsa de Trabalho), entre outras. Todas as tentativas buscavam formas de vida baseadas no comércio, salário e preços justos, calculados conforme o número de horas trabalhadas no processo produtivo (SINGER, 2003).

Os trabalhadores partidários de Owen inventaram a autogestão, cujo princípio fundamental era a democracia para todos, homem, mulher, jovem, velho. Isso vale para as cooperativas até hoje.

No mundo, 1 bilhão de pessoas participam de cooperativas, segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional. E cooperativa não é só cooperativa de trabalho. As cooperativas que têm mais sócios chamam-se cooperativas de crédito e são bancos cooperativos, sendo mais de mil no Brasil, hoje.

Todas estas experiências tinham como princípio a valorização do ser humano sobre o capital e a igualdade de oportunidades, combatendo o individualismo e a concentração de riquezas predominantes na época.

No Brasil, Betinho (Herbert José de Sousa), sociólogo e ativista social, militante político que liderou o “Natal sem Fome”, mobilizou milhões e milhões de pessoas. Isso também está na história da economia solidária. Começou-se a perceber que era preciso fazer alguma coisa direta contra o desemprego, o que acabou fomentando a economia solidária e incentivando a iniciativa econômica de trabalhadores associados. Esse foi um passo decisivo para a criação das incubadoras e cooperativas populares.

A primeira cooperativa foi criada no Rio de Janeiro, em 1994, e agiu especificamente na Maré (Complexo da Maré). As incubadoras tecnológicas e cooperativas populares foram decisivas para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil, e surge como uma nova “forma social de produção”, uma alternativa da sociedade excluída para reorganizar o trabalho clássico em uma nova configuração produtiva, que possibilita a geração de renda e a qualidade de vida.

Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, segundo o Portal do Ministério do Trabalho e Emprego, a Economia Solidária possui as seguintes características:

- a) **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas, etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares;

- e) Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação;
- f) Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais;
- g) Solidariedade: o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

## ■ 6 EJA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A EJA apresenta uma possibilidade de reintegração, socialização e desenvolvimento. A mesma oportuniza que jovens e adultos sejam reconhecidos e valorizados como capazes de produzir, utilizando os aprendizados e habilidades adquiridas durante sua vida, atualizando seus conhecimentos pela troca de experiências e pelo acesso a novas formas de trabalho e cultura. A educação contribui para que essas pessoas consigam formação; nessa perspectiva, Arruda (2006) faz algumas considerações em relação à contribuição da economia solidária no processo de inclusão social e geração de emprego e renda para as classes desfavorecidas, destacando que:

A economia solidária é uma economia centrada no ser humano situada no seu meio natural e, portanto, subordinada à política da partilha e à ética da sustentabilidade da vida. Um meio de

geração de trabalho e renda para gente excluída do mercado capitalista [...] um caminho de emancipação do trabalho humano das cadeias da mera sobrevivência material e da relação social assalariada ou precária. (ARRUDA, 2006, p. 04).

Segundo o autor, a economia solidária é considerada um meio de melhoria para as pessoas mais desfavorecidas que têm poucas condições financeiras, uma baixa escolaridade e estão excluídas do mundo do trabalho. A economia solidária prioriza o trabalho coletivo, todos trabalham para o bem comum e se beneficiam igualmente dos resultados alcançados.

Para aplicar as práticas de economia solidária de forma cooperativa e participativa nos empreendimentos solidários é necessário que a equipe envolvida passe por uma mudança de cultura, de modo que sejam inseridas na economia solidária, pois elas precisam mudar a visão de mundo em relação ao convívio social e econômico. Nesse sentido:

As práticas de economia solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. A economia solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável. (GADOTTI, 2009, p. 33).

Segundo Gadotti, essa mudança de comportamento se dá através de formação. As pessoas envolvidas em empreendimentos econômicos solidários precisam passar por uma formação não só específica, mas de conscientização e solidariedade. Assim, se compreende que não se pode entrar numa cooperativa com mentalidade capitalista (GADOTTI, 2009, p.35).

Para uma empresa solidária ser autogerida precisa-se da união dos grupos, da cooperação e solidariedade uns com os outros. Nesse sentido, os empreendimentos autogeridos são resultados de boa organização dos grupos e a boa qualidade desses empreendimentos é apontada por Gadotti (2009) como forma de ação coletiva. Para formar as pessoas envolvidas com empreendimentos solidários é necessária a contribuição de políticas públicas para o andamento dos negócios. Essas políticas contribuem com a participação em cursos de incentivos, capacitação técnica e outros. A economia solidária está ligada à educação



para a cooperação, e essa formação também se dá pela prática. É importante frisar que na formação prática todos os envolvidos passam por uma transformação em coletivo.

Por sua vez, o professor tem a tarefa de preparar os educandos desde cedo a descobrirem a importância dos negócios, preparando-os através de atividades grupais, envolvendo-os em várias formas de comercialização, empreendimentos que despertam a curiosidade e interesse pela economia solidária e venham futuramente ajudá-los a ingressar no mercado de trabalho como futuros empreendedores do seu próprio negócio.

O objetivo da escola é oferecer aos alunos ferramentas que lhes permitam, além de habilidades, o desenvolvimento de crenças mais positivas em relação às suas próprias capacidades de realização. O educador deve interagir com os educandos, orientando sua aprendizagem e atendendo de forma adequada às suas necessidades, elaborar metodologias de trabalho que favoreçam o desenvolvimento da capacidade de aprender, considerando as individualidades do público formado por Jovens e Adultos.

## ■ 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é fundamental para despertar novas oportunidades de vida, trabalho, educação e participação na conquista da cidadania, através da compreensão crítica da sociedade. Dessa forma, a EJA e a economia solidária caminham juntas, formando o cidadão e o tornando, cada vez mais, preparado para enfrentar as dificuldades, oferecendo ferramentas para descoberta de suas habilidades e contribuindo assim para uma justiça social, econômica e igualitária.

O Brasil vive um momento de crise, onde o índice de desemprego tem crescido e as oportunidades que surgem exigem maior qualificação. É preciso refletir e buscar alternativas para ampliar as oportunidades de trabalho, para isso, é preciso desenvolver novas relações sociais, fortalecer as comunidades e incentivar a sustentabilidade.

O objetivo da escola é oferecer aos alunos ferramentas que lhes permitam, além de habilidades, o desenvolvimento de crenças mais positivas em relação às suas próprias capacidades de realização. O educador deve interagir com os educandos, orientando sua aprendizagem e atendendo de forma adequada às

suas necessidades, elaborar metodologias de trabalho que favoreçam o desenvolvimento da capacidade de aprender, considerando as individualidades do público formado por jovens e adultos.

É preciso implementar políticas de desenvolvimento que possam conectar educação, trabalho e cidadania, de modo que os educadores possam manter sua formação continuada, ter acesso a ferramentas atuais para desempenhar seu trabalho de forma eficiente e dinâmica. Esse é um dos maiores desafios enfrentados pelos educadores.

A busca pela melhoria da qualidade do ensino deve ser uma constante na vida dos educadores, principalmente, quando se espera formar um aluno cidadão, consciente, crítico, ético, criativo e atuante na sociedade em que vive.

## ■ 8 REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. **Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares**. Seminário Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação. Universidade Católica de Salvador e CAPINA – dezembro de 2006.

BANNEL, R. Ings. - Formação discursiva do professor e a construção crítica do saber pedagógico. **Movimento**. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, nº. 4, Niterói, 2001.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) história da educação no Brasil**. Período do Regime militar. Vitória: Pedagogia em Foco 1993.

BRASIL. **Constituição Federal, 1988**. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 15/96 e Emendas constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários na prática educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ação para a liberdade e outros escritos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

**Portal do Projeto Memória**. Disponível em: <[http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/biografia/04\\_biografia\\_pre\\_exilio.html](http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/biografia/04_biografia_pre_exilio.html)>. Acesso em: 17 mai. 2015.

**Portal do Ministério da Educação (MEC)**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/04\\_cd\\_pr.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/04_cd_pr.pdf)>. Acesso em: 16 mai. 2015.

**PortalPedagogiaaoPédaLetra**. Disponível em: <<http://pedagogiaaopedaletra.com/historico-eja/>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

SINGER, Paul. Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão. In: Mariana F. B; ORTELADO, P. **Democracia e autogestão**. São Paulo: Humanitas, USP, 1999.

VALENTE, J. A. **Formação de professores**: diferentes abordagens pedagógicas. Campinas: Unicamp-Nied, 1999.

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A FORMAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO: QUAIS AS IMPLICAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS VIDAS DOS EDUCANDOS

MARIA ANGÉLICA DOS SANTOS<sup>1</sup>  
JOSÉ TARCÍSIO GRUNENVALDT<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi avaliar alguns desafios encontrados pelos alunos da EJA em relação ao mundo do trabalho e quais as implicações da Economia Solidária nas vidas dos educandos. Para a coleta de dados foi desenvolvido um questionário, aberto e fechado, que se propôs analisar o interesse desses sujeitos ao voltarem à sala de aula. O questionário foi constituído de nove perguntas que procuraram obter informações sobre a situação dos alunos, hoje, no mercado de trabalho. O público alvo foram alunos da EJA de uma escola municipal de Cuiabá. A análise das respostas do questionário permitiu concluir que os alunos que voltaram à escola tinham, como meta, um certificado para serem melhor inseridos no mercado de trabalho. Observou-se que a grande maioria desses alunos é do sexo feminino, sobrepondo-se, assim, aos alunos do sexo masculino. Observou-se, também, que boa parte deles trabalha por conta, sem carteira assinada, sendo este mais um motivo para voltar à escola. Também se observou que embora alguns deles já tenham desenvolvido trabalho na modalidade em Economia Solidária, muitos não conhecem essa forma de empreendimento. Os profissionais de educação da referida escola foram incentivados a inserir, em suas aulas, a prática em Economia Solidária para que esses alunos se familiarizem com esse tipo de empreendimento.

**Palavras-Chave:** Educação. Trabalho. Economia Solidária.

<sup>1</sup> Professora da rede municipal de ensino de Cuiabá, MT. E-mail: mariaangeltj@gmail.com.

<sup>2</sup> Pós Doutor em Educação Física – Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: jotagrun@hotmail.com

## ■ 1 INTRODUÇÃO

O tema do presente texto pretende discutir as relações que envolvem questões do mundo do trabalho e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), na realidade de uma escola de Educação de Jovens e Adultos de Cuiabá. Portanto, o objetivo foi investigar e escutar como o ensino e o aprendizado são instigados por esses dois campos, o da educação e o do trabalho. A análise deu ênfase ao ensino na modalidade EJA e a como a Economia Solidária é vista por esses sujeitos, tendo em vista que essa clientela voltou à sala de aula depois de décadas e outros nunca estiveram na mesma. Percebe-se, assim, que muitos regressaram ou inauguram sua relação com a escolaridade em busca de novas formas de aprendizado para melhor se adequarem aos mundos do trabalho. Optamos por *mundos do trabalho* e não simplesmente *mundo do trabalho*, pelo fato de entendermos que os processos de trabalho foram se modificando ao longo dos tempos, respondendo a uma certa condição determinante dos materiais, à energia e a informações disponíveis. Mundos porque são trabalhos que exigem do trabalhador, tanto qualificação tecnologicamente adequada às inovações da tecnologia, bem como há nichos em que prevalece a utilização da mão de obra mais simples.

Ao se referir aos três condicionadores/determinantes (os materiais, a energia e a informações) o Projovem Urbano (2008) considera que:

A combinação desses três elementos promove diferentes tipos de processo de trabalho como o trabalho em linha, em grupo ou artesão. Vemos também algumas dessas características na prestação de serviços. Trabalhamos o conceito de qualidade e um método que permite identificar causas de problemas em processo de trabalho. (PROJOVEM URBANO – GUIA DE ESTUDO, 2008, v. 3, p. 295)

Ressaltamos, neste trabalho, a importância do sujeito da EJA no mundo do trabalho e as implicações da Economia Solidária na vida dos mesmos, frente à exclusão social e histórica daqueles que declaram não saber ler e escrever, que têm como objetivo voltar à sala de aula a procura de aperfeiçoar seus saberes para melhor se inserirem no mercado de trabalho, mercado esse que se baseia no modelo capitalista, no qual o individualismo na luta entre trabalhadores é

constante para que vença o melhor, ou seja, aquele que responde às exigências da lógica do ponto de vista desse mercado.

Para dar cabo ao trabalho, foi necessário levantar algumas questões norteadoras, com vistas a nos dar suporte e a delimitar nossa busca. Dentre elas se destacam: 1. Os alunos da EJA já trabalham? 2. Esse trabalho se dá na esfera da formalidade ou da informalidade? 3. A ida ou a volta à escola se deu por conta das necessidades postas pela realidade do trabalho? 4. Os conteúdos das disciplinas da EJA têm relação com o trabalho no dia a dia do estudante trabalhador? 5. O currículo da EJA ao ser elaborado, incorpora as exigências da realidade cotidiana dos educandos?

O texto, resultante do trabalho realizado, evidencia que é possível lutar pelos direitos coletivos de mulheres e homens, que não precisam se submeter ao sistema capitalista e que existem outras formas, como a Economia Solidária, que resgata o saber já adquirido pelo indivíduo e faz a junção do que aprendem nas escolas e que as escolas, ao dialogar com princípios da Economia Solidária, retomam a bandeira de transformação social, libertação e emancipação dos Jovens e Adultos.

## ■ 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Educação de Jovens e Adultos

Educação é um processo contínuo do sujeito em busca de libertação de todas as formas de opressão, de condenação e de exclusão na sociedade capitalista em que se vive. Nesta, têm-se poucos direitos e muito deveres e homens que trabalham muito com remuneração baixíssima, obrigados a fazer o impossível para serem rotulados como “BONS”.

Uma forma de libertar os homens dessas amarras da sociedade industrial e do trabalho assalariado, que o oprime, é dar-lhes oportunidades de uma boa educação “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si”. Para Paulo Freire, educação se dá em uma troca de experiências e de saberes; os alunos que ingressam na EJA procuram, muitas vezes, essa troca. Sujeitos que há muito tempo procuram oportunidade de mostrar que são mais que mão-de-obra e, sim, pessoas pensantes, com capacidade e sabedoria suficientes para mudar pensamentos de desigualdade arraigados na sociedade em que vivem.

Sendo assim, a sociedade capitalista, ao marginalizar, tira dos sujeitos oportunidades de ampliar seus horizontes. Essa massa de pessoas, criada pela própria sociedade na qual quem tem menos recursos, vive em situações de pobreza extrema, de falta de oportunidade e motivação para ingressar na escola e resgatar o que lhes foi tirado ou negado.

Em oposição a essa naturalização da sociedade e dos homens, cabe à EJA ajudar esses sujeitos a trilhar esse caminho alternativo ao capitalismo, contrapondo-se à formação para o trabalho mediado pela Teoria do Capital Humano, levando-os a serem pensantes e fazedores de saberes.

A modalidade da EJA com base na Economia Solidária romperá com o paradigma da Teoria do Capital Humano para a formação para o trabalho. De modo que a EJA-ECOSOL poderá contribuir para a valorização das múltiplas culturas e possibilitar o direito a uma educação ao longo da vida, desmontando os preconceitos, passando assim, a considerar esses sujeitos como ponto principal do conhecimento, com diferentes percursos e projetos formativos em suas histórias de vida. Assim, o educando encontrará alternativas viáveis social/econômica e educativa. A ECOSOL trata de temas de organização social e econômica mais justas e igualitária, diferenciando-se do sistema capitalista que desvaloriza os seres humanos como seres que podem pensar.

Em contraposição ao movimento orientador da modernidade em que as relações humanas da razão prática foram reduzidas ao uso imperante da razão instrumental que organiza sujeitos como objetos da organização capitalista, a Economia Solidária poderá ser um antídoto a esse reducionismo dos sujeitos a um instrumento do capital.

Nesse sentido, ao analisar dois projetos de sociedade da modernidade contemporânea, Gadotti nos ensina que:

No século que findou, dois projetos de sociedade fracassaram relativamente ao processo civilizatório: um porque privilegiou o eu, eliminando o nós; o outro porque privilegiou o nós, desconsiderando o eu. Neste novo século, confrontam-se dois projetos antagônicos de sociedade: um subordina o social ao império do mercado; outro prioriza o social. Faz-se necessário construir um projeto de sociedade onde o ser humano seja resgatado na sua plenitude de eu e nós, com base na prioridade

do social sobre o econômico. Para que este novo mundo seja possível, é necessário que toda a humanidade entenda e aceite a educação transformadora como pré-condição. Tem como pressupostos o princípio de que ninguém ensina nada ninguém e que todos aprendem em comunhão, a partir da leitura coletiva do mundo (GADOTTI, 2006, p. 20).

Em consonância com a assertiva de Gadotti (2006), para que a educação tome uma direção mais razoável é preciso uma desestruturação e uma reconstrução da própria natureza do homem, não só nos modos de pensar a educação, mas ao estabelecer novos interesses e novos valores.

É necessário saber viver o social aprendendo com o outro convivendo com as diferenças e, juntos, construir uma sociedade melhor e igualitária, contribuindo ao desafio de crescer e evoluir em todas as áreas, pois: “Estar com o mundo implica necessariamente estar com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2002, p. 20).

Sobre a realidade de o mundo parecer existir sob o signo da velocidade, do triunfo da técnica e da onipresença da competitividade, entre outros fatores que afetam as relações sociais, no início do século XXI, Santos (2001) adverte que juntos tais aspectos contribuem,

(...) para que a ideia de velocidade esteja presente em todos os espíritos e a sua utilização constitua uma espécie de tentação permanente. Ser atual ou eficaz, dentro dos parâmetros reinantes, conduz a considerar a velocidade como uma necessidade e a pressa como uma virtude. Quanto aos demais não incluídos, é como se apenas fossem arrastados a participar incompletamente da produção da história. (SANTOS, 2001).

Na plenitude do exercício de sua intelectualidade, o autor parece brincar com o conceito de velocidade, quando destaca que entre um mundo com sujeitos seduzidos pelo frenesi da velocidade e outro movido por sujeitos que preferem o motor da lentidão, as duas possibilidades são permitidas, pois cabe ao sujeito a escolha entre uma e outra. Ao destacar que a grande maioria das pessoas dos conglomerados empresariais e das instituições não lança mão das velocidades tecnicamente possíveis e grande parte continua sobrevivendo na



lentidão, o autor entende que não há impedimento de que do ideário dominante “em todos os arcanos da vida social, surgirá uma existência com ritmos cada vez mais acelerados” (SANTOS, 2001).

Destacaremos duas passagens do autor em que é possível perceber a ambivalência dos tempos, que coexistem como se estivessem impelindo uma “fuga para frente”.

A necessidade, sempre presente, de competir por um mercado que é uma permanente fuga para a frente conduz a essa espécie de endeuçamento da técnica, autorizando os agentes vitoriosos a manter sua posição de superioridade sobre os demais. Na medida em que as grandes empresas transnacionais ganharam dimensões planetárias, a tecnologia se tornou um credo generalizado, assim como a velocidade. Ambas passam a fazer parte do catecismo da nova fé. (SANTOS, 2001).

Ao destacar que no passado, a ordem mundial pôde, em diversos momentos da história, ser construída mediante a não-obediência aos ditames da técnica mais moderna e que existe a possibilidade de construção de uma “casa coletiva”, ele ousa, diante dos ditames da permanente fuga para frente, fazer uma apologia à lentidão, quando destaca que a casa coletiva:

Será um mundo no qual os que desejarem ter pressa poderão fazê-lo livremente e no qual os que não são apressados serão fortalecidos, de modo a poder pensar na reconstrução da paz mundial e na luta por uma convivência social digna e humana dentro de cada país. (SANTOS, 2001).

Essa nos parece, sem dúvida, um dos maiores desafios da Educação de modo geral e, especialmente, da Educação de Jovens e Adultos: quando está em questão a formação humana para a vida e para a convivência fraterna e de tolerância com o que é diverso daquilo que somos.

## **2.2 A formação para o mundo do trabalho**

Ao observar com acuidade a ambiência da EJA percebe-se a necessidade de ressaltar os anseios dos educandos com relação ao trabalho; cabe pensar

sobre o tema trabalho para o currículo da EJA, no qual educador e educando aprendem juntos. É na troca dos saberes do cotidiano e das experiências dos educandos oriundas da comunidade e o conhecimento escolar sistematizado que as novas aprendizagens serão mais significativas para os alunos, tendo em vista que o conhecimento aprendido na escola vai ser uma lente que lhes facilita a leitura da realidade cotidiana; sendo assim, ambos têm muito a compartilhar. Portanto, cabe estabelecer uma relação participativa e coletiva desta nova proposta curricular da EJA com a Economia Solidária, com a mediação do diálogo entre ambas.

Para Singer (1998), a Economia Solidária é mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social. Ele assevera que:

A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, de crédito e de produção, que datam do século passado. Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes a ocupações de fazendas por trabalhadores sem-terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias. Essas formas reativas, abandonadas a si, tendem a ficar marginalizadas, por terem pouca significação social e pequeno peso econômico. Mas, elas têm um respeitável potencial de crescimento político, se o movimento operário – sindicatos e partidos – apostar nelas como alternativa viável ao capitalismo.

Está comprovado que cooperativas de espécies complementares podem formar conglomerados capitalistas. Mas, as cooperativas carecem de capital. É o seu calcanhar-de-aquiles. Se o movimento operário, que partilha o poder estatal com o capital, quiser alavancar o financiamento público da economia solidária, a cara da formação social vai mudar. Um novo modo de produção pode se desenvolver, este capaz de competir com o modo de produção capitalista. (SINGER, 1998, p. 181-182).

Ao se estabelecer uma comparação entre a Economia Solidária com o sistema capitalista, percebe-se que nada há de natural nisso porque exige dos sujeitos o ser solidário e não viver mais pela competitividade. Para isso, é preciso reeducar o ser humano coletivamente; a educação popular possui uma linguagem do sujeito, criada por eles na própria comunidade, que ajudará nessa reeducação.

“A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tão pouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67). Há uma movimentação nos últimos anos em favor da educação de jovens e adultos: mutirões têm sido organizados, projetos são lançados em torno dessa modalidade de ensino.

O desafio da educação é investigar, coletivamente, envolvendo todos os personagens da formação, descobrindo o mundo na busca de caminhos que favoreçam transformações políticas, sociais, econômicas e culturais.

Vivemos em momentos críticos de lutas, debates e cobranças do poder público; espera-se por mudanças significativas através quais todos possam desfrutar do que realmente é dever do governo oferecer, como: Educação, Saúde e Segurança. Enfim, a sociedade precisa usufruir realmente dos bens materiais e culturais socialmente produzidos. Ainda paira no ar certo temor e incerteza quanto a haver, realmente, essa possibilidade. Freire se referia a uma época vivida no final dos anos 50 e início dos anos 60, e destacava que:

O Brasil vivia exatamente a transição de uma época para outra. A passagem de uma sociedade ‘fechada’ para uma sociedade ‘aberta’. Era uma sociedade se abrindo. A transição era precisamente o elo entre uma época que se desvanecia e outra que se formava. Por isso é que tinha algo de prolongação e algo de penetração. De prolongação daquela sociedade que se desvanecia e na qual se projetava querendo se preservar. De penetração na nova sociedade anunciada e que, através dela, se incorpora na velha. Essa sociedade brasileira estava sujeita, por isso mesmo, a retrocessos na transição, na medida em que as forças que encaram aquela sociedade, na vigência de seus poderes, conseguissem sobrepor-se, de uma forma ou de outra, à formação da nova sociedade. Sociedade nova que se oporia necessariamente à vigência de privilégio, quaisquer que fossem

suas origens, contrários aos interesses do homem brasileiro.  
(FREIRE, 1979, p. 65-66)

Embora os dois momentos apresentem diferenças, ambos merecem atenção para que possa haver acertos. O que se percebe é mudança de um determinado modelo de sociedade. Será bom refletir em relação a que mudanças realmente quer: se é suprir o desejo de possuir o que não se tem, sem se importar com a desvalorização do ser humano. Porque, às vezes, há uma ilusão de se estar tudo bem, quando realmente não está e o homem continua escravo do sistema.

Para que aconteçam realmente as mudanças, é necessário começar pela redução de desigualdade: percebe-se, hoje, que poucos têm muito e muitos não têm quase nada; seria bom começar por partilhar solidariamente os bens disponíveis. Para que isso aconteça, é preciso uma reconstrução do pensar do homem, o aprender partilhar e saber servir. Leonardo Boff reclama dessa falta de afetividade e da harmonia da vida dos seres humanos, quando diz:

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modo de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano é primariamente ser mais e não ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos poderemos forjar soluções incluídas (BOFF, 2002).

Concordo que para sobreviver nessa sociedade dilacerante temos que apelar pelo bom senso ou correr atrás do prejuízo enquanto ainda é tempo. Percebeu-se na Economia Solidária uma linha a ser seguida a qual leva exatamente ao ponto abordado pelo autor. E, quando se fala em educação, nada melhor que abordar o tema “Economia Solidária”. O sujeito da EJA precisa procurar

nas escolas mais que um simples certificado, necessita aprender a buscar uma qualificação que o valorize e que lhe dê oportunidade de trabalhar solidariamente. O processo educativo modifica o enfoque das relações onde o sujeito é valorizado, reconhecido e inserido em princípios de cooperativas e da solidariedade; por esse motivo, a proposta da Educação deve afetar o grupo social em seu processo educativo.

### ■ 3 METODOLOGIA

Como instrumentos para coleta de dados utilizou-se o questionário quantitativo. Segundo Gil (2006), questionário é um conjunto de questões elaboradas pelo pesquisador que se caracteriza como um meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de garantir o anonimato do pesquisado.

Para Chizzotti (2005, p. 55):

O questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes, respostas por escrito ou verbalmente sobre assunto que os informantes saibam opinar ou informar. É uma interlocução planejada.

Neste sentido, justifica-se a utilização de tal instrumento para a obtenção dos dados da temática estudada. O questionário foi composto por perguntas fechadas e abertas, algumas sobre os dados de identificação dos sujeitos, tais como: nome, sexo, local de trabalho, se aposentado ou não, se possui carteira assinada ou não, se é autônomo ou não. Em caso de trabalhar, quanto tempo trabalha, entre outros aspectos.

Utilizou-se como método a aplicação de questionário quantitativo com alunos da 2ª fase da Escola Municipal Jesus Criança e CCI João Guerreiro. Com objetivo de saber o porquê e qual o verdadeiro interesse desses sujeitos voltarem à sala de aula e como a Economia Solidária implica na vida desses indivíduos. A amostra envolveu 20 alunos com idade média de 45 a 79 anos, sendo quinze mulheres e cinco homens, dos quais 11 trabalham, dois em construção civil, um pipoqueiro, uma babá, dois do lar, duas artesãs, uma costureira, uma

vendedora e uma comerciante. Sete trabalham por conta própria e cinco sem carteira assinada; entre os nove, dois pensionistas e sete aposentados, todos alunos de uma escola municipal de Cuiabá. Sendo que este instrumento com nove perguntas abertas avaliam a situação atual de cada sujeito no mercado de trabalho. Cada pergunta do referido questionário procurou verificar os seguintes aspectos.

*Está trabalhando?*

*Trabalha em que e onde?*

*Há quanto tempo?*

*Este trabalho é um empreendimento solidário (exemplo: cooperativa/associação)? Acha que a escola contribui para pensar nas questões do mundo do trabalho/geração de renda?*

*Para você, Economia Solidária é geração de trabalho e renda?*

*Você acha que de algum modo essa escola auxilia na possibilidade de trabalhar num empreendimento desses?*

*Que trabalho os professores fazem na escola que você acha que contribuem para um trabalho de geração e renda na perspectiva da Economia Solidária? Para que trabalho as escolas formam: mais para o mercado formal ou para o trabalho em Economia Solidária?*

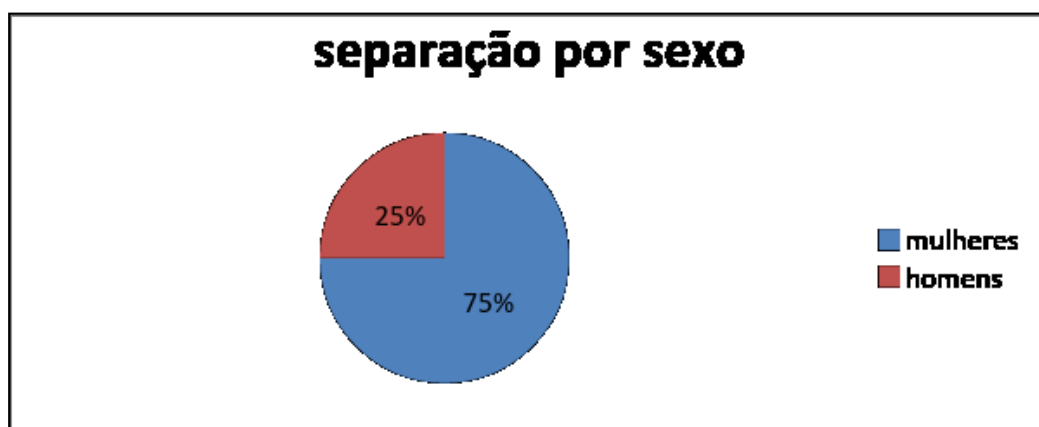
## ■ 4 ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com os dados coletados foi possível identificar o pouco conhecimento que os alunos têm na modalidade de ensino na Economia Solidária, que procuram as escolas não para se qualificar e sim em busca de um certificado.

Desta forma foi possível constatar que 11 dos alunos estão ativos no mercado de trabalho, embora uma grande parte deles esteja no mercado informal. Por esse motivo, procuram as escolas para adquirir um certificado, visando uma melhor colocação no mercado de trabalho.

No entanto, conforme demonstra o Gráfico 1, 15 dos entrevistados são mulheres e estão em pleno exercício de trabalho e 5 são homens e ambos estão no trabalho informal. Por meio deste gráfico percebe-se que a grande maioria que procuram as escolas são mulheres.

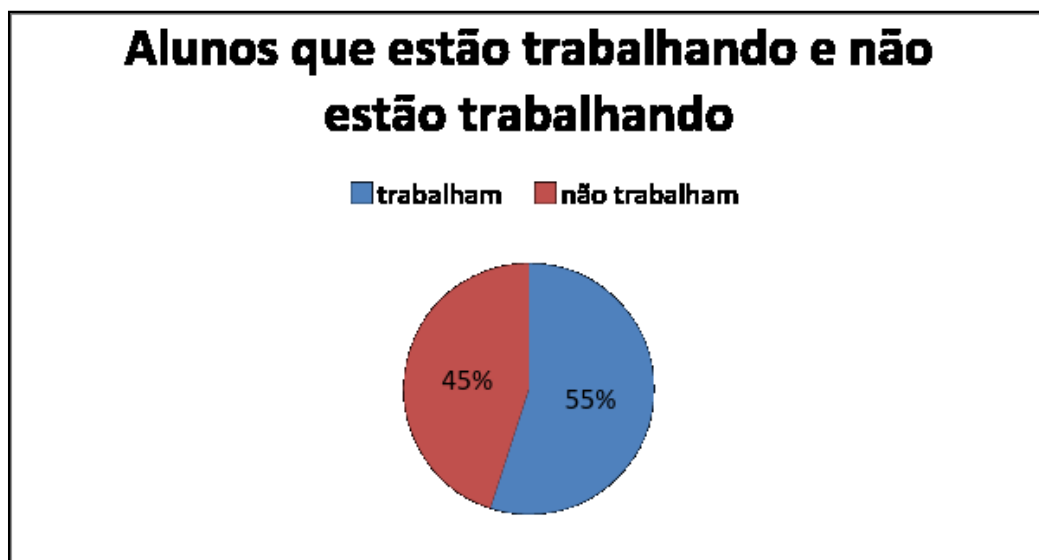
**Gráfico 1** – Separação por sexo.



**Fonte:** Construção da autora

A partir dos resultados apresentados no Gráfico 2, observou-se que nove não estão trabalhando e 11 estão trabalhando.

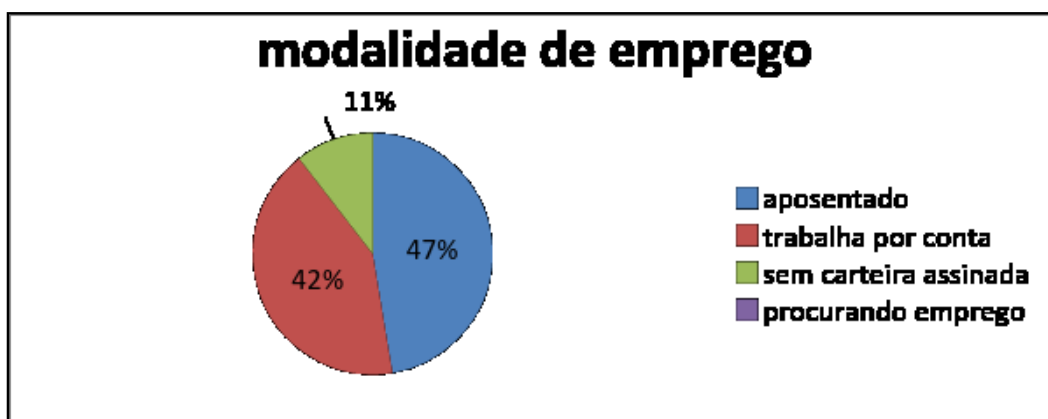
**Gráfico 2** – Alunos que estão trabalhando e não trabalhando



**Fonte:** Construção da autora

O Gráfico 3 apresenta as categorias em que esses alunos estão compreendidos, sendo dentre eles nove aposentados. Oito trabalham por conta, dois trabalham sem carteira assinada e um está procurando emprego.

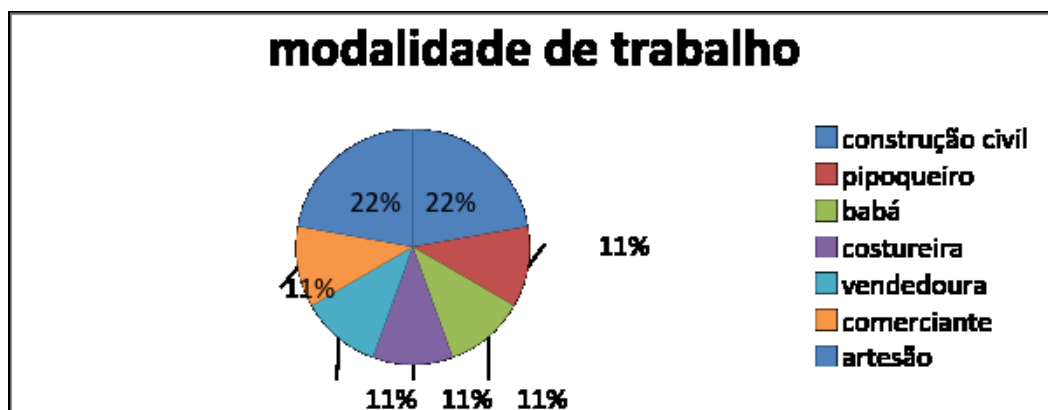
**Gráfico 3 – Modalidade de emprego**



**Fonte:** Construção da autora

De acordo com os itens da questão representada no Gráfico 4, observa-se a modalidade de trabalho dos alunos entrevistados, sendo que dois trabalham na construção civil, um é pipoqueiro, uma babá, três do lar, uma costureira, uma vendedora, uma comerciante, dois artesãos.

**Gráfico 4 – Modalidade de trabalho**



**Fonte:** Construção da autora

## ■ 5 CONSIDERAÇÕES

Este trabalho teve como objetivo investigar fatores que levaram à volta dos alunos à sala de aula de uma escola municipal em Cuiabá, MT. Quais seus anseios e busca. E, ao trazer valores e princípios da Economia Solidária para sala de



aula, quebramos paradigmas problemáticos que ofuscam a visão da diversidade, do companheirismo e do aprender conviver solidariamente, desrespeitando o aluno quando se impõe conteúdos fora de sua realidade, fazendo perguntas que eles não sabem, ao invés de instigar, pesquisar seus saberes, aproveitar o que trazem em sua bagagem, seus verdadeiros anseios e desejos para o futuro. Ao trabalhar Economia Solidária e EJA há um ganho porque aquela explora o que os alunos já sabem articulando, assim, o saber popular ao científico.

No entanto, ressalto que de acordo com os dados coletados observei que os sujeitos da EJA estão à procura de certificados para melhor serem inseridos no mercado de trabalho e que poucos praticam a modalidade em Economia Solidária

Por fim, de acordo com os estudos realizados por Singer (2005), vários fatores indicam que há necessidade de inserção da Economia Solidária no currículo escolar da modalidade Educação de Jovens e Adultos. Pois, seus alunos precisam conhecer, além do sistema capitalista que marginaliza e oprime o ser humano, outras formas de trabalho, as quais possibilitem a liberdade para esses sujeitos evoluir, ter força de expressão e procurar na escola mais que um mero certificado e, sim, algo que valorize seu saber.

Para os profissionais da EJA, destaco a relevância do incentivo à prática em Economia Solidária para que os educandos dessa modalidade de ensino saiam das escolas com algo mais que um certificado, uma ampla base de trabalho mais digna e solidária.

## ■ 6 REFERÊNCIAS

BOFF, L. **A carta da terra**: preâmbulo. Unesco, 14/03/ 2002.

BRASIL. **Guia de Estudo**: Unidade Formativa III/[Organização: Maria Umbelina Caiafa Salgado, Ana Lúcia Amaral; Revisão Leandro Bertoletti Jardim]. – Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens \_ Projovem Urbano, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Terceiro mundo e teologia, carta a um jovem teólogo**, São Paulo, 1979.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, M. **O novo século das luzes**. Folha de S. Paulo. Mais! 14 jan./2001.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2002.

# A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA PESSOA IDOSA E O PAPEL DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS

ANA LUÍZA DIAS FERREIRA VILLANOVA<sup>1</sup>

ROSE CLÉIA RAMOS DA SILVA<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo busca apresentar uma pesquisa sobre o curso de especialização em EJA e ECOSOL voltada para a questão do Idoso, desenvolve questões teóricas e práticas para justificar a sua permanência no espaço escolar. O Estatuto do Idoso, em seu artigo 2º, determina a necessidade de garantir à pessoa idosa todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua saúde física e mental, bem como o seu aperfeiçoamento intelectual. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo a análise do idoso e a sua necessidade de frequentar um espaço escolar. A importância desta pesquisa reside na reflexão da relevância do espaço educativo para aqueles que se encontram no processo de exclusão e que já se tornaram inativos para o mercado de trabalho, ou seja, o aposentado. Para isso, serão abordados e examinados no decorrer deste trabalho os direitos dos idosos de acordo com o que é garantido pelo Estatuto do Idoso. Como o foco desta pesquisa foi voltado para o campo educacional, em especial a pessoa idosa, foi realizado um questionário descritivo com alunos do Centro de Convivência dos Idosos do Bairro Novo Horizonte, em Cuiabá/MT. Por esta razão, este é um estudo de natureza descritiva e exploratória sobre a instituição pública que atende idosos em Cuiabá/MT, no referido centro de convivência. Os dados da pesquisa mostram a importância de conhecer o perfil dos idosos, como maneira de formular propostas educativas voltadas para cooperação e solidariedade.

**Palavras-chave:** EJA. Idoso. Economia Solidária.

1 Ana Luíza Dias Ferreira Villanova, Pedagoga graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso (1989). Área de atuação: Educação (Professora das séries iniciais). Professora efetiva da Rede Pública Municipal. Atualmente, desempenha sua função de professora da EJA regular e Educação de Idosos. E-mail: villanovaanaluz@gmail.com.

2 Rose Cléia Ramos da Silva, Professora Doutora do Instituto de Educação e Programa de Pós Educação da UFMT. Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão e Financiamento da Educação Básica. Tem se dedicado ao estudo de temas na área de gestão, financiamento da Educação Básica pública e controle social.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste artigo é discutir sobre a expectativa da pessoa idosa em relação ao seu processo de escolarização na Educação de Jovens e adultos. Problematiza-se com a seguinte questão: Qual é a expectativa da pessoa idosa com a educação-escolar, quando apresenta defasagem de escolarização já na terceira idade?

A relevância da temática em pauta deve-se às novas descobertas da importância da escolarização nessa faixa etária e do compromisso político e social com os idosos na sociedade, considerando as políticas públicas com leis que protegem os idosos e promovem uma nova sociabilidade. Nesse sentido, a EJA voltada para o sujeito idoso, acompanha atualmente, um modelo de sociedade que aposta na longevidade e em melhor qualidade de vida.

Os sujeitos são os estudantes do Centro de Convivência do Idoso (CCI) Aidedê Pereira do Nascimento, situado no bairro Novo Horizonte. São idosos entre a faixa etária dos 60 aos 70 anos de idade, carentes, com baixo poder aquisitivo e que moram no próprio bairro ou adjacências, participam das atividades promovidas pelo Centro de Convivência que são elas: de natureza pedagógica, de física laboral, fisioterapias, de ações sociais como informações sobre os direitos de aposentadorias, assistência médica, artesanato, recreação, alimentação, etc.

Na turma há um percentual maior de mulheres. Verificando este interesse dos nossos alunos em frequentar assiduamente as aulas de alfabetização, questionamos: qual será o real interesse desses estudantes? Quem são esses sujeitos que buscam continuidade da escolarização nas atividades desenvolvidas no CCI? O que realmente eles pretendem com a formação escolar? Como e com quem vivem em suas casas? É certo que o CCI faz bem, pela alegria que percebemos, vamos investigar e saber o porquê.

A metodologia deste estudo privilegia a abordagem qualitativa e o tipo de pesquisa descritiva e exploratória, utilizando a técnica de questionário semiestruturado aplicado a um universo de quinze sujeitos, alunos do CCI, do bairro Novo Horizonte em Cuiabá/MT. Os participantes compõem a classe da alfabetização, os questionários foram respondidos pelos próprios alunos com auxílio da professora. A escolha pela abordagem qualitativa refere-se à compreensão das discussões teórico-metodológicas que dão ênfase à subjetividade e

não à objetividade. Tolfo (2009) diz que a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social.

Este artigo está estruturado com os seguintes tópicos: no primeiro tópico, será abordado sobre o Centro de Convivência dos idosos: um espaço para os idosos que apresenta o lugar que acolhe os alunos que já são considerados idosos. No segundo tópico, será abordado o panorama do Idoso no Brasil, descreveremos sobre as garantias conquistadas de acordo com o Estatuto do Idoso. Por sua vez, no terceiro tópico será tratado sobre o aspecto do Currículo voltado para a Solidariedade, que reforça a proposta da EJA Economia Solidária com uma vertente para ações educativas ligadas à cooperação e afetividade. O quarto e último tópico trata sobre as condições objetivas de vida dos alunos idosos e os seus reflexos para o trabalho pedagógico e as considerações finais que tratam das constatações deste estudo.

## ■ 2 O CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS CCI UM ESPAÇO SOCIAL PARA O IDOSO

Situado no bairro Novo Horizonte como sala anexada EMEB Jescelino Reiners, o Centro de Convivência Aideê Pereira do Nascimento foi inaugurado no dia 1º de outubro de 1999. Este Centro de Convivência é um espaço público da estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, com a proposta de nova modalidade de atendimentos aos idosos, através de atividades física, cultural, educacional, saúde e lazer. Esta Unidade recebe o nome de Aideê Pereira em homenagem à Sra. Aideê Pereira do Nascimento, natural de Guiratinga MT, nasceu no dia 23 de junho de 1943 e teria vindo para Cuiabá no ano de 1985. Era comerciante no bairro, e faleceu 26 de julho de 1998. Por prestar relevantes serviços à comunidade teve seu nome indicado para receber a homenagem, tanto pelo líder comunitário Sr. José Juarez da Silva, como pelo vereador Ivan Evangelista.

Inicialmente, por volta da década de 1980, esta Unidade era ocupada pelo Clube de Mães do Bairro, presidido pela Sra. Eni Vilela. O Clube de Mães Novo Horizonte levava o seu nome, mas posteriormente em 1º de outubro de 1999 foi transformado em Centro de Convivência para Idosos, sendo o primeiro Centro de Convivência implantado em Cuiabá, segundo as informações do histórico do CCI Novo Horizonte.

De acordo com a Cartilha do Idoso, o CCI tem por objetivo promover uma programação diversificada de oficinas e atividades planejadas que estimulem conhecimentos, contemplando os pilares determinantes do Programa de Envelhecimento Ativo da Organização Mundial da Saúde (OMS), contribuindo com os principais aspectos biopsicossociais do envelhecimento com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do idoso, estimulando sua independência e autonomia.

Atualmente os CCIs, que são quatro na grande Cuiabá, passam por restrições de horário de seus atendimentos de tempo integral para meio período. Esta situação é causada, nos CCIs, pela falta de repasse de verbas federais, mas as unidades já se encontram em luta e mobilização, considerando o direito aos recursos destinados que são estabelecidos por lei.

No Centro de Convivência Aideê Pereira do Nascimento o objetivo é atender as pessoas a partir dos 60 anos e seus familiares, direta e indiretamente. Os nossos estudantes do CCI Aideê Pereira do Nascimento são idosos entre a faixa etária dos 60 aos 70 anos, carentes e de baixo poder aquisitivo, que moram no próprio bairro ou adjacências.

A partir das atividades educacionais desenvolvidas no CCI - Centro de Convivência dos Idosos compreende-se as razões que motivam as pessoas idosas a voltar para a escola. As aulas de alfabetização são um reforço para o desenvolvimento da leitura e escrita. E as atividades do CCI promovem vitalidade e alegria, elevando sua autoestima. Além das atividades pedagógicas, fazem ginástica laboral, fisioterapias, recreativas (baile) de ações sociais como informações sobre os direitos de aposentadorias e outras assistências; encaminhamento para consulta e outras providencias médicas e etc.

A atividade de alfabetização funciona no período matutino. Ao chegar, eles tomam o café da manhã e em seguida vão para sala de aula. No decorrer da semana são ofertadas atividades de ginástica laboral ou fisioterapia àqueles que são encaminhados pelo médico, mas é interessante ver o rigor que os alunos apresentam com as tarefas escolares, não gostam de perder aula e quando faltam, são por motivos que realmente os impedem. Atualmente, este Centro de Convivência conta com 377 idosos cadastrados, que participam de atividades educacionais, de assistências médicas e sociais. No ano de 2014 o Centro de Convivência passou por reforma geral, para construção e adequação na sua

estrutura física com a finalidade de expandir os atendimentos realizados, bem como proporcionar atendimentos com qualidade e eficiência aos seus usuários.

A luta por uma melhor condição de vida e de qualidade está ganhando força devido à participação e à organização do idoso na busca para garantir os seus direitos. Com o aprimoramento da leitura e escrita, os estudantes ampliam o conhecimento e visão crítica; já conhecendo seus direitos e lutando por eles em participações de Fórum na Semana do Idoso e outras manifestações. A contribuição da leitura para o conhecimento do Estatuto do Idoso é significativa para o avanço das discussões. Esta dinâmica faz parte dos conteúdos trabalhados na sala da alfabetização do CCI.

A Cartilha Educativa foi elaborada pela pasta da ação social do município de Cuiabá que leva até o idoso o seu teor de conhecimento. Para o sujeito entender por si próprio e ter autonomia é preciso saber ler, o que é uma grande conquista para nossos estudantes. De acordo com Paulo Freire (2011, p. 29) “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”. É preciso chamar a atenção para o fato de que no Brasil um grande contingente de idosos não é alfabetizado.

O Estatuto do Idoso (a Lei nº 10.741/2003) é o instrumento normativo que amplia os direitos dos cidadãos com idade acima de 60 anos. Mais abrangente que a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994), o Estatuto institui penas severas para quem desprezar ou abandonar cidadãos da terceira idade. Os direitos assegurados pelo Estatuto são relacionados à Saúde, ao Transporte Público, ao Trabalho, à Violência e Abandono.

Destacam-se algumas leis municipais referentes à pessoa idosa, na qual muitos idosos em condições de vida menos favorecidos, têm a oportunidade de igualdade aos outros em relação aos seus direitos de cidadania, quais sejam:

- a) Lei Municipal nº 2.151/1984: Dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo, em Cuiabá, para pessoas com idade superior a 65 anos, e dá outras providências.
- b) Lei Municipal nº 2.935/1991: Obriga as casas de espetáculos (cinemas, teatros, circos e similares) instalados no município de Cuiabá, a fornecer e aceitar o ingresso para idosos à metade do preço normal.
- c) Lei Municipal nº 2938/1991: Dispões sobre o atendimento prioritário das pessoas que menciona em agências bancárias.

- d) Lei Municipal nº 3.052/1992: Prioriza o atendimento às pessoas idosas com mais de sessenta anos na rede municipal de saúde.
- e) Lei Municipal nº 3.162/1993: Dispõe sobre o conselho municipal de defesa dos direitos da pessoa idosa.
- f) Lei Municipal nº 6.743/1996: Dispensa os aposentados e pensionistas do pagamento de passagens em ônibus intermunicipais, no estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- g) Lei Municipal nº 3.710/1997: Cria o dia municipal de vacinação da pessoa de terceira idade (idoso), e o programa de vacinação em pessoas de terceira idade – idoso; internados ou recolhidos em instituições geriátricas e dá outras providências.
- h) Lei Municipal nº 3.755/1998: Cria o fundo municipal de apoio à política do idoso – FUMAPI e dá outras providências.
- i) Decreto Municipal nº 3.528/1998: Regulamenta o Fundo Municipal de apoio à política do idoso – FUMAPI, e dá outras providências.

É nesse contexto de esclarecimento dos direitos que se faz necessária a proposta de escolarização dos idosos que frequentam os CCI, que não é uma escola, mas um centro de desenvolvimento de processos educacionais que buscam contribuir no processo de formação escolar, em que as ações pedagógicas venham a promover a conscientização do Idoso, pela necessidade de lutar pelos seus direitos, promovendo valorização do ser humano e edificando sua cidadania.

### ■ 3 PANORAMA DO IDOSO NO BRASIL

As estatísticas indicam que em 2025 o Brasil ocupará o 6º lugar no que diz respeito aos países envelhecidos<sup>3</sup> (MATO GROSSO, 2014, s. p.). Em Cuiabá, temos 27.700 idosos, sendo que somente 5,06% usufruem de benefícios concedidos via Secretaria de Bem-Estar Social<sup>4</sup> (MATO GROSSO, 2014, s. p.). Muitos idosos, atualmente, compõem uma parcela da população que aumentou expressivamente nas últimas duas décadas: os inativos. A ONU divide os idosos em três categorias: os pré-idosos (entre 55 e 64 anos); os idosos jovens (65 e 79 anos) e os idosos de idade avançada (com mais de 75 ou 80 anos).

3 Estes dados foram retirados da cartilha do idoso, confeccionado pela Prefeitura de Cuiabá.

4 Idem.



A expectativa de vida dos brasileiros toma proporção na mídia e busca alternativas para ter saúde física, psíquica e social. A alimentação e as atividades físicas são atributos para ter saúde na terceira idade, o que gerou maiores gastos com a previdência social e mudanças necessárias; como exemplo, citamos a reforma no CCI Aideê com sala de ginástica com adequação de aparelhos de ginástica e atualmente está se mobilizando para construção de piscina para aulas de hidroginástica, dentre outros espaços.

Neste sentido, Paula (2009, p. 37) refere que no Estatuto do Idoso há uma junção, que é vista também no próprio título do Capítulo V, entre lazer, cultura e esporte, como se fossem todos resumidos num único direito. Essa dissolução do direito à educação em meio a outros direitos parece ter a finalidade de ocultar a reduzida efetividade obtida pelo Estatuto, no que se refere às conquistas no âmbito educacional. Sem acesso a programas de alfabetização ou educação fundamental nesses níveis iniciais e básicos é indispensável para a compreensão mínima do universo cultural que nos cerca.

A Educação de adultos, inclusive dos idosos, revela-se como uma problemática, cujo entendimento exige um olhar rigoroso, bem como análises e interpretações que extrapolam os limites da própria educação escolar. Como é o caso da necessidade de adequar um currículo da EJA que seja voltado para atendimento específico ao idoso, o que pode ser considerado diferenciado, já que o olhar do professor deve ser multidisciplinar diante das oscilações dos aspectos emocionais e cognitivos que podem comprometer o Idoso estudante. Os psicoterapeutas identificam, nesta fase, maior incidência de transtornos de humor, depressões, fobias frente à nova situação. Neste plano, surge uma nova categoria social ainda não muito bem definida: a terceira idade, maturidade, velho, idoso, fim de linha. A velhice não é uma categoria natural, mas, como qualquer outra categoria de idade, é uma construção histórica e social. A construção de uma categoria social depende da elaboração simbólica de rituais que demarcam e definem espaços, demandas, comportamentos, direitos e deveres PAULA (2009, p. 32).

Mas, por outro lado, encontramos em nossos estudantes um comprometimento, necessidade na busca da escolarização, em querer aprender, a não perder mais tempo como eles mesmo dizem. Diante disso, ficamos refletindo: será que eles vão conseguir aprender? De acordo como autor Palacios:

[...] as pessoas humanas mantêm um nível de competência cognitiva até uma idade avançada (desde logo acima dos 75 anos). Os desenvolvimentos evolutivos estão por outro lado, cada vez mais convencidos de que o que determina o nível de competência cognitiva das pessoas mais velhas não é tanto a idade em si mesmo, quanto uma série de fatores de natureza diversa. Entre esses fatores podem se destacar como muito importantes, o nível de saúde, o nível educativo e cultural, a experiência profissional e o tônus vital das pessoas (sua motivação, seu bem-estar psicológico). É um conjunto de fatores e não a idade cronológica por si, o que as pessoas apresentam, ao enfrentar as diversas demandas de natureza cognitiva contrasta com uma escola que ainda prevalece a preocupação de atender jovens, por isso voltada para preparação para o mercado de trabalho. Criticados por estarem na escola, algumas pessoas acreditam que por estarem com a idade avançada de nada adiantaria estarem buscando a escolarização (PALACIOS, apud OLIVEIRA, 1999, p. 312).

Neste sentido, nossos sujeitos – ao contrário dos jovens que frequentam a escola não por opção, mas por força de legislação vigente – os adultos e idosos buscam o espaço para dar continuidade à sua educação por interesse próprio. Assim, nos deparamos com o desafio de pensarmos uma educação que não reduza o ser adulto às necessidades do mercado e que privilegie a capacitação técnico-científica do educando em prol dos conhecimentos necessários para sua formação humana (PAULA, 2009, p. 38)

#### ■ 4 UM CURRÍCULO VOLTADO PARA A SOLIDARIEDADE

Os alunos idosos do Centro de Convivência na fase de alfabetização, no processo de escolarização requerem, do alfabetizador, habilidade específica para promover no estudante a inclusão social, buscando resgatar valores de histórias de vida, conhecendo suas dificuldades sociais; saúde, moradia, etc. Enfim, seus direitos e deveres.

Percebemos os diversos perfis de alunos que encontramos na Educação de Jovens e Adultos; há aqueles que são mais jovens e que estão atrasados na escolarização, pela força da vida, pela sobrevivência financeira, pois, tiveram que parar de estudar. Também, temos aqueles alunos que foram excluídos por

estarem defasados na idade e/ou nos ciclos de aprendizagem e os idosos que pelas contingências da vida não chegaram e/ou não conseguiram permanecer na escola. Os idosos, que são nossos sujeitos de pesquisa neste artigo, que buscam na escola amparo para sua velhice, principalmente aquele carente, desprovido de cuidados psicossociais. Os profissionais que atuam nessa modalidade devem estar em constante formação continuada para que possam melhor atender essa etapa diversificada. O nosso aluno EJA precisa de uma metodologia que seja adaptada à realidade desse sujeito, procurando valorizar a sua cultura.

Boff (2004), que descreve de forma clara e com riqueza de informações sobre a Educação Libertadora e Popular, traz à tona as implicações das desigualdades no sistema capitalista em relação ao sistema educacional em se tratando da educação de jovens e adultos. Ele nos apresenta uma forma alternativa de trabalho, baseada na solidariedade e cooperação, onde nossos sujeitos terão o trabalho educativo baseado em seus problemas e realidades sociais. Em busca de ações pedagógicas que promovam a educação inclusiva e democrática, o autor propõe refletirmos sobre algumas considerações de um novo currículo e ações sociais que visam a promover uma educação que contribua com o desenvolvimento do ser humano. Segundo Boff:

Nesse contexto estão incluídos nossos alunos EJA. "Incluir esses sujeitos em processos educativos para que possam alfabetizar-se, bem como avançar em sua escolarização é uma exigência ética, uma atitude politicamente correta e decente". É necessária a oferta de cursos de alfabetização, do Ensino Fundamental e Médio; que seja voltado e levado em consideração a diversidade sociocultural e da organização espaço-temporal dos sujeitos a serem incluídos, sendo necessário também atender a qualificação de professores e organização da vida no campo e da qualificação dos trabalhadores, para que desenvolvam seus produtos, sua cultura e modo de viver. Entendendo que a construção dos saberes são experiências provenientes de trabalho e das outras relações produzidas a partir dele, que as ações educativas dos educadores levem em consideração os problemas e experiências daquele local. O currículo deve atender as diversidades e especificidades locais e deve contribuir com a construção da identidade (BOFF, 2004, p. 126).

Refletindo que a cooperação e a solidariedade são considerações significativas na modalidade EJA/CCI, podemos acreditar que estamos buscando subsídios para compreender o processo de aprendizagem do idoso na EJA, seus desejos e desafios serem vencidos e paradigmas serem quebrados.

Nessa perspectiva de valorização da sociabilidade do ser humano, acima de valores de mercado, e de suporte emocional e solidariedade em relação à informação e ao conhecimento, a escola pode ser muito importante para trazer novo sentido à vida desse sujeito, o idoso.

## **■ 5 AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DE VIDA DOS ALUNOS IDOSOS DO CCI E OS SEUS REFLEXOS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO**

De acordo com os resultados de nossa pesquisa, nossos sujeitos são idosos entre a faixa de 60 a 70 anos; em sua maioria, são de mulheres mato-grossenses de cor parda. A maior parte é constituída por aposentadas, que não tiveram acesso à educação escolar completa, mas somente os anos iniciais, pois onde moravam, na infância, geralmente na zona rural, não havia escola. Os alunos que já são alfabetizados buscam, frequentando as aulas de alfabetização, um reforço para adquirir mais conhecimento. Além disso, ficou claro que frequentam o CCI também para serem atendidos carinhosamente, ser ouvidos em suas queixas de saúde, pelos seus desafetos familiares. Em sua grande maioria, são idosos sem companheiros, que se sentem solitários e as atividades promovidas pelo CCI contribuem ao seu bem-estar.

Em relação ao estado civil, são viúvos e/ou separados que moram com seus filhos ou estes, com seus eles, pois observamos, ao aplicar o questionário, que há filhos dependentes químicos ou com problemas neurológicos, sem condições de viverem sozinhos. Quanto ao número de residente mesma casa, são, em média, três pessoas, com renda financeira de dois a três salários mínimos. Ao final da pesquisa, ficou evidenciado, principalmente, que os alunos do CCI, além de buscar a formação escolar, querem sentir que são amados, respeitados e valorizados.

## ■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível compreender o quanto é importante desenvolver um processo de escolarização focado na pessoa idosa, valorizando o espaço, o tempo e o currículo, para prover acolhida solidária a esses sujeitos providos de direito de cidadania e boa qualidade de vida. A escola pública, atualmente, tem na modalidade EJA a condição de acolher a pessoa idosa em parceria com ações sociais. Tal trabalho significa importantes mudanças nas vidas de pessoas que não foram escolarizadas em idade regular. O público, como visto neste estudo, compõe-se de pessoas idosas carentes.

Após este trabalho, tenho clareza sobre a situação educacional do idoso, sobre sua participação no CCI que funciona com várias atividades diferenciadas para atender seus usuários, onde compreende-se que “o adulto ou idoso ao buscar a escola, procura, dentre outras coisas, outro tipo de conhecimentos, saberes que somem à sua vida” (PAULA, 2009, p. 38). É buscando parceria na socialização de seus conhecimentos, em suas histórias de vidas, no que eles trazem em suas memórias e no que acontece na nossa prática pedagógica com estratégias diferenciadas é que lograremos elaborar um currículo voltado para melhor atender nosso público em questão.

A leitura e escrita é vista, por nosso sujeito, como a atividade principal do CCI, pois quando não há atividades da escola, como ao entrarmos de férias escolares, eles deixam de ter participações constantes no centro. Mas, ainda assim, há muitas conquistas a conseguir na EJA voltada para o idoso.

Ressaltamos que eles estão em desvantagem devido à falta do capital valorizado dentro do campo educacional, numa perspectiva capitalista, a juventude. Na visão que concebe a escola como espaço para qualificar para o mercado, os idosos estão, a princípio, descartados. Sendo assim, a busca de um processo educativo para estabelecer essa relação tem que ser focada no reconhecimento e valorização dos princípios da cooperação e da solidariedade. No nosso questionário ficou claro que nossos alunos querem construir o saber e reforçar o processo de sua aprendizagem.

## ■ 7 REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética humana – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOFF, Leonir A. A educação de jovens e adultos do campo: elementos para uma educação inclusiva e solidária in: ZART, Laudemir Luiz. **Educação e socioeconomia solidária**: paradigmas de conhecimento e de sociedade. vol. 1. Cáceres: UNEMAT, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências**. Diário oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República, publicado em 03.10.2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm)>. Acesso em: 21 jan. 2015.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2011.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal. **Cartilha do idoso**. Cuiabá: 2014.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, nº12, p. 59-73, set/out/nov/dez. 1999.

PAULA, Rouseane da Silva. **Diversidade e relações intergeracionais**: o não lugar da pessoa idosa na EJA. Disponível em: <<http://www.catedraunescojea.org/GT03/COM/COM035.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

TOLFO, Denise. **Métodos de Pesquisa**. Uab/Graduação Tecnológica, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. O idoso na contemporaneidade: a necessidade de se educar a sociedade para as exigências desse “novo” ator social, titular de direitos. **Caderno. CEDES**, Campinas, v. 30, n.81, ago. 2010. p. 179-188. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessos em: 4 jul. 2015.

# A ECONOMIA SOLIDÁRIA (ECOSOL) COMO ALTERNATIVA AOS ALUNOS IDOSOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

ELAINE PATRÍCIA ALVES<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta a possibilidade da aquisição de conceitos de EcoSol como metodologia aos alunos idosos que frequentam a EJA. Estes alunos não tiveram oportunidade de concluir seus estudos dentro do período considerado normal, o que dificulta sua inserção no mundo do trabalho, somado a isto a condição de serem idosos também torna este cidadão ainda mais excluído do perfil pensado em maior produtividade, buscado pela sociedade capitalista. O artigo, utilizando da pesquisa qualitativa na modalidade de pesquisa bibliográfica, apresenta informações acerca da economia solidária e a traz como uma nova forma de fazer economia, diante de um mundo capitalista e cada vez mais competitivo. Também insere o tema economia solidária na EJA, discorrendo sobre suas características e dificuldades, como a formação do professor que atua na EJA. Traz propostas metodológicas para serem aplicadas na escola, como o clube de trocas e as feiras solidárias, que introduzem os alunos aos conceitos ligados à economia solidária, mostrando que outras formas de fazer economia são possíveis, independente de idade ou limitação, valorizando a cooperação e a solidariedade.

**Palavras-chaves:** Economia Solidária. Educação de Jovens e Adultos. Alunos Idosos.

---

<sup>1</sup> Professora de Educação Básica da Rede municipal de Cuiabá-MT. Graduação em Pedagogia - Instituto Cuiabano de Educação (ICE). Graduação em Fonoaudiologia - Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). Especialização: Psicopedagogia - Instituto Cuiabano de Educação (ICE). E-mail: elainece-  
ma@hotmail.com.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Este artigo discute as possibilidades de reinserção do idoso, que frequenta a EJA, dentro de um mundo produtivo, por meio da Economia Solidária, visto que a competitividade da sociedade capitalista tende a excluí-lo. Trata-se de alguém que não teve condições de se dedicar aos estudos ao longo de sua vida, e que nesse momento encontra-se em idade que, de forma estereotipada, é classificada como pouco produtiva.

Ao longo dos anos, a competitividade no mercado de trabalho fica cada vez mais acirrada. Essa competitividade por vezes exclui uma parcela da população que cresce cada vez mais, que é a população idosa. Uma alternativa, ainda desconhecida por boa parte da população, são os projetos de economia solidária, nos quais não existem a figura do patrão selecionador e definidor do perfil daqueles que desejam explorar.

Os idosos, que hoje estão na EJA, foram excluídos do processo educativo no passado e são de um período no qual as características e as exigências da sociedade eram diferentes das apresentadas hoje.

O problema foi levantado diante da observação de um mercado de trabalho cada vez mais exigente e da conseqüente redução da presença do idoso no mercado, o que se acentua quando o mesmo não tem a escolarização exigida pela sociedade capitalista. Tal observação motivou este artigo, uma vez que o mesmo traz a economia solidária como uma nova forma de fazer economia, ampliando as possibilidades de inserção para os idosos, pois os mesmos apresentam conhecimentos e experiências que não podem ser descartados.

Nesse artigo, apresentamos conceitos da ECOSOL que discutem a reinserção dos idosos no mercado por meio de ações simples, mas representativas dentro da economia solidária, que podem ser iniciadas no ambiente escolar. Esta possibilidade nos levou a propor a discussão da economia solidária no ambiente da escola de jovens e adultos e, por conseguinte, visar a inserção desses sujeitos nesta nova forma de fazer a economia. Assim, a partir de referências bibliográficas e busca de ações simples, como uma feira solidária, que podem trazer para o idoso o conhecimento da economia solidária, este artigo busca ampliar as discussões acerca do idoso na EJA e sua possibilidade de reinserção em um mundo capitalista tão competitivo, mas através de formas alternativas.



## ■ 2 O IDOSO NA EJA

Com relação ao acesso à educação, a Constituição Brasileira de 1934 foi a primeira que contemplou o acesso do adulto ao ensino primário; a mesma colocava este acesso como dever do Estado. Nesse período, o Brasil ainda se recuperava da crise econômica que prejudicou muitos países capitalistas e abalou a economia brasileira baseada na cafeicultura.

A EJA é uma modalidade de ensino oferecida pelas escolas públicas no Brasil, que visa oferecer educação voltada para as pessoas que não tiveram a oportunidade de completar seus estudos em nível fundamental ou médio e que, hoje, já têm uma idade avançada. A preocupação da EJA não se restringe apenas em alcançar o nível de escolarização em atraso, mas principalmente garantir ao indivíduo o direito a ser um verdadeiro cidadão, conhecendo seus direitos e seus deveres e sendo capaz de interferir criticamente sobre o meio social em que vive. Além disso, o projeto propicia aos educandos oportunidades para o seu efetivo desempenho frente ao mercado de trabalho.

A história da EJA no Brasil é uma história recente, o primeiro projeto lançado pelo governo foi a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, dirigida principalmente ao meio rural. Essa campanha previa a alfabetização do educando em três meses, além da conclusão do curso primário num prazo bem menor que o convencional. O fato motivador dessa campanha se concentra no processo de industrialização que gerou a necessidade de se ter mão de obra especializada. (CRUZ et al. 2012).

Por causa das indústrias nos centros urbanos, na década de 60 do século XX, a população da zona rural migrou para o centro urbano na expectativa de melhor qualidade de vida. Surgia, então, a necessidade de alfabetizar os trabalhadores e isso contribuiu para a criação de escolas para adultos e adolescentes. Nesse período, ocorreu a necessidade de aumentar a mão-de-obra disponível nos centros urbanos e qualificada para as fábricas.

Muitas mudanças, avanços e retrocessos envolveram a EJA nas últimas décadas; os questionamentos envolvendo a educação como um todo e também a EJA permeiam inúmeras discussões acadêmicas e políticas. Para Singer (2005).

A educação em geral – e como parte desta a EJA – vem, crescentemente, sendo questionada quanto ao seu valor de face, em contraposição ao seu valor real no encaminhamento das políticas públicas brasileiras. Assim, não há um só candidato a governo que deixe de anunciar a educação como uma das prioridades de seu futuro governo, mas o fato é que ainda se carecem de ações concretas para sua materialização enquanto tal (p. 94).

Muito se discute, mas os avanços rumo à consolidação da EJA são prejudicados pela falta de articulação entre os poderes que têm condições de mudar o cenário atual. Singer (2005) trata desta articulação.

Do ponto de vista da oferta, um elemento fundante da consolidação da EJA é a necessária orquestração entre a atuação dos governos federal, estaduais e municipais, articulando, entre outros órgãos representativos, o MEC, o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) como parceiros na construção da política pública de EJA. Isso significa, além da prioridade no acesso aos recursos federais destinados a essa modalidade, uma busca de construção coletiva das alternativas para a expansão da EJA, bem como para uma reconfiguração dessa modalidade de ensino, visando atender às especificidades dos alunos jovens e adultos (p. 94).

O aluno da EJA vive, em geral, uma história de exclusão, que limita seu acesso a bens culturais e materiais produzidos pela sociedade. Com a escolarização, ele busca construir estratégias que lhe permitam reverter esse processo.

Segundo Oliveira:

O adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização [...]. Ele é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma

passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo (1999, p. 59).

Um currículo para jovens e adultos deve, portanto, contribuir para a valorização da pluralidade sociocultural e criar condições para que o aluno se torne agente da sua própria realidade.

## **2.1 Idosos na EJA – avanços e retrocessos**

Nas últimas décadas o número de idosos no Brasil e no mundo tem aumentado cada vez mais, porém nem sempre esse crescimento vem acompanhado por políticas públicas voltadas a essa faixa de idade, nem mesmo por uma maior absorção dos mesmos pelo mercado de trabalho.

Esse processo requer atenção. Para Py (2006)

As questões do envelhecimento suscitam grandes dúvidas, perplexidades, discussões. Interessam a todos nós, seres humanos envelhecendo. Interessam aos que já estão velhos e, também, aos adultos, aos jovens, às crianças que estão cursando esse processo. Nesse percurso, seguimos todos envelhecendo, com a tarefa humana de criar significações para os fatos que marcam a nossa existência (p. 113-114).

O Estatuto do Idoso, aprovado em 2003, foi um importante passo rumo à luta pelos direitos dos idosos, pois aborda seus direitos em um mundo cada vez mais envelhecido e que carece de políticas públicas voltadas a essa faixa etária em expansão.

Em se tratando de idosos na educação, o Estatuto do Idoso aborda da seguinte forma: “O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados”.

Esse reconhecimento da necessidade de acesso à educação, assim como da adequação do currículo das escolas que oferecem EJA apresenta um caminho inte-

ressante, mas que na realidade escolar, encontram limites na formação dos professores. Esses têm que adaptar, dentro de seus conhecimentos e experiências, porém, muitas vezes, quando retornam para a sala de aula, veem-se perdidos e buscam, por conta própria, adaptar conteúdos e metodologias. Em salas de jovens, adultos e idosos com ritmos e conhecimentos diferentes, os professores simplesmente os separam, distribuindo-os espacialmente na sala, de tal maneira que excluem uns aos outros. Esses professores, se melhor capacitados, deveriam questionar o currículo e suas metodologias, trabalhando com esses jovens, adultos e idosos, dentro de uma pluralidade, que é a marca da EJA, mas de uma forma inclusiva.

A EJA sempre aparece vinculada a outro projeto de sociedade, um projeto de inclusão do povo como sujeito de direitos. Foi sempre um dos campos da educação mais politizados, o que foi possível por ser um campo aberto, não fechado e nem burocratizado, por ser um campo de possíveis intervenções de agentes diversos da sociedade, com propostas diversas de sociedade e do papel do povo (ARROYO 2006).

### ■ 3 OS PROFESSORES DA EJA E A RELAÇÃO COM OS IDOSOS

Normalmente, os alunos do EJA são pessoas que se viram obrigadas a deixar os estudos em detrimento da busca pela ampliação da renda familiar ou não estão mais inseridas no mundo do trabalho, seja por questões conjunturais, ou por não estar dentro do perfil desejado pelo mercado. A peculiaridade da EJA para alunos idosos exige inclusive um maior cuidado com a formação dos professores que atuam junto aos idosos.

No cotidiano das salas de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a presença de idosos é bastante frequente. Porém, podemos nos questionar se a formação oferecida ao pedagogo é suficiente e adequada para trabalhar com as necessidades específicas desse grupo, que podemos considerar duplamente excluído: primeiramente, por se encontrar numa faixa etária na qual, de maneira geral, o indivíduo não é mais economicamente ativo e, por outro lado, no caso específico da EJA, por se tratar de um grupo composto por pessoas iletradas, ou que tiveram pouco contato com a escola, geralmente oriundas de estratos sociais menos privilegiados (MARQUES e PACHANE, 2010).

Em contato com educadores que trabalham com alunos idosos na EJA, junto à Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá (SMEB), são recorrentes os relatos de angústia quanto ao desafio de lidar não exatamente com os idosos, mas com a pluralidade, pois uma única sala congrega desde idosos das mais variadas idades a alunos recém-chegados na EJA, com pouco mais de 16 anos. Há relatos de impaciência de ambas as partes. O idoso sente-se desmotivado, pois na sua ótica, depara-se com adolescentes sem compromissos e pretensões, assim como sem respeito às gerações anteriores e/ou aos professores.

Outro relato comum entre os idosos na EJA, mostra que os professores pouco valorizam os momentos de interação, que deveriam aproveitar as experiências de vida dos idosos. Dentro desse contexto, o educador deveria ter uma formação adequada, introduzindo conceitos e novas metodologias, mas aproveitando e instigando seus alunos a socializarem seus conhecimentos práticos. Ou, até mesmo, como forma de motivar os alunos a permanecerem no ambiente escolar, valorizando o conteúdo conceitual, mas valorizando também a interação e socialização desses idosos.

Professores que trabalham com a EJA relatam a dificuldade de atender as diferentes faixas de idade que recorrem a esta modalidade de ensino e as dificuldades de adequação do currículo. O conflito de gerações com alunos mais novos somada à exclusão natural do mundo capitalista fizeram com que o próprio Estatuto do Idoso previsse a criação de cursos específicos para os idosos, o que iria contra as ideias de integração e oportunidade do mesmo contribuir com os mais novos com suas experiências de vida.

## ■ 4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A ECOSOL deve ser encarada como uma nova forma de fazer economia, uma forma diferente daquela ditada pelo capitalismo, que em busca de cada vez mais acumulação de capitais, acaba deixando de lado aqueles que seriam encarados como menos produtivos. Diante do capitalismo, as vantagens da ECOSOL ficam mais evidentes, em especial a valorização do cooperativismo e a menor importância dada ao individualismo.

“Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar van-

tagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem". (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, s. d.).

A ECOSOL de hoje é considerada um resgate de algo que acontecia quando as sociedades ainda eram tribais, nas quais o trabalho era coletivo, a cooperação impedia a dominação e a interdependência garantia a preocupação com o coletivo. A partir do momento em que o homem passou a priorizar a acumulação da produção e conseqüente exploração do trabalho coletivo a cooperação perdeu espaço e o trabalho mudou de perspectiva.

Segundo (SINGER: 2002, p. 10) "A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual". A ECOSOL é definida pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária em três dimensões:

**Economicamente**, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

**Culturalmente**, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação de da inteligência coletiva, livre e partilhada.

**Politicamente**, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

A ECOSOL pode e deve ser uma alternativa ao capitalismo excludente, pois as relações sociais são valorizadas, a preocupação é com o outro e não somente com o lucro. Enfim, capitalismo favorece individualismo e a ECOSOL a cooperação.

A questão social e a cooperação presentes na ECOSOL distinguem do modelo econômico com o qual nós e nossos alunos estamos acostumados a viver e presenciar, mas a ECOSOL pode quebrar esse paradigma, mostrando outra possibilidade de fazer economia e utilizar aquilo que temos de melhor para o benefício próprio e do próximo.

#### **4.1 ECOSOL e inserção do idoso da EJA**

Dentre as características da ECOSOL estão a cooperação, a solidariedade, a autogestão e a resistência ao domínio econômico. Este trabalho propõe abordagens iniciais com cada um destes conceitos, para que os alunos idosos compreendam cada uma dessas características.

Atividades práticas envolvendo cada um dos elementos separadamente ou todos eles juntos são uma boa metodologia de trabalho inicial com a ECOSOL, sendo as atividades práticas mais indicadas diante de uma possível abordagem teórica que poderia se tornar cansativa e pouco produtiva. Construção coletiva de atividades como desenhos ou resolução de um problema proposto podem ser um bom caminho inicial, pois atividades assim são mais fáceis de serem vistas como algo que necessite do coletivo para serem desempenhadas. Os alunos deverão ser estimulados a utilizar parte do terreno da escola para cultivar legumes e hortaliças; todos responsabilizar-se-iam por tudo, com a divisão das responsabilidades e o resultado do trabalho sendo repartido para todos, de forma igualitária e reforçando que ninguém estaria se aproveitando do trabalho de outro ser humano, mas simplesmente cooperando uns com os outros.

Uma boa proposta dentro deste tema são as feiras de troca solidária, nas quais aquilo que, para um, pouco tem serventia, para outro será extremamente importante. As feiras de troca são momentos ricos de interação, que para o aluno idoso representa não somente o contato mais amplo com a ECOSOL, mas como um momento ímpar para este e qualquer outro público da EJA.

Para Santos e demais coautores (2011)

O Clube de Trocas reúne as pessoas para enfrentar a falta de dinheiro, pois cada participante oferece o que possui: um produto, um serviço ou um saber. Essas trocas podem acontecer de forma direta ou utilizando uma moeda criada pela própria comunidade, a moeda social. Mas o clube serve também para gerar outro tipo de produto: o resgate da autoestima daqueles que tem (sic) seu trabalho valorizado. Esses eventos ao possibilitar a comercialização solidária divulgam e fortalece (sic) essa nova economia, onde o mais importante é a vida. (p. 5).

As Feiras Solidárias podem ser organizadas entre alunos e comunidade educativa ou somente entre os alunos da escola, onde cada um traz aquilo que produz, seja crochê ou quadros pintados, seja um bolo ou um pão caseiro ou até mesmo aquela comida que só sai boa nas mãos de quem prepara. O aluno que é pedreiro pode oferecer seus conhecimentos de alvenaria e acabamento para o outro aluno que ainda é servente e pode ganhar mais com tais conhecimentos. Enfim, como estamos tratando de alunos idosos, dificilmente ele não identificará algo que produz ou que ele tem conhecimento que possa ser útil para outro, que não tem ou não sabe.

Para Santos et al. (2011)

As Feiras Solidárias são alternativas para a comercialização local, aproximam quem compra e quem vende de forma mais humanizada, coligam também empreendimentos, abrem novas possibilidades de negócio, defendem a cultura, ampliam os conhecimentos. As Redes e Cadeias estabelecem parcerias, criam outra dinâmica econômica que contribui ao enfrentamento da exclusão e dá mais força para resolver problemas que afetam a todos. (p. 5).

Não descartamos a hipótese de encontrar alguém que relate que nada pode contribuir. Neste momento o papel do professor é fundamental, pois além de conhecer seus alunos o mesmo, conhecendo a ECOSOL, saberá conduzir o aluno para a constatação de que seu pensamento de que “nada pode contribuir” está equivocado.



## ■ 5 CONCLUSÃO

A economia solidária deve ser conhecida pela sociedade, que por vezes não enxerga alternativas em um novo modelo econômico, menos excludente e mais voltado para o coletivo, que será o caminho para a mudança de vida e reinserção de idosos na vida econômica.

Por meio deste artigo foi possível constatar que a economia solidária trabalhada na EJA trará uma alternativa na vida dos idosos que se encontram excluídos pelo atual modelo econômico. As propostas aqui apresentadas: a horta, as feiras solidárias e os conceitos ligados à ECOSOL servem de subsídios para outras iniciativas ligadas à economia solidária, que devem iniciar dentro do ambiente escolar, mas devem extrapolar os muros da escola, beneficiando toda a comunidade educativa e todos os que por ora não se encaixam no modelo capitalista. As feiras de trocas e as feiras solidárias devem atrair alunos e professores da EJA, tamanha suas possibilidades de engajamento com os alunos.

O professor neste contexto é fundamental, uma vez que o mesmo tem que levar os princípios da economia solidária aos alunos acostumados com um sistema completamente diferente, por isso a importância da formação dos professores que trabalham com a EJA. Este artigo visa estimular outras iniciativas valorizando os alunos da EJA e ampliando o conhecimento e o interesse pela economia solidária, para que as iniciativas voltadas à ECOSOL sejam cada vez mais conhecidas e tragam oportunidades aos idosos e a outros grupos que não se inserem no modelo capitalista e individualista.

## ■ 6 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L. et al. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-50.

BRASIL - **Estatuto do Idoso**. Lei Federal nº10741 de 1º de outubro de 2003. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_; Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é Economia Solidária?** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/EcoSolidaria/o-que-e-economia-solidaria.html>>. Acesso: em 07 Jun. 2015.

CRUZ, E; et al. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: políticas e práticas.** Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0326.html>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **O que é economia solidária.** Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

MARQUES, D. T.; PACHANE G.G. Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.2, p. 475-490, maio/ago. 2010.

PY, L. **Envelhecendo e subjetividade.** In: PY, Ligia et al. Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais. 2. ed. Holambra: Setembro, 2006. p. 97-120.

SANTOS, J. R. R.; LIMA, Solimar Oliveira. **Economia solidária no Piauí: desafios para a comercialização.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo11.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CUIABÁ/MT

GONÇALINA DA SILVA<sup>1</sup>

MARINEIDE DE OLIVEIRA DA SILVA<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Este Artigo Científico consiste em um estudo com abordagem qualitativa na modalidade de relato de experiência, vivenciada em uma aula campo de Educação de Jovens e Adultos (EJA) circunstanciada na Economia Solidária, em uma turma de 1ª segmento da 1ª fase no período vespertino do Centro de Convivência de Idosos (CCI) Aideê Pereira do Nascimento, bairro Novo Horizonte em Cuiabá/MT, 2014. Compreende-se a partir da intervenção a necessidade de reflexão sobre o papel fundamental da EJA na evolução da aprendizagem do sujeito, uma educação que promova a sua reintegração e permanência na escola, visando o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Por isso, propõe-se a inclusão do componente curricular da “economia solidária sustentável”, no sentido de entender e reconhecer-se identidade parte do processo histórico-sócio-econômico, cultural e político da sociedade como uma forma de melhor viver coletivamente, gerando renda e transformação social.

**Palavras-chave:** EJA. Inclusão. Economia Solidária.

---

1 Graduada em Licenciatura Plena – Letras com habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literatura afins pelo Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG.

2 Doutoranda da Universidade Estadual Paulista – UNESP, pesquisadora do Grupo História da Educação e Memória – GEM da Universidade Federal de Mato Grosso e Professora Formadora da UFMT.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos foi uma realidade conquistada por meio de lutas encabeçadas, principalmente, pelos movimentos sociais. As primeiras iniciativas concretas, sobre “[...] a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola” ocorreram a partir da Constituição de 1934 (DI PIERRO, JOIA e RIBEIRO, 2011, p. 59).

A expressividade de intenções com relação à EJA só se concretizou uma década depois com a “[...] criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958” (DI PIERRO, JOIA e RIBEIRO, 2011, p. 59).

Esta luta persiste até hoje, mas enfoca outras problemáticas, como a evasão escolar e a inserção de jovens no mundo do trabalho. Por isso, não se pode conceber, nos dias atuais que a EJA se resuma “[...] à alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e escrever. O professor que se propõe a trabalhar com adultos deve refletir criticamente sobre sua prática, tendo também uma visão ampla sobre a sala de aula, sobre a escola em que vai trabalhar” (DI PIERRO, JOIA e RIBEIRO, 2011, p. 59). Pode-se dizer que a Educação de Jovens e adultos,

[...] é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar (DI PIERRO, JOIA E RIBEIRO, 2011, p. 59).

Uma das alternativas que pode ser trabalhada para conter a evasão e propor novos meios de subsistência para que os jovens e adultos vejam e tenham a sala de aula como um diferencial em sua vida escolar é a Economia Solidária. A economia solidária se constitui como uma alternativa de renda através do trabalho coletivo, para que as pessoas que a adotam enquanto produtores ou consumidores, possam usufruir de uma vida melhor propensa à liberdade

de escolha da atividade que mais lhe agrada, encontrando prazer naquilo que faz, tendo autonomia própria na atividade produtiva, sem ter que receber ordens por parte de outros, podendo ainda participar de tudo que acontece na associação, tomando decisões, dando parecer a favor ou contra aquilo que o afeta, juntamente com os demais sócios. Igualmente, reforçam os laços entre familiares, colegas de trabalho/estudo, amigos, e ou qualquer outro integrante do grupo (SINGER, 2006).

O foco central do artigo consiste em um estudo de abordagem qualitativa na modalidade de relato de experiência vivenciada em uma aula campo de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da Economia Solidária, voltada para o desenvolvimento sustentável, a qual proporcionou conhecimentos envolvendo a conjuntura histórico-sócio-econômica do sujeito, bem como contribuindo de forma atrativa contra a evasão escolar, tendo em vista, em todo o processo, uma maneira melhor de se viver.

A evasão escolar está dentre os temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira, que infelizmente ainda ocupa, até os dias atuais, espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Em face disto, as discussões acerca da evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central de debate o papel da família e da escola em relação à vida escolar da criança. Apesar disto, o que se observa é que a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade. Em seu lugar, o que se vê é que, cada vez mais, a evasão vem adquirindo espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas (SINGER, 2006).

Na educação de jovens e adultos a situação é um pouco mais complexa, pois trata-se de sujeitos que carregam, no transcurso dos anos, problemas financeiro-econômicos, problemas de saúde e moradia, além do preconceito e discriminação. Quando inseridos em sala de aula, a ausência nas aulas tem grande influência, devido a fatores como cansaço pela grande jornada de trabalho enfrentado durante o dia, horários de saída do trabalho, mudança de endereço, falta de apoio familiar, dificuldades na aquisição das novas aprendizagens aplicadas pelo educador, entre outras relacionadas à vida pessoal.

Diante do explicitado, este trabalho possui como cerne das reflexões a aula de intervenção, pensada na faixa etária de 50-60 anos, pois se presume que haja necessidade de um incentivo a mais para permanecerem na escola, tendo a mesma como parte integrante de suas vidas, na busca de um complemento de sentir como útil, do querer, aprender e fazer, descobrindo assim novas formas de refazer suas vidas, dando direcionamento em seus ideais com sentido de liberdade e mesmo que indiretamente contribuindo para diminuir a evasão escolar. A intervenção nessa sala de aula do EJA foi realizada durante a culminância, momento no qual se obteve todas as informações, além do acesso ao planejamento e das falas dos envolvidos, de forma aberta, incluindo alunos e professora.

Sobre o relato de experiência, Elias (2014, p. 3) esclarece que o mesmo “deve ser apresentado com clareza e de forma envolvente e cativante. A pertinência da problemática que está na origem da experiência e dos seus objetivos será outro ponto importante na elaboração inicial deste tipo de relato”.

A justificativa para o trabalho pauta-se na necessidade de estudar, pesquisar, reforçar e levar novas metodologias de ensino às escolas de EJA, investindo assim na diminuição da evasão escolar. Justifica-se, ainda, como proposta de inclusão da economia solidária, a fim de que o sujeito se faça necessário na construção da sociedade em que está inserido, entendendo e reconhecendo-se como identidade importante desse processo histórico, estimulando a inclusão por parte dos jovens e adultos idosos no processo escolar e possibilitando um espaço atrativo e iniciador de fontes de trabalho e renda, pela iniciação curricular da economia solidária.

## ■ 2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA EJA

A EJA é uma modalidade de ensino que vem sendo discutida, na busca de melhorias quanto à qualidade de ensino que a mesma busca proporcionar aos jovens que precisam do acesso à escola. São indivíduos que estão fora, devido à faixa etária prevista para o ensino regular não permitir, no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos e, no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. Diante dessas melhorias algumas mudanças foram impostas na oferta da EJA.

Com base no artigo 37 e 38 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, os cursos de Educação de Jovens e Adultos devem possibilitar, a seus alunos, prosseguir os estudos de modo a igualar-se com jovens que frequentam os ambientes escolares de ensino regular. Como parte do regulamento para que estes sujeitos tenham acesso ao ambiente escolar e considerem-se capazes de adquirir os conhecimentos direcionados, devem ter seus direitos respeitados; é de praxe todo ser humano ter direito ao conhecimento, e pensando nisso, foi repensada a qualidade de ensino ofertada a esses sujeitos excluídos do processo escolar, dando a eles a oportunidade de serem inseridos e devendo ser tratados igualmente na busca dos seus ideais, formando cidadãos de bem (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, faz-se necessário analisar os art. 37 e 38 da LDB que trazem as seguintes prerrogativas:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL, 1996).

A EJA, nesse contexto deve ofertar uma formação articulada com o mundo do trabalho para alfabetizar os que não sabem ler e escrever e os jovens e adultos acima de 15 anos. O curso de EJA é visto pelos sujeitos inseridos nessa modalidade como um fator importante para melhoria de emprego, o que os leva a satisfazerem-se somente e apenas com o certificado, relegando a segundo plano o direito à inclusão na sociedade, como fator primordial na transformação social. A autora acrescenta que o material utilizado na formação funda-

mental desses jovens, bem como as questões sociais, são fatores essenciais para a transformação desses indivíduos em sujeitos críticos, os quais têm que estar preparados para enfrentar quaisquer situações, em qualquer momento. No entanto, o contexto escolar é avaliado por esses sujeitos como apto a atender o objetivo que lhes convém, enquanto assalariados (ROMANZINI, 2011, p. 2).

Percebe-se que a modalidade da EJA precisa de reestruturação na grade curricular, para que seja imposto ensino de qualidade, com professores preparados e especializados atendendo a expectativa esperada não só do mercado de trabalho, mas de formadores de sujeitos humanizados. Os jovens pertencentes a essa modalidade são fruto de uma heterogeneidade que trazem consigo ao longo do tempo “retrocessos negativos”, o que dificulta a inclusão, sendo assim apenas inseridos no processo educacional, sem perspectiva de transformação social. Para que aconteça a inclusão desses sujeitos dever-se-á apontar aqui a alternativa de sensibilizar para conscientização da necessidade de se mudar a realidade das escolas que ofertam o a modalidade EJA, a partir das ações atitudinais dos profissionais preparados especificamente para atender esses sujeitos preparando-os para a realidade e não como apenas idealizadores de uma sociedade que não atende aos seus objetivos, bem como a estruturação num todo envolvendo ambiente, preparação tecnológica, já que muitos desses sujeitos estão em busca de melhoria no mercado de trabalho (ROMANZINI, 2011, p. 3-4).

A prática pedagógica tem que ser induzida ao educando, jovem e adulto, de acordo com o seu histórico sociocultural, levando em consideração as diversidades desses sujeitos e dando uma atenção especial e diferenciada às suas múltiplas necessidades, trazidas do seu meio, de forma que se tenha uma formação que possa levar consigo por toda uma vida, para atender as imposições da sociedade, superando assim as questões relativas ao analfabetismo que se encontra em suas raízes históricas. Gadotti (2008 p. 27 a 30) retrata que, para que a EJA tenha sucesso não se pode dar atenção apenas à parte teórica, ou seja, metodológica, mas que seja trabalhada de acordo com a preocupação da transformação desse sujeito, no seu contexto histórico, o qual busca no ensino uma esperança por melhoria de vida, e que são alunos trabalhadores.

Em função disso, como já citado anteriormente, são necessários algumas mudanças na concepção da EJA, na qual sejam realizadas cursos de formações para os profissionais responsáveis por esses sujeitos, para que os mesmos possam



se inteirar, conhecendo o tipo de público que esses sujeitos representam e que estão inseridos no sistema educacional da EJA, além de conhecer como funciona todo o processo de ensino, com o qual se trabalha no programa, para atender as necessidades emergenciais e precisas do sujeito, de forma sustentável. Assim:

É preciso formar educadores provenientes de outros meios, não apenas geográficos, mas, também, sociais. Todavia, no mínimo, esses educadores precisam respeitar as condições culturais do jovem e do adulto analfabeto.

Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular. Ler sobre a educação de adultos não é suficiente. É preciso entender, conhecer profundamente, pelo contato direto, a lógica do conhecimento popular, sua estrutura de pensamento, em função da qual a alfabetização ou a aquisição de novos conhecimentos tem sentido (GADOTTI, 2008, p. 29).

Diante da realidade da EJA, constata-se que a mesma traz lembranças do passado, devido à evasão escolar que ainda persiste, assim como o índice de reprovação. Apesar de ter ciência da real situação dessa fase em que se apresenta, o trabalho por parte dos gestores é incessante e fica cada vez mais difícil de ser desenvolvido diante dos obstáculos colocados à margem da sociedade. Vivemos num mundo capitalista, onde a desigualdade e a competitividade prevalecem, colocando em desvantagens os mais fracos, deixando seus princípios fundamentados no individualismo, com direito à propriedade e à liberdade individual. “[...] o que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais” (SINGER, 2006, p. 9).

Tal fato pode fazer surgir a necessidade de uma sociedade igualitária na qual a economia seja solidária em vez de competitiva. Nesse tipo de economia, uma visão óptica perpassaria a cooperação, a divisão do trabalho e, quando complementado, com o trabalho do outro apresenta, então, a sua verdadeira utilidade e, assim, não haveria desigualdades entre as classes sociais. Trabalhando em função da inserção desses jovens no mercado de trabalho, nada mais justo do que ensinar a viver com qualidade, seguindo de novas perspectivas para o futuro.

Em função disso, é de suma importância atentar para a atual conjuntura em que as escolas de EJA precisam diferenciar o seu modelo de ensino, a forma de ensinar, não resumindo somente em ler e escrever, mas readequando às novas possibilidades de “aprender fazendo”, visando o desenvolvimento humano, trazendo satisfação pessoal.

A sustentabilidade foi a quebra da utopia da racionalidade econômica (baseada no postulado *homo oeconomicus*, que se apoia em produção e consumo como critério de verdade evidenciada, transformando a realização em cem por cento de aproveitamento, onde indivíduos procurariam satisfazer as suas necessidades de forma racional perfeita), trazendo, assim, para a concepção, outras dimensões sociológicas. Portanto, foi uma reforma do postulado *homo oeconomicus* e dos conceitos que antes eram ligados à perfeição e eficácia máxima, transformando radicalmente os pensamentos clássicos da ciência (PEREIRA, CALGARO e PEREIRA, 2012).

### ■ 3 A EXPERIÊNCIA DA EJA FRENTE AO DESAFIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

No mês de setembro, mais precisamente, de 1º a 19, de 2014, foi desenvolvido no Centro de Convivência de Idosos (CCI) Aideê Pereira do Nascimento, no bairro Novo Horizonte em Cuiabá/MT, uma proposta de intervenção para trabalhar com o aproveitamento de alimentos e com reciclagem de materiais ditos como “lixo”.

O centro de convivência Aideê Pereira do Nascimento no bairro, anexo à Escola Municipal de Jovens e Adultos Jescelino J. Reiners, desenvolveu um trabalho voltado para a economia solidária sustentável, na turma do 1º segmento da 1ª fase, no período vespertino, que é considerada pela professora da turma muito importante, por causa da faixa etária, que requer uma atenção especial, pois apresentam múltiplas dificuldades na inserção do conhecimento teórico e precisam de aulas práticas. Daí, a necessidade do educador saber lidar com as diferenças encontradas. A professora de sala complementa dizendo que muitos estão ali por causa da questão da socialização, de se sentir útil e valorizado e que nos dias de atividades práticas, a sala de aula fica completa, pois gostam de contribuir com seus saberes, construídos ao longo da vida. Segundo a professora, as aulas costumam ser motivadas, teoria seguida de prática na tentativa de não deixar que se evadam.

A intervenção foi desenvolvida em apenas uma turma, entre homens e mulheres, todos idosos, uns buscando aprender ler e escrever, outros querendo participar, inteirar-se com pessoas, enquanto alguns querem atenção, serem escutados.

A aula trabalhada nessa intervenção, segundo o planejamento proposto e desenvolvido pela professora da sala, abrangeu o plano “saúde, segurança e trabalho” e teve como objetivo construir o aprendizado a partir do conhecimento, experiências trazidas por esses sujeitos ao longo da vida, para prática em sala de aula, fazendo com que todos interagissem entre si. Com essa proposição todos se sentem parte do meio, reconhecendo-se como sujeitos ativos. Esse planejamento proposto pela professora da sala previu a realização das ações a serem realizadas em um espaço cedido pela igreja católica da comunidade, pois o CCI encontra-se em reforma. Todas as áreas de estudo foram elaboradas e trabalhadas, voltadas para o envolvimento de todo desenvolvimento das pesquisas e atividades propostas, compreendendo a necessidade do trabalho feito.

A metodologia utilizada pela professora foi elaborada em cima de uma situação problema, com um todo abrangente, interdisciplinar e contextualizado, de forma a se basear no construtivismo, a partir do trabalho de intervenção do projeto proposto. O mesmo ainda aborda várias orientações viáveis para economia da sustentabilidade, como a forma de repensar, recusar, reparar, reutilizar, reciclar e reintegrar, todos esses processos voltados para o sustentável, com intuito de não prejudicar o meio ambiente. Diante do processo de trabalho realizado, é de se constatar grande aprendizado, sendo estes construtivos para o futuro.

Então, partindo desse princípio e de acordo com a proposta exigida, foi realizado um trabalho a partir do fazer contínuo, das experiências e das vivências dos educandos, e com essa atividade, foi colocado todo esse saber em prática. Esse trabalho faz com que os estudantes reconheçam e valorizem a cultura e os saberes construídos ao longo da história, e compreendam a necessidade do uso de equipamentos de proteção, usados durante a produção e execução de qualquer forma de trabalho com produto peculiar.

Essa intervenção promove o envolvimento de todos na troca de conhecimentos e na distribuição dos afazeres, cumprindo, assim, as metas e objetivos como: a organização, divisão de tarefas, trabalho coletivo e participação, para

com a economia solidária e tendo como recompensa resultados que são alcançados. Nesse período, foram trabalhados os componentes curriculares: Linguagem, Conhecimento Sócio Cultural, Ciências Naturais e Matemática.

Todas as atividades foram desenvolvidas de forma diversificadas com recortes, cópias de receitas sustentáveis, lista de materiais usados, oficinas, coreografias. O workshop do trabalho de curso foi trabalhado em forma de uma roda de conversa sob o tema – “Sustentabilidade” e os “7Rs”; tendo como enfoque final, a produção de sabão ecológico: sabão D’ vovó. Foram trabalhadas anteriormente, as disciplinas de Português e Matemática, interligadas ao projeto de forma interdisciplinar, pela educadora de sala.

Segundo relato da professora de sala, a aprendizagem vista nos cadernos dos alunos, comentários sobre as atividades desenvolvidas e também mediante plano de aula, ao qual foi dado livre acesso, para confrontar com o trabalho proposto, consta-se que a mediadora, como forma de fortalecer, esclarecer e colocar em prática todo estudo teórico abordado em sala, durante aulas anteriores à intervenção, trabalhou as práticas relacionadas aos 7Rs (Repensar, Recusar, Reduzir, Reparar, Reutilizar, Reciclar, Reintegrar). A mesma, em sua explanação sobre o assunto, através de hábitos simples, é possível utilizar os recursos naturais de forma inteligente. Por isso, repensar, recusar, reduzir, reparar, reutilizar, reciclar e reintegrar, são atitudes que já fazem parte do nosso cotidiano naturalmente. Dessa forma, são conhecimentos que se deve colocar em prática em nosso cotidiano, por isso a importância de realizar essa aula para o segmento EJA do Centro de Convivência de Idosos.

O grupo de estudantes que forma a turma é de vinte e três educandos, havendo alunos com diferentes tipos deficiência, como a áudio visual e com problemas mentais. Há, ainda, alguns que se encontram afastados por questões religiosas, que resistem a assistir aulas no espaço cedido pela igreja católica, por proibição do pastor de suas igrejas. Com isso, inúmeros fatores fazem que eles deixem de frequentar, assistir e participar das atividades e assim se evadem. Faz-se necessário lembrar que durante os dias de realização destas aulas, principalmente no dia da concretização final, a sala de aula estava com grande frequência.

No decorrer da aula foram utilizadas, como entretenimento, atividades lúdicas. Por exemplo, a paródia dança do sabão, com a participação de todos.

Em seguida, todos foram para o pátio participar da produção do sabão, que ocorreu de forma prazerosa, com a atenção de todos, questionando e participando. Após finalização de todo processo e já colocados nas embalagens, construídas com material reciclado (caixinha de leite), todos retornaram à sala de aula. Para complementação da aprendizagem, foram levantados alguns pontos negativos, ou seja, falhas que aconteceram e o que jamais pode acontecer, para evitar transtornos.

A aula foi finalizada com a comemoração do aniversário de uma das monitoras. Durante a comemoração, em conversa informal com uma das alunas, de Eugênia, uma estudante simpática, sociável, que fez questão de mostrar o seu caderno, muito organizado disse gostar de estudar e que já está nesse centro há três anos; contou sobre sua família e que ajuda sua netinha nos deveres escolares. Relatou já ter ganhado um prêmio como o melhor desenho sobre a Copa e deixa transparecer um brilho de entusiasmo nos seus olhos e uma imensa empolgação ao dizer que a TV Centro América esteve em sua casa. Após a aproximação dessa aluna, outras também se sentiram à vontade para contar da importância da EJAECOSOL (Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária) em suas vidas, que trouxe mudanças após aprender a ler e escrever, dizem que começaram a se sentir alguém. Como Freire (1988, p. 72), ressalta:

[...] a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de se fazer instrumento também do educando e não só do educador e que identificasse, como claramente observou um jovem sociólogo brasileiro, o conteúdo da aprendizagem com o processo da aprendizagem. Por essas mesmas razões não acreditaram nas cartilhas que pretendem fazer uma montagem de sinalização gráfica como uma doação e que reduzem o analfabeto mais à condição de objeto de alfabetização do que de sujeito da mesma.

Verifica-se quão importante é que o educador se preocupe em conquistar o aluno, apresentando possibilidades para que tenha outra visão da sociedade. Como se vê, a leitura tem papel extremamente importante como ferramenta de reconstruir e transformar o mundo.

## ■ 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois dessa pesquisa, percebi que podemos dar um “jeito” na evasão escolar e levar a modalidade de economia solidária para as escolas, integrada no currículo da mesma. Conforme os propósitos apresentados, utilizamos diversas teorias que contribuíram para evidenciar a real possibilidade de vínculo entre o sustentável e a educação de jovens e Adultos, através dos enunciados dos autores e pesquisadores, como João Arroyo, Flavio Schuch, Salua Belotti, Moacir Faria, Cadernos CEDES (Di Pierro, Joia, Ribeiro), Leila Márcia Elias, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Paul Singer, Beatriz Romanzini, Revista NEJ (Agostinho Pereira, Cleide Calgaro, Henrique Pereira), LDB, sendo os mesmos muito significativos, deixando notório o papel de transformação na relação de sujeito e contexto escolar.

Deste modo, faz-se necessário pensar e entender que o currículo da EJA, ligado às questões solidárias, evidencia uma melhor estruturação, facilitando, assim, o surgimento de uma Educação de Jovens e Adultos inovadora. Destarte, é possível modificar a realidade atual, pois, a realidade sócio-econômica-cultural atrelada à EJA resulta numa escola de qualidade, associando práticas sociais libertadoras às questões educacionais, aumentando assim, o interesse e nível do ensino e aprendizagem. Vejo, depois da intervenção, juntamente com as bibliografias ressaltadas que com a implantação da EJAECOSOL na vida de nossos educandos, podemos diminuir o fantasma da evasão em nossas escolas. Por intermédio desta, qualificar sua estrutura e seu currículo, atrelando a economia solidária aos conteúdos da grade curricular e praticando-os de formas solidárias.

Outrossim, nesse processo de ensino, o aluno é o sujeito de sua aprendizagem, pois constrói seu conhecimento de forma interdisciplinar, integrando o conteúdo estudado de forma organizada e sistematizada com a realidade num todo, ampliando assim, seus conhecimentos. Com essa forma de aprender o aluno consegue avançar, sendo um aluno participativo, capaz de refletir criticamente sobre sua própria prática, conviver em grupo valorizando a diversidade de opiniões, assumir responsabilidades.

Percebe-se que, constantemente, buscam caminhos a serem percorridos por esses educandos que necessitam de abstração do conhecimento de forma adequada ao perfil traçado. Pensando nisso, o trabalho proposto dentro dessa

modalidade proporciona oportunidades de escolha e tomada de decisão para resolução de problemas e, ainda, prever oportunidades para que os jovens tenham condição de participar ativamente da vida da comunidade em que moram, implicando assim o envolvimento ativo do sujeito.

Isto posto, a Educação de Jovens e Adultos estará apta, diversificadamente, para todos os modelos pragmáticos de alunos, fazendo deles cidadãos conscientes de bem, com formação educacional e qualificação para o mercado de trabalho, trazendo assim mais dignidade e qualidade para a sociedade, possibilitando o exercício da cidadania e da autovalorização, embasado nos estudos das pesquisas e intervenção realizados.

Na tentativa de acompanhar a metodologia desenvolvida pela mesma professora neste ano de 2015, e dar sequência ao trabalho de pesquisa, fui informada pela mesma que os alunos com quem ela estava propondo um novo trabalho neste ano, e que não haveria possibilidades de dar continuidade, devido problemas circunstanciais que envolvem questões financeiras para mantê-la em perfeito funcionamento, havendo assim, fechado suas portas. Observando este fato, constatamos que a educação não só precisa de reforma na qualidade de profissionais, bem como de estrutura para manter sua qualidade educacional, haja vista, então, a necessidade emergencial de contar com novas políticas públicas intentando contribuir para a prática do conceito sustentabilidade nas escolas de EJA, mormente apoiando uma alternativa que pode ser uma saída para combater a evasão escolar e trazer novas formas de sustento.

## ■ 5 REFERÊNCIAS

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; Schuch, Flávio Camargo. **Economia Popular e Solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p.23-52.

BELOTTI, Salua Helena Abdala, FARIA, Moacir Alves de. **Relação Professor/Aluno**. Disponível em: <<http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdfs/sua.pdf>>. Acesso em 26 mai. 2015. p. 2-4.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

DIPIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Caderno CEDES**, vol.21, no. 55 Campinas Nov. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 06 jun. 2015.

ELIAS, Leila Márcia. **Experiência em “Implantação de Sistema de Informações de Custos no setor público”**. In: I Seminário Regional de Informação de Custo e qualidade de gasto no setor público. 2014, Belém - PA. Disponível em: <<http://www.socialiris.org/gerenciador/imagem/arq53274b08b8ec8.pdf>>. Acesso em 06 jun.2015.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

GADOTTI, Moacir. **Convite à Leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1999. Por um Brasil Alfabetizado / Moacir Gadotti. – São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008 – (Série Educação de Adultos; 1). In: **Concepção popular da educação básica de jovens e adultos**. p.27-30.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide; PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe. A sustentabilidade ambiental e a teoria dos sistemas na sociedade transnacional. **Revista NEJ**, Vol. 17 - n. 1 - p. 70-83 / jan-abr 2012. Disponível em:<<http://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/viewFile/3639/2182>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

ROMANZINI, Beatriz. **Ensino de jovens e adultos: Qual ensino? Qual trabalho?** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aBeatriz%20Artigo.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2015. p. 2-4

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. In: FUNDAMENTOS, Sonia (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP, 2006. p. 07-23.

\_\_\_\_\_. A Economia Solidária como ato pedagógico. In KRUPPA, Sonia (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP, 2005.



MARGARETE APARECIDA CINTRA<sup>1</sup>MARIA DAS GRAÇAS MARTINS DA SILVA<sup>2</sup>

---

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é expor depoimentos de alunos da Educação de Jovens e Adultos, buscando mostrar suas experiências e expectativas com relação à educação em suas vidas. Os depoimentos, junto com pesquisas bibliográficas, que deram o aporte teórico, mostraram a importância da escola para seu desenvolvimento. Os depoimentos e testemunhos fazem repensar as práticas escolares, que visem proporcionar ao aluno da EJA novas formas de aprender a aprender.

**Palavras-chave:** Educandos. Educação de Jovens e Adultos. Escola.

---

1 Professora da rede municipal de ensino de Cuiabá, MT. E-mail:

2 Pós-Doutora em Educação. Professora do Departamento de Teorias e Fundamentos da Educação, atua como professora na graduação e no programa de pós-graduação em educação do Instituto de Educação da UFMT.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é apresentar as experiências de um grupo de educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de refletir sobre a realidade que cerca essa modalidade de ensino. Para cumprir o objetivo, o procedimento metodológico pautou-se na realização de seis entrevistas, com relatos de educandos de uma escola municipal, situada no município de Cuiabá, MT. Os referidos alunos estudam no período noturno, sendo escolhidos para participar da pesquisa pelo motivo de estarem hoje com idades superior a 40 anos e se veem impotentes diante de algumas situações que lhes exigem o “saber” da leitura e da escrita. A sala de aula, hoje dentro de um contexto muito mais de socialização, traça novos rumos a esses alunos, a quem a vida deserdou do conhecimento sistematizado que a escola proporciona.

Ao reportarmos aos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos não nos é permitido ser limitados, detendo-nos no fato de que no contexto educacional há um grande contingente de analfabetos funcionais, os quais, na verdade, são os homens e mulheres que na sua vida conseguiram viver e conviver sem os saberes construídos e constituídos pela escola. Esses, então, são os nossos sujeitos, os nossos educandos são os cidadãos que vivem e participam ativamente da vida de um povo, de uma cidade de um país.

Ao longo de alguns anos vivenciando experiências com salas de aula na Educação de Jovens e Adultos, foi possível conhecer diferentes públicos, em diferentes espaços. As salas de aula de alfabetização em EJA trazem, porém, características bastante parecidas às mostradas há dez anos. Salas heterogêneas com homens e mulheres de diferentes idades, com jovens entre 16 a 29 anos, que são gerações contemporâneas, porém, com razoáveis diferenças de comportamentos e interesses, se comparados aos adultos de 30 a 60 anos. Para os mais jovens, percebemos um menor compromisso, pois a EJA deixa de ser a escola convencional e passa a ser um modelo alternativo de saberes, uma vez que muitos desses saberes construídos no dia a dia na prática, se diferencia dos conceitos apresentados na sala de aula. E se a escola deixa a porta aberta, esse aluno vai embora, aparentemente, sem comprometimento consigo mesmo ou com aqueles que ainda acreditam que ele poderá estar incluído naquele grupo. Com raríssimas exceções, a maioria desses jovens vem cumprir pena alternativa, são dependentes de drogas, não convivem com as

famílias, não possuem referências. Infelizmente, sem nenhuma perspectiva de vida passada ou futura, se frustram ao encontrar na educação métodos que pouco acrescentam às suas vidas.

Já aqueles que se situam entre 30 a 60 anos trazem certo receio e uma pressa do saber, pertinente àquele sujeito que precisa recuperar urgentemente o tempo perdido. Porém, a vida adulta traz inúmeros compromissos e deixa esse aluno a mercê de um tempo que nem sempre dispõe. Vem às aulas, mas junto com os cadernos traz também o cansaço e a preocupação do trabalho por fazer, do filho por cuidar, do parente a auxiliar. Nem sempre consegue terminar o ano letivo, pois o trabalho e o cansaço falam mais alto que a sede e a necessidade do saber sistematizado.

Ao analisar gerações tão diferentes, com divergências de ideias e ideais, enxergaremos também o tempo, trazendo o resgate do saber “ler e escrever”. A vida retoma seu princípio naquele que por ordem do acaso ou do destino se privou ou foi privado do desse “saber”. E dentro de uma concepção simplista, mas concreta, quer o resgate do tempo perdido, talvez em busca da inclusão social.

## ■ 2 A ANDRAGOGIA PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Furter (1973) definiu Andragogia como a filosofia, ciência e a técnica da educação de adultos. A palavra Andragogia deriva das palavras gregas andros (homem) + agein (conduzir) + logos (tratado, ciência), referindo-se à ciência da educação de adultos. A Andragogia deve ser entendida como a filosofia, a ciência e a técnica da educação de adultos. Ao longo dos anos a educação de adultos tem se tornado cada vez mais necessária, porém, muito deficitária, no sentido de atender as expectativas do educando que mesmo à margem social, no sentido de escolarização e dos saberes da escola, procura e se encontra inserido no mundo do trabalho, embora isso lhe custe, às vezes de maneira sobre-humana, a sobrevivência no dia a dia.

A Andragogia, de maneira relevante, pode ser a resposta para esta necessidade educacional. Diante das características psicológicas, físicas e talvez existenciais dos adultos, que trazem em sua bagagem a vivência e a experiência, diferentemente da criança, eles se tornam sujeitos do processo de ensino/aprendizagem. Deve-se levar em conta que esse sujeito pode ser considerado

como agente capaz, autônomo, dotado de inteligência, consciência, experiência de vida e motivação interna; assim sendo, temos um fator essencial no aspecto educacional: o propósito de conduzir e se deixar conduzir, trazido pela ciência Andragógica. Enfim, do ponto de vista andragógico, é imprescindível procurar tirar o máximo proveito das características peculiares dos adultos, deixando claras as etapas do processo que conduz a uma aprendizagem mais fácil, profunda, criativa e que faça realmente sentido em suas relações pessoais e profissionais.

Os professores, na Andragogia, desempenham um papel diferente daqueles do ensino clássico. Mais do que ser um bom orador e conhecer o assunto a ser ensinado, ele precisa ter habilidade para lidar com pessoas, orientar, criar empatia, incentivar, conduzir grupos de estudos de modo discreto, na direção desejada. O ambiente de atividades andragógicas é diferente daquele da pedagogia clássica. Na disposição física, não há lugar especial para o professor, que se posta junto com os alunos, geralmente dispostos em círculo numa sala ou em volta de uma mesa de trabalho (circular). O processo é centrado no aluno, não no professor. O programa, esboçado pelo professor em linhas genéricas, será discutido, aprofundado, reformulado e finalmente aprovado por todo o grupo de trabalho. Daí em diante, o professor deverá apenas tornar o ambiente propício à construção dos saberes, sem esquecer de respeitar o tempo e o limite de cada um.

Para Berger e Luckmann (1974, apud Oliveira, 1999), a relação entre o homem, o produtor, e o mundo social – produto dele – é sempre uma relação dialética, ou seja, o indivíduo e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. Toda atividade humana está sujeita ao hábito e, quando isso ocorre, um significado se inclui a ela. Por meio do processo de interiorização, o mundo de coisas e significados é concebido como uma realidade exterior. Assim, institui-se um mundo experimentado como realidade objetiva. Muitas vezes a escola voltada à formação do indivíduo como um todo não se preocupa em trazer até esse sujeito aquilo que realmente lhe importa e lhe convém, tornando-se repetitiva e formal, impondo conteúdos e propostas educativas que alcançam apenas aos que ainda conseguem frequentar o ensino regular. O frequente questionamento sobre a forma de organização na escola de conteúdos, métodos e formas de se ensinar tem causado muitas interrogações aos educadores envolvidos nessa modalidade.

Estar inserido para esse sujeito talvez seja muito mais importante que o saber sistematizado que a escola traz, e muitas vezes ele nem sequer consegue entender os símbolos, a ordenação de letras e números. E, no dia a dia, se ausenta por motivos inerentes à idade, sente dores, adoeceu, alguém da família partiu, precisou cuidar do netinho, ainda não conseguiu o almejado óculos, e, na maioria dos casos, o trabalho ainda continua sendo fator impeditivo, não só para vir à escola, mas para estar apto a sistematizar os saberes. Essas e outras questões fazem parte da escola de Educação de Jovens e Adultos. Gente simples, mas de grandes saberes cruzam os caminhos dos diferentes saberes, dentro do âmbito escolar.

Kruppa (2006) define bem a situação do trabalhador na empresa solidária, mostrando o movimento inverso da que vive na empresa capitalista. Nesta, sua responsabilidade limita-se ao cumprimento das tarefas que lhe são designadas; como empregado, ele está excluído dos resultados da firma, sejam esses positivos (lucros) ou negativos (prejuízos). A propriedade privada de meios “individuais” de produção caracteriza a pequena produção de mercadorias, não o capitalismo (KRUPPA, 2006).

A possibilidade de trabalho em sala de aula e fora dela, dentro de um contexto de mundo do trabalho para e com a economia solidária, desperta um desejo de se saber como fazê-lo. Como trazer para dentro da escola os saberes que podem propiciar conhecimentos explícitos e implícitos dentro de uma perspectiva de se aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser, caracterizado pelos pilares da educação? Que conteúdos trazer para cada etapa e fase da EJA a fim de acrescentarmos conhecimentos à vida e para a vida dessas pessoas, sem que necessariamente fuçamos dos saberes já adquiridos por esses sujeitos?

Embora muitos educadores já colaborem para que esse processo aconteça, poucos contextualizam e sistematizam de forma categórica essa forma de promover a sistemática dessa educação. A disposição didática, a forma de alinhamento de competências e habilidades, dentro de uma perspectiva daquilo que o indivíduo já desenvolveu e o que ainda precisa desenvolver é, ainda, o grande desafio.

Para Gomes (1996), a dialética da escola tem como objetivo claro e prioritário a socialização dos alunos e prepará-los ou incorporá-los ao mundo do trabalho. Há de lembrar que essa preparação requer o desenvolvimento das novas

gerações para o conhecimento e desenvolvimento de novas ideias, capacidades, atitudes e comportamentos. Os sujeitos com as mais diferentes características interagem e interferem de forma direta ou indireta no desenvolvimento uns com os outros. O aprendizado do adulto aprendiz necessita de uma filosofia educacional específica, realizada através de técnicas que utilizem de análises diagnósticas individuais e coletivas para potencializar seu aprendizado.

### ■ 3 O PERFIL DO EDUCANDO DE EJA E SUAS EXPECTATIVAS

A experiência pessoal é outra dimensão psicológica do adulto. Durante sua vida, ele vivencia fatos, aprendizados, acertos, erros, alguns gratificantes outros desagradáveis, vivências subjetivas, que são incorporadas à sua identidade, à sua personalidade e à sua maturidade psicológica. Marcados, assim, pelas vivências, construindo-se e criando-se a si próprios, os adultos reagem de forma pessoal, diferente perante situações idênticas, o que precisa ser considerado na aprendizagem. Agricultores familiares, garimpeiros, artesãos, catadores de lixo e tantos outros trabalhadores que possuem seus próprios meios de produção não se confundem com o capitalismo, antes, antepõem-se a ele e tendem a integrar a Economia Solidária. É o que acontece quando se associam, de forma igualitária, em geral para aproveitar as vantagens pecuniárias de compras e vendas em comum, sem renunciar à autonomia de produtores individuais ou familiares (KRUPPA, 2006).

Segundo Oliveira (1999), o adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo. Ele é, geralmente, o migrante que chega às grandes metrópoles, proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo.

Dentro dessa perspectiva migratória, é que gostaríamos de mostrar nossa realidade local, das pessoas que compõem a nossa realidade, em nossas

escolas municipais. A partir de alguns questionamentos e argumentações reais deixarmos os registros de alguns de nossos alunos, aqueles que atualmente compõem nossas salas de aula. Seus desejos e expectativas com relação à educação no século XXI, os conhecimentos e as formações trazidas em seus conceitos de vida e trabalho, suas experiências e conhecimentos adquiridos. Para Morin (2003), há dois paradigmas opostos acerca da relação homem/natureza. No primeiro, ele declara a inclusão do ser humano na natureza, fazendo deste um ser natural. No segundo, o autor defende uma separação ou o que chama de disjunção dos termos natureza e o humano, como termos diferentes entre si, impedindo a unicidade.

A perspectiva paradigmática cartesiana apresenta a separatividade entre o sujeito e o objeto, cada qual na esfera própria: a filosofia e a pesquisa reflexiva, de um lado, a ciência e a pesquisa objetiva, de outro. Esta dissociação atravessa o universo de um extremo ao outro. O Sujeito/Objeto a Alma/Corpo, o Espírito/Matéria, a Qualidade/Quantidade, Finalidade/Causalidade, Sentimento/Razão, Liberdade/Determinismo, Existência/Essência. Revela-se, desse modo, segundo o autor, a ideia de mundos distintos, porém, inter-relacionados. Este paradigma promove uma dupla visão do mundo, mas de fato, o desdobramento do mesmo mundo: de um lado, o mundo de objetos submetidos a observações, experimentações, manipulações, e, de outro lado, o mundo de sujeitos que se questionam sobre problemas de existência, de comunicação, de consciência, de destino.

Sendo o homem um ser plenamente biológico, somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura. Não há cultura sem cérebro humano. Esse aparelho biológico dotado de competência para agir, perceber, saber, aprender, o diferencia dos demais, fazendo-se diante de sua autonomia, o coordenador do mundo dos sujeitos (MORIN, 2003).

Finalmente, existe a relação triádica indivíduo/sociedade/espécie. Os indivíduos são produtos do processo reprodutor da espécie humana, as interações entre indivíduos produzem a sociedade, que testemunha o surgimento da cultura e que retroage sobre os indivíduos pela cultura (MORIN, 2003).

Para o autor, no nível antropológico, a sociedade vive para o indivíduo, o qual vive para a sociedade; a sociedade e o indivíduo vivem para a espécie, que vive para o indivíduo e para a sociedade. Sugere-se, dentro de uma visão

relacional, o meio e fim. A cultura e a sociedade garantem a realização dos indivíduos e são as interações entre indivíduos que permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade. Partindo-se desse pressuposto, entre indivíduo, sociedade e espécie podemos indagar sobre a importância desse sujeito na evolução de sua espécie e, conseqüentemente, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sendo o indivíduo portador da dimensão humana que o faz pensar, fazer e ser, seria esse mesmo indivíduo o construtor de seu progresso como ser autônomo, com o sentido do pertencer a um grupo. Isso nos remete ao perfil do sujeito na sociedade escolar, pois a partir do momento que o sujeito pertence “a”, ele é capaz de atuar e transformar, para socialmente desenvolver a espécie a que pertence.

A partir dos depoimentos dos alunos da escola municipal, pertencentes à primeira fase do 1º segmento da EJA, do período noturno, fizemos questionamentos pertinentes a suas vidas, procurando entender o que os trouxe ao ambiente escolar e as expectativas que trazem com relação à escola. Questionamos sobre os seguintes aspectos: nome, idade e a profissão que exerciam; quando haviam frequentado a escola pela última vez e o tempo que havia durado essa experiência; o significado da escola hoje, a suas expectativas com relação à mesma.

Desse diálogo, obtivemos os seguintes depoimentos:

- a) Maria Conceição da Silva, casada, nascida e criada em Cuiabá – MT, do lar.

*Estudei na zona rural quando ainda criança, até os 10 anos de idade, e pouco ou quase nada do que aprendi foi na escola. Não tinha escola perto. Voltei à escola pelas leituras da bíblia na igreja. E espero vir a aprender a ler para ler a bíblia. Também venho à escola por que gosto da alegria de estar com colegas e professores.*

- b) Terezinha Vieira Rodrigues, maranhense, 44 anos, do lar, recém-chegada de Brasília onde residia com a família, mora no bairro Bela Vista em Cuiabá – MT.



*Estudei na escolinha do interior do Maranhão, quando menina, mas logo fui pra roça trabalhar, arrancar mandioca, capina... Só fiz a 1º série. Estou voltando agora. Aprendi a fazer meu nome e ler um pouquinho perguntando, lendo placa, olhando o nome do ônibus, tudo na marra. Hoje, a igreja me despertou, vou tentando ler a bíblia, tem letra de forma. Quero aprender mais, professora! Desenvolver. Não tive oportunidade, não quero continuar dependendo dos outros. Quero fazer concurso.*

- c) Osvaldino de Arruda, casado, natural de Cuiabá – MT, morador do bairro Planalto, casa própria, com 59 anos. Eletricista aposentado.

*Nunca fui à escola, professora, fui aprendendo a assinar o nome com minhas filhas. Resolvi voltar a estudar também por influência e pedido delas. Quero aprender a ler e escrever, mas sei que depende também do meu interesse. Eu dirigia, depois que bati o carro, sinto medo, venho pra escola de ônibus, mas tenho aprendido muito aqui na escola. A escola é boa, os professores são bons, depende do meu interesse.*

- d) Severino Carneiro de Freitas, natural do Ceará, 62 anos, morador do bairro Planalto em Cuiabá – MT, pintor profissional, ainda atuante no mercado.

*Estudei só quando menino, lá no Ceará, depois me mudei, casei e tive que trabalhar pra sustentar a casa. Hoje, meus filhos estão formados professora, por isso voltei a estudar pra aprender um pouco. Sei fazer conta, mas nesses dois anos aqui na escola já aprendi muito, já consigo ler placas, bilhetes. Antes trabalhava à noite, também, não tinha tempo de estudar. Agora já formei meus filhos... agora é minha vez.*

- e) Argemiro dos Santos, 58 anos, cuiabano, morador do Bairro Bela Vista em Cuiabá – MT, motorista atuante, declara:

*Estudei quando menino, aí nos mudamos para um lugar que não tinha escola, meus pais se separaram, aí viemos pra cidade; voltei pro supletivo onde aprendi um pouquinho, com 16 anos. Aos 18 fui*

*para o quartel e abandonei de vez a escola. Estou voltando agora porque preciso aprender mais um pouquinho, lembrar do que já sabia e aprender o que não sabia. Quanto mais aprender melhor.*

- f) Isaurino Gomes de Lima, 57 anos, nascido em Jaciara – MT, caminhoneiro de profissão. Reside no bairro Bela Vista, em Cuiabá – MT.

*Estudei em uma escola só até a quarta série, em Santo Antônio de Leverger. Depois fiz um curso no SEST-SENAC para poder viajar com caminhão. Resolvi voltar a estudar porque está muito difícil trabalhar sem estudo. O mercado tá difícil... Tenho dificuldade em ler placas, ler notas. Tenho que aprender pra facilitar minha vida. Tenho que fazer exame de vista também..."*

Como se percebe, são depoimentos que emocionam pela história de exclusão e, ao mesmo tempo, pela luta para superar essa condição. Essas histórias de vida remetem à reflexão sobre o papel da escola, em especial na modalidade de EJA.

Segundo Perez-Gómez (1983), para entendermos a função educativa da escola é necessária a análise de fatores explícitos acadêmicos ou sociais que configuram a ação e o pensamento dos alunos. A análise das individualidades e as realidades coletivas nos remetem às possibilidades e às limitações que ficaram impressas em sua conduta ou pensamento.

Ao nos permitir apreender e olhar em conjunto o contexto, o meio ambiente, o local e o global, o multidimensional, as atitudes, valores dos nossos alunos, é possível compreender igualmente as condições objetivas e subjetivas de sua permanência ou ausência ao contexto escolar. Para Perez-Gómez (1983), ainda é necessário abarcar os fatores que determinam o grau de participação e domínio dos próprios alunos e os modos de convivência, de maneira que se possa chegar a compreender o grau de alienação ou autonomia dos estudantes, quanto a seus próprios processos de produção e intercâmbio no ambiente escolar. Partindo-se desse pressuposto, em uma análise mais específica, a escola é, hoje, corresponsável pelo fracasso ou sucesso do aluno e dela faz parte. A compreensão não está única e exclusivamente no processo educativo, mas na análise do sujeito enquanto "ser" portador de outros saberes, que vão além e aquém do banco escolar.

A função educativa da escola dentro da pós-modernidade deve se concretizar em eixos de função compensatória das desigualdades e em respeito à diversidade, sendo também facilitadora na construção de conhecimentos para pensar e agir democraticamente, numa sociedade não democrática (PEREZ-GOMÉZ; SACRISTÁN apud ENGUITA, 1990)

Para Morin (2003), podemos igualmente confiar nas possibilidades cerebrais do ser humano ainda em grande parte inexploradas; a mente humana poderia desenvolver aptidões ainda desconhecidas pela inteligência, pela compreensão, pela criatividade. Como as possibilidades sociais estão relacionadas com as possibilidades cerebrais, ninguém pode garantir que nossas sociedades tenham esgotado suas possibilidades de aperfeiçoamento e de transformação e que tenhamos chegado ao fim da História. De acordo com o autor citado, nossa mente, inconscientemente tende a selecionar as lembranças que nos convêm e a recalcar, ou mesmo apagar, aquelas desfavoráveis, e cada qual pode atribuir-se um papel vantajoso. Tende a deformar as recordações por projeções ou confusões inconscientes. Existem, às vezes, falsas lembranças que julgamos ter vivido, assim como recordações recalçadas a tal ponto que acreditamos jamais as ter vivido. Assim, a memória, fonte insubstituível de verdade, pode ela própria estar sujeita aos erros e às ilusões, o que mais nos chama atenção dentro desse paradigma da inserção social, seja pelo convívio em e para a sociedade. A autonomia exige que esse mesmo sujeito busque e melhore os meios de conhecimento, seja na chamada escola, igreja ou qualquer outra, é a necessidade que o indivíduo tem de se sentir incluso, ser visto e respeitado socialmente dentro de uma convivência normal e pacífica. Podemos analisar essas questões nos depoimentos dos alunos. As questões apontadas e relacionadas à infância se traduzem em fatores determinantes para o fracasso escolar e demonstram claramente a insatisfação pessoal.

Nesse sentido, a escola passa a ter um papel de fundamental importância, principalmente para esse sujeito adulto que permeia os espaços escolares não em busca de um aprendizado comum, mas uma complementação para vida, para o dia a dia, talvez para suprir o seu próprio ócio.

Quantos sofrimentos e desorientações foram causados por erros e ilusões ao longo da história humana, e de maneira aterradora, no século XX! Por isso, o problema cognitivo é de importância

antropológica, política, social e histórica. Para que haja um progresso de base no século XXI, os homens e as mulheres não podem mais ser brinquedos inconscientes, não só de suas ideias, mas das próprias mentiras. O dever principal da educação é de armar cada um para o combate vital para a lucidez (MORIN, 2003, p. 32.)

O conhecimento do mundo como mundo é necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital. Aqui se põe o desafio de todo cidadão do novo milênio, ter acesso às informações sobre o mundo e ter a possibilidade de articulá-las e organizá-las. Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é necessária a reforma do pensamento. Esta reforma é paradigmática e, ao mesmo tempo, não programática: essa é a questão fundamental da educação, já que se refere à nossa aptidão para organizar o conhecimento (MORIN, 2003).

## ■ 4 CONCLUSÃO

A partir do depoimento e testemunho dos alunos, poderemos nos interrogar que caminhos opostos nos podem levar a um caminho comum... Como ensinar alguém que já aprendeu tanto com a vida, que traz saberes e experiências que muitos jamais conheceriam ou seriam capaz de viver?

Podemos perceber que temos pessoas com a mesma faixa etária de idade, que, embora trazidos ao contexto escolar pelo simples e necessário desejo de aprender a codificar e decodificar a escrita, depositam nessa expectativa sonhos e frustrações, que provêm de uma infância abandonada ou excluída da escola. Há nisso um paradigma que precisa ser rompido. Entendemos que é necessário um olhar para o novo, o qual sustente o saber do velho e que, ao mesmo tempo, energize o saber do moço. É preciso mostrar a esperança para o jovem ainda criança e para o velho que se vê novo. É preciso conciliar a porta do presente com as janelas do passado. É preciso tornar o saber conciso, preciso, de modo a interessar. É preciso retomar a disciplina que ajuda a educar. É preciso ensinar planejamento àquele que não aprendeu a pensar. É preciso colocar sentimento, naquilo que se vai ensinar. É preciso ter o diálogo como matéria interdisciplinar. Em suma, é preciso acreditar em educação para se aprender a educar.

## ■ 5 REFERÊNCIAS

FURTER, Pierre. **Educação permanente e desenvolvimento cultural**. (Trad. Teresa de Araújo Pena). Petrópolis: Vozes, 1974. 224p.

KRUPPA, Portella Sonia M. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2000

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999.

SACRISTÁN, J. Gimeno; PERES-GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1996.

# PROJETO DE INTERVENÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO AÇÕES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

MARILENE DE SOUZA CARVALHO<sup>1</sup>

MARIA DAS GRAÇAS MARTINS DA SILVA<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar um relato sobre o Plano de Implementação em Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos realizado nas salas anexas da Escola Municipal de Educação Básica Jescelino José Reiners, que funcionam no Centro de Convivência de Idosos Aidêe Pereira do Nascimento, no bairro Novo Horizonte, atendendo o I segmento (1ª e 2ª Fase) desde o ano de 2010. Para o estudo, realizamos pesquisa bibliográfica, análise e apontamentos sobre o projeto de intervenção bem como orientações pedagógicas. Estas ações proporcionaram motivação, maior participação nas aulas, possibilitando reflexões sobre a práxis educativa, propiciando ao mesmo tempo um ambiente mais afetivo e humanizante, com vistas a uma aprendizagem de qualidade, considerando que esse vínculo entre os atores do processo ensino/aprendizagem os transforma, para a busca de conquistar o seu espaço na sociedade.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Educação de Jovens e Adultos. Ações Pedagógicas.

---

1 Marilene de Souza Carvalho, Graduada em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Cuiabá – UNIC/MT. Especialista em Instrumentalização do Ensino de Ciências Naturais e Meio Ambiente. Professora efetiva da Rede Municipal de Educação, Assessora Pedagógica de Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo. E-mail: marycarvalho27@gmail.com.

2 Maria das Graças Martins da Silva, Pós Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2013), Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (1999), graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (1983). E-mail: gracams2@hotmail.com.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Este artigo<sup>3</sup> tem por objetivo apresentar um relato sobre o plano de implementação em Economia Solidária aplicado na Educação de Jovens e Adultos nas salas anexas da Escola Municipal de Educação Básica Jescelino José Reiners, que funcionam no Centro de Convivência de Idosos Aidêe Pereira do Nascimento, no bairro Novo Horizonte, atendendo o I segmento (1ª e 2ª Fase), desde o ano de 2010.

Abordar a Educação de Jovens e Adultos é lembrar-se da grande massa de pessoas, que ao longo da história do Brasil foi excluída e alijada dos processos educativos; desta forma, não é possível tratar a Educação de Jovens e Adultos sem lembrar-se de Paulo Freire e da Educação popular para a classe trabalhadora.

Nesse contexto, devemos enfatizar que a proposta de Educação Popular, de Paulo Freire, foi construída num passo a passo, buscando entender as diretrizes da educação de adultos e procurando perceber o processo cognitivo de seu conhecimento, que é eminentemente voltado para as questões essenciais, na construção do ser como um todo: política, ética, humanista e democrática. O seu maior desafio era despertar nas camadas populares o direito de participar da sociedade, e nisso atingir o nível de consciência crítica, demanda de quem faz a educação conscientizadora que começa em ler a palavra, lendo o mundo: O ato de ler o mundo implica uma leitura dentro e fora de mim. Implica na relação que eu tenho com esse mundo (FREIRE, 1981).

Para Gadotti,

A educação popular, como prática pedagógica e educacional pode ser encontrada em todos os continentes, manifestadas em concepções e práticas muito diferentes e até antagônicas. A educação popular passou por diversos momentos epistemológicos – educacionais e organizativas, desde a busca pela conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa da escola pública popular comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nos últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências. (GADOTTI, 1999, p. 6).

3 Artigo apresentado ao Curso de Especialização Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, ministrado pelo Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, em parceria com o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades.

Assim, “todo o conhecimento de mundo ou de causa”, como costumamos chamar, que o educando traz consigo tem que ser valorizado, uma vez que essa construção foi vivenciada por ele. Com isso, a proposta freireana de alfabetizar tem como intenção maior proporcionar aos esquecidos da política de educação, a oportunidade de sair da situação de “ser menos”, para uma situação de “ser mais”, ao permitir que analfabetos e analfabetas resgatem a sua dignidade perdida durante anos de incompetência daqueles que deveriam cuidar das pessoas, dando-lhes o direito de terem acesso ao mundo do conhecimento. Neste caso, o educador, deve ser um mediador. Segundo Freire,

A ação docente é a base de uma boa formação escolar e contribui para a construção de uma sociedade pensante. Entretanto, para que isso seja possível, o docente precisa assumir seu verdadeiro compromisso e encarar o caminho do aprender a ensinar. Evidentemente, ensinar é uma responsabilidade que precisa ser trabalhada e desenvolvida. Um educador precisa sempre, a cada dia, renovar sua forma pedagógica para, da melhor maneira, atender a seus alunos, pois é por meio do comprometimento e da “paixão” pela profissão e pela educação que o educador pode, verdadeiramente, assumir o seu papel e se interessar em realmente aprender a ensinar. (FREIRE, 1979, p. 15).

Este estudo pauta-se no princípio de que a educação é um direito humano de todos, independentemente de sua faixa etária, desta forma, os idosos pesquisados estão na faixa etária acima de 60 anos e estão em fase de escolarização na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, na turma da 2ª fase, sendo um total de 25 educandos. Estes idosos participam das aulas no Centro de Convivência de Idosos Aidêe Pereira do Nascimento. Salientamos que a Educação de Jovens e Adultos visa o aprender ao longo da vida. A Declaração de Hamburgo, em seu Art. II, destaca que:

A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas, tornando-se fundamental para o exercício da cidadania e para o processo de inclusão social. Esta Declaração, em seu Art. III conceitua a educação de jovens e adultos como:



[...] processo de aprendizagem formal ou informal, onde pessoas consideradas 'adultas' pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seus conhecimentos e aperfeiçoam suas qualificações técnicas ou profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as da sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos. Nesta perspectiva, a Educação de Jovens e Adultos acontece ao longo da vida, em diferentes espaços e atores educacionais e da vida social. (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, 1997, p. 18-19).

A escolha deste relato pautou-se no atendimento ao proposto na disciplina de "Educação de Jovens e Adultos e Mundo do Trabalho I", no âmbito do curso de especialização realizado pelo Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. A realização desse trabalho para os fins da disciplina proporcionou uma reflexão sobre a referida experiência, que elegemos nesse texto como objeto de estudo. Cabe explicar que a experiência objeto de análise do presente texto foi diretamente desenvolvida por uma professora da Escola Municipal de Educação Básica Jescelino José Reiners e foi compartilhada por esta pesquisadora, na condição de assessora pedagógica da Secretaria Municipal de Cuiabá.

Para este estudo, realizamos pesquisa bibliográfica, análise e apontamentos sobre o projeto de intervenção, bem como orientações pedagógicas. A partir das orientações dadas ao projeto, como assessora pedagógica de Educação de Jovens e Adultos, dos apontamentos, da análise do relatório de aplicação do projeto pela professora referida, dos pontos positivos e negativos apresentados no desenvolvimento das atividades e da continuidade do projeto, buscamos refletir sobre as ações pedagógicas realizadas. Do ponto de vista da Educação de Jovens e Adultos em diálogo com a Economia Solidária, concluímos que estas ações proporcionaram motivação, maior participação nas aulas, possibilitando reflexões sobre a práxis educativa, propiciando ao mesmo tempo um ambiente mais afetivo e humanizante, com vistas a uma aprendizagem de qualidade, considerando que esse vínculo entre os atores do processo ensino/aprendizagem os transforma, para a busca de conquistar o seu espaço na sociedade.

Neste sentido, um currículo onde a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária se comunicam é considerado artefato social e cultural que irá trazer o saber local para a prática na sala de aula. Ou seja, partindo do primeiro eixo temático da Educação de Jovens e Adultos, “trabalho como princípio educativo”, a educação está ontologicamente ligada ao processo de trabalho, pois é uma prática social relacionada às formas pelas quais o homem produz e reproduz a própria existência na história.

## ■ 2 BREVE HISTORICO SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR

Ao tratar de Educação Popular como forma de movimento social, realizaremos uma breve discussão do termo popular. Segundo Souza (2013, p. 16) “O termo popular surge em dois contextos: a) como uma expressão indicadora de categorias de indivíduos dispersos e segregados; b) em outro momento como ideia de sujeito individual e coletivo constituído e em conflito”.

Referindo-se ainda ao chamado “popular” Gadotti (2007) apud Souza (2013, p. 16) afirma que:

O educador pensa o futuro, está voltado para o futuro, mas sua ação cotidiana está totalmente engajada no presente. Sua ação, portanto, é uma ação contraditória. Por isso as relações entre o pensamento utópico e a ação pedagógica são complexas e dialéticas. É por isso, também, que a utopia pedagógica deve ser concreta, para não se tornar uma abstração delirante (GADOTTI, 2007, apud SOUZA, 2013, p. 16).

Outro autor que discute o referido termo “popular”, Melo Neto (2004) citado por Souza (2013), nos sensibiliza a pensar em outros sentidos de popular como: educação popular – educação para autonomia; popular e classes populares; popular ou do povo, povo que expressa as camadas subalternas da sociedade, e, mais no final do século passado, popular evoca projeto de transformação social. Ele conclui:

Popular adquire uma plasticidade conceitual, exigindo para os dias de hoje, uma definição que, rigorosamente, passa por movimentos dialéticos intrínsecos ao próprio conceito,

inserido no marco teórico da tradição e atualizado para as atuais exigências. Nesta perspectiva, é possível mostrar um movimento conceitual que envolva os elementos que sempre estiveram presentes nos variados momentos históricos e outros que foram sendo assimilados com o tempo (MELO NETO, 2004, apud SOUZA 2013, p. 16).

Souza (2013) argumenta que:

A educação popular é tida como um artefato para a sedimentação, recomposição do poder político e das estruturas socioeconômicas. Assim, incluir a proposta de uma Educação Popular no contexto escolar será uma tarefa desafiante, pois o objetivo supera o conceito de interdisciplinaridade e transcorre em diversos âmbitos do currículo, integrando-o à realidade de forma coesa e significativa para o educando. (SOUZA, 2013, p. 17).

Dessa forma, Freire (1970) defende que:

Em linguagem direta: os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade. Aos que constroem juntos, o mundo humano, compete-lhes assumirem a responsabilidade de dar-lhes direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo. (FREIRE, 1970, apud SOUZA, 2013, p. 17).

Nesta circunstância, Gadotti (1997) destaca que nas últimas décadas vêm-se repensando, inclusive, a função da educação e da própria Instituição Escolar, sendo que na sociedade capitalista tem como compromisso servir de instrumento principal à continuidade de uma pedagogia tradicional, reiterando nos educandos a lógica da ideologia da classe dominante. Em compensação, surge a Educação Popular, coberta de um caráter socialista e democrático, que se propõe, através de projetos contemporâneos, a concepção de mudança social, pois para o autor:

A Educação Popular e socialista não é uma ideia abstrata, nem uma utopia pedagógica. Ela se encontra em desenvolvimento entre nós, por exemplo, no próprio processo de resistência e de luta pela superação das desigualdades. Neste momento, no Brasil, ela constitui-se um instrumento dessa luta. Só uma sociedade de iguais, uma sociedade sem classes, lhe conferirá estatuto pleno. (GADOTTI, 1997 apud SOUZA, 2013, p. 17).

Mediante essa concepção, é oportuno caracterizar os diferentes autores da temática Educação Popular, desse modo Guevara (2006) referido por Souza (2013, p. 17) “apresenta dois referenciais que permitem identificar as perspectivas das experiências da educação Popular colocando em contraponto o que Pedro Pontual considera eixos temáticos da vida e obra de Paulo Freire”.

A seguir, no Quadro 1 apresentamos a comparação entre as concepções de Paulo Freire na visão Pedro Pontual e Marco Raul Mejia, Wenceslau Moro e Alfonso Torres (GUEVARA, apud PONTUAL, 2002).

**Quadro 1** - Características da Educação Popular e atualidade de Paulo Freire

| Síntese realizada de acordo com: Marco Raul Mejia, Wenceslau Moro e Alfonso Torres  | Vigência de Paulo Freire (de acordo com Pedro Pontual)   |
|---|--|
| Descobrir a conjuntura específica e o âmbito cultural nos quais atua. Parte do concreto, o mundo dos sujeitos dos setores populares.  | Um corpo teórico e uma pedagogia voltada à prática e à ação transformadora. A prática como base para gerar pensamento. |
| Um processo sistematizado e investigativo: capacidade crítica, dúvida, análise, atuação. Uma leitura crítica do caráter “injusto” da sociedade e do papel que tem a educação na sua reprodução. | Uma permanente e renovada leitura crítica do contexto  |
| Coerência entre concepção pedagógica e concepção política. Uma intencionalidade política emancipadora.  | Ação exclusiva com posicionamento e intencionalidade social e política emancipadora.                                   |

|  |   |
|--|---|
| Os sujeitos populares como protagonistas do seu próprio aprendizado e atores da sua emancipação. Um corpo privilegiado de influência a subjetividade dos sujeitos educativos. Explicita o conflito social: reconhecemo-nos dentro dele. Concepção dialética: metodologias apropriadas às características anteriores, método dialético e técnica participativa. | O diálogo e o conflito como fatores constitutivos de processos democráticos |
| Importância das condições de aprendizagem. Ênfase nos processos e não nos resultados.  | O gosto pela curiosidade, mediado por uma pedagogia da pergunta.            |
| O solidário antes do individual.   | Revalorização dos valores éticos do ser humano universal.                   |

**Fonte:** Quadro apresentado por GUEVARA, Nicolas. A educação popular no século XXI. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. In: SOUZA (2013, p. 18).

Assim como representado no quadro, a docente a qual nos referimos como tendo pautado a experiência relatada nesse texto, trabalhou os conteúdos propostos, através do diálogo, mediando os conflitos que estavam acontecendo, trazendo à tona todo um envolvimento com os discentes, construindo um processo dinâmico e esclarecendo o contexto de saúde, segurança e trabalhou através do método dialético que deu suporte a todo um aparato de conhecimentos que muito contribuíram para a autoestima da turma envolvida.

### ■ 3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM DIREITO A SER GARANTIDO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino, que passa todos os níveis da Educação Básica do país. Essa modalidade é destinada a jovens e adultos, atualmente extensiva aos idosos, que por algum motivo não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos. Qualquer visão prospectiva hoje, no campo da Educação de Jovens e Adultos, deve levar em conta as numerosas lições deixadas pela V Conferência Internacional de Jovens e Adultos – CONFINTEA. A Declaração de Hamburgo entende a Educação de Adultos como aquela que (GADOTTI, 2010, p. 11):

[...] engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. (CONFINTEA V, apud ROMÃO; GADOTTI, 2007, p. 128).

A CONFINTEA V deixou inúmeras lições, entre elas, podemos destacar as seguintes: a) reconhecer o papel indispensável do educador bem formado; b) reconhecer e reafirmar a diversidade de experiências; c) assumir o caráter público da Educação de Jovens e Adultos; d) ter um enfoque intercultural e transversal; e) a importância da Educação de Jovens e Adultos para a cidadania, o trabalho e a renda numa era de desemprego crescente; f) o reconhecimento da importância da articulação de ações locais; g) reconceituar a Educação de Jovens e Adultos como um processo permanente de aprendizagem; h) reafirmar a responsabilidade inegável do Estado diante da Educação de Jovens e Adultos; i) fortalecer a sociedade civil; j) reconhecer a Educação de jovens e Adultos como uma modalidade da educação básica; k) resgatar a tradição de luta política da Educação de Jovens e Adultos pela democracia e pela justiça social. (GADOTTI, 2010, p. 11).

Desta forma, falar em Educação de Jovens e Adultos nos remete ao direito à educação, que é reconhecido no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como direito de todos ao “desenvolvimento pleno da personalidade humana” e como uma necessidade para fortalecer o “respeito aos direitos e liberdades fundamentais”. A conquista desse direito depende do acesso generalizado à educação básica, mas o direito à educação não se esgota com o acesso, a permanência e a conclusão desse nível de ensino: ele pressupõe as condições para continuar os estudos em outros níveis.

A Constituição Federal de 1988 tornou a educação um princípio e uma exigência tão básica para a vida cidadã e a vida ativa, que ela se tornou direito do cidadão e dever do Estado. Tal direito é o primeiro dos direitos sociais listados no art. 6º da Constituição e explicitada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). A Educação Básica torna-se, dentro do art. 4º um direito do cidadão e um dever do estado em atendê-lo mediante oferta qualificada. O Ensino Fundamental, etapa do nível Educação Básica, foi proclamado um direito

público subjetivo. Esse caráter imprescindível do Ensino Fundamental está de tal modo ali inscrito que ele se tornou um direito de todos os que não tiveram acesso à escolaridade e de todos que tiveram este acesso, mas não puderam completá-lo. Assim, para a Lei Maior, o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito é um direito do cidadão, qualquer que seja ele. É dever do Estado, valendo esse direito também para os que não tiveram acesso a ele na idade própria.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, ao ser aprovada, reforça essa perspectiva. Por isso o § 1º do art. 37 é claro:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, esses jovens e adultos terão oportunidades de concluir. A educação de Jovens e Adultos representa outra nova oportunidade de acesso ao direito à educação escolar sob uma nova concepção, sob um modelo pedagógico e organização curricular própria. (Lei nº 9.394/96, Art. 37, §1º)

A Educação de Jovens e Adultos, na Rede Municipal de Educação no Município de Cuiabá, está pautada em uma proposta político pedagógica, respaldada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em seu artigo 4º, Inciso I, com uma proposta educacional fundamentada em uma pedagogia cuja base da ação educativa está, fundamentalmente, na experiência de vida do educando. É necessário, portanto, que o diálogo se faça presente em todas as ações pedagógicas, proporcionando vivências coletivas de valores, pesquisas e interação com o outro, garantindo a este segmento social o acesso à cultura letrada.

O currículo da Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Educação de Cuiabá (CUIABÁ, 2000) pretende garantir a educação básica para todos, não apenas como direito da população e dever de estado e do município, mas desenvolvendo o potencial do educando da Educação de Jovens e Adultos, possibilitando condições de:

- ✓ Dominar instrumentos básicos da cultura letrada, que lhe permita melhor compreender e atuar no mundo em que vive;
- ✓ Desempenhar de modo consciente o seu papel de cidadão no âmbito da família e da comunidade;
- ✓ Valorizar a democracia, desenvolvendo atitudes participativas, conhecendo seus direitos e deveres;

- ✓ Valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social;
- ✓ Incorporar-se no mundo do trabalho, com melhores condições de desempenho e participação;
- ✓ Exercitar a autonomia pessoal, com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais;
- ✓ Ter acesso a outras modalidades do ensino básico, assim como, a outras instituições que ofereçam oportunidade de desenvolvimento cultural.

O desafio da Educação de Jovens e Adultos é o de estimular o educando a aprender a aprender, proporcionando-lhe experiências desafiadoras e práticas significativas. A escola deve ser concebida como um espaço cultural, que através de vivências coletivas de valores, linguagens, pesquisas e interação com a comunidade, favoreça a construção da identidade, da autonomia, fortaleça os vínculos necessários para o engajamento aluno/escola/sociedade e promova a habilidade de reconstruir e construir conhecimentos, na esperança de que esta habilidade seja continua na vida dos adultos que passaram pela sala de Educação de Jovens e Adultos.

Desta forma, unir a Educação de Jovens e Adultos, com base na educação popular, considerando os princípios da economia solidária, poderia solidificar os marcos legais aqui expostos, bem como cumprir o papel social da escola.

#### ■ 4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA POSSIBILIDADE DE MUDANÇA

A Economia Solidária, segundo o Centro de formação em Economia Solidária (2013), é definida como o conjunto de atividades econômicas – produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão. Compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Trata-se de uma forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital.

A economia solidária é uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, na forma de uma corrente do bem que



integra quem produz, quem vende, quem troca e quem compra. Seus princípios são autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário.<sup>4</sup>

Ela vem se apresentando, nos últimos anos, como alternativa inovadora de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social.

Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. (PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 5).

Esse modelo de economia atende ao primeiro princípio da Educação de Jovens e Adultos, na qual os adultos, em sua grande maioria, são trabalhadores. Segundo o Instituto Labore, os dez princípios da Economia Solidária (ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013, p. 1) são:

1. **Autogestão:** Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa.

2. **Democracia:** A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois, o trabalho não fica mais subordinado ao capital.

3. **Cooperação** em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

4. **Centralidade do ser humano.** As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir satisfação plena das necessidades de todos e de todas.

5. **Valorização da diversidade.** Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual.

<sup>4</sup> Disponível em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

6. **Emancipação.** A economia solidária emancipa, liberta.

7. **Valorização do saber local,** da cultura do saber local e da tecnologia popular.

8. **Valorização da aprendizagem** e da formação permanentes.

9. **Justiça social** na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas a promoção do bem viver das coletividades e da justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana.

10. **Cuidado com o meio ambiente** e responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocupar com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade, das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico estimula a criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias, locais e regionais). Dessa forma, afirmam a produção local articulada com a perspectiva mais ampla, nacional ou internacional.

Pode-se dizer que os processos da Economia Solidária são educativos porque, entre tantas coisas, nos ensinam que não é preciso apenas driblar a lógica excludente do mercado capitalista, mas, além disso, fortalecer os processos constituintes de outras formas de produzir a vida. Sendo assim, tampouco a educação se reduz à criação de “metodologias” que, se apropriadas pelos educadores (também chamados de facilitadores e animadores), poderão garantir os objetivos dos processos pedagógicos. A metodologia vai mais além de promover dinâmicas de grupo e outras formas lúdicas que propiciam relações amistosas entre as pessoas.

Essa metodologia de produção, socialização e sistematização de conhecimentos e valores requer de nós, educadores, uma postura frente ao mundo e a nós mesmo. Se a educação não é neutra, mas caminha junto com nosso projeto de sociedade, precisamos refletir os referenciais teórico-metodológicos que fundamentam nossa prática cotidiana, os quais são de ordem política, econômica, filosófica, sociológica e epistemológica.

Sendo o trabalho o que define a existência humana, “a educação praticamente coincide com a própria existência humana” (SAVIANI, 1998, p. 148).

Por isso, além dos atores da economia solidária, os processos educativos inspirados na pedagogia da produção associada contemplam as práticas dos sujeitos da economia popular, ou seja, aqueles que se situam não apenas nos espaços da cooperativa e outra organização econômica popular, mas todos aqueles que, com a utilização de sua própria força de trabalho participam do processo de reprodução ampliada da vida (e não do capital). (TIRIBA, 2004, p. 13).

A luta constante, a mobilização dos segmentos da escola, movimentos sociais, poder público e sociedade civil organizada são caminhos para a construção do currículo da Educação de Jovens e Adultos, assim como espaços de reflexões e diálogo entre os saberes populares e científico. A organização desses conhecimentos precisa observar as correntes e teorias que envolvam a organicidade, os princípios, os objetos, metodologias, produtos da sistematização. O processo de sistematização deverá desenvolver uma reflexão da prática pedagógica no processo da teorização da ação ou a práxis pedagógica. Para Freire, a reflexão é o movimento realizado entre o fazer e o pensar, entre o pensar e o fazer, ou seja, no “pensar para o fazer” e no “pensar sobre o fazer”.

Nesta direção, a reflexão surge da curiosidade sobre a prática docente, com o alerta de que a curiosidade, inicialmente, é ingênua; no entanto, com o exercício constante, a curiosidade vai se transformando em crítica. Dessa forma, a reflexão crítica permanente deve constituir-se como orientação prioritária para a formação continuada dos professores que buscam a transformação através de sua prática educativa: a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O que se precisa é possibilitar que ao voltar-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica. A prática docente crítica, implicante do pensar certo, revolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer (FREIRE, 2001).

## ■ 5 PROJETO DE INTERVENÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS AIDÊE PEREIRA DO NASCIMENTO

O Centro de Convivência Aidêe Pereira do Nascimento tem como objetivo promover e oferecer à pessoa idosa: educação, sociabilidade, assistência social, busca da qualidade de vida, através de atendimentos de enfermeiros, hidroginástica, atividades física e terapias ocupacionais (com oficinas diversas) que permitem a sociabilidade e troca de experiências, promove a integração dos grupos, desenvolve a coordenação motora, estimulando o raciocínio, melhor qualidade de vida, além de oportunizar a complementação de renda, considerando que os produtos confeccionados nas oficinas têm boa aceitação do público, garantindo-lhes a participação na comunidade, assegurando-lhes o direito da cidadania, promovendo a dignidade, bem-estar e protegendo sua vida e saúde. Todo atendimento é realizado de forma inteiramente gratuita, tendo como única exigência para o ingresso nas atividades, possuir idade mínima de 60 anos.

O projeto de intervenção em Economia Solidária proposto para ser implementado nas unidades de ensino da Rede Municipal de Cuiabá, trouxe essa possibilidade de articular a realidade local com os saberes acadêmicos, dando aos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, um conhecimento articulado entre prática e teoria, fazendo com que os conteúdos tivessem significado na vida e significância de seu uso para a vida. Nesta experiência, começamos com o conhecimento das formas coletivas de organização desenvolvida por populações urbanas e rurais para o enfrentamento da crise do mundo do trabalho. As reflexões sobre a economia solidária têm nos levado a criar novas possibilidades de atuação na vida profissional unindo teoria e prática, voltando a atenção para o sujeito em sua universalidade e humanidade.

Trazer a economia solidária como tema de discussões reflexivas aos educandos da Educação de Jovens e Adultos vem reafirmar que a escola pode e deve transcender a experiência imediata, promovendo a reflexão crítica dos contextos mais amplos, auxiliando os sujeitos a reconstruírem a consciência social e de si, e a reformularem projetos pessoais e coletivos de futuro, cumprindo, desta forma, o que está proposto na matriz curricular para a Educação de Jovens e Adultos, nas Diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá.

Apresentamos a experiência realizada com a Economia Solidária na Sala de aula/anexa no Centro de Convivência de Idosos Aidêe Pereira do Nascimento, em 2014, onde realizei o acompanhamento como assessora pedagógica da Secretária Municipal de Educação na Educação de Jovens e Adultos.

Cabe registrar que como cursista do curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, promovido pelo Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, no primeiro módulo do curso, refletimos sobre os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, experienciamos a teoria com a prática das assessorias pedagógicas realizadas nas unidades escolares. Ter esse olhar ou lançar um novo olhar sobre os educandos foi de extrema importância, para os processos que se desencadeariam. Desde o início, começamos a vivenciar o processo de autogestão, um processo novo para que pudéssemos nos organizar no coletivo e pensar sobre o nosso processo de construção de conhecimentos. A professora do módulo Educação de Jovens e Adultos e Mundo do Trabalho I, iniciou a sua aula com uma mandala<sup>5</sup>; posteriormente, apresentou a organização do seu trabalho na disciplina e como deveríamos nos organizar por grupos, para que pudéssemos ser atores de nossa aprendizagem.

Foi apresentada esta nova possibilidade de organização social e autogestão das lutas dos trabalhadores e movimentos sociais, que revela para os (as) trabalhadores (as) a necessidade indissociável de autogestão da produção e da vida social (NOVAES; FARIA, 2011).

Seguindo os passos da autogestão, os grupos foram nominados de *Organização*, que ficou com a tarefa de elaborar um cronograma dos horários de entrada, saída das aulas, definir os horários do lanche, para análise e aprovação dos demais cursistas, bem como verificar a frequência dos colegas e contatar os colegas que faltassem aos encontros, etc. O segundo grupo foi nominado de *Animação*. Este ficou responsável, como o próprio nome diz, pela animação da turma, momentos de descontração para melhorar a fadiga e o cansaço. O terceiro grupo, *Memória*, responsável pelos relatos de todas as aulas, como forma de retomar as aprendizagens do dia, que apresentava no encontro seguinte. O quarto grupo, *Cuidados*. Esse grupo foi formado para orientar, monitorar, organizar o espaço físico e o lanche compartilhado, ter cuidado com os outros cole-

---

5 Mandala: é uma palavra de origem sânscrita que significa "círculo". É uma representação geométrica da dinâmica relação entre o homem e o cosmo. De fato, toda mandala é a exposição plástica e visual do retorno à unidade pela delimitação de um espaço sagrado e atualização de um tempo divino.

gas. As aulas aconteceram em um clima muito agradável, com retrospecto dos momentos estudados, estudos de textos e discussões sobre assuntos referentes à economia solidária, mundo do trabalho e Educação de Jovens e Adultos.

Seguindo os processos solidários, para encerramento da disciplina, foi proposta a implementação de um projeto de intervenção em Economia Solidária nas unidades de ensino, visto que neste curso de especialização há 42 educadores da Rede Municipal de Cuiabá.

O projeto de intervenção foi realizado nas 12 unidades de ensino, escolas estas onde os professores/cursistas atuam como professores ou assessores pedagógicos. As etapas foram: 1 – assessoria pedagógica para elaboração de documento orientativo para a atuação dos cursistas; 2- Encaminhamento de documentos oficiais (ofícios) para as unidades de ensino, informando as ações a serem realizadas bem como solicitando a participação, acompanhamento, e disponibilização de materiais necessários ao desenvolvimento das ações; 3 – Reunião com as equipes gestoras das unidades para mobilização dos professores e servidores; 4 – Mobilização dos educandos; 5 – Escrita do Projeto; 6 – Implantação; 7 – Resultados.

Desta forma, o projeto de intervenção proposto para o Centro de Convivência, teve como tema: SAÚDE, SEGURANÇA E TRABALHO. A justificativa da escolha deste tema remete ao conhecimento prévio realizado no começo do ano letivo (2014), sobre as experiências de vida dos educandos/idosos, dado que, além de ser aposentada, a grande maioria ainda exerce algum tipo de trabalho, neste caso produção de sabão e outros artigos. Através de observação percebeu-se que muitas discentes do Centro de Convivência de Idosos possuíam queimaduras provocadas pela produção de sabão caseiro. Dessa forma, emerge o projeto de intervenção, por meio de um ensino globalizado e contextualizado, numa perspectiva construtivista, viabilizando a experiência pelo desenvolvimento de projetos e em acordo com a matriz curricular, o plano de intervenção bem como o Projeto Político Pedagógico da instituição. Buscando neste eixo, o trabalho como princípio educativo, é que foi escrita a proposta do plano de intervenção.

Essa construção da proposta de intervenção na Educação de Jovens e Adultos, da Escola de Educação Básica Jescelino José Reiners, para o Centro de Convivência de Idosos Aidêe, se deu na medida em que se conseguiu interpre-

tar o que vemos e vivemos, analisando nossas intenções frente a todo o processo educativo. Para tanto, apoiamos-nos nas formações continuadas realizadas, nos estudos e discussões teórico-práticas, problematizando o fazer docente.

[...] os saberes teóricos propositivos se articulam, pois, aos saberes da prática, ao mesmo tempo resignificando-os e sendo por eles resignificados. O papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análises para compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais, e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os. Daí é fundamental o permanente exercício da crítica das condições materiais nas quais o ensino ocorre. (PIMENTA, 2005, p. 26).

Dessa forma, uma prática diferente é construída a partir do fazer contínuo, ao longo da vida, das experiências e das vivências no “chão da escola”, partindo deste princípio, o projeto de intervenção teve como objetivos:

- a) Envolver todos os sujeitos que fazem parte desse contexto (educandos, educadores, e todos os profissionais que atuam no centro, desde a coordenadora do centro, assistente sociais, auxiliares, auxiliar de limpeza, cozinha, etc.), visando que a participação destes é fundamental para que as metas sejam alcançadas;
- b) Estimular a realização de trabalho em equipe;
- c) Possibilitar a troca de conhecimento/experiências e agilidade no cumprimento de metas e objetivos compartilhados, uma vez que otimiza o tempo de cada pessoa e ainda contribui para conhecer outros indivíduos e aprender novas tarefas;

O projeto propôs como metas:

- a) Que 85% dos educandos possam se envolver e contribuir para o desenvolvimento de pesquisas e produção, proposto no plano de intervenção e relacionado ao tema;
- b) Reconhecer e valorizem a cultura popular e os saberes construídos ao longo da história;

- c) Compreender a necessidade de uso de Equipamentos de Segurança (EPIS) durante a produção de sabão artesanal.

Inicialmente, foi realizado uma roda de conversa, em que a professora discutiu com o grupo, as atividades que seriam realizadas e os objetivos da ação. Os educandos participaram, sugeriram, e se comprometeram a participar. Todos os educandos estavam inseridos e obtendo informação sobre a sequência de atividades durante o processo de realização e aplicação do plano. A professora conseguiu fazer a relação dos conteúdos ensinados com as oficinas realizadas, porque vê significado, proporcionando assim maior interesse de aprendizagem dos educandos. Isto porque já realiza várias oficinas de artesanatos e produtos que possam ajudar na economia dos educandos, como: tricotar cachecol, bordar toalhas, fazer capa de almofadas, bordar chinelo. Eles deixam no centro para ser vendido, proporcionando alguma renda; desta forma, foi observado que os alunos se sentem mais entusiasmados quando são inseridos em uma rotina de aprendizagens com atividades artesanais, que fazem relação com seu conhecimento.

Por meio de discussões da teoria e prática, problematizando o fazer docente, uma prática diferente é construída a partir do fazer contínuo, ao longo da vida, das experiências e das vivências das pessoas envolvidas no projeto.

Neste plano de intervenção, envolver todos os sujeitos que fazem parte desse contexto do Centro de Convivência de Idosos foi fundamental para que as metas fossem alcançadas. Sendo assim, o projeto foi desenvolvido com a professora, 24 alunos, três agentes de saúde e a gerente do Centro de Convivência de Idoso. A professora buscou implantar a sua prática para além do conteúdo ensinado. Seu trabalho pedagógico busca, diariamente, o resgate da história de vida deste educandos: longos anos de luta pela sobrevivência, busca pela solidariedade, pela cooperação, pela autogestão, valorizando a potencialidade de cada integrante do grupo estimulando-os à participação e envolvimento, exercício da democracia, saber ouvir/ser ouvido, viver/conviver entre diferentes, buscar conjuntamente as soluções para os problemas, construção do coletivo. Foi observado que o desenvolvimento deste projeto, também atingiu outros princípios da economia solidária: o da cooperação e da participação de todos.

Alguns pontos foram considerados pelos educandos como positivos:



1. Aprendizado sobre o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual);
2. Aprendizado de uma receita mais barata;
3. Estavam animados sobre as possibilidades de produção e comercialização do sabão.
4. A feira de troca solidária;

Desta forma, o grupo decidiu dar continuidade ao plano com teste de outras receitas de sabão em barra, sabonete e sabão líquido. Sendo assim, gerando novas aprendizagens.

Analisando as metas proposta pelo Plano de Intervenção, verificamos que:

Meta A – atingiu 80% dos educandos, que se envolveram e contribuíram trazendo sugestões e fizeram pesquisa para implementação do plano. Porém, houve o envolvimento de outras pessoas, como gerente do centro e três agentes de saúde

Meta B – Esta meta foi atingida, visto que os educandos trocaram experiências com a confecção do sabão solidário, uma vez que vários educandos conheciam receitas diferentes, desta forma valorizaram os saberes historicamente construídos e a cultura popular, adquirindo novos conhecimentos com as pesquisas e novas receitas.

Meta C – Meta atingida parcialmente, visto que no desenvolvimento da ação prática de confecção do sabão, alguns educandos ainda foram resistentes ao uso dos Equipamentos de Segurança (EPIS). Porém, a grande maioria percebeu a necessidade da utilização desses equipamentos.

## ■ 6 AÇÕES PEDAGÓGICAS DO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

As ações pedagógicas que se pretende são aquelas que propõem estabelecer relações entre o espaço, o trabalho, a natureza e a sociedade. É fundamental fazer conexão entre os conteúdos ensinados e a realidade dos educandos, desta forma, contextualizados e interessantes. Nas ações desenvolvidas pela professora, a roda de conversa e os debates procuraram incentivar e envolver a

todos para que o projeto se efetivasse de fato. Na oficina de decoupage<sup>6</sup>, com confecção de caixinhas de suco estampada com recortes de revista, todos os educandos colaboraram trazendo as caixinhas e revistas usadas para no coletivo realizar a confecção. Várias atividades diversificadas foram aplicadas nas áreas de Conhecimento de Linguagem, artes, Educação Física como expressão corporal, criação de coreografia na Produção de sabão, avaliação diagnóstica e produção de textos. Na Matemática, foram trabalhados os conceitos da geometria e as figuras geométricas.

As atividades realizadas no Centro de Convivência possuem um diferencial: a ação pedagógica está diretamente associada ao uso do conteúdo aprendido, busca o envolvimento dos educandos/educadora de forma colaborativa e cooperativa, desta forma o desenvolvimento do trabalho é contextualizado num processo sistematizado e investigativo desenvolvendo a capacidade crítica, sanando dúvidas e fazendo com que os educandos analisem todo o contexto social a que pertencem e atuem em sua realidade, inclusive buscando soluções para os problemas que fazem parte do seu cotidiano individual e coletivo.

No projeto implementado neste Centro de Convivência houve diversos aprendizados: muitos dos educandos já possuíam conhecimentos sobre os produtos a serem confeccionados, mas de modos diferentes, na realização de pesquisas sobre os diferentes tipos de confecção dos produtos, eles conseguiram unir diversos modos de produção com a prática do dia a dia. O estudo dos conteúdos a serem utilizados na confecção dos produtos, quantidade, causas, consequências dos usos devidos e indevidos, fizeram com que os educandos/idosos refletissem sobre os processos e avaliassem suas práticas e reformulassem novos conhecimentos. Ao seguir, corretamente, as receitas, este processo trouxe a garantia de sucesso na confecção dos produtos. Para a realização da feira de troca solidária, foi necessária a organização com antecedência; desta forma, os preparativos fizeram com que todos os educandos/idosos colaborassem solidariamente para esta organização, garantindo o envolvimento nas atividades propostas, inclusive indo além com as apresentações culturais a que muitos se dedicaram.

---

6 Decoupage é a arte de cobrir uma superfície com recortes de jornal, revista, papel, dando a aparência de uma delicada incrustação.

## ■ 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta experiência, começamos com o conhecimento das formas coletivas de organização desenvolvida por populações urbanas e rurais para o enfrentamento da crise do mundo do trabalho. As reflexões sobre a economia solidária têm nos levado a criar novas possibilidades de atuação na vida profissional, unindo teoria e prática, voltando a atenção para o sujeito em sua universalidade e humanidade. O método de abordagem e de relacionamento determina profundamente o conteúdo do trabalho em sala de aula da EJA, principalmente com idosos e a construção coletiva e o desenvolvimento dos princípios da Economia Solidária apresentam possibilidades de vivências sociais para além dos muros da escola.

Nesse contexto, a Economia Solidária com seus princípios democráticos, solidários e colaborativos possibilita à modalidade da Educação de Jovens e Adultos, um caminho que pode ser trilhado para a construção de uma cultura do direito à educação ao longo da vida. A economia solidária aplicada como ações pedagógicas, como metodologia de trabalho, pode difundir informações, desmontar preconceitos, mobilizar e ajudar a dar visibilidade à demanda social da Educação de Jovens e Adultos, pois coloca no cerne da discussão educativa a vida adulta, o trabalho e os educandos da Educação de Jovens e Adultos, passando a considerá-los como sujeitos plenos de cultura e conhecimento, com diferentes percursos e projetos formativos, que passam a ter a possibilidade de reconstruírem a consciência social e de si, e a reformularem projetos pessoais e coletivos de futuro, sabendo que são seres capazes de mudar e transformar o mundo em que vivem.

O projeto de intervenção Economia Solidária trouxe essa possibilidade de articular a realidade local com os saberes acadêmicos, dando aos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, neste caso professores/cursistas e educandos/idoso, um conhecimento articulado entre prática e teoria, fazendo com que os conteúdos tenham significado na vida e significância de seu uso para a vida.

## ■ 8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2000. 279 p. (Coleção Saraiva de Legislação).

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2010.

CUIABÁ. **Escola Sarã - Cuiabá nos ciclos de formação: na política nacional do presente a garantia do futuro**. Cuiabá: SME, 2000.

ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. **Cadernos de EJA**. Vol. 06. São Paulo: IPF, 1999.

\_\_\_\_\_. Educação de adultos como direito humano. **Cadernos de Formação**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

\_\_\_\_\_. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1997.

GUEVARA, Nicolas. A educação popular no século XXI. *In*: PONTUAL, Pedro: Paulo Freire a cinco años de su muerte. Homenaje al gran educador. **Anuário Pedagógico 5**. Santo Domingo: Centro Poveda, 2002.

MELO NETO, J. Francisco. **Extensão universitária: autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

NOVAES, Henrique Tahan. FARIA, Mariana P. **Pedagogia e autogestão: reflexões e socialização da experiência do projeto CFES/CO**. Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2011.

PIERRO, Maria Clara Di; JOIA, Orlando; RIBEIRO Vera Masargão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Caderno CEDES**, vol. 21, nº 55, Campinas, nov. 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teórica e prática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROMÃO, J. E.; Gadotti, M. **Educação de adultos**: cenários, perspectivas e formação de educadores. Brasília: Liber/Instituto Paulo Freire, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SOUZA, Jociano Coêlho de. **Educação popular e economia solidária**: relato de experiência de um projeto para prática pedagógica no espaço escolar. Monografia UFCG, Campina Grande: Pernambuco, 2013

TIRIBA, Lia. **Ciência econômica e saber popular**: reivindicar o “popular” na economia e na educação. São Paulo: Ideias e Letras, 2004

SELMA LOPES DE ABREU NASCIMENTO<sup>1</sup>ROSANGELA CARNEIRO GÓES ORIENTADORA<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo busca fazer uma reflexão sobre a prática Andragógica em uma sala de alfabetização de idosos no Centro de Convivência para Idoso (CCI) no bairro Novo Horizonte na periferia de Cuiabá (MT). A ideia de compartilhar, com diferentes vozes, educadora, educandos e educandas, engendra a riqueza de troca de experiências, sentimentos e saberes. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Economia Solidária (EcoSol) convocam o entrelaçamento dos bordados único e coletivo na construção\consolidação do fazer andragógico em uma sala de aula de idosos. A metodologia adotada foi a pesquisas bibliográficas e descritiva que envolve a EcoSol e a EJA como mais uma estratégia contra a exclusão social. Entre muitas situações didáticas vivenciadas com esta turma da 1ª fase do 1º segmento, tais como, conversas, debates, aplicação de questionário socioeconômico foi possível proporcionar aos educandos a apropriação de sua própria aprendizagem, pois reconheceram o conhecimento como construção dentro de um contexto sociocultural real. Observei, também, mudanças de atitudes com relação à melhoria da qualidade de vida individual e coletiva. Vale ressaltar que este artigo busca contribuir com os interessados em conhecer como acontece o processo de aprendizagem de sujeitos na terceira idade.

**Palavras chave:** Alfabetização. Idosos. Aprendizagens.

1 Professora do 1º segmento, 1ª fase; sala anexa CCI Aideê Pereira, Bairro Novo Horizonte; Cuiabá - MT. Graduada em Pedagogia e Pós-graduada em Educação de Jovens e adultos e Economia Solidária pela UFMT/IE.

2 Professora da rede Municipal de Ensino, Assessora Pedagógica do Projeto Rede de Centros de Formação em Economia Solidária, Mestre em Educação pela UFMT. E-mail: rosagoes@gamil.com.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Para iniciar o desafio de pensar o fazer andragógico com uma turma de terceira idade, a Matriz Curricular e as áreas do conhecimento trabalhadas no espaço escolar são importantes destacar algumas questões preliminares do fazer docente na Educação de Adultos e Idosos.

A Andragogia é uma ciência, a arte da educação de adultos. Sua definição no grego é *andros*, adulto e *gogos*, educar. Uma das particularidades dessa ciência é entender a motivação das pessoas e o que está por trás da aprendizagem e, como se dá essa aprendizagem.

A Andragogia procura estabelecer uma nova forma de tratar o aprendizado do adulto, embora colocada como “uma forma” é extremamente dinâmica. É a real junção entre o aprender formal e o informal. Fator este capaz de explorar toda a capacidade crítica, a competência, a relação com o social e o cultural, a experiência de vida e, principalmente, o potencial colaborativo nas atividades coletivas de reconstrução do conhecimento.

O jovem o adulto e o idoso percebem a realidade de modo global, sincrético, afetivo, imaginativo. O que nada combina com o pensamento racionalista que divide, subdivide, fragmenta, analisa, pesa e avalia o saber didático/escolar. Neste contexto o conhecimento foi, ao longo do tempo, compartimentado, dividido cada vez mais em disciplinas.

Os processos de ensino e aprendizagem, representado nas práticas educativas e nas posturas dos educadores e educadoras, estão relacionados aos desejos de sociedade que se tem. Neste artigo, tais desejos, intenções, se revelam mais ou menos explícitos, mas sempre subjacentes à prática andragógica na qual assumo uma concepção de conhecimento que se constrói social e historicamente nas diferentes áreas do conhecimento sem divisão ou fragmentos.

Essa prática exige esforço para aprender a relacionar as expectativas e contradições trazidas pelos educandos – idosos, na construção de uma identidade coerente, que integre o pessoal e o social.

Cabe considerar, também, que a marginalização e a ausência de horizontes de mudança social que afetam essa parcelada população que vive em situação de pobreza influem na falta de motivação e nas dificuldades que tanto adultos quanto idosos enfrentam para se inserir em processos de escolarização.

Estes últimos considerados como “descartáveis” nas sociedades capitalistas que dão ao trabalhador “pouco valor” enquanto produzem e nenhum quando termina o tempo em que este se retira do espaço de produção.

Nesse contexto, deve-se auxiliar na busca de alternativa que contribui para a construção de uma cultura do direito à Educação ao Longo da Vida<sup>3</sup>, tema discutido na VI CONFITEA em 2009, difundindo informações, desmontando preconceitos, estimulando os educandos – idosos a buscar a conquista efetiva da cidadania, o domínio da leitura e da escrita considerando – os como sujeitos plenos de cultura e conhecimento, com diferentes percursos e projetos formativos.

## ■ 2 O CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS

Partindo do pressuposto que o envelhecimento se constitui um processo natural aos seres humanos, deve-se considerar que formular estratégias de ações conjuntas e multidisciplinares, como parte de implementação da intersectorialidade entre as políticas públicas capazes de implementar a Rede de Atenção do Idoso, como prevê as Diretrizes da Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa é essencial. Assim será assegurar a qualidade na longevidade que vem se firmando como um dos temas centrais das discussões contemporâneas.

Pesquisadores como Horiguchi<sup>4</sup>, constataam que o mundo está envelhecendo, e o crescimento da população idosa é uma realidade e está ocorrendo em um nível sem precedentes em todo o mundo, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil.

Segundo esse autor (2009, p. 06) no Brasil, a análise da evolução da relação idoso/criança mostra que a proporção de idosos vem crescendo mais rapidamente que a proporção de crianças, e que no ano 2000 as pessoas de 80 anos ou mais somavam 1,8 milhão. Em 2050 elas serão 13,7 milhões.

Assim sendo, a vida mais longa do ser humano é uma das grandes conquistas da civilização, que possivelmente pode ser advinda de avanços científicos e tecnológicos. Por exemplo, dizer que a medicina com suas novas possibilidades

3 Documento Nacional Preparatório a VI CONFITEA. 2009.

4 Yukio Moriguchi criador e fundador do Instituto de Geriatria da PUC/RS.



de medicação e os subsídios ao enfrentamento de males fisiológicos, favoreçam essa longevidade, assim como também a melhoria entre outros fatores como culturais, econômicos e sociais.

Assim sendo, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Política Nacional do Idoso<sup>5</sup> e a Resolução 109/2009<sup>6</sup> que tipifica os serviços socioassistenciais, que preconizam que na atenção básica o atendimento ao idoso,

“[...] tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento de autonomia e sociabilidades, no fortalecimento de vínculos familiares e do convívio comunitário na prevenção de situações de risco social.” (Secretaria de Estado de Assistência Social (SEADES), 2010, p.11).

Nessa perspectiva, o Centro de Convivência para idosos (CCI), tem como proposta: executar atividades com intuito de cumprir as prerrogativas legislativas em favor do idoso e assim, sistematizar e planejar atividades que contribuam na qualidade de vida dessas pessoas, tanto no que se refere ao seu entrosamento familiar, quanto na busca por direitos concretizados na legislação.

Todos os profissionais que estão inseridos no CCI devem participar da formulação de estratégias de ações conjuntas e multidisciplinares. Como o que ocorrem com atividades planejadas para os idosos que frequentam o Centro de Convivência para Idosos Aiddê Pereira Nascimento.

### ■ 3 HISTÓRICO DA UNIDADE

O Centro de Convivência Aiddê Pereira do Nascimento foi inaugurado no dia 01 de outubro de 1999, localizado no Bairro Novo Horizonte, no município de Cuiabá. Esse Centro de Convivência é um espaço público vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, com a proposta de novas modalidades de atendimentos aos idosos, através de atividades físicas, culturais, educacionais, atendimento na área saúde e lazer.

5 <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas>.

6 [http://www.mpap.mp.br/Documentos/caopij/Cartilha\\_SUAS.pdf](http://www.mpap.mp.br/Documentos/caopij/Cartilha_SUAS.pdf)

A Unidade recebe o nome de Aideê Pereira em homenagem a Sra. Aideê Pereira do Nascimento. Aideê Pereira, natural de Guiratinga MT, nasceu no dia 23 de junho de 1943 e teria vindo para Cuiabá no ano de 1985. Era comerciante no bairro, e faleceu em 26 de julho de 1998, por prestar relevantes serviços à comunidade teve seu nome indicado para receber a homenagem tanto pelo líder comunitário Sr. José Juarez da Silva, bem como pelo vereador Ivan Evangelista.

Inicialmente, por volta de década de 80, essa Unidade era ocupada pelo Clube de Mães do Bairro. Presidido pela Sr.<sup>a</sup> Eni Vilela, o Clube de Mães Novo Horizonte levava o seu nome, mas posteriormente em 01 de outubro de 1999 foi transformado em Centro de Convivência para Idosos, sendo o primeiro Centro de Convivência implantado em Cuiabá.

O Centro de Convivência Aideê Pereira do Nascimento tem o objetivo atender as pessoas a partir dos 60 anos, e seus familiares direta ou indiretamente. Está vinculada a política de Proteção Social Básica, onde são desenvolvidas atividades organizadas e sistematizadas, de forma a elevar a qualidade de vida, a escolarização 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> fases do 1<sup>o</sup> segmento da EJA. São estimulados à participação ativa à convivência social, à cidadania e contribuindo com a permanência do idoso na família.

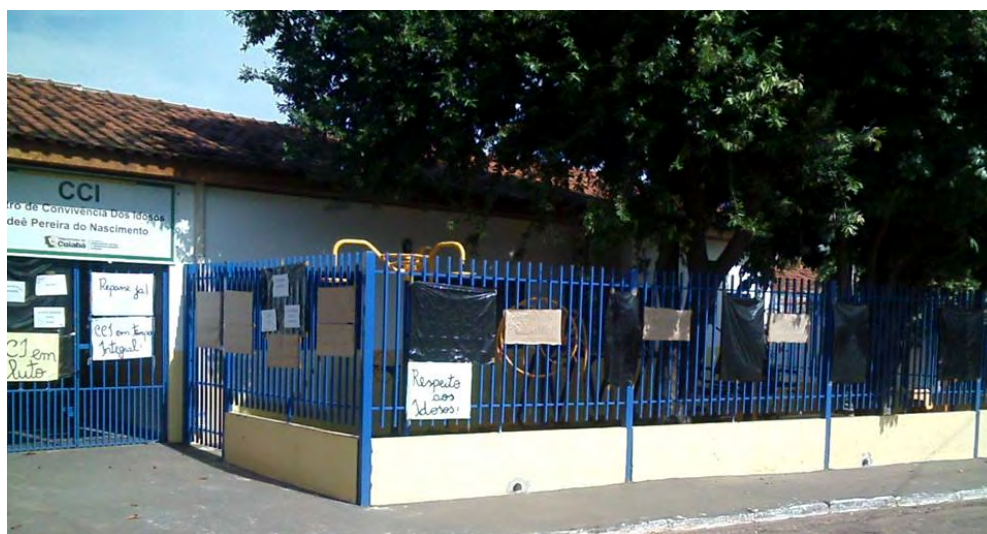
Atualmente esse Centro de Convivência conta com 377 idosos cadastrados, frequentando as diversas atividades oferecidas, desses 40 idosos estão matriculados: 20 na 1<sup>a</sup> fase e 20 na 2<sup>a</sup> fase da EJA.

No ano de 2014 o Centro de Convivência passou por reforma geral, para construção e adequação na sua estrutura física com a finalidade de expandir os atendimentos realizados bem como, proporcionar atendimentos com qualidade e eficiência aos seus usuários.

### **3.1 Estrutura física da unidade**

Sala da Coordenação, Secretaria, Sala de Serviço Social, Sala de Enfermagem, Sala de Fisioterapia, Sala de Inclusão Digital, Recepção, Sala de Alfabetização, Sala de Artesanato e Costura, Cozinha e Área de Serviço, Salão de Baile e Múltiplos Serviços, Banheiros Masculinos e Femininos, Banheiro para Funcionários, Almojarifado, Compartimento de Gás e Academia da Terceira Idade.

**Figura 1** – Frente da unidade. Dia de manifestação



Fonte: Acervo pessoal

#### ■ 4 SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS E IDOSOS

A fim de compreender as particularidades dos sujeitos da EJA que frequentam esta unidade realizei um levantamento socioeconômico. Após elaborar e aplicar um questionário socioeconômico tabulei os dados para obter o perfil da turma o que norteou todo o planejamento das aulas do ano letivo de 2014.

A turma do 1º segmento da 1ª fase da educação de adultos e idosos – sala anexa Centro de Convivência para Idosos “Aideê Pereira do Nascimento” do Bairro Novo Horizonte, no ano de 2014, estava composta por 23 alunos, sendo cinco homens e dezoito mulheres com idade variando entre 48 a 88 anos. Desses, uma adulta e dois idosos são pessoas com deficiência mental e auditiva. Cinco idosos são casados, dois homens e três mulheres, os demais são separados ou viúvos. Oito alunos ainda trabalham no mercado informal para ajudar complementar a renda familiar. Seis idosos que moram com filhos e netos e os demais moram sozinhos.

Foi possível observar que os idosos têm pouco acesso às atividades culturais oferecidas em nossa cidade. Quanto ao lazer, os passeios em chácaras, casa de amigos e parentes, viagens aos municípios mais próximos e ir à igreja foram citadas, por alguns, como atividades de final de semana, mas a maioria relatou que ficam em casa sozinhos “sem fazer nada” ou cuidando dos netos.

Vinte idosos conhecem outras cidades e três relataram que nunca saíram de Cuiabá. Quando foram questionados sobre animais de estimação vinte e dois responderam que gostam de vários animais, sendo o cachorro o animal preferido da turma, somente um educando respondeu que não gosta de animais.

Quanto à alimentação, citaram o macarrão como a mais frequente e fácil de fazer e outras massas, peixe e comidas típicas da culinária cuiabana como prato preferido. Poucos idosos citaram salada e frutas como comida preferida. A população de origem cuiabana não tem tradicionalmente o hábito de consumir verduras e frutas a não ser o pequi, a manga, o caju frutas sazonais e a banana.

Os Vinte e três educandos expressaram que gostam de esportes e atividades físicas, desses, três fazem hidroginástica, os demais gostam de atividades físicas, mas não praticam nenhuma atividade fora do horário de aula de Educação Física no CCI.

Com relação ao horário de dormir relataram que dormem entre 20 horas e 21 horas, seis dormem às 22 horas, dois dormem às 23 horas, dois dormem as zero hora. Todos relataram ter dificuldades para dormir. Não há como afirmar que é dificuldade mesmo ou a diminuição do sono comum em pessoas idosas.

Três idosos relataram que levantam às 04 horas da manhã e os demais acordam entre 05h30min e 06h00min da manhã. O que também faz parte da cultura local, onde as pessoas costumam acordar ao amanhecer e tomar guaraná ralado, o que garante disposição par as tarefas diárias.

Dez educandos moram próximo do CCI e os demais moram nos bairros adjacentes.

Os idosos, que moram com filhos e netos, relataram que quando os mesmos não estão em casa ficam sozinhos. Este pode ser um bom motivo para o número de pessoas que tem animais de estimação, principalmente cães o que lhes garante não só o amor incondicional, mas também certa sensação de segurança.

Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de estimação (ABINPET), os cães apresentam cerca de 35,7 milhões nos domicílios contra 19,8 milhões de felinos. Hoje, estima-se que 44% dos lares brasileiros possuem animais de estimação. A razão para o crescimento desse número se dá também pelo fato dos animais de estimação proporcionar benefícios para a saúde física e mental do seu dono.

Para quem chegou à terceira idade e tem por consequência a solidão, seja por causa do falecimento do conjugue ou porque os filhos já estão casados, a presença de um animalzinho no dia a dia ajuda a combater o isolamento e estimula o idoso a praticar atividades físicas que são realizadas ao passear ou brincar com o seu animal de estimação.

Quanto às atividades preferidas, em casa, responderam que gostam de assistir TV, costurar e cuidar da casa. Todos responderam que não gostam de assistir nenhum tipo de filme. Somente uma idosa respondeu que tem computador em casa, mas não tem acesso. Os programas de TV mais citados foram os de apelo popular como, por exemplo, “Cadeia Neles”. Alguns idosos disseram não gostar de assistir TV e/ou não têm aparelho de TV em casa.

Com relação à pergunta: O que você não gosta de fazer com você? Os idosos expressaram que as agressões orais são as coisas mais difíceis de suportar. As cores preferidas da turma são rosa, vermelho, verde e azul.

Muitas pessoas envolvidas no processo de aprendizagem da EJA questionaram: qual a minha intenção em colocar pergunta relacionada a cores para uma turma constituída de idosos? O conhecimento da arte popular como um saber, reflete os sentimentos e a tradição do grupo social com qual trabalho, como percebi nos trabalhos anteriores, que o grupo demonstrava resistência em se expressar por meio da pictografia, forma de escrita pela qual ideias e objetivos são transmitidos através de desenhos, o questionamento com relação as cores foi a base para estimulá-los a expressarem a partir das cores preferidas. A leitura de imagem de algumas obras expostas em sala de aula fez com que os idosos valorizassem a ciência, a estética e compreendessem melhor o sentido de comunidade, resgatando sua identidade cultural.

Esta experiência foi gratificante, os idosos participaram do projeto “Pintando a Copa” no qual vinte e cinco mil alunos da rede municipal de ensino participaram e uma das idosas ficou em terceiro lugar. Ela usou fatos do cotidiano, uma Canoa cheia de bolas, para desenhar e pintar. Por meio de atividades artísticas interpretamos as marcas das aspirações, da sensibilidade e o modo de vida de cada um.

Com relação às atividades andragógicas, as que envolvem matemática, música e as atividades físicas foram citadas como as mais fáceis de realizar. Com relação à prática de leitura, a Bíblia foi a mais citada entre os idosos que já têm

o domínio da leitura convencional. Como promover uma leitura atenta e significativa do mundo, de uma circunstância ou, ainda, do outro? Esse parece ser um grande desafio para o alfabetizador e alfabetizando. Sobre tal questão, Foucault afirma que,

Ler significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo, significa que certas respostas podem ser encontradas na escrita, significa que poder ter acesso a essa escrita, significa construir uma resposta que integra parte das novas informações ao que já é. (1994, p. 5)

Pensar a conquista do domínio da Leitura e da escrita como prática social, inserida na história e na cultura, requer entendê-la aliada à multiplicidade que constitui e caracteriza o ser humano, nas constantes idas e vindas, nas construções e reconstruções da Linguagem.

A observação dos costumes locais é importante, pois a partir daí podem ser coletados elementos do modo de vida e na identificação de seus produtores como agentes sociais de diferentes épocas e culturas.

E que ensinar, na visão desse mesmo alfabetizador exige disponibilidade para o diálogo, pois o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inclusão em permanente movimento da história. (FREIRE, 1996, p.154).

É nessa dialética que nos constituímos e reconhecemos como sujeitos da história, produtores de cultura. Os relatos de experiências e demais formas de expressão estão assim, carregados de conceitos\conteúdos construídos no momento histórico-social em que foram produzidos. Isso significa dizer que textos, sejam eles orais ou escritos, e tantas outras formas de expressões utilizadas neste processo estão marcados pela história e pelas histórias de seus produtores, condicionados por características culturais do espaço em que são produzidos. Entender essas relações e trabalhar com elas é importante para ressignificar meu trabalho, a ação andragógica. O ambiente de sala de aula deve proporcionar a apropriação e a expansão dos conteúdos visando desenvolver competências dos educandos para cada vez mais compreendam e atuem no mundo em que vivem.

## ■ 5 PERFIL DA PESQUISADORA E EDUCADORA

Cheguei ainda menina em Cuiabá, juntamente com meus pais e mais quatro irmãos. Retirante da seca que assolou o norte de Goiás no início da década de 70. Mais velha dos cinco filhos senti arduamente essa mudança de ambiente. Com a promessa de fartura à mesa e clima mais ameno fomos morar, como arrendatários na região da serra de São Vicente onde começamos produzir verduras e legumes. Fui alfabetizada na Escola Rural Mista do Mata - Mata.

O material didático utilizado nas aulas estava nos canteiros de hortaliças, os cocos das Palmeira de Babaçu. Assim aprendi a ler, escrever, agrupar, ordenar e pesquisar.

Casei ainda adolescente com objetivo de fugir da vida dura da roça e esperança de voltar a estudar. Voltei a estudar na década de 90, como aluna da EJA. Em 2000 iniciei a graduação em Pedagogia no Instituto de Educação da UFMT. Comecei a trabalhar como professora no SESC Escola\MT em 2003 e como professora na EJA, em 2011 no Centro de Convivência para Idosos onde estou até o presente momento.

Tenho como premissa a troca entre os pares, em que o conhecimento compartilhado entre professora e educandos é catalizadores do processo de produção de conhecimento. Trabalhar com todos os elementos socioculturais possíveis como forma de apreensão de valores emancipatórios. Isso significa dizer que se deve primar pelo incentivo às formas de pensar historicamente, pela problematização da realidade, naturalmente, pelo engajamento dos idosos – e também de suas famílias – na luta pela superação dos problemas reais emergentes na comunidade. Ou seja, uma pratica andragógica deve sempre ser pensada a partir dos conhecimentos dos educandos em suas múltiplas dimensões e das necessidades sociais de aprendizagem que lhes são propostas.

## ■ 6 O QUE SIGNIFICA ENSINAR E APRENDER COM PARAESTA TURMA?

Como educadora costumo me questionar: Como trabalhar as diversas áreas do conhecimento de maneira prazerosa e significativa para os educandos?

Tenho certeza que essas indagações não são apenas minhas, como professora de adultos e idosos, mas também de minhas colegas de trabalho, que



buscam na prática pedagógica diária, a construção de conhecimentos significativos para a vida de nossos educandos.

Em minhas observações, em diferentes momentos, dos adultos e idosos no espaço do CCI, verifiquei que muitos deles demonstram que gostam mais de aulas dinâmicas e atividades que envolvem expressão corporal, música e dança.

Em muitos momentos se faz necessário deixar o “conteúdo programado” e abordar temas que afligem o cotidiano dos educandos idosos, como por exemplo, no meu contexto, como e onde fazer uma denúncia de violência doméstica ou abandono de incapaz. Por que isso acontece? O que está faltando? Como adequar o currículo proposto no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola à realidade dos educandos? Com certeza muitos de nós já passamos noites sem dormir buscando “meios” para motivar os educandos a permanecer na escola.

Que desafios nós, professores temos de enfrentar para fazer o educando perceber na sala de aula como um local onde é possível expressar seus desejos, emoções, ideias e como um lugar de alegria, prazer e trocas?

Uma das tarefas fundamentais dos espaços de aprendizagem é propiciar o acesso ao saber universal, mas a partir do particular, socializar o conhecimento produzido e acumulado pela sociedade.

O conhecimento científico trabalhado na escola precisa auxiliar o aluno, em especial o adulto, a ampliar, a superar o senso comum, entender, assimilar os conceitos básicos das várias disciplinas, pois estes são instrumentos de análise e ação do ser humano e existem para a melhor compreensão da realidade.

O ensino que se pretende é aquele que propõe o estabelecimento de relações entre o espaço, o trabalho, a natureza e a sociedade. É preciso aproximar os conteúdos ensinados da realidade dos educandos, tornando-os contextualizados e interessantes.

Também faz parte do ensino conscientizar os educandos da importância de compreender a relação sociedade – espaço geográfico, seus impactos no meio ambiente e no dia-a-dia das pessoas, portanto, em suas próprias vidas.

Assim, o ensino ao garantir a aprendizagem de capacidades próprias de compreender e interagir com áreas do conhecimento abordadas em sala de aula, permite aos educandos e educandas compreenderem o mundo em que vive cada vez mais dinâmico e transformar informações em conhecimentos,



possibilitando atuar na sociedade como cidadão consciente de seus direitos e deveres. No que se refere aos conteúdos e à abordagem, que se deve proporcionar a compreensão das diferentes relações que indivíduos, grupos sociais estabelecem no dia-a-dia do ambiente no qual estão inseridos. Para isso, o educador deve problematizar situações vivenciadas pelo educando.

Atualmente, por meio de formação continuada na Semana Andragógica, que acontece no início de cada letivo, nas Rodas de Conversas, em encontros bimestrais, organizadas pela Equipe EJA da Secretaria Municipal de Educação é possível pensar, elaborar e executar propostas de ensino e aprendizagem de acordo com a realidade dos idosos, mas o PPP ainda falha em reconhecer e efetivar a alfabetização de idosos como uma ação pedagógica vinculada a escola. Convencer a “Escola” de que estamos realizando um trabalho sério e de qualidade tem sido tarefa árdua e continua.

Ainda temos o desafio de abrir espaço para efetivação de outros direitos, como a questão da inclusão, que deverá estar presente em todos os momentos. Sendo assim é importante alinhar o PPP de cada escola e seus desdobramentos à necessidade de flexibilização, objetivando atender ao educando que chega, não só em situação de deficiência (física, mental, sensorial), mas também os jovens, os adultos, idosos e aquele que migra para comunidades com língua, hábitos e valores diferentes dos nossos.

A inclusão desses adultos e idosos acontecerá realmente se estiver no âmbito das prioridades desde a elaboração do PPP da escola, nas intenções curriculares, bem como nas mudanças atitudinais dos todos os sujeitos envolvidos no processo, principalmente dos educadores e educadoras, tão necessárias à sua efetivação nos espaços de aprendizagem em esses sujeitos estão envolvidos.

## ■ 7 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Durante o módulo de EJA e o Mundo do Trabalho I do Curso de Especialização EJA e Economia Solidária, a professora Ma. Rosângela Carneiro Góes pôs a elaboração e execução de um Plano de Intervenção.

A educação pensada com base no conceito ao “longo da vida” exige de mim um esforço para aprender a relacionar as expectativas e contradições trazidas pelos educandos– idosos, na construção de uma identidade coerente, que integre o pessoal e o social.

Cabe-nos considerar também que a marginalização e a ausência de horizontes de mudança social que afetam populações em situação de pobreza influem na falta de motivação e nas dificuldades que tanto adultos quanto idosos enfrentam para se inserir em processos de escolarização.

A Economia Solidária, com seus valores e princípios, se apresentam como uma alternativa viável tanto social/econômica quanto educativa, por tratar de temas numa perspectiva de organização social e econômica mais justa e igualitária em relação ao capitalismo vigente, e que esta pode superá-lo proporcionando às pessoas o bem viver em que se valoriza o ser humano em detrimento do capital.

Nesse contexto, a EcoSol envolvida com a modalidade EJA contribui para a construção de uma cultura do direito à educação ao longo da vida difundindo informações, desmontando preconceitos, mobilizando e ajudando a dar visibilidade à demanda social da EJA, pois coloca no cerne da discussão educativa a vida adulta, o trabalho e os educandos da EJA, passando a considerá-los como sujeitos plenos de cultura e conhecimento, com diferentes percursos e projetos formativos. Isto exige uma organização curricular mais flexível e inovadora, colocando em diálogo saberes diversos (popular e erudito), dotada de estratégias formativas numa perspectiva intersetorial, articulando-a as políticas de desenvolvimento local, de trabalho e renda, participação, assistência social, saúde, cultura e meio ambiente.

O papel da escola é propiciar um ambiente construtivo, acolhedor onde direito e deveres são reconhecidos e respeitados por toda a comunidade escolar e que contemple a autonomia, a participação solidária e a pesquisa, como mais um instrumento de aquisição de novos conhecimentos. É um espaço de práticas de relação entre os sujeitos, de produção de conhecimentos, de apropriação do saber sistematizado. Acima de tudo é um espaço de diálogo, discussão, compreensão e ação para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Diante desse pressuposto, o Plano de Intervenção Saúde, Segurança e Trabalho, com a produção de sabão ecológico propõem ultrapassar os limites disciplinares formalistas, para ir além, possibilitando a organização de tempos e espaços para a aquisição e construção de conhecimentos.

Entre o grupo de idosas, três delas, produzem sabão ecológico à base de óleo de cozinha usado, soda caustica e álcool e essências aromáticas. Entre

julho e setembro de 2013, as três sofreram queimaduras durante a produção de sabão, sendo que uma delas queimou 75% do corpo. Durante uma roda de conversa questionei com relação ao uso de EPIs e maneira de realizar a mistura, então, durante as discussões no coletivo, ficou claro que a falta de EPIs e a ordem em que os ingredientes estavam sendo misturados eram os fatores de risco. Então decidimos socializar as receitas de sabão que os idosos conheciam e escolhemos uma ecológica e barata. Criamos também embalagem, rótulo, uma música com a letra e coreografia no coletivo, que foi o “carro chefe” durante os trinta dias de atividades.

Durante a produção de sabão, o “sabão desandou”. Houve debate onde o senso comum, foi unânime. Solicitei que realizassem uma pesquisa, com auxílio das pessoas da família, sobre o assunto.

A resposta mais favorável, após a pesquisa, estava relacionada ao clima da nossa região: o tempo entre o processo de mistura deveria ser reduzido, pois moramos em “um lugar” onde a temperatura é maior do que outras regiões do país.

Segundo Esteban (2005, p. 89),

A colaboração entre sujeitos com conhecimentos diferentes potencializa a aprendizagem a diferença nos ajuda a compreender que somos sujeitos com particularidades, com experiência próprias, constituídas nos processos coletivos de que participamos, dentro e fora da escola; posta em diálogos, enriquece a ação pedagógica, relacionada a diversificação dos instrumentos mediadores e à diversificação e à ampliação dos modos de sua utilização.

Durante realização das atividades houve momentos de “muitas trocas” socialização e de múltiplas aprendizagens. Por meio deste Plano de Intervenção, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Ma. Rosangela, foi possível promover o resgate da autoestima, resgate do saber local e principalmente, momentos de compreensão e de retomada da autonomia, de intervir na realidade da qual cada um faz parte, “dando voz” aos sujeitos. O espaço de aprendizagens se transformou em um espaço vivo de interações, aberta ao real, possibilitando que os educandos mudanças de atitudes propor-

cionando reflexão, debates e tomada de decisões sobre uma problemática local, olhar com outros olhos aquilo que já vi, visualizando a si mesmos como sujeitos culturais.

A construção de uma proposta de intervenção na EJA se dá na medida em que conseguimos interpretar o que vemos e vivemos, analisando nossas intenções frente a todo esse processo educativo. Para tanto, devemos nos apoiar nas discussões teórico-práticas, problematizando o fazer docente. Dessa forma, uma prática diferente é construída a partir do fazer contínuo, ao longo da vida, das experiências e das vivências no “chão da escola”.

Durante a elaboração e execução do plano de intervenção, procurei envolver todos os sujeitos que fazem parte desse contexto para que as metas fossem alcançadas.

Sendo assim, todos os alunos e funcionários do CCI participaram da atividade com objetivo de envolvê-los em um trabalho de equipe. O que possibilitou a troca de conhecimento e agilidade no cumprimento de metas e objetivos compartilhados, uma vez que otimizou o tempo de cada pessoa e ainda contribuiu para conhecer outros indivíduos e aprender novas tarefas.

Durante o período em que o plano foi executado foi possível fazer a observação e registro das situações de ensino e aprendizagem vivenciadas junto aos educandos. A partir do pensar-fazer, reflexão-ação-reflexão, da ação pedagógica, facilitou os registros da observação da prática social, em parceria da comunidade com CCI, contendo os seguintes elementos:

- a) observação/diagnóstico da realidade;
- b) intervenção pedagógica;
- c) definição de metas;
- d) estratégias de ação;
- e) recursos didáticos;
- f) avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Elaborei um plano para iniciar o processo de observação e diagnóstico, pois observar com olhar intencionado possibilita diagnosticar valores educacionais, cultura, formas de relacionamento, conflitos, enfim a identidade do grupo.

A ação de planejar um Plano de Intervenção exige o conhecimento da realidade, senso crítico e vontade de transformar a realidade do grupo com o

qual trabalho. A partir dessa etapa, estabeleci metas a alcançar, as estratégias ou caminhos para atingir os objetivos traçados, bem como as atividades que foram desenvolvidas, os prazos e os partícipes que estavam compromissados com o desenvolvimento do plano.

O ato de planejar se caracteriza como um posicionamento político-pedagógico consciente diante de uma realidade que precisa ser repensada, com ações bem planejadas. Portanto foi preciso organizar os dados levantados junto à comunidade do CCI, analisá-los e interpretá-los, com vistas ao planejamento do plano de intervenção.

Repensar a prática pedagógica contribui para impulsionar mudanças na cultura docente, como a mudança de pensamento e de atitude e a revisão do repertório de valores, crenças e saberes. A revisão da prática tem proporcionado uma revisão da ação Andragógica docente e dos pressupostos teórico-práticos que a norteiam, possibilitando apoiar em outros referenciais como, por exemplo, a Economia Solidária a ação profissional dos partícipes em benefício de toda a comunidade escolar.

Estamos diante de uma discussão curricular muito mais complexa do que a simples inserção de mais conteúdos programáticos, como muitas vezes se entende e se pratica. Compreendo currículo como um discurso recheado de narrativas, saberes, concepções de ser humano e conhecimento que permeiam os espaços de convivência dos sujeitos que vivem em condições de vida diferenciadas, como por exemplos os idosos.

Ao longo da história da educação, algumas formas de conhecimento e cultura foram valorizadas e outros não, alguns saberes legitimados, outros não, um rápido olhar para o conhecimento construído nos coloca diante da afirmação e da imposição de modelos capitalistas e exploração das riquezas naturais e do trabalho. Sempre em nome da racionalidade técnica do saber científico e do progresso. Os espaços educativos poderão prestar grande serviço a favor da Educação para a pluralidade se ajudar os educadores e educadoras, educandos e educandas a enxergarem e compreenderem as diferentes maneiras como as comunidades se relacionam, produzem e se afirmam no mundo.

## ■ 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho andragógico, com idosos principalmente no que se refere as salas de aulas no CCI, que em geral ficam muito sozinhos durante o dia, nos desafia a ver além do olhar. Se associarmos as atividades de economia solidária seja a formação e grupos de cogestão, seja de realização de trocas ou a realização de atividades que possam gerar renda ou diminuir despesas, essas atividades terão um forte e imediato impacto na qualidade de vida dessas pessoas, principalmente se aproveitarmos os conhecimentos que elas possuem. Primeiro porque elevam a autoestima, depois porque formam grupos diminuindo a solidão. Depois geram renda ou diminuem gastos. Muitas pessoas morrem assim que se aposentam ou passam a apresentar doenças graves como depressão e câncer por não serem mais produtivas.

O estado depressivo é caracterizado principalmente pela melancolia, humor deprimido e apatia crônica, aumenta os riscos de morte principalmente, da prática de suicídio. A população dessa faixa etária tem crescido consideravelmente no país, juntamente com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

A depressão é a principal doença mental da Terceira Idade. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), publicados em 2009, só no Brasil existem cerca de 13 milhões de depressivos – o que indica a importância de as pessoas se alertarem para as causas e sintomas, em especial na redução considerável da qualidade de vida, o que aumenta muito os riscos de um suicídio.

A forma intencional de articular o cotidiano com os temas trabalhados em sala de aula possibilita aos educandos maior apropriação de conhecimento, visto que, valoriza as suas vivências e oportuniza sua participação.

As atividades consideradas dinâmicas, criativas e interativas, instigam os educandos à exposição de suas ideias e opiniões sobre os temas, dando possibilidade a busca de vários conhecimentos. Nessa perspectiva podemos evidenciar que o conhecimento abordado pelo educador ou educando não é algo pronto e acabado. Sendo o conhecimento científico uma construção humana estando sujeita a acertos e erros. Somos, como educadores, permanentemente, convidados, desafiados, a um olhar transdisciplinar, criando possibilidades de uma reflexão crítica em torno das questões postas como desafio para a EJA.

Atualmente é possível observar a mudanças de atitudes e comportamentos no grupo de idosos. Promovemos constantemente rodas de conversas e debates sobre temas que abordam problemas da comunidade, dicas sobre qualidade de vida, economia doméstica, oficinas sobre alimentação saudável e reaproveitamento de alimentos, dinâmicas de grupo, entre outros temas de interesse do grupo. Os princípios de trabalho em equipe, de cooperação, de solidariedade e de luta pela conquista da cidadania já são visíveis neste grupo que participaram das atividades no CCI em 2014.

Ensinar a conhecer, ensinar a fazer, ensinar a compartilhar, ensinar a ser, são considerados pilares da Educação que acolhe as diferenças e respeita as diversidades, que valoriza os interesses individuais e o ritmo de aprendizagem do educando e considera os saberes adquiridos na informalidade de suas experiências cotidianas e na prática do trabalho, criando espaços de convivências de que permitam vencer os obstáculos de modo confiante, valorizando e promovendo a autoestima.

É preciso, no entanto, ir além da reflexão, do discurso e propor encaminhamentos práticos para o desenvolvimento de projetos cooperativos significativos para os educandos e educandos da EJA.

A prática andragógica deve estar comprometida com uma metodologia de ensino que favoreça a reflexão-ação-reflexão e que possibilite à todos os sujeitos envolvidos a compreensão de sua realidade, a construção do conhecimento e a capacidade de realizar transformações em seu modo de pensar, agir e viver

## ■ 9 REFERÊNCIAS

ARROYO, González Miguel. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In. SILVA, Tomaz Tadeu. **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre: Artmed, 1991.

BRASIL, República Federativa. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Decreto nº. 2208/97, de 17/04/97.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB nº11/2000**, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

\_\_\_\_\_. **Manual para formadores:** descobrindo a outra economia que já acontece Brasília. MTE, SENAES, 2007.

\_\_\_\_\_. O ministério Público e a fiscalização do SUAS. Disponível em: <[http://www.mpap.mp.br/Documentos/caopij/Cartilha\\_SUAS.pdf](http://www.mpap.mp.br/Documentos/caopij/Cartilha_SUAS.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/saladeimprensa/arquivos/folder20101123.9973739377>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

CORREIO DO POVO. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=115&Número=18&Caderno=0&Noticia=43452>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

DI PIERRO, Maria Clara. (Coord.). **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil:** lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008.

ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.). **Escola, currículo e avaliação.** São Paulo: Cortez, 2005.

FOUCAMBER, Jean. **A leitura em questão.** Porto Alegre: Artmed, 1994.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_.; SHOR, Ira. **Medo e ousadia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_.; MACEDO, Donald. **Alfabetização:** leitura do mundo leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis.** São Paulo: Cortez, 1995.

KRUPPA, Sonia M. Portella. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos.** Brasília: INEP, 2005.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório global sobre a prevenção da violência.** Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/onu-alto-indice-de-violencia-interpessoal-no-mundo-exige-maior-prevencao>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

REVISTA PUCRS INFORMAÇÃO. **O novo idoso.** Disponível em: <[http://issuu.com/pucrs/docs/pucrs\\_informacao-0167/6](http://issuu.com/pucrs/docs/pucrs_informacao-0167/6)>. Acesso em: 10 abr. 2015.



SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ZART, Luiz Laudemir; VAILANT, Clóvis. (Orgs.). **Educação e socioeconômica solidária – incubação em economia solidária**: empreendimentos em redes e resistência camponesa. Cáceres: UNEMAT Editora, 2014.

# ECONOMIA SOLIDARIA COMO METODOLOGIA NA EJA/LIBRAS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS

ADEMILSON DIAS DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

ROSÂNGELA CARNEIRO GÓES<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Este artigo apresenta a possibilidade de inserção dos conceitos de economia solidária como metodologia aos alunos com necessidades educativas especiais, com especial atenção aos alunos surdos, que frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estes alunos não tiveram oportunidade de concluir seus estudos dentro do período considerado normal, o que dificulta sua inserção no mundo do trabalho; somado a isto, a deficiência também torna este cidadão ainda mais excluído do perfil pensado em maior produtividade buscada pelos capitalistas. O artigo faz informações acerca da economia solidária e traz a mesma como uma nova forma de fazer economia diante de um mundo capitalista e cada vez mais competitivo; competição que leva à discussão sobre a Educação de Jovens e Adultos, suas características e dificuldades do público atendido por esta modalidade de ensino. Traz propostas metodológicas para serem aplicadas em sala de aula, como a horta e o arco-íris que introduzem os alunos aos conceitos ligados à economia solidária, como solidariedade e cooperação e utiliza as características da economia solidária apresentadas pelo ministério do trabalho do governo federal. Diante desta proposta metodológica, damos o primeiro passo diante das várias possibilidades de inserção da economia solidária para mostrar que outra forma de fazer economia é possível, independentemente de qualquer limitação física, valorizando a cooperação e a solidariedade.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Educação de Jovens e Adultos. Libras

---

1 Professor da rede municipal de ensino de Cuiabá, atuando com professor de Libras para alunos surdos.

2 Mestre em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora da rede estadual de ensino de Mato Grosso.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo demonstrar as possibilidades da economia solidária na Educação de Jovens e Adultos com necessidades educativas aplicadas na prática de ensino de libras.

Sou pedagogo e também sou formado em letras/libras; sou portador de deficiência auditiva e atuo como educador há sete anos. Os alunos com os quais trabalho também são portadores de deficiência auditiva, filhos de pais ouvintes e a idade varia muito. A faixa etária está entre 17 a 50 anos de idade. Alguns possuem outro comprometimento que dificulta o rendimento escolar, estes alunos recebem auxílio pedagógico, garantindo assim a sua aprendizagem. Busco alternativas de trabalhar a economia solidária de uma forma contextualizada, alternando o teoria e prática. Como a minha disciplina é Libras, contextualizo a realidade vivenciada com a família e compartilhada em sala de aula, em forma de diálogo e atividades lúdicas, empregando expressões: facial e corporal, tendo como base referencial o cooperativismo e a importância do trabalho em equipe. Durante essa experiência observei que os alunos ao estarem apresentando o tema proposto se preocupavam em ser solidários uns com os outros, e, após a socialização notei, também, que compartilham as informações com familiares, pois os mesmos coletaram dados, realizaram discussões e levantamento de dúvidas em relação à temática trabalhada e socializaram o conhecimento adquirido, colocando em prática no convívio social e familiar.

A cada ano que passa, o mundo do trabalho se torna cada vez mais competitivo, o mercado exige cada vez mais qualificação e a busca por um determinado perfil de profissional acaba excluindo aqueles que teoricamente não se encaixariam em tais perfis. Mesmo existindo leis que determinam a contratação de um percentual de funcionários com algum tipo de deficiência, muitas empresas acabam ou desconsiderando a lei ou simplesmente contando com o percentual mínimo para se adequar ao que diz a lei. Quando atingido este percentual a pessoa com deficiência acaba sendo dispensada em detrimento da contratação de uma pessoa dentro do perfil desejado pela empresa.

Como pessoa com deficiência auditiva, conheço as dificuldades que as mesmas têm para serem inseridas no mercado de trabalho. Meu trabalho com alunos com necessidades educativas ampliou a visão primária que tinha desta dificuldade, pois muitos de meus alunos acabaram sendo deixados de lado por

um mundo capitalista, dado que foram consideradas incapazes de proporcionar lucros maiores ou os mesmos rendimentos que os ouvintes. A dificuldade de muitos com a língua portuguesa, que acaba sendo uma segunda língua, visto que Libras se torna a primeira, também dificulta a entrada e a permanência no mercado de trabalho.

Muitos dos deficientes que conheci e que colegas professores conhecem trabalhando em suas escolas estão trabalhando em ambientes que não exigem conhecimento técnico, como limpeza, copa e outros postos. Logicamente, não é somente isso que acontece, pois também recebemos relatos de pessoas com deficiência ocupando cargos que exigem conhecimento técnico, como na área de tecnologia da informação, na educação ou na área jurídica.

Situações onde a pessoa com deficiência tem uma participação maior na economia, podendo desenvolver ou simplesmente utilizar todo seu potencial, independentemente de qualquer tipo de limitação, aproveitando outras habilidades surgidas com a deficiência, não podem ser desenvolvidas com a economia solidária? A economia solidária pode servir como metodologia na Educação de Jovens e Adultos voltada aos alunos com deficiências auditivas, proporcionando, assim, o conhecimento dos mesmo de uma economia mais inclusiva e sem preocupação com lucro, onde o potencial do mesmo pode ser aproveitado?

Este artigo busca por referências bibliográficas que abordem o tema e possam contribuir na ampliação das discussões acerca do tema. Este artigo também visa contribuir com a valorização da economia solidária, como uma nova forma de fazer economia, que tem a capacidade de inserir no mundo do trabalho aqueles que por vezes são preteridos em razão de alguma característica que pode, na visão dos capitalistas, influenciar no maior rendimento do trabalho.

O principal objetivo é propor o trabalho de conceitos ligados à economia solidária em sala de aula, tornando a economia solidária uma nova metodologia de trabalho com alunos com necessidades educativas que podem ter melhorado seu desempenho e estimulado a compreender a economia solidária e que existe uma forma de fazer economia onde o mesmo não será excluído.

Para tal, discutiremos como o conhecimento da economia solidária, suas características e elementos podem ser uma alternativa na economia capitalista que vivemos, seja por meio de abordagens valorizando a cooperação e a solidariedade, em um primeiro momento, seja também por estimular iniciativas volta-

das à criação de empreendimentos solidários ou, até mesmo, a participação em empreendimentos e iniciativas já existentes.

Posteriormente, discutiremos os alunos com necessidades especial, com enfoque nos alunos surdos, inseridos na Educação de Jovens e Adultos e como as deficiências podem ser barreiras para a inclusão dos alunos nesta modalidade de ensino. Também, dentro deste conceito, abordaremos a necessidade de novas metodologias na EJA propondo, além dos conteúdos formais, novas abordagens voltadas à inserção do aluno no mundo do trabalho, valorizando seus avanços e estimulando sua autonomia.

Com base nestas discussões, faremos a relação entre as possibilidades da economia solidária e as necessidades do aluno com necessidades educativas especiais na EJA, trazendo a economia solidária para a sala de aula e oportunizando uma nova metodologia de trabalho com esses alunos.

## ■ 2 ECONOMIA SOLIDARIA, UMA NOVA FORMA DE FAZER ECONOMIA

Economia solidária é um termo pouco conhecido do público em geral. No entanto, o Ministério do Trabalho e Emprego tem uma página destinada ao tema e uma Secretaria que trabalha desenvolvendo e fortalecendo a economia solidária em território nacional.

Para definir economia solidária utilizaremos, exatamente, a definição do próprio Ministério do Trabalho. Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, s.d.)<sup>3</sup>.

Este jeito diferente de produzir se apresenta como nova forma de fazer economia, se contrapondo ao sistema capitalista, que busca o lucro acima de tudo, buscando a cooperação que se perdeu com o individualismo e exploração características do capitalismo: “A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social.” (MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, s.d.)<sup>4</sup>.

3 <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm> >acesso em 20/04/2015.

4 Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em 20/04/2015.

Assim como o conceito, conhecer as práticas também se torna importante, pois assim seria um primeiro passo para possibilitar o conhecimento cada vez abrangente da economia solidária, tornando possível o trabalho da mesma como abordagem em sala de aula.

De acordo com o site do Ministério do Trabalho, as práticas de economia solidária compreendem uma diversidade de práticas econômicas e sociais, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. (MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, s.d.)<sup>5</sup>

Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.

As características da economia solidária podem, uma a uma, ser fruto de conhecimento por parte dos alunos, que por vezes estão excluídos do mercado de trabalho e podem, a partir das práticas de economia solidária, vislumbrar uma nova oportunidade de ser produtivo.

Os princípios da economia solidária envolvem cooperação, autogestão e domínio econômico e solidariedade, cada um destes elementos se torna um desafio a ser encarado por quem quer ampliar seu conhecimento acerca do tema e levar a economia solidária para outros ambientes.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.<sup>6</sup>

---

5 Idem.

6 Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/eco-solidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em 20 abr. 2015.

Mesmo desconhecidos por muitos, já existem inúmeros empreendimentos focados na economia solidária, não somente no Brasil, mas em outros países do mundo, o que geralmente acontece é a dificuldade de reconhecer tais empreendimentos como solidários.

O aparecimento, em escala crescente, de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, é hoje fato indiscutível em nossa paisagem social, ademais de ser um fenômeno observado em muitos países, há pelo menos uma década (LAVILLE, 1994).

A economia capitalista é aquela onde estamos inseridos e estão inseridos todos aqueles que conhecemos, vivem em um mundo competitivo, onde qualquer situação que ameace o rendimento do empregado e o conseqüente lucro do capitalista acaba sendo motivo para exclusão.

O “novo” perfil de trabalhador exige do dispositivo de formação profissional um “novo perfil de qualificação”, que procure atender às necessidades de “qualidade, produtividade, competitividade e flexibilidade”, consideradas “palavras-chave na economia” (BRASIL, 1998, p. 6).

A economia solidária pode e deve ser uma alternativa, pois as relações sociais são valorizadas, a preocupação é com o outro e não somente com o lucro. Enfim, capitalismo favorece individualismo e a economia solidária a cooperação.

Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas, cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações, onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. (LAVILLE, 1994: p. 211).

A questão social e a cooperação presentes na economia solidária a distinguem do modelo econômico, no qual nós e nossos alunos estamos acostumados a viver e presenciar, mas a economia solidária pode quebrar esse paradigma, mostrando outra possibilidade de fazer economia e utilizar aquilo que temos de melhor para o benefício próprio e do próximo.

### ■ 3 O ALUNO DO EJA COM NECESSIDADES EDUCATIVAS, EM ESPECIAL OS SURDOS, NO CONTEXTO ATUAL

Ao longo de sua história, o Brasil tem enfrentado o problema da exclusão social que gerou grande impacto nos sistemas educacionais. Hoje, milhões de brasileiros ainda não se beneficiam do ingresso e da permanência na escola, ou seja, não têm acesso a um sistema de educação que os acolha. Educação de qualidade é um direito de todos os cidadãos e dever do Estado; garantir o exercício desse direito é um desafio que impõe decisões inovadoras.

Com a flexibilização funcional, um novo perfil de qualificação de força de trabalho parece emergir e, em linhas gerais, pode-se dizer que estão sendo postas exigências como: posse de escolaridade básica, de capacidade de adaptação a novas situações, de compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções conexas, o que demanda capacidade de abstração e de seleção, trato e interpretação de informações. [...] são requeridas também a atenção e a responsabilidade. Haveria também um certo estímulo à atitude de abertura para as novas aprendizagens e criatividade para o enfrentamento de imprevistos. As formas de trabalho em equipe exigiriam ainda a capacidade de comunicação grupal (MACHADO, 1994, p. 15).

Fato é que, além da educação, as pessoas com necessidades especiais também carecem de participar do mercado de trabalho, pois isso seria um caminho para sua autonomia. Existem leis que determinam percentuais mínimos de pessoas com deficiência nas empresas e órgãos públicos, mas o que precisamos é a preocupação em atender os percentuais mínimos ou simplesmente o desrespeito ao que determina a lei

Mas, voltando ao foco da educação, a questão do aluno surdo no contexto educativo é um tema delicado, pois temos que partir do princípio de que existem casos distintos, mas que em muitos deles a língua portuguesa, tanto a falada quanto a escrita se torna um obstáculo a ser vencido, uma vez que a mesma passa a ser uma segunda língua e a figura do intérprete de Libras torna-se essencial. A inclusão proposta em muitas escolas coloca por vezes profissionais que desconhecem a forma como se trabalha com um aluno surdo e este profissional, por vezes não entende como o mesmo não pode compreender a informação que lhe é passada – pelos menos assim pensa o professor – mas não é compreendida.



Essa inclusão, na verdade, gerou a exclusão dos alunos surdos, que sendo deixados de lado no processo educativo acabam tendo poucas chances no mercado do mundo de trabalho e a marginalização do mesmo em um sistema capitalista que normalmente já o excluiria somente pelo fato de ser surdo, mas a exclusão na educação o deixa ainda mais longe de conseguir ter autonomia e inserção

[...] o que gerou o fracasso/exclusão educacional de surdos, por tanto tempo, não foi a incapacidade de ouvir, foram as representações sociais sobre surdez e sobre os surdos, foi a desconsideração para com seus direitos linguísticos e culturais, foi o embasamento em teorias de aprendizagem que não refletiam como deveria ser a participação dos professores ouvintes e das comunidades surdas no processo educativo (SCLIAR, 1998, p.18).

Dentro deste contexto temos que pensar também na metodologia daqueles que conseguem se manter dentro do processo educativo, continuar estudando pode ser um processo estimulado pela forma com que os conteúdos são conduzidos, a relação com o cotidiano do mesmo e a apresentação de possibilidades de aplicação prática daquilo que é estudado, enxergando o conteúdo como um caminho para um futuro melhor e sua emancipação.

Assim, a alfabetização não deixa de ser a aquisição de um padrão convencional de um padrão de escrita, leitura, ortografia, etc., porém torna-se também a busca pela interpretação dos conteúdos ideológicos que envolvem as palavras e o discurso. Do mesmo modo, a continuidade dos estudos é uma forma de caminhar em direção à emancipação. (SOUZA, 2011, p.114)

Todos têm o seu potencial, e todos também têm limitações em determinadas áreas. O que é necessário é reverter as visões estereotipadas em relações aos surdos, pois esta condição não pode ser vista como algo que impeça a atuação do mesmo em qualquer área, valorizando o que se tem de melhor e caminhando rumo ao seu avanço econômico e social.

A atualidade aponta para questões urgentes da dinâmica social. Entre essas questões, a busca pela inclusão dos surdos possibilita discussões de diferentes ordens, quais sejam, financeira, mercadológica, técnica, pessoal e idealística. Muitas vezes, pelo desconhecimento, as pessoas divagam e criticam um surdo; porém, desconhecem que eles possuem uma linguagem, uma comunidade unida e organizada, e, principalmente, têm as mesmas condições cognitivas que

os ouvintes, o que significa que a surdez não impede que estes sujeitos possam fazer parte atuante na sociedade (GRAEFF, s.d.).

#### **■ 4 A ECONOMIA SOLIDARIA COMO METODOLOGIA NA EJA PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS**

Aqui, propomos uma metodologia voltada à inserção das características da economia solidária para os alunos com necessidades educativas na EJA, pois o trabalho com os conteúdos conceituais nem sempre se mostra atraente e inclusivo e também encontra dificuldade de ser visto com aplicações práticas no cotidiano dos alunos.

O atual processo de ensino/aprendizagem de Ciências tem apresentado limitações e/ou problemas a serem enfrentados, dentre os quais destacam-se: a fragmentação, ou seja, o enfoque unicamente disciplinar; a desmotivação dos alunos; a desvinculação entre o “mundo da escola” e o “mundo da vida”; o ensino propedêutico; a falta de consideração pela complexidade do mundo real; a concepção de Ciência-Tecnologia neutras e, possivelmente vinculado a todos esses aspectos, um baixo nível de aprendizagem, assim como limites à formação de uma cultura de participação (MUENCHEN et al., 2004.)

Como os princípios da economia solidária envolvem Cooperação, Autogestão, Dimensão Econômica e Solidariedade, o professor pode trabalhar alguns destes elementos em sala de aula, utilizando uma metodologia que possibilite a participação de todos, na medida de suas potencialidades e limitações. Aqui, propomos, inicialmente, o trabalho com os princípios de cooperação, e solidariedade.

#### **■ 5 COOPERAÇÃO EM SALA DE AULA**

Trabalhando com a cooperação dentro da economia solidária temos a seguinte definição do Ministério do Trabalho e Emprego. Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produ-  
ti-

vos de segmentos específicos (mulheres, jovens, etc.); clubes de trocas, etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

Trabalhando com a Cooperação, podemos iniciar com um trabalho em grupo, como a construção de uma figura, onde, para a mesma ser finalizada, cada um tem que dar sua contribuição, como dar um lápis colorido para todos e pedir que todos entreguem o desenho de um arco-íris, sendo que o mesmo só poderá ser finalizado com a cooperação de todos. Ter, na prática, a aplicação de cooperação, seria um grande passo para compreender como funciona e economia solidária.

Logicamente que as discussões podem se iniciar por meio da proposta, mas outras podem surgir, outros trabalhos podem ser sugeridos, pois apenas demos o primeiro passo, esperando que seja o início de uma grande caminhada

Sobre cooperação, Branco (1993, p. 11) afirma que o espaço em que se dão as experiências educativas promovidas pela escola será sempre um desafio necessário e fascinante a ser enfrentado. Em meio às inúmeras questões que se levantam, destacaria a importância de melhor compreender o papel e o significado dos diferentes tipos de conflito, e o potencial representado pelo estímulo à cooperação e às relações de tutoria no interior das salas de aula.

## ■ 6 SOLIDARIEDADE EM SALA DE AULA

Trabalhando com a solidariedade dentro da economia solidária, temos a seguinte definição do Ministério do Trabalho e Emprego. Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. (MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, s.d.).

A escola pode aproveitar para iniciar o projeto de horta na escola, mesmo que seja uma pequena, mas que demande cuidado por parte dos alunos e estes fiquem responsáveis por todas as tarefas, mas sem definir previamente quem fará o quê. Eles juntos, com o apoio do professor que desenvolver o projeto da horta, deverão cuidar da horta sem diferenças entre funções, mostrando que cada uma delas tem sua importância e que juntas fazem com que a horta comece a se desenvolver para, quando tiverem a primeira colheita, fazerem doação do que foi cultivado a alguém da comunidade que necessite. Esta metodologia trabalha, além da solidariedade, pois irão cultivar algo sem pensar em lucro, também a autogestão, que é outro princípio da economia solidária, pois deve haver o estímulo para que os alunos tomem as decisões em conjunto, sem que alguém tire qualquer vantagem do trabalho ou condições do outro, sem que qualquer pessoa tenha tratamento ou privilégios diante do trabalho do outro:

Não há empreendimento sem sociedade. Eu não posso imaginar uma forma de produção se não imaginar um tipo de sociedade. Estudam-se as sociedades anteriores pela forma de produção. Uma é consequência da outra. A Industrialização não surge sem mudar a cidade, sem mudar a relação de poder. Não é possível uma produção capitalista numa sociedade socialista e vice-versa. Se estamos pensando numa outra forma de produção, não consigo ver esta outra forma de produção sem estar inserida numa forma de sociedade. A sociedade é uma organização muito maior do que a produção. Só dá para entender economia solidária como um projeto político em sociedade. (GUIMARÃES, 2000).

Tal atividade também pode ser considerada como de grande contribuição para ampliação de mais um dos princípios da economia solidária e pode ser mais um passo para a criação da participação dos alunos em empreendimentos solidários, onde o mesmo possa buscar sua emancipação, sua autonomia.

## ■ 7 REGISTROS DO TRABALHO COM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Será feito um diálogo com o seguinte tema: “Feira de frutas”, e também será realizado um teatro trabalhando o tema: “Compra Barato”. Esses diálogos acontecerão com duas intervenções, a primeira será para treinar professor e aluno, e a segunda apresentações. Materiais utilizados foram: Fotografia, Quadro branco.

**Fotos 1 e 2 – Construções em sala de aula**

Fonte: acervo do autor.

A avaliação do diálogo: será observado se, realmente, houve interesse dos alunos em relação ao vocabulário e ao tema proposto: Diálogo “Compra barato” Na avaliação do teatro observar-se-á a interação entre os alunos, se realmente trocaram informações a respeito do Tema: “Feira de frutas” e observar, também, se demonstraram solidariedade com o próximo. Será socializada junto com os alunos, pois a partir dos erros e acertos dos professores e alunos temos um novo ponto de partida para uma nova aprendizagem.

**Fotos 3 e 4 - Construções em sala de aula**

Fonte: acervo do autor

## ■ 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como fugir que vivemos em um mundo capitalista, também não há como negar que as pessoas com algum tipo de necessidade especiais têm muito para lutar e conquistar, apesar de já ter alcançado algumas conquistas, mas a falta de conhecimento por vezes nos tira oportunidades de conhecer um mundo com mais possibilidades, uma nova forma de se relacionar com o outro e com este modelo econômico ao qual estamos submetidos, mas não somos obrigados a concordar ou ficar sempre presos somente ao que o capitalismo determina.

Notória é a exclusão dos surdos e todas as pessoas com necessidades educativas no mercado de trabalho, seja para contratação inicial, seja para ocupar cargos que exigem habilidades que não são reconhecidas nos mesmos de forma estereotipada e, geralmente, preconceituosa. Diante de um mundo capitalista e diante de uma série de abordagens educacionais sem muitas aplicações práticas, a economia solidária pode ser, sim, fruto de abordagens juntos aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, com foco nos alunos surdos que se utilizam das Libras para se comunicar.

Iniciando com os conceitos, características, valorização da cooperação, da solidariedade e partindo até para subsidiar empreendimentos que podem surgir a partir do trabalho do educador, que pode servir também, no espaço da escola ou até fora dela, como mediador e motivador de empreendimentos solidários, envolvendo alunos que podem estar sendo preteridos do mercado de trabalho.

O governo tem uma parcela de contribuição neste contexto, mas pode ampliar sua contribuição confeccionando materiais que possam atender alunos com necessidades educativas e especiais e capacitando os profissionais que trabalham com estes alunos, no sentido de ampliar o conhecimento aos mesmos e assim torná-los multiplicadores desta nova forma de fazer economia.

Nossa contribuição é pequena, mas por meio de nossa proposta de metodologia utilizando os princípios da economia solidária como primeiro passo para inicialmente proporcionar uma metodologia mais prática e significativa do que simplesmente o conteúdo pelo conteúdo, mas também como uma semente para estimular empreendimentos solidários dentro e fora da escola e a visão

do aluno de que é possível fazer uma economia diferente, seja aluno regular, aluno de EJA, pessoa com deficiência educacional, surdo, mudo, cego, idoso, jovem. Basta começar a ver o mundo pela ótica da solidariedade.

A Educação, como uma chave indisponível para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea vai se impondo, cada vez mais, nestes tempos de grandes mudanças e inovações. Ela possibilita, ao jovem e ao adulto, retomar seu potencial e desenvolver suas habilidades. A EJA, dentro dessa perspectiva, pode perceber na economia solidária o sentido do termo solidariedade que se inicia a partir do trabalho coletivo e cooperativo. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão utilizar conhecimentos e solidariedade, obtendo acesso ao trabalho coletivo.

## ■ 9 AGRADECIMENTOS

Agradeço, de coração, aos professores do Curso EJA/ECOSOL por esses anos que estivemos juntos durante a especialização. Aos colegas de curso, pelo companheirismo e amizade fortalecidos diante das dificuldades surgidas e das trocas que geraram a construção de conhecimentos durante o curso.

À Orientadora: Profa. Ma. ROSÂNGELA CARNEIRO GÓES e a Universidade Federal de Mato Grosso.

Meu muito obrigado a todos vocês.

## ■ 10 REFERÊNCIAS

BRANCO, Angela Uchoa. Sociogênese e canalização cultural: contribuições à análise do contexto das salas de aula. **Temas psicologia** [online]. 1993, vol.1, n.3, p. 9-17.

BRASIL, Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. Educação profissional. **A era da empregabilidade**. Disponível em: <[www.mtb.gov.br](http://www.mtb.gov.br)>. Acesso em: 25 abr. 2015.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI). **Coleção Cadernos de EJA**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

GRAEFF, Talita D. **A relação do surdo com o mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.eventos.uepg.br/ojs2/index.php/conexao/article/viewFile/3848/2724>>. Acesso em: 28 fev. 2015.



GUIMARÃES, Gonçalo. **Ossos do ofício**: cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro: FINEP, 1998.

LAVILLE, J. **L'économie solidaire**: une perspective internationale. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

MACHADO, L. R. S. **Mudanças tecnológicas e educação da classe trabalhadora**. In: Trabalho e educação. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994. p. 15.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, **O que é economia**. Disponível em: < [http://portal.mte.gov.br/eco\\_solidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm](http://portal.mte.gov.br/eco_solidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2015.

MUENCHEN, C; AULER, D. Configurações curriculares mediante o enfoque CTS: desafios a serem enfrentados na Educação de Jovens e Adultos. **Ciência & Educação**. Bauru, v. 13, n. 3, 2007. P.421-434.

SOUZA, M. **Educação de jovens e adultos**. Curitiba: IBPEX, 2011.



# REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E EMANCIPAÇÃO DA MULHER A PARTIR DAS NARRATIVAS DE ALUNAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE CUIABÁ, SOBRE SEUS HISTÓRICOS DE VIDA E CONCEPÇÕES DE ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE

PAULO PAIXÃO ALVES FREIRE<sup>1</sup>

MARCOS MACEDO FERNANDES CARON<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo volta-se a análise de parte dos resultados de pesquisa realizada em escolas urbanas, rurais, nos centros de convivências de idosos e no centro de ressocialização com alunos/as que frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal da Cuiabá-MT, fruto de disciplina do curso de especialização ministrado pelo MEC/FNDE em convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso/Instituto de Educação (UFMT/IE), Secretaria de Estado e Educação e Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá-MT. A pesquisa foi aplicada como atividade prática da disciplina de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade Social Contemporânea, a qual retratou questões como o perfil étnico-racial, social, econômico, cultural dos 160 alunos/as entrevistados/as e suas expectativas em relação ao papel da escola na contemporaneidade. Para a construção deste artigo foram priorizadas as questões de gênero relacionadas às condições sociais da mulher e da emancipação feminina nas classes populares, envolvendo 69 alunas da EJA entrevistadas sobre seus históricos de vida e as concepções que estas alunas – em sua maioria mulheres na faixa dos 50 anos que retornaram à escola – têm da contemporaneidade como base para as reflexões pedagógicas apresentadas neste artigo.

**Palavras chave:** Currículo. Educação de Jovens e Adultos. Relações de Gênero.

1 Professor bacharel e licenciado em história pela UFMT. Atua na Educação Básica do Ensino de MT. Especializando em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária pelo Instituto de Educação da UFMT. Endereço eletrônico: ppfreire@hotmail.com.

2 Marcos Macedo Fernandes Caron, (Orientador). Doutor e Mestre em Educação pela UnB (2010/1996), licenciado em Geografia pela UnB (1984). Professor do Instituto de Educação/UFMT desde 2002, onde leciona as disciplinas: Metodologia do Ensino de Geografia; Organização e Fundamentos do Ensino Básico. Participa também da equipe de orientação e coordenação do Estágio Supervisionado Prática de Ensino; - Professor colaborador no mestrado do IE, Pesquisador do: Grupo dos Movimentos Sociais em Educação; (GPMSE - IE - UFMT) - Áreas de interesse e atuação; Dinâmica dos Movimentos Sociais; Educação Popular; Educação Socialista; Políticas Públicas em Educação; Estado e Educação; Espaço Sócio-geográfico e Educação; Prática e Ensino da Geografia.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Os caminhos que levaram a este artigo passam pela minha trajetória pessoal e profissional, a qual vem sendo construída como militante e professor da educação pública, o que me oportunizou vivenciar dificuldades registradas em conversas com colegas de profissão sobre a necessidade de se pensar um currículo que levasse em conta as expectativas da geração contemporânea de alunos/as da modalidade da EJA.

O artigo, também, é o resultado da experiência formativa que o curso de Especialização em EJA e Economia Solidária (EcoSol), possibilitou aos professores/as que atuam na modalidade em Cuiabá-MT repensarem suas práticas educativas cotidianas a partir dos princípios da EcoSol de forma concreta e crítica, ou seja, como um trabalho docente coletivo e essencial para o fortalecimento da autonomia, da democracia, da cooperação e para a emancipação do ser humano.

Nesse sentido, este artigo foi estruturado em três sessões: a primeira parte, intitulada Identidades das Alunas da EJA de Cuiabá na Contemporaneidade, identifica o perfil étnico-racial das alunas e retrata como acontecem as relações intergeracionais na EJA na atualidade. A segunda parte, intitulada Concepção de Escola das alunas da Educação de Jovens e Adultos na Contemporaneidade, descreve o que as alunas esperam do papel da escola e dos professores/as na contemporaneidade bem como os motivos que as levaram a não conclusão de seus estudos na modalidade regular de ensino. Na terceira e última parte são feitas algumas considerações amparadas nos resultados da pesquisa e em nossa vivência de professor na EJA.

A pesquisa de campo foi aplicada por nós professores/as cursistas de acordo com cada lotação nas escolas urbanas, rurais, nos centros de convivências de idosos e no centro de ressocialização que ofertam a EJA em Cuiabá com a utilização de questionário como instrumento de auxílio nas entrevistas.

O questionário foi elaborado pelo professor da disciplina, que socializou emendas e modificações a partir do diálogo com os cursistas em sala. Considerando as abordagens quantitativa e qualitativa, a metodologia adotada nas entrevistas foi amparada na interação e no diálogo do professor/a pesquisador/a com os alunos/as sujeitos da pesquisa e protagonistas do processo de ensino e de aprendizagem.

## ■ 2 PERFIL ÉTNICO-RACIAL DAS ALUNAS DA EJA DE CUIABÁ NA CONTEMPORANEIDADE

Faz parte do discurso comum afirmamos que para qualquer ação educativa a ser desenvolvida no espaço da escola é necessário um diagnóstico que dê conta do perfil social dos nossos alunos/as. Na prática, porém, estamos cada vez mais distantes do exercício da pesquisa no cotidiano escolar, ou seja, do “professor pesquisador”.

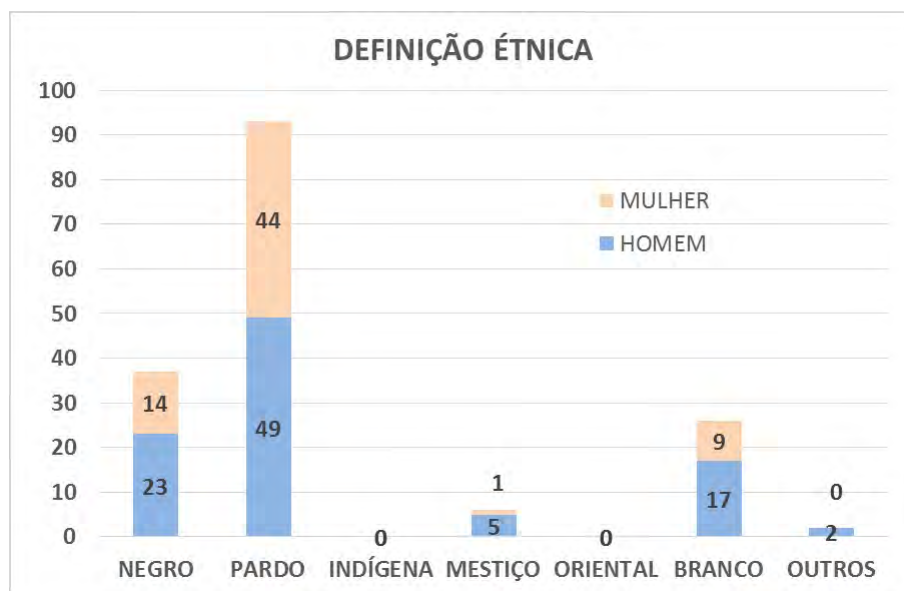
Duas ou mais jornadas de trabalho impedem a dedicação exclusiva e exaure forças físicas e mentais necessárias à participação efetiva e democrática nas discussões e definições das ações educativas dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas. Oliveira & Destro (2005), recomendaram a realização de pesquisas com vista a acrescentar elementos para pensarmos no campo do currículo a prática de currículos “contra-hegemônicos” no contexto contemporâneo das políticas curriculares.

No mesmo artigo, as autoras sugerem a prática política de um currículo cultural balizado na realidade local dos alunos/as (denominado por elas como currículo contra-hegemônico), sem que ocorra dicotomia entre o global (currículo hegemônico), mas que possibilite considerar as diversidades de gerações presentes na EJA.

Nesse sentido, identificar o perfil étnico racial das alunas que frequentam a EJ nas escolas urbanas, rurais, dos centros de convivência de idosos e do centro de ressocialização de Cuiabá-MT na contemporaneidade significou o primeiro passo para entendermos, como possibilidade concreta, a ação política e pedagógica intencional e planejada da promoção e interlocução entre as ações educativas e as intervenções pedagógicas balizadas na realidade e nos resultados da pesquisa.

Os dados foram alcançados a partir da auto definição das alunas e o perfil étnico racial do pardo e do negro somados, foram os predominantes com o número de 58 alunas, como mostra o gráfico 1.

**Gráfico 1** – Autodefinição ética dos alunos da EJA pesquisados.



Fonte: pesquisa elaborada no curso de especialização da Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária na disciplina “EJA na Diversidade Social Contemporânea”, orientada pelo Professor Doutor Marcos Macedo Fernandes Caron, na qual foram entrevistados 160 alunos/as das escolas urbanas, rurais, dos centros de convivências de idosos e do centro de ressocialização que ofertam a EJA na rede municipal de Cuiabá-MT.

O perfil étnico-racial revelado pelos próprios alunos, majoritariamente de pardas e negras, justifica historicamente a importância das ações afirmativas que estão em curso no Brasil nos últimos 12 anos, dentre elas, a Lei 10.639/2003, que define como obrigatório a inclusão e o estudo da história dos negros africanos e dos afrodescendentes nos currículos escolares, o sistema de cotas para o acesso do afrodescendente ao ensino superior e o princípio da educação ao longo da vida.

Nesse sentido, segundo Bento (1998), as políticas de ação afirmativa têm como perspectiva a relação entre passado, presente e futuro, pois visam corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por fim a concretização do ideal de efetiva igualdade e a construção de uma sociedade mais democrática para as gerações futuras. Trata-se de uma transformação de caráter político, cultural e pedagógico. Ao implementá-las, o Estado, o campo da educação e os formuladores de políticas públicas saem do lugar de suposta neutralidade na aplicação das políticas sociais e passam a considerar a importância de fatores como sexo, raça e cor nos critérios de seleção existentes na sociedade (BENTO, 1998).

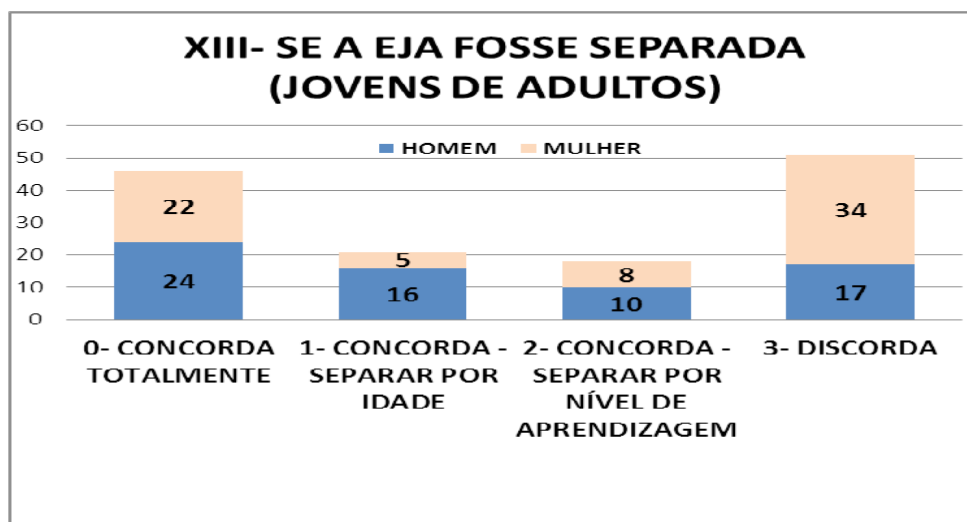
Sendo assim, pensar este dado pedagogicamente e politicamente é considerar como desafio a superação do currículo tradicional, sustentado por conteúdos desarticulados da realidade e dos anseios contemporâneos dos alunos/as na busca de um currículo que considere a centralidade no ser humano e na sua formação integral, tendo o conhecimento, segundo Freire (2011), como emancipador e libertador, e a escola como espaço que ensina para e pela cidadania.

Os resultados obtidos à luz da pesquisa aponta a necessidade concreta para a superação do “currículo de evidências” (tradicional), sustentado por conteúdos sem significados e distantes da realidade e dos anseios contemporâneos dos alunos/as, (ainda que bem organizados tecnicamente), pelo “currículo de significados”, balizados pela cooperação, solidariedade, autonomia que possibilite o “empoderamento” e a emancipação nas dimensões econômica, política e social.

### ■ 3 EJA E AS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS EM SALA DE AULA

Ao longo da pesquisa de campo, trabalhamos o aspecto da relação intergeracional entre as alunas da EJA, sintetizado na seguinte questão: Se a EJA fosse separada, jovens de adultos? Você concordaria? Foram quatro as opções consideradas na pesquisa: Concorda totalmente; Concorda separar por idade; Concorda separar por nível de aprendizagem; Discorda.

**Gráfico 2** – Opinião dos alunos pesquisados sobre a organização etária das turmas da EJA



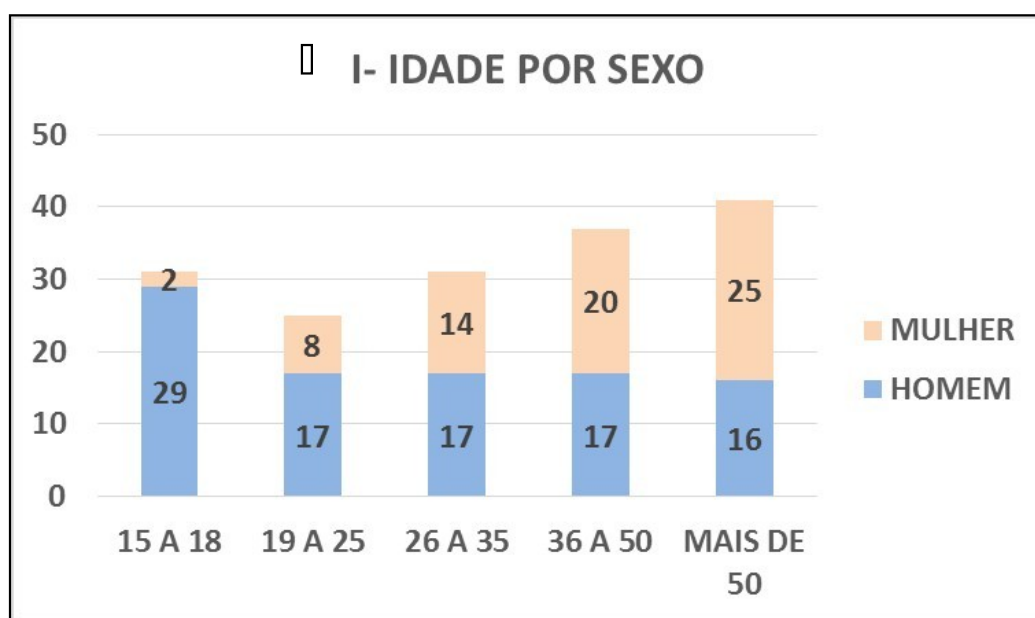
Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas no curso da “Especialização em EJA e Economia Solidária”

da Universidade Federal de Mato Grosso (turma do município), na disciplina “EJA na Diversidade Social Contemporânea”

Entre as alunas que concordaram totalmente com a separação e as que concordaram em separar por idade e ou por nível de aprendizagem, estão 35 alunas, enquanto que as que discordam da separação foram representadas por 34 alunas.

Estes resultados nos remete a análise do gráfico 3 abaixo, que indica as faixas etárias das alunas.

**Gráfico 3** – Gênero e faixa etária dos alunos /alunas pesquisados (as)



Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas (orientados pelo Professor Doutor Marcos Caron) no curso da “Especialização em EJA e Economia Solidária” da Universidade Federal de Mato Grosso (turma do município), na disciplina “EJA na Diversidade Social Contemporânea”

Os dados sistematizados retratam um equilíbrio que, relacionado com as faixas etárias das alunas, pode ser compreendido como conflitos interpessoais e intergeracionais que, se não analisados à luz de um currículo que seja de significado para as gerações contemporâneas de alunas, pode configurar em motivo que leve a desistência e evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos.

Segundo, Lópes, Piera e Klainer (2004), ao detalharem o modo como se deve efetuar a relação entre as gerações, pontuam a respeito da importância de articulação entre a ação educativa e o diálogo, em que os participantes tenham a oportunidade de ser e de se constituir em sujeitos de direito.

Ouso pensar sobre as relações intergeracionais presentes na modalidade da EJA não com menos risco, mas a partir da consideração feita por Caron (2010) em sua Tese de Doutorado, que nos possibilita uma reflexão sobre a necessidade de mudança dos discursos e práticas que ideologicamente se amparam sob a perspectiva da educação progressista, popular e transformadora de governos tidos como democráticos e populares.

Fato que se justifica, segundo o autor, porque a massa popular, da qual nossas alunas fazem parte, detém expectativas e anseios diversos nos dias atuais que vão além do acesso à educação de qualidade e passa como exemplo pelo desejo do emprego.

Não desconsideramos a importância política e pedagógica dos discursos intergeracionais no processo de ensino e aprendizagem na EJA. Entretanto, este aspecto mostrou-se relevante na pesquisa a partir do resultado de equilíbrio das opções retratadas na pesquisa e em função dos conflitos que vivenciamos entre alunas de diversas faixas etárias no cotidiano da sala de aula.

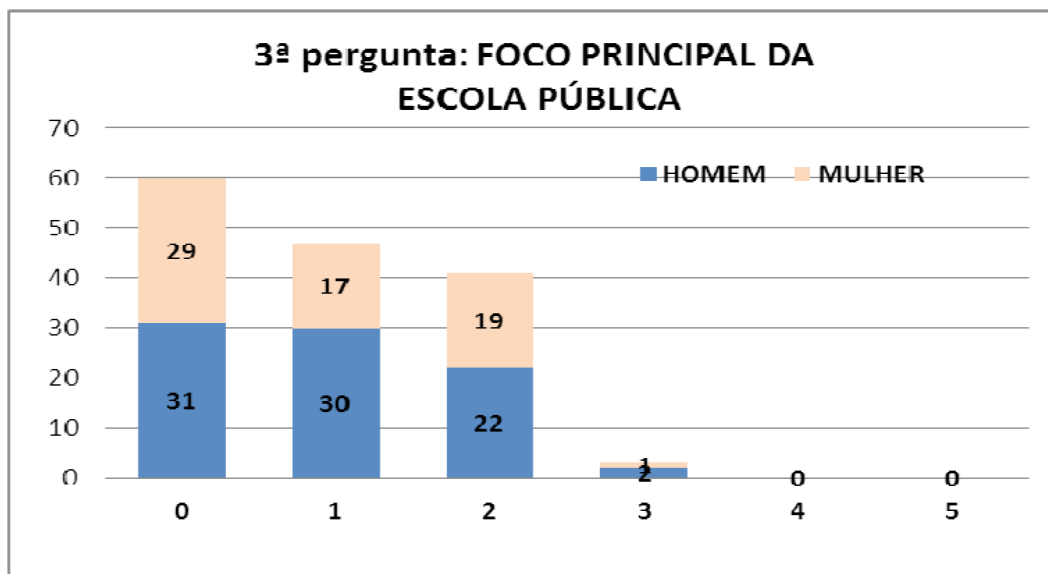
#### ■ 4 CONCEPÇÃO DE ESCOLA DAS ALUNAS DA EJA, NA CONTEMPORANEIDADE

Outra questão que também norteou os passos da pesquisa de campo foi no sentido de compreendermos as expectativas das alunas da EJA em relação à escola e aos professores/as na contemporaneidade, conforme Gráfico 4.

A sistematização dos resultados considerou 3 alternativas como opções, classificadas de 0 a 2 da seguinte forma: das 66 alunas entrevistadas, 29 definiram como foco principal de uma escola pública a transmissão do conhecimento científico das matérias e o preparo para o mercado de trabalho (afirmativa nº 0).

Embora 19 alunas tenham definido a escola como um espaço de socialização e debate dos saberes, com foco nas discussões sobre a cidadania, a organização sindical e política dos trabalhadores, das questões ambientais, do convívio social, familiar e afetivo (afirmativa nº2), se considerarmos a soma das afirmativas de nº0 e nº1 que totaliza 46 alunas, obteve-se um retrato que mesmo parcial, indica a escola e o ensino tradicional como sendo a opção majoritária das alunas da EJA na contemporaneidade.

**Gráfico 4** – Opiniões dos alunos pesquisados sobre quais deveriam ser os objetivos centrais de uma escola pública.



Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas (orientados pelo professor Marcos Caron) no curso da “Especialização em EJA e Economia Solidária” da Universidade Federal de Mato Grosso (turma do município), na disciplina “EJA na Diversidade Social Contemporânea”

Legenda: Questão aplicada: - Para você, qual deve ser o foco principal de uma escola pública?

Afirmativa de nº 0: escola tradicional e ensino bastante conservador;

Afirmativa de nº 1: escola tradicional e ensino menos conservador;

Afirmativa de nº 2: escola e ensino progressista

Observação: As colunas 3 a 5 não perfazem os questionamentos abordados na questão, embora estivesse presente em outros aspectos levantados na pesquisa

Percebe-se na escolha de 46 alunas uma “visão tradicional” e “neutra” da escola e do currículo escolar. “Tradicional” pelo esperado papel disciplinador da escola e pela pauta baseada em conteúdos fragmentados em disciplinas isoladas e desconectadas com a realidade das alunas. “Neutra” pelo fato da invisibilidade dada a essa prática curricular voltada para a reprodução da mão de obra assalariada de baixa remuneração que não promove a formação integral do ser humano. Este resultado pode ser compreendido se relacionarmos a faixa etária majoritária acima dos 36 anos (GRÁFICO 3) com o contexto histórico e escolar vivenciado pelas alunas. Sobre este aspecto, Freire afirma que,



[...] nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra (2011, p. 95-96).

O imaginário de ensino e de escola que as alunas da EJA trazem para dentro das escolas nos dias atuais está intrinsecamente ligado ao que foi vivenciado em contexto histórico do passado de cada uma, isto é, do tempo em que eram alunas do ensino fundamental regular.

Na perspectiva de compreender a educação como uma forma de intervenção no mundo, Freire propõe que,

[...] o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de receptor do que lhe seja transferida pelo professor, dessa maneira, contrapondo a chamada educação bancária que serve à dominação (2011, p. 121).

## ■ 5 RETORNO À VIDA ESCOLAR: O PERCURSO SOCIAL E DE VIDA DAS ALUNAS PESQUISADAS

Atuando na EJA nos últimos 12 anos, vivenciei muitos depoimentos de alunas que justificavam o fato da relação com o marido/companheiro como causa das diversas desistências e evasões das escolas ao longo da vida de estudante. Os maridos/companheiros cobravam das alunas-mães a exclusividade dos cuidados aos filhos. Também é comum o fato do retorno das alunas à sala de aula acontecer após a separação ou morte do marido/companheiro.

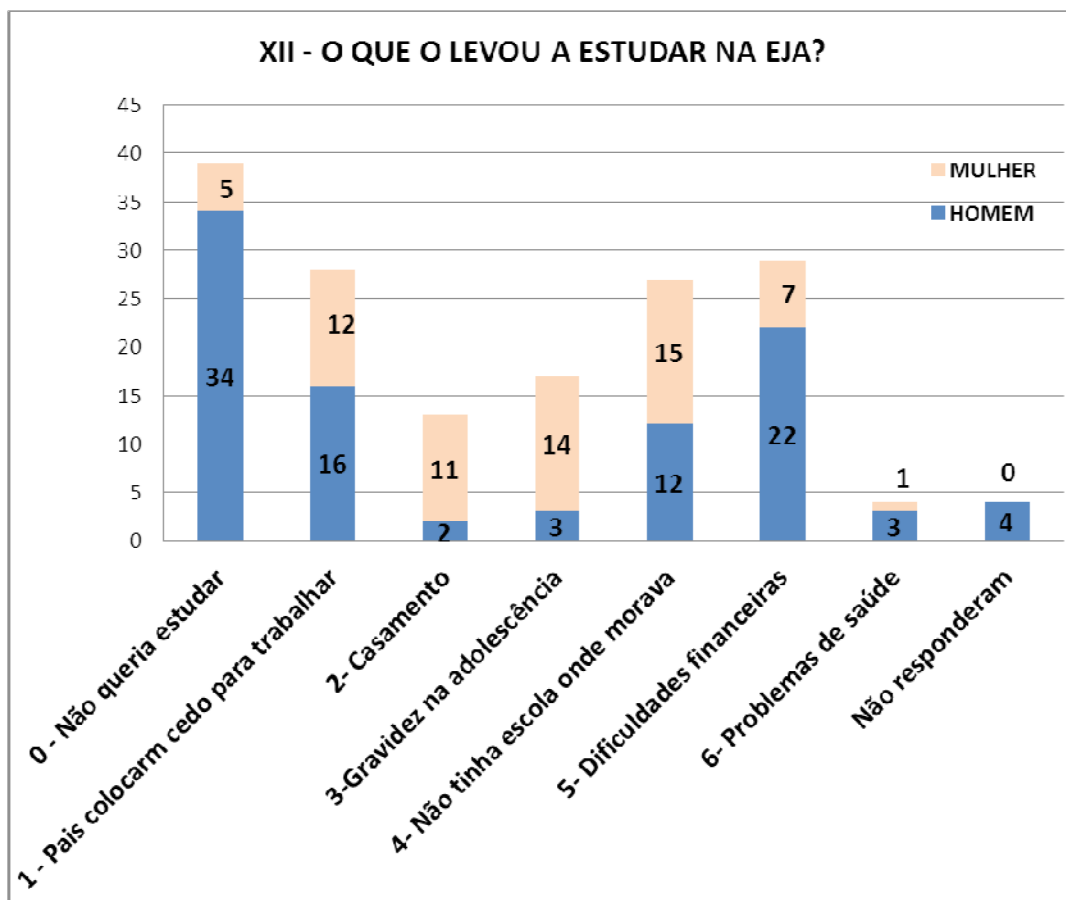
Esses relatos nortearam também a pesquisa de campo sintetizada na seguinte questão: O que levou a estudar na educação de jovens e adultos? Os resultados foram sistematizados no Gráfico 5.

Refletindo os dados de maneira quantitativa, para 15 alunas entrevistadas o motivo da falta de escola próxima ao local de moradia foi o que prejudicou a conclusão dos estudos em tempo escolar regular. Somados os motivos da gravidez na adolescência e o casamento disparadamente são os preponderantes entre 25 alunas entrevistadas.

A soma desses dois motivos justifica-se pelo entendimento de que, na prática, estão intrinsicamente ligados e influenciam na desistência e consequente evasão escolar.

Os dados indicam que as alunas que frequentam a EJA na atualidade são mulheres que trazem em seu histórico de vida marcas de um contexto histórico machista e patriarcal vivenciado por elas num passado recente.

**Gráfico 5** – Causas relatadas pelos alunos pesquisados do abandono do ensino regular e que, conseqüentemente, os levaram a matricular-se na EJA.



Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas (orientados pelo Professor Doutor Marcos Caron) no curso da "Especialização em EJA e Economia Solidária" da Universidade Federal de Mato Grosso (turma do município), na disciplina "EJA na Diversidade Social Contemporânea"

Rufino, afirma que:

[...] apesar das transformações nas condições de vida e papel das mulheres em todo o mundo, em especial a partir dos anos de 1960, a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e ser negra numa sociedade racista (2003. s. d.).

Algumas feministas negras, segundo a autora, costumam refletir que a situação da mulher negra no Brasil, apesar dos avanços, ainda tem muito que mudar. A mulher negra que, no período escravista, atuava como trabalhadora forçada, após a abolição, passa a desempenhar trabalhos braçais, insalubres e pesados, situação que é a mesma para muitas negras no terceiro milênio (RUFINO, 2003).

Dessa maneira, considerar o histórico de vida das alunas é o caminho que entendemos ser para a construção de uma formação integral de significados e para a emancipação política, econômica e social das alunas da EJA.

## ■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumimos, de antemão, que as reflexões apresentadas aqui a partir dos resultados da pesquisa de campo – bem como baseadas na minha experiência como profissional de educação da modalidade da EJA –, está longe de ser considerada concluída.

Primeiro, por entender que os aspectos elencados pela pesquisa são amostragens parciais, embora significativas, de um universo que é a oferta, o atendimento da EJA em todo Estado e a diversidade étnica racial cultural e social dos alunos/as que frequentam a modalidade e, por consequência, merecem mais estudos.

Segundo, porque não tenho a pretensão de tornar as reflexões pedagógicas realizadas neste artigo como únicas diante dos resultados analisados, mas sim um ponto de vista de um profissional/militante da Educação Pública que acredita, conforme Paulo Freire, de que todo conhecimento só é válido se compartilhado.

Os aspectos tratados neste artigo como - A Identidade Étnica Racial das Alunas entrevistadas; As Relações Intergeracionais em Sala de Aula; A Concepção de Escola e de Ensino e Os Motivos que as Levaram Buscar o Ensino da EJA - foram alcançados, dentro das limitações do trabalho, com as amostragens que a pesquisa nos ofereceu. Em relação a Identidade Étnica-Racial das alunas pesquisadas, pela auto definição, prevaleceu majoritariamente a identificação de que as alunas se consideraram pardas e negras na faixa etária acima de 36 anos.

As Relações Intergeracionais, embora mostrado um equilíbrio numérico na pesquisa entre alunas que concordam e discordam com a separação de jovens de adultos, retratam conflitos acentuados pelo descompasso do currículo com os anseios contemporâneos das alunas, acentuadas pelas ações educativas que tendem a tratar a EJA como extensão do ensino fundamental regular, inclusive por adotar as mesmas normas de aplicação de conteúdos e de horários de acesso e permanência no espaço escolar.

A concepção de escola e do papel do professor/a em sala de aula elencada na pesquisa pelas alunas entrevistadas está intrinsecamente atrelada à concepção tradicional de escola e de ensino, vivenciado quando dos seus primeiros anos de estudos no ensino fundamental em função da faixa etária que predomina entre as alunas matriculadas na EJA. Os motivos da gravidez e do casamento, juntos, representaram na pesquisa os preponderantes para a desistência e evasão nos primeiros anos de estudo regular, e a EJA representou a oportunidade da retomada dos estudos principalmente após o crescimento dos filhos/as.

Assim, entendemos que a execução de uma “pesquisa”, antes pensada e realizada majoritariamente no campo acadêmico, na atualidade se apresenta não só possível, mas imprescindível como ação educativa do cotidiano escolar, pelo fato de que a contemporaneidade trouxe inúmeros desafios para a educação escolar, como a tecnologia em sala de aula e a adequação curricular que contemple novos anseios de uma sociedade em transição.

## ■ 7 REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**: discutindo as relações raciais. São Paulo: Ática, 1998.

CARON, Marcos Macedo Fernandes. **À Esquerda de Tordesilhas**: Uma Experiência Democrática Popular de Educação no Município de Barra do Garças

- Mato Grosso. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LÓPEZ, Daniel; PIERA, Virgínia; KLAINER, Rosa. **Diálogos com crianças**: construindo projetos educativos em e para os direitos humanos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Ozerina Victor de; DESTRO, Denise de Souza. Política curricular como política cultural: uma abordagem metodológica de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro v.n.28, 2005. p.140-150.

RUFINO, Alzira. Avanço das Mulheres. Que Mulheres? **Revista Eparrei**. Santos, n. 4, ano II, 2003.

# ORIENTAÇÃO SEXUAL NA EJA: CONHECIMENTO E SENSIBILIDADE PARA ATUAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA VOLTADA ÀS QUESTÕES DE GÊNERO, EMANCIPAÇÃO FEMININA E RELAÇÕES HOMOAFETIVAS

ZAINE CARINE DE ALMEIDA<sup>1</sup>

MARCOS MACEDO FERNANDES CARON<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo investigar conteúdos e informações que possam servir de orientações didáticas sobre o Tema Transversal “Orientação Sexual” na modalidade Educação de Jovens e Adultos, bem como apresentar uma proposta didático-pedagógica contendo algumas sugestões de temáticas e conteúdos para o educador, em seu trabalho cotidiano, centralizados, aqui, em dois pontos de questionamentos básicos: 1º) como pode ser trabalhada a questão sexual em sala de aula; 2º) como o professor deve se comportar e agir diante de seus estudantes. O texto apresenta os debates curriculares do corpo como matriz da sexualidade; as relação de gêneros e prevenção às DST’s e AIDS; os direitos de cidadania, solidariedade e respeito para com o outro e, principalmente, o combate aos preconceitos. A metodologia aplicada está baseada em pesquisas bibliográficas, especialmente nos PCN’s de Ciências Naturais e nos PCN’s de Tema Transversais e Orientação Sexual, fontes orais e pesquisa de campo realizada com estudantes da modalidade EJA do município de Cuiabá, no ano de 2014. Os tópicos apresentados são marcados pelos principais temas, quais sejam: Compreendendo a sexualidade e seus desafios na EJA; Manifestações da Sexualidade; Corpo – Matriz da Sexualidade; Relação de Gênero; Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissível/AIDS. A Orientação Sexual é importante, pois não é só biologia, vai além, e para isso o docente precisa estar preparado; ir além de si, porque há um conflito entre as idades (jovens e idosos), dentro de nossa escolas de EJA.

**Palavras-chave:** Orientação Sexual. Proposta didático-pedagógica. Educação de Jovens e Adultos. EJA.

1 Zaine Carine de Almeida, Pedagoga, graduada pelo Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG (2010). Professora efetiva na modalidade de Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de Educação de Cuiabá.

2 Marcos Macedo Fernandes Caron, Doutor e Mestre em Educação pela UnB (2010/1996), licenciado em Geografia pela UnB (1984). Professor do Instituto de Educação da UFMT desde 2002, onde leciona as disciplinas de Metodologia do Ensino de Geografia; Organização e Fundamentos do Ensino Básico. Participa, também, da equipe de orientação e coordenação do Estágio Supervisionado Prática de Ensino. Professor colaborador no mestrado do IE, Pesquisador do Grupo dos Movimentos Sociais em Educação; (GPMSE - IE - UFMT) - Áreas de interesse e atuação: Dinâmica dos Movimentos Sociais; Educação Popular; Educação Socialista; Políticas Públicas em Educação; Estado e Educação; Espaço Sócio-geográfico e Educação; Prática e Ensino da Geografia.

## ■ 1 INTRODUÇÃO:

A criança na fase de idade escolar começa a descobrir seu corpo, a brincar com ele, e tem muitas curiosidades: como seus órgãos funcionam, qual é a função de cada um deles. Já com os jovens e adultos, a situação é diferente, pois estes já vêm de muitas vivências e experiências cotidianas com seus corpos e seus órgãos.

A função sexual envolve processos biológicos básicos que se iniciam com a concepção e prosseguem na maturidade. Recebe influências que variam de cultura para cultura, de acordo com valores próprios, estereótipos de masculinidade e de feminilidade e tabus sobre comportamento sexual. Aspectos psicológicos e emocionais afetam de maneira acentuada o comportamento sexual. A função sexual continua por toda a vida. O jovem adulto utiliza seu relacionamento sexual como importante meio de expansão emocional, de acordo com seus valores culturais.

Os temas polêmicos da sexualidade estão presentes a todo instante em nossas vidas, desde conversas informais a literaturas diversas até evidências na mídia. Infelizmente, salvo exceções, são apresentados de maneira incorreta, o que não propicia reais informações sobre seus significados e, muitas vezes, colabora com o aumento de preconceitos e resistência às diferentes formas de expressão da sexualidade. Tratar as diferenças da sexualidade como segredo ou de modo exacerbado – no caso da mídia – é perpetuar a ignorância que já temos. Desvendar esse segredo é possibilitar aos participantes a possibilidade de discussão de sua sexualidade de forma mais abrangente e, conseqüentemente, mais informada.

Desta forma, o que nos preocupa são o aumento das DST's e AIDS, pois a situação é crítica, tendo em vista que, na maioria das vezes, os jovens e adultos ainda não têm conhecimento aprofundado sobre estas doenças; isto é, podem até ter conhecimento da existência e de alguns riscos, mas por serem jovens e também adultos, muitas vezes imaturos, acreditam que estão “acima da doença”, portanto, não se previnem.

Em relação à área de Ciências Naturais, ao ser abordado sobre o corpo humano (infantil e adulto, do homem e da mulher) e suas anatomias interna e externas, é importante incluir o fato de que os sentimentos, as emoções e os

pensamentos se produzem a partir do corpo e se expressam nele, marcando-o e constituindo o que é cada pessoa.

Na questão da Relação de Gêneros, tema que perpassa a área de Ciências Naturais e Humanas, as diferenças que existem no comportamento de homens e mulheres são resultados da vivência da sexualidade de cada um, no relacionamento a dois e nas relações humanas em geral.

Este trabalho está baseado em seções da pesquisa de campo realizada pelos cursistas do curso de especialização EJA e Economia Solidária – UFMT/IE, com estudantes da modalidade EJA, da rede pública no município de Cuiabá, no ano de 2014.

Por ter mais afinidade com o tema, nos concentraremos nos questionários 6 e 10 da temática XII, ou seja, das razões que levaram o educando a interromper seus estudos no ensino regular. Para tanto, apresentamos no decorrer deste trabalho os respectivos gráficos que servirão como referência e orientações didáticas sobre o Tema Transversal “Orientação Sexual”.

## ■ 2 A SEXUALIDADE E SEUS DESAFIOS NA EJA

Ao buscarmos um referencial para discutir a questão da sexualidade, encontramos, Sigmund Freud (1856 – 1939), criador da psicanálise, pioneiro a estudar e falar sobre sexualidade infantil, rompendo a imagem da criança inocente e assexuada. Com isso, estudou e definiu cada fase do desenvolvimento da criança no que se refere ao prazer. Verificamos estes dados conforme descreve Freud em seu estudo e utilizamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), são elas:

*A fase oral*, (0 – 2 anos de idade) em que a criança passa a descobrir o mundo através da boca e concentra-se nela a maior parte sensação do prazer; é por esse motivo que a criança pequena tende a levar tudo o que pega à boca. Por exemplo, ao sugar o leite, seja pela mamadeira ou pelos seios, chupar chupeta, levar brinquedos e objetos à boca, etc.

*A fase anal*, (3 – 4 anos de idade). Essa é a fase de controle esfíncteriano, em tudo que ela elimina dá prazer e aprende a controlá-los; é neste momento



que elas deixam de usar fraldas, retêm a urina por mais tempo e se sentem bem e aliviadas ao fazer suas necessidades fisiológicas; ou seja, o ânus é uma região de prazer. É nesta fase que a criança começa a ter noção de higiene, quando ela se dá conta do que ela expeliu.

*A fase genital*, (3 – 5 anos de idade). Nesta, descobrem o prazer de tocar-se e investem a explorar o próprio órgão sexual; nesta fase pode surgir também o complexo de Édipo, período em que o menino passa a apresentar uma atração pela mãe e se rivalizar com o pai, e, na menina, ocorre o inverso e se instaura um período de latência, em que as questões ligadas à sexualidade ficam secundárias até a puberdade.

A partir dos dois anos de idade (fase anal), a criança já tem noção de *masculino* e *feminino* e qual é seu gênero, até mesmo porque nesta fase ela passa a dar atenção à televisão, a conversas, entre outros meios que a fazem perceber a diferença entre meninos e meninas.

[...] A sexualidade infantil se desenvolve desde os primeiros dias de vida e segue se manifestando de forma diferente em cada momento da infância. A sua vivência saudável é fundamental na medida em que é um dos aspectos essenciais de desenvolvimento global dos seres humanos. (PCN's – Temas Transversais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, p. 117).

A visão de evolução humana e tecnológica, de valores e conceito de sociedade, está nos PCN's: Temas Transversais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, PCN's de Ciências Naturais. Esses Parâmetros Curriculares Nacionais e DINIZ (2004) nos trazem orientações para estudar, refletir, discutir e entender como trabalhar em sala de aula este tema de Orientação Sexual, tão desafiador para os educadores das turmas de EJA.

[...] Afinal, é o tema que mais se fala e sobre o qual mais se pensa. Que provoca rubor, acercando-se de nossa intimidade, de nossas escolhas afetivas, nossos desejos menos confessáveis, nossas decisões mais públicas, que são ridicularizadas no dia-a-dia quando nos casamos, temos filhos, os batizamos, quando compramos uma roupa nova, ou, simplesmente, degustamos uma sorvete que nos encanta os olhos e nos seduz o paladar. Mas o que une

todas essas coisas tão diferentes? O que é ordem do privado e do público? O que é confessável e o que é inconfessável? O que pode enrubescer a alguns e a outros não? Afinal o que será a sexualidade? (DINIZ, M. V. NUNES, R., 2004, p. 54).

Não saberíamos responder com precisão estes questionamentos de DINIZ (2004), pois, a complexidade do tema é muito grande e abrange nossos valores, nossa ética, nossos preconceitos e até nossas vivências. Mas, com estudos, diálogos e discussões, podemos superar nossos medos, adquirir conhecimentos, nos despir de nossos preconceitos e aprendermos a lidar com a questão. Desta forma, como educadores, para o exercício da docência, é necessário uma preparação didática conforme nos orienta Radespiel:

A **Orientação Sexual**, quando utilizada na área da educação, deriva do conceito pedagógico **Orientação Educacional**, definindo-se como o processo de intervenção sistemática na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas. [...] A **Orientação Sexual** se propõe a fornecer informações sobre sexualidade e a organizar um espaço de reflexões e questionamentos sobre postura, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamento e comportamentos sexuais. **A orientação sexual abrange o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividades, imagem corporal, autoestima e relação de gêneros.** (RADESPIEL, 1998, p. 33).

É neste sentido que podemos afirmar que a escola é um espaço de informação e formação do desenvolvimento do indivíduo, mesmo daqueles que já são adultos como é o caso dos estudantes da EJA, é na escola que se concentra o maior número de profissionais habilitados que poderão realizar uma ação pedagógica eficiente que venha contribuir para esclarecimentos, conhecimentos e construção de novos valores desses estudantes, podendo levar à consequências benéficas por toda sua vida e, em muitos casos, resgatando e resolvendo problemas da infância destes estudantes da EJA.

Para esta ação, exige-se do educador, alguns esforços, pois ele deve estar atento quanto à sua abordagem, sua postura, frente ao assunto, qual metodologia utilizar e, principalmente, estar despido de preconceitos, ter uma postura fir-

me, ter convicção do que se fala, buscar desenvolver um laço de confiança mútua para que a ação pedagógica tenha qualidade e atinja os objetivos propostos.

É bastante comum que o mesmo tema surja como de interesse em diferentes momentos para cada aluno (ou grupo), o que significa que já não tenha sido bem trabalhado. Isso se dá porque, a cada momento, as questões relativas a esse tema se ampliam e se conectam com outras dúvidas e preocupações, demandando, portanto, a sua retomada. (RADESPIEL, 1998. p. 22).

Segundo os PCN's Temas Transversais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual há registro desde a década de 19, sobre discussões e trabalhos focados sobre a sexualidade infantil e de adultos, no caso da EJA nas escolas. Isso acentua a importância da inclusão desta temática no currículo escolar. O interessante é que com essa inclusão no currículo escolar não se trabalha nas escolas apenas a sexualidade em si, mas tudo que a envolve como: a relação de gênero (formas de preconceitos), a DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e AIDS.

A partir dos anos 1980, começaram as preocupações constantes com as crianças, adolescente, jovens e adultos por parte dos educadores e governantes sobre o ensino dessa temática. Isso porque houve um aumento significativo de adolescentes grávidas e um aumento quase que incontrolável do vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) nessa década.

No Brasil, após este período, o governo lançou várias campanhas de saúde e programas de prevenção e combate a estas doenças. Estudos realizados em 1980, apontam que a prevenção deve começar na educação. Então, por que, não trabalhar na escola dos anos iniciais até EJA? Já que, desde Freud no século passado já se falava em sexualidade desde na primeira infância.

A partir dessa visão, cabe à escola desenvolver projetos pedagógicos, envolvendo diversos segmentos da sociedade e, principalmente, a família, com ações de desvelamento de preconceitos, conhecimentos científico das transformações e funções dos órgãos do corpo humano, debates críticos, reflexivos e educativos para esclarecer dúvidas e/ou questões trazidas pelos estudantes, uma vez que os estudantes sempre possuem dúvidas e, em geral, seu conhecimento sobre a sexualidade é de senso comum.

Porém, estas ações desencadeadas pelo docente devem contar com o

apoio da equipe gestora e profissionais da educação escolar, visto que, alguns meios de comunicação, através de novelas, filmes e propagandas que abusam da sensualidade, contribuem tanto de forma positiva, quanto negativa sobre a questão sexual.

Informa-nos os PCN's que:

A escola, querendo ou não, depara com situações nas quais sempre intervém. Seja no cotidiano da sala de aula quando proíbe ou permite certas manifestações e não outras, seja quando optar por informar os pais sobre manifestações de seu filho, a escola está sempre transmitindo certos valores, mais ou menos rígidos, a depender dos profissionais envolvidos naquele momento. (Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, p. 113).

Percebemos que as escolas cooperam com a formação do indivíduo e trabalham os PCN's – Temas Transversais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual em conjunto com os PCN's de Ciências Naturais que, na parte da sexualidade, incluem: aparelho reprodutor, anatomia e fisiologia do corpo humano. Esse trabalho, em conjunto com as dimensões culturais, afetivas e sociais, entre outros, contribui para prevenir problemas relacionados ao abuso sexual, pedofilia, maus tratos contra a criança e a mulher, gravidez na adolescência e doenças. Na realização da pesquisa social com estudantes da EJA da rede pública de Cuiabá, vimos que os estudantes da EJA de hoje são os mesmos de ontem que, em sua grande maioria, deixaram de estudar por causa da gravidez precoce ou casamento, num momento em que a sociedade não estava aberta a essa temática, considerada tabu e as poucas e deficientes informações na escola.

Assim, pode se afirmar que a inclusão de Orientação Sexual no currículo escolar é uma contribuição importantíssima para a formação humana e vivência da sexualidade entre as crianças, jovens, adultos e a família. Considerando que sexualidade faz parte da vida do indivíduo, pois ela, quando vivida ou vivenciada de forma que não cause danos ao indivíduo, contribui para uma vida adulta melhor, sem traumas, sem preconceitos e sem alguns transtornos como a gravidez na adolescência e as Doenças Sexualmente Transmissíveis ou até a AIDS. Estudos nos mostram que desde bebê, em seu desenvolvimento cognitivo, o

enlace com a mãe, ao ser amamentado e em outras alimentações diversas, na higienização, enfim nos próprios carinhos, o ser humano sente prazeres diversos e leva marcas desses momentos para a vida toda. Assim, a sexualidade é uma das formas mais concretas de um conceito de identidade.

O complexo processo de construção da identidade e da autonomia depende tanto das interações socioculturais como da vivência de algumas experiências consideradas essenciais, associadas à fusão e diferenciação, construção de vínculos e expressão da sexualidade. (BRASIL, RCNEI, 1988, p.15, vol. 2).

Portanto, dependendo das marcas de sua infância, o adulto será uma pessoa “dita” normal ou problemática, pois, sua sexualidade tem tudo a ver neste processo de formação, desenvolvimento e construção de si, de seu caráter e sua identidade, tem grande importância na vida psíquica do indivíduo.

A questão da sexualidade deve ser considerada nas diferentes fases da vida humana, tendo os mais variados fatores de interferência.

A sexualidade deve ser considerada nas diferentes fases da vida, compreendendo que é um comportamento condicionado por fatores biológicos, culturais e sociais, que tem um significado muito mais amplo e variado que a reprodução, para pessoa de todas as idades. É elemento de realização humana em suas dimensões afetivas e sociais que incluem, mas não se restringem à dimensão biológica. (PCN - Ciências Naturais, p. 53).

Os PCN's de Ciências Naturais ressaltam a importância do ensino de Orientação Sexual nas escolas, pois se abre aí um leque de conteúdos importantes para a proposta didático-pedagógica, por exemplo: anatomia humana, fisiologia dos aparelhos reprodutivos masculino e femininos, o parto, a contracepção, a gravidez, as formas de prevenção, as DST's, além da compreensão de que o corpo é sexuado e a sexualidade é expressada à medida em que o ser humano passa por fases ao longo do seu desenvolvimento.

Neste aspecto, o educador deve, primeiramente, reconhecer os ritmos e as necessidades individuais para auxiliar os jovens e adultos no reconhecimento da diferenciação do que deve e pode ser compartilhado em grupo e o que

deve ser mantido como vivência pessoal e individual. Para tanto, o educador deve transmitir com segurança tais informações, pois a postura profissional deve ser de um educador cientificamente preparado e, ao preparar seu material de trabalho para a sala de aula, é necessário conhecimento além de acesso à formação continuada específica para se tratar, didaticamente, as questões da sexualidade na EJA.

### ■ 3 QUEM SÃO OS SUJEITOS E O QUE OS LEVOU A ESTUDAR NA EJA?

Segundo dados levantados na pesquisa social<sup>3</sup>, os sujeitos da educação de Jovens e Adultos, são: homens e mulheres, jovens e adultos, e até idosos, trabalhadores em sua grande maioria. Sendo assim, a abordagem sobre a orientação sexual na EJA é complexa e exige bastante conhecimento, sensibilidade, ética e ação pedagógica diferenciada por parte do docente. Na pesquisa, a pergunta XII - O que o levou a estudar na EJA? - havia as seguintes possibilidades de resposta:

0. ( ) *Questões de responsabilidade minha mesmo. Atrasei os estudos porque não queria estudar, “bagunçava” na escola.*
1. ( ) *Meus pais não queriam que eu continuasse a estudar e me fizeram trabalhar.*
2. ( ) *Meu casamento e a vontade do marido impossibilitaram a minha continuidade nos estudos.*
3. ( ) *Gravidez na adolescência atrasaram meus estudos.*
4. ( ) *Não tive acesso à educação onde eu morava na infância: não tinha escola.*
5. ( ) *Questões de muitas dificuldades financeiras da minha família na infância.*
6. ( ) *Problemas graves de saúde na infância e na adolescência atrasaram meus estudos.*

Conforme os dados coletados na pesquisa de campo, constata-se que 21,5% das mulheres pesquisadas não completaram seus estudos na infância e adolescência porque engravidaram nesse período, sendo que outras 16,9% por

<sup>3</sup> Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelos estudantes do Curso de Especialização EJA e Economia Solidária – UFMT/IE, no município de Cuiabá no ano de 2014, sob orientação do professor da disciplina Marcos Caron, abrangendo 161 estudantes da EJA. (Observação: tabulação realizada pela pesquisadora).

conta do casamento, que em geral após o enlace, os esposos não as deixavam voltar a estudar, por ciúmes, etc.

Na compilação dos dados, temos:

**Quadro I** – Causas relatadas pelos alunos pesquisados para abandono do ensino regular e que, conseqüentemente, os levaram a matricular-se na EJA.

| XII - O QUE O LEVOU A ESTUDAR NA EJA?  | HOMEM |      | MULHER |      | TOTAL |      |
|--|-------|------|--------|------|-------|------|
|  | N     | %    | N      | %    | N     | %    |
| 0 - Não queria estudar                 | 34    | 34,4 | 5      | 7,7  | 39    | 24,2 |
| 1 - Pais colocaram cedo para trabalhar | 16    | 16,7 | 12     | 18,4 | 28    | 17,4 |
| 2 - Casamento                          | 2     | 2,1  | 11     | 16,9 | 13    | 8,1  |
| 3 - Gravidez na adolescência           | 3     | 3,13 | 14     | 21,5 | 17    | 10,6 |
| 4 - Não tinha escola onde morava       | 12    | 12,5 | 15     | 23,1 | 27    | 16,8 |
| 5 - Dificuldades financeiras           | 22    | 22,9 | 7      | 10,7 | 29    | 18,1 |
| 6 - Problemas de saúde                 | 3     | 3,1  | 1      | 2,4  | 4     | 2,5  |
| Não responderam                        | 4     | 4,2  | 0      | 0    | 4     | 2,4  |
| TOTAL                                  | 96    |      | 65     |      | 161   |      |

Entre o público masculino a faixa etária compreende 46 educandos jovens (de 15 a 25 anos) e 34 adultos, na faixa que compreende de 26 a 50 anos e 16 com mais de 50 anos. Esse quadro reflete que os jovens abandonam o ensino fundamental pela necessidade de trabalho ou de satisfação de suas necessidades de consumo, porém, cada vez mais procuram pela EJA, devido à possibilidade de qualificação para o trabalho; já os adultos, que estão em sua minoria, retomam os estudos pela necessidade em geral imposta pelo trabalho.

Quanto ao público, feminino apresentou-se em menor número na faixa etária jovem com apenas 10 jovens e 46 adultas com até 50 anos e nove com mais de 50 anos. Temos a considerar que o público feminino em sua grande maioria quando questionada sobre os motivos que levaram a estudar na EJA, 32 educandas responderam como motivo: o casamento, a gravidez precoce e as dificuldades financeiras. Isso nos leva a crer que a mulher ainda tem no modelo social, “a manutenção do lar”, ou seja, o cuidados com os filhos, com a família e que só retomam os estudos após separação, filhos criados, por vontade ou a necessidade de tomar um novo rumo em sua vida, de retomar ao trabalho ou auxiliar os filhos ou netos.

Casamento e gravidez na adolescência são citados como formas que cau-

saram a interrupção dos estudos entre as mulheres, enquanto os homens alegam a “falta de vontade” e/ou dificuldades financeiras.

### **3.1 O educador e sua postura diante da orientação sexual: conhecimento e sensibilidade**

O educador também vive sua sexualidade de forma individual e, por vezes, discreta; pois isso, ele deve ter segurança no conhecimento científico e informações atualizadas para não transmitir o que é dele, como crenças, opiniões e valores. Deve reconhecer as consequências de suas opiniões e atitudes e trabalhar para que seus estudantes tenham autonomia de construir seus próprios conceitos.

Para se desenvolver as orientações didático-pedagógicas advindas dos PCN's e também com base no resultado da pesquisa de campo realizada nas escolas municipais de Cuiabá, onde é ofertado a EJA, os educadores devem criar um elo de ligação, de afetividade e vinculação interpessoal com os estudantes, para assim obterem melhores resultados.

É necessário que se construa uma relação aberta professor/aluno para que haja segurança e confiabilidade na discussão e diálogos e esclarecimentos sobre o tema sexualidade, as Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS.

O educador, com uma visão ampliada e muita sensibilidade sobre determinados assuntos, necessita deixar de lado conceitos/preconceitos pessoais e religiosos doutrinadores, muitas vezes, “da ética, moral e bons costumes”. Inclusive, em algumas questões, há igrejas que proíbem o uso da camisinha e contraceptivos, mas o professor deve saber que não se trata religião e sim de saúde pública e, principalmente, educação; portanto ele deve estar atento a estas questões.

Paulo Freire, em seu livro “Pedagogia da Autonomia”, relata diretamente aos professores quais os saberes necessários à prática educativa e nos dá direcionamento exato. Sobre esse referido tema ele cita: “[...] Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber” (FREIRE, 2007).



A Orientação Sexual é uma temática que esbarra em preconceitos, tabus, polêmicas, crenças, valores, entre outros. Para tanto, o educador ao inserir o tema em seu plano de aula, deve ter em mente que, para se trabalhar este temática se faz necessário, o diálogo constante e reflexões por meio de metodologias apropriadas em que os jovens e adultos possam expor suas dúvidas, curiosidades e questionamentos sobre a sexualidade. Bem como, suas experiências e expectativas para que possa haver uma melhor interação e rendimento do assunto e/ou tema tratado em conjunto entre aluno/professor/escola; professor e a escola devem conquistar a confiança do aluno. Isso significa o trabalho em equipe.

Segundo Paulo Freire:

[...] O professor que desrespeita a curiosidade de educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sintaxe e sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento do seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. [...] Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. (FREIRE, 2007, p. 7).

Conforme os PCN's de Orientação Sexual – Tema Transversal, diferente de outros temas, há possibilidade de atingir, mais e melhor os estudantes, pois pode ser trabalhada em conjunto com outras disciplinas do currículo escolar, portanto não somente em ciências, mas em outras áreas do conhecimento, principalmente porque trabalhamos com jovens e adultos.

O trabalho de Orientação Sexual deverá, portanto, se dar de duas formas: dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. (Parâmetros Curriculares Nacionais, Temas Transversais, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, p. 126).

É necessário que o educador tenha flexibilidade, disponibilidade e abertura para trabalhar este tema em questão, deve estar preparado com os conteúdos e dependendo das reflexões e dúvidas nem sempre ele poderá ter resposta para todos os questionamentos. Nestes casos, são importantes atitudes de acolhimento, expressões e disponibilidade para ouvir e responder as questões; esse comportamento por parte do educador conduz à obtenção de bons resultados nos assuntos a serem tratados, no sentido da qualidade da educação e, consequentemente, na qualidade de vida, pois o que está em jogo não é apenas a educação no que se refere a essa temática, mas, sim, conhecimento para saúde e garantia e qualidade de vida.

### **3.2 As manifestações da sexualidade na escola**

Conforme os PCN's, Temas Transversais Orientação Sexual, a sexualidade de cada pessoa inclui fatores distintos, tanto na aprendizagem como na descoberta. O fato é que, ao trabalhar a sexualidade na escola, deve ser colocado como os jovens e adultos vivem sua sexualidade no contexto social. Para tanto, os PCN's seleciona alguns conteúdos e estratégias; citaremos apenas três:

- 1) Conteúdos que apresentem fatos ou assuntos atuais referente ao tema Orientação Sexual, que estejam sendo discutidos pela sociedade em geral;
- 2) Trabalhar a sexualidade não só psíquica, mas biológica e sociocultural em uma visão ampla;
- 3) Apresentar a sexualidade de forma que, o aluno possa conhecer de maneira correta sua sexualidade para só, então, vivenciá-la em todos os aspectos humanos.

Estes exemplos de conteúdos e estratégias nos mostram que devemos levar em considerações algumas questões atuais de extrema importância. Por exemplo, a pedofilia e os abusos contra mulheres são assuntos que estão sendo muito difundidos pela mídia, até mesmo por causa da constância desses fatos que é assustador, pois isso ocorre, na maioria das vezes, dentro da própria casa, entre pessoas muito próximas e até pessoas da própria família.

É fundamental ter uma visão de que a sexualidade é um fator biológico, psicológico, cultural, social e que as manifestações fazem parte de nossa vida cotidiana, é necessário para o desenvolvimento humano, é saudável e nos dá prazer.

Articular as manifestações da sexualidade na escola com os conteúdos a serem trabalhados no tema Orientação Sexual divide-se em três blocos; são eles: Corpo, Matriz da Sexualidade; Relação de Gênero e Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS.

O tema Orientação Sexual pode ser trabalhado nos três blocos, porém com linguagem acessível, não deixando nunca de esclarecer as dúvidas e questionamentos, sem meias palavras, pois quanto mais simples e clara for a linguagem do educador, mais o indivíduo terá facilidades em entender os conteúdos.

#### ■ 4 CORPO – MATRIZ DA SEXUALIDADE

No trabalho didático-pedagógico o corpo como matriz da sexualidade, é necessário inseri-lo, primeiro, como um fator biológico, ou seja, toda sua estrutura, seu organismo, seu funcionamento e só, então, trabalhar a temática citada, pois aí envolverá os sentimentos, as sensações e cada reação resultada das ações do indivíduo e as transformações no decorrer de cada fase ou no decorrer da idade e no amadurecimento psicocognitivo da pessoa humana.

Para o indivíduo entender como funciona a sexualidade, deve-se levar em consideração o meio em que vive, sua realidade, como é sua cultura, suas crenças e, principalmente, sua sociedade. Para que o educador possa montar seu plano de aula na EJA e para se ter um trabalho didático-pedagógico eficiente, com os rendimentos e resultados esperado, precisa incluir conteúdos relacionados ao corpo, à higiene pessoal, aos cuidados e formas de prevenção de doenças, não deixando de lado o conhecimento prévio e experiências que podem ser apresentadas pelos próprios estudantes.

Conteúdos a serem trabalhados com insistência são: as transformações do corpo do homem e da mulher nas diferentes fases da vida, dentro de uma perspectiva de corpo integrado, envolvendo emoções, sentimentos e sensações ligadas ao bem-estar e ao prazer do autocuidado; os mecanismos de concepção, gravidez e parto e a existência de métodos contraceptivos; O respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro; o fortalecimento da autoestima; a tranquilidade na relação com a sexualidade (PCN's, 2000). Adicionalmente ao trabalho das transformações do corpo do homem e da mulher em diferentes fases da vida, trabalhar, principalmente, o ser humano como "o homem como um ser comple-

xo”, ou seja, em todos os aspectos humanos e naturais, científicos e biológicos, social e cultural.

#### 4.1 Relação de gênero

O conceito de gênero se relaciona aos conjuntos de representações sociais e culturais a partir das diferenças biológicas dos sexos (masculino e feminino). Esta temática visa quebrar alguns paradigmas impostos pela sociedade; as discriminações que ainda existem em nossa sociedade/atualidade, o comportamento de homens e mulheres na vivência de sua sexualidade, seja homossexual ou heterossexual.

Apresentaremos, aqui, o resultado da pesquisa de campo<sup>4</sup>, a questão do direito da mulher, pois quando falamos em manifestação da sexualidade na escola, ressaltamos os direitos das mulheres porque percebemos que os resultados apresentados na pesquisa, abaixo, implicam em fatores de nosso dia-a-dia, como é o caso da liberalidade em relação ao gênero feminino.

Atentemos à pergunta e as opções de respostas:

10ª PERGUNTA – Observe as situações a seguir:

- a) Uma mulher de 58 anos namora um rapaz de 22 anos;
- b) Uma mulher mora sozinha na casa dela e, namoradeira como é, recebe muitos namorados lá;
- c) Uma mulher terminou à noite com o namorado e, no dia seguinte, ela já estava namorando outro;
- d) Uma mulher trabalha junto com o marido numa firma, mas passará a ganhar bem mais do que ele - e será a chefe dele no serviço - se aceitar a transferência na empresa, para outra cidade, que ele não gosta e não quer ir, mas que neste caso ele e os filhos terão que acompanhá-la.

Sobre essas situações, como você se posiciona?

0. ( ) *Não concordo com nenhuma delas. Essa moda da mulher imitar o comportamento masculino ou se igualar aos homens nestas questões só a desvaloriza diante da sociedade e dela*

4 Pesquisa de Campo realizada pelos estudantes do Curso de Especialização EJA e Economia Solidária – UFMT/IE, no município de Cuiabá no ano de 2014, sob orientação do professor da disciplina Marcos Caron, abrangendo 169 estudantes da EJA.

mesma, fazendo com que ela perca o respeito não só dos homens, mas também da família e o respeito por si própria. Mulher de verdade sabe se preservar;

1. ( ) Não concordo com as situações A, B e C, visto que comportamentos assim só desrespeitam a imagem da mulher da sociedade e a faz perder o respeito dos homens. Porém, não vejo problemas na situação D, na qual a mulher ganhará mais que o marido e será a chefe dele, mesmo com o sacrifício de mudar para outra cidade. Afinal, as mulheres conquistaram esse espaço no mercado de trabalho;
2. ( ) Não concordo com as situações A, B, visto que comportamentos assim só desrespeitam a imagem da mulher na sociedade. Porém, não vejo problemas na situação C (ela não tinha terminado o namoro? Qual o problema da questão do tempo?) nem na situação D, na qual a mulher ganhará mais que o marido e será a chefe dele, mesmo com o sacrifício de mudar para outra cidade. Afinal, elas conquistaram esse espaço no mercado de trabalho;
3. ( ) Não vejo “problemas morais” em nenhuma dessas situações, independentemente da minha posição pessoal em adotar ou não cada uma dessas atitudes. Afinal, nenhum homem é “desrespeitado pela sociedade”, pelos amigos ou pela família quando adota esses comportamentos (ao contrário, é até valorizado). Por que tem que ser diferente com as mulheres?

Vejamos agora os resultado conforme a pesquisa:

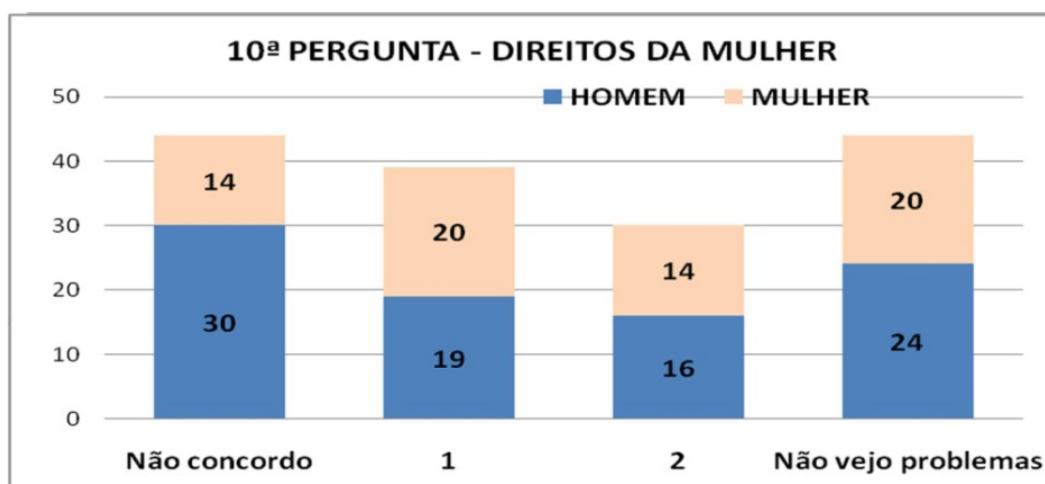
**Quadro II** – Respostas das alunas referentes à situações e às problematizações levantadas

| 10ª PERGUNTA - DIREITOS DA MULHER     |       |      |        |      |
|---------------------------------------|-------|------|--------|------|
|                                       | HOMEM |      | MULHER |      |
|                                       | N     | %    | N      | %    |
| Item 0: Não concordo com nenhum deles | 30    | 33,7 | 14     | 20,6 |
| Item 1:                               | 19    | 21,3 | 20     | 29,4 |
| Item 2                                | 16    | 17,9 | 14     | 20,6 |
| Item 3: Não vejo problemas            | 24    | 26,9 | 20     | 29,4 |
| TOTAL                                 | 89    |      | 68     |      |

Fonte: elaboração da autora.

Com os dados coletados na pesquisa de campo<sup>5</sup>, observamos que 65 homens e 48 mulheres apresentam respostas mais radicais, mostrando que a aceitação pela postura das mulheres serem mais parecidas com as dos homens, não é bem aceita. As dificuldades das mulheres são mais complexas em função do que foi observado nos gráfico, em relação aos homens, ou seja, o fardo ainda é mais pesado para as mulheres, elas têm cobranças maiores, seja pelo fato de ser esposa/dona de casa, seja por trabalhar fora.

**Gráfico I** – Comparação entre as respostas de homens e mulheres aos questionamentos levantados:



Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas do curso de especialização EJA/ECOSOL – IE/UFMT

Percebe-se que os homens são resistentes a aceitar as mulheres com comportamentos mais próximo da sexualidade masculina, menos tolerantes que as mulheres. Há certa concordância, tanto a tolerar certas atitudes ou ser liberal. Falando sobre orientação sexual, abordaremos o tema "Casamento entre Homossexuais", e citaremos, também aqui, dados da pesquisa de campo, pois é visível essa questão dentro das salas de aula, visto que, nossa clientela da EJA são sujeitos de diferentes naturalidades e nacionalidades, culturas, costumes, entre outras, e, principalmente, de idades. Assim, temos diferenças na mesma sala, jovem de 18 anos e idoso 80 anos, ou seja, há um conflito em grande proporção relacionado à idade destes indivíduos, enquanto um está na flor da puberdade o outro está na andropausa ou menopausa; isso significa uma necessidade maior

5 Pesquisa de Campo realizada pelos estudantes do Curso de Especialização EJA e Economia Solidária – UFMT/IE, no município de Cuiabá no ano de 2014, sob orientação do professor da disciplina Marcos Caron, abrangendo 169 estudantes da EJA.

para abordarmos temas referente à sexualidade, pois, temos aí: um jovem que muitas das vezes é imaturo e não se preocupa ou nem tem temor às doenças e/ou consequências relacionadas à sexualidade; já o adulto ou idoso acreditam que já passaram desta fase de periculosidade da sexualidade.

Temos, ainda, estudantes da EJA que participam de grupos de convivência para idosos e lá, além de se divertirem com danças, passeios, etc. também namoram, casam novamente; isto é, a maioria tem vida sexual ativa, portanto a importância de elucidarmos situações ligadas à sexualidade, pois isto vai além de uma simples prevenção a DST's e AIDS até ao uso sem prescrição médica de medicamentos estimulantes sexuais, que por vezes trazem riscos irreversíveis à saúde e vida destes idosos.

Sobre a questão do casamento homossexual apresentaremos uma pergunta da pesquisa com respostas múltiplas e resultado gráfico a seguir:

6ª PERGUNTA – Sobre a questão do Casamento entre Homossexuais - ou eles poderem adotar crianças - você se posiciona:

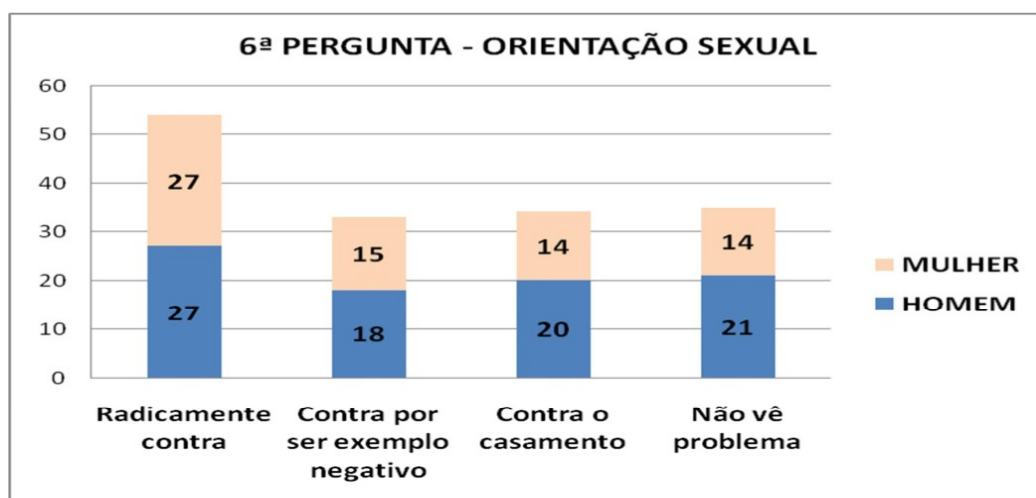
- 0 ( ) *Radicalmente contra. Além de ser contra as Leis de Deus, é contra a formação moral da sociedade, da família e dá um exemplo negativo para as crianças. É um erro as novelas explorarem esse tema da homossexualidade, colocando-os como “vítimas da sociedade”.*
- 1 ( ) *Sou contra, mas não porque “ferem as Leis de Deus” (creio que Deus ama a todos), mas sim porque são um exemplo negativo para as crianças, que nem sabem ainda o que querem ser na sua futura vida sexual (influencia a ser também homossexual).*
- 2 ( ) *Sou contra o casamento, mas não vejo problemas em dois homossexuais viverem juntos. Desde que sejam discretos e não adotem crianças.*
- 3 ( ) *Não vejo problema em homossexuais casarem, nem em adotar crianças. Além de todos terem o direito de amar como querem, muitas crianças são melhores educadas por esses casais do que muitos casais heterossexuais por aí. Não acho que isto influencia a criança a ser gay no futuro, e se for (o que não é problema, mas orientação de cada um), não será por causa dessa forma de adoção.*

**Quadro III** – Respostas dos alunos pesquisados aos temas: Casamento Homossexual e adotar crianças.

| 6ª PERGUNTA – Casamento Homossexual    | HOMEM |      | MULHER |      | Geral |      |
|--|-------|------|--------|------|-------|------|
|  | N     | %    | N      | %    | N     | %    |
| <b>Radicalmente contra</b>             | 27    | 31,4 | 27     | 38,6 | 54    | 34,6 |
| <b>Contra por ser exemplo negativo</b> | 18    | 20,9 | 15     | 21,4 | 33    | 21,1 |
| <b>Contra o casamento</b>              | 20    | 23,2 | 14     | 20,0 | 34    | 21,7 |
| <b>Não vê problema</b>                 | 21    | 21,4 | 14     | 20,0 | 35    | 22,4 |
| <b>TOTAL</b>                           | 86    |      | 70     |      | 156   |      |

Fonte: Elaboração da autora.

**Gráfico II** – Resultado das respostas sobre percepção dos direitos e relacionamentos homoafetivos



Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas do curso de especialização EJA/ECOSOL – IE/UFMT

As respostas não diferem significativamente para homens e mulheres, porém, percebe-se em uma percentagem que ambos são radicalmente contra, denotando o preconceito. Neste contexto, o professor deve estar atento de modo a intervir no combate à discriminação e refletir com seus estudantes sobre os estereótipos associado ao gênero, isto está inserido na perspectiva do exercício de cidadania. Um dos grandes objetivos de se trabalhar essa temática na escola é combater a discriminação, deixar certos padrões estereotipados de lado e o respeito ao próximo em todos os aspectos; cultural, religioso, opção sexual, etc.

[...] As diferenças não devem ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividos a partir da singularidade de cada um, apontando para equidade entre sexos. (Parâ-



metros Curriculares Nacionais – Temas Transversais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, p. 144, 2000).

No estudo do bloco das áreas de história, educação física e todas as situações do convívio escolar trabalha-se bem as diferenças e o respeito ao outro com maior facilidade, pois para o educador de EJA isso é ainda melhor trabalhado, visto que, inserimos os conteúdos com interdisciplinaridade ou por área de conhecimento.

Os conteúdos a serem trabalhados são: a diversidade, comportamento de homens e mulheres em função da época e do local onde vivem; a relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino; o respeito pelo outro sexo, na figura das pessoas com as quais se convive; o respeito às muitas variadas expressões do feminino e do masculino. (PCN's, 2000).

É importante trabalhar essa diversidade de comportamento dentro da realidade do indivíduo, incentivando o respeito às pessoas independente de gênero e não se esquecendo as variadas expressões de masculino e feminino, refletindo a igualdade de gênero.

#### **4.2 Prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS**

Este bloco apresenta as Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS. Na EJA, entende-se que há dificuldades por parte do educador ao explanar sobre essas doenças. Porém, com cautela, ele consegue, visto que o indivíduo em algum momento de sua vida já teve informações sobre a AIDS, seja pela mídia, por conversas, entre outros. Todavia, quando se fala de Doenças Sexualmente Transmissíveis, não é um assunto fácil para o educador inserir no plano de aulas: como falar de doenças ligadas ao sexo, sem deixar de mexer com os sentimentos? Porém, o educador deverá oportunizar-se da questão do prévio conhecimento e dúvidas trazidas de casa por eles.

Particularmente, em relação à AIDS, o tratamento que esse tema deverá ter em Orientação Sexual é o oposto ao que foi dado por algumas campanhas de prevenção veiculadas pela mídia: “AIDS mata”. Essa mensagem contribui para o aumento do medo e da angústia, desencadeando reações defensivas. A mensagem fundamental a ser trabalhada é “AIDS previna-se”. (Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, p. 147).

Os PCN's de Temas Transversais "Orientação Sexual" sugerem que o educador aprofunde-se nesta realidade, principalmente na que envolve a questão da AIDS: dos preconceitos, dos mitos, dos obstáculos emocionais e culturais. Portanto, deverá inserir metodologia em que visa romper toda essa problemática em relação ao slogan "AIDS mata", para trazer à sala de aula "AIDS previna-se", em que se trabalhará formas de contágio, prevenção, solidariedade aos doentes de AIDS, discernir a diferença entre Doente de AIDS e portador do vírus HIV<sup>6</sup>. Essa temática pode ser trabalhada em todas as disciplinas do currículo da EJA, seja por meios de textos, filmes, etc. Os PCN's de Temas Transversais "Orientação Sexual" enfatizada a metodologia que apresenta, para os indivíduos, o tema saúde e não doenças. Podem ser trabalhadas com os seguintes conteúdos: o conhecimento da existência de doenças sexualmente transmissíveis; a compreensão das formas de prevenção e vias de transmissão da AIDS; a comparação nas formas de contato que propiciam contágio e as que não envolvam riscos; recolher, analisar e processar informação sobre AIDS, por meio de folhetos ilustrativos, textos e artigos de jornais e revistas; o conhecimento e a adoção dos procedimentos necessários em situações de acidente ou ferimento que possibilitem o contato sanguíneo; o repúdio às discriminações em relação aos portadores de HIV e doentes de AIDS; o respeito e a solidariedade na relação com portadores do vírus HIV ou doentes de AIDS. (PCN's, 2000).

Quando se fala em trabalhar a sexualidade na escola, já se pensa em qual será a reação dos estudantes e qual será a postura do educador ao inserir este tema. Pensando nessa incógnita, o Ministério da Educação dá várias orientações e sugestões, para que o professor tenha maior segurança ao abordar este tema através dos PCN's de Tema Transversais Orientação Sexual. Para muitos, que não têm o costume de dialogar com a escola, agem ou têm a ideia de que Orientação Sexual é o mesmo que sexo, porém não é isso que os PCN's apresentam, diferentemente da mídia que, por vezes, apresenta sexo explícito ao vivo e a cores. Ao inserir Orientação Sexual na escola, os educadores querem, através desta temática na educação, trabalhar a orientação, prevenção, informação e formação para cidadãos conscientes, naquilo que querem ou pretendem para si em suas vidas, seja ela com o corpo que trabalha a forma biológica e psicológica, a relação de gêneros que envolve representações sociais e culturais, em que o indivíduo, conhecerá o valor do respeito por si e pelo próximo.

---

6 A diferença entre doente de AIDS e portador do vírus HIV é a presença ou não dos sintomas da doença (PCN's, 2000).

## ■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Educação (PME) vem sendo debatido no país inteiro e gerando muita polêmica, quando nele é discutida a “diversidade de gênero” que se refere à identidade adotada por uma pessoa, de acordo com sua genitália, psicologia ou papel na sociedade.

Diversos segmentos da sociedade têm participado deste debate e a igreja católica tem se posicionado fortemente contra a forma com que a proposta vem sendo colocada. Entendo que temas que envolvem a educação, voltados à moral e sexualidade, são de responsabilidade intrínseca da família (pai e mãe), embora admita que caberia à escola prover o espaço de convivência, respeitando-se as diferenças e coibindo as discriminações.<sup>7</sup>

No decorrer deste trabalho, fez-se a correspondência dos PCN’s com a prática pedagógica de Orientação Sexual nas escolas na modalidade da EJA. Os resultados da pesquisa indicam que os “sujeitos da educação” de Jovens e Adultos, são trabalhadores em sua grande maioria, ou seja, de perfil tipicamente das classes populares brasileira. Sendo assim, a abordagem sobre a orientação sexual na EJA é complexa e exige bastante conhecimento, sensibilidade, ética e ação pedagógica diferenciada por parte do docente.

A Orientação Sexual na modalidade da EJA é uma temática que esbarra em preconceitos, tabus, polêmicas, crenças e valores, os quais desafiam os próprios preconceitos e valores arraigados do professor. Portanto, fica evidente a necessidade de ações pedagógicas diferenciadas por parte dos docentes que atuam na EJA, com uma visão ampliada e provida de maior sensibilidade sobre determinados assuntos, bem como deixando de lado conceitos/preconceitos pessoais, tornando, assim, possível alcançarmos um trabalho de qualidade que contribua para a emancipação do educando na perspectiva de uma sexualidade mais consciente e prazerosa.

7 Cf.:(<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/06/igreja-critica-plano-de-educacao-que-trata-de-diversidade-de-genero-no-rs.html>)

## ■ 6 REFERÊNCIAS

BRASIL; MEC; Secretaria de Educação fundamental. **RCNEI** – referencial curricular nacional para educação infantil – Formação Pessoal e Social. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 2.

\_\_\_\_\_. **PCN** - parâmetros curriculares nacionais – pluralidade cultural orientação sexual. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

\_\_\_\_\_. **PCN** - ciências naturais. 3. ed. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREUD, Sigmund. **Caso de histeria**: ensaios sobre a teoria da sexualidade. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

RADESPIEL, Maria – **Alfabetização sem segredos**: temas transversais. Contagem: IEMAR, 1998. v. 5.

VASCONCELOS, Renata Nunes. **Pluralidade Cultural e Inclusão na Formação de Professores**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2004.

### **Portais Especializados:**

BRAGA, Marilandes Ribeiro. **Conhecendo a Sexualidade Infantil**, 2003. Disponível em: <[www.psicopedagogia.com.br](http://www.psicopedagogia.com.br)>. Acesso em: 06 jul. 2010.

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/06/igreja-critica-plano-de-educacao-que-trata-de-diversidade-de-genero-no-rs.html>

# DESAFIOS E DIFICULDADES ENFRENTADOS PELOS ALUNOS DA EJA NA ESCOLA MUNICIPAL RURAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA EMREB – NOVA ESPERANÇA, CUIABÁ – MT

BERUCINETH FONTES<sup>1</sup>

MARINEIDE DE OLIVEIRA DA SILVA<sup>2</sup>

---

**Resumo:** A Educação de Jovens e Adultos no Brasil (EJA) é uma modalidade recente e vem sendo desenvolvida e melhorada ao longo dos anos. Esta modalidade sofreu transformações importantes no cenário brasileiro e vem contribuindo para a formação de milhares de adultos que não frequentaram, por algum motivo, o ensino regular. Nesse sentido, a políticas voltadas para a EJA buscam, a cada dia, melhorar a modalidade, tendo em vista que a clientela alcançada enfrenta uma dupla jornada de trabalho e estudo. Este artigo tem por objetivo investigar os principais desafios e dificuldades dos alunos da EJA da Escola Municipal de Educação Básica – Nova Esperança, situada na zona rural de Cuiabá.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Desafios. Dificuldades.

---

1 Professora da rede municipal de ensino de Cuiabá, MT.

2 Doutoranda da Universidade Estadual Paulista – UNESP, pesquisadora do Grupo História da Educação e Memória – GEM da Universidade Federal de Mato Grosso e Professora Formadora da UFMT.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, tem ganhado respaldo, sobretudo pelo esforço do governo em alfabetizar a clientela destinada a esse segmento escolar e que, por algum motivo, não cursou o ensino regular. Nesse sentido, nas últimas décadas, tem-se avançado em termos de políticas públicas, mediante criação de legislação específica para garantia desta modalidade de ensino. Todavia, mesmo com o progresso nesta modalidade, muito ainda há de se avançar, principalmente na qualidade de ensino, para que a realidade dos estudantes de EJA seja respeitada. Sobre a EJA, Colavitto e Arruda (2014, p. 3) esclarecem que:

A história da EJA insere-se num cenário econômico, social e político, onde a relação entre educação e trabalho está normalmente ligada uma a outra, tendo um público de trabalhadores jovens que procuram pelo primeiro emprego e também os trabalhadores aposentados. Ela começa a ter uma maior procura devido às necessidades políticas e exigências de uma nova sociedade.

Por outro lado, os alunos da EJA quando vão para a escola com certa expectativa quanto à aprendizagem, começam o ano letivo com animação e euforia por estarem na escola, mas, no decorrer do curso, alguns são vencidos pelo cansaço, principalmente decorrente do percurso entre trabalhar e estudar. Este cansaço advém de dupla e, até mesmo, tripla jornada cotidiana, as quais atrapalham os estudos e fazem com que muitos alunos desistam da escola.

O fato assinalado acima aumentou nosso interesse em pesquisar os desafios enfrentados por esses alunos para permanecer no ambiente escolar. A metodologia deste artigo consiste em pesquisa qualitativa, com análise das falas ocorridas em debate realizado com os alunos da EJA da Escola Municipal Rural de Educação Básica Nova Esperança, situada na zona rural de Cuiabá, na Rodovia Palmiro Paes de Barros, próximo a Santo Antônio de Leverger. A finalidade foi descobrir os principais desafios e dificuldades enfrentados por eles, bem como a visão dos docentes em como estabelecer o ensino-aprendizagem para essa clientela, e, ainda, como atraí-los para que permaneçam na escola.

O debate com os alunos da EJA da Escola Municipal Rural de Educação Básica foi realizado nos dias 20 e 21 de maio de 2015, nos primeiros períodos

de aula das turmas da 1ª e 2ª fases, respectivamente. Foi uma roda de conversa informal, na qual foi solicitado aos alunos que, livremente, expusessem as principais dificuldades enfrentadas por eles durante todo o percurso escolar.

A importância do trabalho está em fomentar debates sobre como podemos efetivar um contexto escolar que leve em consideração essas especificidades, por isso se faz necessário que os segmentos que compõem a comunidade escolar reflitam e estabeleçam estratégias para atingir a expectativa desses alunos, fornecendo meios de permanência na escola.

## ■ 2 BREVE HISTÓRICO DE POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

Grande parcela da população mundial adulta não possui acesso ao conhecimento impresso e às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade da vida e ajudar a perceber e a se adequar às mudanças sociais e culturais. Ponto importante neste fato é o baixo índice de escolaridade de grande parte de jovens e adultos. Para que a educação básica se torne igual, é essencial proporcionar a todas as crianças, jovens e adultos a oportunidade de alcançar um padrão mínimo de qualidade de aprendizagem (COSTA, OLIVEIRA e ALVES, 2010).

Desse modo, Costa, Oliveira e Alves (2010) relatam que EJA deve constituir-se de um modelo pedagógico próprio que crie situações pedagógicas que satisfaçam às necessidades de aprendizagem de jovens e adultos que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional. As unidades educacionais da EJA devem promover a autonomia do jovem e do adulto, de modo que sejam sujeitos do aprender em níveis crescentes de apropriação do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver.

A educação de jovens e adultos no Brasil visa superar o analfabetismo e constituiu um dos desafios mais importante para o governo. Na década de 2003-2012, as Nações Unidas concentraram esforços para assegurar a todas as pessoas o direito de desenvolver-se, na leitura e escrita, com a finalidade de fortalecer a participação cidadã e equiparar os gêneros, visando melhores condições de vida (UNESCO, 2008).

O professor da EJA desempenha um papel muito importante, pois ele é responsável pelo sucesso da aprendizagem do aluno adulto, pois este obser-

va seu professor como um modelo a seguir. Faz-se necessário que a sociedade compreenda que alunos de EJA sofrem com problemas de preconceito, vergonha, discriminação, críticas, etc., e que esses problemas também são presenciados no cotidiano familiar e na vida em comunidade. "A EJA é uma educação possível e capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, permitindo-lhe reescrever sua história de vida" (LOPES e SOUSA, s/d, p.3).

Lopes (s/d) afirma que ao longo da história da EJA, muitas transformações sociais ocorreram e estão estritamente ligadas ao seu desenvolvimento. Transformações estas (sociais, políticas, econômicas) que contribuíram para transformar todo processo educacional, inclusive a EJA. Primeiramente, a alfabetização de adultos para os colonizadores tinha como objetivo instrumentalizar a população, ensinando-a a ler e a escrever.

Colavitto e Arruda (2014) relatam que a EJA se estabeleceu no Brasil na década de 1930, no contexto de transformações sofridas pela sociedade que trouxeram mudanças significativas na educação. No período de crescimento da industrialização brasileira, a oferta de ensino chegou a toda camada da população gratuitamente, não mais somente aos burgueses, dessa forma estas transformações trouxeram facilidade de acesso e interesse da população pela educação. Lopes e Sousa (s/d, p. 3) afirma que:

Em 1934, a Constituição, estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos.

Muitas críticas surgiram em relação à EJA, desde a sua implementação. Em 1945 com o fim da ditadura de Vargas, o Brasil passou por grande turbulência política, e com isso a sociedade passou por grandes crises. Foi neste momento que surgiram críticas aos adultos analfabetos, desestimulando muitas pessoas, que desanimaram e pararam de acreditar na possibilidade de existir um ensino de qualidade (LOPES, s/d).

A luta por uma educação justa e de qualidade para Jovens e Adultos fez com que essa modalidade ganhasse notoriedade na sociedade. A partir de 1947, lançou-se uma campanha de ação que previa a alfabetização em três meses, a



etapa seguinte voltou-se para a capacitação profissional e desenvolvimento comunitário. Foi através dessa campanha de Educação de Adultos, que se abriu a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil (COVALLITO E ARRUDA, 2014).

Na década de 60, quando o Estado se associou à Igreja Católica, surgiram novos impulsos às campanhas de Alfabetização de Adultos. No entanto, com o golpe militar todas as ideias de fortalecimento de uma cultura popular foram reprimidas. O Movimento de Educação de Bases (MEB) permaneceu porque se vinculou ao MEC e à igreja Católica. “Todavia, devido às pressões e à escassez de recursos financeiros, grande parte do sistema encerrou suas atividades em 1966” (LOPES, s/d, p. 5).

A UNESCO (2008) ainda relata que a propagação da alfabetização no Brasil ocorreu apenas no passar século XX, acompanhando a constituição defasada do sistema público de ensino. Até fins do século XIX, as oportunidades de escolarização eram limitadas, acessíveis quase que somente às elites proprietárias e aos homens livres das vilas e cidades, minoria da população. No período republicano, a alfabetização e a instrução primária do povo ganharam destaque nos discursos de políticos e intelectuais, que classificavam o analfabetismo como vergonha nacional. No início dos anos 60, a alfabetização de adultos foi a principal estratégia de ampliação das bases eleitorais e de sustentação política das reformas que o governo pretendia realizar.

Foi lançado em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), o qual visava atender todas as pessoas analfabetas de 15 a 30 anos, tendo por objetivo ensinar ler e escrever. Durante a década de 70 o movimento expandiu-se, mas no ano de 1985 chegou ao fim. O fim do Mobral deu início à Fundação Educar, cuja finalidade era dar apoio técnico e financeiro às iniciativas de alfabetização já existente (COVALLITO E ARRUDA, 2014).

Todavia, a década de 1970, com a criação do ensino supletivo, foi um marco importante na história da educação de jovens e adultos do Brasil. Assim, foram criados os Centros de Estudos Supletivos em todo o País, que visavam atender às necessidades de uma sociedade em processo de modernização. O objetivo principal era escolarizar um grande número de pessoas, mediante baixo custo operacional, satisfazendo às necessidades de um mercado de trabalho competitivo, com exigência de escolarização cada vez maior (UFBA, s/d).

Mas foi só na década de 1980, com a promulgação da Constituição de 1.988, que o Estado amplia o seu dever com a Educação de Jovens e Adultos. Dessa forma, Colavitto e Arruda (2014, p. 6) afirmam que:

É então na década de 90 que a Educação de Jovens e Adultos consegue estabelecer uma nova política, onde ganha novos métodos para trabalhar com criatividade, a fim de fazer com que jovens e adultos que tiveram uma vaga passagem pelas escolas, tenham uma nova oportunidade de inserir-se na educação e, assim permanecendo, venham a ganhar cultura, conhecimento e incluam-se no mercado de trabalho.

No ano de 2003, o MEC noticiou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo federal. Nesse sentido, criou-se a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, em que a meta foi diminuir gradativamente o analfabetismo durante o mandato de quatro anos do governo Lula. Para que esta meta fosse alcançada lançou-se o Programa Brasil Alfabetizado, em que o MEC “contribuirá com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização”. Logo, este programa foi direcionado ao desenvolvimento de projetos, em que as ações foram direcionadas para a alfabetização de Jovens e Adultos, bem como à formação de alfabetizadores (LOPES e SOUSA, s/d, p. 8).

A UNESCO (2008) afirma que foi Paulo Freire que criou uma proposta de alfabetização e educação popular proposta até hoje:

Sua compreensão inovadora da problemática educacional brasileira interpretava o analfabetismo como produto de estruturas sociais desiguais e, portanto, efeito e não como causa da pobreza. Freire propunha que os processos educativos operassem no sentido de transformar a realidade, e alfabetização era vista como uma ferramenta propícia ao exame crítico e à superação dos problemas que afetavam as pessoas e comunidades. Sua pedagogia fundada nos princípios de liberdade, da compreensão da realidade e da participação favorecia a conscientização das pessoas sobre as estruturas sociais e os modos de dominação a que estavam submetidos, alinhando-se a projetos políticos emergentes na época (UNESCO, 2008, p. 3).

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) regulamenta a EJA como uma modalidade de direito público, na qual jovens e adultos são sujeito ao tratamento especial e diferenciado, uma vez que esta clientela é pouco escolarizada.

Desse modo, conforme Costa, Oliveira e Alves (2010) a EJA, a educação de adultos é, mais que um direito, a chave para o século XXI, pois é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma total participação na sociedade. Os autores ainda afirmam que, a educação do EJA representa uma dívida social, à população que, de certo modo, não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais e tiveram sua força de trabalho utilizada na constituição de riquezas.

### ■ 3 A ESCOLA EMREB – NOVA ESPERANÇA, EM CUIABÁ - MT

A Escola Municipal Rural de Educação Básica (EMREB) está situada no Bairro Nova Esperança, zona rural do município de Cuiabá. Este modelo de escola no Campo foi desenvolvido no governo de Dante de Oliveira, quando escolas que funcionavam nas casas dos professores foram substituídas por prédio. Daí em diante, em Cuiabá, criou-se uma nova concepção para as escolas rurais. Os professores também tiveram direito à habilitação no magistério, os conteúdos reproduzidos de livros didáticos deixaram de ser utilizados e, em seu lugar, entraram a produção própria e com concepção local, produzida nos constantes cursos de qualificação em serviço de que os professores participavam. Qualificação que se constituiu em habilitação. Habilitação que ajudou na construção da identidade da escola do campo (PREFEITURA DE CUIABÁ, s/d).

A EMREB teve início quando moradores da própria comunidade decidiram contratar uma professora para seus filhos em idade escolar. A professora reunia-se com os alunos cada dia na casa de um morador. Nessa época, não havia estrutura física nenhuma (como cadeiras, mesas), os alunos sentavam-se no chão e a merenda, doações dos próprios pais, era feita à sombra de um pequizeiro (PREFEITURA DE CUIABÁ).

Nos anos 1990, a escola já estava levantada, mas um vendaval destruiu todo o telhado e a comunidade organizou-se e comprou novas telhas. Foram construídos a cozinha e dois banheiros e a Prefeitura de Santo Antônio de Leverger, que administrava o local, contratou uma professora e merendeira (PREFEITURA DE CUIABÁ).

Em 1993, começou uma negociação entre a administração de Santo Antônio do Leverger e Cuiabá sobre quem ficaria com a responsabilidade da administração da escola. Em 1994, a EMREB “Nova Esperança” passou ser de responsabilidade da SME de Cuiabá. Atualmente, a escola atende o ensino fundamental no período diurno e o EJA no 1º e 2º segmento.

#### ■ 4 DESAFIOS E DIFICULDADES DOS ALUNOS DE EJA

Quando falamos em formação humana, pensando em educação, reportamo-nos à grande utopia dos pensadores socialistas desde Marx, passando por Gramsci: a união entre educação e trabalho. Na verdade, uma “reunião” porque trabalho e educação, nem sempre estiveram separados. E aí dizemos que o trabalho é um paradoxo. O trabalho pode até tirar os alunos da sala de aula.

Todos os anos centenas de jovens, adolescentes e idosos entram pela primeira vez na sala de aula de EJA para estudar. Eles chegam com disposição e vontade, mas carregam indagações, inseguranças e sabem que enfrentarão enormes desafios, envolvendo a realidade escolar e a relação com outros estudantes, com as famílias e a própria escola. Por sua vez, a instituição nem sempre assegura a integração, a permanência e o aprimoramento desses educandos, que, por sua vez, acabam se desmotivando e evadindo das salas de aula.

Há muitas barreiras enfrentadas pelos estudantes. Um dos principais problemas que os professores enfrentam em sala de aula é a conciliação dos estudantes entre a relação trabalho x estudo. Quem diz isso são os próprios estudantes da EJA em reuniões, pesquisas e relatos realizados com profissionais da rede pública. Os alunos alegam que a jornada de trabalho e a carga horária das aulas são exaustivas, e, muitas vezes, vencidos pelos cansaços, decidem ficarem somente com o trabalho.

Pela nossa experiência, muito são os fatores que contribuem para a evasão escolar, entre eles: cansaço, horário de trabalho, jornada de trabalho, ciúmes do conjugue, cuidados com a casa e filhos, problemas de relações interpessoais entre estudantes e entre estes e professores, dificuldades na aquisição de novas aprendizagens, metodologias inadequadas aplicadas pelo professor(a), violência, drogas, separação dos pais, mudança de endereço, vergonha, falta de apoio familiar e doenças.

Um dos maiores desafios dos professores é compreender e lidar com essa realidade que os estudantes enfrentam, ademais, ainda buscar ferramentas para que as aulas não sejam tão monótonas, fazendo com que os alunos tenham maior interesse em permanecer no ambiente escolar. Ainda, buscar compreender aos alunos, no sentido de lidar com a realidade que os mesmos enfrentam fora da escola.

Saber o conteúdo, o conhecimento, é fundamental, mas não é somente transmitir todos esses saberes. É certo que os estudantes precisam de um bom currículo, todavia também precisam trabalhar, e isso é perceptível em cada aula, todavia muitos professores não estão preparados para lidar com tal situação.

Às vezes é necessário deixar de lado o conteúdo da disciplina ministrada, para trabalhar outras questões como: questões afetivas, familiares, valorização do trabalho, dos estudos, conflitos internos, dúvidas. É necessário que o professor saiba qual o papel que a escola desempenha, para que não haja dúvidas na formação do estudante para a vida.

A preocupação da maioria dos profissionais da educação é a melhoria das condições dentro da escola, abraçando e acolhendo esses estudantes trabalhadores, para que eles se sintam pertencentes à sociedade na qual estão vendo e vivendo. Somente dessa maneira os estudantes da EJA conseguirão melhorar seu aprendizado.

Segundo relatos vivenciados pelos educadores da EJA, alunos que trazem diagnósticos pautado nas experiências vivenciadas no cotidiano de uma educação popular adentram a sala de aula em busca de suprir seus anseios e angústias.

## ■ 5 PERFIL DOS ALUNOS

Os sujeitos da modalidade EJA são alunos que, por um motivo ou outro, não tiveram acesso à modalidade regular, por vários motivos que podem introduzir distorções nas questões vivenciadas nos projetos educacionais, entre os quais podemos citar: a dificuldade de leitura e de escrita. Mas, de modo geral, são portadores de uma visão de mundo que consegue ultrapassar todos os limites da EJA.

Por outro lado, educadores da EJA veem e compreendem de diferentes maneiras, como uma alternativa ao desemprego, currículo para inserção no mercado de trabalho, retorno à vida comum e autoestima, ensinar seus netos a resolver suas tarefas, uma estratégia de desenvolvimento ou uma maneira de

estar no mundo. Enfim, é uma sobrevivência de poucas pessoas ou pode ser de grande empresário.

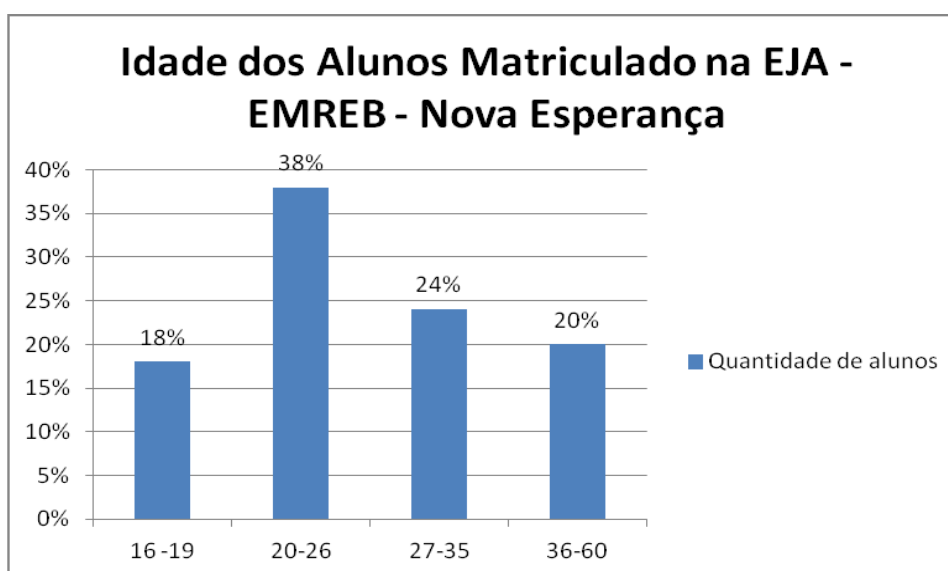
De acordo com a Secretaria de Educação Municipal de Cuiabá, a lista de alunos matriculados em 2014 é de 43 alunos para o ensino fundamental II, chegando, aproximadamente, ao término do ano letivo, com 20 alunos, sendo a maioria do sexo masculino. Por ser escola do campo, a maioria trabalha em áreas rurais e desloca-se de suas residências a mais de 256 quilômetros até chegar ao local de trabalho, por esse e outros motivos o cansaço muitas vezes vence, o que dá margem à evasão escolar.

Na EMRB Nova Esperança há duas turmas da EJA, 1ª e 2ª fase do Ensino Fundamental (compreendendo 5ª à 8ª série), sendo o total de 45 alunos matriculados e divididos nessas duas turmas, em 2015.

O Gráfico 1 mostra o perfil etário dos alunos. Como se pode observar, há alunos em diferentes faixas etárias, mas a predominância ainda é de alunos jovens, pois, considerando que as duas primeiras colunas do gráfico representam o aluno jovem, conclui-se que eles totalizam 56% do alunado.

É importante salientar que cada um desses alunos tem uma perspectiva diferente em relação à educação e cabe ao educador presente em sala de aula saber transmitir o conhecimento científico de maneira homogênea, para que todos compreendam o conteúdo trabalhado.

**Gráfico 1 – Quantidade de Alunos por Idade**



Fonte: Elaboração Própria – Dados da Secretaria Municipal de Cuiabá

Em sala de aula, fez-se uma roda de conversa na qual foram debatidos assuntos pertinentes à persistência e ao desejo dos mesmos em relação ao ambiente escolar, como por exemplo: o motivo para o retorno aos estudos e as maiores dificuldades vivenciadas. Na maioria dos relatos, o que se pode observar é que o retorno ao ambiente escolar e a frequência à escola são justificados com: ter uma educação melhor, maior desenvolvimento profissional, o que, de certa maneira, reflete de forma positiva, pois proporciona aos alunos maior interesse nas aulas.

Por outro lado, as principais dificuldades mencionadas por eles foram: a carga horária, ou seja, a dupla jornada de trabalho e estudo que os mesmos devem enfrentar diariamente. Outros problemas foram citados, como questões afetivas, familiares e violência, que infelizmente os alunos carregam consigo, sendo muitas vezes incapazes de dissociá-las da rotina de estudante.

A falta de acompanhamento psicológico é apontada, pelos estudantes, como um problema que deve ser resolvido de forma urgente. Outro problema mencionado, que afeta o andamento das aulas é a necessidade de os professores compreenderem a realidade que os alunos enfrentam cotidianamente, como as drogas, tráfico de drogas do lado de fora da escola. Os conflitos e os dramas das comunidades em que vivem, cruzam os portões e chegam dentro das salas de aula.

Nós, professores, não somos os únicos agentes envolvidos no clima relacional. Todas as interações entre os membros de uma escola e dela com o seu entorno fazem parte dessa interação. No entanto, nós professores temos um papel central nessa questão, pois é na sala de aula que os aprendizados se concretizam.

Nesse sentido, faz-se importante tentar descobrir uma forma de resolver os problemas que levam tantos jovens a abandonarem o estudo e entender o que os levam a retornar à escola, mais tarde. E este trabalho envolve o Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, gestores, os professores, os quais precisam preparar-se para essa realidade (COVALLITO E ARRUDA, 2014).

## ■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EJA passou por grandes transformações no cenário brasileiro até ganhar a devida importância na educação nacional. É uma modalidade que vem sendo aprimorada, ao longo dos anos, e ganhou importância para o governo federal a partir da constituição de 1988, na qual esta modalidade passou a ser mais representativa e políticas foram efetivamente executadas.

A clientela que demanda esta modalidade precisa de atendimento diferenciado, uma vez que se está trabalhando com diversas faixas etárias em uma mesma sala de aula. Faz-se necessário que o educador procure compreender a realidade local, bem como seus alunos, e aplicar um método que os atraia, para evitar a evasão escolar, pois a carga de trabalho (estudar x trabalhar) é cansativa para a maioria deles.

A modalidade EJA sofreu e ainda sofre preconceito e discriminação, por parte da sociedade. É necessário que essas distorções sejam desfeitas na sociedade, por meio de uma educação de qualidade e, acima de tudo, interativa.

As principais dificuldades relatadas pelos jovens e adultos da Escola Municipal Rural de educação básica foram referentes à questão do cansaço, devido ao fato de terem que trabalhar, na maioria das vezes, em serviços pesados e precisarem estudar à noite. Similarmente, a carga horária, que atrelada ao cansaço do trabalho, leva o aluno a desanimar. Essa jornada, de fato, é cansativa e, muitas das vezes, esses estudantes são vencidos por esse cansaço. Outro problema constatado foi a questão emocional, afetiva, que os alunos trazem consigo e, por vezes, atrapalham a frequência à escola, levando muitas vezes à desistência.

O maior desafio para os docentes: o árduo dever de fazer com que suas aulas sejam dinâmicas e atrativas, já que o público é diferenciado e manter-se constante nessa metodologia. Outro fator importante é o educador compreender a realidade que o aluno vive e procurar estabelecer uma integração entre esse aluno, a escola e a sociedade em si.

## ■ 7 REFERÊNCIAS

COLAVITTO, Nathalia B.; ARRUDA, A. L. Medina M. Educação de Jovens e Adultos (EJA): A Importância da Alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. v. 5 – nº 1, 2014.



COSTA, Maria da P. L; OLIVEIRA, Tatiana N; ALVES, Viviane J. G. **Estudo sobre a intervenção pedagógica implantada em escolas municipais e Vespasiano/Mg.** Disponível em: <[http://www.senept.cefetmg.br/galerias/anais\\_2010/artigos/gt7/estudo\\_sobre\\_a\\_intervencao.pdf](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/anais_2010/artigos/gt7/estudo_sobre_a_intervencao.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2014.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal. **Escolas Municipais.** Disponível em: <<http://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/educacao/escolas-municipais>>. Acesso em: 30 set. 2014

LOPES, Selva P; SOUSA, Luzia S. **EJA:** uma educação possível ou mera utopia?. Disponível em: <[http://www.cereja.org.br/pdf/revista\\_v/Revista\\_SelvaPLopes.pdf](http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil:** lições da prática. Brasília. UNESCO. 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162640por.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014.

# A TRANSFORMAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO PROFESSOR POR MEIO DA VIVÊNCIA NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EJA ECONOMIA SOLIDÁRIA

MARCO ANTÔNIO BRAGA<sup>1</sup>

JOSÉ TARCÍSIO GRUNENVALDT<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo é compreender de que forma o processo de formação da Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária contribuiu para a reflexão e mudanças na prática pedagógica dos professores da Rede Municipal de Educação, considerando que em cada módulo foi possível estabelecer relações com os projetos realizados em sala de aula e, ao mesmo tempo, estabelecendo relações entre as concepções do grupo e os conceitos dos diferentes autores sobre Economia Solidária. Neste artigo, propomos investigar os autores que tratam da formação do professor como instrumento qualificador da prática pedagógica por um lado e, por outro, fizemos entrevistas com alguns professores que estão atuando em sala de aula com intuito de perceber inclusive sua autoavaliação sobre o crescimento e aquisição de novos conceitos para sua vida profissional. Foi possível perceber que cada professor pesquisado buscou enfatizar o processo teórico-prático como de suma importância para a construção de novos saberes, retratando de forma clara a importância da relação teoria e prática, considerando as leituras apresentadas em seus questionários e a mudança de comportamento nas suas aulas. Foi possível perceber que as aulas passaram a ser desenvolvidas em função do saber coletivo em detrimento das questões meramente individuais. De forma geral, a Especialização colaborou para que o grupo desenvolva estratégias de disseminação dos conceitos trabalhados e desenvolva projetos de Economia Solidária em todas as escolas da Rede Municipal de Educação, possibilitando a todas as escolas, localizadas em comunidades carentes, o cumprimento do seu papel social.

1 Formado em Pedagogia pelo Instituto Cuiabano de Educação. Especialista em Interdisciplinaridade e Educação Básica e Especialista em Educação a Distância. Atualmente, atua como Gerente de Negócios de Educação e Saúde no SESI-MT e é Assessor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação (SME) - Cuiabá-MT. E-mail: marcoalvesbraga@gmail.com

2 Pós-Doutor em Educação Física – Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: jotagrun@hotmail.com

**Palavras-chave:** EJA. Processo de Formação de Professores. Transformação da percepção.

## ■ 1 APRESENTAÇÃO

O presente artigo tem a pretensão de situar o processo de construção dos conceitos de Economia Solidária na relação direta com o currículo de Educação de Jovens e Adultos na cidade de Cuiabá, vivenciado pelos professores da Rede Municipal de Educação, por meio da Especialização oferecida pela Universidade Federal de Mato Grosso em parceria com o MEC – Ministério da Educação e Cultura.

O grupo é composto por professores, a grande maioria atuante em sala de aula da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Cuiabá, mas também existe um número considerável de professores atuando na SME – Secretaria Municipal de Educação, tanto na Assessoria da Educação de Jovens e Adultos, quanto em outros setores como Recursos Humanos, Financeiro e Gestão. O curso teve início com a inscrição de 60 professores/alunos, ao longo do processo alguns desistiram por vários motivos, como podemos citar: incompatibilidade de horários, mudança de trabalho, não identificação com a temática, entre outros motivos. Atualmente, são 37 professores/alunos na fase final do curso. O curso tem como título “Curso de Especialização EJA e Economia Solidária”, totalizando 360 horas e dividido em oito módulos, desenvolvidos no período compreendido entre novembro de 2013 a maio de 2015, com professores Doutores, Mestres e um Especialista. O desenvolvimento de um curso deste caráter, oferecido para um público alvo muito específico, tem a finalidade de proporcionar aos professores/alunos, formadores de opinião, a compreensão do processo de Economia Solidária, oportunizando a construção de conceitos atrelados às vivências por meio de aulas campo, para organização de um projeto de EJA - Educação de Jovens e Adultos como alternativa de vida às mazelas do capitalismo, que ao longo da história tem causado, cada dia mais, o crescimento do desemprego, situações precárias de trabalho. Com efeito, a Economia Solidária como estratégia de transversalidade do currículo possibilita aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, conhecer e vivenciar práticas solidárias para sua formação enquanto cidadão, visto que os frequentadores dos cursos da EJA, via de regra são pessoas que circulam à margem da sociedade capitalista, sem perspectiva de vida, por

vários motivos, dentre eles, por questões de raça, cor, religião, sexo, orientação sexual, preconceito de endereço, desemprego, dentre tantas outras formas de exclusão. A escolha sequencial dos módulos, assim como a escolha pelos professores foi realizada no sentido de proporcionar uma visão geral desta nova forma de vida, que transcende a dita normalidade, considerando a ideia capitalista de empregado e patrão, sem levar em consideração formas alternativas de sobrevivência e, principalmente, de desenvolvimento comunitário, tendo em vista o aparato teórico disponibilizado, discutido e das práticas vivenciadas no decorrer deste curso, considerando que o foco deste trabalho é justamente perceber a relação direta de Economia Solidária com o currículo da Educação de Jovens e Adultos, por acreditarmos que não existe possibilidade de desenvolver um processo rico, crítico, contextualizado nesta modalidade, sem focar as questões socioeconômicas, sócio-político-ambientais, assim como as questões de gênero, étnico-raciais e, principalmente, as relações de trabalho, tanto do ponto de vista daquelas voltadas para as competências do mundo do trabalho, como outros aspectos voltados para a geração de emprego e renda.

## ■ 2 PROBLEMATIZAÇÃO

O modelo atual de Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Educação de Cuiabá tem se mostrado um tanto obsoleto, destoante de sua verdadeira função social. Ao passo que as estatísticas exibem um número significativo de pessoas com baixa escolaridade, nossas escolas de EJA-Fundamental têm se esvaziado a cada ano. Desta forma, a experiência da Nicarágua, retratada no texto de Gerson Wasen Fraga, a partir do artigo *A Nicarágua Sandinista: guerrilha e educação!* Possibilita perceber que a experiência vivida no curso de Especialização em Economia Solidária corrobora a necessidade já sentida pela equipe técnica da EJA da Rede Municipal de Educação em convergir Educação e Trabalho, partindo do pressuposto que o professor e a escola devem estar a serviço da comunidade local, no sentido de problematizar a vida das pessoas dando ênfase à reflexão ao modo das relações entre capital e trabalho, modo de vida capitalista, considerando que o aparato teórico disseminado no processo de formação continuada dos professores, tanto no Programa de Roda de Conversa da Rede, quanto nos momentos de estudo na própria escola, possibilitará a construção de uma nova visão de mundo, permitindo que a escola cumpra

seu papel social na vida de cada comunidade escolar na qual está inserida. O artigo apresenta a estratégia utilizada na Nicarágua que apresentava 50% de analfabetismo em 1979. Uma Cruzada Nacional (CNA) que envolveu 180 mil alfabetizadores conseguiu reduzir este índice para 12,9%, segundo dados oficiais.

A relação da escola a serviço da comunidade encontra-se com a experiência da Nicarágua quando esta levou os alfabetizadores para morar na casa dos camponeses, viver com eles e como eles, entendendo que a CNA tinha por objetivo cruzar diferentes realidades e formar novas lideranças, na contramão da maioria dos processos educacionais que nascem dentro de gabinetes. A leitura deste material despertou uma série de dúvidas sobre a importância da realização de um curso de especialização com foco em formação de professores de EJA, atrelando a modalidade à necessidade de tratar de Economia Solidária enquanto alternativa para mudança de vidas das pessoas das comunidades onde estão inseridas as escolas. Para tanto, dois foram os objetivos principais da pesquisa: 1) Investigou junto aos professores cursistas que desempenham suas funções em sala de aula com os alunos da Educação de Jovens e Adultos qual a sua percepção sobre a própria prática pedagógica antes de iniciar o curso e agora concluído o curso de especialização; 2) Apreender as mudanças que ocorreram na atuação do profissional pós ingresso no curso de especialização que contribuíram para que houvesse a melhoria da aprendizagem dos alunos diante dos conteúdos ministrados nas aulas. O objetivo específico foi escutar dos professores cursistas, em dois momentos (antes e depois do curso), o testemunho da autopercepção de seu desempenho no processo ensino-aprendizagem de si e de seus alunos. Algumas questões norteadoras foram necessárias para problematizar os objetivos expostos, sendo assim as seguintes: 1. Quais condições objetivas e subjetivas relacionadas ao ensino-aprendizagem foram atingidas com o ingresso dos professores no curso de especialização de Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária?; 2. Quais leituras você se recorda que realizou após entrada no curso de especialização de Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária? 3. Quais textos foram mais significativos no auxílio de sua docência na relação Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária?; 4. De que modo você tratava a relação Educação e Economia Solidária e como você encaminha essa relação no final do curso de especialização? 5. Como e quando o conceito de Economia Solidária foi apresentado aos professores cursistas? Com efeito, nosso problema de pesquisa assume a seguinte orientação: o curso

de especialização tem se constituído como uma ferramenta capaz de melhorar a qualificação profissional, como mecanismo de formação continuada dos professores cursistas que atuam na EJA?

### ■ 3 JUSTIFICATIVA

Considerando que nossas escolas estão localizadas em comunidades carentes de acesso aos bens de consumo produzidos, que envolvem sujeitos sedentos por melhorar suas rendas, por partilhar dos serviços essenciais para melhoria e conservação da saúde, ter condições de realizar viagens, alfabetizar-se digitalmente, dentre outras condições necessárias, utilizamos a afirmativa de Paul Singer:

Desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição. Conforme a preferência dos membros, muitos ou todos podem preservar a autonomia de produtores individuais ou familiares. Mas, os grandes meios de produção – silos ou armazéns, frotas de veículos, edificações e equipamentos para processamento industrial, redes de distribuição de energia etc. – têm de ser coletivos, pois se forem privados a comunidade se dividirá em classes sociais distintas e a classe proprietária explorará a não proprietária. (SINGER, 2004, p. 3)

O trabalho realizado na Rede Municipal de Educação de Cuiabá, especificamente com a Educação de Jovens e Adultos está orientado para Projetos, tendo em vista que este formato tem como premissa compreender um determinado fenômeno, buscando compreendê-lo na sua essência e ao mesmo tempo criando condições alternativas de resolvê-lo. Um fator preponderante quando se trabalha a partir de projetos é a possibilidade de inserir toda a comunidade escolar, como: profissionais, alunos e as pessoas da comunidade, de forma que estas diferentes instâncias configuradoras da sociedade, reflitam sobre o seu papel na comunidade, podendo ir além das discussões, uma vez que os trabalhos acontecem de forma interdisciplinar e de forma não hierarquizada, fazendo com que as pessoas inseridas e, principalmente, os professores possam traduzir

as necessidades, os anseios em conteúdos de vida, tornando assim, o currículo como instrumento a serviço do processo da formação humana integral.

Desta forma, vamos na contramão do que propõe os livros didáticos, que em sua grande maioria estão focados numa realidade sul/sudeste brasileira, não compreendendo os conteúdos para a vida, de pessoas afetadas pela pobreza, pelo desemprego, pelo não acesso às questões culturais, às questões de saúde e as próprias condições educacionais. Corroborando Sacristán e Pérez-Gómez (1998) em compreender e transformar o ensino, percebemos claramente o papel atual da escola numa sociedade capitalista, cujo papel tem sido o de mera reprodutora das questões sociais e culturais.

Tratamos aqui do importante papel do professor, que se encontra em meio a esse processo e que muitas vezes se pergunta se é possível transformar, considerando que foi criado nesta mesma escola, reforçada por outros atores sociais que confirmam a tese, como a família, a igreja, os meios de comunicação e outros grupos sociais dos quais os estudantes fazem parte. Acreditamos que o caminho de transfiguração da prática do professor passará por inúmeras reflexões e implicará em muito estudo para a reconstrução de um currículo a serviço desta comunidade e para/com ela. Pensamos que o único caminho possível é acreditar, que por meio de estudos, reflexões, conhecimento de experiência de sucesso realizadas com comunidades marginalizadas será possível a instauração de uma nova prática pedagógica que partindo dos problemas reais da comunidade escolar poderá tornar a aprendizagem mais significativa.

Convivemos, atualmente, com professores que trabalham arduamente, geralmente em três períodos para sua própria sobrevivência, são profissionais criticados pela sua escolha, a de ser professor, a de escolher trabalhar em três turnos para que seus filhos possam ter outras condições de vida. Nesse sentido, estamos tratando de comunidades carentes com pessoas que sabem o que significa ser humilhado, ser discriminado. Mas também, tratamos com pessoas que estão atuando na EJA por não terem alternativa. Pessoas que tiveram acesso à Universidade sem mesmo poderem escolher o curso dos seus sonhos. Às vezes ser professor até poderia ser um sonho, mas trabalhar na EJA é mais do que realizar o sonho de ser professor, precisa de militância, precisa entender que é uma causa.

Neste aspecto, encontramos muitos colegas que têm como função primeira

outra atividade profissional e a EJA é simplesmente o complemento da sua renda. Não acreditam na possibilidade da transformação das pessoas por meio da educação, nem na sua própria<sup>3</sup>. Uma das questões motivadoras deste trabalho é compreender até que ponto, ou se o Curso de Especialização EJA-ECOSOL tem se constituído em uma ferramenta capaz de melhorar a qualificação profissional como mecanismo de formação continuada dos cursistas que atuam na EJA, na medida em que tem instigado que os professores em seu processo de ensino e aprendizagem procurem estabelecer relações entre os conteúdos/conhecimentos tratados em suas possibilidades de relações com o mundo da vida.

Com efeito, no curso de especialização em questão, fomos provocados a estabelecer relações entre Educação e Economia Solidária, com vistas a desenvolver um trabalho focado no processo de construção do adulto que tem experiência de vida, que é dotado de linguagem muito específica e rica de sua cultura, mas que também apresenta necessidades muito claras sobre as questões político-econômicas e sociais, considerando que passaram toda a sua vida às margens das decisões de sua própria vida, sem conhecer seus direitos de cidadania, sem perceber as possibilidades de se estabelecer enquanto pessoa e, principalmente, de fazer valer o que é próprio e característico do ser humano, que é a vida em comunidade e de poder reviver práticas milenares de sobrevivência em comunidade.

Esta percepção para o aluno da especialização possibilita uma revisita à sua prática e às suas concepções de homem, de mundo, de sociedade, buscando no currículo da EJA, as razões pelas quais esta modalidade foi criada e os avanços que sofreu ao longo do seu processo. A realidade mostra que um currículo que tem como elemento principal o livro didático está fadado ao fracasso<sup>4</sup>. Ensinar ler, escrever e contar é muito elementar se considerarmos as exigências do mundo do trabalho. Dessa forma, a escola de Educação de Jovens e Adultos precisa se reinventar, buscando modelos já existentes em outras instituições ou

---

3 Não vamos tratar aqui das formas de acesso dos professores para lecionar na EJA, pois refere-se de um processo complexo, mas que cumpre uma normativa das redes de educação. Este não é o foco do trabalho.

4 Bernard Charlot (2000) considera que o fracasso escolar é uma maneira de verbalizar a experiência, a vivência e a prática; e por disso certa maneira de recortar, interpretar e categorizar o mundo social, por isso, quanto mais ampla a categoria assim construída, mais polissêmica ela vai ser. Nesse sentido, ela adverte: “o fracasso escolar” não existe; o que existe são alunos em situação de fracasso” (CHARLOT, 2000, p. 16). Quanto a essa defesa o autor destaca porque de sua opção em estudar a relação dos alunos com o saber e não simplesmente, o fracasso escolar. Ver, principalmente, cap. 1. “O fracasso escolar”: um objeto de pesquisa inencontrável, do livro - Da relação com o saber: elementos para uma teoria.



a criação de novas experiências que dão conta de atender ao público heterogêneo de forma a criar condições para que estas pessoas percebam na escola, uma possibilidade de encarar os desafios da vida em comunidade.

A escola, a exemplo das demais instituições cumpre suas funções de forma sistematizada e orientada para determinado fim. No entanto, via de regra, o papel de reprodutora das convenções sociais em função da própria existência humana se choca com a necessidade de transformá-la. Sabemos que não é um papel fácil, pelo contrário, traz uma delicadeza que obriga as pessoas que estão inseridas neste contexto a terem clareza do seu papel nesta dualidade de movimentação do professor entre a conservação e a inovação. Nesse sentido, a intenção deste trabalho é problematizar o real, buscando entender as diferentes formas de ressignificar, tanto a escola quando os profissionais que nela atuam, possibilitando à comunidade utilizá-la como espaço de acesso às discussões e reflexões em função da melhoria de vida das pessoas que ali convivem, de forma que a escola cumpra seu verdadeiro papel institucional.

Cabe, aqui, ressaltar o processo de formação inicial e continuada proposto pela equipe de EJA para a Rede Municipal de Educação. Movidos pelas transformações que o curso de Especialização EJA-ECOSOL tem proporcionado, este processo foi desenhado de forma a possibilitar compreender o ser humano nas suas múltiplas relações, tendo como foco de estudo o Trabalho como princípio educativo e ao mesmo tempo buscando compreender se a EJA enquanto processo que convive com as mais deferentes formas de exclusão, tais como: educandos do Sistema Prisional, educandos dos Centros de Convivência de Idosos, comunidades carentes onde convivem jovens drogados, desempregados, idosos, mulheres e homens negros e pobres, enfim trata-se de um campo fértil para exploração das reflexões acerca das possibilidades de transformação da sociedade.

O trabalho teve início com a apresentação do projeto composto de: formação inicial, formação continuada, estudos e projetos na escola ao longo do ano letivo. A formação inicial compreendida em três dias de trabalho cuja finalidade era de apresentação do projeto anual de trabalho. Todos os professores e coordenadores pedagógicos participaram de forma ativa, compondo os grupos de organização das Capacidades de Aprendizagem. Ao final deste processo todas as escolas tinham o desenho do projeto, dividido por bimestres e com as capacidades que davam conta de atender às temáticas apresentadas. Conside-

rando que os temas são bimestrais, sempre vinculados à temática anual, antes do início de cada bimestre, os grupos se reúnem para exploração da temática com a equipe da SME. O processo deve ter continuidade em cada escola, tendo em vista que são temáticas comuns, porém atendem escolas inseridas em diferentes comunidades, e, embora as necessidades sejam comuns na maioria dos casos, por se tratar das relações Educação/mundo do trabalho, cada escola deve ter seu projeto, atendendo ao aspecto mais evidente daquela comunidade.

Para que tal prática aconteça, faz-se necessário que cada escola, desenvolva seu processo de escuta com a comunidade, começando pelos alunos e adentrando ao bairro onde está localizada, para então, desenvolver seu projeto, agregando as informações ao esqueleto que já fora montado antecipadamente com todos os profissionais na Semana Andragógica, onde aconteceu a formação inicial. Antonio Fávero Sobrinho, tratando sobre a transfiguração histórica sobre os sujeitos da educação, cita Green e Bigun:

[...] um sujeito-estudante pós-moderno porque ele apresenta um novo tipo de subjetividade humana - uma subjetividade pós-moderna - que se caracteriza pela efetivação particular da identidade social e da agência social, corporificadas em novas formas de ser e de tornar-se humano. (GREEN; BIGUN 1995, Apud FÁVERO SOBRINHO, 2011, p.2).

A citação em destaque evidencia que esses sujeitos transfigurados em novos humanos não de requerer a transformação do professor, pois grosso modo pode se perguntar da seguinte forma: agora se o aluno não é mais o mesmo o que deve o professor fazer?

#### ■ 4 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

A partir das leituras em Formação Docente e Profissional – formar-se para a mudança e a incerteza, é possível observar que Francisco Imbernón (2013), trata da formação dos professores como uma forma, a meu ver como a única possível de transformar a prática pedagógica. A busca por uma sociedade igualitária requer que os atores sociais estejam em sintonia para com a construção de melhores condições de vida do ser humano, ao passo que a pluralidade seja elemento chave e que as pessoas sejam fortalecidas no sentido de perceber que

a diferença de cor, raça, religião, de classe econômica seja a mola propulsora do crescimento coletivo.

Vivemos em uma sociedade onde a escola tem sido utilizada como mantenedora de uma estrutura verticalizada, portanto de centralidade – a escola como aparelho ideológico do capital – uma vez que seu currículo fortalece a hegemonia capitalista, onde os formadores de opinião sequer conhecem ou buscam conhecer experiências participativas. Entendemos que a transformação da escola, como diz Imbernón, passa pela mudança de comportamento, de atitudes das pessoas que nela educam. Enquanto a educação for palco da individualidade, for castradora, preparar para o individualismo, não há espaço para integrar a diferença.

O mundo do trabalho tem apontado um contingente significativo de trabalhadores alienados do ponto de vista do conhecimento amplo de mundo, pois a escola não tem aberto espaço para a reflexão, não se preocupa em romper a mera atualização científica, o que faz com que as pessoas sejam reprodutoras daquilo que aprenderam ou do que deixaram de aprender. Nesse sentido, há que se fazer uma ruptura no processo de formação, seja inicial ou continuada em todos os níveis de ensino. Os profissionais, de modo geral são preparados numa escola que está envolvida em seu próprio mundo, muito distante do mundo real. A relação com o mundo do trabalho é meramente teórica, vista por meio de filmes, livros e quando os profissionais se deparam com a vida real não têm atitude, pois não foram preparados para a mudança na mudança. Vivem em um mundo de faz-de-conta, que para Imbernón, pode ser chamada de miséria social e acadêmica.

Buscando refletir sobre o questionamento: Como superar certas imagens de práticas escolares obsoletas para o exercício da profissão de ensinar no futuro? (Imbernón 2013, p. 62), encontramos no próprio texto algumas reflexões muito significativas que nos oportunizam inferir que se o processo formativo inicial do professor fosse marcado pelas próprias experiências vividas no seu processo de escolarização, permitiria que as teorias fossem mais claramente compreendidas, aceitas, refeitas, repudiadas, se fosse o caso, porém estariam estabelecendo conexão com as teorias que não são vazias, nem tampouco isoladas em si mesmas, ao contrário, tratam de alguma experiência, positiva ou negativa, transgressora das práticas alienantes, das ideologias impostas, das situações perpetuadoras.

Se estamos falando em transformação, sonhamos que o processo formativo precisa ser global, complexo, a ponto de preparar o professor para ter condições de romper com a função técnica, com a mera funcionalidade. A formação inicial do professor deve prepará-lo para a ação reflexiva que propõe agir com vistas à tomada de decisão apoiado em bases sólidas. Podemos entender que os professores dos quais falamos são professores do futuro (mas é o presente que os encaminha para essa transição) e o que falar de nós mesmos, que passamos por essa formação inicial castradora, que não permitia valorizar as idiossincrasias dos sujeitos individuais, portanto uma preparação seletiva do ponto de vista discriminatório, alheia ao contexto sócio econômico e social?

Há que se criar condições de transformar esse mesmo professor, tendo em vista o contingente avassalador atuante no sistema educacional brasileiro. Mudar pressupõe romper a inércia, o modo de vida, o modo de olhar o ser humano, o trabalho, a educação. Para que os professores sejam inseridos num processo de mudança, antes de mais nada é preciso que o sistema educacional sofra uma mudança na sua forma de ser de organizar o ensino e que a escola seja um palco de encontro de saberes, que saiba que tipo de ser humano se pretende, se transformando em uma instituição de vida.

Tratamos aqui de formação não como único elemento de transfiguração do professor e dos demais atores que compõem o universo comunidade escolar, tendo em vista que todas as energias devem convergir para viver um processo de difusão do conhecimento da cultura, das relações horizontais, cujas forças estejam preparadas para conviver com paradoxos, refletindo e superando-os como força propulsora, impulsionada principalmente pela contradição. Para superar o que está posto, acreditamos que a formação deve romper a ideia de formação para promoção, de formação baseada em princípios formadores estáticos, somente legalistas – embora não possa perder de vista este aspecto –, romper com modelos de formação quer individualistas, ou generalistas. Concordando com Imbernón, entendemos que não há um modelo ideal, pronto e acabado; existem, porém, inúmeras possibilidades de combinações possíveis, a partir do que se acredita ser melhor para determinado contexto e para atender os objetivos definidos por um grupo de profissionais empenhados em transformar a realidade. Nóvoa, em *Professores Imagens do Futuro Presente*, afirma que:

O trabalho escolar tem duas grandes finalidades: por um lado, a transmissão e apropriação dos conhecimentos e da cultura; por outro lado, a compreensão da arte do encontro, da comunicação e da vida em conjunto. É isto que a Escola sabe fazer, é isto que a Escola faz melhor. É nisto que ela deve concentrar as suas prioridades, sabendo que nada nos torna mais livres do que dominar a ciência e a cultura, sabendo que não há diálogo nem compreensão do outro sem o treino da leitura, da escrita, da comunicação, sabendo que a cidadania se conquista, desde logo, na aquisição dos instrumentos de conhecimento e de cultura que nos permitam exercê-la. (NÓVOA, 2009, p. 25)

Corroborando com Imbernón, Nóvoa reafirma a necessidade de um novo espaço de relações destes saberes, a educação enquanto rede de relações, voltada para a construção de novas competências sociais ou mesmo da relação que envolve uma teia de relações que ligam escola e trabalho.

## ■ 5 METODOLOGIA

Ouvir os professores-alunos cursistas da Especialização foi importante para entender de que forma este curso colaborou para seu crescimento individual, considerando entre outros aspectos o conhecimento anterior, as leituras realizadas durante o processo, as visitas aos locais onde se desenvolvem práticas solidárias. Os próprios conceitos trabalhados durante o curso e, principalmente, as transformações em sua prática pedagógica. Levando em consideração que o objeto de estudo tem foco na transformação da prática pedagógica, elaboramos um questionário inicialmente aplicado a todos os colegas aqui chamados de alunos-professores.

A reflexão, porém, nos obrigou a fazer alguns ajustes no decorrer deste processo, considerando que existe um número considerável de profissionais que atuam fora da sala de aula e neste caso não contribuiriam para percepção do nosso objeto de estudo. Neste processo de exclusão, de forma consciente focamos a pesquisa unicamente com os alunos do curso EJA-ECOSOL que estão sendo professores em sala de aula. Antes de iniciar o trabalho de campo, aproveitando a oportunidade de encontro presencial foi possível contextualizar na sala de aula o objeto de pesquisa e seu objetivo, agregando valor inclusive ao

processo de continuidade de próximas turmas no processo de parceria com o MEC sobre a formação de novas turmas com profissionais da EJA que lidam com educação em prisões, que tem sido alvo de discussões acerca da necessidade de um curso nos mesmos moldes.

Entendemos que a experiência precisa ser registrada do ponto de vista da transformação da prática pedagógica. Decidimos enviar o material por e-mail e remotamente trocar informações, tendo em vista que além deste instrumento tecnológico, utilizamos as redes sociais nas quais os alunos-professores estão inseridos para trocar informações e compreender de que forma o curso EJA-ECOSOL permitiu ou contribuiu para a transformação da prática pedagógica destes profissionais.

## ■ 6 RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Em virtude das leituras e discussões realizadas no decorrer do curso, entendemos que o perfil do sujeito estudante pós-moderno colaborou para o formato de trabalho que buscamos imprimir no processo de formação dos professores da rede, porém nos deparamos com inúmeros pontos negativos, tendo em vista que a SME – Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá atende a modalidade EJA em 13 Escolas, sendo nove urbanas e quatro no campo.

O processo de formação dos professores e coordenadores pedagógicos está sob a responsabilidade da Equipe Técnica da EJA, em alguns casos com apoio de Consultores orientados pela Equipe de Formação da SME. São aproximadamente 130 professores, lecionando no Ensino Fundamental I e II, denominados 1º e 2º Segmentos. Para ilustrar, seguem, abaixo, algumas ações realizadas em função da realização do Curso de Especialização, como forma de dar novos elementos ao perfil do profissional da Educação de Jovens e Adultos. As informações são resultado das assessorias realizadas nas escolas pela equipe de assessores da SME. Geralmente visitam as escolas, semanal ou quinzenalmente, acompanhando o trabalho dos coordenadores, dos professores, conversam com alunos, observam a rotina escolar, comparam com o planejamento de trabalho, além das informações enviadas pela escola tanto via e-mail, como nas apresentações que acontecem nas Rodas de Conversa, processo de encontro dos profissionais de EJA que acontecem bimestralmente, organizadas pela equipe técnica da EJA-SME.

1. Apesar de termos convidado todas as equipes gestoras das escolas, apenas algumas pessoas participaram, só poucos diretores de escola, por acreditarem que este papel seja somente da coordenação pedagógica.
2. Os coordenadores pedagógicos atendem desde a Educação Infantil ao Fundamental II e à EJA. Nesta diversidade, no sentido das diferentes modalidades, acabam deixando a EJA em segundo plano. Às vezes pelo cansaço, outra por desconhecimento da modalidade, outras por falta de interesse.
3. Apesar de ser um dia normal de trabalho – a aula é interrompida nos dias de formação – porém muitos professores deixam de participar nestes processos de formação.
4. Os textos, geralmente são enviados com antecedência para leitura e discussão na escola. São apresentados também vários textos de apoio para que o projeto da escola tenha maior consistência, mas os professores entendem que tudo que foi enviado está pronto para aplicação, quando, o que fazemos é oferecer material de leitura para elaboração do projeto de cada escola, considerando sua especificidade e as necessidades de cada comunidade escolar, assim como, as diferentes habilidades ali contidas.
5. As escolas não desenvolvem um projeto, até porque não se dispõem a desenvolver o processo de escuta com os alunos, tampouco com a comunidade escolar.
6. O livro passa a ser o único instrumento de trabalho, com a desculpa de que estão trabalhando o projeto com algumas adaptações dos conteúdos que estão no livro didático.
7. Os professores têm entre 6 e 10 horas aulas para planejar, enquanto estão em sala entre 14 e 10 horas aulas de trabalho com o aluno, porém nas horas de preparação para o trabalho, ou ficam na escola conversando sobre outros assuntos ou não estão na escola; portanto, não planejam para o projeto.
8. Quando buscam desenvolver projetos de acordo com a orientação, o fazem de forma individual, ao passo que um

projeto para a comunidade precisa ter o conjunto. Os projetos via de regra são de um professor, ao passo que deveria ser um projeto da/e para a comunidade, produzido na e com a comunidade escolar, corroborando a 3ª tese de Karl Marx sobre Feuerbach em que trata da atividade humana como podendo ser compreendida como prática transformadora. Na 3ª tese, Karl Marx cita Robert Owen, rico empresário galês que criou comunidades cooperativas, e várias outras formas de melhorias para a convivência humana saudável, inclusive no aspecto econômico, possibilitando à comunidade o exercício da autogestão, conceito muito discutido e observado no curso de especialização. Neste sentido, há que se transformar o professor a si próprio para ter condições de percorrer caminhos do conhecimento confrontando saberes vividos, com cientificidade e, parafraseando Feuerbach, “O pensamento é o produto da natureza e a religião é o reflexo fantástico da natureza humana: Em teu Deus, tu reconheces o homem, e, no homem, tu reconheces também o teu Deus; as duas coisas são idênticas”, assim entendo que o professor também é produto desta transformação que ele próprio visa transformar. Assim como os educadores da Nicarágua, viver a vida das pessoas perto delas, junto com elas, possibilitando conhecê-las e apoiá-las na transformação de suas vidas por meio de projetos de vida comunitários.

Por outro lado, existem muitos pontos positivos percebidos neste processo:

1. Nos últimos três anos a Rede conseguiu mudar o seu processo de formação, reunindo os profissionais da EJA em formação específica.
9. Alguns coordenadores pedagógicos, apesar de trabalharem com as diferentes modalidades se dedicam à EJA de forma que buscam desenvolver um projeto capaz de atender à modalidade. Às vezes, as iniciativas se esbarram nas questões administrativas, outras na direção da escola e muitas vezes em fazer com que os professores cumpram seu papel.



10. Os professores que acreditam que podem fazer a diferença, cumprem seus horários tanto em sala de aula, quanto fora quando estão preparando seus trabalhos, mas esbarram no coletivo e muitas vezes acabam caminhando sozinhos com sua turma.
11. Os encontros específicos com os profissionais da EJA e a possibilidade de participar de espaços de discussão da modalidade, como os FÓRUNS, têm beneficiado o entendimento da modalidade de forma que desenvolvem um trabalho que caminha para a construção que efetivamente acreditamos.

## ■ 7 ANÁLISE DAS RESPOSTAS

Considerando os objetivos da pesquisa que são compreender de que forma o curso de especialização colaborou para a reflexão do professor e mudança da sua prática pedagógica, bem como para conscientização da necessidade de se transformar para fazer a diferença na vida de uma comunidade e, apoiados no problema da pesquisa que foca exatamente a obsolescência da escola de EJA, atrelada aos altos índices de evasão da modalidade e à necessidade de transformação da prática pedagógica, vamos aos dados da recolha.

Este espaço se destina a desenvolver uma narrativa que envolve as respostas de nossos sujeitos da pesquisa, estabelecendo-se um diálogo com o referencial teórico, resultando em uma narrativa mediada pelo pesquisador que na condição de sujeito, ora como professor-pós-graduando, ora como professor da EJA da Rede Municipal de Educação de Cuiabá, assim duplamente envolvido. Acerca do primeiro questionamento “Quais condições objetivas e subjetivas relacionadas ao ensino-aprendizagem foram atingidas com o ingresso dos professores no curso de especialização de Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária?”. Essa questão desencadeou nossa inquietude sobre dois aspectos distintos e complementares: o ensino e a aprendizagem, tendo em vista o caráter dualístico que este grupo apresenta, tendo em vista que são alunos e professores ao mesmo tempo.

As pesquisadas, todas mulheres, atuam em situações distintas da diversidade da Educação de Jovens e Adultos e evidenciam isso nas falas. Atuam nas

escolas urbanas onde convivem jovens e adultos, de forma que o desafio maior está na compreensão do trabalho com a questão intergeracional. Outras atuam na escola do campo, cuja relação intergeracional está presente, mas com outras características e as professoras dos Centros de Convivência de Idosos, onde as pessoas têm características muito distintas das duas anteriores. De forma geral, todas as respostas traduzem princípios de Economia Solidária, seja para desenvolver um processo pedagógico focado no diálogo com os diferentes atores envolvidos, seja para respeitar os direitos dos sujeitos, e, ou mesmo para desenvolver uma prática com foco na questão ambiental, porém de forma alternativa, sem necessidade de vantagens sobre o outro.

*Busco a prática de uma Educação Dialógica em que me proponho a dialogar com todos os envolvidos no processo educativo assumindo o compromisso com ensino e aprendizagem com conteúdos significativos caracterizando os múltiplos conhecimentos e saberes numa perspectiva de conquista da cidadania, de resgate da autoestima, de direito de aprender por toda a vida. (Professora-aluna 1)<sup>5</sup>.*

A outra professora-cursista destaca que:

*Principalmente para mim, que atuo em uma escola da EJA em uma região rural, de Cuiabá, aprendi inúmeras coisas sobre Economia Solidária, mas principalmente aprendi a ter consciência da possibilidade da vida rural ser de uma forma alternativa, produzindo, vendendo, comprando e trocando sem precisar levar vantagens sobre outros e sem destruir a natureza. (Professora-aluna 2).*

Quando perguntadas sobre leituras que se recorda que realizou após entrada no curso de especialização de Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, as respostas são importantes, pois trazem Paulo Freire como autor principal, uma vez que todas atuam na EJA e durante o curso tivemos o privilégio de respirar ensinamentos deste pensador brasileiro. Economia Solidária em suas inúmeras possibilidades teve um papel marcante nas respostas, pois estamos todos envolvidos com o assunto e as professoras pesquisadas desen-

---

5 Para manter o sigilo e a discrição sobre as informantes da pesquisa, decidiu-se denominá-las de Informante 1, 2, 3...

volveram em suas escolas práticas de economia solidária conhecidas no curso, cujo aporte teórico possibilitou experienciar.

Em complementação à questão anterior, perguntamos: “Quais textos foram mais significativos no auxílio de sua docência na relação Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária?” Esta resposta foi complementar e depois de prontas as respostas, percebi desnecessária, pois poderia tê-la compreendida na questão anterior. Nosso próximo passo foi conhecer as mudanças provocadas na prática pedagógica por meio do curso EJAECOSOL “De que modo você tratava a relação Educação e Economia Solidária e como você encaminha essa relação no final do curso de especialização?”

*Antes fomentava a ideia e estimulava individualmente cada educando(a) a produzir de acordo com as habilidades de cada um(a). Atualmente, fomento a criação de um grupo de convivência, de aprendizagem mútua com objetivo de trocas e busca de práticas de cooperação e centralidade do humano e seu bem viver. (Professora-aluna 1)*

Sobre a questão, vejamos o ponto de vista de outra cursista:

*Antes do curso meu conceito de economia solidária era bastante, superficial, e aplicar esse assunto na educação de jovens e adultos me parecia um pouco utópico. Embora ainda não acredite nessa economia como forma de subsistência, pois acho que a concorrência com o capitalismo seja desleal, já posso vislumbrar aulas bastante atrativas, levando os nossos alunos a pensar em novas formas de trabalho e preenchimento de seus tempos ociosos através da educação solidária. (Professora-aluna 3)*

A outra respondente, nos parece estabelecer uma relação de continuidade com os conceitos já dominados antes da especialização, mas agora, os consegue ressignificar com esta nova experiência da EJA-Ecosol. Ela destaca que:

*O trabalho pedagógico que desenvolvia antes da especialização já envolvia alguns princípios da Ecosol, mesmo sem conhecer. Procurava desenvolver aulas focadas no diálogo, na troca e partilha de sentimentos, saberes e vivências, na decisão coletiva de direcio-*

*namentos. Entretanto, com a especialização, o leque de ações com foco em Economia Solidária foi reforçado. Procuro priorizar nas aulas a conscientização política dos educandos, a confraternização das "pequenas", mas que são grandes coisas, a sensibilização para a solidariedade, para as práticas do consumo consciente, para o respeito e a importância de cada um, da forma que é, para a qualidade de vida, consumo de alimentos saudáveis, na importância de todo o grupo estar unido e focado nos objetivos que movem a vida. (Professora-aluna 4).*

Em outra questão teve-se a pretensão de compreender em que momento aconteceu o encontro do aluno com a temática "Como e quando o conceito de Economia Solidária foi apresentado aos professores cursistas?"

*Eu entendi, compreendi e consegui "ver" a transdisciplinaridade entre matriz da EJA e Economia Solidária em agosto de 2014, no módulo EJA e Mundo do trabalho I com Ms. Rosangela Carneiro Goes. (Professora-aluna 1).*

A respondente seguinte destaca que percebeu o conceito de Economia Solidária permear as disciplinas configuradoras do curso no longo do seu acontecimento,

*O conceito de economia solidária esteve presente o tempo todo entre os professores do curso, nas aulas e nas discussões, as quais sempre nós alunos participamos de uma forma atuante. Como citado na questão anterior, também a visita que fizemos, foi o ponto alto da constatação da possibilidade do ser humano produzir com harmonia com os demais seres humanos e com a natureza. (Professora-aluna 2).*

A outra respondente cursista verificou que algumas disciplinas foram mais incisivas, tendo em vista estarem diretamente relacionadas com o conceito, pois possibilitaram o envolvimento dos cursistas com a intervenção e reflexões sobre a prática.

*Acredito que na disciplina: EJA e Empreendimentos em Economia Solidária o conceito de Economia Solidária tenha sido apresentado de for-*

*ma não tão nítida, entretanto, na disciplina: EJA e Mundo do Trabalho I tivemos uma visão mais abrangente do que é Economia Solidária. Pudemos observar várias práticas, ouvir e assistir relatos de profissionais envolvidos inteiramente na luta por essa nova forma de fazer economia e tivemos a oportunidade de aplicar essa prática com nossos educandos, através dos planos de Intervenção. Mas, foi na disciplina: Práticas em Economia Solidária que o termo teve maior abrangência de conhecimento, pois foi nos possibilitado uma maior reflexão dos princípios e da forma de se fazer Economia Solidária. (Professora-aluna 4).*

É bem provável que o conceito foi se definindo nos sujeitos cursistas na medida em que a especialização ia tomando o seu curso e a própria lógica organizatória da mesma e as disciplinas em suas especificidades contribuíram para que, da metade para frente da integralização do curso, fizessem mais sentido e fossem mais relacionados ao mundo da realidade prática. Isso também ocorre, pois em nossas estruturas curriculares, quer da graduação ou da pós-graduação ainda predomina uma visão de estrutura curricular propedêutica, como se houvesse necessidade de uma linearidade da passagem do teórico para o prático.

Nesse aspecto, Imbernón é emblemático pois nos permite refletir sobre aspectos da docência que ficaram velados por muito tempo, principalmente pela necessidade da educação se aproximar mais dos aspectos éticos, coletivos, comunicativos, comportamentais, emocionais, deixando claro que a necessidade de redefinição da instituição educativa requer mudanças na profissão docente, deixando de ser considerada subprofissão, como nos tempos passados, ao passo que se constitui enquanto adquire mais importância no contexto sócio-político-econômico, deixando de ser meramente transmissora de técnicas e de um conhecimento pronto e acabado, para preparação dos seres humanos para um conhecimento em construção, passando a ser elemento de construção política, ética, moral.

Deste ponto de vista, Imbernón (2011, p. 46) chama a atenção para o seguinte aspecto: “[...] a formação é um elemento importante de desenvolvimento profissional, mas não é o único e talvez não seja o decisivo”. Essa afirmativa está vinculada a uma reflexão de que a profissão docente é composta de um conjunto de elementos constitutivos, complementares que formam o conjunto denominado Profissão Docente: salário, demanda do mercado, clima organizacional nas escolas, promoção dos professores, estruturas hierárquicas e a carreira docente.

## ■ 8 CONSIDERAÇÕES

Considerando que a obsolescência na prática pedagógica da Educação de Jovens e Adultos é o nosso foco de pesquisa e a participação no curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, nosso principal objeto de pesquisa para entender de que forma ou em que nível o curso colaborou para a construção de novos conceitos acerca do ser humano, bem como em relação à construção de novos conhecimentos no processo pedagógico, dentro de uma comunidade escolar, entendemos, a partir das leituras, principalmente, de Imbernón que a profissão docente não pode se restringir ao processo de formação permanente. É preciso levar em consideração outros fatores de sua formação cultural, social, sua formação inicial, e, por outro lado, fatores constitutivos da própria profissão, como: salário, demanda de mercado, clima organizacional, nível de tomada de decisões, entre outros aspectos de suma importância ao longo da carreira destes profissionais.

Quando tratamos de Economia Solidária vinculada à Educação de Jovens e Adultos, acreditamos que independentemente de desenvolvermos quaisquer trabalhos na escola, os princípios de solidariedade, cooperação, ambientabilidade, respeito ao outro devem ser uma constância na vida do ser humano. Ao passo que a construção destes “valores” está muito bem elaborada na sua constituição de ser humano, é possível desenvolver o trabalho numa comunidade escolar, tendo em vista que tratamos este processo de construção da formação do professor. É impossível deixar de lado o fato de que este professor aqui retratado é resultado do processo educativo de nosso país. Há que se levar em consideração o histórico que envolve o sistema educativo brasileiro e compreender que os fatores tratados por Imbernón precisam ser levados em consideração se queremos uma sociedade igualitária, se entendemos que a escola deve estar a serviço de uma comunidade na qual está inserida.

Se levarmos em consideração as afirmativas de Fávero Sobrinho, compreendemos que a mudança é fator *sine qua non*, tendo em vista que tratamos de um ser em mutação, o novo ser humano, requerido inclusive a partir das exigências do mundo do trabalho, é muito diferente dos anteriores, uma vez que o conhecimento neste caso é algo mutável, não mais existem os “donos do conhecimento” e este não é perene, as descobertas e a transformação deste conhecimento acontecem em tempo real, onde professores e alunos podem partilhar

da mesma sensação de descoberta. Há que se pensar em uma nova forma de educação de jovens e adultos, pois o modelo atual não atende aos professores, não atende a necessidade dos alunos, primeiro porque ainda está pautado em um livro, que não foi construído para atender àquela comunidade. Seus conteúdos são genéricos, estabelecidos numa lógica branca, excludente, capitalista.

A escola de EJA precisará deixar de ser um mundo em si mesma e construir-se a partir da consciência da necessidade local, buscando compreender-se no contexto sócio-político-econômico e social para desenvolver-se e possibilitar aos atores sociais a construção da criticidade do que está posto, da consciência da coletividade, da cooperação, da aceitação do outro com suas especificidades, mas acima de tudo com suas contribuições pessoais, profissionais, culturais.

## ■ 9 REFERÊNCIAS

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FÁVERO SOBRINHO, A. **O aluno não é mais aquele! e agora, professor?** A transfiguração histórica dos sujeitos da educação. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2011.

FRAGA, G. W. A Nicarágua sandinista: guerrilha e educação. **História: Debates e Tendências**, v.10, n. 1, jan/jun. 2010, p. 189-203.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza/ Francisco Imbernón; (tradução Silvana Cobucci Leite). – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; v.14).

MARX, Karl . **Teses sobre Feuerbach**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/f/feuerbach.htm>>. Acesso em: 21 mai. 2015.

NOVOA, A. **Professores imagens do futuro**. Lisboa: EDUCA, 2009.

SINGER. P. A Economia Solidária como ato pedagógico. In. KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos** / Sonia M. – Brasília: Inep, 2005. 104p. p. 13-20.

SINGER, P. **É possível levar o conhecimento às comunidades pobres?** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego: Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2004.

# COMO A ECONOMIA SOLIDÁRIA PODE INFLUENCIAR E TRANSFORMAR A VIDA DO ESTUDANTE DA EJA?

MARIA NELSI DA SILVA<sup>1</sup>

CARMEN DE FÁTIMA FERREIRA MARINHO<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Este estudo tem por objetivo compreender como a Economia Solidária pode influenciar e transformar a vida do estudante da EJA. Para a construção do artigo foi utilizada a pesquisa qualitativa, mediante pesquisa bibliográfica. De acordo com o portal do emprego, a Economia Solidária consiste em um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Nesta direção, oportunizar uma forma de qualificação profissional a esses alunos é de suma importância, sobretudo na perspectiva da formação integral que é objetivo maior da EJA. Contudo, percebemos que ainda há a necessidade de um currículo que contemple as reais necessidades deste grupo de estudantes e que venha a atender as especificidades desta oferta, de maneira a evitar a evasão escolar e a repetência, e de forma direta influenciar na situação socioeconômica da comunidade. Na mesma medida, oferecer um caminho diferente do que já é conhecido, é sem dúvida, um projeto de resgate da dignidade das pessoas menos favorecidas, sujeitos da EJA; portanto, tarefa da Educação de Jovens a Adultos, via práticas educativas.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Educação de Jovens e Adultos. Transformação de vidas.

---

1 Professora da rede municipal de ensino de Cuiabá, MT. E-mail: marianelsi2014@gmail.com.

2 Mestre em educação pela UFMT. Docente do ensino superior na Universidade de Cuiabá. E-mail: cff-marinho@hotmail.com.



## ■ 1 INTRODUÇÃO

Através de um trabalho que se ampara numa pesquisa bibliográfica, pretendo analisar e discutir como tem ocorrido a Economia Solidária na prática, em sala de aula da EJA, e como os educadores têm utilizado as diversas teorias que auxiliam no processo educativo de inclusão. A EJA é definida como uma modalidade da educação básica e como um direito inerente aos cidadãos, institucionalizada pela resolução CNE/CEB N° 1/2000 que, ao instituir as diretrizes curriculares nacionais, levou em conta as peculiaridades do ensino voltado para jovens e adultos, apontando que sua identidade se constrói, sobretudo ao considerar a situação, o perfil e a faixa etária desses alunos, tendo por princípios, a equidade, a diferença e proposição de um modelo pedagógico próprio, sendo as suas principais funções:

**Função Reparadora:** Não se refere apenas à entrada de jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado. Trata-se de um direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica<sup>3</sup> de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Mas, não se pode confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender as necessidades de aprendizagem específicas para alunos jovens e adultos.

**Função Qualificadora:** Relaciona-se à igualdade de oportunidades que possibilita, aos indivíduos, novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuídos, tendo em vista maior igualdade, dentro de situações específicas. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

**Função Qualificadora:** Refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

---

3 Filosoficamente, a igualdade entre os seres.

Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos (MEC, 2002, p.18).

O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção. (FREIRE, 2002).

A educação de jovens e adultos (EJA) tem como modalidade a educação básica que é ofertada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos no ensino fundamental e no ensino médio. É bom ressaltar que esta modalidade não se limita apenas à escolarização, reconhecendo também a educação como direito humano e fundamental para uma formação cidadã, mediante a qual os indivíduos possam ser autônomos, críticos e ativos para enfrentarem com maior realidade o seu cotidiano. Nesta direção, o sujeito aprendiz da EJA deve receber uma educação emancipadora e não uma educação bancária<sup>4</sup> como era aplicada em tempos passados.

## ■ 2 METODOLOGIA DE TRABALHO A SER DESENVOLVIDA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS EM UMA PERSPECTIVA TRANSFORMADORA

Tendo em vista a necessidade de uma educação coerente com a realidade de vida dos Jovens e Adultos sujeitos da EJA, se faz importante utilizar metodologias e recursos variados, relacionando-os, sempre, com o conteúdo da aula a ser desenvolvido, facilitando a participação do aluno. Por exemplo: ao utilizar um filme como recurso didático, o professor poderá trabalhar um texto sobre o tema e/ou propor uma breve discussão sobre o mesmo antes de passar o filme.

4 A educação bancária mantém a “inconciliação entre educador-educando” (FREIRE, 1983, p. 71) e também sugere uma “dicotomia inexistente homens-mundo” (idem), na medida em que põe os homens como meros “espectadores e não recriadores do mundo” (ibid.). Por isso, a educação bancária condiciona as pessoas para que se adaptem ao mundo, vivam nele aceitando a opressão sem se revoltar contra os patrões, os governantes, ou quem quer que possa os oprimir. Ou seja, para que trabalhem, cumpram as leis, sem questionar o próprio papel que ocupam na sociedade. Isso nega o homem como sujeito de suas ações e como ser de opção. Dessa forma, a educação bancária é educação como prática da dominação, mantém o educando na ingenuidade e assim, ele se acomoda ao mundo de opressão, permanecendo na heteronomia.

Após o filme, provocar comentários e debates sobre o mesmo, interagindo e coordenando o processo, mas, proporcionando a cada um, a oportunidade de expressar suas ideias e opiniões.

Todas as atividades desenvolvidas devem culminar com o registro escrito, pois, ao escrever os alunos concretizam o sentimento real da aprendizagem, é o momento de apropriação do conhecimento. O professor da EJA poderá também oferecer diferentes textos e leituras que contemplem a realidade dos nossos alunos: crônicas, notícias, músicas, receitas, contos. Promover momentos de descontração como: roda da conversa, hora do conto, saraus, entre outros.

A relação entre a teoria e a prática é fundamental para assegurar ao aluno uma aprendizagem significativa. Os conteúdos devem ser trabalhados de modo prático, mostrando sua utilidade e necessidade na prática, bem como um conteúdo bem mais aprofundado. Faz-se necessário relacionar os acontecimentos políticos, sociais, econômicos, nacionais e mundiais para criar debates e desenvolver o espírito crítico dos alunos para que se insiram neste mundo, tecendo opiniões, lendo, escrevendo, discordando. Possivelmente, isto manterá os alunos mais interessados e participativos, evitando o desestímulo e a evasão escolar.

A formação integral<sup>5</sup> de jovens e adultos deve se constituir como processo, como busca permanente de sua concretização, na medida em que não podemos considerá-la pronta e acabada, mas como construção e reconstrução permanentes, em que todos os atores envolvidos, devem ser instigados coletivamente a recriar a partir de suas historicidades concretas, mediadas pela ação/reflexão/ação, contribuindo para sua efetiva realização.

A reflexão crítica sobre a prática é condição para a transformação daquilo que se projeta como ideal em real, o que exige que esta esteja constantemente atrelada pelos seus princípios orientadores, no que se refere à concepção de trabalho/homem-conhecimento.

---

5 A educação integral exige um nível cuidadoso e aprofundado de articulações políticas, sociais, culturais, ambientais e econômicas, visando à conquista de um melhor entendimento por parte de todas as pessoas de que a todos e a todas cabem as decisões sobre o que acontece no planeta em que vivemos. Daí a sua vinculação também com a Educação Cidadã, com a “Pedagogia da Terra” e com a “Cidadania Planetária”. Portanto, ela acontece também para além da escola, mesmo em todos os cantos da vida social e não se limita aos espaços oficiais, regulares, escolares e formais de educação, nem tampouco às instituições que, na sociedade, organizam os sistemas educacionais de educação. (GADOTTI, 2009).

### ■ 3 CONTEXTO HISTÓRICO

A educação de jovens e adultos é uma modalidade do ensino fundamental e médio, que visa oportunizar a jovens e adultos iniciar e/ou continuar seus estudos. Ao longo da história da educação do país, a educação de jovens e adultos nunca foi reconhecida como um direito, sofrendo discriminação de vários segmentos sociais e instituições. Ao longo das décadas tivemos no Brasil, como forma de “resolver” a questão do analfabetismo, as campanhas emergenciais e assistencialistas, organizadas em parceria com os estados, municípios e entidades privadas, assim como a utilização de organizações comunitárias, recursos insuficientes e salas formadas pelos famosos docentes voluntários.

As primeiras iniciativas com relação à educação de jovens e adultos tiveram início a partir de 1930 em função das necessidades da nação do ponto de vista político, bem como das demandas sociais evidenciadas nas reivindicações dos movimentos sociais populares. Em 1960, Paulo Freire iniciou movimento cujas experiências indicam uma valorização dos conhecimentos construídos fora da escola pelos jovens e adultos e a consideração destes como ponto de partida para novos conhecimentos. Nessas experiências havia uma preocupação com o repertório linguístico dos alunos, afirmando que *“a leitura do mundo precede a leitura da palavra”* (FREIRE, 1987, p.11).

Freire (1987) partia do pressuposto de que toda pessoa alfabetizada ou não, trazia conhecimentos nascidos das diferentes relações travadas durante a sua vida. O pensamento de Freire representou uma mudança com sua proposta de alfabetização voltada totalmente para uma visão social, comprometida com a formação da cidadania – alunos cidadãos críticos e conscientes.

Em 1964 o golpe militar surge dando um ponto final nas campanhas e experiências em prol da educação de jovens e adultos. Durante o ano de 1970, o regime militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que perdurou por uma década e o ensino supletivo que tem duração até hoje.

O MOBRAL, criado pela Lei nº 5.379 (BRASIL, 1967), de 15 de dezembro de 1967, propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sociedade. O MOBRAL cresceu, avançou e derrubou muitas barreiras do analfabetismo, mas não atingiu os objetivos desejados, sendo considerado,

em meados de 1980, ineficiente para os graves problemas educacionais que o país enfrentava.

A Educação de Jovens e Adultos sempre foi deixada à margem na educação brasileira, ficando sempre com as sobras do ensino fundamental e médio. Mas, como sabemos, não basta ofertar vagas, é necessário oportunizar condições que garantam a qualidade de ensino, como a formação específica para docentes, implementação de pesquisas na área e, ainda, investimentos financeiros em materiais didáticos e recursos técnicos, que enriqueçam o processo de ensino/aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu Art. 208 estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) em conformidade com a Constituição Federal estabelece que a educação de jovens e adultos deve atender aos interesses e às necessidades de indivíduos que possuem experiência de vida, participam do mundo do trabalho e dispõem, portanto, de uma formação bastante diferenciada das crianças e adolescentes aos quais se destina o ensino regular. Portanto, a educação de jovens e adultos, pública e gratuita, é um direito de todo jovem ou adulto pouco ou não escolarizado, sendo dever do poder público ofertá-la. No entanto, ela é também oferecida por Organizações não Governamentais (ONGs) e empresas e instituições da sociedade civil, sobretudo no que se refere aos cursos de alfabetização.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade específica da Educação Básica que se propõe a atender um público ao qual foi negado o direito à educação, durante a infância e/ou adolescência, seja pela oferta irregular de vagas, seja pelo sistema de ensino inadequado ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

É na escola que o sujeito, ao interagir com os conhecimentos das diferentes áreas, aprende a se relacionar com o conhecimento que para ele é novo, a

refletir com e sobre a organização desse saber em um sistema conceitual, instrumentalizando-o para o modo intelectual típico da sociedade letrada. Desse modo, a escola contribui também, para a construção de uma identidade própria e valorização da Educação de Jovens e Adultos como um espaço de direito do sujeito. Diante disso, a Educação de Jovens e Adultos não pode ser vista como um esforço, mas sim, um despertar nestes, a consciência da necessidade de instruir-se, desenvolvendo a criticidade de que ele faz parte da sociedade e deve compreender o mundo em que vive.

Uma das inovações introduzidas pela LDB foi reduzir a idade mínima para conclusão dos exames supletivos de ensino fundamental e médio para 15 e 18 anos, antes, as idades mínimas exigidas eram, respectivamente, 18 e 21 anos. Como a LDB não foi específica, coube ao Conselho Nacional de Educação (CNE) criar normas sobre a duração mínima dos cursos e a idade mínima de ingresso, bem como fixar Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.

As determinações legais implicaram grandes desafios às três esferas de governo, cujas políticas deveriam orientar-se pela Lei nº 10.172, de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). A introdução do Plano inclui, entre as prioridades maiores, a garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.

Entre as 26 metas do PNE referentes à educação de jovens e adultos, destacam-se: a oferta de séries iniciais do ensino fundamental para 50% das pessoas jovens e adultas que têm menos de quatro anos de estudos e a duplicação da capacidade de atendimento no Ensino Médio até 2006; a erradicação do analfabetismo e a oferta de séries finais do ensino fundamental para todos que têm menos de oito anos de estudos, até 2011; a generalização da oferta de educação geral e profissional em presídios e estabelecimentos que atendem adolescentes que cometeram atos infracionais e cumprem medidas socioeducativas em regime fechado, evidenciadas pelas Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.

A Constituição Federal e a LDB atribuem responsabilidades específicas à União, aos estados e aos municípios, determinando que cada instância organize o respectivo sistema de ensino em regime de colaboração com os demais, cooperando entre si para garantir o ensino obrigatório. A alfabetização e o ensino fundamental de jovens e adultos compõem esse campo de responsabilidades

compartilhadas que exigem a colaboração dos municípios, estados e da União, cabendo ao governo federal as funções de coordenação das políticas nacionais, de articulação e apoio técnico e financeiro às demais instâncias.

O Currículo Integrado é uma possibilidade de inovar pedagogicamente na concepção de Ensino Médio, em resposta aos diferentes sujeitos sociais. Abandona-se a perspectiva estrita de formação para o mercado de trabalho, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo.

Para o cumprimento da política de formação do jovem e adultos, faz-se necessário a integração curricular visando a qualificação social e profissional articulada à elevação da escolaridade, construída a partir de um processo democrático e participativo de discussão coletiva.

A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto coletivo de emancipação humana, a valorização dos diferentes saberes no processo educativo, a compreensão e consideração dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem, a escola vinculada à realidade dos sujeitos, a autonomia e colaboração entre os sujeitos e o sistema nacional de ensino, e o trabalho como Princípio Educativo (BRASIL, 2006).

Ao longo da história da educação no país, a educação de jovens e adultos sempre sofreu discriminação de vários segmentos sociais e instituições e percorreu caminhos tortuosos. Por essa razão diversas campanhas emergenciais e assistencialistas foram organizadas em parceria com os estados, municípios, entidades privadas e organizações comunitárias, quase sempre com recursos insuficientes e salas formadas por docentes voluntários.

Sendo assim, a Educação de Jovens e Adultos, ao longo de sua trajetória e atuação no cenário brasileiro, aconteceu a partir de constantes desafios no sentido de promover a possibilidade de mudanças e perspectivas de minimizar a exclusão social. Essa trajetória é um exemplo vivo da relação entre a educação oferecida para as classes populares no Brasil e a desigualdade socioeconômica.

Os movimentos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) sempre tiveram como objetivo o resgate da cidadania para responder aos indicadores estatísticos oficiais. Porém os resultados nem sempre apresentaram dados favoráveis para a imagem do Brasil no contexto internacional, devido os seus altos índices

de analfabetismo, situações de extrema pobreza e pelo grande número de jovens e adultos excluídos da escola, do mundo do trabalho e vivendo à margem da sociedade.

A LDB, Lei n.º 9394/96 (BRASIL, 1996), dedica dois artigos (37 e 38), no Capítulo da Educação Básica, Seção V, para reafirmar a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta da educação para todos que não tiveram acesso na idade própria.

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer nº 11/2000, fixando novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e a Resolução correspondente foi homologada pelo Ministro da Educação em 5 de julho de 2000, adquirindo então força de Lei (BRASIL, 2000).

## ■ 4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No início do século XXI, a economia Solidária resgatou as lutas históricas dos trabalhadores. O cooperativismo foi uma das formas de resistência contra o avanço crucial do capitalismo industrial. Os trabalhadores do Brasil demoraram mais um pouco e somente no final do século XX a economia solidária ressurge como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho. Nas últimas décadas, não só no Brasil, mas também o restante do mundo sofreram mudanças estruturais de ordem econômica e social. Com isso fragilizou-se o modelo capitalista de trabalho.

A precarização das relações desse modelo afirmou-se como tendência em uma conjuntura de desemprego, levando trabalhadores a se sujeitar a toda espécie de proibições, situações em que seus direitos sociais são abdicados para obter a garantia de sobrevivência. O aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho. Experiências coletivas de trabalho e produção vêm se disseminando cada vez mais nos espaços rurais e urbanos, através de cooperativas, de associações e redes de produção de consumo, comercialização, instituições financeiras estão voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas de autogestão, entre outras formas de organização.

Segundo TIRIBA (2007), a Economia Solidária pode ser definida em três dimensões:



**Economicamente**, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

**Culturalmente**, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação e da inteligência coletiva, livre e partilhada.

**Politicamente**, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

A economia solidária é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os extratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares.

São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

Além disso, a economia solidária se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores e permitindo uma ação mais crítica e proativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica.

## ■ 5 DE QUE FORMA A ECONOMIA SOLIDÁRIA PODE INFLUENCIAR E TRANSFORMAR A VIDA DOS ALUNOS DA EJA.

A economia solidária, mediante valores e princípios, se apresenta como uma alternativa viável tanto social/econômica quanto educativa, por tratar de temas numa perspectiva de organização social e econômica mais justa e igualitária em relação ao capitalismo vigente. Desta forma, pode superá-lo proporcionando às pessoas uma vida melhor, na qual se valoriza o ser humano em detrimento do capital. Nesse contexto, a economia solidária articulada com a modalidade EJA e contribui para a construção de uma cultura do direito à educação ao longo da vida, difundindo informações, desmontando preconceitos, mobilizando e ajudando a dar visibilidade à demanda social da EJA, pois coloca no cerne da discussão educativa a vida adulta, o trabalho e os educandos da EJA, passando a considerá-los como sujeitos plenos de cultura e conhecimento, com diferentes percursos e projetos formativos.

Tal possibilidade requer uma organização escolar e curricular mais flexível e inovadora, colocando em diálogo saberes diversos que incluem os populares e eruditos, dotada de estratégias formativas numa perspectiva intersetorial, articulando-a às políticas de desenvolvimento local, de trabalho e renda, participação, assistência social, saúde, cultura, meio ambiente. Paul Singer (2002), em seu livro *Introdução à Economia Solidária*, ressalta que esta é uma nova organização econômica que visa não apenas o lucro, mas a valorização do ser humano “inteiro” respeitando toda a sua complexidade.

A Economia Solidária é um projeto revolucionário, é um projeto para uma outra sociedade, e isto nos permite formulá-la como nós desejamos. No entanto, nós não somos utopistas no mau sentido da palavra, ou seja, nós não ficamos numa discussão pura do que é bom: o que é a natureza humana? Nós queremos também fazer com que essa concepção, esse programa, tenha viabilidade de conquistar as mentes e os corações dos nossos outros cidadãos, senão todos, muitos para que ela possa se transformar em prática (SINGER, 2002).

Ao evidenciar os valores e princípios da economia solidária para sala de aula, quebramos o paradigma compensatório que cerceia o entendimento da

EJA enquanto educação ao longo da vida. Este paradigma é problemático porque ofusca a visão da diversidade dos sujeitos de aprendizagem, fazendo com que perguntemos sempre o que os educandos não sabem, ao invés de nos instigar a pesquisar quais são suas trajetórias de vida, quais suas bagagens culturais e saberes, quais seus projetos de futuro e suas motivações para retomar estudos.

Promover o diálogo entre as aprendizagens escolares e a vida, não significa restringir a formação dos jovens e adultos aos conhecimentos instrumentais necessários à participação dos sujeitos no mundo do trabalho e nas práticas culturais da sociedade urbana letrada. Significa reafirmar a ação transformadora da educação apontada por Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, trazer a economia solidária como tema gerador de discussões reflexivas aos educandos da EJA. Esta perspectiva vem reafirmar que a escola pode e deve transcender a experiência imediata, promovendo a reflexão crítica dos contextos mais amplos, auxiliando os sujeitos a reconstruírem a consciência social e de si, e a reformularem projetos pessoais e coletivos de futuro.

A EJA, durante o processo educativo, mantendo diálogo com a economia solidária, pode contribuir para a qualificação cidadã de seus educandos, formando sujeitos críticos, interventores, autônomos e solidários e que, realmente, possam cumprir seu papel transformador nesse cenário global.

## ■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oferecer uma alternativa de profissionalização ao jovem ou adulto trabalhador consiste em possibilitar a reconstrução da identidade deste que tenta, de todas as formas, sustentar sua família, e que busca forças em realizar o sonho de possibilitar um futuro melhor para os seus filhos.

É possível afirmar que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos são trabalhadores e que vencer os limites como o cansaço, o desgaste físico e até os conflitos familiares, ainda são empecilhos para a permanência dos mesmos na escola.

Diante do exposto, oportunizar uma forma de qualificação profissional a esses alunos é de suma importância, sobretudo na perspectiva da formação integral que é objetivo maior da Educação de Jovens e Adultos. Contudo, percebemos que ainda há a necessidade de um currículo que contemple as reais

necessidades deste grupo de estudantes e que venha a atender as especificidades desta oferta, de maneira a evitar a evasão escolar e a repetência e, de forma direta, influenciar na situação socioeconômica da comunidade.

Na mesma medida, oferecer um caminho diferente do já conhecido é, sem dúvida, um projeto de resgate da dignidade desses menos favorecidos, portanto tarefa da EJA via práticas educativas. Buscar o desenvolvimento pleno do educando, o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, deve ser o compromisso consciente de todos os atores envolvidos nos princípios de uma educação sem ilusão, mas com base na utopia de que o impossível pode ser realizável.

Portanto, faz-se necessário, romper com o comodismo e com práticas enraizadas e ultrapassadas, em busca de novas técnicas e novas realidades, objetivando o atendimento dos alunos. Faz-se necessário abraçar todas as possibilidades e oportunidades, reorganizando o currículo em processo dinâmico, aberto e formativo, de maneira participativa, tendo em vista assegurar a eficiência no saber e encontrar os meios para atingir os objetivos da aprendizagem a ser construída.

Neste sentido, faz-se necessário a capacitação, a formação continuada e o aperfeiçoamento dos professores que trabalham com a EJA, despertando o interesse para que, com competência, desenvolvam suas tarefas pessoais e profissionais oferecendo a eles caminhos e subsídios para inovar suas aulas, sem perder o foco dos alunos, compreendendo as suas limitações e anseios. Buscar parcerias, criar momentos de integração, trocas de experiências, de forma interna, adequando o profissional a esse público deve ser também uma alternativa para vencer os desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos.

A Educação deve ser entendida como direito de todos e a EJA deve possibilitar a inserção no mundo do trabalho, promovendo melhoria da qualidade de vida, da autoestima pela elevação da escolaridade e qualificação, via certificação profissional. Por isso, todos os sujeitos envolvidos (gestores públicos, gestores institucionais, servidores, família, educadores e alunos) devem ser comprometidos na construção coletiva desse projeto social.

Para que os objetivos propostos pelo EJA em articulação com a Economia Solidária sejam realmente alcançados de forma a atender as reais necessidades de todos os atores envolvidos no processo, faz-se necessário a reformulação do

Projeto Pedagógico dos Cursos, considerando a flexibilidade de tempo, para que a permanência do aluno na escola seja flexível e que os professores possam observar as necessidades de cada turma e, às vezes, de cada aluno, para que ele não desista, e que, no seu tempo, possa adquirir a formação e, assim não continuar a excluir esse cidadão anteriormente já excluído.

Faz-se necessário pensar os conteúdos a serem desenvolvidos no EJA, visando à diversidade de sujeitos, às suas necessidades de aprendizagem e às realidades em que vivem e atuam. Da mesma maneira, é importante adequar os conteúdos determinados para os diversos níveis de escolaridade, pois em sala, os alunos expressam o desejo de continuar seus estudos para uma melhor colocação profissional, mas receiam que sejam cobrados conteúdos que julgam não serem capazes de “dar conta”.

Sabemos que as dificuldades econômicas e sociais são as principais causas da evasão escolar. Mas, devemos, também, refletir sobre as práticas pedagógicas desatualizadas que ampliam as dificuldades de aprendizagem, o que leva ao aumento de jovens e adultos na busca, cada vez maior, das classes de Educação de Jovens e Adultos.

Neste sentido, os conteúdos e propostas para a EJA devem ser referenciados pela experiência de vida do jovem ou adulto no mundo do trabalho e, também, pelos conteúdos formais que explicam essas realidades. A reprodução de metodologias e conteúdos desenvolvidos no Ensino Regular, simplesmente reproduzidos, sem a devida adaptação para a realidade do aluno jovem e/ou adulto é um dos motivos que favorecem a evasão escolar na EJA.

Promover a integração dos alunos na vida escolar, aproveitando a experiência e vivência deles em sala de aula, pode ser o caminho de entrada na escola a todos aqueles que tanto demoraram a ela chegar. Segundo o educador Paulo Freire, na *Pedagogia do Oprimido* “[...] ensinar tendo como base temas geradores, fazendo a ligação dos conteúdos escolares com a vivência e interesse dos estudantes”.

## ■ 7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 5.379**, de 15 de Dezembro de 1967. Prevê sobre a Alfabetização Funcional e a Educação Continuada de Adolescentes e Adultos. Brasília, 1967.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº9394/96**, de 20 Dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de Julho de 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos**. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/casacivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/casacivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 07 Jun. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

\_\_\_\_\_. Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no brasil**: inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TIRIBA, Lia. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. **Cadernos CEDES**, Abr. 2007, vol.27, nº 71, p.85-98.

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CAMINHO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

GENILSON RODRIGUES DA SILVA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar um relato de experiência sobre ações da Economia Solidária realizadas em 2014/2015, com turmas da Educação de Jovens e Adultos da EMEB<sup>2</sup> Prof. Ranulpho Paes de Barros, analisando a possibilidade de interlocução ente a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária na perspectiva de construir caminhos que proporcionem a geração de empregabilidade e renda aos educandos, enfrentando, desta forma, as crises do mundo do trabalho. Na primeira seção, trago um breve histórico da Economia Solidária na história da humanidade, passando pelo Brasil até chegar a Mato Grosso. Na segunda seção, apresento os referenciais bibliográficos para conceituar a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária, com a finalidade de compreender os possíveis pontos convergentes. Na terceira seção, trago o relato da experiência realizada na referida Unidade de Ensino Municipal, com intuito de verificar as aprendizagens construídas pelas ações iniciais e as interlocuções entre essas duas realidades. Para isso, foram utilizadas: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo de cunho socioeconômico, com aplicação de questionários com educandos da modalidade e análise dos dados, a fim de lhes caracterizar a identidade, identificar suas necessidades e verificar o interesse na participação das experiências em andamento. A título de considerações finais, trago indícios da viabilidade de aplicação de ações práticas em Economia Solidária e a utopia de que elas se firmem e sejam ampliadas através da renovação do compromisso e comprometimento de todos, para a continuidade desse caminho, renovando as esperanças dos educandos na Educação de Jovens e Adultos e a superação da crise do mundo do trabalho, vislumbrando novos caminhos.

**Palavras-chave:** Educação. Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária.

1 Genilson Rodrigues da Silva, professor graduado em Filosofia pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso -FUCMT (1988) efetivo da rede municipal de Educação de Cuiabá, desde 2000. E-mail: arcmiguel91@hotmail.com.

2 EMEB, Definição instituída pela Resolução 002/2013 Conselho Municipal de Educação; significa: Escola Municipal de Ensino Básico.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Na história da humanidade, desde as sociedades primitivas existia o sistema comunal, no qual a sobrevivência de todos dependia do trabalho coletivo. Sendo assim, pode-se assegurar que a solidariedade esteve sempre presente na vida dos seres humanos, através do trabalho conforme assegura KNAPIK (2005, p. 8)

[...] as sociedades eram comunais, onde a sobrevivência de todos dependia do trabalho coletivo e não existia relação de dominação. Exemplo destas sociedades são aquelas do período Paleolítico até a Idade dos Metais; e dos primeiros habitantes do Brasil, antes da invasão dos Europeus.

Assim, por vezes de forma transparente e, em outras, nem tanto; indiretamente, tratava-se de economia solidária. Este fato pressupõe uma das possibilidades da gênese da economia solidária nos primórdios do nascimento da história da humanidade, perpetuada em tempos futuros apesar da mudança do modo de produção.

O objetivo deste artigo é apresentar um relato de experiência sobre ações em Economia Solidária, realizadas em 2014 e, em continuidade, em 2015 com turmas da Educação de Jovens e Adultos da EMEB Prof. Ranulpho Paes de Barros, analisando a possibilidade de interlocução ente a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária na perspectiva de construir caminhos que proporcionem a geração de empregabilidade e renda aos educandos, enfrentando desta forma as crises do mundo do trabalho.

Para tal, considerando que a Economia Solidária precede, historicamente, a EJA, relato, brevemente, sua origem na história humana e, em seguida, contextualizo-a no Brasil e, especificamente, em Mato Grosso. Na segunda seção, apresento os referenciais bibliográficos para conceituar a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária, no Brasil, com breve síntese de como ela surgiu no contexto da história do Brasil e, particularmente, procuro explicitar, ainda que sucintamente, quem são os sujeitos de Educação de Jovens e Adultos com a finalidade de compreender os possíveis pontos convergentes. Na terceira seção trago o relato da experiência realizada na referida Unidade de Ensino Municipal,



situada em um bairro de classe média baixa, em Cuiabá, com intuito de verificar as aprendizagens construídas pelas ações iniciais e as interlocuções entre essas duas realidades.

Estes são os cenários para o tema principal desta reflexão: *Educação de Jovens e Adultos: Caminho para Economia Solidária*, que está sendo construído nesse estabelecimento de ensino. Isto inclui a exposição das relações entre a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária, e, também, nosso apoio como educadores na invenção e construção, juntamente com os educandos, desses caminhos, possivelmente já trilhados em diferentes lugares e épocas, mas novos na unidade escolar pesquisada. Por último, a título de considerações finais, sintetizo as conquistas e, sobretudo, interrogações e possibilidades em relação à realidade pesquisada e a este próprio trabalho.

Este trabalho se justifica pelo fato de indicar caminhos possíveis e diferentes, para educandos da unidade escolar, diante da realidade sociopolítica e econômica, muitas vezes desfavorável a eles, e que se reflete no desemprego e falta de perspectivas de vida. A Economia Solidária aparece como um caminho alternativo na questão da sobrevivência, resgate de valores humanos, inclusão social, cooperação, coletividade, autoestima e solidariedade. É importante ressaltar que o caminho indicado, ainda em processo de construção, não tem intenção de formar educandos da EJA para o mercado do trabalho, semelhantemente ao que fazem instituições educativas privadas.

## ■ 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária (ECOSOL) vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Neste sentido, compreende-se por Economia Solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, a Eco-

nomia Solidária possui as seguintes características segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (BRASIL, 2013, p. 1):

**Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

**Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

**Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, benefício, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

**Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Com o passar dos anos, o capitalismo apresenta sua face cruel, desnudando as relações de trabalho assalariado e as lutas de classe engendradas no interior da sociedade sob a ótica da competitividade. A atual crise do trabalho assa-

lariado revela de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos em mercadorias a serem ofertadas num mercado equalizado pela “competitividade”. Milhões de trabalhadores são excluídos dos seus empregos, amplia-se, cada vez mais, o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de atrasadas que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absorver todo esse contingente de excluídos. É neste contexto social, que a ECOSOL aparece como forma de humanização das relações sociais.

## **2.1 A Economia Solidária no Brasil**

A Economia Solidária se estabelece no Brasil somente a partir dos anos 80 “em meio às transformações socioeconômicas e políticas das últimas décadas” (ALMEIDA; BORGES, 2011, p. 88). Antes dessa década ela ficou “oculta” e por isso durante muitos anos foi chamada na literatura científica: de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular, uma vez que essa forma de economia não era reconhecida como sendo algo capaz de assegurar os princípios do capital, seria uma forma de subversão ao modo de produção capitalista.

Essa polêmica na denominação, devido o acréscimo do atributo popular, ficou conhecida como Economia Popular Solidária ou Cooperativismo Popular. Na década de 80, se estabelece como uma forma de alternativa de defesa da classe trabalhadora “contra o processo neoliberal de aniquilamento de milhões de postos de trabalho formal” (ALMEIDA; BORGES, 2011, p. 88), nos setores privado e público. Nesse contexto, os desempregados organizaram os próprios negócios por meio do cooperativismo ou da autogestão de empresas em falência.

Na década de 90, várias universidades procuraram organizar, desenvolver e sustentar “incubadoras de cooperativas populares, auxiliando os grupos comunitários nas atividades econômicas.” (ALMEIDA; BORGES, 2011, p. 88). Em decorrência, surgiram inúmeras redes e organizações como: a rede de gestores de políticas e economia solidária, o Fórum Social Mundial e a articulação internacional das várias práticas de economia solidária de diferentes regiões do Brasil. As incubadoras e as redes fortaleceram-se e possibilitaram o crescimento da Economia Solidária no país.

Essas organizações possibilitaram a integração de inúmeras experiências bem-sucedidas, incluindo algumas ações de governos como, por exemplo, as experiências públicas do banco do povo. Já em 2002, no governo de

Luiz Inácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores, a Economia Solidária passa a ser compreendida como estratégia de desenvolvimento, via políticas públicas, das quais uma foi a criação, no contexto do Ministério do trabalho e Emprego (MTE) através da Lei nº 10.683, de 28.05.2003, do Conselho Nacional de Economia Solidária e institucionalização da Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES, pelo Decreto nº 4.764, de 24.06.2003, presidida, inicialmente, pelo professor/economista Paul Singer, “tornando-se grande conquista dos trabalhadores que praticam a Economia Solidária pois não se veem mais sozinhos na jornada de mudança no mundo do trabalho.” (ALMEIDA; BORGES, 2011, p. 89).

A Economia Solidária tem sido uma resposta e estratégia importante dos trabalhadores e trabalhadoras em relação às transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas no mundo do trabalho na atualidade. São milhares de organizações coletivas no país, organizadas sob o regime de autogestão, que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário.

Desde sua criação, em junho de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vem desenvolvendo Políticas Públicas de Economia Solidária com a missão de valorizar a cooperação e a autogestão, contribuir para o combate à pobreza e à desigualdade social e promover processos de desenvolvimento mais justos e solidários. Em 2011, foi realizado um seminário no qual se discutiu o conjunto de ações e políticas da SENAES, sistematizados em dois níveis de análise: Estratégias de Articulação e Eixos de Atuação. As estratégias de articulação da SENAES englobam Políticas Públicas que têm em seu escopo o objetivo de promover as condições necessárias para a consolidação da Economia Solidária como alternativa viável de produção, trabalho e consumo no país. Compreendeu-se nesse escopo o Fortalecimento Institucional, o Desenvolvimento Local e Territorial e o Apoio à Organização Econômica e Solidária. O segundo nível de análise, nomeado Eixos de Atuação, congregou as ações organizadas pela Secretaria, sistematizadas em três eixos: Finanças, Conhecimento e Comercialização. Também fizeram parte da pauta de debates as discussões sobre os desafios e perspectivas políticas públicas de economia solidária no governo federal.

O Seminário, também foi concebido com o intuito de proporcionar um espaço de escuta e debates sobre como a Secretaria vem contribuindo para o es-

tímulo, desenvolvimento e mudança no campo da Economia Solidária em todo o Brasil, bem como tornar público o processo de construção de um relatório definitivo que terá como objetivo dar visibilidade e proporcionar o conhecimento do conjunto das ações e políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria.

## **2.2 A Economia Solidária em Mato Grosso**

A expansão da Economia Solidária no Brasil passa por várias etapas de implantação nos diferentes estados brasileiros. Neste tópico, interesse-me, especificamente, pela Economia Solidária em Mato Grosso.

Antes de adentrarmos nos detalhes mais acadêmicos, convém notar que esse modo de viver a Economia Solidária já estava acontecendo há algum tempo na vida dos trabalhadores e trabalhadoras mato-grossenses, tendo em vista o estado ser de tradição agrícola/rural, com uma vasta área territorial. Isto acontecia nas relações sociais estabelecidas no campo e na cidade no dia-a-dia da vida, no contexto de troca de produção e de produtos: trocava-se galinhas por saca de feijão, carne de porco por saca de milho e também troca de serviços, de que são exemplos os conhecidos mutirões. Em tudo isso estava a luta pela produção e manutenção da vida no contexto solidário.

Com o passar do tempo, com as migrações e as colonizações do território brasileiro em especial da nossa região Centro-Oeste, as pessoas trouxeram novas culturas, novos conhecimentos, e com isso as coisas mudaram na vida do trabalhador e trabalhadora em Mato Grosso. A situação não era mais como antes.

A população aumentou e os problemas sociais também, muitos migrantes saíram de seus estados para aventurar-se em Mato Grosso, com vistas a conquistar um pedaço de solo para mudar sua vida. As empresas colonizadoras vendiam ilusões e muitos não conseguiram chegar ao seu destino, ficando pelo caminho. Porém, o espírito de luta pela autonomia econômica e política continuava presente em suas vidas e, para isso, muitos se uniram através da participação em associações e comunidades, em fóruns, tendo em vista o espírito da Economia Solidária, no sentido da busca de melhorias de qualidade de vida.

Além de todo esse processo, podemos afirmar que a Economia Solidária se formaliza em Mato Grosso “durante o I EMESOL - Encontro Mato-grossense de Educação e Sócio Economia Solidária, em agosto de 2003, nasce a REMESOL -

Rede Mato-grossense de Educação e Sócio Economia Solidária.” (UNITRABALHO, 2011, p.13).

Após esses fatos significativos, alguns elementos relevantes: a presença da Economia Solidária no estado é pesquisada e divulgada pela UNEMAT, em ação conjunta com a Delegacia Regional do Trabalho e Emprego do Mato Grosso/DR-TE-MT e com o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES-MT). Foi mapeada a existência de empreendimentos em boa parte dos municípios do estado de Mato Grosso, constatando-se, em 2005, a existência de 530 empreendimentos, atualmente são, aproximadamente, 747 empreendimentos solidários.

Nesse mapeamento foram identificadas as conquistas e as dificuldades a serem superadas para impulsionar o crescimento da Economia Solidária em Mato Grosso. São debates que se dão, sobretudo, em três instâncias importantes: o fórum brasileiro, o fórum estadual e a REMESOL. Dessas lutas, resultaram conquistas importantes para o nosso estado como “a Lei nº 8.936, de 17 de julho de 2008, que instituiu a Política de Fomento à Economia Popular Solidária” (FERREIRA, 2011, p. 70) e a regulamentação do “Conselho Estadual de Economia Solidária, por meio do decreto nº 598/11, sancionado no dia 15 de agosto de 2011”. (FERREIRA, 2011, p. 71).

A Economia Solidária em nosso estado tem um processo de implantação efervescendo há um bom tempo e isto quem nos confirma é FERREIRA (2011, p. 71)

No estado, a Economia Solidária está organizada em regionais e existem hoje cinco fóruns municipais ativos, sendo que três atuam em âmbito Regional: Cuiabá e Rondonópolis (regional), Tangará da Serra (regional), Cáceres e Colíder (regional), sendo que, neste último, três municípios já possuem Leis de Incentivo e Fomento à Economia Solidária. Alguns municípios possuem a lei, porém não possuem fórum. Outros já tiveram debates sobre essa questão, porém algumas foram vetadas e outras ainda estão em discussão pelo coletivo. (FERREIRA, 2011, p.71)

Todas essas conquistas da Economia Solidária foram feitas no contexto de expansão, no sentido de abrir novas frentes de geração de emprego e renda em benefício dos trabalhadores mato-grossenses, jovens e adultos, que pela

necessidade da produção de subsistência sua e de sua família, abandonaram as unidades de ensinos. Assim, hoje fazem parte das estatísticas de analfabetos, semianalfabetos ou analfabetos funcionais; mapa da realidade da educação de jovens e adultos do nosso Brasil: sujeitos que não tiveram a garantia dos seus direitos à educação respeitados, não recebendo a devida atenção dos poderes públicos e motivação na fase da infância/adolescência em que deveriam estudar. Mas, para compreendermos melhor essa situação, nada melhor que conhecê-la mais de perto com o tópico que se segue.

### ■ 3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A educação brasileira é regulamentada pelo Governo Federal através do Ministério da Educação/MEC, que define os princípios orientadores da organização de programas da educação. Segundo o que determina a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a educação no Brasil deve ser gerida e organizada separadamente por cada nível de governo. O Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal e os municípios devem gerir e organizar seus respectivos sistemas de ensino. Cada um desses sistemas educacionais públicos é responsável por sua própria manutenção, gerência de fundos, bem como pelos mecanismos e fontes de recursos financeiros.

A educação brasileira é dividida em dois níveis, com diversos etapas em cada nível. O Ensino fundamental, segunda etapa da educação básica, é gratuito para todos (incluindo adultos) e obrigatório para crianças na faixa etária de 6 a 14 anos. O ensino médio, terceira etapa da educação básica, apesar de ser ofertado gratuitamente pelo Estado, é ofertado, também, por instituições privadas (não-gratuitas) que tentam oferecer um nível maior de qualidade de ensino. O Ensino superior (incluindo graduação), segundo nível da educação, é gratuito apenas em universidades públicas.

Os níveis existentes trazem as modalidades: segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9.394/20/12/96, são elas: Ensino regular, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional ou Técnica, Educação Especial e a Educação a Distância (EAD), entre as mais difundidas. Todas essas modalidades de ensino têm, em sua trajetória, os momentos de crise e de estabilidade.

Neste trabalho, ressalto, de forma sintética alguns momentos importantes da história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, tendo em vista conhecermos sua origem e suas lutas, no processo de implantação na educação do nosso país. A intenção é despertar o compromisso das autoridades políticas e educadores, de modo especial, para a EJA.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, começa no período colonial, com a Companhia de Jesus, que tinha por missão catequizar e alfabetizar, na língua portuguesa, os indígenas, as crianças e adultos. Em 1759, os Jesuítas deixam o Brasil e a educação das crianças e adultos entra em crise. O reinado português conduz a crise da educação brasileira por um aspecto elitista, restrita aos filhos dos colonizadores, às pessoas do sexo masculino e de etnia branca, excluindo desta forma as populações negras e indígenas.

A partir da Independência, na Constituição Imperial de 1824, a educação tem o intuito de garantir a todos os cidadãos a instrução primária. Porém ainda não atingindo as populações negras e indígenas. Com o Ato Constitucional de 1834 as províncias têm o papel de dar uma educação primária e secundária a todas as pessoas de modo especial para jovens e adultos. Uma educação com a ótica missionária, caritativa e solidária. (STRELHOW, 2010. p. 51)

Durante quase quatro séculos predominou o domínio da cultura branca, cristã, masculina e alfabetizada sobre a cultura dos índios, negros, mulheres e analfabetos. Historicamente, constata-se o desenrolar de uma educação seletiva, discriminatória e excludente. No final do século XIX e início do século XX, num contexto de emergente desenvolvimento urbano industrial e sob forte influência da cultura europeia, são aprovados projetos de leis que enfatizam a obrigatoriedade da educação de adultos, objetivando aumentar o contingente eleitoral, principalmente no primeiro período republicano e, conseqüentemente, atenderem aos interesses das elites.

A escolarização passa a se tornar critério de ascensão social, referendada pela Lei Saraiva de 1882, incorporada posteriormente à Constituição Federal de 1891, em que se inviabilizará o voto ao analfabeto, alistando somente os eleitores e candidatos que dominassem as técnicas de leitura e escrita.



Em 1925 através da Reforma João Alves, estabeleceu-se o ensino noturno para jovens e adultos atendendo os interesses da classe dominante que, por volta de 1930, iniciava um movimento contra o analfabetismo, mobilizado por organismos sociais: o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, que traz em seu bojo, a proposta de organização do ensino no Brasil, a luta pela defesa da unidade de ensino pública e gratuita, isso gera novas discussões e garantias para a educação nacional, inclusive com a conquista na Constituição Federal do Direito à educação e a criação do financiamento para a educação brasileira.

Nas décadas de 40 e 50, com a expansão e colonização do território nacional, a educação de jovens e adultos volta a novos debates e com isso passa a ter visibilidade no país. Uma delas ocorreu em 1942, com a criação do Fundo Nacional do Ensino primário e, em 1945, com a regulamentação de 25% dos recursos desse fundo destinados à educação de adolescentes e adultos.

De acordo com STRELHOW (2010)

Em 1946, surge a Lei Orgânica do Ensino Primário, que previa o ensino supletivo. Em 1947 surgiu um programa de âmbito nacional visando atender as pessoas adultas com a criação do SEA - Serviço de Educação de Adultos. Sua finalidade, reorientar os trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Esse movimento foi denominado Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos. (p. 53).

Em 1948, surge a figura do alfabetizador voluntário e “em 1952 foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural/CNER. (STRELHOW, 2010, p. 53). Devemos ressaltar que todas as campanhas desenvolvidas tinham como finalidade a erradicação do Analfabetismo.

Nesse contexto surge Paulo Freire com suas ideias revolucionárias, que foram colocadas em prática em Angicos/RN, onde iniciou um projeto de alfabetização com uma nova metodologia, o uso de palavras que possuíam significado prático na vida social da comunidade, palavras do cotidiano, que traziam para além do seu significado, a luta pela sobrevivência dos pobres e oprimidos. Para Freire, era necessário fazer não só a leitura da palavra, mas principalmente a leitura de mundo. Sua proposta pedagógica “chamava a atenção para que o desenvolvimento educativo deveria acontecer na contextualização às necessidades essenciais das pessoas” (STRELHOW, 2010, p. 53)

A década de 50/60 foi marcada por grande mobilização social em torno da educação de adultos. E também surgiram alguns movimentos sociais como: Movimento de Educação de Base, em 1961, realizado pela Confederação Nacional de Bispos Brasileiros/CNBB e Centros Populares de Cultura, União Nacional dos Estudantes. Todos procuravam valorizar o saber e a cultura popular, concebiam a pessoa não alfabetizada como produtora de conhecimento e manifestavam ter influência da pedagogia freireana. Em 1964 acontece o golpe militar, interrompendo o processo de transformação social. Pregavam uma educação “tipo homogeneização e controle de pessoas, é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização/MOBRAL-1967 e extinto em 1985”. (STRELHOW, 2010, p. 54-55).

Diante desses fatos surge a Nova República que através da Constituição de 1988 procura implantar uma educação como garantia dos direitos aos cidadãos que não foram escolarizados. A Constituição prevê o acesso à educação através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Com base na LDB, foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino. Através da resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, formam estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se, ainda, o direito de jovens e adultos à educação adequada às suas necessidades peculiares de estudo, e, ao poder público, fica o dever de oferecer esta educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos. (STRELHOW, 2010, p. 55).

Em 2003, através de uma política pública instituída pelo governo Federal/Ministério da Educação, surge o Programa Brasil Alfabetizado, cuja proposta consiste na erradicação do analfabetismo que atingia, à época, 20 milhões de pessoas acima de dez anos. Esse programa tem sua continuidade até os dias atuais, seguindo o mesmo objetivo, sendo executado pelos entes federados, via Termo de Adesão ao Programa do Ministério da Educação.

Estamos no século XXI e, segundo o IBGE, com dados de 2012, temos 13 milhões de analfabetos absolutos, com 15 anos de idade ou mais, e estimados 30 milhões analfabetos funcionais. Adicionalmente, 70 milhões de brasileiros acima dos 15 anos não atingiram o mínimo de escolarização obrigatório pela constituição, 12 anos de instrução, ou seja, o ensino fundamental e médio, completos. Em Cuiabá, os dados do Censo do IBGE (2010) ressaltam que há, aproximadamente, 18.000 pessoas não alfabetizadas entre jovens, adultos e idosos.

### 3.1 A Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária

A realidade da educação no Brasil, desde a sua origem, tem evidenciado que ela não tem sido prioridade dos governantes do nosso país. Entra governo, muda governo e a situação não se altera significativamente. Uns dão continuidade ao projeto educacional anterior, outros, não. Assim, segue esse efeito buzerangue: a descontinuidade de um projeto de educação de um governo para o outro mantém sua baixa qualidade.

A Economia Solidária tem que entrar na educação como fez a economia capitalista, que embebeu o conjunto das instituições no seu fazer, porque não é só a produção capitalista em si que deve ser mudada, é a produção e a reprodução da vida que devem estar pautadas por novos valores. A Economia Solidária é um meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, propondo uma sociedade marcada por relações democráticas, na qual as diferenças entre os indivíduos possam acontecer sem gerar desigualdades. É, portanto, uma economia com defesa da igualdade e da inclusão de todos, não postulando, contudo, a defesa do idêntico. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaço para o exercício de suas diferenças. (KRUPPA, 2005, p. 27)

Para o educador que sonha com outra realidade em seu país, no qual os cidadãos sejam sujeitos da própria história, esses fatos são devastadores e assustadores. Que perspectiva de vida terão no mundo do trabalho, pessoas incapazes de ler, escrever ou fazer a leitura de mundo?

Porém, o educador comprometido com a educação busca soluções, não cruza os braços, pois sabe que vidas estão em jogo. Do contrário, muitos educandos da EJA continuarão perdendo sua dignidade e perspectiva de vida e isso não seria bom para a educação brasileira e, sem sombra de dúvidas, favorece o sistema capitalista em que vivemos e boa parte da classe política do nosso país.

Perante tais fatos, é preciso buscar soluções para os problemas. E aí entra o processo investigativo: o que é preciso fazer para não os deixar nessa situação: só aprender a ler e escrever? Só isso seria o suficiente para a conquista de espaço no mundo de trabalho? O que fazer com os que frequentam as nossas unidades de ensino, porém estão desempregados? O que a política pública, através das unidades de ensino, pode oferecer? Professores sobrecarregados de trabalho? Onde encontrar respostas para essas questões?

Na verdade, não há respostas prontas e nem receitas perfeitas indicando soluções para essas e outras questões que envolvem a EJA. O que existe, são experiências de setores da sociedade, no caso os próprios trabalhadores e educadores e alguns políticos que estão, na medida do possível, tentando dar e encontrar respostas a essas e outras interrogações que, acima de tudo, envolvem a vida do ser humano. De todas as experiências encontradas, a que vislumbra uma saída para as questões que envolvem a EJA é a Economia Solidária. Porque ela traz em seus princípios e em sua pedagogia um modo de resgatar os valores humanos que foram perdidos durante anos no sistema educacional capitalista em que vivemos. Porém, sabemos que fazer esse processo de articulação entre a EJA e a Economia Solidária na geração de emprego e renda não é uma tarefa tão simples. Principalmente, quando a economia globalizada tem suas oscilações e crises afetando a vida dos habitantes da terra.

Antes de qualquer coisa, é preciso reconhecer os princípios da Economia Solidária: autogestão, democracia, cooperação, centralidade no ser humano; valorização da diversidade, do saber local, da aprendizagem e da formação permanentes, emancipação, justiça social, cuidado com o meio ambiente e as futuras gerações. Após o reconhecimento, levar, “a prática da Economia Solidária, que exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas” (KRUPPA, 2005, p. 16). Ainda segundo o autor, entender e sair do “privado”, “do particular”, da acumulação dos lucros da produção só para alguns, para um contexto mais amplo, de comunidade, de solidariedade, da coletividade, da cooperação, da autogestão e da distribuição. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição.

Conforme Paul Singer (2005): “Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico” (SINGER, apud KRUPPA, 2005, p. 16). A aprendizagem dessa prática se daria na vida, no cotidiano, na centralidade das relações entre as pessoas onde um ajuda o outro e se coloca no lugar do outro, nas relações do homem com a natureza e a preocupação com o meio ambiente para as futuras gerações;

A Economia Solidária promoveria a educação “[...] das práticas conscientes da cooperação e da solidariedade no modo de ensinar e aprender, e também nas relações entre educandos, entre esses e os educadores, e entre educadores. (ARAUJO, 2012, p. 32). Por fim, demonstrando a possibilidade de uma prática

alternativa de educação, que atenda as necessidades dos educandos, que desvele a realidade do capitalismo, o modo de produção que concentra nas mãos de poucos, a riqueza de um país, que dê possibilidades destes atuarem como cidadãos, conscientes, críticos, capazes de engendrar uma alternativa de empregabilidade e renda, superando desta forma, a miséria.

É preciso ter em mente que colocar em prática os princípios da Economia Solidária para as turmas de EJA, é um desafio, mas é algo que já vem acontecendo em algumas regiões do nosso país e do mundo e em Mato Grosso, embora de forma ainda titubeante. Um exemplo são as universidades que desenvolvem junto às comunidades interessadas, experiências com as incubadoras como a Unitrabalho, na região de Cáceres. Além disso, algumas unidades de ensino estaduais e municipais também vêm tentando colocar esse projeto em prática. Creio que muitos educadores, tanto estaduais como municipais, almejam colocar esse projeto na prática da vida. Porém, entre os obstáculos, está a sobrecarga de trabalhos advinda do excesso na jornada de trabalho. Acredito que seria preciso encontrar uma solução para o excesso da jornada de trabalho do educador, como condição para o projeto avançar, o que é de interesse também de parcela da classe política.

Independente de que isso aconteça, creio que nós, educadores, podemos ampliar o campo do possível para não deixar que esse projeto de parceria entre a EJA e a Economia Solidária deixe de se tornar real. Isto porque a ética nos exige ter sempre em mente que a vida de seres humanos, no caso os educandos da EJA, está em jogo nesse campo de batalha pela sobrevivência, diante de um sistema econômico perverso e cruel como o capitalista. Nesta perspectiva e enquanto educador, estou realizando e procurando caminhos para que a EJA, na unidade de ensino em que trabalho, possibilite a imersão dos alunos no mundo da Economia Solidária. Trata-se, portanto, do meu campo de trabalho e do meu campo de investigação.

#### **■ 4 A EXPERIENCIA EM ECOSOL COM TURMAS DE EJA NA EMEB RANULPHO PAES DE BARROS**

A EMEB Prof. Ranulpho Paes de Barros está situada na regional Oeste do Município de Cuiabá, estado do Mato Grosso; foi fundada em 20 de agosto de 1978 por meio da reunião dos primeiros moradores do bairro Santa Izabel, que

iniciou como ocupação. Por iniciativa da própria comunidade começaram a construção da primeira unidade de ensino, localizada na antiga associação dos moradores, na Rua Allan Kardec s/nº.

A Unidade de Ensino, desde a fundação, atendeu à EJA, entre outros motivos porque seu primeiro diretor, e um dos responsáveis pela construção da unidade de ensino, Padre Antenor João Vidor, era sensível à essa necessidade. Por meio do Decreto nº 232, de 12 de maio de 1980, a unidade de ensino deixou de ser “salas anexas”, para ser um estabelecimento de ensino de forma oficial, de 1ª à 8ª série do Ensino Fundamental e de Educação de Jovens e Adultos, com um total de 360 alunos, distribuídos nos diferentes turnos.

A EMEB Ranulpho Paes de Barros preconiza como valores, visão de futuro e missão, segundo o exposto no Projeto Político Pedagógico (BARROS, 2014). O trabalho em equipe é alicerçado em relações de reconhecimento, cooperação e cidadania, diversidade cultural, ética e justiça social. Tem como visão de futuro: ser uma unidade de ensino voltada para a formação de cidadãos capazes de participar das transformações sociais e estabelecer novas relações com o conhecimento, as pessoas, a sociedade e o poder. É missão da unidade de ensino garantir o acesso e a permanência dos estudantes na unidade de ensino, contribuindo na construção de seus conhecimentos através de ações pedagógicas inovadoras, aperfeiçoando o processo de ensino e aprendizagem, melhorando o desempenho acadêmico dos estudantes da Unidade de Ensino e fortalecendo cada vez mais a participação dos pais e comunidade. (Projeto Político Pedagógico. 2014, p. 12)

A Economia Solidária se fez presente na vida da EJA da unidade de ensino no mês de setembro do ano 2014, através de uma proposta de implementação de um Projeto em Economia Solidária, proposta pela docente do módulo EJA e Mundo do Trabalho I, do Curso de Especialização em EJA e Economia Solidária, ministrado pelo Instituto de Educação/UFMT, em parcerias com órgãos governamentais. Desta forma, a primeira ação foi o Seminário sobre Economia Solidária. A continuidade do estudo das ideias do seminário se deu com a retomada das discussões dos temas/conceitos e princípios em sala de aula, e da realização da 1ª Feira de Escambo, ocorrida no mês de dezembro de 2014, ambas por iniciativa do autor deste trabalho. Essas ações já previam perspectiva futuras de novos caminhos da Economia Solidária com os educandos da EJA dessa unidade de ensino. Isso aconteceria em breve.

#### 4.1 Economia Solidária na EJA: caminhos em construção

As sementes da Economia Solidária foram lançadas na vida dos educandos da EJA da EMEB Prof. Ranulpho Paes de Barros em 2014. Sabemos que a Economia Solidária é um esplêndido projeto voltado para o resgate da dignidade humana na proposta de geração de emprego e renda, contrapondo-se aos valores do sistema capitalista, no qual o que importa é o lucro e o ser humano é deixado de lado. Pensando nesta perspectiva da Economia Solidária, no mês de dezembro de 2014, antes do término do ano letivo, um grupo de educandos da EJA foi convidado para dar continuidade nessa interlocução entre a Economia Solidária e a EJA tendo em vista a criação do clube de trocas. Como professor da EJA da EMEB Prof. Ranulpho Paes de Barros, cursista da ECOSOL e coordenador desse projeto, marquei o dia em que nos encontraríamos para dar prosseguimento.

Em 15 de dezembro de 2014, realizamos o primeiro encontro do clube de trocas dos educandos da EJA. Estávamos em 12 pessoas, incluindo-me como coordenador. Esse encontro foi na residência de uma educanda da EJA, que mora no bairro Santa Izabel. Nele tivemos o momento da mística e informações sobre Economia Solidária e depois de muito diálogo, coletivamente decidimos o que iríamos fazer, após a eleição de um nome para o grupo. Nesse encontro foi entregue uma ficha para que eles sugerissem o nome do grupo que desejassem e trouxessem no próximo encontro.

O encontro seguinte ocorreu na residência do outro educando, na qual se deu a eleição do nome: alguns levaram a folha com o nome e outros não. Os nomes sugeridos para eleição foram: amigos solidários (2 vezes), amigos da esperança, amigos para sempre, amigos da paz, turma da esperança, dos amigos, algumas folhas sem nome e sem preenchimento. Desta forma, foi escolhido o nome do grupo: Clube de Trocas Amigos Solidários. Ficou decidido, também, que nos reuniríamos a cada 15 dias e, após cada encontro, seria decidido coletivamente em qual residência aconteceria o próximo encontro. O grupo já está no décimo encontro e em cada um deles a dinâmica da mística e confraternização foram diferentes, só a formação que é continuada. E um desses encontros resultou uma ação de coleta de litros de leite para exercerem o princípio do compartilhamento, colaborando com a igreja. Essa ação aconteceu a pedido de um membro do grupo.

Atualmente, o Clube de Trocas Amigos Solidários está vivenciando a prática do crédito rotativo, utilizando-se do princípio da democracia, da autogestão e da solidariedade, uma das atividades propostas pela Economia Solidária. A atividade está sendo exercida entre seis pessoas do grupo. Ficou acordado que cada participante faria um investimento mensal no valor de R\$ 50,00. O valor total seria revertido, mensalmente, a uma das pessoas do grupo, conforme o sorteio. Porém, ficou estabelecido que em caso de pessoa com problemas de saúde, esta seria atendida prioritariamente, sem a necessidade do sorteio. Mensalmente é realizado o encontro no qual é feita a coleta do investimento e o sorteio, tudo devidamente registrado em livro ata.

Por enquanto está dando certo. Todos os encontros contam com o momento da mística que é tornar Deus presente nos momentos dos encontros, usando dinâmicas nas quais os membros expressam o seu lado espiritual, em seguida vem o momento de formação sobre os princípios e ações sobre Economia Solidária e a confraternização, para a qual cada membro do grupo procura dar sua colaboração em alimentos.

Novos membros estão sendo convidados para fazer parte do grupo, mas temos encontrado a dificuldade por falta de tempo dessas pessoas para os encontros/reuniões. Mas não desistimos.

No começo deste ano letivo, procurei dar continuidade à construção da inter-relação Economia Solidária e EJA, na EMEB Prof. Ranulpho Paes de Barros, procurando identificar possibilidades de construção desse novo percurso/caminho, na geração de empregabilidade e renda, buscando congregiar os educandos de 2014, que continuaram na unidade de ensino, e os novos educandos de 2015.

Para tanto, foi feita uma investigação, por meio de um questionário socioeconômico social, com objetivo de caracterização do perfil desses sujeitos. Um grupo de 36 educandos da 3ª e 4ª fase responderam a 25 questões. Essas questões tinham como meta caracterizar e descobrir quem eram esses sujeitos da EJA, seus desejos e anseios e levantar possibilidades de interação com a Economia Solidária.

Os sujeitos pesquisados nos revelaram as seguintes características: A maioria, 26, nasceu no Estado do Mato Grosso e nove, em outros estados. Com relação ao gênero, as mulheres são a maioria, num total de 24; os homens, ape-



nas 12. Do grupo todo, 17 educandos se reconhecem como pardos; 11, como negros e, os restantes dividem-se em brancos, 5 e mestiços, 3. Temos a considerar que a população mato-grossense tem como matriz genética a miscigenação entre brancos, negros e índios mato-grossenses e até etnias Bolivianas, visto que temos áreas de fronteiras. Se considerarmos os 17 educandos que se declararam como pardos mais os 3 mestiços, temos a maioria. Ou seja, percebe-se que houve uma mudança no conceito destes sujeitos quanto à sua etnia, pois passam a assumir-se como pardos/mestiços. Ao longo da história, verifica-se que os habitantes desta região pouco se declaravam como pardos e mestiços, por décadas via-se no fenótipo da população, mas que não se declaravam como tal considerando o grau de preconceito instalado na sociedade. Atualmente, com as campanhas de valorização e respeito às diversidade, está havendo maior aceitação sobre este aspecto e isso se reflete no posicionamento acima descrito.

Quanto à idade, estamos trabalhando com um grupo jovem, com 16 alunos na faixa de 16-20 anos, sendo 8 mulheres e 8 homens. Dos 29 que declararam trabalhar, apenas dez são empregados com carteira assinada. A maioria, 13 pessoas, ganha até dois salários mínimos e, ao mesmo tempo, 20 declara que a renda familiar é superior a um salário mínimo e inferior a dois salários. Geralmente, há soma da renda do pai/mãe com o filho (a), pois na mesma casa há várias fontes de renda, o que justifica essa renda familiar. Em relação ao que fazem alguns são aposentados, outros trabalham como autônomo (pedreiros, cabeleiras) e empregados (domésticas, babas) e uma pequena minoria tem o seu próprio negócio.

Quanto à instrução do chefe de família predominou 14 que concluíram o ensino médio, 7 concluíram a faculdade e 8 não concluíram o ensino fundamental. Esses dados repassados na pesquisa no revela que dentre o chefe de família há possibilidade de alguns que não concluíram o ensino fundamental estarem frequentando a EJA dessa unidade escolar. Quanto à moradia, metade dos educandos (18) possui residência própria e, a outra metade, não. Entre os que não têm moradia própria alguns moram com os pais ou avós e outros de aluguel.

Dos pesquisados, 23 possuem pouco conhecimento em informática e no que toca ao conhecimento de Economia Solidária, a maioria, 19, possui pouco conhecimento e, dez, nenhum conhecimento. Para finalizar, a maioria, 33 educandos, tem interesse em aumentar a renda, se houvesse outros meios de trabalho para alcançar esse objetivo.

A pesquisa revelou que há possibilidades de alargar os caminhos de integração da Economia Solidária e a EJA. Isto pode ser percebido, também, através das rodas de conversa e do fórum municipal da EJA. Para que esse caminho possa ser construído será necessário um processo de formação teórica nas aulas, divulgando os conceitos e princípios da Economia Solidária e como vivenciá-la em ações práticas. Trabalhar os princípios da ECOSOL no contexto pedagógico enquanto metodologia de estudo e desvelamento da realidade e do modo de produção capitalista e também procurar inserir toda a equipe gestora e professores nessa construção. Em seguida, indicar perspectivas de possibilidades na geração de renda e trabalho que a Economia Solidária pode proporcionar aos educandos da EJA, mostrando outros meios/modos de produção da subsistência e da vida, de forma a aumentar suas rendas, de forma digna, respeitando os valores humanos na convivência harmônica e comunitária, sem necessidade de excluir, massacrar ou usurpar do outro, como advoga o sistema capitalista em que vivemos.

Esse caminho entre a EJA e a Economia Solidária ou entre a Economia Solidária e a EJA não está pronto; é preciso assumir o compromisso e o comprometimento de querer construir, ou se constituir como grupo, coletivamente experimentando novas experiências com ações inicialmente simples, como as relatadas, pois é o que estamos vivenciando coletivamente nesse clube de trocas Amigos Solidários. Nele, muitos relatam o sentimento de pertença ao grupo, a confiabilidade entre todos, o respeito às diversidades de crenças e solidariedade, aumento da autoestima.

Proponho que outros educadores que atuam na EJA, como em outras modalidades, os colegas do curso de especialização, realizem experiências similares em outras unidades de ensino, pois vale a pena. Não há nada tão gratificante como você sentir e perceber um dos educandos feliz, satisfeito e remediado economicamente, com novas possibilidades de sanar suas necessidades de saúde ou pagar uma conta de luz com uma simples ação do crédito rotativo, isto, tem renovado em mim o desejo de continuar em frente. Talvez, quando vários colegas experimentarem, seja possível constituir uma rede de educadores solidários.

## ■ 5 CONCLUSÃO

Em vista dos objetivos apresentados em relação à intenção deste relato de experiência sobre ações de intervenção social em Economia Solidária realizada na EMEB Ranulpho Paes de Barros, com educandos de turmas da modalidade Educação de Jovens e Adultos, bem como na análise das possibilidades da interlocução entre EJA e a Economia Solidária, é necessário ressaltar algumas conquistas, interrogações e novas possibilidades de ações, em relação à realidade pesquisada e ao próprio trabalho desenvolvido.

Posso afirmar que este trabalho foi elaborado com o objetivo de apresentar a EJA e a ESOSOL como um caminho a ser percorrido e construído, possibilitando inúmeras respostas às questões que a EJA tem enfrentado quanto à geração de renda e trabalho, o resgate do sentido e significado do papel da escola na vida desses sujeitos, perante a sociedade em que vivem (a educação e o mundo do trabalho). Assim, mostro a possibilidade de caminhos comuns, no todo ou parcialmente, entre EJA e ECOSOL que podem ser percorridos mais criativamente, revelando uma nova perspectiva de vida para a EJA, no contexto de exclusão do sistema capitalista em que vivemos.

Em virtude do que foi mencionado, podemos notar que esse processo de articulação entre a EJA e a ECOSOL tem revelado conquistas importantes na sua implantação na educação, sendo uma delas, a busca constante da dialogicidade entre esses dois universos da atividade humana (produção da vida e do trabalho), viabilizando possibilidades de empregabilidade e renda, de maior convivência e entrosamento na comunidade escolar, (sentido de coletividade) uma vez que a EJA e a ECOSOL possuem identidades de objetivos: a busca do resgate da dignidade humana.

Entendo que as conquistas acontecem graças a todo o processo percorrido pela Economia Solidária na história humana, no Brasil e, particularmente, em Mato Grosso. Assim, embora sejam pequeníssimas, as ações desenvolvidas em ECOSOL nas turmas da Emeb Ranulpho Paes de Barros só foram possíveis por causa dessa história e, com seus limites, é um elo de propagação da história de luta em favor da dignidade do ser humano.

O caminho percorrido tem suas interrogações no sentido das possibilidades da interlocução entre a EJA e a ECOSOL existirem e, em seguida, da sua con-

tinuidade na prática da comunidade escolar. Uma das interrogações e a principal seria a questão do investimento econômico em educadores capacitados para acompanhar todo esse processo, sem a necessidade de trabalhar em três períodos para sobreviver e não ter tempo para pesquisar.

Em virtude dos fatos apresentados, a realidade desta pesquisa e o próprio trabalho revelam imensas possibilidades do sucesso dessa interlocução entre a EJA e a ECOSOL. Basta observar a experiência vivenciada pelo autor desse trabalho na perspectiva da economia solidária na educação de jovens e adultos: caminhos em construção.

Por fim, acredito que existem possibilidades a serem construídas para fortalecer a interlocução EJA e ECOSOL. Porém, para que ela se amplie é indispensável a participação da classe política do nosso país, com espírito humano, investindo mais na EJA. E, não menos fundamental, a presença de educadores comprometidos com o resgate da dignidade humana, proporcionando, através da Economia Solidária, possibilidades de geração de renda e trabalho ao educando da EJA.

Assim, a classe política e os educadores estarão sendo resgatadores de vida dos educandos da EJA e, quem sabe, proporcionando a eles um caminho de esperança ante as crises econômicas e políticas que ainda se sucederão, geradas por alguns políticos sem ética e moral. A educação de milhões e milhões de brasileiros desse imenso país é um imperativo moral.

## ■ 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joane da Silva; BORGES, Juliano Luís. Organização para o trabalho: Mandala Viva em Tangará da Serra – MT. In: BORGES, Juliano Luis; SINGER, Neuri Eliezer; SQUIRE, Sandro Benedito. (Orgs.). **Educação em Socioeconomia Solidária**: perspectiva para o desenvolvimento local. Curitiba: CVR; Cáceres: Ed. Unemat, 2011.

ARAUJO, Adriele Silva. **Economia Solidária e Educação**: experiências pedagógicas com educação de jovens e adultos. 2012. Trabalho Final de Curso (Curso Pedagogia) – Universidade Federal de Brasília, Licenciatura em Pedagogia, Brasília, 2012.

BARROS. EMEB Prof. Ranulpho Paes. Projeto Político Pedagógico. Cuiabá, 2014.

BRASIL. O que é ECOSOL? Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária. 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

FERREIRA, Luciane Rocha. **A Economia Solidária Enquanto Estratégia de Emancipação Política**: o “olhar” fenomenológico que o grupo MUDAR lança sobre seu processo de formação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2011.

KNAPIK, Márcia Carneiro. **O trabalho Humano: das sociedades comunais ao modo de produção feudal**. 2. ed. Curitiba, Ed. Gráfica Popular, 2005. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/cartilhas/>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

KRUPPA, Sonia M. Portella. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download /346.>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

STRELHOW, Thyeles Borcard. Breve História Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **HISTEDBR**. On-line. v.10, nº 38, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php.script.sci\\_nlinks&pid.S0103.lng.en.>](http://www.scielo.br/scielo.php.script.sci_nlinks&pid.S0103.lng.en.>). Acesso em: 14 mar. 2015.

UNITRABALHO. ECONOMIA SOLIDÁRIA – MATO GROSSO. [S.l.]: **Sociedade Banco de Projeto**. [2006?]

# LIXO E INCLUSÃO SOCIAL: UMA SAÍDA SOLIDÁRIA PARA VALORIZAR A COLETA SELETIVA

LÚCIA REGINA DOS SANTOS<sup>1</sup>

ROSANGELA CARNEIRO GÓES<sup>2</sup>

---

**Resumo:** O presente artigo aborda a preocupação ambiental que assola o mundo e identifica, por meio de estudo, o empreendimento popular solidário de catadores organizados pela Cooperativa Alternativa de Catadores, Reciclagem e Preservação do Meio Ambiente (COOREPAM) como uma alternativa de inclusão social e a preservação do meio ambiente. Este estudo tem início com uma breve análise do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a), que de uma forma bem sucinta mostra a situação social dos catadores no Brasil. Na segunda parte, optamos por trabalhar com entrevista e literatura que aprofundasse a reciclagem e a sustentabilidade, tendo como foco o bem-estar dos catadores, bem como o processo de autogestão e cooperativismo e educação de jovens e adultos a partir da COOREPAM.

**Palavras-chaves:** Inclusão Social. Reciclagem. Economia Solidária.

---

1 Especialista em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária.

2 Professora da Rede Municipal de Cuiabá, Assessora Pedagógica do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Centro-Oeste, CO/CUT, Mestre em Educação pela UFMT.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

As questões do tratamento adequado aos resíduos sólidos urbanos e à reciclagem teve início nos anos 80, com o fortalecimento da temática ambiental mundial, evidenciando uma preocupação global e imediata. Neste sentido, os trabalhadores que se reconhecem como catadores de material reciclável realizam um serviço de utilidade pública importantíssimo, no contexto atual das cidades, trabalhando na coleta de materiais recicláveis que, caso descartados, ocuparia maior espaço em aterros e lixões.

As ações realizadas por estes trabalhadores consistem em catar, separar, transportar, acondicionar e, às vezes, beneficiar os resíduos sólidos com valor de mercado para reciclagem.

Ao dar valor ao lixo por meio de seu trabalho, o catador “acaba por nomeá-lo, alimentando o próprio processo de ressignificação positiva de sua atividade laboral” (BENVINDO, 2010, p. 71). Portanto, por meio de sua atividade cotidiana, transformam o lixo em mercadoria, outra vez. A transformação desses materiais em novas mercadorias e sua reinserção no ciclo produtivo resulta em “benefícios positivos para a natureza e para a sociedade, já que promovem a economia de recursos naturais e de espaços para o armazenamento dos resíduos” (MAGALHÃES, 2012, p. 14).

Historicamente, esta atividade é realizada a partir de relações informais e o alto nível de informalidade dificulta seu reconhecimento pelos órgãos da administração pública.

Esses trabalhadores enfrentam uma situação paradoxal. Por um lado, são responsáveis pela transformação do lixo em mercadoria de interesse de grandes indústrias. Por outro lado, estes trabalhadores ocupam uma posição marginalizada na sociedade, com poucas oportunidades no mercado de trabalho, devido às suas carências em termos de formação profissional, assim como por serem pobres e relegados a espaços geográficos, geralmente, suburbanos.

De acordo com Medeiros e Macedo (2006), essa realidade que caracteriza as condições de trabalho do catador se insere na percepção de “exclusão por inclusão”, na qual o catador é incluído socialmente pelo trabalho, mas excluído pela atividade que desempenha.

Muitos dos catadores exercem a atividade em tempo integral por muitos anos, desde a infância e, em algumas famílias, essa atividade passa a ser seguida pelos filhos, geralmente por falta de melhores opções. Outros a iniciam por questões como a perda do emprego, por exemplo. Também há aqueles que intercalam a catação com outros trabalhos ou, então, trabalham como catadores nos intervalos entre um e outro emprego eventual.

Toda essa diversidade de fatores e situações que caracterizam o universo dos catadores de materiais recicláveis traz à tona a necessidade de um esforço para compreender como pode se dar a inclusão social dessas pessoas.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar, através de estudo de caso, os diferentes contextos e as demandas sociais que caracterizam os trabalhadores que se identificam como catadores de material reciclável, bem como as temáticas existentes para sua inclusão social.

## ■ 2 ESTUDO DE CASO: SITUAÇÃO SOCIAL DOS CATADORES NO BRASIL<sup>3</sup>

### 2.1 Demografia

A primeira informação importante a se buscar em uma análise sobre a realidade social dos catadores, em todo o território nacional, é, justamente, a quantidade de pessoas que compõem esse universo.

Conforme o Censo Demográfico de 2010 constatou-se a existência de 387.910 pessoas em todo o território brasileiro que se declararam catadoras e catadores, como sua ocupação principal. Embora este valor esteja bem próximo da estimativa elaborada pelo IPEA (2011), ele pode estar abaixo do quantitativo real, devido a alguns motivos. Um deles diz respeito à própria natureza desta ocupação, que, por ser marcada por uma forte informalidade e por estar sujeita às flutuações do ambiente econômico e da demanda por trabalho em outros setores. Sobre esse ponto, Crivellari, Dias e Pena (2008, p. 35) apontaram para a possibilidade de catadores, sobretudo os de maior escolaridade, terem sido estimulados a procurar outros postos de trabalho, com maior remuneração, que passaram a ser ofertados ao longo das últimas décadas, com o crescimento econômico e do mercado de trabalho no Brasil.

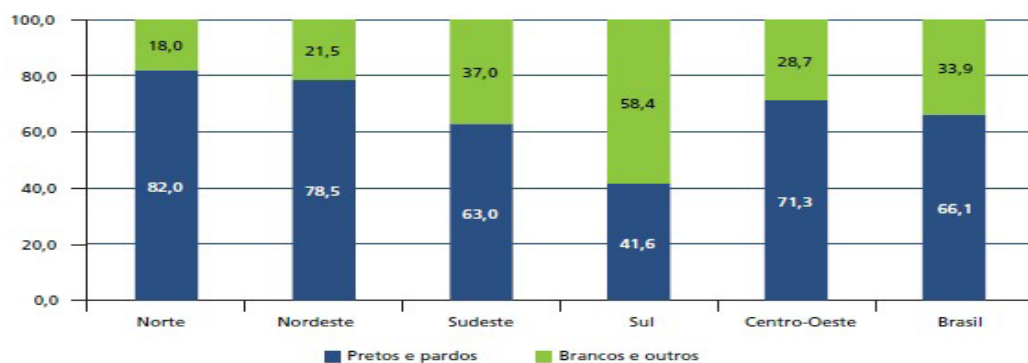
3 IBGE. Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a).



Esse resultado deriva do fato de que, como a atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos depende do descarte de material reutilizável e reciclável, os catadores tendem a residir, em sua maioria, em grandes centros urbanos. Os dados do censo demográfico comprovam este fato (BGE, 2012 a). O percentual de catadores que residem em áreas urbanas em todo o país chega a 93,3%, superior inclusive à distribuição espacial da população como um todo, que possui uma taxa de urbanização em torno de 86,0%. Logo, a atividade de coleta de material reciclável possui uma natureza essencialmente urbana. Na região Sudeste encontra-se a maior concentração de catadores, com 96,2% desses trabalhadores residindo em áreas urbanas. O menor percentual ficou por conta da região Nordeste, onde 88,5% dos catadores dessa região residem em áreas urbanas.

Quanto à questão racial entre as pessoas que trabalham com a coleta e reciclagem de resíduos sólidos no Brasil, os dados mostram que a participação de negros representa 66,1% do total. Neste sentido, duas em cada três pessoas que exercem essa atividade se identificam como negros. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o percentual dessa parcela da população na atividade de catação é superior ao de negras e negros (pretas/os e pardas/os) na população brasileira, cujo total é de 52%. E, por fim, o maior percentual de negros entre esses profissionais está no Norte, com 82,0%, e o menor no Sul, com 41,6%.

**Gráfico 1 – Negros entre os catadores em %**



Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a).

## 2.2 Trabalho e renda

As análises das dimensões do trabalho e da renda demonstram a grande heterogeneidade social e regional que caracteriza os trabalhadores do setor da reciclagem no Brasil.

Convém destacar que, do total de catadores declarados no Censo de 2010, apenas 38,6% apresentam alguma relação contratual de trabalho, seja por meio

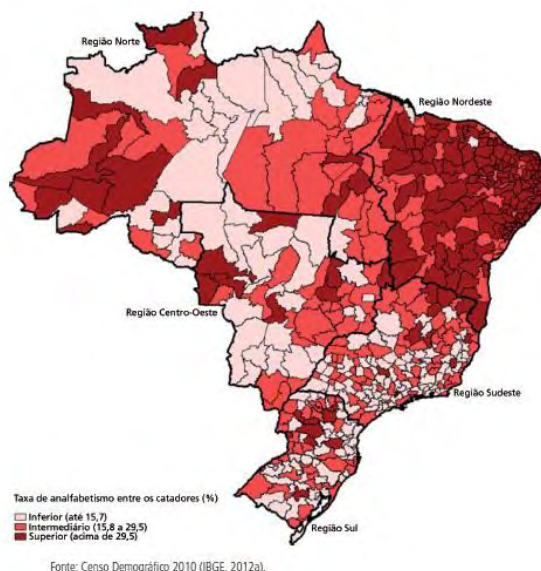
da Carteira de trabalho por tempo de serviço, seja pelo Regime Único do Funcionamento Público. Portanto, quase dois em cada três catadores trabalham na informalidade no Brasil, basicamente em função da natureza autônoma que caracteriza esta profissão. Mesmo na região Sudeste, que possui o maior percentual de formalização entre esses trabalhadores, esse valor não chega à metade de seus trabalhadores (45,2%). A região Norte, com 29,0%, é a que apresenta o menor percentual de formalização do trabalho dos catadores de material reciclável.

### 2.3 Educação

O Brasil ainda apresenta taxas preocupantes de analfabetismo. Segundo o Censo 2010, esse valor chega a 9,4% da população. O analfabetismo é considerado um grave problema social, uma vez que a pessoa analfabeta sofre grande limitação de oportunidades profissionais e de inclusão social, com forte impacto negativo na sua qualidade de vida.

Entre os catadores, esse percentual atingiu 20,5%, ou seja, mais que o dobro do percentual nacional. A região Nordeste apresentou a situação mais preocupante, com 34% desses trabalhadores se declarando analfabetos. A região Sudeste possui a menor taxa de analfabetismo com 13,4%. O Mapa 1 ilustra e compara os índices de analfabetismo entre os catadores por microrregião brasileira. Como se pode constatar, as microrregiões com índices superiores de analfabetismo estão concentradas na região Nordeste, e parte norte de Minas Gerais.

**Mapa 1** - Distribuição do índice de analfabetismo entre os catadores microrregião



Outras variáveis educacionais verificadas dizem respeito ao percentual de catadores, com mais de 25 anos de idade, que terminaram o ensino fundamental e o médio. No primeiro caso, vale ressaltar que no Brasil 50,3% da população nesta faixa etária possui ensino fundamental completo. Entre o grupo dos catadores de material reciclável nessa mesma faixa etária, esse número abaixa para 24,6%; no caso, menos da metade em comparação o percentual de analfabetos na população brasileira.

Verifica-se, ainda, no mapa, que o índice de analfabetismo entre os catadores da região centro-oeste oscila entorno de 15,7%. Embora seja uma taxa baixa comparativamente às outras regiões do Brasil, merece atenção.

A partir desta análise, os indicadores de educação mostram que a situação educacional dos catadores no Brasil é preocupante e requer cuidados especiais por parte dos agentes de governo, com a definição de estratégias e programas educacionais que contemplem as especificidades deste público.

### ■ 3 ESTUDO DE UM CASO: AUTOGESTÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO NA COOREPAM

Diante da situação de precariedade enfrentada por alguns trabalhadores com o desemprego, alguns procuram criar alternativas para inserção no mercado de trabalho e fortalecem o crescimento de cooperativas e associações, sob o regime de autogestão.

Em Albuquerque (2003, p. 20), encontramos:

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um "coletivo". É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independentemente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

Os cooperados da COOREPAM organizaram reuniões, buscaram recursos para comprar equipamentos e materiais e criaram regras para o funcionamen-

to. Todas as despesas efetuadas pela cooperativa são pagas com o lucro obtido pela mesma.

A cooperativa tem uma planilha que marca a diária e divide o que sobrou após o pagamento de suas despesas, pelo total diária dos catadores e multiplica pela diária de cada um.

Para o economista Paul Israel Singer (2003), a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado por aqueles que se encontram marginalizados no mercado de trabalho, unindo o princípio de posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios.

São os próprios catadores que fazem os seus salários, de acordo com a hora trabalhada.

A preocupação com a educação compõe condição principal para a realização do sujeito e é fator estratégico para a ampliação social e econômica do bem-estar dos catadores. Sendo assim, o horário é flexível para aquele que estuda.

Além da questão financeira percebe-se uma preocupação da cooperativa quanto à qualidade de vida de seus cooperados. Muitos desses cooperados exerciam trabalhos braçais e relutaram em fazer parte de uma cooperativa, pois preferem estipular o seu próprio horário. Tirar o catador da rua é prioridade, dando-lhe uma melhor qualidade de vida, para motivá-lo ao trabalho e assim também conscientizá-lo na defesa de seus direitos.

Paulo Freire elaborou uma introdução para o programa em que demonstra sua extraordinária capacidade de desvendar o potencial desta nova maneira de praticar a economia, ao dizer que ela “representa algo de novo e esperançoso para o futuro da educação popular da América Latina e para uma nova ordem econômica mundial” (p. 20).

Desde então, surge a visão de outra economia que constitui, na verdade, um projeto de sociedade, “que implica novos valores, acentuando o papel da educação popular em seu caráter participativo, contestatório, alternativo e alterativo” (p. 23). A ligação umbilical da educação popular com a economia solidária se deve ao fato de que esta se apoia em novos valores que, aplicados a atividades econômicas, exigem a invenção de novas práticas, as quais cabem à

educação popular difundir entre aqueles que a peculiar dinâmica do capitalismo exclui do espaço econômico que ele domina.

Ao discutir a economia solidária em toda sua diversidade e complexidade, Gadotti resume o seu caráter nas seguintes palavras: “Trata-se, na verdade, de uma desmercantilização do processo econômico, programa básico de construção de um novo socialismo hoje. Essa desmercantilização não significa uma desmonetarização ou o fim do mercado, mas sim ‘a eliminação do lucro como categoria’” (p. 26). Esta formulação é muito interessante, pois sendo a economia solidária formada por empreendimentos autogestionários, portanto autônomos tanto em relação ao Estado como em relação ao capital, não há dúvida de que eles só podem atuar em mercados. Por isso, a economia solidária é realmente um novo socialismo, que nada tem em comum com o velho “socialismo realmente existente” que se baseava no planejamento centralizado da produção, distribuição e consumo pelo Estado, ao qual estavam subordinados todos os empreendimentos, que, por não terem autonomia alguma, jamais puderam ser autogestionários. Gadotti (1993, p. 36), tem razão ao propor a eliminação do lucro como categoria, pois o lucro é o rendimento do capital, que se opõe ao salário, como rendimento do trabalho. Nos empreendimentos da economia solidária, a propriedade dos meios de produção é coletiva, dela participando todos os que neles trabalham.

Portanto, onde se pratica a economia solidária não há lucros e nem salários. A receita da venda dos produtos pertence integralmente aos trabalhadores associados, que democraticamente decidem – cada cabeça tendo um voto – como ela deve ser dividida entre investimentos e gastos de consumo dos trabalhadores e como esta última parte deve ser repartida entre os sócios.

O crescimento da economia solidária, efetivamente, elimina o lucro como categoria de uma parte cada vez maior das atividades econômicas. Mas, nas empresas capitalistas que continuam em atividade o lucro continuará vigorando, da mesma forma que o salário.

Entretanto, se algum dia a economia solidária abranger a totalidade das atividades econômicas dum país, o capitalismo terá desaparecido e com ele a categoria do lucro. Esta hipótese não é provável no mundo em que vivemos, o que não impede que torçamos para que um dia todos os trabalhadores optem livremente pela economia solidária, mandando o capitalismo ao museu da his-

tória. O que importa é que o exercício desta opção não seja imposto por coação política ou econômica. Enquanto houver trabalhadores que queiram ser assalariados e empresários que queiram empregá-los, é essencial que uns e outros possam se organizar de acordo com os seus desejos, pois disso depende a autenticidade da economia solidária.

Convém recordar que um dos princípios basilares do cooperativismo (e da economia solidária) é que, a qualquer momento, novos trabalhadores têm o direito de se associar a empreendimentos solidários e que associados a tais empreendimentos têm o direito de deixá-los, levando consigo sua parte do capital dos mesmos. A autogestão só é válida enquanto os trabalhadores participarem dela por sua própria vontade. Se a participação em empreendimentos solidários se tornasse obrigatória pela eliminação de todos os outros modos de produção de determinado país, os trabalhadores não seriam mais os donos do seu destino, que ficaria sujeito à vontade dos que teriam poder para autorizar e impedir o funcionamento dos diversos modos de produção.

A economia solidária é, antes de tudo, um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e, ao mesmo tempo, fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição. O aprendizado se estende naturalmente também à prática de comércio justo entre os empreendimentos e aos relacionamentos solidários com fornecedores e consumidores, sem esquecer as práticas de participação na política e na cultura do país, da região e do mundo.

Pode-se objetar que cada pessoa está sujeita a tal processo contínuo de aprendizado, desde que seja economicamente ativa, em qualquer um dos modos de produção. Mas esta objeção desconhece que a maioria dos que trabalham como assalariados de empreendimentos capitalistas quase não tem possibilidade de participar de decisões sobre o rumo da empresa que o emprega. Portanto, o escopo do seu aprendizado tende a ser insignificante. O aprendizado contínuo que a vida na economia solidária proporciona é amplo e combina as diferentes práticas acima arroladas, regidas por princípios que hoje não são os dominantes. Quem se engaja na economia solidária trabalha e ganha a vida e, ao mesmo tempo, luta por uma sociedade mais justa, mais ecológica, etc.

Portanto, tem muito mais a aprender do que quem se amolda aos valores hegemônicos (que Gadotti aborda criticamente de forma brilhante) e adota práticas consagradas pelos costumes e pelo senso comum. Ora, é vital que estes aprendizados individuais e coletivos sejam socializados, confrontados, criticados e incorporados ao saber e às práticas dos construtores da economia solidária.

Essa ideia proposta e defendida por Gadotti de que a economia solidária é uma práxis pedagógica é verdadeira e subentende todo um programa educativo. Diz ele (p. 36) que “temos necessidade de construir uma pedagogia da economia solidária”. As pedagogias clássicas não dão conta da riqueza dessa nova realidade econômico-política que está se constituindo hoje. “O ensino de autogestão é um exemplo prático, trata-se de construir valores, uma cultura, juntos”. É admirável como Gadotti discute a prática pedagógica da economia solidária, partindo de sua essência.

“A economia solidária, mais que um modo de produção, é um modo de vida”. O espírito da economia solidária é cooperar, viver mais, bem juntos. Ela nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Todos pensam juntos, todos decidem juntos. Os ganhos não são só materiais; são também não materiais. É moderar as pessoas pela dissolução do poder nelas, em todos e todas. Por isso, a educação é essencial para o avanço da economia solidária. “Moderar não é ‘ter mais’ poder individual, mas reinventar o poder, conquistar mais autonomia, ‘ser mais’, como dizia Paulo Freire” (p. 48).

Enfim, constitui-se uma contribuição luminosa para o avanço da economia solidária, ao esboçar um programa pedagógico que toma por base os seus valores, princípios e práticas.

Pedagogia muitas vezes é mera forma de transmitir determinados conteúdos e, neste caso, formas e conteúdos são tratados muitas vezes como mutuamente independentes e intercambiáveis. Como se fosse possível ensinar democracia usando como pedagogia o autoritarismo e a repressão aos que discordam. O que Gadotti (1993, p. 65) mostra é que o conteúdo do que se ensina predetermina a pedagogia a ser usada.

A educação, que é essencial para o avanço da economia solidária, só pode ser aquela que começa por negar que os papéis de educador e de educando sejam desempenhados sempre pelas mesmas pessoas.

“Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” dizia Paulo Freire (1997, p. 49). O que permite concluir que se esta pedagogia fosse aplicada nas escolas em todos os níveis de ensino, do jardim da infância à pós-graduação universitária, teríamos uma nova geração muito mais propensa a se engajar numa economia solidária, como modo de vida congruente com a sua vivência escolar. Este ainda é um sonho de poucos, mas que tende a se multiplicar.

### **3.1 Autogestão, cooperativismo e educação na COOREPAM**

O equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente necessita estar equiparado para que haja uma harmonia entre o homem e a natureza.

A educação ambiental é importante para que um programa de reciclagem funcione. Moradores devem, de maneira específica, ser informados, sensibilizados e mobilizados para este fim.

São muitas as vantagens para a reciclagem do lixo, como: a diminuição do consumo de matérias primas virgens; contribuição para diminuir a poluição do solo, água e ar; melhora a limpeza da cidade e a qualidade de vida da população; prolonga a vida útil de aterros sanitários; melhora a produção de compostos orgânicos; gera empregos para a população não qualificada e forma uma consciência ecológica.

Sabendo que economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar, sem explorar ninguém, sem querer levar vantagem, sem destruir o meio ambiente, surgiu a COOREPAM no ano de 2005. A união de catadores de garrafas PET, latinhas e de papelão, em Cuiabá, formaram uma cooperativa para converter o lixo descartado em matéria-prima secundária.

A cooperativa, sonho oriundo de muitas discussões, trouxe uma melhor qualidade de vida para esses cooperados, cuja renda não favorecia a situação econômica familiar. Bem se sabe que uma das questões mais problemáticas enfrentadas pela sociedade, atualmente, é a destinação dos resíduos gerados pelo consumo.

No decorrer dos anos, há um número excessivo de lixo que aparece como inimigo em inundações, pois entopem bueiros e dificultam a passagem da água.



A transformação do lixo (material reciclável) pela reutilização da matéria prima (secundária) é uma estratégia de defesa do meio ambiente.

As cooperativas e associações começaram a se organizarem na década de 1990, possibilitando novas perspectivas de relação dos grupos de catadores com o poder público dos municípios (DEMAJOROVIC; BESEN, 2007).

A cooperativa estudada (COOREPAM) se localiza no Bairro Pedra 90, Cuiabá, MT, onde promove a participação e o trabalho coletivo, visando a geração de renda para seus integrantes, como também a preservação do meio ambiente.

Antes de se formar uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, era apenas um projeto: *Lixo virou luxo, da associação*. O início do projeto ocorreu no Bairro Jardim dos Ipês, em Cuiabá, MT.

Segundo KIRCHNER; SAIDELLES & STUMM (2009, p. 223) “os catadores buscam uma forma de inserção no mundo social e do trabalho, realizando uma atividade relevante para a sociedade e para o meio ambiente”.

Os moradores separavam os materiais recicláveis e vendiam. O lucro era revertido para pagamento das despesas da associação, como também para limpeza das ruas do bairro citado. A partir dessa ideia surgiu a iniciativa de formar uma cooperativa.

A cooperativa fez com que catadores tivessem uma perspectiva de vida melhor, consolidando a inclusão social, valorização do ser humano, incluindo moradia, pela qual emigram dos lixões para uma qualidade melhor de vida.

Durante as observações *in loco*, em diálogo informal com uma cooperada, ela informou que sua qualidade de vida e de sua família teve um grande ganho a partir do momento em que começou a fazer parte da cooperativa: “*Eu morava no lixão, passava necessidade, tomava sol diariamente; agora, tenho um terreno, uma casa, tomo água gelada e melhorou muito minha vida.*”.

Segundo Paul Singer, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. (SINGER, 2002)

No início da cooperativa, os membros participativos não eram somente catadores, tinham outras funções fora da cooperativa, não havia conciliação entre esses dois afazeres. Entraram num consenso reformularam o Estatuto, que anteriormente só abrangia recicladores e não catadores.

Os produtos chegam até a Cooperativa através de três procedimentos: catadores que coletam de porta em porta; catadores que separam e trazem os produtos com o próprio carro; mercados em que os caminhões buscam.

Foi feita uma conscientização entre os moradores dos bairros Tijucal, São Francisco e Passaredo que separavam os lixos reciclados (plástico em geral, latinha, papelão) e entregam aos catadores participantes da cooperativa.

Outro ponto, muito importante, a ser levantado é a questão de reivindicação geral dos cooperados. Nos momentos em que estive observando o ambiente como um todo, notei que há uma reivindicação pelos cooperados e, até mesmo, esforço de alguns a fim de possibilitar o funcionamento de uma sala da EJA nas dependências da cooperativa. Isto possibilitaria o encurtamento do trânsito até a instituição de ensino e, até mesmo, maior aproveitamento dos momentos de estudo, caso haja uma sala de aula da EJA dentro da cooperativa.

Neste sentido, a instalação de uma sala de aula da EJA nas dependências da cooperativa possibilitará a inserção de seus cooperados e um aumento considerável da escolaridade desses trabalhadores.

Referente à coleta de dados, faz-se importante mencionar algumas considerações.

Dos cooperados que entrevistei, a maioria é do gênero Feminino, alguns apenas possuíam o ensino médio completo, outros aguardam a instalação de uma sala da EJA para continuar os estudos; a minoria já frequenta a EJA em estabelecimentos de ensino estaduais, sendo que dois possuem ensino superior completo e um cooperado está cursando o ensino superior.

Dos entrevistados, 85% afirmaram que a qualidade de vida melhorou consideravelmente com a participação na Cooperativa.

Bem se sabe que a educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo. Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de se obter um emprego. Perguntar a importância da Educação é como perguntar qual a

importância do ar para nós. É pela Educação que aprendemos a nos preparar para vida.

Por meio da educação, garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural. O direito à educação de qualidade é básico porque assegura o cumprimento de outros direitos. Sem conhecimento ou acesso a informações não tem como o cidadão saber se tem direito à saúde e bem-estar, ao meio ambiente sadio, a condições adequadas de trabalho, a ser tratado com dignidade. Por isto, os impactos da Educação são extensos e profundos.

Além de formar cidadãos mais críticos e conscientes de seus direitos, o aumento da escolarização também colabora para que a sociedade cumpra seus deveres cívicos, bem como a Cooperativa ganha, no sentido de ficar cada vez mais sólida no que diz respeito ao capital humano.

#### ■ 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do processo de desenvolvimento de cooperativas e associações economicamente solidárias e autogestionárias, as propostas são conferir aos trabalhadores a inclusão social, o respeito ao meio ambiente e a geração de trabalho e renda, fatores que contribuem para o crescimento e desenvolvimento da sua cidadania.

Nesse sentido, o trabalho realizado na COOREPAM visou a consolidação da reciclagem no município de Cuiabá, como também o bem-estar desses cooperados.

As ações conjuntas entre o a sociedade e os trabalhadores proporcionam acesso ao conhecimento para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, melhorando sua qualidade de vida e oferecendo-lhes equipamentos apropriados para as necessidades operacionais de coleta de reciclagem. Objetiva-se, assim, a inclusão destes trabalhadores e seus familiares, um melhor poder aquisitivo e, como consequência, redução das diferenças devidas à má distribuição de renda que assola o nosso país.

O debate aqui empreendido sobre a realidade socioeconômica enfrentada pelos catadores de material reciclável no Brasil permitiu elucidar melhor o ambiente de múltiplas precariedades enfrentadas por esses trabalhadores e suas famílias. Essa categoria profissional, além de ser fortemente heterogênea em termos de inserção no mundo do trabalho, constitui o elo mais vulnerável na cadeia de valor da reciclagem.

Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para agregar informações qualificadas a esse debate, no intuito de alcançar soluções para a destinação de resíduos sólidos condizentes com o respeito ao ser humano e à valorização da atividade dos catadores brasileiros e aumento de sua escolarização.

## ■ 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.p. 20.

BENVINDO, Aldo Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b.

CRIVELLARI, Helena M. T.; DIAS, Sonia M.; PENA, André S. Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados. In: KEMP, Valéria. H.; CRIVELLARI, Helena. M. T. (Orgs.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DAMÁSIO, J. **Impactos socioeconômicos e ambientais do trabalho dos catadores na cadeia da reciclagem**. Brasília: MDS/Pangea, 2010 (Relatório Final).

DEMAJOROVIC, J.; BESEN, G. R. Gestão compartilhada de resíduos sólidos: avanços e desafios para a sustentabilidade. In: **XXXI ENANPAD**, Rio de Janeiro, 2007. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto, 1994. **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez/Edusp.

GADOTTI, Moacir; Gutiérrez, Francisco (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos**. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/tTVr>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico sobre os catadores de resíduos sólidos**. Brasília: Ipea, 2011.

\_\_\_\_\_. **Boletim Mercado de Trabalho**, n. 55. Brasília: Ipea, 2013.

KIRCHNER, R. M.; SAIDELLES, A.F.; STUMM, E.M.F. **Percepções e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS**. G&DR, Taubaté- SP, v.5,n.3, p.221-232, set.dez.2009.

MAGALHÃES, Beatriz J. **Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/SJPPdl>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

SANTOS, Maria C. L. et al. Frames de ação coletiva: uma análise da organização do MNCR. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia H. H. **Movimentos sociais e participação**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia H. H. **Movimentos sociais e participação**.

**Florianópolis**: Editora UFSC, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2003.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIA DE UMA AULA DE CAMPO

TÂNIA APARECIDA OLIVEIRA FERREIRA<sup>1</sup>

ROSANGELA CARNEIRO GÓES<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Este trabalho tem por finalidade compreender o que é Economia Solidária, utilizando como estratégia metodológica a divisão da pesquisa em dois momentos explicativos: o primeiro, a reflexão teórica sobre o termo Economia Solidária, trabalhado em um curso de pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e, o segundo, o resgate do conceito vivenciado na prática, através da aula de campo realizada durante o curso, a partir do entendimento da importância da Educação e da Educação Popular para o exercício pleno da cidadania. No primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema e, no segundo, uma descrição de uma aula de campo na qual se pode verificar, na prática, todos os conceitos apreendidos nas aulas teóricas. Parte-se do pressuposto de que o conhecimento prévio dos termos teóricos abordados facilita a compreensão do assunto durante a aula de campo, enquanto, em contrapartida, a aula realizada em campo possibilita a visualização, e consequente assimilação do aluno sobre as questões teorizadas em sala. Observou-se que tal didática ocorreu de forma bastante favorável ao aluno, pois se constituiu de uma via de mão dupla que enriqueceu e favoreceu o efetivo aprendizado.

**Palavras chave:** Economia Solidária. Aula de campo. Educação Popular.

---

<sup>1</sup> Tânia é professora da Educação Básica na Rede Municipal de Cuiabá.

<sup>2</sup> Rosângela é Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Cuiabá e Assessora Pedagógica do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Centro-Oeste, Mestre em Educação pela UFMT.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

O termo Economia Solidária se faz presente nos estudos de vários ramos das ciências, como economia e educação, em todo o país e há um certo período de tempo. Tanto no que tange aos seus aspectos propriamente educativos e econômicos, quanto também aos sociais e, quiçá, morais que o permeiam. Por tal amplitude, vem tomando cada vez mais relevância tanto na sua prática quanto nos estudos que se desenvolvem atualmente a respeito do tema.

Tornou-se também o assunto principal, intitulado o curso de pós-graduação oferecido aos professores dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Cuiabá MT, desenvolvido na e com a parceria da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Este trabalho busca elucidar os principais conceitos que fundamentam a Economia Solidária. Conceitos estes que foram trabalhados em todo o decorrer do curso e, posteriormente, puderam ser observados na prática por meio de uma aula de campo. Nesta aula, se visitou uma associação localizada no município de Poconé e que adota os referidos princípios da Economia Solidária.

Trata-se de um levantamento bibliográfico que busca informações e dados disponíveis em publicações – livros e artigos científicos – de origem nacional, publicados nos últimos dez anos, em fontes físicas e na internet.

Através da intersecção destes dois momentos, procura também explicitar a importância da educação, tanto a formal ou a que se dá nos processos de escolarização quanto a que denominamos como Educação Popular e que, em muitos casos, acontece no “chão do trabalho”, entendido como espaço de produção da vida.

## ■ 2 O CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao se iniciar o estudo da Economia Solidária busca-se um conceito estruturado ao longo da história que defina seu surgimento e também seus fundamentos teóricos. Porém, tal definição não se faz por igual para os estudiosos do assunto. Para Paul Singer, seu principal estudioso atual, o conceito de Economia

Solidária é inspirado por Richard Owen, remetendo às experiências britânicas do início do Século XIX, onde as ideias de transformação social capitalista das relações de produção são substituídas pelos princípios socialistas de solidariedade e igualdade, pautados nos conceitos de autogestão e de controle do operário sobre a produção (SINGER, 2000).

Para outros autores, como França Filho (2006) este fenômeno é novo. Envolve a crise da relação salarial iniciada no século passado e que retoma experiências do século XIX como os empreendimentos de autogestão e as cooperativas, adquirindo novos significados nos contextos econômicos e culturais.

Também é defendido que a Economia Solidária surge de uma associação de fatores e experimentos que se sucederam, multiplicando-se em momentos de crise do capitalismo, mesmo enfrentando as dificuldades para sobreviver aos aspectos circundantes do contexto, como a baixa capitalização, a pouca capacitação técnica dos trabalhadores, pouco conhecimento para gerir seu próprio negócio, falta de comprometimentos dos trabalhadores com ideais cooperativistas, entre outros. Este conjunto de fatores diminuiria a importância social da Economia Solidária (LEITE, 2008).

Para fins didáticos e de melhor esclarecimento, adotamos o conceito de Paul Singer (2007) ao definir que Economia Solidária é:

... um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante sobretudo quando elas são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação



que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros. (SINGER, 2007).

Já neste conceito evidencia-se o uso de alguns termos muito utilizados ao se tratar o tema de Economia Solidária e que devem ser prontamente definidos neste momento. Ainda para Singer, a questão da autogestão é um traço marcante na caracterização dos empreendimentos cooperativos, pois se trata de experiências que se baseiam na igualdade e na democracia. Desse modo o cooperativismo se demonstra como um modo de produção específico (SINGER, 2008).

Segundo Lechat (2008), autogestão significa literalmente administrar, gerir a si mesmo, do grego *autos* (si mesmo) e do latim *gest-o*, (gerir), mas é utilizado para designar grupos que se organizam sem uma chefia. O princípio da autogestão parte, então, do pressuposto filosófico e político de que os homens são capazes de se organizarem sem dirigentes. Esse pressuposto está na base do movimento anarquista e dos movimentos libertários.

Fica evidente, por meio deste conceito que a autogestão não implica apenas um conceito administrativo, mas, também e sobretudo, político e social como forma de organização e de posicionamento dos trabalhadores.

Como complementação Gadotti afirma que:

Por isso, na autogestão, a formação para a gestão não é um processo educativo restrito ao setor administrativo. A formação para a gestão em empreendimentos autogestionários dirige-se ao conjunto das pessoas ligadas ao empreendimento, embora tenha que existir formação específica e profissional para certos quadros institucionais de acordo com suas responsabilidades. Trata-se de uma formação para a gestão colaborativa e o trabalho de equipe. A formação se constitui numa maneira muito concreta de apoiar e dar sustentabilidade aos empreendimentos de economia solidária. Ela não se restringe a aspectos informativos e formativos, mas envolve também aspectos organizativos e produtivos (GADOTTI, 2009)

Ainda podemos acrescentar que:

A questão da autogestão é fundamental para caracterizar um novo tipo de cooperativismo, de associativismo, que reata com as tradições revolucionárias, revelador de uma nova concepção de democracia e de cidadania. Ela mostra uma transformação radical quanto à maneira como são pensadas as questões da fome, da miséria e da exclusão. Não se trata mais, simplesmente, de criar por decreto soluções para a geração de renda e trabalho, mas de atacar o autoritarismo social e a hierarquização das relações sociais. Não basta considerar as desigualdades como simples questões econômicas, mas analisar os aspectos políticos, sociais e culturais, historicamente presentes nas suas constituições (LECHAT, 2008).

Vale ressaltar que a Economia Solidária é vista pelos seus estudiosos e defensores não apenas como um modo econômico de produção, e sim, como um conceito ou estilo de vida e da forma de se viver socialmente; inclui os meios de produção, de consumo, além das formas de se distribuir o que foi produzido através do trabalho coletivo, conforme podemos observar no texto abaixo:

A economia solidária não se resume a um produto, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um conceito. A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. A economia solidária implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável (produzido sem sofrimento de pessoas ou de animais). Além disso, a margem de lucro é discutida coletivamente entre o produtor e o vendedor. O que cada um ganha é discutido coletivamente. A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. Por isso a economia solidária está estreitamente ligada à educação transformadora e à democracia econômica (GADOTTI, 2009)

Por meio dessa forma de elaboração de conceito e modo de vida é possível considerar a organização de empreendimentos solidários como o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperados e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais, etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos (Singer, 2000b, p. 28).

Portanto, é possível, também com efeitos didáticos bastante positivos, considerar a Economia Solidária classificada em 3 dimensões, a saber: dimensão econômica, dimensão cultural e dimensão social que serão descritas no próximo item.

## **2.1 A Economia Solidária e suas dimensões**

Outra divisão clássica que pode ser observada em se tratando da Economia Solidária refere-se às dimensões Econômica, Cultural e Política.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2015), em seu site, na dimensão econômica observa-se a atividade de produção, comercialização, oferta de serviços, finanças ou consumo com base na cooperação e democracia. Tal fato envolve a autogestão, que se refere à ausência de patrão ou empregados, onde todos os integrantes do empreendimento são donos do próprio negócio, além de serem trabalhadores do mesmo.

Na dimensão cultural, considera-se que a Economia Solidária é uma forma de posicionamento do indivíduo no mundo, consumindo produtos saudáveis, de produção local, não utilizando agrotóxicos, preservando o meio ambiente e não beneficiando grandes empresas.

Neste aspecto o FBES ressalta que há uma mudança de paradigma que substitui a competição pela cooperação, incentivando a inteligência coletiva, livre e partilhada.

A terceira e última dimensão é a dimensão política, na qual a Economia Solidária é vista como um movimento social, lutando pela mudança da sociedade, uma forma de desenvolvimento que não se baseia nos latifúndios e nem nas grandes empresas, mas sim no desenvolvimento das pessoas. Pauta-se em valores sociais como solidariedade, cooperação, democracia, preservação ambiental e direitos humanos (FBES, 2015)

Faz-se, ainda, importante definir o termo Empreendimentos Econômicos Solidários que, segundo o mesmo fórum (FBES, 2015) são aquelas organizações:

- Coletivas e supra familiares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.
- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Como última etapa dessa revisão teórica faz-se necessária a distinção entre associação e cooperativa, para que se torne mais clara a descrição da aula de campo que será o tema abordado no próximo tópico.

Para Cardoso (2014), Associações são pessoas jurídicas formadas pela união de pessoas que se organizam para a realização de atividades não econô-

micas, ou seja, sem finalidades lucrativas. Nessas entidades, o fator preponderante são as pessoas que as compõem.

Ao elaborar uma cartilha para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o mesmo autor apresenta a diferenciação entre associação e cooperativa que pode ser visualizada no quadro abaixo:

| <b>QUADRO COMPARATIVO - ASSOCIAÇÃO X COOPERATIVA</b> |  |  |
|--|--|--|
| <b>CARACTERÍSTICAS</b>                               | <b>ASSOCIAÇÃO</b>  | <b>COOPERATIVA</b>   |
| 1 - DEFINIÇÃO LEGAL                                  | - Sociedade civil sem fins lucrativos.   | - Sociedade civil e comercial, sem fins lucrativos.  |
| 2 - OBJETIVOS  | - Prestar serviços de interesse econômico, técnico, legal, cultural e político de seus associados. | - Prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo sua atividade produtiva. |
| 3 - AMPARO LEGAL                                     | - Constituição Federal (Artigo 5º). - Código Civil.  | Constituição Federal (Artigo 5º).<br>Código Civil.<br>Lei 5.764/71.  |
| 4 - MÍNIMO DE PESSOAS PARA CONSTITUIÇÃO              | - 02 (duas) pessoas físicas.   | - 20 (vinte pessoas) físicas, exclusivamente.  |

5 - ROTEIRO  
SIMPLIFICADO PARA  
CONSTITUIÇÃO

Definição do grupo de interessados. Definição dos objetivos concretos do grupo.

Elaboração conjunta do Estatuto Social.

Realização da Assembleia de Constituição, com eleição dos Dirigentes.

Registrar o Estatuto Social, os Livros obrigatórios e a Ata de Constituição (Lei 9.042/95 Nova redação do Artigo 121 da Lei 6.015/73).

CGC na Receita Federal.

Registros na Prefeitura, INSS e Ministério do Trabalho.

Elaboração do primeiro plano de trabalho.

Definição do grupo de interessados.

Definição dos objetivos concretos do grupo.

Elaboração do Projeto de Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira.

Elaboração do Estatuto Social.

Encaminhamento dos documentos para análise da OCEES.

Realização da Assembleia de Constituição, com eleição dos Dirigentes.

Subscrição e integralização das cotas de capital pelos associados.

Encaminhamento dos documentos para análise e registro na Junta Comercial.

CGC na Receita Federal.

Inscrição na Receita Estadual.

Inscrição no INSS.

Alvará de Licença e Funcionamento na Prefeitura Municipal.

Registro na OCEES.

Outros registros para cada atividade econômica.

Abertura de conta bancária.

|  |  |   |
|--|--|---|
| <p>6 - PONTOS ESSENCIAIS NOS ESTATUTOS SOCIAIS</p> | <p>Nome da Associação.</p> <p>Sede e Comarca.</p> <p>Finalidades/objetivos concretos.</p> <p>Se os associados respondem pelas obrigações da entidade.</p> <p>Tempo de duração.</p> <p>Cargos e funções dos Dirigentes e Conselheiros.</p> <p>Como são modificados os Estatutos Sociais.</p> <p>Como é dissolvida a entidade e destino do patrimônio.</p> | <p>Nome, tipo de entidade, sede e foro.</p> <p>Área de atuação.</p> <p>Duração do exercício social.</p> <p>Objetivos sociais, econômicos e técnicos.</p> <p>Forma e critérios de entrada e saída de associados.</p> <p>Responsabilidade limitada ou ilimitada dos associados.</p> <p>Formação, distribuição e devolução do capital social.</p> <p>Órgãos de direção, com responsabilidade de cada cargo.</p> <p>Processo de eleição e prazo dos mandatos dos Dirigentes e Conselheiros.</p> <p>Convocação e funcionamento da Assembleia Geral.</p> <p>Forma de distribuição das sobras e rateio dos prejuízos.</p> <p>Casos e formas de dissolução.</p> <p>Processo de liquidação.</p> <p>Modo e processo de alienação ou oneração de bens imóveis.</p> <p>Reforma dos Estatutos.</p> <p>Destino do patrimônio na dissolução ou liquidação.</p> |
|--|--|---|

|                                   |  |  |
|-----------------------------------|--|--|
| 7 - REPRESENTAÇÃO LEGAL           | - Representa, se autorizado pelo Estatuto Social, os associados em ações coletivas e prestação de serviços comuns de interesse econômico, social, técnico, legal e político dos mesmos.                            | - Representa, se autorizado pelo Estatuto Social, os cooperados em ações coletivas e prestação de serviços comuns de interesse econômico, social, técnico, legal e político dos mesmos.  |
| 8 - ÁREA DE AÇÃO                  | - Limitada pelos seus objetivos.   | - Limitada pelos seus objetivos.   |
| 9 - ATIVIDADES MERCANTIS          | - Pode ou não comercializar.   | - Pratica qualquer ato comercial.  |
| 10 - OPERAÇÕES FINANCEIRAS        | <p>Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais, mas não tem como finalidade e nem realiza operações de empréstimos ou aquisições com o governo federal.</p> <p>Não é beneficiária de crédito rural.</p> | <p>- Pode realizar qualquer operação financeira.</p> <p>- São beneficiárias de crédito rural.</p>  |
| 11 - RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS | <p>- Os administradores podem ser responsabilizados por seus atos que comprometem a vida da entidade.</p> <p>- Os sócios não respondem pelas obrigações assumidas pela entidade.</p>                               | - A responsabilidade dos cooperados está limitada ao montante de suas respectivas cotas partes, a não ser que o Estatuto Social determine diferentemente. Quando os Estatutos determinam responsabilidade ilimitada, os sócios podem responder com seu patrimônio pessoal. |



|   |  |   |
|---|--|---|
| <p>12 - REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES</p>      | <p>- Não são remunerados pelo desempenho de suas funções. Podem receber reembolso das despesas realizadas para desempenho de suas funções.</p>   | <p>- São remunerados, através de retiradas mensais “pró-labore”, definidas pela Assembleia. Não possuem vínculo empregatício.</p>   |
| <p>13 - DESTINO DO RESULTADO FINANCEIRO</p> | <p>- Não há rateio de sobras das operações financeiras entre os sócios. Qualquer superávit financeiro deve ser aplicado em suas finalidades.</p> | <p>- Há rateio das sobras obtidas no exercício financeiro, devendo antes a assembleia destinar partes ao Fundo de Reserva (mínimo de 10%) e FATES Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (mínimo de 5%). As demais sobras podem ser destinadas a outros fundos de capitalização ou diretamente aos associados de acordo com a quantidade de operações que cada um deles teve com a cooperativa.</p> |
| <p>14 – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL</p>           | <p>- Simplificada e objetiva.</p>  | <p>- É específica e completa. Deve existir controle de cada conta capital dos cooperados e registrar em separado as operações com não cooperados.</p>   |

|  |  |   |
|--|--|---|
| <p>15 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não paga Imposto de renda. Deve, porém, declarar a isenção todo ano.</li> <li>- Não está imune, podendo ser isentada dos demais impostos e taxas.</li> </ul>      | <p>Não paga Imposto de renda nas operações com os cooperados. No entanto, deve recolher sempre que couber Imposto de Renda na fonte e o Imposto de renda nas operações com terceiros.</p> <p>Paga todas as demais taxas e impostos.</p>   |
| <p>16 – FISCALIZAÇÃO</p>                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Poderá ser fiscalizada pela Prefeitura Municipal (Alvará, ISS, IPTU), Fazenda Estadual (nas operações de comércio), INSS, Ministério do Trabalho e IR.</li> </ul> | <p>Igual a associação.</p> <p>Poderá, dependendo de seus serviços e produtos, sofrer fiscalização de órgãos como Corpo de Bombeiros, Conselhos, Ibama, Ministério da Saúde, etc.</p>  |
| <p>17 – ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO</p>      | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pode constituir órgãos de representação e defesa, não havendo, atualmente, nenhuma estrutura que faça isso em nível nacional.</li> </ul>                          | <p>É representada pelo Sistema OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, sediada em Brasília e pela OCEES - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Espírito Santo.</p> <p>Alguns tipos de cooperativa possuem também representação de interesses econômicos e estratégicos através de centrais ou Federações (Cooperativas de 2º grau) e Confederações (cooperativas de 3º grau)</p> |

|  |   |   |
|--|---|---|
| 18 - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO                           | <p>A dissolução é definida pela Assembléia Geral.</p> <p>A liquidação pode ocorrer mediante intervenção judicial realizada por representante do Ministério Público.</p> | <p>A dissolução é definida pela Assembléia. Geral.</p> <p>Pode ocorrer a liquidação por processo judicial. Neste caso, o Juiz nomeia uma pessoa como liquidante.</p>  |
| 19 - DESTINO DO PATRIMÔNIO CASO HAJA O FIM DA ENTIDADE | <p>- Os bens remanescentes na dissolução ou liquidação deverão ser destinados, por decisão da Assembléia Geral para entidades afins.</p>                                | <p>Os bens remanescentes, depois de cobertas as dívidas trabalhistas e com o Estado, depois com fornecedores, deverão ser destinados a entidades afins.</p> <p>Em caso de liquidação, os associados são responsáveis, limitada ou ilimitadamente (conforme os Estatutos, pelas dívidas.</p> |

Fonte: Sebrae Nacional (adaptado/atualizado em 24/03/2014 por Édna Rabêlo Quirino Rodrigues)

### ■ 3 A AULA DE CAMPO

No dia 14 de março de 2015 aconteceu a primeira aula de campo do curso de pós-graduação EJA-ECOSOL. Nesta aula, visitou-se a comunidade “Zé Alves”, a Associação Nossa Senhora de Lurdes, onde o Sr. Pedro é o atual presidente.

Na comunidade moram oito famílias, todos familiares do Sr. Pedro que tem uma longa história e muitas lutas na comunidade. Foi possível, então, evidenciar conforme o estudo bibliográfico apresentado anteriormente, que se trata de uma associação de trabalhadores de produção de agricultura familiar que se encontram devidamente inseridos em uma cooperativa. Tal cooperativa nos foi apresentada como Cooperativa Mista de Produtores Rurais de Poconé – MT (COMPRUP).

No início da comunidade há, muitas décadas atrás, as dificuldades eram muitas, principalmente a de transporte. Hoje, o acesso até a comunidade já é asfaltado e isso é muito importante, uma vez que facilita o escoamento dos pro-

duto, além de atrair mais pessoas dispostas a conhecer tal empreendimento. Há evidências de que o progresso tecnológico e social beneficia todos os setores de comércio de uma localidade.

Os moradores dessa região se reuniram, formaram associações, e, em seguida, viram que ao se juntarem, adquiriam forças e, então, fundaram uma cooperativa chamada COMPRUP. Foram se organizando e cada associação foi colocando seus produtos à venda através da cooperativa, cada um com suas especificidades: uma associação vende banana, outra mandioca, etc. e assim todos levam seus produtos para as feiras, mercados e até às mesas do povo cuiabano, várzea-grandense e dos municípios próximos.

Uma característica importante da associação visitada nessa aula e que se relacionou evidentemente com as bibliografias consultadas foi a comercialização dos produtos pelas prefeituras locais, pois a associação entrega também sua produção para as prefeituras da redondeza, que os adquirem para a merenda escolar. No artigo de Gadotti (2009) encontramos a seguinte referência ao assunto:

Muitos são os desafios da economia solidária. Felizmente, também não faltam soluções. Mas dependemos, muitas vezes, de vontade política. O poder público, por exemplo, poderia privilegiar a economia solidária na compra de produtos destinados à merenda escolar. Seria uma forma também de educar nossas crianças e jovens não só para o consumo responsável, mas também educar para a sustentabilidade. Há muito espaço para boas iniciativas no campo do setor público se quiser impulsionar a economia solidária (GADOTTI, 2009).

Segundo o website da cooperativa,

A Comprup surgiu da necessidade de fornecer opções de renda para as populações que vivem nas áreas de reforma agrária e em comunidades tradicionais de Poconé, em Mato Grosso. A versatilidade do baru chamou a atenção da cooperativa, que passou a estimular seus associados a se dedicarem à coleta e beneficiamento da castanha, garantindo renda extra para mais de 200 famílias de pequenos agricultores.

Dessa forma evidencia-se os conceitos vistos em sala de aula e já relatados anteriormente, ou seja, a economia solidária surge em um cenário de contexto desfavorável de emprego e renda para seus membros, tornando-se uma alternativa efetiva de produção e renda para os trabalhadores que já possuíam um conhecimento de produção e, que pudessem através da autogestão se organizar em um empreendimento lucrativo para todos, além de perpetuar uma forma de colocação familiar e cultural na sociedade.

O Sr. Pedro ainda nos contou que já participou de várias formações e projetos em prol da legalização e também de cursos de formação para o desenvolvimento da agricultura familiar e esclarecimento para o plantio, que repassa às famílias, pois acredita que com o aperfeiçoamento se tornariam melhores produtores e conseqüentemente alcançariam melhor poder de comercialização de seus produtos. Diz que gosta muito de viajar e que já esteve várias vezes em Brasília em prol da cooperativa. Neste sentido, conseguimos perceber a cooperativa também como um espaço educativo, tanto a formação do trabalhador em serviço ou no chão de trabalho, como também na formação para a busca a cidadania e no acesso a direitos.

Outro tema de formação muito importante para uma associação é o de formação em autogestão, pois os conhecimentos de gerenciamento não só do plantio e comercialização, mas de todo o processo administrativo devem ser conhecidos por todos os membros, uma vez que esses gerenciam seu empreendimento de forma coletiva. Para isso Gadotti (2009) nos dá a seguinte contribuição:

Com a autogestão, todos participam das decisões independentemente da função que executam. Por isso, todos os membros de um empreendimento solidário precisam ser formados para a gestão coletiva do próprio empreendimento. Todos precisam de uma nova formação já que a forma como a sociedade capitalista se organiza não oportuniza uma cultura de decisão coletiva (GADOTTI, 2009).

Como em todo empreendimento existem os produtos de destaque, conhecidos como “carro chefe”, nesta associação não poderia ser diferente. O Sr. Pedro cita ainda que uns dos produtos fortes são as folhas e o pimentão. A horta

só é começada em abril por causa das chuvas, a rapadura, o melado e a mandioca também são produtos que vendem muito, tem também as galinhas caipiras e semicaipiras, além dos ovos.

Na comunidade funcionou uma escola rural, que foi fechada há aproximadamente dez anos, sendo esta a principal queixa do povo da comunidade porque com esse fechamento as crianças da região são levadas a estudar na cidade e acabam esquecendo e perdendo os valores da terra e de suas origens e isso não é bom, pois no campo existem muitas capacidades práticas para o desenvolvimento pedagógico do aluno. Mas, o governo não se comove com o pedido dos agricultores, com isso estão sendo formados cidadãos que vivem o capitalismo. Neste ponto, fica clara a importância dada pela comunidade à educação, neste caso a sua ausência. Lembrando que o espaço escolar não é só para as crianças, mas que muitos jovens e adultos não se escolarizaram em decorrência da ausência deste equipamento na região.

Para Gadotti (2009) a formação educacional dentro das associações é de extrema importância e não poderia jamais ser deixada no esquecimento. Segundo ele, para isso seus empreendedores precisam de uma formação política. A economia solidária propõe uma forma de vida sustentável que concretiza a utopia socialista, a utopia de uma sociedade de iguais e diferentes: uma economia não-capitalista nos interstícios da economia capitalista.

O Sr. Pedro deixa claro também que os sócios foram capacitados para preservar o meio ambiente e com isso é bem relevante o retorno que eles têm da natureza, colhendo produtos saudáveis e naturais com bastante qualidade. As mulheres da associação trabalham no descasque da mandioca, da abóbora para serem entregues em vários locais, inclusive na merenda escolar, como já foi descrito anteriormente.

O diretor da cooperativa COMPRUP e o Sr. Luís, que é filho do Sr. Pedro, relata que as lutas são constantes e as conquistas são lentas, mas que sempre vale a pena, porque ele acredita que o povo unido se torna forte. Luís relata que tiveram uma derrota muito grande ao dar apoio para a candidata a prefeita e um candidato a vereador que, quando eleitos, não reconheceram as necessidades do povo que o elegeu e não atenderam as necessidades das comunidades, principalmente a luta pela volta do funcionamento da escola da comunidade. Evidenciamos nessa fala a importância da formação do pen-

samento crítico, para que as buscas por posicionamentos sociais favoreçam os objetivos dos associados.

Os entraves são muitos para manter uma cooperativa ativa e que funcione conforme as necessidades dos cooperados: são muitas leis, muitas taxas e muitos impostos. Só no ano de 2014 foram pagos de impostos R\$ 56.000,00 aos cofres públicos.

Sr. Pedro conclui que a educação ainda é o melhor caminho para o ser humano se tornar um homem de bem. No Brasil, a educação já avançou bastante, mas ainda tem muito que subir em seus degraus e que a cooperativa já trouxe bastante pontos positivos para a comunidade e ainda tem muito a contribuir desde que os associados se empenhem em participar efetivamente das ações, reuniões e dos resultados das cooperativas e que o maior aliado do povo é o “povo organizado”

A qualificação do trabalhador aprimora a sua formação geral e pode desenvolver, se for oferecida a partir de uma visão emancipadora, uma cultura de solidariedade, de paz e de sustentabilidade. A qualificação profissional vai além da atualização dos conhecimentos técnico-tecnológicos e gerenciais. O mundo do trabalho hoje está exigindo cada vez mais uma formação geral dos trabalhadores. Por isso, toda qualificação profissional deve também ser uma qualificação social. Numa visão conservadora, a qualificação profissional foi confundida com “treinamento”. Para superar essa visão, a qualificação deve incluir tanto habilidades básicas – como conhecimentos essenciais para o exercício da cidadania e do trabalho, comunicação, leitura e escrita, compreensão de textos, segurança no trabalho, direitos humanos – quanto habilidades específicas, exigidas para as ocupações a serem trabalhadas, inclusive habilidades de gestão (autogestão) para o bom desempenho do empreendimento (GADOTTI, 2009).

O professor Clóvis, que organizou a aula de campo, destaca essa comunidade como muito produtiva e que tem pessoas na liderança com muita garra e perseverança de luta, como o Sr. Pedro e seu filho, Sr. Luís, que estão na diretoria da cooperativa, são líderes natos, que não medem sacrifícios para conquistar os benefícios para sua comunidade e cooperativa.

## ■ 4 CONCLUSÃO

A Economia solidária é uma possibilidade de superação do trabalho subordinado além de um mecanismo de transformação social. Não pode ser vista apenas por seus aspectos econômicos, mas por um conjunto de fatores ou ideais que associam uma nova forma de plantar, cultivar, consumir e comercializar produtos.

Abandona-se a restrita visão capitalista do lucro e adota-se uma vertente onde todos os trabalhadores possam usufruir de um novo meio de produção e divisão de trabalho e dos benefícios oferecidos pelo mesmo.

Trata-se de uma possibilidade de emancipação do trabalho e mudança de um cenário excludente de desigualdade e pobreza, com o objetivo de se alcançar uma sociedade mais justa e solidária, além de mais saudável e consequentemente mais feliz.

Este trabalho mostrou-se de extrema importância por elucidar os conceitos que envolvem a economia solidária e exemplificá-los por meio de uma aula expositiva realizada no curso de pós-graduação sobre o tema. Fica claro, também, que o assunto não fica esgotado aqui. Muito pode ainda ser pesquisado, organizado e escrito sobre o assunto pois, além de ser de grande relevância, também é bastante atual e muito ainda se tem produzido a respeito do mesmo.

Outra dimensão importante do trabalho, além da relação teoria e prática, é a importância da formação do trabalhador, tanto dos processos de escolarização que permitem a aquisição de ferramentas fundamentais, entre as quais os processos de leitura e escrita, quanto a educação contextualizada, que se dá no chão de trabalho. E o quão interessante seria se essas duas caminhassem juntas, abrangendo as três dimensões: a econômica, a política e a cultura, o que nos permite afirmar da fundamental importância da Educação em Economia Solidária para a formação dos trabalhadores.

## ■ 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, E. R. Q. **Associação**. Brasília: Sebrae, 2014.



FILHO, G. C. de F. **Terceiro setor, economia social, economia solidaria e economia popular**: traçando fronteiras conceituais, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária, uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

Gadotti, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

LECHAT, N. M. P.; BARCELLOS, E. da S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 96-104 jan./jun. 2008

LEITE, M. de P. **A economia solidária e o trabalho associativo. Teorias e realidades**. 2008

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e o novo cooperativismo. **Gestão Pública e Sociedade Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidaria**. V. 1. São Paulo: Outras expressões, 2011.

Portal do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empreendimentos-economicos-solidarios.htm>>. Acesso em 24 de abril de 2015.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Introdução. In: MELLO, Sylvia Leser de (Org.). **Economia solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: Nesol, ITCP e PW, 2005b.

\_\_\_\_\_. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008

# VIVÊNCIAS DE PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: APROVEITAMENTO E REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS

MARILENE MARINHO<sup>1</sup>

ROSANGELA CARNEIRO GÓES<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Considerando que nos últimos anos a economia solidária tem sido trabalhada como objetivo de estudo em diversas universidades brasileiras, este trabalho tem por objetivo sugerir uma reflexão sobre a didática e as práticas pedagógicas como algo possível de ser construído e reconstruído, tomando com aliados indispensáveis para uma melhor eficácia no trabalho educacional, princípios vividos pela economia solidária, tais como: solidariedade, cooperação, troca, união, coletividade, entre outros princípios muito discutidos, porém mal aplicados nas práticas educativas. Desta forma, espero ampliar o meu conhecimento teórico e prático, para dar um importante passo na construção de uma educação mais humanizadora, voltada à valorização da vida, ao respeito incondicional ao ser humano e ao mundo. Para tal ação, escolhi este tema “Aproveitamento e Reaproveitamento de Alimentos”. O desperdício é um dos fatores que contribuem para a fome no país. A educação é um fator essencial para o trato com os alimentos. Muitas entidades lutam para evitar o desperdício de alimentos, utilizando como ferramenta o reaproveitamento integral de frutas e verduras. Com um pouco de criatividade, o que antes tinha como destino o lixo passa a ser a refeição principal de muitas famílias.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Sustentabilidade. Autogestão.

---

<sup>1</sup> Professora da rede Municipal de Ensino, Especialista em EJA. E-mail: marilene.marinho@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora da rede Municipal de Ensino, Assessora Pedagógica do Projeto Rede de Centros de Formação em Economia Solidária, Mestre em Educação pela UFMT. E-mail: rosagoes@gamil.com.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo conhecer novas práticas educacionais com o ensino de jovens e adultos, tendo em vista o mundo do trabalho e a economia solidária. No Brasil, não existem muitos livros pedagógicos de educação de jovens e adultos, foi desta necessidade que surgiu a ideia de reunir experiências em sala de aula e escrever para outros professores. A ideia não é criar receitas e modelos como manuais de passo a passo e sim que outros educadores possam se inspirar e levar adiante fazendo as alterações possíveis de acordo com a realidade de cada escola.

Foi trabalhado com os educandos um dos princípios da economia solidária – a sustentabilidade, por meio do reaproveitamento e aproveitamento integral dos alimentos, consolidando a partir do reconhecimento e da conscientização da sustentabilidade, mostrando outras possibilidades de economia, podendo o aluno ser incluído no mercado de trabalho.

## ■ 2 REVISÃO DE LITERATURA

Para o início do trabalho achei importante revisar a literatura existente sobre os conceitos básicos que fundamentam a pesquisa destacando a contribuição dos seguintes teóricos.

### 2.1 Sustentabilidade

A sustentabilidade é um conceito cuja origem provém do debate em torno das questões envolvendo o meio ambiente. A preocupação da ONU com o fracasso das ações iniciais em conter a crise, a fez criar, em 1983, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), e encomendar um estudo que foi apresentado em 1987 com o nome de *Nosso Futuro Comum*, no qual aparece pela primeira vez, oficialmente, o termo desenvolvimento sustentável (CAPRA, 2003; Milanez, 2003; Guarin, 2002; Oliveira, 2002), como sendo a capacidade das gerações futuras de “atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (CAPRA, 2002, p. 238). O desenvolvimento sustentável é visto em seu sentido mais amplo, tendo como alguns dos objetivos encorajar um estado de harmonia entre os se-

res humanos, incluindo certa coesão social e a harmonia entre o homem e a natureza.

A sustentabilidade é o funcionamento da sociedade atual e tem influenciado o ritmo acelerado e uma cultura puramente consumista ao nosso cotidiano, que favorece a deterioração da qualidade da alimentação, da saúde, das relações familiares e das tradições culturais das populações em geral.

Sendo o desperdício de alimentos um dos fatores que contribuem para a fome no país, vários projetos e programas desenvolvem um programa de educação ambiental e nutricional que estimula menos desperdício de materiais e o resgate da alimentação saudável, aproveitando os nutrientes contidos em partes do alimento que em geral são descartados. Porém, com um pouco de criatividade e conscientização o que antes tinha como destino o lixo, passa a ser a refeição principal de muitas famílias.

Pesquisas e estudos apontam que cerca de 30% da produção mundial de alimentos é desperdiçada devido às falhas no sistema de colheita, transporte, armazenagem e comercialização, segundo estimativa apontada pela nutricionista e professora da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, Roseanne Dantas. Segundo ela, no Brasil, aproximadamente 70 mil toneladas de alimentos são jogadas no lixo, diariamente, o que confere ao país o desonroso título de “país do desperdício”.

Tendo como eixo a temática sobre o desperdício e a conscientização o reaproveitamento de alimentos e suas fontes nutricionais, a pesquisa visa apresentar orientações na reeducação de aproveitamento alimentar.

## **2.2 Economia solidária**

Segundo Singer (2010), o capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que vemos como normal uma economia competitiva em todos os sentidos (empregos, vestibulandos...).

O problema é que ela cria uma desigualdade entre ganhadores e perdedores. “Os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores desvantagens nas competições futuras”.

A economia Solidária se preocupa com uma visão humanizadora, com a sustentabilidade, com a satisfação de todos proporcionando uma qualidade de vida.

A prioridade da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade, diferente do capitalismo que é acumular riqueza.

Para a Economia Solidária, um empreendimento não pode ser considerado eficiente apenas pelo acúmulo de capital, mas se define em função da qualidade de vida e da felicidade dos seus membros e, ao mesmo tempo, em todo ecossistema.

A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda para a satisfação e necessidades de todos de modo a eliminar as desigualdades materiais e resgatar os valores da solidariedade humana. Para a Economia Solidária as comunidades têm autonomia para ministrar suas próprias finanças. Os sócios não recebem salário, mas retirada, que varia conforme a receita obtida. Eles decidem, coletivamente em assembleia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas. Mas, a maioria das empresas opta por certa desigualdade nas retiradas, que acompanham o escalonamento vigente nas empresas capitalistas, mas com diferenças muito menores.

Para o filósofo John Rauls, alguma desigualdade é tolerável desde que ela serva para melhorar a situação dos menos favorecidos, é a regra que John Rauls chama de MAXIMW, “Desigualdades são permissíveis quando elas maximizam ou ao menos todas contribuem para elevar as expectativas de longo prazo do grupo menos afortunado da sociedade” (1971 p. 151).

### **2.3 Autogestão**

A questão da autogestão no Brasil teve, assim, campo fértil para surgir e se difundir nos anos 1990. Trabalhadores de empresas em estado falimentar ou pré-falimentar desempregados, ao resgatar elementos de sociedade de pessoas com caráter econômico, possibilitando uma gestão democrática e participativa no empreendimento, começaram a se associar, principalmente sob a forma de cooperativas, para manter funcionando as instalações das antigas empresas. Foi o caso — inaugural —, no início dos anos 1990, dos trabalhadores da Makerli, empresa de razoável porte do ramo calçadista, em Franca/SP, que se organizaram sob a forma cooperativa para tentar salvá-la. Empresas desse tipo, e em todo o país, foram progressivamente se associando e surgiu, logo a seguir (1994), a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão

(Anteag), que no início desta década já contabilizava o acompanhamento de um conjunto estimado em 150 empresas, sendo a grande maioria cooperativas e envolvendo cerca de 30 mil trabalhadores [ver Tauile (2002)]. Na prática, essa entidade tem exercido um papel não só de aglutinador de interesses de trabalhadores e empreendimentos que lutam pela oportunidade de uma inserção econômica em um contexto de relações solidárias de produção, como também de formação profissional e empresarial; tem como missão: promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários que contribuam para criar/recriar trabalho e renda, desenvolvendo a autonomia e formação dos trabalhadores através do interesse pelas ações solidárias e fraternas, e representando empresas autogestionárias. Os atores são grupos de trabalhadores — que possuíam ocupação — que estão desempregados ou em vias de sê-lo ou mesmo os que nunca tiveram acesso a um posto formal de trabalho e criam seus empreendimentos para manter ou criar postos de trabalho e renda. O diferencial, contudo, desses empreendimentos está na forma (e natureza) da gestão, que, assentada em princípios de democracia, igualdade e solidariedade, consagra os ganhos de sinergia gerados no processo, e também na caracterização de uma sociedade de pessoas.

### ■ 3 ASPECTOS GERAIS

Atualmente, a alimentação tem se tornado um tema de interesse da maioria das pessoas, sendo possível observar-se um aumento na ocorrência de distúrbios associados à nutrição. Os excessos na alimentação respondem pelos casos de colesterol elevado, hipertensão e obesidade até mesmo em crianças, o que acaba causando maiores problemas à saúde conforme o avançar da idade.

Um estudo avaliativo dos fatores de risco para doenças crônicas revelou diferença significativa entre homens e mulheres, sendo mais frequente neles o consumo insuficiente de frutas e hortaliças, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e o excesso de peso, e nelas o sedentarismo e a hipertensão. A falta de nutrientes também é prejudicial, podendo ser exemplificada pela osteoporose e pela desnutrição proteico-calórica.

Segundo pesquisa realizada pela professora Rosanne Dantas, a falta de conhecimento da população sobre potenciais nutritivos dos alimentos e a falta de aproveitamento de muitos deles ocasiona o desperdício de recursos ali-

mentares. “O desperdício é um sério problema a ser resolvido na produção e distribuição de alimentos, principalmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Nessa ótica, somos favoráveis a aproveitar melhor o que comparamos”, afirma a professora.

De acordo com a professora, os profissionais de saúde não são favoráveis ao aproveitamento integral de alimentos enquanto política pública para resolver o problema da fome. “Os fatores que levam camada expressiva da população à situação de fome são a falta de renda, em função da baixa escolaridade, baixa qualificação de mão-de-obra. Infelizmente, a resolução desse quadro não depende de soluções técnicas, o caminho é a decisão política onde o foco central deve ser a geração de emprego para melhorar a renda da população, visando a acessibilidade à alimentação saudável”. Por isso, é interessante direcionar também a essas pessoas um trabalho de Educação Nutricional, como este oferecido pelo projeto das Oficinas de Alimentos

#### ■ 4 APROVEITAMENTO E REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS

Pouca gente sabe, mas as partes vistas como “menos nobres” dos alimentos tem grande valor nutritivo! São ricos em vitaminas (especialmente A e C), além de ferro, potássio e outros nutrientes. Ou seja, aproveitar integralmente os alimentos não faz bem somente ao meio ambiente e à sociedade, mas também ao corpo e à mente. Estima-se que 30% da produção mundial de alimentos seja desperdiçada devido às falhas no sistema de colheita, transporte, armazenagem e comercialização. No Brasil, aproximadamente 70 mil toneladas de alimentos são jogadas no lixo, diariamente, o que torna esse lixo um dos mais ricos do mundo, sendo o Brasil, considerado o país dos desperdícios. Nós, brasileiros, perdemos mais de 12 bilhões de reais por ano com o desperdício de alimentos. Os supermercados jogam fora 13 milhões de toneladas de alimentos por ano. Nas feiras livres de São Paulo, mais de mil toneladas vão para o lixo todos os dias. Segundo o IBGE, o desperdício do consumo doméstico de alimentos chega a 20%. A forma mais comum de desperdício caseiro é a distorção no uso dos alimentos. Talos, folhas e cascas são, muitas vezes, mais nutritivos do que a parte dos alimentos que estamos habituados a comer.

A educação é um fator essencial até para o trato com os alimentos. Muitas entidades lutam para evitar o desperdício de alimentos, utilizando como

ferramenta o reaproveitamento integral de frutas e verduras. Com um pouco de criatividade, o que antes tinha como destino o lixo, passa a ser refeição principal de muitas famílias. A nutricionista Gorete Pereira afirma que é possível criar várias receitas com cascas de frutas e outros alimentos que não são considerados nobres.

O abacaxi, a abóbora e até a farinha de mandioca ganham novas atribuições com as receitas de aproveitamento. As sobremesas são as principais opções para a utilização do material ainda não aproveitado. Bolos e doces ganham um sabor especial com o acréscimo desses ingredientes e não perdem o principal atrativo: o sabor.

Alimentação é a base da vida e dela depende o estado de saúde do ser humano.

O desperdício é um sério problema a ser resolvido na produção e distribuição de alimentos, principalmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. O crescimento da população mundial, mesmo que amparado pelos rápidos avanços da tecnologia, nos faz crer que o desperdício de alimentos é uma atitude injustificável. Por isso, não podemos mais desperdiçar.

Antigamente, as pessoas tinham uma relação natural com o ambiente. A maioria vivia no campo, conhecia as plantas venenosas, cultivava verduras, frutas, arroz, feijão, milho e mandioca. O contato com os alimentos permitia o seu melhor aproveitamento e as informações passavam de geração em geração.

A promoção da alimentação integral começa diante das dificuldades econômicas pelas quais passa o país. Tornam-se cada vez maiores as dificuldades em adquirir alimentos adequados ao consumo do dia-a-dia, razão pela qual a alimentação equilibrada é atualmente uma das maiores preocupações do nosso cotidiano.

Dessa forma, devemos aproveitar tudo que o alimento pode nos oferecer como fonte de nutrientes.

Dentre os diferentes padrões de alimentação destacam-se as dietas não usuais, sendo as mais abordadas pela literatura: naturalista, vegetariana, macrobiótica e alimentação integral. Elas possuem características específicas e produzem diferentes repercussões sobre o organismo humano.



A alimentação integral possui como princípio básico a diversidade de alimentos e a complementação de refeições, com o objetivo de reduzir custo, proporcionar preparo rápido e oferecer paladar regionalizado.

Estudos mostram que o homem necessita de uma alimentação sadia, rica em nutrientes, que pode ser alcançada com partes dos alimentos que, normalmente, são desprezadas. As perdas não ocorrem somente em plantações, transportes e armazenamento inadequado, mas também no preparo incorreto dos alimentos.

Os principais alimentos ou produtos utilizados para complementar a dieta convencional são: casca de ovo, semente de abóbora, trigo, arroz, milho, fariñas torradas, raízes e tubérculos.

Só com a conscientização através da educação nutricional é que se pode reverter o quadro alimentar atual do Brasil.

Características básicas:

- Alto valor nutritivo;
- Baixo custo;
- Paladar regionalizado;
- Preparo rápido;

Alimentos que podem ser aproveitados integralmente:

- Folhas de cenoura, beterraba, batata doce, nabo, couve-flor, abóbora, mostarda, hortelã e rabanete;
- Cascas de batata inglesa, banana, tangerina, laranja, mamão, pepino, maçã, abacaxi, berinjela, beterraba, melão, maracujá, goiaba, manga, abóbora;
- Talos de couve-flor, brócolis, beterraba;
- Entrecascas de melancia, maracujá;
- Sementes de abóbora, melão, jaca;
- Nata;
- Pão amanhecido; pés e pescoço de galinha; tutano de boi.

## ■ 5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNDO DO TRABALHO

A Educação de Jovens e adultos no Brasil é um campo de práticas e reflexão que, inevitavelmente, transborda os limites da escolarização em sentido restrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, nos quais podem ser incluídas iniciativas visando a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e uns cem números de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. Além disso, mesmo quando se focalizam os processos de escolarização de jovens e adultos, o cânone da escola regular, com seus tempos e espaços rigidamente delimitados, imediatamente se apresenta como problemático. Trata-se, de fato, de um campo pedagógico fronteiro, que bem poderia ser aproveitado como terreno fértil para a inovação prática e teórica. Quando se adotam concepções mais restritivas sobre o fenômeno educativo, entretanto, o lugar da educação de jovens e adultos pode ser entendido como marginal ou secundário, sem maior interesse do ponto de vista da formação política e da reflexão pedagógica. Quando, pelo contrário, a abordagem do fenômeno educativo é ampla e sistêmica, a educação de jovens e adultos é necessariamente considerada como parte integrante da história da educação em nosso país.

Segundo Paulo Freire (1998), nós professores temos que ter sempre uma visão crítica sobre nossa prática. Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para sua produção ou sua construção. O ensinar-aprender é uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética.

O educando deve manter aguçada sua curiosidade e estimular sua capacidade de aventurar-se, imunizando-o contra o poder apassivador do “bancarismo”. O educador democrático, na sua prática docente, deve reforçar a capacidade de crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Essa rigorosidade metódica se alonga às condições em que aprender criticamente é possível, exigindo educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos, curiosos, humildes e persistentes.

A leitura verdadeira me compromete com o texto que a mim se dá e a quem me dou e de cuja compreensão me vou tornando também sujeito, me

faz pensar certo. O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que estar no mundo e com o mundo, com seres históricos, é a capacidade, intervindo no mundo, conhecer o mundo.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Ensino enquanto busco, indago, procuro. Pesquisa para constatar, constatando, intervendo, intervindo, educo e me educo. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.

A necessária promoção da ingenuidade, a criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética. O professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigorosidade do pensar certo, nega, como falsa, a fórmula do “faça o que mando e não faça o que faço”. Pensar certo é fazer certo.

Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação. A prática docente, crítica do pensar certo, envolve o movimento dialético, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar.

Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua produção ou sua construção. O respeito à autonomia e à dignidade do ser e do educando é o imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. A prática docente, especificamente humana, é profundamente formadora, por isso ética.

A capacidade de aprender, não apenas nos adaptar, mas sobretudo, para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a. É fundamental que o professor e alunos tenham uma postura dialógica, aberta, curiosa e não passiva, enquanto fala e outro ouve. Professor e alunos se assumem epistemologicamente curiosos.

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é um desafio e não

uma “cantiga de ninar”. A educação é uma forma de intervenção no mundo, que além dos conhecimentos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos no esforço da reprodução da ideologia dominante como nos seus desmascaramentos.

A desconsideração total pela formação integral do ser humano e sua redução a puro treino fortalece a maneira autoritária de cima para abaixo. O saber na busca da diminuição da distância dos explorados é saber fundado na ética nada legítima à exploração dos homens pelos homens.

A abertura ao querer bem, faz a atividade docente e a discente não se separarem de uma experiência alegre por natureza. A alegria não é inimiga da rigorosidade. A alegria faz parte do processo da busca. Ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, da boniteza e da alegria. A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente da permanência do hoje.

## ■ 6 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Ingressei no Programa Projovem Urbano em outubro de 2005 e fui designada para uma sala de educação de jovens e adultos na faixa etária de 18 a 29 anos de idade. Foi minha primeira experiência com esta modalidade de ensino, apesar de não ter nenhuma experiência nesta área, considerei um ano bom, houve progresso por parte dos alunos.

Fiquei encantada em acompanhar a vontade que os alunos têm em aprender. No ano de 2013, foi oferecida aos professores de Educação de Jovens e Adultos uma pós-graduação na área em que estávamos atuando. Como existiam mais professores do que vagas que tinham para oferecer, foi feito um sorteio para contemplar os professores que tinham interesse. Nesse mesmo ano, iniciei o curso de pós-graduação, percebi que deveria mudar em parte o meu planejamento e a didática com qual estava acostumada a ministrar as minhas aulas.

Nas primeiras aulas trabalhei o tema cidadania, por dois motivos: Primeiro, porque acredito que a educação de jovens e adultos deve ser garantia de um aprendizado que dê condições de pensar em seu país, a sua cidade, seu bairro, etc. E a partir dessa reflexão, intervir na sociedade. O segundo motivo, é fazer, novamente, o aluno refletir que mundo é este em que estamos vivendo, perce-

bendo as desigualdades e diferenças, fazendo com que surja o sentimento de mudança para uma sociedade mais justa e igualitária.

Após estas primeiras aulas, trabalhei com o tema alimentação, em dois aspectos, o biológico e o social. O primeiro, para tratar da importância de uma alimentação equilibrada para a manutenção da saúde durante toda vida. E, por último, foi realizada uma feira de Economia Solidária, na qual os alunos puderam viver na prática uma experiência e sair do mundo das ideias.

## ■ 7 ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Mais do que informações, é fundamental a sensibilização das pessoas para o cuidado com a própria alimentação e saúde. Embora muitos conheçam os males proporcionados pela excessiva ingestão de alimentos ricos em gordura saturada, gordura trans e colesterol, ainda assim continuam a alimentar-se de forma inadequada com esses alimentos. Também é cada vez mais frequente o consumo de produtos enlatados e industrializados, que possuem o acréscimo de muitas substâncias, como nitrito e outros tipos de aditivos químicos, como espessantes, adoçantes e aromatizantes, cujos efeitos para a saúde humana não são muito bem conhecidos no longo prazo; sem esquecer também o número crescente de produtos contendo agrotóxicos que vão parar nas prateleiras dos supermercados.

Considerando a alta dos custos com a alimentação, o aproveitamento integral de alimentos, há técnica que buscam aproveitar melhor o que é comprado e trazem benefícios para o bolso e a saúde dos consumidores.

Além desses aspectos variantes, presentes na educação nutricional, também existem, na educação ambiental, outras ideias que vão além do que geralmente postula. A educação ambiental consiste num conjunto de posturas, ideias e práticas que referendam as relações bastante fortes entre ações educativas, condições sociais específicas e transformação da realidade.

Nesse paralelo entre a consciência ambiental e desperdício alimentar e a efetivação de ações aproveitam melhor os alimentos, é preciso comprar bem, dando preferência a legumes, hortaliças e frutas da época, cuidar da conservação com o armazenamento em locais limpos e em temperaturas adequadas a cada tipo de alimento; e ter cuidado no preparo, lavando bem os alimentos, não

retirar cascas grossas e preparar apenas a quantidade necessária para a refeição da família. O aproveitamento de sobras e aparas é recomendado pela nutricionista, desde que mantidas em condições até o preparo.

## ■ 8 A UTILIZAÇÃO INTEGRAL DO ALIMENTO

As fontes alimentares de vitaminas, minerais e fibras, habitualmente consumidas, podem ser exemplificadas pelas polpas das frutas e por algumas partes de certos vegetais e legumes. Além destes itens alimentares, tais nutrientes também são encontrados amplamente nos talos e cascas de alimentos, que se tem por hábito descartar. Muitas vezes, o teor de alguns nutrientes na casca e nos talos é ainda maior do que na polpa do respectivo alimento, conforme foi possível observar em alguns estudos com frutas, que evidenciaram maiores concentrações nas cascas em relação às respectivas polpas para alguns nutrientes, principalmente fibras, potássio, cálcio e magnésio.

Muitas vezes, na correria do dia a dia, acabamos fazendo nossas refeições pelas ruas e, quando estamos em casa, não nos damos conta da importância das sobras de alguns alimentos, que consideramos, muitas vezes, inaproveitáveis. Mas, esses alimentos, como cascas e talos de frutas, podem ser reaproveitados. E além de evitar o desperdício, colaboram para melhor qualidade de vida, uma vez que são ricos em vitaminas.

A educação é um fator essencial até para o trato com os alimentos. Muitas entidades lutam para evitar o desperdício de alimentos, utilizando como ferramenta o reaproveitamento integral de frutas e verduras. Com um pouco de criatividade, o que antes tinha como destino o lixo, passa a ser refeição principal de muitas famílias.

## ■ 9 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E O EQUILÍBRIO

O objetivo do trabalho aponta temas mais amplamente citados pelos participantes, correspondendo a 68,6% das respostas. Dentro de alimentação saudável, destacam-se as questões relacionadas aos mitos retirados em relação aos carboidratos e outros nutrientes, a importância do consumo regular de fibras e a diminuição da ingestão de gorduras e açúcares.

Também houve demonstração de um bom entendimento a respeito da relação do aproveitamento de alimentos como alimentação saudável, explicado pela presença de nutrientes essenciais nas cascas e talos de alimentos.

## ■ 10 UTILIZAÇÃO INTEGRAL DOS ALIMENTOS

Uma vez entendida bem a importância das fibras, vitaminas e minerais na alimentação diária, foi de fácil a conscientização dos participantes quanto ao aproveitamento máximo dos alimentos, já que cascas de frutas e legumes e talos de verduras contêm nutrientes. Daí, este assunto ser o segundo melhor citado, correspondente a 60% das respostas. As pessoas demonstraram interesse em reproduzir as receitas da oficina entre os familiares e amigos, o que contribuiu para o maior estímulo a essas práticas.

Durante a execução, as técnicas para melhor conservar os alimentos a fim de evitar sua degradação e conseqüente perda foram de grande interesse dos participantes, e correspondeu a 34,3% das respostas. Houve até o pedido de uma oficina exclusiva sobre este tema.

O reaproveitamento de alimentos passa também pelo processo de higiene no trato com as frutas e verduras e pelo correto armazenamento. Mas a preparação das receitas é o principal atrativo.

Algumas dicas de como é possível criar pratos saborosos e nutritivos através do melhor aproveitamento dos alimentos e, ainda, fazer render o próprio dinheiro com as receitas foram um grande aprendizado, uma vez que se surpreenderam com a transformação dos sabores. Por exemplo, uma receita que utilizava a casca da melancia foi, inicialmente, reprovada por alguns participantes, pois relataram não gostar da fruta, mas, após degustarem a receita, perceberam a grande transformação do sabor, aprovando o resultado final. As pessoas se referiram às receitas rápidas, baratas e fáceis e demonstram interesse em incluir esse novo costume nos seus hábitos alimentares.

## ■ 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema de aproveitamento e reaproveitamento máximo de alimentos inclui frentes na educação, tanto ambiental quanto nutricional. Abordar esse

tema contribuiu para a conscientização e sensibilização da comunidade escolar, para a diminuição da utilização dos recursos ambientais, ampliou a percepção de que saúde pessoal se relaciona com alimentação e meio ambiente e estimulou o interesse para a adoção de práticas alimentares mais saudáveis.

A participação em projetos que ofereçam educação multidisciplinar, como as oficinas de alimentos colabora para a difusão da cultura do respeito ao meio ambiente e à saúde, nas esferas individual e coletiva da sociedade.

Percebi que os alunos já estão tão alienados com o capitalismo que veem algumas situações do dia-a-dia como normal. Os alunos da EJA são bem interessados e participativos, é motivador para qualquer professor observar a vontade que eles têm de aprender. Outro fator importante foram os agrupamentos produtivos, pois proporcionaram trocas de saberes e experiências significativas para os alunos com mais dificuldades e fazendo com que os mesmos adquirissem as competências e habilidades necessárias.

Senti um pouco de dificuldade na aplicação das práticas pedagógicas, quando era preciso usar o laboratório de informática, pois, alguns nunca tinham tido contato com o computador e vê-los digitando as receitas e pesquisando foi muito enriquecedor para todos.

O projeto de pesquisa foi muito válido, pois fez nós professores repensarmos nossa prática e avaliarmos os resultados. Espero contribuir, juntamente como os outros professores, para que as nossas práticas pedagógicas sirvam de inspiração a todos os colegas da classe.

## ■ 12 REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. In: KRUPPA, Sônia M. Portella. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005.

BOOG, M. C. F. Educação Nutricional: passado, presente e futuro. São Paulo. **Nutrição**. 10 (1): 5-19, 1997.

FERREIRA, Andrhey . Desenvolvimento sustentável. Vídeo Educacional. Disponível em: <<http://youtu.be/qMKVDbnqZBW>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

FNDE/MEC. **Dicionário do Alimento, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2. ed. 1997.



FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. **Carta de Princípios da Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.febs.org.br>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1995.

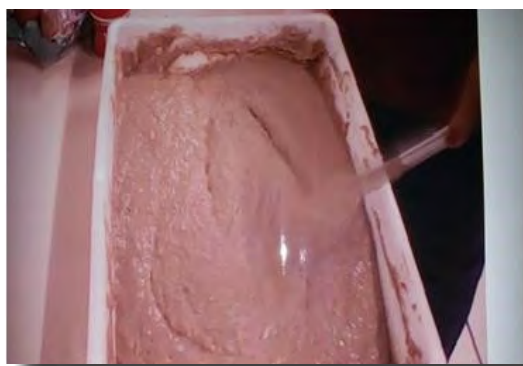
SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2010.

SOUZA, Cassia Garcia de, et al. **É bom aprender**. São Paulo: FTD, 2009.

### Doce com casca de melancia



### Bolo de chuva com casca de banana







# Bolo de arroz







# EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EMEB ANTÔNIA TITA MACIEL DE CAMPOS

MARIA APARECIDA MARTINS<sup>1</sup>

**Resumo:** O tema objeto da pesquisa é a evasão escolar na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) na EMEB Antônia Tita Maciel de Campos. Tem como objetivo identificar as prováveis causas da evasão escolar na EJA. Para isso serão utilizados questionários para detectar as causas do abandono, bem como os desafios atuais que permeiam essa modalidade de ensino. Considero ser importante compreender as seguintes questões: a unidade educacional oportuniza a formação da cidadania do aluno trabalhador? Quais as prioridades para esse educando? Quais os motivos que levam os sujeitos da EJA a abandonarem a escola? Quais as expectativas desse educando ao ingressar na modalidade EJA? Quais as possibilidades de implantação da Economia solidária na Educação de Jovens e Adultos?

**Palavras-chave:** Evasão na Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária. Cuiabá.

---

<sup>1</sup> Aluna da rede municipal de ensino de Cuiabá, MT. E-mail: martins.cidinha@hotmail.com.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar constitui um grande problema que afeta principalmente as escolas públicas, com maior enfoque na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Com a revolução industrial surge a necessidade de mão de obra qualificada, com isso o ensino supletivo veio com o objetivo de suprir necessidade imediata do mercado de trabalho. Então, a Educação de Jovens e Adultos surge para atender a população que agora é urbana e precisa alcançar os códigos da modernidade. Ela é fruto da exclusão e da desigualdade social e fazem parte deste processo, jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade certa,

O maior índice de evasão escolar está relacionado às necessidades dos jovens trabalharem para ajudar na renda familiar e isso faz com que esses adolescentes abandonem a sala de aula. Há também casos em que esses jovens ingressam na criminalidade, convívio familiar conflituoso e má estrutura da escola, dentre outros fatores.

Segundo Freire (1996, p. 18) “[...] o verbo assumir é um verbo transitivo que pode ter como objeto o próprio sujeito que assim assume.” Sendo que o sujeito da EJA é o próprio educando, que busca na escola uma melhoria na qualidade de vida e para que isso aconteça o ensino deve ser voltado para sua vivência, havendo interação entre educador e educando.

Diante dessa problemática esta pesquisa de campo, de caráter qualitativo, realizada por meio de questionário com alunos evadidos no ano de 2014, tem o objetivo de detectar o real motivo da evasão escolar na EJA, na EMEB Antônia Tita Maciel de Campos e buscar meios para saná-la.

## ■ 2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo foi o estudo de casos de caráter qualitativo, mediante observação e pesquisa realizada na escola Antônia Tita Maciel de Campos.

Os dados obtidos foram por meio de um questionário, aplicado para oito alunos evadidos no ano de 2014 e que retornaram para a escola no ano de 2015.

Tem o objetivo em detectar os porquês da evasão escolar na EJA na EMEB Antônia Tita Maciel de Campos e buscar meios para saná-la, e/ou reduzir.



### ■ 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIA TITA MACIEL DE CAMPOS

A escola Municipal Antônia Tita Maciel de campos está situada em Cuiabá - MT, no bairro Jardim Florianópolis. A unidade fundada em 1993 atendia, nos períodos matutino e vespertino, o ensino fundamental, porém no ano 1994 passou a atender também a Educação de Jovens e adultos (EJA). O bairro Jardim Florianópolis surgiu em maio de 1991 para abrigar grupos de famílias que invadiram uma área particular próxima ao Sesi Park.

Como forma de adequação do Plano de governo, foi determinada a transferência para a área, localizada à margem direita da Rodovia Emanuel Pinheiro, sentido a Chapada dos Guimarães. A população do bairro é composta por trabalhadores assalariados. Os homens, na maioria, trabalham na construção civil e as mulheres como empregadas domésticas, vendedoras, diaristas, professores e outros.

O bairro não dispõe de rede de esgoto, o transporte coletivo é precário, o asfalto existe apenas na linha do ônibus. O comércio é variado, supre as necessidades básicas da população local. Área de lazer apenas uma praça com quadra de esporte que não é coberta.

A proposta didática metodológica da escola está centrada em um currículo com conteúdos significativos que desperte prazer e curiosidade no educando. Tendo em vista que as expectativas e as necessidades desse público que retorna à escola é recuperar o tempo perdido, isto é, buscar conhecimento e desenvolver capacidades e possibilidades de forma rápida, mas com qualidade.

A escola tem como pilar, na EJA, o trabalho como princípio educativo, e para isso o educando precisa saber ler, ser capaz de explicar, produzir textos, ser capaz de conceituar. Para que isso ocorra, o trabalho é de forma integrado, cooperativo entre professores e alunos valorizando a vivência do educando.

### ■ 4 CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EMEB ANTÔNIA TITA MACIEL DE CAMPOS.

O maior desafio na EJA é reduzir o índice elevado de evasão escolar. O que contribuiu para o fechamento de algumas escolas que ofertavam essa mo-

dalidade na Rede Municipal de Cuiabá, pois essa evasão reflete diretamente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que faz com que a equipe gestora não tenha interesse em mantê-la na unidade de ensino.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação (SME) atende nove escolas de EJA na zona urbana e quatro EJA Campo, na zona rural. No início do ano letivo, o contexto é o mesmo, salas lotadas. Porém, no decorrer do ano, principalmente no segundo semestre, logo após as férias, muitos educandos não retornam para a escola. As justificativas são as mais variadas: trabalhar em outra cidade, mudanças no horário de trabalho, um novo relacionamento, falta de estímulo, etc. Esta realidade requer ações urgentes, pois a evasão é evidente, o que poderá acarretar a extinção da EJA, não por não existir alunos, mas por não conseguir mantê-los assíduos.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade escolar que busca oferecer aos jovens e adultos a continuidade dos estudos para aqueles que não conseguiram concluir em tempo regular.

Segundo Paulo Freire (2007, p. 31) a Educação de Jovens e Adultos não se baseia em uma aprendizagem mecânica, pois o adulto já tem uma leitura de mundo e que a função da escola é fazer com que esse educando saiba desenvolver um pensamento crítico da realidade e isso requer um processo de conscientização, isto é, uma consciência crítica construída numa sequência dialógica entre professor e educando. Mas, nem sempre esse diálogo chega a um consenso, pois em uma sala de aula há interesses divergentes e nem sempre o professor consegue uma interação com a totalidade o que pode ocasionar a falta de interesse e até mesmo a evasão.

A educação de jovens e adultos compreende a educação formal e permanente, a educação não formal e toda a gama de educação formal e ocasional existente em uma sociedade multicultural, na qual se reconhecem os enfoques teóricos baseados na prática. É um processo que leva o indivíduo a ler e escrever para melhor conhecer o mundo, buscando suprir suas necessidades e aspirações com base na realidade em que vive.

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos são pessoas que possuem uma rica experiência de vida, podendo contribuir compartilhando essas experiências.

Com relação à pluralidade entre as pessoas Paulo Freire afirma que:

Há uma pluralidade nas relações com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. A sua pluralidade não é só em face dos diferentes desafios que partem do seu contexto, mas em face do mesmo desafio (FREIRE, p. 39-40).

Sendo assim, os jovens e adultos que frequentam a EJA são basicamente aqueles que não tiveram acesso à escola na idade certa, aqueles que pertencem a famílias de baixa renda e tiveram que trabalhar para ajudar no sustento da casa. No caso das mulheres, muitas engravidaram cedo e tiveram que abandonar a escola por não conseguir conciliar maternidade e estudos. Mas, tem também os adolescentes que são transferidos para a EJA por causa de indisciplina e/ou repetência e os jovens que estão em liberdade assistida que frequentam as aulas, pois são obrigados, mas pouco se interessam pelo que é oferecido durante as aulas.

Portanto em uma sala de EJA os professores se deparam com alunos com idades e perfis distintos, o que requer uma mediação diferenciada frente a essa pluralidade. Um desafio que nem sempre é alcançado em função da grande evasão existente.

A Tabela 1, abaixo, demonstra a evasão na EMEB Antônia Tita Maciel de Campos no ano de 2014.

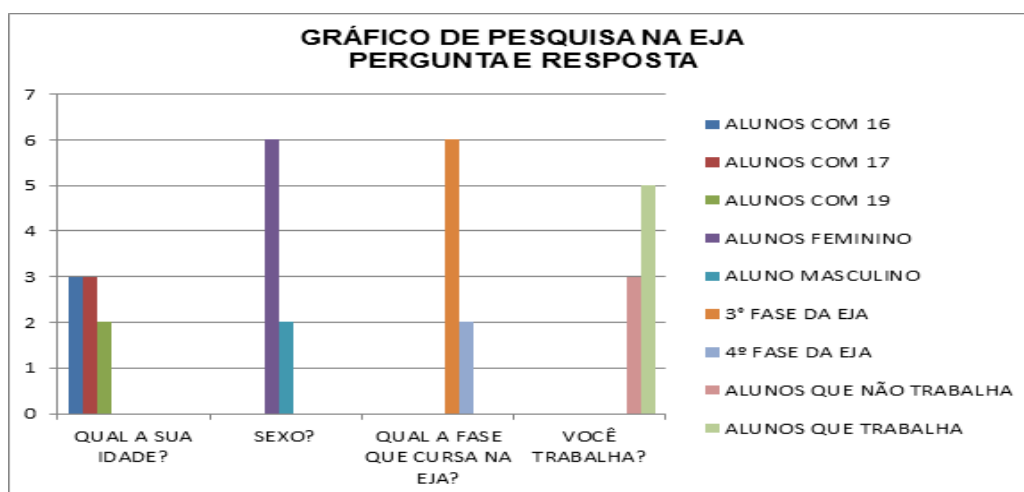
**Tabela 1** – Evasão de alunos na EMEB Antônia Tita Maciel de Campos, 2014.

| Fases     | Ano letivo de 2014  |                 |
|-----------|---------------------|-----------------|
|           | Alunos matriculados | Alunos evadidos |
| 1ª fase   | 13                  | 02              |
| 2ª fase   | 16                  | 08              |
| 3ª fase   | 28                  | 20              |
| 4ª fase A | 18                  | 09              |
| 4ª fase B | 19                  | 10              |

Fonte: EMEB. Antônia Tita Maciel de Campos. Abril / 2015

Constata-se que no ano de 2014 o índice de evasão na EMEB. Antônia Tita Maciel de Campos foi bastante significativo, principalmente na 3ª fase da EJA, outro fator bastante relevante é que a grande maioria dos evadidos é jovem.

**Gráfico 1** – Perfil dos alunos que responderam ao questionário.

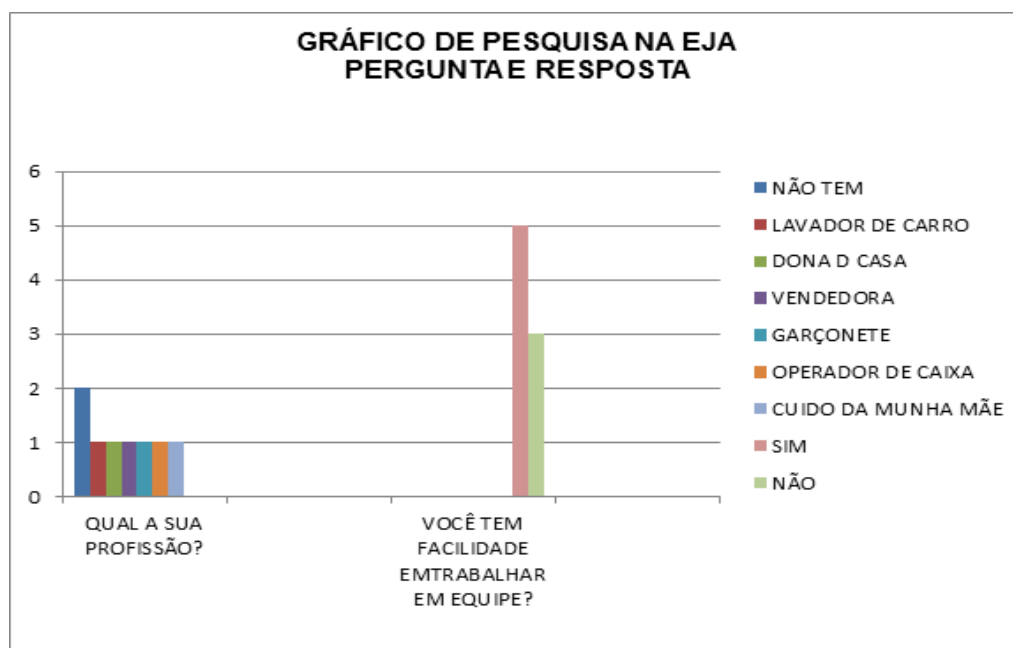


Fonte: elaboração da autora.

Quem é o aluno que frequenta a EJA na EMEB Antônia Tita Maciel de Campos? O Gráfico 1 possibilita a identificação do perfil dos respondentes evadidos, que responderam ao questionário, quanto à idade, sexo, fase em que estuda e trabalho.

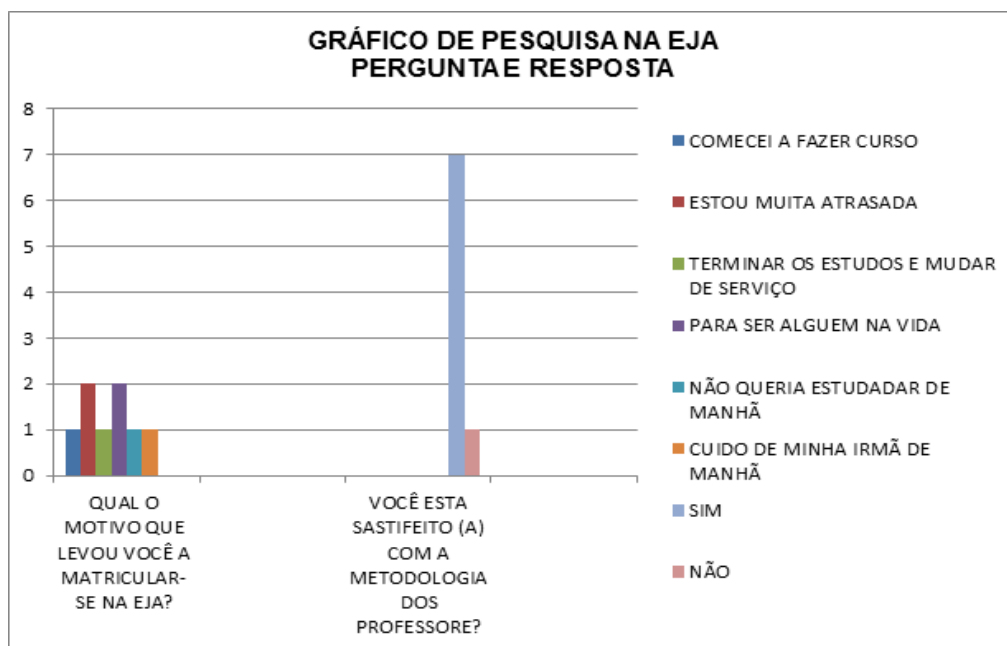
Por sua vez, o Gráfico 2 revela as profissões mais frequentes e a competência para trabalho em equipe.

**Gráfico 2** – Frequência de profissões e trabalho em equipe



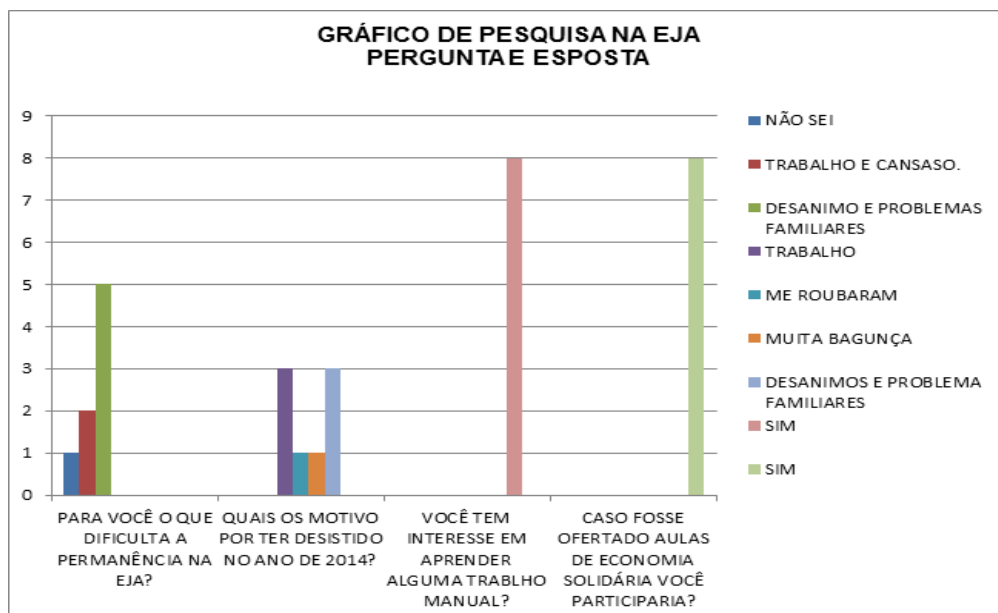
Fonte: elaboração da autora.

**Gráfico 3 – Motivação para matrícula e satisfação com metodologia**



Fonte: elaboração da autora.

**Gráfico 4 – Dificuldade de permanência e abandono da escola**



Fonte: elaboração da autora.

Sou professora de Linguagem na EMEB. Antônia Tita Maciel de Campos desde o ano de 2000. Quando ingressei na unidade escolar tinha dez salas de EJA e, agora no ano de 2015, temos apenas três turmas de EJA.

Constatai com este estudo que os alunos evadidos em 2014 que retornaram foram apenas os adolescentes; então, procurei saber a respeito dos alunos adultos e pude verificar que já não moram mais no bairro, mudaram para outro bairro ou cidade e por isso não se matricularam nesta unidade escolar.

Um fator relevante que pude observar durante a aplicação do questionário é que os adolescentes entrevistados não estão preocupados com a aprendizagem, para eles tanto faz o que for realizado durante as aulas. Porém, os alunos adultos eles já possuem um objetivo claro, alguns são funcionários públicos e querem aumentar o salário ou os trabalhadores da rede privada que querem mudar de cargo; há, ainda, os que querem apenas melhorar a leitura para poder ler a Bíblia na igreja e, para outros, a escola é uma forma de fazer amizade, ter uma vida social.

O bom clima pedagógico-democrático é o em que o educando vai aprendendo à custa de sua prática mesma que sua curiosidade como sua liberdade deve ser sujeita a limites, mas em permanente exercício (Freire, 2007).

Mas, como trabalhar com jovens que não tem perspectiva de melhoria em suas vidas, que preferem o dinheiro rápido proveniente das drogas? Convivo com esse problema desde quando comecei a trabalhar nesta escola e hoje percebo que houve um avanço, lentamente, pois nos anos anteriores jovens ameaçavam professores, a coordenadora foi agredida, outra coordenadora teve o carro incendiado.

No momento, a violência explícita está controlada, mas tem outra implícita, onde os adolescentes fazem uso de drogas dentro da unidade escolar, vendem drogas e os professores têm que fingir que não veem e ainda ficarem atentos com relação a alunos que pedem para ir ao banheiro e não retornam, pulam o muro, fazem assaltos e retornam para a sala de aula e a equipe gestora não dá suporte, diz que isso é trabalho da polícia, e esta, quando chamada, demora para chegar.

Temos, neste ano, uma sala de 4ª fase com 50 alunos matriculados; destes, temos diariamente em sala entre 20 a 25 alunos e destes, apenas 10 vêm todos os dias; os demais fazem rodízio. A cada dia, temos de 10 a 15 alunos que não assistiram a aula anterior e isso também dificulta uma sequência nas atividades.

No ano de 2014 os professores das áreas do conhecimento reuniram-se para elaborar um plano de intervenção. E do diálogo com os educandos sobre os diferentes saberes na sala de aula ficou acordado que confeccionaríamos guardanapos com a técnica do stencil, pintura em camiseta utilizando a técnica Tie Dye, para reaproveitar camisetas velhas e cesta de sisal.

Porém, há uma grande dificuldade de adquirir a matéria prima para o trabalho, pois estamos inseridos em um bairro carente e não podemos contar com a ajuda financeira dos alunos. Para realizar o trabalho iríamos precisar de tecido para guardanapo, tinta para tecido, pincéis, linha de crochê e outros.

A escola disponibilizou alguns desses materiais; quanto aos demais, os professores tiveram que comprar. Seria bom se pudesse ser implantado no currículo da EJA a Economia Solidária, assim haveria uma forma de destinar recursos para compra desses materiais. Pois durante a realização dessas atividades conseguimos envolver 80% dos alunos, pois buscamos a cooperação e solidariedade, um ensinando outro naquilo que tinha maior habilidade.

Esse plano foi aplicado no segundo semestre e já havia um número grande de evasão, visto que após as férias do mês de julho muitos alunos não retornam. Acredito que se a matriz curricular fosse mudada para semestral ao invés de anual reduziria o índice de evasão. A seguir, nas Fotos 1 e 2, resultados do plano de intervenção.

**Foto 1** – Produções dos alunos da EJA, em 2014.



Fonte: Acervo da autora.



**Foto 2** – Produção dos alunos de EJA, em 2014.



Fonte: Acervo da autora

## ■ 5 IMPLANTAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EJA

A socioeconomia solidária tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de formação, de organização do trabalho e visa à transformação das realidades socioeconômicas e culturais que provocam a pobreza e a exclusão social das pessoas. (ADAMS, 2010).

A economia solidária não visa apenas a geração de renda, mas apresenta propostas de mudanças nas relações interpessoais, isto é, a afirmação da solidariedade e da cooperação como valores e como práticas sociais fundantes e orientadores das opções e das atitudes das pessoas na vida em sociedade, além de proporcionar a preservação dos recursos naturais, a igualdade de poder na tomada de decisões e a responsabilidade com a comunidade em que está inserida, conscientiza as pessoas no cuidado com a casa, a rua, o bairro, a cidade, a escola, o campo, o planeta. Com isso recupera o sentimento de pertencimento das pessoas a uma comunidade, um grupo social.



Contudo, a solidariedade transformadora tem como propósito uma postura crítica em relação aos contextos socioculturais e econômicos em que estamos inseridos. Isso implica a responsabilidade com o outro no sentido de libertá-lo e libertar-se das condições que condenam à miséria econômica, política e cultural. Pois, se o consumidor usa seu poder de compra para priorizar bens e serviços gerados a partir da economia solidária estão contribuindo diretamente para que os modelos econômicos, políticos e sociais sejam repensados. Vale ressaltar a importância do viver na coletividade para superar a pobreza social e viver de forma solidária na sociedade, pois a economia solidária vai de encontro ao individualismo, à competitividade, à alienação que caracterizam o capitalismo.

Freire via a Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva de educação popular. Uma educação, como prática de liberdade é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade, o que envolve um processo de conscientização. Nesta concepção, o educando é visto como sujeito da ação educativa e está incluso nesse processo de educação que implica o desenvolvimento crítico da leitura do mundo, o qual envolve um trabalho político de conscientização. Essa tomada de consciência se dá por meio das relações que os homens estabelecem entre si, mediados pelo mundo.

Contudo, como podem ser os investimentos no sistema educacional para implantar a economia solidária no currículo? Buscar uma maneira de fazer o diálogo do saber local de uma comunidade com a prática real da sala de aula mediante a prática da economia.

## ■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o estudo de caso, constata-se que o problema da evasão escolar na EMEB. Antônia Tita Maciel de Campos está ligado a uma série de fatores, tais como: social, cultural, político e principalmente econômico. Sendo assim, os fatores que contribuíram para a evasão na EJA são: o cansaço do aluno que trabalha o dia todo; a falta de perspectiva por parte dos jovens, que leva ao desinteresse; a falta de uma estrutura familiar; problemas de relacionamento amoroso; a baixa autoestima e as precárias condições socioeconômicas.

Torna-se clara a necessidade de mudança na matriz curricular para semestral, ao invés de anual, pois assim dá oportunidade ao sujeito da EJA de estudar o primeiro semestre e retornar no ano seguinte, sem perdas. Visto que no segundo semestre é que ocorre maior evasão, assim dar oportunidade para matrículas de novos alunos. Outro fator importante é a implantação da Economia Solidária no currículo da EJA como uma obrigação para determinada área do conhecimento, mas com o trabalho em parceria com as demais áreas do conhecimento. A importância em determinar a área é para que alguém fique responsável pela organização do trabalho. Também a disponibilização de um espaço específico para realização de trabalhos manuais.

Fica evidente que a redução da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos depende de um trabalho contínuo e em parceria com todos os envolvidos no processo educacional.

## ■ 7 REFERÊNCIAS

ADMS, Telmo. **Educação e economia solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DO CENTRO OESTE. Formação em Economia Solidária: Espaço de causar mudanças. Nova Gráfica.

CUIABÁ. EMEB Antônia Tita Maciel de Campos. **Projeto Político Pedagógico**. Cuiabá – MT, 2013.66p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

ZART, Laudemir Luiz. **Socioeconomia solidária**. Cáceres: UNEMAT, 2013.

# AS CAUSAS DA EVASÃO NA EJA E A REDUÇÃO DA EVASÃO ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDARIA: POSSIBILIDADES

MARIA CRISTINA FLOQUET AZEVEDO<sup>1</sup>

ROSANGELA CARNEIRO GÓES<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar uma pesquisa realizada em quatro unidades de ensino da rede municipal de educação de Cuiabá, que ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com o propósito de conhecer as causas da evasão escolar dos estudantes. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi questionário, entrevistas e análise de dados coletados em documentos oficiais com esta temática. Na primeira seção, apresento o motivador desta pesquisa que está em verificar que, ao longo dos anos, há um esvaziamento das salas de aula da EJA, bem como a redução do número de unidades escolares que a ofertam. Na segunda seção, será apresentada a EJA e a ECOSOL. A terceira seção traz a pesquisa sobre as causas da evasão em cinco unidades escolares. A preocupação em identificar e entender esse processo de esvaziamento da EJA e os altos índices de evasão podem auxiliar-nos na busca de enfrentamento dessa realidade. Através dos estudos dos princípios da Economia Solidária no curso de especialização em EJA e ECOSOL, ministrado pelo IE/UFMT, acredito que seja possível sua utilização como mecanismo que pode criar novas possibilidades de enfrentamento desse grave problema.

**Palavras chave:** Educação de Jovens e Adultos. Evasão. Economia Solidária.

1 Maria Cristina Floquet Azevedo. Pedagoga habilitada em Administração Escolar, graduada pela Universidade Estadual de Mato Grosso (1979), e graduada em Educação Física pela UFMT (1981); Especialista em Metodologia do Ensino Superior. E-mail: cristanafloquest@gmail.com.

2 Rosângela Carneiro Góes, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002), Especialista em Educação Popular pela Universidade Federal da Paraíba (1997), graduada em Licenciatura em Química pela Fundação Técnico Educacional Souza Marques (1976), pesquisadora da UFMT, docente na UFMT, Coordenadora Pedagógica de formação sindical do Centro Oeste – CUT, consultora da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, professora das redes municipal e estadual de ensino. Possui experiência na área da Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: educação Popular, Formação de agentes de saúde, homeopatia, solidariedade e Conhecimento.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Neste estudo apresento um histórico sobre a evolução da educação nacional, em que se apresenta que ela não era prioridade para os governantes brasileiros, pois não havia interesse em que a massa da população fosse escolarizada e tivesse conhecimento, se tornando independente em suas decisões. Esse desinteresse dos políticos da época transforma-se em uma provável causa de evasão escolar que se apresenta, hoje, na educação nacional. Entretanto, não podemos negar que houve evolução na educação, quando se inseriu no cenário nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ela torna possível o acesso à educação aos estudantes, mesmo os que não tiveram a oportunidade no devido tempo, que são os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com a instituição dessa lei o Estado – poder político – torna-se obrigado a disponibilizar educação pública de qualidade a todos.

A investigação sobre a evasão na EJA se dá porque, há alguns anos, já estão sendo realizadas pesquisas nas demais modalidades de ensino para se evitar a evasão dos estudantes, enquanto que nesta modalidade não sabíamos as causas reais da evasão escolar e como buscar soluções para essa problemática. Entende-se por evasão escolar a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo e que, no ano seguinte, não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos.

Ao procurar o significado da palavra “evasão” encontramos conforme dicionário: “ato de evadir-se; fuga; saída”. Decidi, então, que precisava descobrir: por que os estudantes fogem? Por que eles procuram um meio para escapar da educação? E quais os fatores que levaram esses estudantes à essa fuga?

Neste artigo, tratamos exclusivamente sobre a EJA, que devido à forte ocorrência de abandono dos estudantes poderia merecer mais atenção por parte das autoridades nacionais. Nas buscas por informações em algumas escolas, da rede municipal de ensino, EMEB Antônia Tita Maciel de Campos, EMEB Maximiano Arcanjo da Cruz, EMEB Jesus Criança e EMEB Jescelino José Reiners e na Secretaria Municipal de Educação (SME) encontrei possibilidades de identificar as dificuldades encontradas pelas unidades escolares para a manutenção dos estudantes em sala de aula. Por esse motivo acredito ser propício um estudo de investigação dos motivos que proporcionam essa evasão.

Durante esta pesquisa, abordo questões reflexivas sobre a possibilidade de uso de metodologia com os princípios da Economia Solidária na EJA, seus significados e conceitos que podem contribuir para a redução da evasão dos estudantes das escolas públicas que ofertam a EJA.

O leitor encontrará nessa pesquisa investigativa material necessário para a compreensão da EJA como uma modalidade educacional que já é praticada desde o período do Brasil Colônia, quando teve seu início aplicada pelos jesuítas, com participação e contribuição da coroa portuguesa, mesmo que parcialmente. Também saberá melhor sobre a ECOSOL, que tem atividades econômicas organizadas sobre a forma de autogestão. O trabalho demonstra a importância da EJA, para o cidadão e para a sociedade e como funcionaria a participação da ECOSOL nessa educação para a redução da evasão.

Pretendo, ainda, apresentar proposições para uma educação atrativa aos educandos, a promoção de uma forma sensível para educar e comprometida com a ação independente dos estudantes, que se formarão cidadãos democráticos e contribuirão para uma sociedade melhor, conforme Paulo Freire *“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas mudam o mundo”*.

## ■ 2 CONHECENDO AS CAUSAS DA EVASÃO NA EJA

A pesquisa foi realizada nas cinco escolas previamente citadas, da Rede Municipal de Cuiabá. Essas escolas são de porte médio, possuem estrutura considerada de boa qualidade para o atendimento aos estudantes da EJA, as salas de aula são também utilizadas por outras modalidades de ensino em outros períodos – matutino e vespertino – sala de informática, cozinha, refeitório, área de circulação descoberta, banheiros, biblioteca, sala da diretoria, sala dos professores e secretaria.

A equipe gestora desempenha o papel administrativo e pedagógico, diretor(a), coordenador(a) e secretário(a). Essas unidades escolares funcionam em prédios próprios e estão localizadas na periferia da cidade. A entrevista semiestruturada abrangeu um total de dez estudantes, regularmente matriculados na EJA, com foco principal no conhecimento do perfil dos estudantes entrevistados, os valores atribuídos à educação e os motivos que os levaram a se matricular e desistir de estudar.

A escolha da turma para as entrevistas foi feita aleatoriamente com os estudantes que estavam presentes e que se dispuseram a participar, em uma sala com 25 estudantes matriculados na qual apenas 12 frequentam regularmente. Em outra escola, na sala estão matriculados 18 e só dez são assíduos. Os entrevistados são adultos, em sua maioria, com idades entre 18 e 64 anos.

A realização dessa pesquisa permitiu-me conhecer os motivos da evasão da EJA, nas escolas da rede pública municipal, com base em dados obtidos nas entrevistas com estudantes dessas unidades de ensino e com a equipe gestora das escolas que ofertavam essa modalidade de ensino. Para realizar a pesquisa com os estudantes evadidos foram necessárias visitas a estabelecimentos que já atuaram nessa modalidade de ensino. Após coleta de dados pela realização da visita *in loco*, na qual foi aplicado um questionário aos alunos para descobrir as causas que os levaram ao abandono dos estudos.

A coleta dos dados possibilitou organizar as informações necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa, elas foram classificadas de acordo com o número de incidências da evasão, fato que aumenta o número do fracasso escolar na rede pública municipal de educação na EJA.

Muitas pessoas se matriculam na EJA, todos os anos, no início do ano letivo e é possível encontrar escolas com um quadro de matrícula suportável pela matriz curricular (sala de aula com mais de 30 estudantes), mas, no encerramento do ano letivo, pouco mais de 50% dos estudantes concluem os estudos. Durante o desenvolver do ano letivo, os estudantes vão desaparecendo das salas de aula e a maioria das justificativas para tal são as necessidades de subsistência, ou seja, precisam cuidar de alguém que lhes é de responsabilidade (família). Eles afirmam que precisam trabalhar para seu autossustento, isto conforme pesquisa do Plano Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2007:

O resultado dessa falta de consenso são altos índices de evasão: 42,7% dos 8 milhões de brasileiros que frequentaram classes de EJA até 2006 não concluíram nenhum segmento do curso, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007 (REVISTAESCOLA).

Os educandos deixam de estudar por um tempo afirmando que, quando for possível, novamente voltarão a estudar.

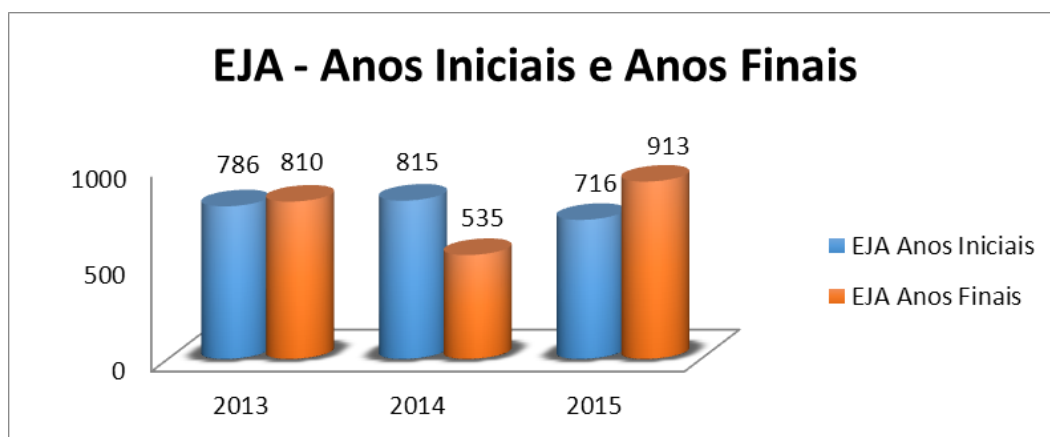
Ainda de acordo com Ruiz (2007, p. 12):

As causas da evasão escolar estão ligadas às condições econômicas e sociais adversas de grande proporção de estudantes da rede pública. O percentual de estudantes de 1ª e 8ª séries oriundos de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo é de 55,4% e 36,4%, respectivamente. Quando se avança na idade escolar, no Ensino Médio, os estudantes tendem a ir desaparecendo das salas de aula. A proporção de estudantes cursando o ensino médio no Brasil é de menos da metade, 45%.

Quando essa evasão ocorre na educação básica, irá acrescentar o número de matrículas na EJA, nos anos seguintes. Entretanto, não há resultados positivos para a formação educacional dos estudantes, pois grande parte deles não conclui o ano letivo com aprovação. Quando o aluno interrompe seus estudos, ele traz para si e para a sociedade um prejuízo enorme, porque este se tornará um trabalhador sem informações e qualificações necessárias para o mercado de trabalho e como não consegue concorrer com os mais instruídos, não consegue um bom emprego e termina por engrossar a fila da sociedade marginalizada.

Ao retornarem às salas de aula com idade já avançada, ingressando na EJA, sofrem com as dificuldades para aquisição do conhecimento educacional, não conseguem acompanhar o raciocínio nas atividades propostas, fazendo com que o estudo seja algo difícil e complicado, conduzindo-o ao abandono, novamente. O ensino da EJA é, justamente, para as pessoas que não tiveram oportunidade no momento ideal da idade escolar.

A problemática da evasão na EJA é um assunto que já foi abordado por outros autores e, na maioria das obras apresentadas, são variados os fatores para essa ocorrência. Esse é um problema desafiador para o poder público brasileiro.

**Gráfico 1** – Comparativo da EJA, anos iniciais e anos finais: 2013, 2014 e 2015

|                          | 2013 | 2014 | 2015 |
|--------------------------|------|------|------|
| <b>EJA anos iniciais</b> | 786  | 815  | 716  |
| <b>EJA anos finais</b>   | 810  | 535  | 913  |

Fonte: INEP/ MEC/2013/2014; SIGEDUCA/2015

A seguir, apresento, na Tabela 1, o quadro de matrículas nas escolas da rede Municipal de Cuiabá que ofertam a EJA:

**Tabela 1 – Quadro de matrícula da rede municipal de Cuiabá, 2011 a 2014**

| EMEB                   | 2011          |             | 2012          |             | 2013          |             | 2014          |             |
|------------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
|                        | Anos Iniciais | Anos Finais | Anos Iniciais | Anos Finais | Anos Iniciais | Anos Finais | Anos Iniciais | Anos Finais |
| Antônia Tita           | 41            | 85          | 65            | 52          | 52            | 78          | 39            | 52          |
| Maximiano              |               |             |               |             |               |             |               |             |
| Arcanjo da Cruz        | 41            | 157         | 50            | 122         | 50            | 176         | 26            | 116         |
| Jesus Criança          | 40            | 105         | 40            | 67          | 165           | 163         | 165           | 161         |
| Jescelino José Reiners | 40            | 241         | 46            | 43          | 20            | 15          | 10            | 16          |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Analisando esses dados, encontro um número de matrículas na EJA, bastante elevado. Entretanto, infelizmente não foi possível fazer um comparativo preciso na rede pública municipal para constatar a evasão devido a não possuir os dados da conclusão e encerramento do ano letivo. Essa quantidade de estudantes matriculados, não se repete na finalização do ano letivo, isso com



base apenas em conversa informal com pessoas responsáveis pelos lançamentos em sistemas. Na conclusão do ano letivo, as conclusões representam pouco mais de 52%.

Ainda falando dos estudantes que abandonam as salas de aula, percebo que alguns casos de abandono têm origem extraclasse, que não é a condição financeira; as famílias não apoiam e nem incentivam nos estudos, uma gravidez inesperada, distância da localidade em que residem para a escola.

Entre outras causas da evasão, podemos incluir as dificuldades de aprendizagem (este motivo está ligado à formação do pedagogo). Por não conseguir desenvolver algumas atividades, alguns estudantes se sentem envergonhado, constrangidos; problemas de saúde, uma indisposição os atrapalha nos estudos e qualidade do ambiente educacional.

Ao encontrar algumas das causas da evasão escolar, na EJA, detectei também o desafio dos responsáveis pela educação. Os profissionais da educação estão inclusos nessa responsabilidade de contribuir com a redução dessa evasão; estão inclusos nesse grupo de profissionais os gestores que desenvolvem projetos e gerenciam recursos financeiros para a formação qualificada para esta modalidade de ensino.

Durante essa pesquisa tive a oportunidade de realizar um questionário com uma coordenadora de uma das unidades escolares que oferecia a EJA e obtive informações importantes para a confecção de nosso estudo. Ela informou que trabalhou por três anos como coordenadora da escola que ofertava a EJA, entretanto a escola já trabalhava com essa modalidade de ensino há mais de cinco anos, sua atuação foi entre os anos de 2003 a 2005.

Sua declaração quanto às dificuldades encontradas confirmam as causas da evasão já citados anteriormente, que eram a falta de assessoria por parte dos órgãos responsáveis pela orientação pedagógica, rotatividade dos professores, pois havia muitas trocas de professores e suas formações não eram adequadas para o ensino na EJA. E, quanto aos estudantes, ela afirma que muitos desistiam porque não conseguiam acompanhar o desenvolvimento das atividades apresentadas em sala de aula, outros faltavam muito. Essas são as declarações da coordenadora.

Aqui, apresento uma amostragem da participação dos estudantes nos questionamentos sobre a educação da EJA e com relação a essa participação

obtive as seguintes respostas com maior frequência sobre as causas da evasão da EJA e motivação para estudar:

1. Por qual motivo você precisou parar de estudar?

*Eu sempre trabalhei na roça, pois gostava muito, mas meus pais nunca me impediram de estudar, é que eu nunca dei pros estudos, não conseguia aprender as coisas, então, preferi trabalhar na roça e ajudar em casa.*

2. Ao longo da sua vida você se sentiu discriminado por não ter os estudos completos?

*Sim e muito; quando morava na roça, não; na cidade é diferente, às vezes você precisa fazer alguma coisa (tirar um documento, fazer um serviço) e você depende do estudo, então você se sente inferior, por isso eu me volto para estudar depois de muito tempo, pra aprender alguma coisa, eu preciso, por mim e por meus filhos.*

3. O que fez você retornar à escola?

*Eu sofri um acidente no serviço, sou pedreiro, caí da laje e quebrei os dois braços, desde então estou afastado, talvez eu volte para o serviço de pedreiro, ainda não sei, mas estou pensando se eu voltar, não poderei fazer a mesma coisa de antes, então preciso dos estudos para ir trabalhar no almoxarifado ou escritório da firma, não sei.*

4. O que você acha da sua professora?

*Quando tinha a outra professora aqui eu não gostava não, mas essa professora aí ela é boa com a gente, atenciosa, sempre tem paciência pra nos ensinar, quando a gente precisa conversar ela dá toda atenção nos escutando.*

5. O que você acha da equipe gestora junto aos estudantes da EJA? (Diretor, Coordenador e Secretário).

*Para nós que estuda à noite é muito difícil ver o diretor ou o coordenador; eles só aparecem quando tem algum recado ou quando tem festa, o secretário quando vem fica lá na secretaria, só vai nas salas para pedir documento nosso que estão faltando.*

Percebo que a participação da família, da equipe gestora e do professor é fundamental para a permanência dos estudantes nas salas de aula da EJA, nas unidades escolares.

Quando iniciei este estudo, esperavas conseguir identificar o significado da evasão ou abandono escolar, entender o a visão das unidades escolares e dos estudantes; a evasão efetivamente ocorre quando um aluno deixa de ir às aulas em uma sala de aula regular no ano letivo no qual foi matriculado. Pretendia obter informações que me permitissem entender as causas da evasão e proporcionar incentivos para que ela seja diminuída, tornar nítida essas causas nas escolas públicas na qual me dedico à pesquisa.

Conhecer as ações governamentais para a oferta do ensino da EJA e motivações para a permanência dos estudantes. Apresentar estudos específicos ao ensino da EJA. Quais as medidas a serem tomadas pelos órgãos responsáveis, para que esses educandos não sofram as consequências por não terem estudado, por não terem uma formação adequada para enfrentar a sociedade que exige pessoas qualificadas para as funções do mercado capitalista.

É claro, nesta pesquisa, que um dos motivos principais da evasão dos estudantes da EJA é o trabalho, pois a maioria dos educandos precisa trabalhar para manter-se. Portanto, pretendo com a oferta da ECOSOL, dado que sua atribuição é totalmente social e que objetiva primeiramente a inserção do cidadão em uma vida social, oportunizar aos estudantes da EJA, que não tiveram a oportunidade, tornar possível uma alternativa econômica a fim de que não lhes seja necessário o abandono da sala de aula.

Não é apenas um grupo de disciplinas escolares que estão sendo ensinadas por um educador, mas é a oportunidade para o educando aprimorar seus valores, sua cultura e vida social, bem como afirma Gadotti (2009):

Em qualquer tipo de formação é importante despertar a confiança dos educandos. E isso se consegue na medida em que os educadores não se distanciam dos educandos. A

economia solidária baseia-se na ajuda mútua e esse princípio pedagógico da reciprocidade e da igualdade de condições – exigências de todo diálogo verdadeiro – entre educador e educando, deve ser levado em conta, sobretudo na formação em economia solidária (p. 36-37).

Isso não significa que a aplicação da ECOSOL na EJA dê resultados esplêndidos em apenas uma tentativa, mas que a perseverança dos participantes, que são pessoas comuns e com suas próprias características, poderão aprender com seus erros. Associar corretamente as diferenças de cada ser, possibilitará uma formação econômica e solidária.

### ■ 3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos, a partir da LDB/96, sobrepuja o antigo ensino supletivo, de um currículo escolar homogêneo, configura-se sob a ótica de um projeto educacional mais amplo e inovador, porque passa a se constituir como modalidade específica de Educação Básica que atende àqueles que tiveram negada a experiência educacional na infância ou adolescência pelos mais diversos fatores; a EJA, passa a envolver ainda mais a experiência do educando como ponto de partida para o desenvolvimento do ensino formal.

Comenta Freire (2006, p. 15): “O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à ensinabilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras”. Percebe-se que os conteúdos trabalhados com a população atendida na EJA precisam ter relação com seu cotidiano, pois o processo educativo desenvolve-se entre sujeitos com diferentes trajetórias, histórias e experiências de vida. Logo,

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização (FREIRE, 2006, p. 16).

Reforça-se aí a possibilidade de construção de um novo vínculo entre a educação e o trabalho, pois certamente, podemos traçar e conceber outra perspectiva para o trabalho pedagógico na EJA e na educação em geral que não represente uma relação direta entre a conexão da educação decorrente de um novo trabalhador, formado a partir das mudanças do mundo do trabalho capitalista. O trabalho cooperativo, inserido na chamada Economia Solidária, vincula-se à noção do coletivo, da solidariedade, da autogestão, porque, teoricamente, é gerido com a participação igualitária de todos os membros, que detêm o mesmo poder decisório e igualdade na apropriação dos resultados do trabalho

A Educação de Jovens e Adultos deve basear-se a partir do conhecimento que seu aluno traz da sua vida, pois têm conhecimentos e experiência que não podem ser descartados pela escola. Como comenta Moll,

[...] a educação popular [...] ganha corpo num debate que dessacraliza os saberes ditos acadêmicos, buscando ressignificá-los à luz dos saberes da vida cotidiana.

Saberes de homens e mulheres que, à margem dos saberes formais, organizam e vivem a vida ensinando os seus filhos e netos, enfrentando as adversidades, produzindo culturas e afirmando identidades carregadas de tradição e criação (MOLL, 2004, p. 6)

Partindo desse pressuposto, muitas escolas de Jovens e Adultos intensificam um planejamento voltado às experiências de vida dos estudantes, apostando em uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeita os tempos de aprendizagem de cada aluno, tornando-se meio de transformação pessoal e social.

Após um questionamento informal realizado com alguns estudantes que já estiveram na educação da EJA e a abandonaram, foi possível identificar que a maioria deles deixam de estudar justamente porque necessitam de encontrar um meio para sua sustentabilidade e aí precisam que escolher entre estudar e trabalhar; alguns referem-se à família, uns afirmam que os filhos ficam só, em casa; outros dizem que uma gravidez inesperada contribuiu para o abandono.

A coordenadora, questionada a respeito da ECOSOL, respondeu que no período em que desempenhou as funções na EJA realizou projeto diferenciado para esses estudantes, o qual proporcionou vantagens e prazer, favorecendo

os estudantes. Ela acredita que a implantação da ECOSOL na EJA pode causar grandes progressos na EJA.

Conforme Singer, a economia solidária é um método que possibilita concorrer com o capitalismo e diminuir a distância social existente:

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente (SINGER, 2000, p. 138).

Singer ainda cita o exemplo de economia solidária:

As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário: igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo (SINGER, 2000).

E, conforme Mance, a definição de economia solidária é muito mais que geração de emprego ou oportunidades de trabalho; é uma coparticipação em que se objetiva a composição de uma sociedade que sobreviva com a colaboração das pessoas:

[...] ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade [...] (1999, p. 178)

Com a introdução da Economia solidária seria possível motivar os estudantes a permanecerem nas salas de aula, aprendendo e obtendo recursos que contribuam para sua sustentabilidade. Porque a Economia Solidária é uma maneira de produção e consumo e também de produção econômica, que objetiva não apenas a venda e compra dos produtos produzidos por um grupo ou cooperativa, mas a valorização de cada participante. Na EJA, seria a produção dos estudantes que lhes proporcionaria, de certa forma, sua própria sustentabilidade, sem precisar abandonar seus estudos e as disciplinas seriam interligadas em que qualquer atividade desenvolvida seriam atividades interdisciplinares, se relacionando umas com as outras.

A EJA precisa agir de maneira questionadora em relação à forma pela qual o mercado seleciona os seus participantes, a prática de dizer e criticar, com conhecimento necessário para participar da sociedade, são referidas por Tiriba (2005):

Na busca incessante para ganhar o pão de cada dia, o trabalho torna-se não apenas um princípio educativo, mas também um fim educativo. Os trabalhadores têm aprendido na “escola da vida” que não tem sido suficiente reivindicar do Estado seus direitos mínimos de cidadania. O abandono do Estado em relação às necessidades básicas de alimentação, moradia, educação etc., tem influenciado na construção de uma cidadania ativa. (Tiriba, 2005, p. 5)

A formação educacional de qualquer pessoa é um componente social e cultural, e para os jovens e adultos que não tiveram oportunidade nem tempo correto para sua formação, é primordial um bom processo pedagógico, para que esses educandos estejam adequados às solicitações de um mercado de trabalho excludente (mercado capitalista).

Por esse motivo, torna-se o principal objetivo da implantação dos conceitos da ECOSOL na EJA a busca da permanência de estudantes nas escolas que ofertam essa modalidade de ensino, efetivando sua conclusão, novas possibilidades de atuação no mundo em que vive e no mundo do trabalho.

## ■ 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa propositura leva os estudantes da EJA, com a execução da ECOSOL, a um incentivo na busca de outra alternativa econômica para sua organização de sustentabilidade social. Eles estão abertos a novas possibilidades de aquisição financeira, se libertando, um pouco, do sistema econômico capitalista, ao se tornarem pessoas responsáveis e integradas à sociedade. Eles contribuirão para a construção de uma sociedade diferente, mais justa e igual, só precisam acreditar na solidariedade, no seu próprio potencial individual, o qual associado ao do outro como companheiro, parceiro e amigo constitui-se em força de transformação.

As experiências, aqui apresentadas, se tornarão motivação para a construção de um sistema competente e não capitalista. A ECOSOL é uma alternativa forte e equiparada ao sistema capitalista porque ela dá às pessoas uma oportunidade de ter uma vida melhor, igualitária e solidária.

Desta maneira, compreendemos que a adesão dos estudantes da EJA à economia solidária pode significar uma saída para a solução dos problemas que lhes causam o abandono dos estudos. Divisamos essa forma econômica da cooperação como uma força social da classe trabalhadora. É muito importante que todos sejam responsáveis, pois toda produção e possíveis lucros serão de todos; esse é o princípio da equidade e da justiça social.

Assim, apresentamos que o comprometimento, a cooperação, o trabalho e o encorajamento dos estudantes na participação social e nas ações econômicas concretizam o desejo profissional. Isto porque além de se tornar um caminho para os estudantes se profissionalizarem, sem deixarem de estudar e concluir uma formação educacional, possibilita-lhes adquirir o governo de suas ações, por si mesmo, constituindo-os como cidadãos.

Neste estudo, apresentamos as particularidades das causas da evasão. Entretanto, no geral, são causas principais da evasão: o trabalho, pelo qual o provedor da família precisa deixar de estudar. Este breve estudo nos permite observar e opinar sobre as causas da evasão escolar na EJA e tirar nossas conclusões sobre a compreensão de que os estudos devem ser levados a sério na formação de um cidadão consciente e solidário.



Observando o estudo apresentado, verifico que é muito importante cuidar dos casos de evasão na EJA com uma expressão mais apurada por parte dos órgãos responsáveis pela educação pública, para que a sociedade seja melhor. Assim sendo, é necessário que haja uma aproximação do poder controlador da educação pública com a sociedade, a família e também a escola para que realmente sejam reduzidas as evasões escolares na EJA, possibilitando a todos, realmente, direitos iguais, como estão previstos em lei.

Uma educação progressista em EJA, que valorize o humano em sua pluralidade, nos seus saberes de vida e preocupação com o coletivo, do qual o educando faz parte, aponta para um trabalho configurado sob a ótica da emancipação, da compreensão da educação como ato permanente, dialógico e da valorização do sujeito como ser social.

## ■ 5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27839. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

CAMPOS, E. L. F. **A Infrequência dos estudantes adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais.** Belo Horizonte, MG: UFMG, 2003. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

CARDOSO, C. R. **Tramas do impedimento:** os sentidos da desistência entre alfabetizando da EJA. Natal, RN: UFRN, 2007. (104 f). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

FRAIDENRAICH, Verônica. EJA em segundo plano. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/eja-plano-618045.shtml>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. (Série Educação Popular).

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes:** a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

SINGER, P; SOUZA. A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TIRIBA, Lia. **Educação popular e pedagogia (s) da produção associada**. 2005.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na inclusão. Cuiabá: UFMT, 2008. (128 p). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso, 2008.

RUIZ, Antonio Ibañez. Letras da desigualdade. **Violência**: um mal que atinge as escolas, Brasília, DF, n. 1, p.12, jan. 2007. Semestral.

# EVASÃO ESCOLAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJA) PROFESSORA ALMIRA AMORIM E SILVA

NELI SANDRA FERREIRA DE ALMEIDA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo tem como principais objetivos: refletir sobre a evasão escolar e verificar indicadores que contribuem para a persistência desse fenômeno no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professora Almira Amorim e Silva, na região Norte de Cuiabá-MT, nos períodos matutino e noturno, no primeiro trimestre de 2015. Trata também o conceito de economia solidária, surgimento e objetivo, caracterização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), processo histórico e legislação, e também caracterização dos CEJAS. Como metodologia foi utilizada a revisão bibliográfica através de literatura e Internet e coleta de dados na forma de questionários com questões fechadas aplicados aos alunos que frequentam a escola e entrevistas estruturadas, por telefone, com os que a abandonaram. Na pesquisa o método utilizado foi o qualitativo. A hipótese para evasão escolar seria a dificuldade de aprendizagem, ao contrário dos resultados obtidos em que o trabalho é o motivo principal. Como proposta para amenizar o problema, foi sugerido, usar flexibilidade, quanto ao horário de chegada do aluno na escola, conscientizar sobre a importância do bom relacionamento interpessoal, entender cada ser com diferentes modos e tempos para assimilação e, por fim, elaborar o conhecimento, compreender as necessidades e o aproveitamento das habilidades adquiridas do aluno, analisar a metodologia utilizada, trabalhar com projetos interdisciplinares em equipe, apresentando escola atrativa, cursos, oficinas e práticas em economia solidária. Há necessidade de formação dos professores, expansão da EJA nas redes públicas e política pública eficaz voltada para a modalidade e, também, necessita de reformas curriculares e inserção da economia solidária.

**Palavras-chave:** Educação. Evasão Escolar. Educação de Jovens e Adultos.

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura Plena e Bacharelado em Ciências Biológicas. UNIC – MT. Pós-Graduada Lato Sensu em Saúde Pública e Ambiental. UNIVAG – MT. Pós-Graduada em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Este artigo trata da evasão escolar de alunos da EJA; tem como objetivo refletir sobre essa problemática e verificar indicadores que contribuem para a persistência desse fenômeno no CEJA Professora Almira Amorim e Silva.

Heijmans em um de seus projetos descreve que:

A evasão escolar, historicamente, faz parte dos debates e reflexões do dia-a-dia da educação brasileira e ocupa espaço de relevância no cenário das políticas públicas educacionais. Vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, o baixo desempenho, reprovação, a escola e a própria criança. (s.d. s. p.).

A evasão no ambiente escolar acontece quando o aluno deixa de frequentar a escola durante o ano letivo. Refletir sobre ela é acercar-se de um nó da educação brasileira, difícil de ser desatado. De acordo com dados do Censo Escolar de 2013 no que se refere às taxas de rendimento, 1,3 milhões de alunos do ensino regular, dos anos iniciais ao ensino médio, deixaram de frequentar a escola. Serão, mais cedo ou mais tarde, potenciais alunos da EJA. Dramaticamente, para as histórias de vida pessoais e, também, para a sociedade, muitos alunos da EJA também não concluem a escola.

A hipótese para a evasão escolar no CEJA professora Almira Amorim e Silva seria a dificuldade de aprendizagem.

O artigo tem como justificativa, a existência da evasão escolar, que, à primeira vista, aparenta-se irracional e incompreensível, pois, jovens ou adultos voltam a abandonar os estudos, por vezes, poucas semanas após haverem optado pelo retorno aos bancos escolares.

Para a Equipe do CENPEC (2001, p. 20):

Essa falta de conhecimentos sobre os motivos do abandono remete, ainda, ao fato de haver certa demora para as escolas se conscientizarem da necessidade de um acompanhamento contínuo da trajetória de seus alunos, principalmente no caso de adul-

tos trabalhadores que em geral estão sujeitos a muitas condições adversas a colaborarem com o fracasso escolar.

A pesquisa foi realizada no CEJA Professora Almira Amorim e Silva, criada pelo Decreto nº 1.531/08 D.O 21/08/08, na região Norte de Cuiabá, MT, que se localiza na Rua 86, nº 35. Bairro CPA III Setor I. O motivo da escolha desta escola foi devido ao fato de ser o meu local de trabalho, onde tenho acesso aos diários de classe e contato direto com o aluno. Houve a autorização<sup>2</sup> da coordenadora pedagógica para a realização da pesquisa de campo e, a partir daí, houve o início da pesquisa com a área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.

Como metodologia, utilizei a pesquisa bibliográfica através de revisão de literatura e artigos disponíveis na Internet. Para a coleta de dados, dois instrumentos foram utilizados, questionários com perguntas fechadas, aplicados aos alunos que frequentam à escola e entrevista estruturada, por telefone, para alunos que abandonaram os estudos.

Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde. Gil (2010, p. 102).

Optei por estas coletas de dados conforme Gil (2010, p. 103), por ser:

o questionário constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato. Já a entrevista é aplicável a um número menor de pessoas, inclusive às que não sabem ler ou escrever. Ela possibilita o auxílio ao entrevistado com dificuldade para responder, bem como a análise do seu comportamento não verbal.

Os dados foram adquiridos através de pesquisa nos períodos matutino e noturno, não houve, em um primeiro momento, a orientação de como as questões seriam respondidas; os dados foram digitados em planilha no Excel, em seguida a análise, interpretação e transcrições dos dados.

---

<sup>2</sup> A autorização foi informal, mas, por sugestão da banca examinadora, foi formalizada após a conclusão da pesquisa.

O questionário, com 32 questões (Apêndice A), foi respondido por 74 alunos, dos quais 14 do 1º ano matutino e, os demais, de 1º e 2º anos do turno noturno. O instrumento teve como objetivo coletar informações sobre as seguintes categorias: informações pessoais (7 questões), relações de trabalho (9 questões), educação e renda (3 questões), dados socioeconômicos (5 questões), EJA (4 questões), economia solidária (4 questões).

Em relação aos entrevistados, com os números de telefones em mãos, obtidos através da secretaria da escola, as ligações foram realizadas durante o dia, em um único dia da semana, devido entender que à noite o entrevistado poderia estar em seu repouso noturno. É importante ressaltar que houve facilidade de contato devido ao fato de estar o aluno com os seus celulares em mãos e em todas as entrevistas houve ótimo resultado nas conversas.

As entrevistas (Apêndice B), por telefone, diferentemente do levantamento anterior, foram realizadas com 20% dos alunos retidos, conforme Quadro 1. Convém alguns esclarecimentos quanto à categoria “retidos”. Inicialmente, há um grupo de alunos que se matriculam, mas não frequentam a escola: são considerados na categoria “abandono de matrícula”, os quais não foram entrevistados. Entre os retidos, há dois subgrupos na compreensão das gestões do CEJA, os que frequentam, mas não apresentam aproveitamento e os que frequentam por algum tempo e abandonam o curso. Apenas os inclusos neste último grupo foram entrevistados.

“A pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2010, p. 1).

Para este trabalho utilizei-me da pesquisa de natureza qualitativa, e na perspectiva de Neves (1996, p. 1):

A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure

entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

Em aparente contradição com as ponderações de Neves, utilizei-me da enumeração e quantificação de eventos, para organizar os dados resultantes de utilização de questionário. Porém, a quantificação serviu, preponderantemente, para fortalecer ou negar percepções que fui construindo enquanto educadora, na EJA, em diferentes escolas e, neste ano, na instituição pesquisada. Ou seja, o tratamento dos dados coletados, coerentemente com a concepção de interpretação qualitativa acima exposta, não serviu a análises estatísticas, mas à descrição do objeto do estudo, a partir das percepções construídas no decorrer da experiência de docência.

Em outras palavras, essas percepções foram se sedimentando ao sabor dos acontecimentos. Agora, servindo-me de aportes teóricos estudados no decorrer do curso de especialização em EJA e Economia Solidária (ECOSOL) construí o questionário para interrogar a realidade e averiguar a consistência da compreensão que havia construído sobre o abandono do curso na EJA.

Ao desenvolver os estudos, dei-me conta de que, correlatamente ao exame dos motivos da desistência deveria buscar compreender as dificuldades que jovens e adultos enfrentam para permanecer em sala de aula, após algum tempo, geralmente contado em anos, longe do processo de escolarização formal. Essa compreensão, talvez, possa ser útil para buscar na economia solidária suporte para elevar a taxa de permanência e sucesso nessa modalidade de estudos.

Polini (2014), afirma que a ECOSOL pode ser definida em três dimensões:

- a) Economicamente, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.
- b) Culturalmente, é também um jeito de estar no mundo e de

consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiam grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar paradigma da competição para o da cooperação de inteligência coletiva, livre partilhada.

- c) Politicamente, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da compreensão, da preservação ambiental e dos direitos humanos. (s. p.).

De acordo com Zart e Vailant (2014, p. 55) a ECOSOL surge:

Diante do crescente desemprego e degradação das relações humanas vividas na Grã-Bretanha de 1814, ressurgiu na década de 70 a Economia Solidária como alternativa nas mais diferentes áreas produtivas e através da cooperação ativa entre seus componentes, buscam construir iniciativas econômicas de geração de trabalho e renda. No Brasil, tem se expandido a partir de trabalho, na maioria, realizado, por organização da sociedade civil, igrejas, incubadoras universitárias e movimentos do campo e da cidade.

## ■ 2 CARACTERIZAÇÃO DA EJA

### 2.1 Processo Histórico e Legislação

De acordo com a Constituição Federal (CF) Brasileira, todos têm direito à educação, como rege no artigo 205.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).



Porém, o que acontece no cenário atual é a falta de expansão do ensino nas redes públicas e, quanto ao acesso a esta modalidade, nem todos têm o respaldo da lei no que se refere ao ensino, principalmente o de qualidade. Ou seja, as leis existem e, em geral, são adequadas, porém a prática se dá, com frequência, ao arrepio da lei.

A EJA tem amparo na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No art. 37 consta que o ensino será destinado àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. De acordo com o Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE/CEB nº 11/2000, “a expressão idade própria, além do seu caráter descritivo, serve também como referência para a organização dos sistemas de ensino, para as etapas e as prioridades postas na lei”. A EJA é uma categoria organizacional, constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas, conforme texto deste Parecer CNE/CEB, nº 11/2000. As funções são: reparadora, equalizadora e qualificadora, e seus objetivos estão descritos no nesse parecer:

a) a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. (p. 7)

b) a função equalizadora da EJA vai dar cobertura aos trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. (p. 9).

d) a função qualificadora, tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter in-

completo do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. (p. 11).

Conforme o MEC, no Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (p. 12):

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (Declaração de Hamburgo sobre a EJA)

Para Souza, Gonçalves e Cunha Júnior (2012?), no estudo que efetuaram sobre as políticas públicas de consolidação da educação de jovens e adultos, a EJA é:

[...] modalidade da educação, que expressa a conquista do direito à educação para aqueles que não tiveram acesso à escola na idade regular e ou/ tiveram o percurso escolar interrompido por diferentes motivos, nos níveis fundamentais do ensino fundamental e médio. Legalmente garantida e regulamentada pela Constituição de 1988, pela LBD nº 9.394/96 e pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara Educação Básica Nº 1, de 05 de julho de 2000. [E] as atribuições definidas pelas diretrizes, foram reforçadas, em 09 de janeiro de 2001, pelo Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172 que inclui em suas metas a erradicação do analfabetismo. (spp.).

Talvez sob a influência do primeiro PNE, em janeiro de 2003, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo federal, que para tanto, criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, com a meta de erradicar o analfabetismo (LOPES e SOUSA,

2004, p. 8). A Secretaria já foi erradicada do organograma do MEC, o analfabetismo não, pois, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa ainda é a realidade de 13,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais. De fato, no segundo PNE, Lei nº 13.005/2014, tal como o primeiro, a erradicação do analfabetismo é a primeira de suas dez diretrizes.

Diante o exposto, alguém menos afeito ao abismo quase sempre existente entre as normas e a realidade poderia supor que a EJA é ambiente propício à educação de qualidade. Não é verdade ou, ao menos, é muito relativa. A evasão escolar é um fator, dentre outros tantos, que corrói a adequabilidade das condições de oferta dessa modalidade de ensino.

### ■ 3 CARACTERIZAÇÃO DOS CEJAS

Conforme a Regra de Organização Pedagógica (ROP) de 2014 da Secretaria de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT) foram criados, pelo Decreto nº 1.123 de 28/01/2008, os CEJAS – Centros de Educação de Jovens e Adultos, espaços de referência para estudantes jovens e adultos, que têm como finalidade constituir identidade própria para a modalidade EJA e oferecer formas diferenciadas de atendimento que compreendam as especificidades dos sujeitos da educação de jovens e adultos e dos diferentes tempos e espaços formativos, com oferta de ensino presencial, por área de conhecimento e por disciplina.

São 25 os CEJAS no Estado. A modalidade está regulamentada pela Resolução nº 05/2011 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE/MT), para atendimentos ao Ensino Fundamental (Primeiro e Segundo Segmento) e Ensino Médio, ambos organizados em dois anos para atender as respectivas Matrizes Curriculares. Quanto ao ingresso, para a matrícula na EJA Ensino Fundamental o aluno deve ter no mínimo 15 anos completos e, na EJA Ensino Médio, no mínimo 18 anos completos, no ato da matrícula, que pode ser realizada a qualquer momento do ano letivo.

Os CEJAS se organizam em três trimestres ao ano, cada trimestre computará o mínimo de 67 dias para o desenvolvimento de cada área de conhecimento, ao final do ano letivo computará o mínimo de 200 dias letivos.

## ■ 4 O CONTEXTO DA PESQUISA

No CEJA Prof.<sup>a</sup> Almira Amorim e Silva, a área de Ciências da Natureza e Matemática e suas Tecnologias, eleita como universo da pesquisa, conforme Quadro 1, é composta por cinco turmas, totalizando 274 alunos. Convém notar que, destes, 74 responderam ao questionário, aplicado nos dias 27 a 30 de abril de 2015, sendo 40 mulheres e 34 homens, com idades entre 18 a 58 anos; a maioria natural do Estado de Mato Grosso. O alunado inclui, além de alunos regulares (à falta de melhor categoria), alunos especiais.

Através dos diários de classe, constatou-se 61 casos de abandonos de matrícula e 76 casos de alunos retidos, no período de 9 de fevereiro a 19 de maio. Ou seja, 62,5% de perda em um curto trimestre de escolarização. É verdade que muitos se matriculam em semestres seguintes, mas os fenômenos da retenção e abandono voltam a ocorrer e isso indefinidamente.

Das cinco turmas, apenas quatro foram pesquisadas em decorrência de problemas de agenda, uma vez que o levantamento de dados demandava certo tempo, nem sempre de fácil harmonização com as atividades da escola.

**Quadro 1**– Alunos do CEJA Prof.<sup>a</sup> Almira Amorim e Silva

| Turmas                          | 1° B – M | 2° B - M | 1° F - N | 2° C - N | 2° FN | Totais |
|---------------------------------|----------|----------|----------|----------|-------|--------|
| Matriculados                    | 41       | 52       | 75       | 56       | 50    | 274    |
| Abandono de Matrícula           | 11       | NP*      | 23       | 18       | 9     | 61     |
| Retidos                         | 11       | NP       | 31       | 16       | 18    | 76     |
| Resposta ao Questionário        | 14       | NP       | 16       | 21       | 23    | 74     |
| Entrevistados (20% dos retidos) | 2        | NP       | 6        | 3        | 4     | 15     |

Fonte: Diários de Classe. \* Observação: NP – não pesquisado.

### 4.1 Questionários para os alunos que frequentam as aulas.

O Centro de EJA localize-se em bairro considerado de classe média e, compativelmente, embora nem todos sejam moradores do bairro, os alunos são predominantemente das classes C (51,3%) e B (24,3%)<sup>3</sup>, prevalecendo, de acordo com as declarações, um número de quatro a sete moradores em cada lar.

3 A denominação de classe, aqui, baseia-se em formulações da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). Critério de Classificação Econômica Brasil.

Considerando que a pesquisa foi feita com alunos da segunda etapa da EJA, isto é, alunos que já concluíram o ensino fundamental e estão realizando estudos equivalentes ao ensino médio, uma primeira indagação buscou identificar a experiência de escolarização anterior à matrícula atual. A maior parte (36,5%) declarou já haver iniciado o ensino médio regular, interrompendo os estudos para, agora, retomá-lo na modalidade de EJA, enquanto a outra parte mais significativa (23%), dentre as demais, informou haver interrompido os estudos no ensino fundamental regular. Confirma-se a percepção de que a maior parte dos alunos da EJA é egressa do ensino regular, no qual não logrou sucesso. Em ambas as situações não existem diferenças significativas entre homens e mulheres.

A principal razão para a interrupção dos estudos para quase metade (47,3%) dos entrevistados é o trabalho, porém com significativa diferença de gênero. De fato, essa é a motivação de 61,8% dos homens e de 35% das mulheres, as quais encontram no casamento (17,5%), cuidado com os filhos (10%) e dificuldades de aprendizagem (10%) outras razões para deixar as atividades de ensino. Este último fato é a segunda motivação para que os homens (5,9%)<sup>4</sup> se decidam pela evasão, conforme Tabela 1.

**Tabela 1** – Motivos e percentuais para a interrupção dos estudos.

| Motivos                      | % Homens | % Mulheres |
|------------------------------|----------|------------|
| Trabalho                     | 61,8     | 35         |
| Casamento                    | -        | 17,5       |
| Cuidados com os filhos       | -        | 10         |
| Dificuldades de aprendizagem | 5,9      | 10         |

Fonte: Elaboração da autora.

Coerentemente, esses são os mesmos fatores que dificultam a permanência na escola, uma vez que o cansaço por causa do trabalho se apresenta como a maior dificuldade (34,4%) para os alunos, também com significativa diferença quando se considera o gênero, pois é a causa alegada pela maioria (55,9%) dos homens e mulheres (32,5%). Para estas, há duas outras dificuldades para continuar na escola: insegurança para ir à escola (22,5%) e o cansaço por causa do cuidado de filhos ou casa (17,5%). Estas duas dificuldades fazem-se presentes também para os homens, porém em escala bem menor para os dois fatores (5,9%)<sup>5</sup>, conforme demonstra Tabela 2.

4 Apenas os percentuais mais relevantes e respostas com percentuais superiores a 5,9%.

5 Apenas os percentuais mais relevantes e respostas com percentuais superiores a 5,9%.

**Tabela 2** – Fatores que dificultam a permanência de alunos na escola.

| Motivos  | % Homens | % Mulheres |
|--|----------|------------|
| Cansaço por causa do Trabalho                  | 55,9     | 32,5       |
| Insegurança para ir à escola                   | -        | 22,5       |
| Cansaço por causa do cuidado de filhos ou casa | 5,9      | 17,5       |

Fonte: Própria autora.

Os percentuais para as questões relacionadas à economia solidária foram calculados considerando: 40 mulheres e 34 homens. O questionário procurou identificar se a economia solidária seria um fator relevante para diminuir o abandono da escola.

Surpreendentemente, 80% das mulheres informaram já haver participado de atividades de economia solidária, em situação quase oposta à dos homens, dado que apenas 11,8%<sup>6</sup> declaram haver feito essa experiência. Para as mulheres, é uma experiência, basicamente, no ambiente escolar, pois apenas 12,5% declaram haver realizado atividades dessa natureza fora da escola; enquanto, para os homens, é uma atividade exclusivamente fora da escola, conforme declaração de 11,8%<sup>7</sup> dos que responderam à questão, essas informações também demonstradas na Tabela 3.

**Tabela 3** – Participação em Atividades de ECOSOL

| Ambiente                              | % Mulheres | % Homens |
|---------------------------------------|------------|----------|
| Participação em ECOSOL na escola      | 80         | 11,8     |
| Participação em ECOSOL fora da escola | 12,5       | 11,8     |

Fonte: Própria autora.

Contudo, apesar de 60% das mulheres e 70,6%<sup>8</sup> dos homens haverem declarado que gostariam de participar de atividades de economia solidária, 94% das mulheres e 97,5%<sup>9</sup> dos homens não responderam à questão que buscava avaliar o montante da renda proveniente de práticas de economia solidária. A não resposta, provavelmente, indica que a renda é nula ou irrelevante. Ou seja, embora mais pesquisas sejam necessárias, pode-se supor que a eco-

6 20% das mulheres e 88,2% dos homens informaram não haver participado de atividades de EcoSol ou não responderam à questão.

7 87,5% das mulheres e 88,2% dos homens informaram, não haver realizado alguma atividade de economia solidária fora da escola ou não responderam.

8 40% das mulheres e 29,4% dos homens informaram que não gostaria de participar de atividades de Ecosol ou não responderam à questão.

9 6% das mulheres e 2,5% dos homens responderam quanto essas atividades rendem, mensalmente.

nomia solidária seja vista, pelos alunos, como mais trabalho (mais cansaço) e fonte insignificante de renda. Enfim, é provável que não seja um indutor de permanência na EJA.

#### **4.2 Entrevistas com alunos que abandonaram os estudos.**

As entrevistas, por telefone, foram realizadas com 20% dos alunos que abandonaram os estudos, totalizando 15 pessoas. Dessas, dez pessoas responderam que o motivo para o abandono dos estudos foi por conta do trabalho; a insegurança para ir à escola foi apontada como a segunda causa para o abandono da escola. Ou seja, como identificado no questionário, essas variáveis dificultam a permanência na escola e, em situações limites, como identificado nas entrevistas, induzem à interrupção dos estudos, ao menos por certo tempo.

Abaixo são apresentados depoimentos de alguns alunos que responderam à entrevista por telefone, constituída de três questões (Anexo B):

##### **1 – Qual o principal motivo que levou você a deixar a escola?**

*Precisei mudar de horário de trabalho. Trabalhava, durante o dia, mas agora fui para a noite. (Aluno ensino médio noturno).*

*Mudei de turno de trabalho, passo a entrar no trabalho das 14:00 às 22:00 horas, por esse motivo desisti da escola. (Aluna ensino médio noturno)*

*Sou porteiro trabalho noite sim e noite não, no outro dia estou muito cansado, às vezes tinha ânimo para ir para escola, às vezes não. Desisti, mas trimestre que vem vou retornar, pois estou mudando o turno de trabalho. (Aluno ensino médio noturno).*

*Trabalho das 14:00 às 22:00 horas, durante o dia ajudo minha mãe nos afazeres domésticos, por isso sai da escola. (Aluna ensino médio noturno).*

## 2 – Além desse(s) motivo(s) que você citou, tem mais algum?

*Tive acidente de moto, tive que ficar de repouso por um tempo. (Aluna ensino médio matutino).*

*Saí de casa, fui morar sozinho, devido dificuldades de locomoção resolvi sair da escola. (Aluno ensino médio noturno).*

## 3 – Qual(is) problema(s) para você continuar frequentando a escola?

*Eu ia para escola com meu irmão, ele desistiu, então eu também desisti, pois tenho medo de ir para a escola sozinho. (Aluno ensino médio noturno).*

*Minha amiga desistiu e eu também, pois eu ia para escola com ela, tenho medo de andar só. (Aluna ensino médio noturno).*

*Moro em outro bairro, a escola fica muito longe para mim, por isso desisti, se eu tivesse companhia, ou se a escola fosse perto de casa não ia desistir. (Aluna do ensino médio noturno).*

*Estou com problemas pessoais em casa e problemas no meu casamento. (Aluna ensino médio matutino).*

## ■ 5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi refletir sobre a evasão escolar e verificar indicadores que contribuem para a persistência desse fenômeno no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professora Almira Amorim e Silva. Trata, também, do conceito de economia solidária, surgimento e objetivo, caracterização da EJA, processo histórico, legislação, e também caracterização dos CEJAS. A análise dos dados coletados, quer mediante utilização de questionário, quer mediante entrevista, revela que há pessoas que tentam voltar a estudar, mas acabam eva-



dindo-se. A causa majoritária do abandono é o trabalho, e conseqüentemente o cansaço, resultante, quase sempre, do acúmulo de quatro horas de sala de aula com jornadas de trabalhos extenuantes, seja em casa, seja em emprego formal. Se o trabalho é o motivo principal para que homens e mulheres se afastem dos estudos, no caso das mulheres há, ainda, o casamento, o cuidado com os filhos e dificuldade de aprendizagem, além de insegurança para ir à escola. Estas variáveis não são relevantes para os homens.

É importante ressaltar os diversos aspectos que auxiliariam a permanência do educando em sala de aula, no que diz respeito ao trabalho, usar a flexibilidade, quanto ao horário de chegada deste aluno na escola, conscientizar sobre a importância do bom relacionamento interpessoal para garantir melhor desempenho, entender cada ser com diferentes modos e tempos para assimilação e, por fim, elaboração do conhecimento. A ação pedagógica deveria começar num melhor relacionamento entre professor-aluno. A partir daí, fica mais fácil esta ação. Compreender as necessidades e aproveitamento das habilidades adquiridas do aluno, rever a metodologia utilizada, trabalhar com projetos interdisciplinares que abordem diversos assuntos, tais como: o uso de drogas, violências, doenças sexualmente transmissíveis e outros.

Trabalho em equipe, apresentar uma escola atrativa, cursos, oficinas e práticas em economia solidária periodicamente fazem a diferença. Propor aulas com enfoque em oficinas de trabalho, voltadas à formação para o mundo do trabalho como: artesanato, produção de produtos de limpeza, noções de eletricidade, higiene dos alimentos, saúde e qualidade de vida, etc.

Há necessidade de formação dos professores, expansão da EJA nas redes públicas e política pública eficaz voltada para a modalidade, reformas curriculares e inserção da economia solidária com o objetivo de envolver o aprender pedagógico com o aprender profissional, através da qual o estudante possa, de fato, aliar o conhecimento e aprimoramento para a vida profissional, podendo buscar a melhor qualificação.

## ■ 6 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP). **Critério de Classificação Econômica Brasil**. Disponível em: <<http://www.abep.org>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Parecer da Câmara de Educação Básica (CEB) nº 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer112000.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2013**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/pt/noticiascenso?busca=1&id=1&idnoticia=2722&t=pnad201-retrata-mercado-trabalho-condicoes-vida-pais&view=noticia>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Taxas de rendimento 2013**. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

EQUIPE DO CENPEC. **Aceleração de estudos**: enfrentamento a evasão no ensino noturno. São Paulo: Summus, 2001. 99p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 182p.

Heijmans, Rosemary Dore. **Projeto**: educação profissional no brasil e evasão escolar. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/observatorio-da-educacao/visualizar/-/assetpublisher/La44/content/projeto:-educacao-profissional-no-brasil-e-evasao-escolar?redirect=http://portal.inep.gov.br/web/observatorio-da-educacao/nucleo-unico>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA**: uma educação possível ou mera utopia? [2004?]. Disponível em: <<http://www.cereja.org.br/pdf/revistav/RevistaSelvaPLopes.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MATOGROSSO. Secretaria de Educação Estadual (SEDUC). **Regra de Organização Pedagógica (ROP)**: Centro de educação de jovens e adultos – CEJA por área do conhecimento – SEDUC-MT. Vigente a partir de 2014. (Encaminhado ao Ceja, pela SEDUC/CLN, em setembro de 2014).

NEVES, José Luís. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v.1, nº 3, p.1-5, 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2015.

POLINI, Ilza Nunes da Cunha. **Temas da Economia Solidária em Pesquisas**. Apostila. Disciplina Pesquisas em Economia Solidária. Pós-graduação *Lato Sensu* Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária. Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT. Cuiabá-MT. 2014.

SOUZA, Thiana do Eirado Sena; GONÇALVES, Maria de Passos Brandão; CUNHA JUNIOR, Adenilson S. **O processo de consolidação da educação de jovens e adultos: as políticas públicas voltadas para EJA e a luta dos movimentos sociais para a efetivação do direito à educação**. [2012]. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/ThianadoEiradoSenadeSouza-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

ZART, Luiz Laudemir; Vailant, Clóvis. (Orgs.). **Educação e socioeconômica solidária – Incubação em economia solidária**: empreendimentos em redes e resistência camponesa. Cáceres: UNEMAT Editora, 2014. 251p.

**■ APÊNDICE A – Questionários aplicados aos alunos que frequentam a escola.**

Centro de Educação de Jovens e Adultos – Professora Almira Amorim e Silva.

1. Quantos anos você tem?
2. Você é: ( ) Homem; ( ) Mulher; Outra opção pessoal ( ).
3. Você nasceu em: Mato Grosso ( ); Fora de Mato Grosso ( )
4. Se você nasceu fora de Mato Grosso, em qual estado?
5. Como você se considera.  
Negro ( ); Pardo ( ); Indígena ( ); Mestiço ( ); Oriental ( ); Branco ( ); Outros ( ).
6. Se tiver filhos, quantos filhos até 12 anos? ( ); Quantos filhos acima de 12 anos? ( )
7. Quanto a trabalho, você: Trabalha ( ); Não trabalha ( ); Já é aposentado (a) ( ); Privado de liberdade ( ).
8. Quanto ao seu trabalho, é: No setor privado ( ); No setor público ( ); Somente na própria casa ( )
9. Quantas horas trabalha, por dia?
10. Há quanto tempo está trabalhando?
11. Se realiza trabalhos domésticos, quantas horas por dia?
12. Quanto ao trabalho: Qual a sua profissão atual? Que profissão teve no passado?
13. Se trabalha, está satisfeito com o que recebe como salário? ( ) Sim; ( ) Não;
14. Você trabalha com carteira assinada? ( ) Sim; ( ) Não
15. Se trabalha sem a carteira assinada, qual a sua situação:  
( ) Tem o próprio negócio ( ) Vive de “bicos”  
( ) É empregado, mas sem carteira assinada ( ) Outro
16. Quanto você recebe mensalmente pelo seu trabalho?  
( ) Menos que um salário mínimo; ( ) Um salário mínimo.  
( ) Mais que um e menos que dois salários mínimos;  
( ) Mais que dois salários mínimos.

17. A renda total das pessoas que moram na sua casa é de:
- ( ) Menos que um salário mínimo; ( ) Um salário mínimo.
- ( ) Mais que um e menos que dois salários mínimos; ( ) Três salários mínimos.
- ( ) Mais que 3 salários e menos que 4 salários mínimos. ( ) Quatro salários mínimos.
- Mais que quatro e menos que cinco salários mínimos; ( ) Cinco salários mínimos.
- ( ) Mais que cinco e menos que seis salários mínimos.
- ( ) Seis salários mínimos ou mais.
18. Qual é o grau de instrução do chefe de família (a pessoa que ganha mais, na casa)?
- ( ) Analfabeto ou com até três anos de escola. ( ) De quatro a oito anos de escola.
- ( ) De nove a 11 anos de escola. ( ) 12 anos de escola.
- ( ) Entrou na faculdade mas não a terminou. ( ) Terminou a faculdade.
19. Na casa em que você mora:
- ( ) Tem água encanada? ( ) Sim; ( ) Não; A rua é asfaltada? ( ) Sim; ( ) Não.
20. Faça um "X" no quadrinho com o número de coisas na sua casa.

|                            | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 ou + |
|----------------------------|---|---|---|---|--------|
| Quantidade de carros       |   |   |   |   |        |
| Quantidade de motos        |   |   |   |   |        |
| Quantidade de DVD          |   |   |   |   |        |
| Quantidade de Computadores |   |   |   |   |        |

21. Faça um "X" no quadrinho com o número de coisas na sua casa.

|                                       | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 ou + |
|---------------------------------------|---|---|---|---|--------|
| Máquina de lavar (Não vale tanquinho) |   |   |   |   |        |
| Quantidade de máquina de secar roupas |   |   |   |   |        |
| Quantidade de máquina de lavar pratos |   |   |   |   |        |
| Quantidade de forno de micro-ondas    |   |   |   |   |        |

22. Faça um "X" no quadrinho com o número de coisas na sua casa.

|   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 ou + |
|---|---|---|---|---|--------|
| Quantidade de banheiros                   |   |   |   |   |        |
| Quantidades de geladeiras                 |   |   |   |   |        |
| Freezers (vale parte da geladeira duplex) |   |   |   |   |        |

23. Na sua casa, tem empregada todos os dias ou em ao menos em cinco, na semana?  
( ) Sim ( ) Não
24. Quantas pessoas moram em sua casa? (incluindo crianças).  
( ) Uma; ( ) Duas; ( ) Três; ( ) Quatro; ( ) Cinco; ( ) Seis; ( ) Sete ou mais
25. Qual etapa você cursa na EJA? ( ) Primeira etapa; ( ) Segunda etapa
26. Qual afirmação descreve melhor a sua situação:  
( ) Nunca frequentou o ensino regular, mas agora faz a EJA;  
( ) Começou, mas não terminou o ensino fundamental regular e agora faz a EJA;  
( ) Terminou o ensino fundamental regular, deixou de estudar e agora faz a EJA;  
( ) Começou, mas não terminou o ensino médio regular e agora faz a EJA;  
( ) Já fez a EJA, deixou de estudar, e agora voltou.
27. Quando deixou a escola foi:  
( ) Para trabalhar;  
( ) Mudança de endereço;  
( ) Casou-se;  
( ) Cuidar dos filhos  
( ) Insegurança para ir à escola;  
( ) Dificuldade de aprendizagem;  
( ) Dificuldade de relacionamento com professor(a);  
( ) Dificuldade de relacionamento com colega;  
( ) Outro. Qual?
28. Problema para você continuar frequentando (se preciso marcar mais de uma alternativa).  
( ) Cansaço por causa do trabalho;  
( ) Cansaço por causa dos cuidados com a casa/filhos;  
( ) Insegurança para vir à escola;  
( ) Dificuldade de transporte;  
( ) Dificuldade de aprendizagem;  
( ) Esposo(a) não quer que você frequente à escola;  
( ) Bebidas ou Drogas  
Outro. Qual

29. Na escola, já realizou atividades de Economia Solidária?  
( ) Sim ( ) Não
30. Fora da escola tem participado de alguma atividade de economia solidária?  
( ) Sim ( ) Não
31. Se sim, quanto essas atividades rendem, mensalmente?
32. Se não participa de alguma atividade de economia solidária, gostaria de participar?  
( ) Sim ( ) Não

*Muito obrigada pela sua contribuição.*

## ■ APÊNDICE B – Entrevista por telefone

Centro de Educação de Jovens e Adultos – Professora Almira Amorim e Silva.

- 1 – Qual o principal motivo que levou você a deixar a escola?
- 2 – Além desse(s) motivo(s) que você citou, há mais algum?
- 3 – Qual(is) problema(s) para você continuar frequentando a escola?
  - ( ) Cansaço por causa do trabalho;
  - ( ) Cansaço por causa dos cuidados com a casa/filhos;
  - ( ) Insegurança para vir à escola;
  - ( ) Dificuldade de transporte;
  - ( ) Dificuldade de aprendizagem;
  - ( ) Esposo(a) não quer que você frequente à escola;
  - ( ) Bebidas ou Drogas
  - ( ) Outro. Qual?

*Muito obrigada pela sua contribuição.*



# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): EVASÃO NO PROGRAMA PROJOVEM URBANO E OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (ECO SOL) COMO ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO

ZEILE LIMA DE OLIVEIRA SILVA<sup>1</sup>

JOSÉ TARCÍSIO GRUNENVALDT<sup>2</sup>

**Resumo:** Historicamente, a evasão é um problema a ser enfrentado na EJA. Este artigo traz algumas reflexões sobre as causas da evasão no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM URBANO - PJU), executado pela Rede Municipal de Educação de Cuiabá, no período de 2005 a 2012, onde este programa faz parte da oferta da modalidade EJA. Os estudos do Curso de Especialização em EJA/EcoSol, apresentaram os princípios da EcoSol, que acreditamos podem trazer luz ao enfrentamento dessa problemática do ensino propedêutico, que não estabelece relações com o mundo do trabalho. Inicialmente se faz necessário entender a implantação do Programa na rede municipal, pesquisar os dados bibliográficos que tratam das questões relacionadas à evasão e buscar práticas pedagógicas diferenciadas que atendam às necessidades educativas dos jovens e adultos, e dessa forma, como as práticas pedagógicas construtivas motivam os educandos a se manterem frequentes às aulas. Nesta pesquisa, coloca-se em destaque a necessidade de se ter um ambiente mais acolhedor que venha propiciar ao educando uma aprendizagem significativa para a vida, tendo em vista o vínculo entre o educador, o educando e o processo ensino/aprendizagem. Acredita-se que os princípios da EcoSol, podem fazer parte do currículo deste programa, como prática de transformação, primeiro da escola num ambiente e espaço agregador de valores e práticas sociais, e segundo, como transformadora de relações sociais que possam garantir a permanência do educando para a

1 Zeile L. O. Silva, graduada em Letras/Espanhol pela Universidade de Cuiabá/UNIC(2006), Professora do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, atualmente Assistente Administrativo do PROJOVEM URBANO/Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá.

2 José Tarcísio Grunennvaldt, Pós-doutor em Educação Física - Universidade Federal de Santa Catarina (2012), Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (1997), Graduado em Educação Física pela Universidade de Passo Fundo (1985). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Tem experiência na área de Educação e Educação Física com ênfase em História da Educação, Educação Física e esporte. Coordena projetos de pesquisa com os seguintes temas: educação física escolar, esporte, instituições educativas, ensino militar, processo civilizador e envelhecimento humano.

conclusão do Ensino Fundamental, início de Qualificação Profissional e vislumbre de novas possibilidades de atuação no mundo do trabalho.

**Palavras-chave:** EJA. Projovem Urbano. Evasão. EcoSol.

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Preocupados com a realidade Brasileira, sobre os níveis de escolarização da população jovem e adulta, apontados pelas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Governo Federal resolveu instituir vários programas e projetos para assim proporcionar melhores condições e permanência dos jovens e adultos na escola e garantir a sua inclusão social, haja vista que se encontram “fora” ou abaixo dos índices elementares de escolarização.

Nesse sentido, visando amenizar a situação diagnosticada, algumas medidas foram implementadas pelo Governo Federal e dentre elas encontra-se o PJU, o qual foi instituído com a finalidade de proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação da tríade formada entre: Formação Básica, que garante as aprendizagens postas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o ensino fundamental e dá base para a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. A Qualificação Profissional inicial prepara os jovens para atuarem no mundo do trabalho por meio da formação técnica geral, da formação técnica específica e do Projeto de Orientação Profissional desenvolvendo habilidades e capacidades. A Participação Cidadã garante aprendizagens sobre direitos sociais, formação de valores solidários e busca mobilizar o jovem no desenvolvimento de ações comunitárias, ações coletivas e/ou associadas para o enfrentamento de problemas relacionados à comunidade em que vivem e, desta forma, promover a ação cidadã compartilhada com os outros componentes curriculares.

Os jovens aprendem na Participação Cidadã a avaliar o alcance de suas ações, as formas de encaminhamentos das demandas dos cidadãos/grupos Sociais e os meios de respostas possíveis, sendo levados a compreender a importância e a eficácia do trabalho coletivo e solidário.

Apesar das muitas tentativas como o Bolsa Família e até mesmo o auxílio financeiro oferecido pelo PJU, ainda não se conseguiu erradicar esse grave problema da educação que é a evasão escolar. O referido assunto atinge todos os níveis de ensino, desde o básico até ao superior. Os motivos para o abandono são vários, as inúmeras respostas e justificativas que são lançadas para esse problema passam pela falta do não acompanhamento familiar, falta de interesse dos estudantes e até aos problemas cognitivos apresentados por eles.

Isto posto dificulta-se a implantação de políticas públicas para combater o problema. Nota-se que a evasão escolar aponta como uma das facetas dos problemas relacionados à desigualdade social e a má distribuição de renda que se evidencia em todo o país.

Nessa perspectiva, procuramos com essa pesquisa responder à seguinte pergunta: o que leva os estudantes a abandonarem os estudos, nesse caso a EJA/PJU, em Cuiabá/MT?

## ■ 2 O PROJOVEM URBANO

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens, denominado de PJU original foi iniciado em novembro de 2005, sob a Coordenação da Secretaria da Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República e em parceria com os Ministérios da Educação do Trabalho Emprego e Renda e do Desenvolvimento Social de Combate a Fome. Foi instituído pela Lei 11.129, de 30 de junho de 2005. A meta do Programa foi atender inicialmente cerca de 100.000 mil jovens no período de 2005 a 2008, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. Em 2006 ampliou o atendimento aos municípios das regiões metropolitanas que possuíam 200.000 mil habitantes ou mais, tendo recebido a adesão de 29 cidades. (MANUAL DO EDUCADOR – ORIENTAÇÕES GERAIS, 2012, p.12-16).

### 2.1 Breve histórico do PJU

No ano de 2007, por meio da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 realiza-se modificações no formato do PJU. Tais alterações foi com o objetivo de se alcançar uma maior eficácia no atendimento desses jovens, onde além das mudanças no currículo de forma integrado. A faixa etária também foi ampliada,

antes para jovens de 18 a 24 anos agora para jovens de 18 a 29 anos. O tempo para conclusão das atividades também foi estendida de 12 para 18 meses. Nasce então o Projovem Integrado onde foi ampliada a oferta como forma de atingimento da grande massa de jovens. Dessa forma ficou assim denominado: Projovem Adolescente, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e PJU.

Em 2012 a Coordenação do Programa passou da Secretaria Geral da Presidência da República, para o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - (SECADI) do MEC. Assim, o Programa passou a ser desenvolvido na esfera da modalidade de jovens e adultos, integrando a política educacional do MEC, conforme artigo 81 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que regulamenta o programa. Esse programa nasceu com a preocupação emergencial de inclusão social e como solução para os problemas cotidianos desses jovens, ou seja, nasceu como política do Conselho Nacional da Juventude.

O PJU no município de Cuiabá, foi implantado em novembro de 2005, ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito e executado pela Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá (SME) sendo responsável por estas ações, a Secretária Adjunta da SME.

## **2.2 Princípios e objetivos do PJU**

O PJU está na modalidade da EJA. Dessa forma, o objeto desta pesquisa é fazer algumas reflexões sobre os motivos da evasão dos jovens que por razões diversas não concluíram o ensino fundamental. O presente estudo busca também compreender as metodologias e recursos didáticos utilizados no Programa Nacional de Inclusão de Jovens, busca práticas pedagógicas diferenciadas que atendam às necessidades educativas dos jovens e adultos e dessa forma, como essas práticas pedagógicas construtivas motivam os educandos a manterem frequentes às aulas.

O programa tem duração de 18 meses contínuos, com carga horária de duas mil horas. O Projeto Pedagógico Integrado - PPI define a articulação do programa nas três dimensões: Ensino Fundamental, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã. Assim, além da elevação/término da escolaridade, outra grande preocupação do Programa é o desenvolvimento humano e conhecimento das possibilidades de atuação no mundo do trabalho e o exercício da cidadania. (MANUAL DO EDUCADOR – ORIENTAÇÕES GERAIS, 2012, p. 12).

Pensando na inclusão escolar e social, assim como visando à permanência e a conclusão, e até mesmo a estimulação ao estudante em terminar o curso, o Programa concede um auxílio mensal no valor de R\$ 100,00 (cem reais), condicionados a 75% de frequência e 75% no total de entrega dos trabalhos produzidos em sala de aula, bem como às sínteses integradoras, que são produções textuais que os mesmos constroem sobre os temas trabalhados em cada Unidade Formativa, no total de VI. As sínteses possibilitam ao estudante refletir e estabelecer relações com o conteúdo estudado nas áreas de conhecimentos com as situações de seu cotidiano e as possibilidades de intervenções nessa realidade. Isso implica que nessas construções os estudantes trazem subjetividade e as relacionam com os conhecimentos quando as escreve.

Uma das dificuldades apresentadas para que o jovem pudesse participar do programa era que não conseguiam comprovar a escolaridade mínima exigida (antiga 4ª série). Dessa forma, com a pretensão de democratizar o acesso ao Programa, a nova regra exigida é de que o jovem saiba ler e escrever, sem a necessidade de comprovação em documentação. Porém, conforme o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, a coordenação do programa aplicará uma avaliação escrita, quando do início das aulas garantindo, a comprovação de ser alfabetizado.

Outro atrativo para os jovens é a proposta de inclusão digital, que visa proporcionar o conhecimento básico em informática. A maioria de nossos jovens não segue a concepção moderna de juventude, que torna a escolaridade parte essencial da entrada na idade adulta. Esses jovens deixam a escola para se ligar prematuramente ao mercado de trabalho, seja para aumentar a renda familiar e/ou sanar suas necessidades básicas. No entanto, por não terem escolaridade suficiente e qualificação profissional, em geral eles ingressam no mercado informal, onde quase sempre vivem situações de exploração, não conseguindo garantir a satisfação de suas necessidades o que ocasiona a não permanência no mundo do trabalho.

Dessa forma, a recolocação desses jovens no ambiente escolar é imprescindível para a sua manutenção no mundo do trabalho. Embora saibamos que diploma não é sinal e nem garantia de emprego, este é com certeza mais um facilitador para a entrada/permanência no mundo do trabalho. (MANUAL DO EDUCADOR – ORIENTAÇÕES GERAIS, 2012).

### 2.3 Relação educador/educando

Para o educador trabalhar com o PJU/EJA requer deste, uma sensibilidade apurada, além do domínio consistente da sua área específica, uma vez que eles se relacionam de uma maneira mais próxima e empática com os seus educandos, diferente dos professores dos cursos ditos como “regulares” ou “normais”.

A base metodológica do programa traz os conceitos da educação popular de Paulo Freire, partindo do conhecimento prévio do estudante para dialogicamente, contextualizá-los frente aos conteúdos da Base Nacional Comum.

De certa forma, isso apresenta inúmeros desafios para os educadores, uma vez que é necessário apresentar criatividade, agilidade e habilidade para, a partir do conhecimento prévio e do cotidiano do estudante, buscar opções interessantes de práticas pedagógicas que garantam a inserção social e a permanência desses jovens na escola. Para esse desafio, os educadores do PJU, passam por um processo de formação continuada e identitário como educador, onde lhes são apresentados os saberes necessários para atuarem no PJU, como deve funcionar o programa, quais são as concepções de educação, ensino, aprendizagem, metodologia e avaliação. Porém para além destes conceitos e conceituações, os educadores devem possuir o “querer”, se dispor a esse modelo de capacitação que pretende formar realmente cidadãos capazes de construir, buscar e criar possibilidades de transformação, de sua vida, da sua realidade e da sociedade.

O educador além da sua área específica, também exerce a função de Professor Orientador (PO), onde fica responsável pela elaboração das sínteses integradoras junto com os educandos. Esse profissional além do uso, de muita criatividade e habilidade, também deve entrar em contato com seus educandos sempre que estes se ausentarem das aulas, visando a atenção, o cuidado e o incentivo para que o mesmo não desista. Neste sentido, aproximam-se dos problemas pessoais dos mesmos, tornam-se confidentes, amigos, e muitas vezes parte integrante da família. As mudanças no relacionamento entre educador/estudante, assim como a formação continuada dos educadores, são temas que estão em pauta nas discussões e pesquisas recentes. Quanto ao papel do educador, Gadotti afirma que,

Para pôr em prática o diálogo, o educador não pode colocar-se na posição ingênua de quem se pretende detentor de todo o

saber, deve, antes, colocar-se na posição humilde de quem sabe que não sabe tudo. Reconhecendo que o analfabeto não é o homem “perdido”, fora da realidade, mas alguém que tem toda a experiência de vida e por isso também é portador de um saber. (1999, p. 02).

Diante do exposto, nota-se a importância de que a formação do educador de jovens e adultos se faça numa perspectiva de educação continuada. Nesse processo, o programa oferece cursos para todos os educadores. Esse processo formativo traz discussões e reflexões sobre o papel do educador, e de encaminhamentos em relação aos problemas e às questões do cotidiano da sala de aula, especialmente quanto à aprendizagem dos estudantes. Por meio das diferentes etapas de formação continuada busca-se a construção de um processo identitário em que cada educador se veja simultânea e inseparavelmente como:

a) um perito que domina o instrumental de trabalho próprio de sua área de conhecimento;

b) um pensador capaz de repensar criticamente sua prática e as representações sociais sobre seu campo de atuação;

c) um cidadão que faz parte de uma sociedade e de uma comunidade (MIRANDA e SALVADOR, 2000, p. 136).

### ■ 3 METODOLOGIA

Uma das estratégias metodológicas foi a revisão bibliográfica, na qual o enfoque principal se deu nos estudos acerca da Educação de Jovens e Adultos na concepção e formato do PJU, além do fato de ter como objetivo inferir sobre as causas da evasão, por meio dos dados bibliográficos que tratam das questões relacionadas à mesma.

Diante do fato, foram elaborados questionários para a coleta dos relatos dos educadores; as informações sobre o fazer pedagógico no PJU. Esses dados foram coletados após as aulas do módulo I, na disciplina de Economia Solidária e o Mundo do Trabalho, integrante do curso de especialização realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Acredita-se que os princípios, os fundamentos e o modelo da forma de trabalho diferenciado, por se tratar muito

a autogestão a EcoSol possa fazer parte do currículo da escola, como prática de transformação. Primeiro, da escola, em ambiente e espaço agregador de valores e práticas sociais e, segundo, como transformadora de relações sociais, que possam tentar somar forças para garantir a permanência do educando no ambiente escolar, para a conclusão do Ensino Fundamental, início de Qualificação Profissional. Fatores que possam vislumbrar novas possibilidades de atuação no mundo do trabalho. A EcoSol, materializada no PJU, na operacionalização do componente curricular Participação Cidadã, poderá ser uma iniciativa salutar para amenização da evasão escolar. Com efeito, a EcoSol pode ser definida segundo Fórum Brasileiro de Economia Solidária em três dimensões:

**Economicamente**, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção.

**Culturalmente**, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Ecosol, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas.

**Politicamente**, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, com base nos princípios da cooperação e solidariedade, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

## ■ 4 A PESQUISA

A evasão escolar está dentre os temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupa até os dias atuais, espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Em face disto, as discussões acerca da evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central de debate o papel da família e da escola, em relação à vida escolar dos jovens.

No que tange a educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio-educacional. A LDBEN é clara a esse respeito:



A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDBEN, 1996. Art. 2º.).

Apesar disso, observa-se que, a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade. Pensar em evasão no PJU, passa pela análise crítica de qual sujeito estamos falando. Responde-se que são os jovens de 18 a 29 anos, que por algum motivo, ou diversos motivos, deixaram de frequentar o espaço educativo quando criança. Dessa forma, a família pode ser considerada como tendo a maior responsabilidade pelo não acompanhamento desse estudante e sua infrequência às aulas, por outro lado, a escola também contribui e muito, para a evasão, com seu modelo tradicional, o uso de metodologias inadequadas, o não acompanhamento das infrequências desses estudantes, da comunicação e da falta de diálogo da escola com as famílias. O PJU pode ser considerado um novo modelo de atendimento dentro da EJA, para garantir aos jovens que não concluíram seus estudos, o retorno e continuidade dos mesmos.

A evasão vem adquirindo espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas. Essas pesquisas e reflexões acerca da evasão apresentam aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, segundo respostas de alguns educadores durante a pesquisa. Família desestruturada é um conceito equivocado que alguns educadores utilizam para justificar o fracasso escolar, que muitas vezes advém deles mesmos, do trato com os educandos, da forma de poder exercida sobre os que são considerados iletrados, ou por conta da não utilização de metodologias efetivas. Esse termo famílias desestruturada não é correto, o termo utilizado é falta de acompanhamento familiar.

#### **4.1 Coleta de dados**

Para minimizar os percentuais de evasão escolar no PJU, o programa foi implantado, pelo Governo Federal, em novembro de 2005. No município de

Cuiabá foram destinadas 2.850 vagas. Nesse ano foram matriculados 1.676 estudantes. Do total, 830 tiveram frequência ativa, ou seja, houve uma evasão em torno de 49,52% dos matriculados.

Dos frequentes 71% conseguiram ser certificados e a reprovação ficou em torno de 29%. Dos frequentes 590 foram certificados no Ensino Fundamental, 240 receberam certificação profissionalizante.

**Tabela 1** – Evasão anos 2005 a 2012

| Anos | Nº. de Matrículas | Nº. de Estudantes Frequentes | Nº. de Estudantes Certificados | % Evasão |
|------|-------------------|------------------------------|--------------------------------|----------|
| 2005 | 1676              | 830                          | 590                            | 49,52    |
| 2006 | 665               | 273                          | 203                            | 58,95    |
| 2007 | 1.209             | 742                          | 323                            | 38,62    |
| 2008 | 1.200             | 740                          | 523                            | 38,33    |
| 2010 | 937               | 437                          | 297                            | 53,36    |
| 2012 | 612               | 248                          | 142                            | 59,47    |

#### 4.2 Análise dos dados coletados

No ano de 2006, a meta estipulada pelo MEC para a rede municipal de Cuiabá, foi de 1.174 vagas. Atingiu 665 matrículas efetivadas e, destas 273 estudantes frequentaram. Dos frequentes, 203 foram certificados no Ensino Fundamental e 142 receberam certificação de Qualificação Profissional. O número de matrículas efetivadas corresponde a 56,64% da meta de atendimento. Das matrículas efetivadas 41,05% frequentaram.

Em 2007, a meta de atendimento foi de 1.209 vagas. Efetivou-se 1.209 matrículas e, destas, 742 tiveram frequência. Dos estudantes frequentes, 323 foram certificados no Ensino Fundamental e 285 receberam certificação na Qualificação Profissional. O número de matrículas efetivadas corresponde a 100% da meta de atendimento. Dos estudantes frequentes, 43,53% obtiveram certificação do Ensino Fundamental e 38,41% obtiveram certificação de Qualificação Profissional. Dos 1209 estudantes matriculados 61,38% frequentaram o curso e, 38,62% evadiram-se.

Em 2008 a meta para o atendimento foi de 1.200 matrículas. Destas, 740 estudantes tiveram frequência. Desses estudantes frequentes, 523 foram certificados no Ensino Fundamental e 467 receberam certificação de Qualificação

Profissional. O número de matrículas efetivadas corresponde a 100% da meta de atendimento. Dos frequentes 70,67% foram certificados no Ensino Fundamental e 63,11% foram certificados em Qualificação Profissional. Dos 1.200 estudantes matriculados 61,67% frequentaram e 38,33% evadiram - se.

Em 2010, foram matriculados 937 estudantes. Destes, apenas 437 frequentaram as aulas, ficando a evasão em 53,36% e a taxa de reprovação em 32,04%. É importante frisar que nem todos os estudantes certificados no ensino Fundamental conseguiram concluir a Qualificação Profissional em razão da infrequência às aulas, ou por motivo de nota. Dessa forma não foram certificados em Qualificação Profissional.

Temos a considerar ainda um fator responsável por essa não certificação na Qualificação, o desinteresse pelo arco<sup>3</sup> escolhido. Muitos dos estudantes ao ingressarem na Iniciação a Qualificação Profissional trazem consigo uma expectativa muito além do que o curso ou arco venha lhe oferecer e sempre acreditam que sairão técnicos no assunto ou no arco escolhido. Porém, quando percebem que se trata de uma introdução à profissionalização e que apesar do conhecimento este não lhes assegurará um certificado de técnico/prático, parte deles perdem o interesse e desistem. Devido às legislações vigentes, o curso profissionalizante só pode certificar se o estudante estiver na modalidade do Ensino Médio, desta forma para o PJU, que faz parte da modalidade de Ensino Fundamental, a Qualificação é uma iniciação, uma forma de que os jovens conheçam o mundo do trabalho, suas perspectivas, as profissões e seus campos de atuação.

Em 2012, os dados para a entrada do biênio 2012-2013 apresentou a quantidade de estudantes matriculados, 612. Desses, 370 iniciaram o curso, portanto a evasão inicial está em torno de mais ou menos uns 39,54%. Salientamos, no entanto, que no final de novembro de 2013 término do curso tinham frequentado as aulas aproximadamente 232 estudantes considerando o número de matrículas e, a evasão ficou em torno de 62,09%. Nesse mesmo ano além de ter o menor número de estudantes matriculados, apresenta outro dado preocupante, o número de faltas ultrapassa, e muito, os 25% que lhes asseguram o recebimento do auxílio financeiro de R\$100,00 (cem reais). Dessa forma, muitos também se sentiram desestimulados por não receberem o benefício.

---

3 O PJU previa os arcos de formação profissional: Administração. Madeira e Móveis, Turismo e Hospitalidade, Telemática, Serviços Pessoais e Vestuário.

Como se pode- observar, a evasão ficou acima de 50% nos anos 2006, 2010 e 2012. É de fundamental importância ressaltar que estamos considerando entre estudantes matriculados e os que iniciaram o Programa, desconsiderando os estudantes que abandonaram o Programa no seu início e os que deixaram de frequentar as aulas em sua reta final, ou seja ao final dos 18 meses previstos para encerramento. Esses estão computados como reprovados.

Se considerarmos todos os estudantes que deixaram de frequentar o curso, a taxa de evasão seria superior a 50% para praticamente todos os anos. De qualquer maneira os dados acima demonstram uma taxa de evasão bastante elevada e nos assinala para a necessidade de observar os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade na execução do Programa. Um desafio a ser resolvido por meio de políticas públicas direcionadas para a juventude de maneira mais ampla, por ser a evasão fruto de uma somatória de fatores. Quanto a estes fatores Paredes analisa que,

A evasão está relacionada a diversos fatores, divididos em internos e externos. Os fatores internos são ligados ao curso, e podem ser classificados em: infraestrutura, corpo docente e a assistência socioeducacional. Os fatores externos relacionam-se ao aluno, tais como: vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal (1994, p.23).

A seguir serão elencadas as principais causas da evasão no PJU em Cuiabá, segundo pesquisas<sup>4</sup> realizadas com os educandos e pelos educadores do programa no ano de 2012. Para os resultados ou respostas dos entrevistados serão empregadas as seguintes denominações: educando “informante 1” e educando “informante 2”, cujos nomes dos Núcleos<sup>5</sup> serão definidos pela pesquisadora pelas letras A, B e C.

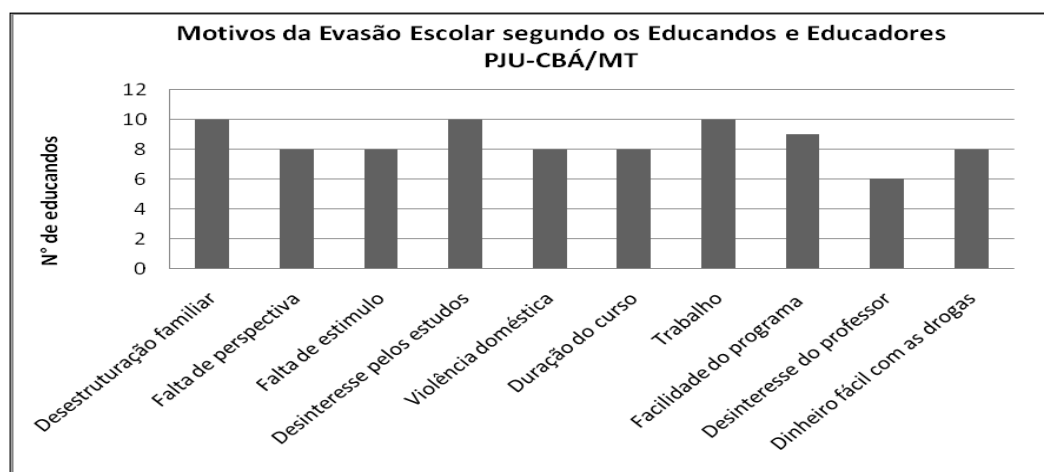
Em Cuiabá, podemos considerar que a evasão relacionada a fatores internos é inferior aos externos. Caso como o do “Núcleo A” que, no início de 2013, por motivos de reforma, os estudantes foram convidados a encaixarem em outro núcleo. Desse total 50% foram para um local e outros 50% dos estudantes que eram frequentes desistiram, por não aceitarem a transferência. Muitos dos

4 Pesquisa de campo realizada por esta pesquisadora através de questionários, com Educadores e estudantes dos Núcleos do PJU.

5 Núcleos nome dado as Escolas onde funcionam as aulas do PJU.

educandos, especialmente as do sexo feminino que têm filhos pequenos e que os levavam para o núcleo, devido à distância e a dificuldade de locomoção acabaram por abandonarem o programa, e deram como justificativa a mudança do local. Quanto aos fatores externos, os educandos do PJU elencaram vários motivos como por exemplo: trabalho, desinteresse, violência doméstica, desestruturação familiar, drogas e falta de perspectiva de modificação de sua condição de vida, falta de visão sobre o avanço para o sucesso, falta de credibilidade na sociedade e, principalmente, percebe-se também que a maioria desses fatores são oriundos das desigualdades sociais.

**Gráfico 1** – Perfil dos motivos da evasão do PJU Cuiabá-MT 2012



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Se verificarmos os itens de maior relevância, teremos: desestruturação familiar, desinteresse pelo estudo, trabalho e dinheiro fácil com as drogas.

Observemos que o trabalho é mencionado por muitos educandos, como uma das principais causas da evasão escolar. Vários deles ingressam na escola quando estão desempregados e assim que arrumam um trabalho abandonam o ambiente escolar. A necessidade de trabalhar, e a falta de capacitação levam esses educandos a aceitarem trabalhos informais que na maioria das vezes são precários e mal remunerados. Porém a urgência em sanar as suas necessidades básicas o trabalho, ainda que informal torna-se uma barreira à continuação e conclusão do curso.

Como o Programa visa o atendimento de jovens, adultos e excluídos socialmente, a maioria dos núcleos está em bairros da periferia e, em muitos casos

são bairros de altos índices de violências e drogas. Percebemos que as drogas afastaram os estudantes do ambiente escolar. Conforme relatos de educadores, furtos e problemas entre colegas dentro do ambiente escolar são frequentes. A educadora informante 1 cita “um roubo de celular com necessidade de envolvimento da polícia”. O problema da violência sempre exigiu uma atenção constante por parte dos educadores do PJU, atentos em proteger não apenas a própria vida, mas também a dos educandos.

Outro fator de relevância segundo o “informante 2” quanto à evasão é a violência doméstica. A recorrência de estudantes que se afastam por ameaças do companheiro também é muito grande. No ano de 2010 o programa perdeu duas estudantes frequentes, ambas sofreram violências, uma física e outra psicológica/moral, e pressão de seu companheiro para abandonar o curso/aulas. Uma das estudantes foi encaminhada para outro núcleo, porque acabou levando uma surra do marido por ter chegado tarde a casa. Esse atraso se deu pelo fato do ônibus que atrasou por ter se quebrado. O marido a esperava no ponto de ônibus e lá mesmo começou a agressão. Os educadores ficaram sabendo pelo relato de uma colega que presenciou todo o ocorrido.

A estudante se ausentou do Núcleo e deixou de atender aos telefonemas realizados pelos educadores e pelos colegas. Para educandos do “Núcleo A” citaram ciúmes do marido ou esposas como motivos da evasão escolar. Os do “Núcleo B” acreditam que a desmotivação e o desinteresse pessoal são fatores importantes para a evasão. Dentre os motivos apontados pelos educandos do “Núcleo C”, encontramos as seguintes respostas: falta de interesse de alguns jovens, falta de vontade, muitas vezes preguiça mesmo. Sem contar que existe muita ajuda do governo com o Bolsa Família, e outros auxílios que os estudantes podem ficar em casa e no final do mês recebem o seu dinheirinho, também tem a falta de perspectiva de futuro. Nós, os educandos muitas vezes deixa de lado o futuro – para nós o que importa é o agora. Interessante foi a resposta de outro estudante sobre essa questão, segundo ele os estudantes desistem “porque está tudo fácil demais, ganham material didático, comida, passagem de ônibus de graça e ainda recebem R\$ 100,00 (cem reais), não precisam se esforçar. Só valorizamos aquilo que suamos para ganhar” diz ele.

A partir dos dados apresentados, acreditamos que um dos principais objetivos do programa, que era a reinserção escolar dos jovens brasileiros, não

foi alcançado de maneira satisfatória. Em artigo sobre a experiência do PJU vivida em Goiânia, pesquisadores afirmam que os resultados analisados sobre o programa;

[...] permitem constatar a contradição e os conflitos vivenciados pelos jovens, demonstrando a fragilidade de políticas públicas implementadas sem o devido planejamento de ações necessárias e que vão ao encontro dos reais anseios dos jovens (FRIEDRH; BENITE, 2012).

As aulas diferenciadas, formação profissional inicial e atividades de Participação Cidadã, não têm motivado satisfatoriamente os jovens. Diante disso, constata-se que as melhorias se limitam a formação básica, às condições precárias das aulas práticas da Qualificação Profissional e a falta para assegurar a inserção dos jovens no mundo do trabalho e de continuação dos mesmos no sistema educacional, são fatores de: desmotivação e favorecimento à evasão escolar.

Quanto às aulas de informática, as reclamações são constantes, desde a falta de acesso à internet, até a ausência de aulas práticas, visto alguns Núcleos não possuírem laboratórios, ou estarem impossibilitados de uso, porque os computadores foram levados por ladrões, e os poucos que restaram estão sem condições de uso. Portanto, o que deveria ser fator de motivação se tornou um elemento de desmotivador.

Na tentativa de evitar uma evasão ainda maior, e garantir que cumpram as 75% de presença, necessárias para que os estudantes sejam certificados, os educadores buscam promover ações que os motivem e ajudem a sua inserção escolar. São promovidas aulas de campo, passeios, idas aos cinemas, a manifestações culturais e festivas, entre outras atividades. Temos exemplos positivos no sentido em que a promoção de jogos, especialmente de futebol, todas as sextas feiras, faz um diferencial enorme e é um atrativo a mais para a permanência dos educandos em sala de aula e no ambiente escolar.

Sabemos que a maioria dos jovens que participam do Programa vive em ambientes de vulnerabilidade, sujeitos à circunstância e condições que favorecem o abandono da sala de aula, condições essas que passam pelo trabalho, pela família e filhos e até mesmo pela falta de perspectiva.

A partir dos dados apresentados no gráfico anterior, vimos que, para os educadores do PJU de Cuiabá, o trabalho e o desinteresse são os grandes vilões da evasão escolar. Assim, percebemos por meio desta análise que na maioria das vezes, a responsabilidade pela evasão recai quase sempre sobre o jovem, seja pela falta de interesse ou pelo cansaço. Pouco se falou sobre a responsabilidade do educador ou sobre a falta de estrutura física, eximindo-se assim a responsabilidade e culpabilidade da escola e do governo.

Embora o Programa prime pelo capital cultural do estudante, Bourdieu (1998, p. 42-45) alerta que o aluno “[...] continua sendo considerado o grande responsável pelo seu fracasso escolar.”. Embora a educação seja um direito, o jovem, pode escolher não estudar e, nesse caso, somente as políticas públicas de ofertas de educação não soluciona o problema da evasão escolar. Assumindo como base os resultados da pesquisa acima, uma questão permanece por ser esclarecida. O que fazer para resolver a evasão escolar no Programa PJU/ EJA.

## ■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a evasão escolar é fator de preocupação social, uma vez que relaciona diretamente com as condições de vida dos jovens, pois, mediante o avanço escolar surgirão novas oportunidades de trabalho e logo melhorias na qualidade de vida, portanto, a recolocação e a permanência no ambiente escolar apresentam-se como o grande desafio enfrentado pelos educadores do PJU/EJA.

Novos currículos, materiais escolares, metodologias diferenciadas, equipamentos e recursos humanos, presentes na proposta do Programa, não estão sendo suficientes para enfrentar esse desafio. Nem mesmo a proposta da Qualificação Profissional inicial e a nova perspectiva de cooperação interdisciplinar estão garantindo a permanência e conclusão do curso pelos educandos. Apesar da metodologia diferenciada e integrada e do auxílio financeiro, nossos jovens continuam evadindo-se do ambiente escolar.

No curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, realizado pela UFMT, trabalhou-se em sala de aula a experiência de como exercer a autogestão. Os pós-graduandos foram divididos em pequenos grupos e cada grupo foi nomeado com um nome. O



grupo da avaliação, os que faziam os registros das atividades desenvolvidas em sala de aula; grupo da coordenação, que visa organizar os tempos de intervalos e de atividades que seriam desenvolvidas durante o módulo; grupo da memória, os que registravam todas as atividades executadas para nos encontros seguintes, recapitular todo o processo e como se deu o ocorrido; grupo da animação como o próprio nome diz ficou responsável pelos momentos de distração da turma quando estes sentiam-se cansados e desmotivados. Por último, mas não menos importante, o grupo dos cuidados, que zelava pelo espaço de estudos, orientando os pós-graduandos quanto a limpeza e a organização do ambiente; verificar a limpeza dos banheiros e se os mesmos estavam em condições de higiene para que fossem usados pelos colegas, organizavam o lanche compartilhado e zelavam pelo bem comum. O desempenho das tarefas teria que ser feito e decidido em conjunto no todo, no coletivo, para entenderem e exercerem a autogestão, e com isso perceberem que nesse modelo de economia e trabalho todos têm vez e voz ativa.

A EcoSol é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os estados, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares. São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

Além disso, a economia solidária se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e pró-ativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica, como uma alternativa prazerosa e eficaz nessa transformação.

Essa forma de empreendimento solidário apresenta-se uma maneira correta de se empreender e fazer aproveitamento e reaproveitamento das coisas e objetos, como também a maneira mais sensata de se plantar e cultivar coisas e produtos sem agrotóxico uma forma inteligente de se manter e cuidar do bem maior que temos que é o meio ambiente. A Economia Solidária de acordo com pesquisa realizada em algumas escolas da rede Municipal de Educação através da intervenção feita durante o módulo da Economia Solidária e o Mundo do Trabalho I foi possível perceber o interesse e o entusiasmo dos educandos por esse meio diferente de ser, de manter e de viver. Conclui-se nesse sentido, que um antídoto à evasão escolar, possivelmente possa ser a inserção de propostas de projetos de Educação para, e em Economia Solidária, com os princípios e fundamentos da mesma, que visam adequação destes educandos à sua realidade cultural, e subjetiva. Com efeito acredita-se que ela venha a ser um elemento diferenciado de proposta para a educação em Economia Solidária no ambiente escolar.

## ■ 6 REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária: **O que é Economia Solidária**. Acesso em: 26 jun. 2015. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>.

FRIEDRH, Márcia et al. **O programa nacional de inclusão de jovens**: Projovem uma análise entre a proposta oficial e a experiência vivida em Goiânia. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p. 185-206, jan. /mar. 2012

ADOTTI, M: **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo, Editora Scipione, 1999.

MANUAL do Educador: Orientações Gerais / [organização: Maria Umbelina Caiafa Salgado; Revisão Ortográfica: Rafael Paixão Barbosa] – Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012. 216 p.

PAREDES, Alberto Sanchez: **A Evasão do terceiro grau em Curitiba**. São Paulo: Editora Nupes, 1994.